

O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERÁRIA

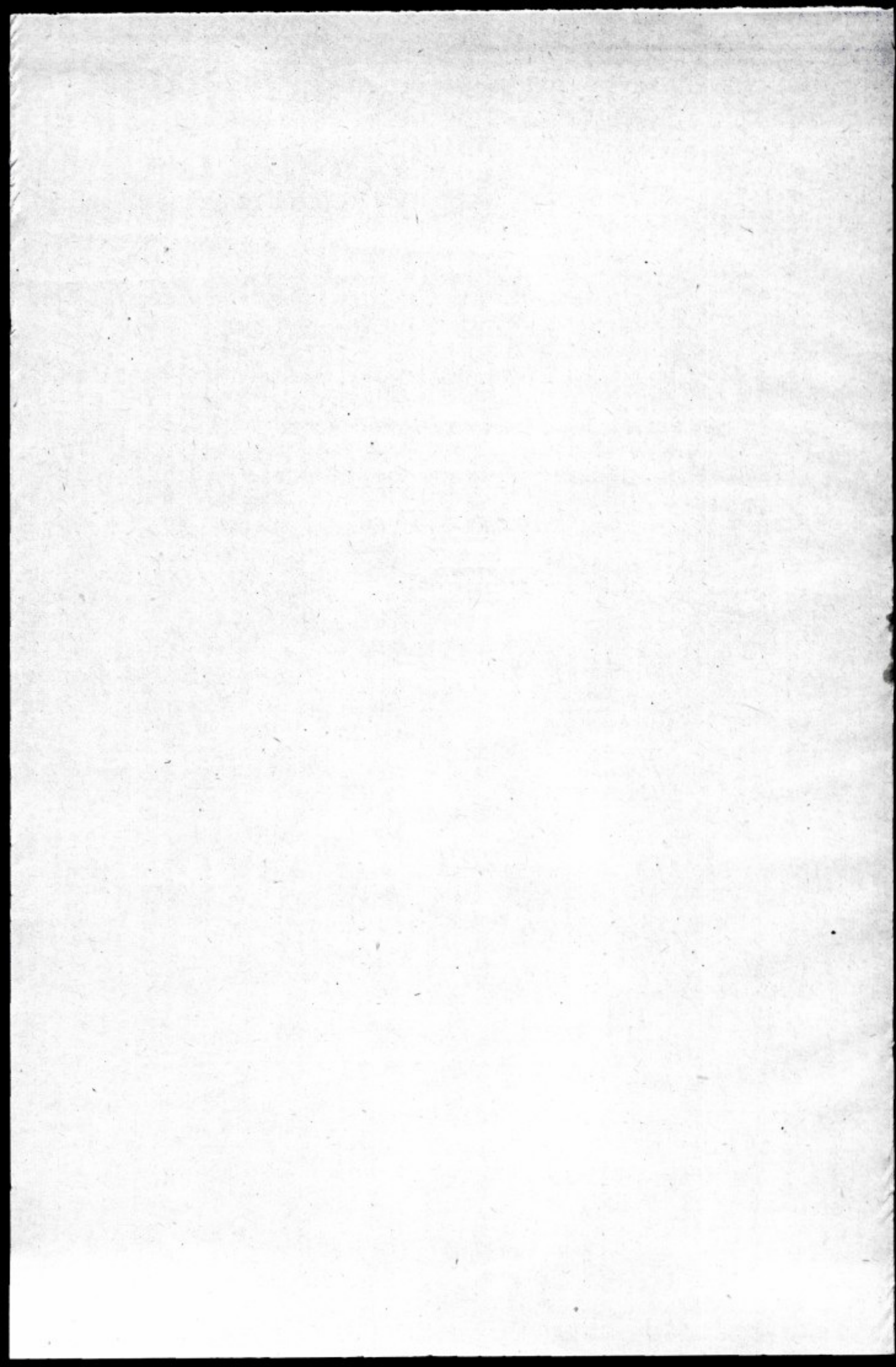
(PUBLICAÇÃO SUBSIDIADA PELA JUNTA NACIONAL DA EDUCAÇÃO)

VOLUME 93.º



COIMBRA

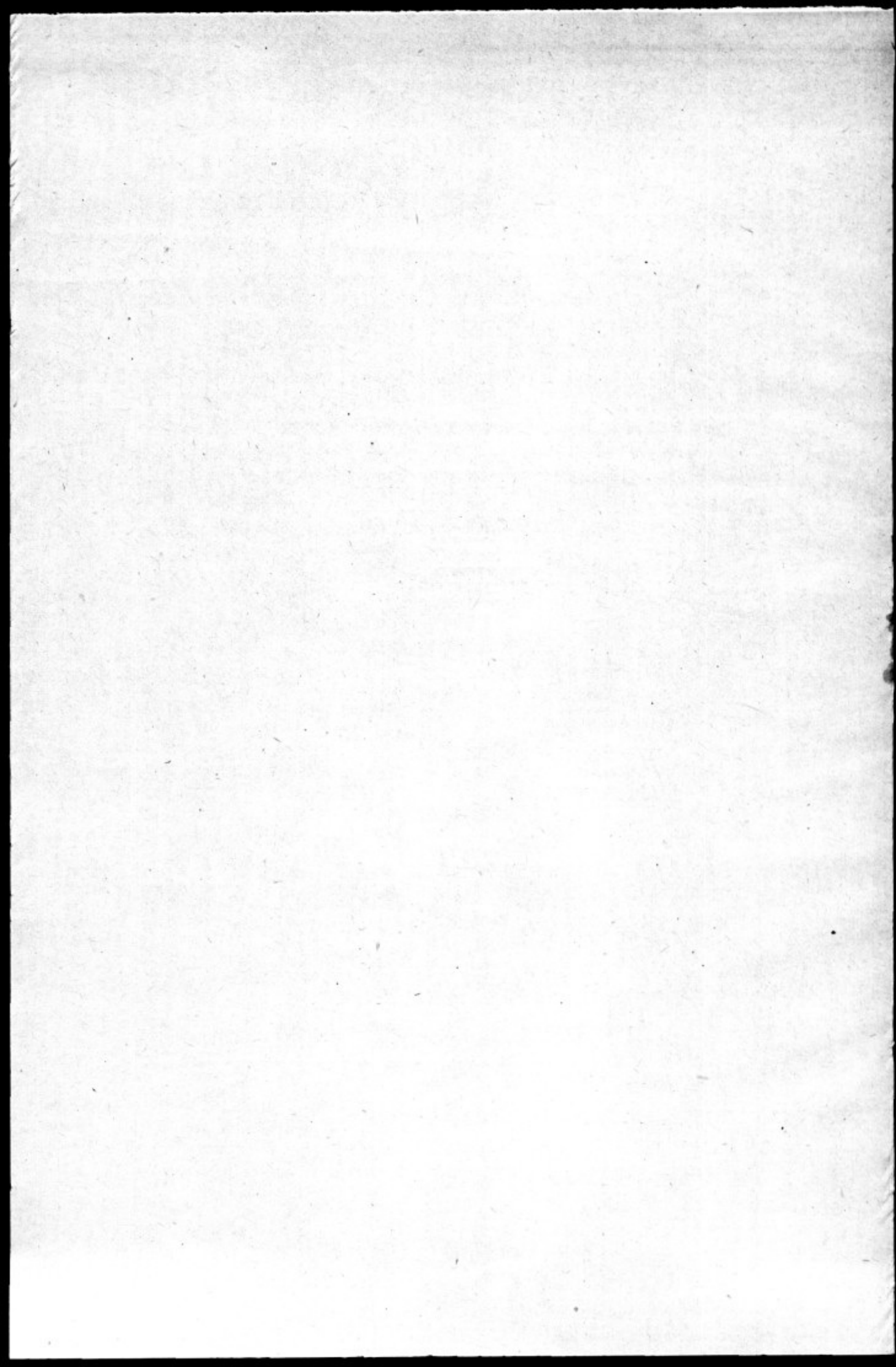
1938



O INSTITUTO



VOLUME 93.º



O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERÁRIA

(PUBLICAÇÃO SUBSIDIADA PELA JUNTA NACIONAL DA EDUCAÇÃO)

VOLUME 93.º



COIMBRA
1938

COMISSÃO DE REDACÇÃO

MEMBROS EFECTIVOS

Presidente, Prof. F. M. da Costa Lôbo, da U. C., D. O. A.—*Vice-Presidente*, Prof. Anselmo F. de Carvalho, da U. C., D. I. G.—*Vo-gais*, Prof. Amadeu F. de Carvalho, da E. I. C. B.—Dr. António Baião, D. A. T. T.—Prof. J. G. de Barros e Cunha, da U. C.—Prof. Beleza dos Santos, da U. C.—Prof. Elísio de Moura, da U. C.—Prof. Eugénio de Castro, da U. C.—Prof. Ferrugento Gonçalves, D. I. S. T.—Prof. Fezas Vital, da U. C.—Almirante C. V. Gago Coutinho.—Prof. Mendes Corrêa, da U. P.—Prof. D. Pacheco de Amorim, da U. C.—Prof. Pedro J. da Cunha, da U. L.—Prof. J. J. Pereira Dias, da U. C.—Prof. J. M. de Queiroz Veloso, da U. L.—Prof. Ricardo Jorge, da U. L.—Prof. M. de Sousa da Câmara, do I. S. A.—Prof. H. Teixeira Bastos, da U. C.

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

ARCO DO BISPO, N.º I — COIMBRA

O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERÁRIA

(PUBLICAÇÃO SUBSIDIADA PELA JUNTA NACIONAL DA EDUCAÇÃO)

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
ARCO DO BISPO, N.º I—COIMBRA

VOLUME 93.º



NÚMERO I

COIMBRA
1938

COMISSÃO DE REDACÇÃO

MEMBROS EFECTIVOS

Presidente, Prof. F. M. da Costa Lôbo, da U. C., D. O. A.—*Vice-Presidente*, Prof. Anselmo F. de Carvalho, da U. C., D. I. G.—*Vo-gais*, Prof. Amadeu F. de Carvalho, da E. I. C. B.—Dr. António Baião, D. A. T. T.—Prof. J. G. de Barros e Cunha, da U. C.—Prof. Beleza dos Santos, da U. C.—Prof. Elísio de Moura, da U. C.—Prof. Eugénio de Castro, da U. C.—Prof. Ferrugento Gonçalves, D. I. S. T.—Prof. Fezas Vital, da U. C.—Almirante C. V. Gago Coutinho,—Prof. Mendes Corrêa, da U. P.—Prof. D. Pacheco de Amorim, da U. C.—Prof. Pedro J. da Cunha, da U. L.—Prof. J. J. Pereira Dias, da U. C.—Prof. J. M. de Queiroz Veloso, da U. L.—Prof. Ricardo Jorge, da U. L.—Prof. M. de Sousa da Câmara, do I. S. A.—Prof. H. Teixeira Bastos, da U. C.

**A revisão das provas dos artigos é de exclusiva
responsabilidade dos autores.**

SUMÁRIO

<i>O psicograma em antropologia criminal</i> , por Luiz de Pina . . .	5
<i>Os portugueses em Bordéus durante o século XVII</i> , por Alfredo de Carvalho	30
<i>L'art portugais du XV^e siècle et le retable des navigateurs</i> , por Emile Schaub-Koch	69
<i>Manuel de Heráldica Portuguesa</i> , por Armando de Mattos . . .	78
<i>Estatutos do «Instituto de Coimbra»</i>	94

O PSICOGRAMA EM ANTROPOLOGIA CRIMINAL

Em 28 de Maio de 1936 publicava o *Diário do Governo* o memorável *Decreto n.º 26.643*, subordinado ao título *Reorganização dos Serviços Prisionais*.

Ao encetar este trabalho, faltaria a um dever e à cortezia se não fizesse sobressair, assim, publicamente, a notável lei que honra com distinção quem a subscreveu, o ilustre Ministro da Justiça Prof. Dr. Manuel Rodrigues.

Ao fazê-lo, gratamente lembro, também, os devotados colaboradores daquele titular, Dr. Augusto de Oliveira, Director Geral dos Serviços Prisionais e Prof. Dr. Beleza dos Santos, criteriosos trabalhadores no campo da Criminologia, que bem sente o efeito das suas tenazes e judiciosas tarefas, no ponto de vista de orientação científica dos Serviços Prisionais.

O Prof. Dr. Abel de Andrade, ilustre Director que foi do Instituto de Criminologia de Lisboa, no prefácio à edição daquele Decreto ⁽¹⁾, classifica-o entre os mais notáveis diplomas de iniciativa do Prof. Dr. Manuel Rodrigues.

E comenta: *Neste momento de transformação do Direito Penal, e, sobretudo, das instituições penitenciárias, como da imperecível polémica àcerca da criminalidade habitual, o*

(1) Abel de Andrade — In *Organização Prisional*. Publ. da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 1936. Lisboa.

Decreto da organização prisional é obra de sensato equilíbrio inspirada na meditação das mais aplaudidas correntes doutrinárias.

Nem a rigidez das fórmulas anteriores à individualização administrativa das sanções, nem os imprudentes excessos da sua determinação.

Domina a organização prisional um pensamento basilar: subjectivação das sanções e, especialmente, da p^{na}, sem prejuízo do seu valor intimidativo.

Noutro lugar, escreveu o douto Professor:

Nas condições em que ficam organizados a Liberdade Condicional e o Indulto (arts. 380 a 407), constituem na verdade êsses dois institutos indiscutivelmente um processo honesto de individualizar sanções...

E, em resumo, exclama:

Êsse Decreto-Lei é, na verdade, um notável Código da Organização Prisional, pela sua unidade integral, método profundamente espiritualista, subjectivação da pena, exame psicológico do delinqüente até aos mais impenetráveis redutos da sua alma.

Lembro, neste momento, estas palavras do grande mestre italiano de Medicina Legal e Criminologia, Salvatore Ottolenghi, a propósito dêsse exame, escritas em 1932:

Es indispensable el conocimiento psicoantropológico del delincuente, a fin de que el magistrado y el funcionario estén en condiciones de interpretar la psiquis del sujeto, para saber proceder con métodos menos engañosos en los interrogatorios; para poder valuar con justicia la temibilidad, la capacidad delictiva; para la aplicación racional y prudente de la condena condicional; para la concessión de atenuantes verdaderamente oportunos; para la apreciación de la buena o mala conducta (diagnosis a veces muy difícil y delicada),

para proponer las relegaciones; para las medidas de vigilancia y de la ammonizione y para sua aplicación, a fin de que tales medids sirvan en realidad no a estimular al delito, sino a inhibirlo (1).

Explica, por seu turno, o legislador:

A necessidade da reforma dos serviços Prisionais é indiscutível para quem conhecer a sua actual organização e os princípios a que deve subordinar-se o regime prisional. A regulamentação dos serviços está consignada em muitos diplomas inspirados em princípios diversos e contraditórios até, o que torna impossível a existência de um plano sério de conjunto; e encontra-se bastante distanciada dos ensinamentos de ciência e da prática penitenciária.

Dito isto, o legislador, ao aludir à mecânica prisional anterior à sua Reforma e, mesmo, às instalações dos estabelecimentos prisionais, afirma que em muitos casos a prisão nada remedeia, convertendo-se a pena, que devia combater o crime, em factor que o multiplica e agrava.

Por outro lado, judiciosamente, escreveu: *não se tem a pretensão de resolver definitivamente o problema — tantos insucessos anteriores impõem limitações a uma aspiração exagerada. Crê-se apenas que se melhora em muito o que existe e que o aperfeiçoamento dos meios de actuação deve trazer consigo resultados manifestos.*

Embora seja grande a modéstia destas palavras, o certo é que muito grande se revela o que conseguiu em tal diploma. Pode mesmo dizer-se que, em matéria criminológica, era só essa a orientação a seguir e só êsses eram os limites a marcar.

(1) Salvatore Ottolenghi: *Identificación psíquica y biográfica y la orientación biológica de la Policía Italiana*. Revista de Criminologia, Psiquiatria y Medicina Legal. n.º 113. Ano. XIX. 1932. Buenos-Aires.

A Nova Reforma Prisional, de facto, encerra os principais pontos da mais moderna ciência criminológica.

Não se ensaia, exemplifica-se. Não se tartamudeia, aponta-se com decisão! É este o grande mérito do brilhante diplôma.

Depois de ter narrado a história das prisões, muito extensa e completa, expõe, no n.º 9 da Introdução do Decreto, os fins do mesmo:

Êste diploma pretende estabelecer um plano completo de organização prisional dos adultos—sistema harmónico e inspirado nos dados e nas indicações da ciência penitenciária; ora as questões fundamentais, os pontos centrais de um regime prisional são os seguintes:

- 1) — *Determinação dos tipos de estabelecimentos prisionais.*
- 2) — *Condições da sua construção e instalação.*
- 3) — *Forma de cumprimento da pênna nas suas várias modalidades.*
- 4) — *Meios de individualizar a pênna durante a execução.*
- 5) — *Processo de fiscalizar o cumprimento da pênna e da aplicação da medida de segurança.*
- 6) — *Meios de adaptação gradual do prêsso ao regime da liberdade.*
- 7) — *Formas de libertação definitiva ou condicional e de modificação ou redução da pênna.*
- 8) — *Instituições post-prisionais.*
- 9) — *Instituições burocráticas ou de outra ordem para que o regime prisional esteja subordinado a um pensamento geral.*
- 10) — *Quadro dos funcionários, forma de recrutamento e requisitos que êstes devem possuir.*

Eis as bases principais da Nova Reforma que justificam, plenamente, minhas palavras inaugurais d'este trabalho.

Depois, o autor sublinha os mais salientes elementos dessa Reforma: individualização da p'ena, classificação dos delinqüentes, seu tratamento, seu estudo profundo, etc. Para os estabelecimentos prisionais, estabeleceu a seguinte classificação dentro da orientação científica que marca a Reforma:

- 1) — *Prisões-escolas.*
- 2) — *Prisões-sanatórios e prisões-hospitais.*
- 3) — *Prisões-maternidades.*
- 4) — *Prisões-asilos para anormais.*
- 5) — *Prisões para criminosos de difícil correcção.*
- 6) — *Colónias penais no ultramar para criminosos de difícil correcção.*
- 7) — *Prisões para delinqüentes políticos.*
- 8) — *Colónias penais no ultramar para criminosos políticos.*

Vê-se, por aqui, o magnífico anseio de melhoria prisional, de acôrdo com a ciência penal, que distribuirá por esses edificios os delinqüentes que entram em prisão.

No projecto de orçamentos futuros destinam-se a esta organização vasta e especializada os necessários auxílios financeiros. Oxalá em breve se satisfaça este desejo, para completa eficiência de tão importante Reforma (1).

(1) Ao tempo de entrar no prelo o presente trabalho, é já conhecido, pela imprensa, o projecto de decreto que institue e orienta a reforma e construção de cadeias, estabelecendo-se a necessária verba, muito avultada.

Outro importante passo dêste diploma é o que determina o regresso à pena de degrêdo, cuja história se faz no mencionado decreto.

Levar-me-ia longe o comentário a todo êste documento.

Saliento que, posta a observação do prêso como eixo de tôda a mecânica prisional, como bem nele se diz, não esqueceu o legislador de providenciar no sentido de que tal exame seja executado contínua e proficientemente.

Dêsse exame depende, em muitos casos, a própria orientação da sentença (observação do delinqüente antes de julgamento) e, quando julgado, do destino a dar-se-lhe.

Por isso o ilustre Ministro da Justiça reformou, também, os Institutos de Criminologia e concedeu pessoal técnico às cadeias principais. Todos os funcionários adstri-tos a tais estabelecimentos ocuparão importante lugar na orientação da execução da pena, o que é uma notável conquista da Antropologia Criminal.

Novas fichas para compilação dos resultados dêsses exames, já de acôrdo com a Reforma, foram executadas e estão em uso nas cadeias ⁽¹⁾ e nos Institutos de Criminologia.

O exame antropológico e psico-moral torna-se, assim, obrigatório para cada prêso. Para concessão de liberdade condicional, de classificação, etc., é sempre ouvido o Conselho Técnico dos Estabelecimentos Prisionais e, por intermédio da Direcção Geral dos Serviços Prisionais e do

(1) A ficha, agora utilizada nas Cadeias Cíveis e estabelecida pelo Decreto 26.643, foi organizada, também, por modelo das que serviam, até então, nos Institutos de Criminologia de Lisboa e Coimbra e na Repartição de Antropologia Criminal do Pôrto e, também, das estrangeiras que adiante se mencionam.

Conselho Superior dos mesmos serviços, os Institutos de Criminologia.

Em reunião dos 3 Directores destes Institutos, Prof. Dr. Béleza dos Santos, Prof. Dr. Luiz de Pina e Dr. João Gonçalves (1), realizada em 29 de Maio de 1937, em Lisboa, sob a Presidência do Director Geral dos Serviços Prisionais, foi deliberado organizar-se, sobre as antigas, a nova ficha de observações. Após o necessário estudo, assim bosquejado, fui encarregado de a elaborar definitivamente, aproveitando os elementos das até então usadas, bem como os da ficha internacional (Sociedade das Nações) e, ainda, as de Institutos estrangeiros (Bélgica, Argentina, Itália, Chile, etc.).

Destaco o admirável estudo de Luiz Cubillos, I. Drapkin e Aguero, intitulado *Projecto de Ficha Criminológica del Instituto de Clasificación y Criminología de la Penitenciaría de Santiago* (2).

Os autores deste trabalho dizem, em nota: *La estructuración en líneas generales de esta ficha ha sido tomada en parte de los conceptos e ideas que en este sentido han vertido autores como Vervaeck, Ingenieros, Loudet, Estapé, etc., y en parte también del concepto que nos hemos formado pessoalmente, después de algunos años dedicados a estos estudios...* (pág. 380).

(1) Entre outros assistentes à reunião cumpre-me dar os nomes dos Dr. Mário Trincão (*Chefe de Secção do Instituto de Criminologia de Coimbra*) e Dr. Abel de Andrade, Filho (*Chefe de Secção do Instituto de Criminologia de Lisboa*).

(2) *In Revista de Ciências Penales*. Ano II. Tomo II. n.º 9. Julho — Agosto de 1936. Vd., também, o valioso trabalho *O. Loudet — La historia de clinica criminológica*. *Revista de Criminologia, Psiquiatria y Medicina Legal*. Ano XXI—n.º 123. 1934 — Buenos-Aires.

Idênticamente posso escrever neste lugar. Esta ficha, juntamente com as já utilizadas nos 3 Institutos e a aprovada pela respectiva repartição da Sociedade das Nações, serviram de base, nas suas linhas mais gerais, à elaboração da actual portuguesa.

Cerca de 9 anos de prática criminológica no Instituto de Criminologia do Pôrto, foram, também, os meus melhores orientadores nessa tarefa.

Escusado será dizer que se fez o possível por não afastar muito a ficha portuguesa das já referidas estrangeiras, porquanto a estandardização dos métodos de observação criminológica deve ser respeitada, a-fim-de se poderem colher os melhores elementos para o estudo internacional comparativo da criminalidade.

Incumbido da sua redacção definitiva pela Direcção Geral dos Serviços Prisionais, puz em execução os principais desígnios já estabelecidos na ficha que organizara, em 1931, para observação de delinquentes e que a seu tempo foi publicada (1).

O projecto da ficha utilizada nos estabelecimentos prisionais, foi também, apreciada e modificada na referida retunião.

Acresce informar que, por Decreto de 8 de Dezembro de 1936, a Repartição de Antropologia Criminal, Psicologia Experimental e Identificação do Pôrto foi transformada em Instituto de Criminologia, idênticamente aos de Lisboa e Coimbra, com uma só secção, desenvolvida, de Antropologia Criminal.

(1) Luiz de Pina — *A investigação biológica criminal no Pôrto*. Arquivo da Repartição de Antropologia Criminal, Psicologia Experimental e Identificação Civil do Pôrto. XX. Vol. I. n.º 3. Pôrto, 1931.

A orientação psico-biográfica do exame de delinqüentes foi também imposta nas fichas em uso nas Cadeias Civis, mais modesta e simples.

Desta maneira, todo o prêso é convenientemente observado, empregando-se êsses boletins que, junto a outros documentos, constituem o respectivo processo, a todo o tempo remetido às instâncias superiores ou aos tribunais, para efeito de liberdade condicional, de classificação, de tratamento, etc.

Para se justificar a importância dos novos serviços dos Institutos de Criminologia e respectivas responsabilidades, basta repetirmos as seguintes palavras do prólogo do Decreto 27.306, que os reorganizou:

Os Institutos de Criminologia podem prestar, neste capítulo, um auxílio precioso aos tribunais na sua missão de julgamento, corrigindo os defeitos de uma justiça penal estritamente técnico-jurídica.

Esta passagem do importante decreto demonstra, soberamente, o alto espírito científico que orientou o legislador, a colaboração da ciência criminológica prestada aos júris dos Tribunais, o que é dizer satisfação já muitíssima louvável ao velho anseio dos criminólogos: — *a individualização da pênna e competente julgamento através de todos os elementos físico-psico-morais do homem que delinqüe.*

Isto significa a aplicação à Criminologia daquele firme princípio da medicina: *Não há doenças, há doentes.* No novo caso: *Não há crimes, há criminosos!*

Mais esta passagem para documentar o alcance da nova reforma dos Institutos de Criminologia e do lugar que lhes foi destinado no julgamento e na execução das penas.

Com a obrigação que se impõe aos Institutos e com os

dados biográficos que os estabelecimentos prisionais virão a fornecer-lhes à medida que se fôr executando a nova reforma das prisões, os tribunais portugueses ficarão habilitados a uma apreciação já relativamente segura da personalidade do delinqüente.

Eis os artigos da Reforma que concedem essa alta função aos Institutos de Criminologia:

Art.º 8.º — As secções de Antropologia Criminal estudarão os delinqüentes sob o ponto de vista antropológico, e especialmente o seu psiquismo.

Para isso disporão dos seguintes elementos (art.º 9.º):

1.º — *Os exames antro-po-psicológicos dos presos nos estabelecimentos prisionais de qualquer natureza instalados na comarca onde o Instituto respectivo tem a sua sede.*

2.º — *Os processos criminais findos, podendo estes processos ser requisitados ao respectivo juiz, que os fará remeter no prazo de oito dias a contar da requisição e que serão devolvidos pelo Instituto no prazo de um mês.*

3.º — *As cópias dos boletins-biográficos dos reclusos organizados nos estabelecimentos prisionais. Estas cópias serão enviadas no prazo de oito dias a contar da requisição.*

4.º — *As informações fornecidas pelos directores e pessoal técnico dos estabelecimentos prisionais, que deverão ser dadas no prazo de oito dias a contar da sua requisição.*

5.º — *O estudo, no local, das causas que possam ter determinado a prática de certos crimes, quando para o seu conhecimento se mostrarem deficientes os dados obtidos, nos têrmos dos números anteriores, e êsse estudo possa ter especial interêsse científico.*

Acresce que os Institutos podem estudar reclusos de outros estabelecimentos prisionais, incluindo delinquentes menores e os de arguidos que esperem julgamento, a pedido da Direcção Geral dos Serviços Prisionais, dos Tribunais, da Polícia judiciária, dos Directores daquêles estabelecimentos, e, ainda, quando êles próprios julgarem necessários tal estudo.

Outras determinações encerra o Decreto 27.306, no que diz respeito a delinquentes com enfermidade mental que, à falta de cárceres especiais ou anexos psiquiátricos, neles serão observados.

Aqui ficam registadas, muito incompletamente, por falta de tempo, as principais disposições dos dois valiosos Decretos sôbre Organização Prisional e Institutos de Criminologia.

Para finalizar esta introdução, resta-me aludir ao desenvolvimento que, por isso, vão tomar as observações antropométricas em Portugal, porquanto em todos os estabelecimentos prisionais elas se farão sistemáticamente.

Para isso e a-fim-de uniformizar métodos, sob proposta do Instituto de Criminologia do Pôrto, fui encarregado superiormente de redigir uma pequena memória sôbre as regras antropométricas a que hão de obedecer as observações citadas, reduzindo-as a um mínimo consentâneo com a Antropologia Criminal e a Identificação somática dos reclusos.

Da mesma forma, e satisfazendo sugestões apresentadas pelo ilustre Ministro da Justiça, estou elaborando um modesto *Manual de Antropologia Criminal*, destinado a guia de juristas e médicos, para boa interpretação das disposições respectivas decretadas nos mencionados diplomas,

*

Pôsto isto, passo ao tema dêste trabalho, que será curto.

Como se vê, o indispensável e, valiosíssimo estudo psicológico profundo do delinqüente é função dos Institutos de Criminologia.

Na respectiva ficha, já em uso, se inscreveram os principais pontos a investigar nesse campo, de forma a dar-se, a quem ler o relatório, uma idea de conjunto ou mesmo que possa elucidar, rápidamente, os leitores, neste caso os dignos magistrados que hão-de pronunciar-se sôbre o recluso.

Aqui se transcreve esta parte da ficha do boletim bio-psicológico :

III PARTE:— *Exame psicológico*

Atitude
Expressão
Voz
Olhar
Mímica
Gesticulação

Inteligência
Atenção
Memória

Imaginação
Sugestionabilidade

Raciocínio
Vontade
Impulsividade

Afectividade { Amor próprio
Egoísmo
Sentimentos { Familiares
 { Sociais

SENSO MORAL

Constituição psicopática (1)
paranóica
perversa
mitomaníaca
ciclotímica
hiperemotiva

Disposições afectivas (2)
avidez
bondade
sociabilidade
actividade
emotividade

Perturbações mentais

Atenção
Memória
Percepção
Raciocínio
Consciência
Afectividade
Actividade psico-motora
Linguagem
Obsessões, alucinações e impulsões

Por outro lado, esse resumo é compreendido num diagrama ou psicograma, diagrama simples, de superfície.

(1) e (2) Seg. Delmas & Boll. *La Personnalité humaine. Son analyse.* Paris. 1935.

No serviço da Escola Superior de Polícia e Serviços anexos, de Roma, utiliza-se, desde há anos, um psicograma, a que já me referi em 1931⁽¹⁾, que representa a síntese do estudo bio-psicológico dos delinquentes, imaginado pelo Prof. Ottolenghi, com quem tive a honra de privar nos seus laboratórios, naquele ano⁽²⁾. Fui pôsto ao corrente do método utilizado para o preenchimento desse psicograma pelo ilustre criminólogo e sucessor de Ottolenghi, o Prof. Benigno di Tullio, a quem vi proceder ao exame completo de delinquentes no seu serviço do Cárcere *Regina Coeli*.

De regresso a Portugal, por meu turno, compuz uma ficha bio-psicológica que desde aquêle ano de 1931 se utilizava, frequentemente, na Repartição de Antropologia Criminal, Psicologia Experimental e Identificação Civil, antecessora do Instituto de Criminologia, onde, então, exercia o cargo de Chefe de Serviço.

Publiquei o modelo dessa ficha, justificando a sua utilização e indicando as fontes que me serviram para elaborá-la⁽³⁾.

Contudo, não cheguei a utilizar o modelo do psicograma de Ottolenghi.

Mais tarde, após a leitura dum trabalho do Prof. Men-

(1) Luiz de Pina. *A investigação biológica criminal do Pôrto*. Arquivo da Repartição de Antropologia Criminal, Psicologia Experimental e Identificação Civil. Vol. I. n.º 3. 1931. Pôrto.

(2) Salvatore Ottolenghi — *Il Psicograma per lo studio del delinquente*. Bolletino delle Scuola Superiore di Polizia e dei Servizi Tecnici Annessi (Scuola di Polizia Scientifica). Anos 1929 e 1930. Fasc. 19 e 20. Roma, 1931. Pág. 109-116.

(3) Luiz de Pina — *A investigação biológica criminal no Pôrto*. Ob. Cit.

des Correia (1), decidi-me a aplicar o seu psicograma, embora acidentalmente. Já então pensava em organizar, com mais largueza, nova ficha que satisfizesse a necessidade duma observação completa de criminosos. E, desde então, procurei obter a fórmula ou figura que permitisse, com facilidade, resumir o mais significativo dinamismo psicológico do homem delinqüente.

Porém, sabia que estava em estudo uma reforma dos Serviços Prisionais e dos Institutos de Criminologia, a que já aludi. Nestas condições, esperei ocasião oportuna, que chegou, de facto. A tudo me referi já. E então, sendo posta em causa a delicada parte da mencionada nova ficha que havia de ser adoptada nos três Institutos de Criminologia do país, em reunião a que já me reportei, decidiu-se adoptar, provisoriamente e por unanimidade, o perfil psicológico em uso na Escola de Roma.

Pêlas mesmas razões que o Prof. Mendes Correia compendia em nota a um seu trabalho de 1934 (2), o psicograma de Ottolenghi não satisfazia os princípios a que devia obedecer aquêle que desejava inserir na ficha designada.

Por outro lado, o psicograma proposto pelo Prof. Mendes Correia, embora simples e vasado nos moldes duma vulgar representação gráfica, era, ainda, um pouco incómodo para preenchimento e leitura. A êste propósito informo que já Rossolimo, aliás citado por Mendes Correia, imaginara, anteriormente, perfis-gráficos muito semelhantes ao dêste último autor. Kvinte, entre outros, utili-

(1) Mendes Correia -- *Fórmulas e perfis individuais na Antropologia Criminal*. Arquivos de Medicina Legal e Identificação. VII. 1933. Rio de Janeiro.

(2) Mendes Correia. *Da Biologia à História*. Cap. IX. 1934. Pôrto.

zara-os e modificara-os em 1925 (1), nos boletins de doentes nervosos que observara, como elucida Witold Aubrin, em recente estudo (2).

De modo geral, o perfil psico-moral dos delinquentes, registado por graus em simples gráfico, usa-se, há muito, no citado laboratório do Carcere Regina Coeli, de Roma, por iniciativa de Ottolenghi, que destarte informa sobre a *Cartella Biografica del Pregiudicato*, onde se colhe o mencionado perfil: *iniziata da noi nel 1903 col «Complemento psicologico biografico», raggiunse il suo completamento nel 1925 colla successiva collaborazione dei nostri allievi Gasti e Falco, e venne recentemente aggiornata al nuovo Codice penale Rocco* (3).

Por outro lado, Delmas e Boll, em 1922, imaginavam a graduação das disposições afectivo-activas, cujos *types extrêmes soient représentés respectivement par + 3 et par - 3 ... Le type moyen correspondrait au chiffre 0, et on aurait entre les extrêmes cinq stades intermédiaires représentés par + 2, + 1, 0, - 1 et - 2, ce qui constituerait en tout pour chacun des cinq éléments constitutants* (disposições afectivo-activas: Avidez, Bondade, Sociabilidade, Actividade e Emotividade) *sept notes ou degrés distincts* (4).

Partindo deste princípio, Delmas e Boll incluíam já, em fórmulas simples, as referidas características psico-mo-

(1) L. A. Kvinte. *Die Psychologischen Profile der postencephalitischen Parkinsoniker*. 1925 (citado por Witold Aubrun).

(2) Witold Aubrun. *État mental des Parkinsoniens. Contribution a son étude expérimentale*. Paris. 1937.

(3) Salvatore Ottolenghi. *Identificazione psichica e biografica e l'orientamento della Polizia italiana*. Giustizia Penale. P. I. Ano XXXVIII (VIII da 4.ª série), fasc. V—VIII, 1932. Roma.

(4) Delmas & Boll—*La Personalité humaine*, etc. Ob. cit. (1.ª edição, 1922).

rais. Assim é que, designando a Avidez por *A*, a Bondade por *B*, a Sociabilidade por *S*, a Actividade por *A* e a Emotividade por *E*, eis como estabelecem, por exemplo, a fórmula pertinente a um *intrigante*:

$$E = 0 \quad V = + 2 \quad B = - 1 \quad S = - 3 \quad A = + 1$$

*

Tendo sido encarregado, como disse, de redigir e fazer imprimir a nova ficha, conforme com as bases aprovadas na citada reunião, voltou mais insistentemente ao meu espírito insatisfeito, a-pesar-de tudo, a questão do psicograma ou diagrama psicológico a adoptar-se.

Imaginei, então, aquêle que vai representado na figura seguinte e que ficou registado na mencionada ficha (1):



(1) Aprovada por S. Ex.* o Ministro da Justiça em 30 de Junho de 1937.

Trata-se da adopção de três graus para cada elemento psicológico considerado: (—) (+ —) (+), isto é, *deficiente, médio e excedente (hipo, meso e hiper)*. Em vez de colunas e pontos a unir por meio de rectas, como nos demais já citados, construí um diagrama composto por um círculo dividido em 3 grandes sectores concêntricos, cada um, pela sua própria área, correspondente às três gradações acima indicadas: a menor coincide com a *deficiência*, a maior com a *excedência*, a intermédia com a *média*. Facilitada, assim, a questão dos graus, que resumi a três, restava aplicar-lhe os elementos psico-morais a estudar.

Depois de muitas tentativas resolvi adoptar os seguintes:

{ Inteligência
 { Atensão
 { Memória
 { Raciocínio

Sinceridade

Afectividade (bondade, etc.)

Avidez (resistência à)

Sociabilidade

Emotividade

Vontade (resistência à sugestão, etc.)

Actividade

Tendência para o trabalho

Serviram-me de pontos de orientação os citados perfis de Rossolino e, principalmente, o método de registo de observações de Kretschmer (1), não esquecendo a lição de Delmas & Boll (2), aproveitado, já, na nova ficha dos Institutos de Criminologia de Lisboa, Coimbra e Pôrto.

Consideradas as regras desses autores, a que junto Rorschach (3), dividi o círculo do diagrama em 12 partes, tantas quantas as qualidades estudadas.

O preenchimento dos sectores, assim constituídos, é tarefa mais simples: basta tracejar o respectivo sector, na zona reservada aos graus +, +- ou -.

Se a observação nos revela um grau muito inferior (--) ou muito superior (++), bastará cruzar o tracejado. Assim vai demonstrado no exemplo imediato, respeitante a um homicida: inteligência, atenção, memória e raciocínio rudimentaríssimos; pouca sinceridade, afectividade quasi nula, vulgar resistência à avidez, sociabilidade reduzida, escassas emotividade e vontade, actividade e tendência para a trabalho regulares.

Como se vê, acumulam-se no disco central, correspondente ao grau da deficiência, as qualidades psico-morais observadas.

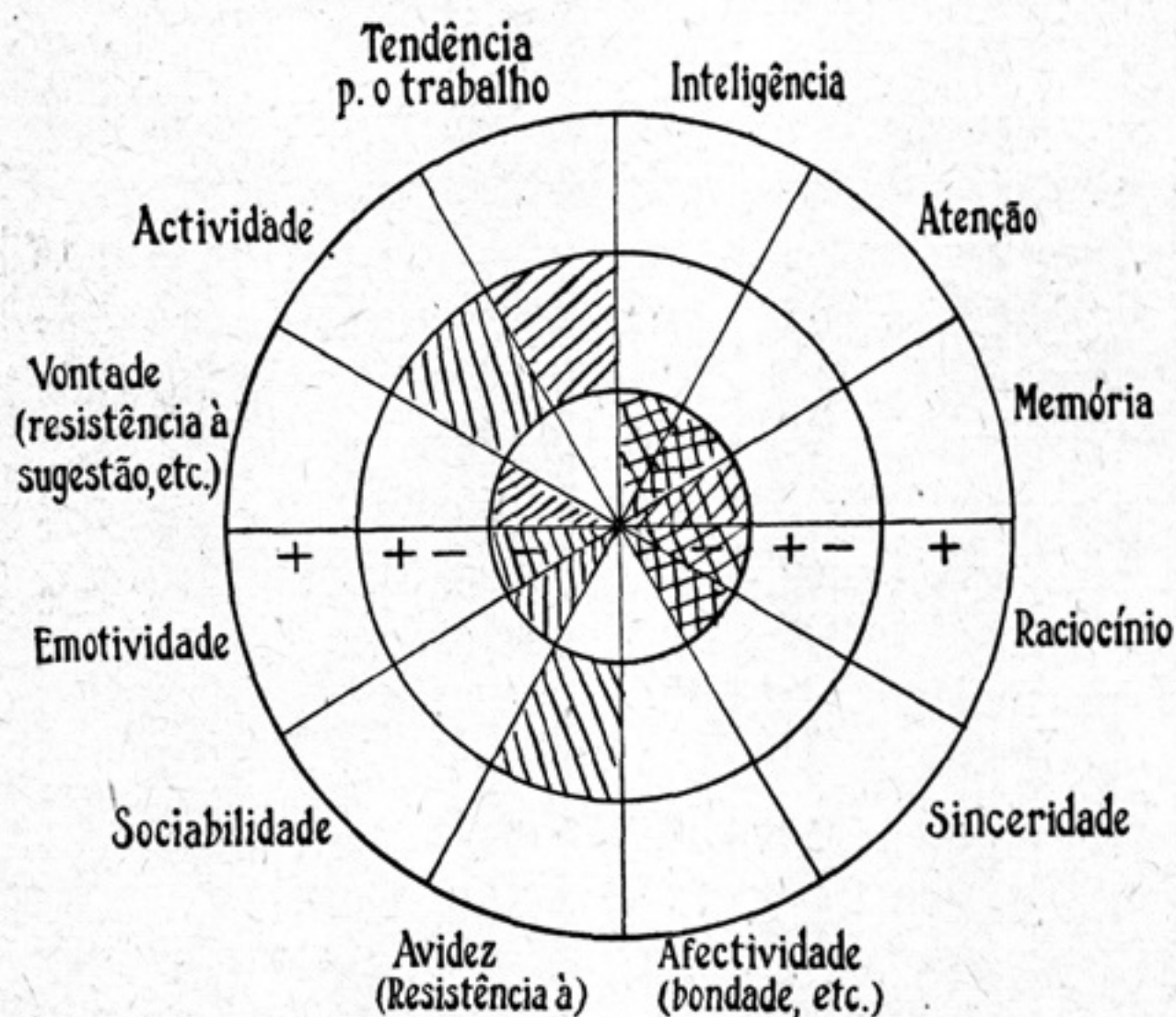
Imediatamente se depreende como está inferiorizada a personalidade psico-moral desse individuo, que atinge a raia patológica (inteligência, atenção, memória e raciocínio).

Trata-se, de facto, dum degenerado inferior:—

(1) Kretschmer — *Manuel Théorique et Pratique de Psychologie Médicale*. 1937. Paris.

(2) Delmas & Boll — *La personnalité humaine*. Ob. cit.

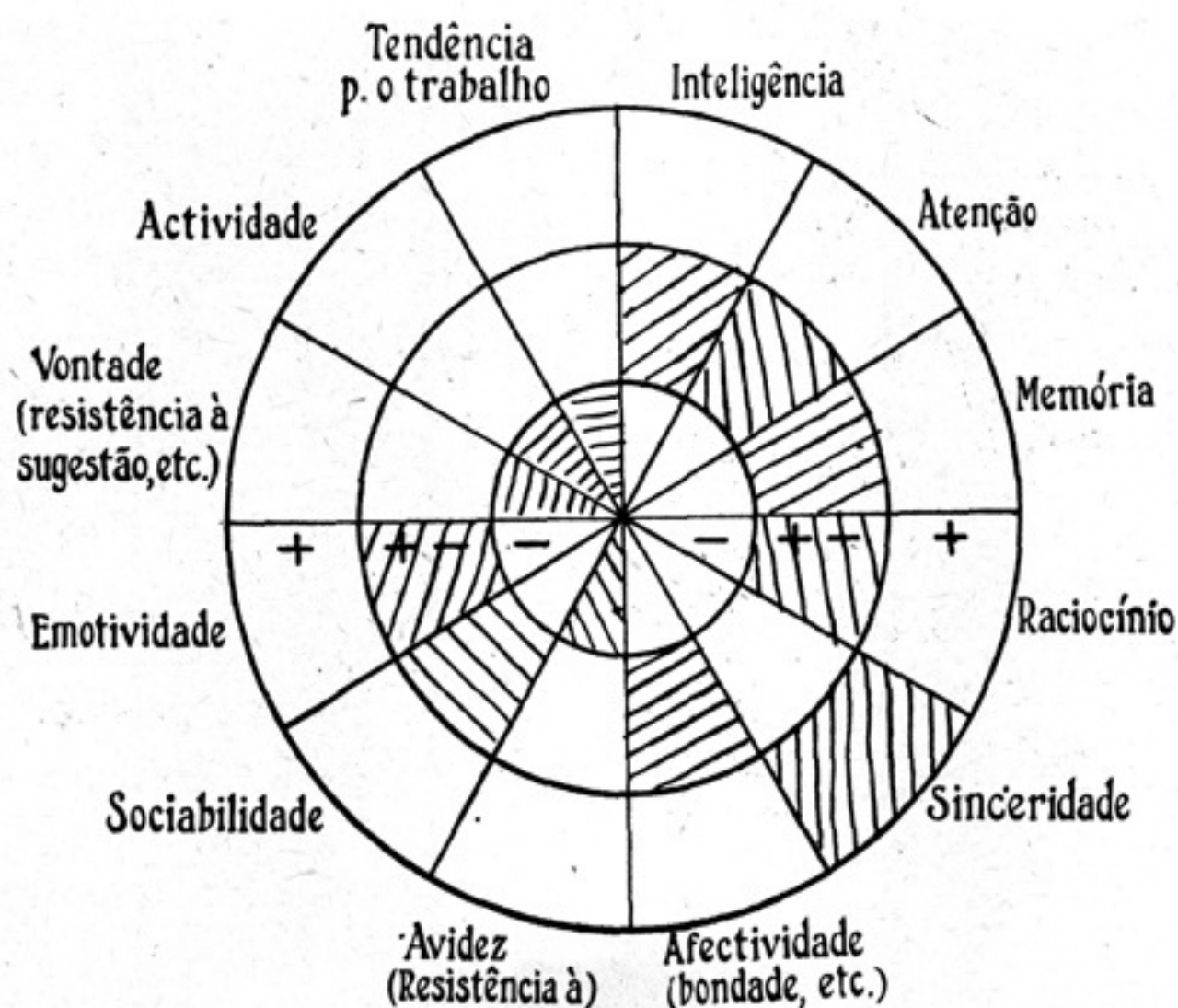
(3) H. Rorschach — *Psychodiagnostik*. 1937. (1.ª ed., 1921. 2.ª ed., 1932). Berlim.



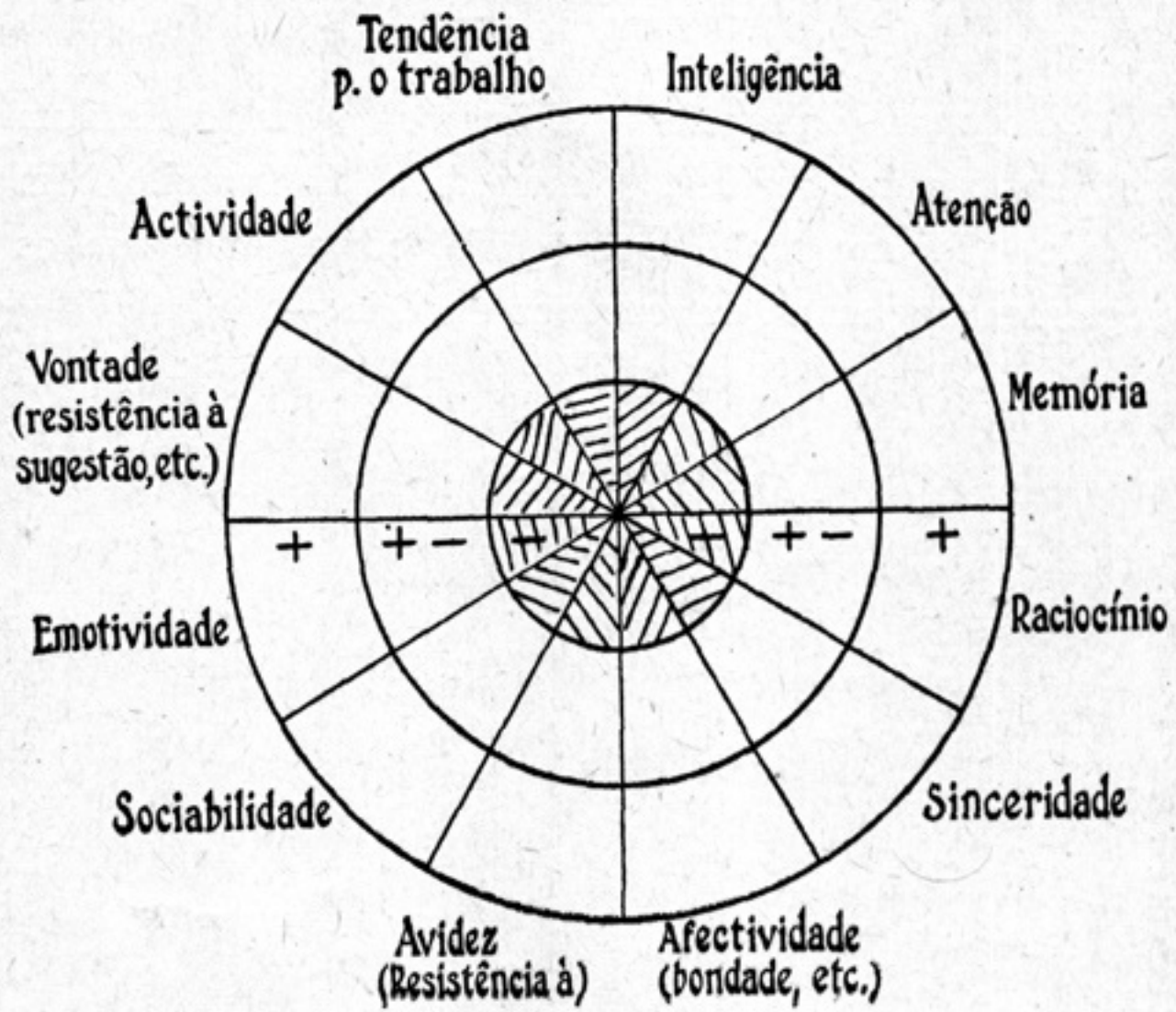
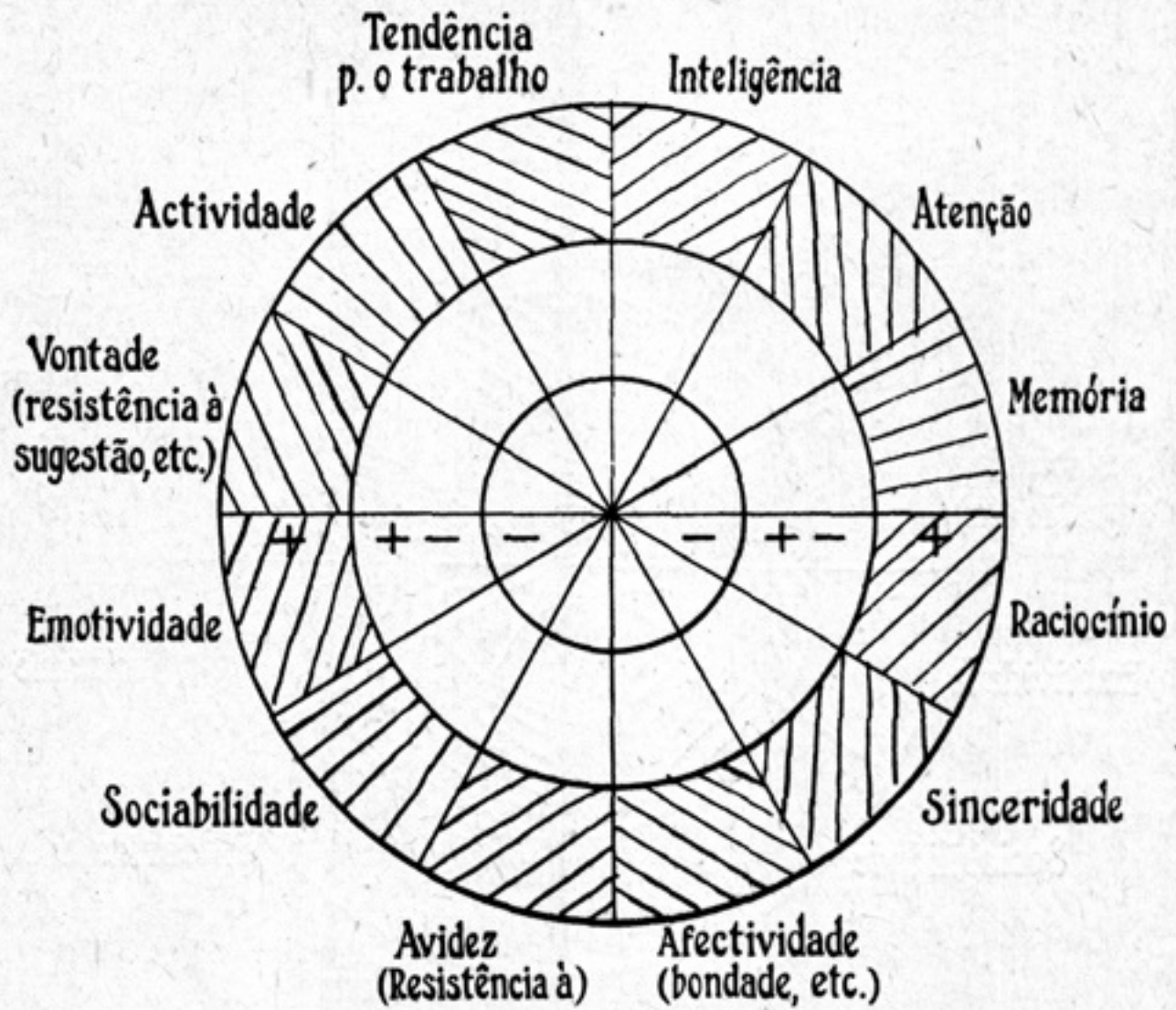
Outro exemplo: indivíduo com regulares inteligência, memória, atenção e raciocínio; sinceridade muito apreciável, afectividade regular, fraquíssima resistência à avidéz, sociabilidade e emotividade normais; escassa resistência à sugestão, fracas actividades e tendência para o trabalho:— trata-se dum carteirista.

É bem marcada a diferença entre este diagrama e o antecedente.

A zona média (+ -) sobrepuja as duas restantes:—



Não posso deixar de dizer que aos tipos ideais dum homem bastante perfeito, ou, melhor, dum muito bem dotado e doutro muito mal dotado, corresponderiam os seguintes diagramas, extremamente ideais:—



Entre estes dois tipos ou padrões escalam-se, naturalmente, uma longa série multiforme de personalidades psico-morais.

Julgo que o diagrama psicológico que apresento se caracteriza, pelo menos, por três qualidades: singeleza, clareza e rapidez de leitura.

Estas foram as que desejei reunir:— julgo tê-lo conseguido.

Quanto aos métodos de avaliação das qualidades psico morais que se registam no referido diagrama, devo esclarecer que se escolhem, também, os mais simples e rápidos. A escassez de instrumental, aliás prescindível em grande número de casos, condiciona, naturalmente, esses métodos, por vezes improvisados.

Todavia, acresce lembrar que na avaliação dessas qualidades se terão em conta, sempre, as regras que o Prof. A. Gemelli, insigne Director do Laboratório de Psicologia Experimental da Universidade Católica do Sacro Cuore (Milão), há 3 anos, expunha num dos seus mais distintos trabalhos (1).

Para rematar, direi palavras suas:

Oggi non è più possibile parlare in psicologia di misura nel senso di una misura diretta. Con questo però non viene escluso che si abbiano in psicologia misure indirette e tanto meno viene escluso che in psicologia si possa parlare

(1) Fr. Agostinho Gemelli. *La misura in Psicologia*. Rivista di Filosofia Neo-Scolastica. Ano XXVI. Fasc. V. VI. 1934.

Vd., também, do mesmo: *Metodi compiti e limiti della Psicologia nello studio e nella prevenzione della delinquenza*. Pubblicazioni della Università Cattolica del Sacro Cuore. Vol. IX. 2.ª ed. 1938. Milão.

de leggi, di costanza di fenomeni, di applicazione del principio di causalità (accenno rapidamente), ossia non si può per questo giungere ad accettare l'affermazione di coloro che negano che la psicologia sia una scienza.

(Trabalhos do Instituto de Criminologia do Pôrto).

LUIZ DE PINA

Prof. Aux. da Faculdade de Medicina
Director do Instituto

*

RÉSUMÉ

LE PSYCHOGRAMME DANS L'ANTHROPOLOGIE CRIMINELLE

— L'Auteur, après avoir résumé la notable Reforme des Prisons au Portugal (Décret n.º 26.643, du 28 Mai 1936) et aussi des Instituts de Criminologie de Lisboa, Pôrto e Coimbra, dus au Ministre de la Justice Prof. Dr. Manuel Rodrigues, indique l'orientation y marquée sur l'examen des délinquants, qui doit être profond (morpho-physio-psychologique), ce qui révèle la plus moderne conception des délits et des criminels (individualisation de la peine, liberté conditionnelle, etc.).

L'Auteur, en se basant sur les travaux de Rossolimo, Kretschmer, Delmas, Boll, Ottolenghi et Mendes Correia présente une nouvelle méthode d'enregistrement graphi-

que des plus frappants éléments de la personnalité psychomorale des délinquants.

Ce psychogramme originel a été déjà inclus dans les nouveaux bulletins d'observation criminelle des Instituts de Criminologie, adoptés par dépêche ministériel du 30 Juin 1937, élaborés, aussi, par l'Auteur.

Il donnera aux Juges et à tous ceux qui doivent étudier ces bulletins une idée rapide sur la personnalité psychomoral du délinquant.

OS PORTUGUESES EM BORDÉUS DURANTE O SÉCULO XVII (1)

O Parlamento aproveitou excelentemente o ensejo para ferir o prestígio do governador, proibindo a saída de trigos para fora da província: a decisão do Parlamento foi confirmada no Conselho de Estado. O autoritarismo do governador dobrou vencido, mas reanimou-se em seguida para novos saltos. O duque d'Epéron não era homem que baixasse a frente à primeira vitória do inimigo, mesmo quando esse inimigo dispusesse manifestamente de maior força: na vontade dele, rija como o aço, escondiam-se energias terríveis (2).

Enfurecido, ele iria acender fogueiras no meio de motins, de guerras intestinas, de represálias cruéis. A ambição do poder sem limites era nele um sentimento predominante que excluía tôdas as transigências e que afrontava tôdas as coligações.

Entretanto o povo arrastava-se ao pêso dos impostos exagerados, das calamidades da guerra e da peste (3). O

(1) Cont. do n.º 5, vol. 91, pág. 452.

(2) Epéron foi sempre o homem possuído do sentimento da sua grandeza — grandeza no mando, na opulência, na acção e mesmo no ódio e na vingança.

(3) «Députation de MM. de la Barrière et Béchon, jurats, pour aller informer le Parlement que la contagion se manifestoit en plusieurs endroits; que la ville n'avoit aucun fonds pour subvenir aux nécessités que cette maladie entraînoit...» — (f.º 76) Ibidem.

Duque d'Epéron, sob o pretexto de impor em Bordéus a influência do ministro Mazarino, recorria a todos os meios de tirania, à vigilância junto das autoridades⁽¹⁾, às perseguições contra a burguesia⁽²⁾, à repressão contra a campanha de boatos⁽³⁾, às restrições do comércio⁽⁴⁾, às violências contra o Parlamento⁽⁵⁾, e por fim, à guerra civil, contra os que não seguiam o partido do primeiro ministro.

A população sofreu não só todos os deploráveis efeitos da luta entre os ambiciosos do poder, mas ainda todos os excessos indescritíveis de bandos armados e de tropas insolentes. A soldadesca desvairada marcou com um sulco de ruína os terrenos que pisou: destruiu searas, incendiou igrejas, pilhou aldeias inteiras, afugentou os povos e espalhou o terror. Desatinada e feroz, a soldadesca tornou-se o pavor dos camponeses que habitavam entre Libourne e Bordéus. Em que ambiente de calamidade e de miséria se fechou o segundo quartel do século XVII!

A Jurada submeteu-se ao governador. O Parlamento tomou o partido contrário. A cidade dividiu-se em dois campos inimigos.

Chegou então a Epéron o ajuste de contas. Mazarino e a côrte, por conveniência política, davam-lhe fôrça, e os bandos armados mostravam-se prontos a tôda a vingança.

(1) Essa vigilância dirigia-se aos jurados, ao Parlamento e ao alto clero.

(2) Carta do Duque d'Epéron aos consules d'Agen em que se manda suspender todo o comércio com Bordéus. — *Archives Historiques du Départ. de la Gir.* Supl. E Agen E E 2).

(3) Carta aos consules d'Agen em que se determina que sejam presos os boateiros. — *Ibidem*).

(4) Proibição do comércio de Agen com Bordéus.

(5) Proibição de certas decisões do Parlamento. — *Ibidem*).

O parlamento, apoiado pela burguesia, entrou na guerra⁽¹⁾. O principal episódio da primeira fase da guerra foi o cerco de Libourne⁽²⁾.

Foi um cerco que durou apenas dois dias, e em que os atacantes não deram mostras de grande valor. Abriu-se

(1) Eis uma carta d'Epernon sobre a atitude do Parlamento: «Je viens d'apprendre que, notwithstanding l'heureuse conclusion de la paix que le roi a accordée avec grande ioie et submission, quelques seditieux du parlement de Bourdeaux ont esmu le menu peuple et en ont obligé une partie à prendre les armes; et, bien que ie ne doute nullement que cette canaille ne se dissipe au premier iour et que ie sois resolu, si elle ne se met pas à la raison, de l'y aller ranger moi mesme, neantmoins, comme les malicieux pourroient publier la chose autrement qu'elle n'est et alarmer les bons subiets de Sa Maies-té, je vous en ai voulu donner advis par ces lignes...». — *Archives Historiques du Dép. de la Gironde*. Supl. E Agen E E 2).

(2) Acêrca dêste episódio há duas cartas, uma de 24 de Maio de 1649 em que se anuncia o cerco, e outra de 26 de Maio em que se informa da victória alcançada pelos epernonistas. Ambas se encontram nos Arquivos Históricos da Gironde. É muito curiosa esta última carta pelos pormenores que nos faz conhecer. Vai a seguir transcrito um trecho:

«Tous les bons subiets du Roy soient informes de l'heureux succes qu'il a pleu a Dieu donner aux armes de Sa Maies-té, soubz le commandement de Monseigneur, qui, sans se vouloir donner la patience d'attendre la jonction de toutes les troupes qui sont dans ce gouvernement, est venu ce jourd'huy, a midy, avec six cens hommes de pied et quatre cens chevaux, secourir cette ville que les rebelles de Bordeaux tenoient assiegée avec cinq cens chevaux et cinq mil hommes de pied soubz le brave Chambrette, qui a faict si peu de resistance qu'il s'y est laissé tuer et mestre en desroute toutes ses troupes, dont plus de huit cens hommes sont demeures sur la place, plus de quatre cens noies et le reste prisonnier ou en fuite; en suite de quoy, la garnison de la ville ayant detache quelques hommes qui se sont joints a d'autres que Monseigneur a commandes, on s'est allé saisir de leur artillerie qui consistoit en trois belles pièces de

o ciclo das guerras da Fronda. Bordéus organizou a defesa com barricadas, obras de fortificação e alistamento das milícias enquanto os soldados do Duque saqueavam a região, atacavam o castelo de Vayres, incendiavam a igreja de Camblanes e cometiam desordens e excessos. As negociações de paz entabuladas pelo marquês d'Argenson, por conselho do rei, não chegaram a resultado algum. Nem os bordelenses nem os partidários do Duque d'Epéron desarmaram. A guerra continuou mais dura do que até ali.

É certo que depois da derrota de Libourne o Parlamento reorganizou as suas forças, mas isso não impediu que o governador entrasse na cidade ao som de trombetas, embora mal recebido pelo povo e apenas saúdo pela Jurada (1).

canon. Nous sommes entres dans la ville avec un nombre considerable de prisonniers.»

Carta de Symony aos cônsules de la Réole e doutras cidades.
— *Arch. Hist. du Dep. de la Gir.*

(1) «Il n'eût pas de peine à reconnoître que sa présence n'étoit pas fort agréable aux Bordelois; ils se renfermoient dans leurs maisons por n'être pas obligés de le voir et de le saluer.» (*Hist. de Bordeaux*, Dom Devienne, pág. 312, Ed. 1771).

Eis como os partidários d'Epéron referem o mesmo facto:

«Messieurs, vous vous plaindriez de moy avec raison si Monseigneur n'ayant pas le loisir de vous informer de son arrivée en cette ville, je ne prenois celuy de vous la faire scavoir et de vous dire qu'elle a esté la plus glorieuse que le pouvions souhaitter. Vous en scaures le destail de M. Bridon, et moy je me contenteray de vous dire en gros que, sans aucune condition de la part de mondict seigneur, il a obtenu toutes celles qu'il a désirées des habitans de cette ville, qui l'ont receu avec des cris continuels de: *vive le Roy!*»

Carta de Symony aos cônsules d'Agen. Datada de: Bourdeaux, 7, Juin, 1649.

(*Arch. Hist. du Dep. de la Gironde. Supl. E Agen E E 3*).

A guerra dos partidos em breve se declararia pela desobediência dos burgueses a uma convocação do governador, por novas violências cometidas contra o Parlamento e pela reacção das massas populares.

A situação turvou-se e o Duque refugiou-se no seu palácio de Cadillac. Tocou-se de novo à guerra. Lusignan atacou as fôrças d'Epernon e venceu-as. A fortaleza do Château-Trompette, nas mãos de partidários do rei, bombardeou a cidade e destruiu um bairro inteiro. A fortaleza tornou-se o centro dos episódios da guerra. Contra ela dirigiram operações Salleboeuf e Despagnet que concluíram pela capitulação dos seus defensores⁽¹⁾.

No entanto, após o revés, Epernon voltou à carga. A luta trava-se então entre Lormont e La Baranquine. Epernon, à frente de tropas chegadas de Itália e Espanha, cercou Bordéus e atacou a cidade do lado do nascente. Enquanto uma parte do exército sitiante se deixava vencer no Bacalan⁽²⁾, os Epernonistas eram destroçados nas margens

(1) «Après plus de deux mois de siege, pendant lesquels les Bourdelois rebelles ont perdu quantité de monde et fait des despen-
ses qui les ont entierement espuisés et obligés a tyranniser tous les
bourgeois, le sieur Haumon, qui commandoit dans le Chasteau-Trom-
pette, en est enfin sorti a composition honorable, ce qui ne laisse pas
de donner occasion à ces mutins de s'en glorifier, mais ils seront bien
estonnés lorsqu'ils verront au premier jour les vaisseaux du
Roy et les troupes que Sa Majesté m'envoie et avec lesquel-
les j'espère moiennant l'aide de Dieu, les reduire bientost à la
raison...»

Carta do duque d'Epernon aos consules d'Agen.

Arch. Hist. du Dep. de la Gironde. (Supl. E Agen E E 3).

(2) Um bairro situado do lado do norte, junto ao rio.

do Garona. A paz estabeleceu-se no fim de 1649, graças à intervenção de Luiz XIV ⁽¹⁾.

Esta paz foi obtida a solicitações do príncipe de Condé; eis porque, ao declarar-se o movimento da Fronda, a cidade reconhecida ao príncipe e adversa a Mazarino, seguiu o partido dos príncipes e acolheu calorosamente a princesa de Condé.

Os Frondistas levaram de novo o Parlamento e a cidade para a guerra. Epernon veio com Meilleraye ocupar a ilha de Saint-Georges e avançou até Blanquefort ⁽²⁾. Aqui se deu o recontro entre os dois partidos: Epernon pôs em debandada as fôrças que o atacaram. Pouco depois a ilha de Saint-Georges foi retomada pelos frondistas bordeleses. Mazarino veio até à Guiana, acompanhado da rainha regente e do príncipe, no intuito de negociar a paz... mas nada resultou das suas diligências, pois que a paixão política cegava os frondistas de Bordéus, e esta conduziu a população às piores violências, aos massacres de prisioneiros, a desordens nas ruas, e a conflitos com o Parlamento.

A guerra prosseguia com fracassos para Mazarino. As tropas reais que vieram de novo sitiar a cidade, foram repelidas, e um ataque de surpresa ao bairro de Saint-Seurin frustrou-se. Os valentes da Gasconha, ao serviço de Bordéus, batiam-se corajosamente e não cediam um palmo aos inimigos. Mazarino tomou o caminho das negociações. Fixaram-se as cláusulas da paz. O Duque d'Epernon foi

⁽¹⁾ «Le Parlement, après avoir enregistré la lettre du roi, alla en robe rouge, avec tous les corps de la ville, faire chanter un *Te-Deum* à Saint-André. Le soir il y eut un feu de joie, des illuminations, On tira le canon toute la nuit». (*Histoire de Bordeaux*. H. Gradis, p. 253).

⁽²⁾ Pequena povoação distante 12 quilómetros de Bordéus.

demitido de governador da Guiana; em seguida, desanuviado o horizonte, a cidade recebeu a visita de Luiz XIV a qual se assinalou por festas impressionantes e grandes manifestações de regosijo público (1).

Não se julgue porém que os fermentos de revolução haviam sido de todo destruídos. Em 1651 graves desinteligências surgiram entre Ana de Áustria e o príncipe de Condé a quem fôra dado o govêrno da Guiana. O triunfo da Fronda trouxera o exílio de Mazarino: mas não tardou que êste, chamado de novo ao poder, reacendesse uma segunda guerra da Fronda (1652). Ao primeiro sinal de alarme Condé retirou-se para Bordéus, solicitou o apoio do Parlamento e da Jurada (2), estabeleceu um entendimen-

(1) Vide carta escrita pelo rei Luiz XIV aos consules de Agen em 4 de Julho de 1650 em que anuncia a prisão dos príncipes, o êxito do seu exército e a sua próxima viagem à Guiana.

(*Arch. Hist. du Dep. de la Gironde. Original C C. 222*).

(2) «J'ay creu qu'en vous faisant part des advis certains que j'ay de tous endroitz de l'approche du cardinal Mazarin, à la teste d'une armée considérable, je devois aussy vous donner les miens sur ce qu'il me semble que nous devons faire pour nous empescher d'estre opprimez par toutes les troupes du Royaume jointz pour le restablir, au préjudice de tant de déclarations et d'arrestés, et par là attendre le secours de Monsieur le duc d'Orléans, de toutes les compagnies souveraines et des peuples qui vont s'unir à nous pour le destruire; je juge donc qu'il est à propos en ce rencontre, d'executer les resolutions prises touchant les suspects; de fortifier les endroitz de Bordeaux qui seront jugés nécessaires, remectre les moulins à poudre, et d'augmenter nos troupes de quelques regimens, comme vous avez faict aux occasions semblables. J'ecris dans ce mesme dessein à Mess.^{rs} du Parlement, affin que, comme nous sommes tous mis, nous fassions toutes choses de concert.» (*Carta dirigida aos jurados de Bordéus—Arch. Municipales de Bx, série A A. c. 12*).

to com os príncipes e colocou-se à frente do seu exército. Era em verdade a mobilização.

Dentro do ambiente pesado que provinha dos alarmes da guerra e das maquinações de Conti (1) contra o Parlamento, fundou-se uma sociedade revolucionária que se chamou *Ormée*, com quinhentos aderentes, e presidida por Duretteste (2): era uma organização demagógica com os seus regulamentos e o seu tribunal. Sob as ameaças e as pressões da *Ormée* o Parlamento não reünia: os conselheiros foram expulsos da cidade e com eles saíram todos os magistrados e altas personalidades suspeitas.

Contra os sediciosos era inútil qualquer resistência. Conti cruzava os braços, e por seu turno a população assaltava o palácio do Parlamento e impedia o exercício da justiça (3).

Em Junho os Ormistas, em luta com os jurados, provocaram motins sangrentos no centro da cidade, e em especial no Chapeau-Rouge, aos quais se seguiu o

(1) Conti foi o irmão do grande Condé. Exerceu os lugares de Governador da Guiana e de comandante-chefe do exército da Catalunha. Ele mesmo se intitulava: «très haut, très puissant et très excellent prince monseigneur Armand de Bourbon, prince de Conty, duc et pair de France, gouverneur et lieutenant général pour le Roy en ses provinces de Champagne et de Brie, et généralissime de ses armées».

(2) Christophe Duretteste, chefe da *Ormée*, era filho de Pierre Duretteste, burguês de Bordéus, e não pertencia à população, como supõem certos historiadores. Depois da paz de Julho de 1653 Duretteste foi condenado à morte e decapitado. A ele foram atribuídas as atrocidades cometidas pelos Ormistas.

(3) Revolta popular de 15 de Maio de 1652.

saque de casas ricas e o massacre de indivíduos suspeitos (1).

Era a anarquia que se espalhava na cidade, perante as autoridades impotentes. Era a anarquia — terror com o seu cortejo de atrocidades e de crimes. As desordens sucediam-se. As vinganças pessoais exerciam-se através do tribunal revolucionário. A tranqüilidade nas ruas desaparecera. Em 1653 os demagogos da *Ormée* dominavam a tal ponto que o Parlamento se transferiu para Agen.

Mazarino viu a necessidade de combater os Ormistas e adoptou os meios mais convenientes, primeiro a intriga, depois a fôrça. Dureteste não recuava nem enfraquecia: — esmagava a cidade pela tirania e o terror, ameaçava o rei, afrontava o primeiro ministro, e negociava com Cromwel uma cooperação militar. O tribunal revolucionário, que êle presidia, fazia obra execrável de ódio e de perseguição, empregando para isso os processos menos

(1) «Le lendemain, ceux de l'Ormiere firent battre le bafroi à la maison de ville, et il se trouva quatre mil hommes soubz les armes, qui vindrent attaquer ceux du Chapeau-Rouge avec quatre pieces de canon. Ilz vindrent proche, ou ils demeurèrent l'espace d'une heure, et apres marcherent en bataille droit au Chapeau-Rouge, ou estantz arrivéz devant M. le président Pichon, on fist grand descharge sur eux et en tuèrent plusieurs. On commença à faire tirer le canon. De là, l'on tiroit sur eux, qui estoit la maison de Robiscum qui faict le coing de la rue du Chapeau vis a vis de M. Mestivier, laquelle on mist a feu, et celle de M. de Pichon pillée. De là ilz furent dans la maison de Jacques de Cornier ou ilz commencerent à battre et ceux qui estoient dedans faisoient grand feu...» (*Carta dirigida ao cardeal Mazarino por Tamisey Larroque. Arch. Impériales, K K 1219, p. 529*).

Pichon foi presidente do Parlamento, após a morte de seu pai que desempenhara também esse cargo. Foi um dos heróis da Fronda em Bordéus.

humanos e mais rigorosos. A anarquia reinante facilitava tôdas as pilhagens, incêndios e vinganças premeditadas.

Ao serviço de Mazarino, o Duque de Vendome invadiu a Gironda, tomou a ilha de Cazau e veio cercar Lormont⁽¹⁾.

Mazarino preparava o golpe contra os Ormistas⁽²⁾. Tomado Lormont, as fôrças reais bloquearam Bordéus. E foi em seguida a paralização do comércio, o isolamento, a suspensão no trabalho, o círculo fechado, e a fome⁽³⁾. Entre os burgueses que se pronunciavam a favor da paz e os Ormistas que se obstinavam na luta, esboçaram-se conflitos sérios. Na cidade vagueavam os pobres e os mendigos, perseguidos pela fome e miséria. Os comerciantes fecharam as suas casas de negócio. Crescia o tumulto e levantavam-se clamores de protesto. Reclamava-se a paz, aos gritos, diante do palácio do Parlamento. Conti só pensava em reprimir os movimentos populares: os Ormistas de novo planeavam saquear as casas dos burgueses. Os conflitos entre êstes e aquêles tomavam extensão e gravidade. A multidão saía para a rua aos gritos de *Vive le Roi, plus d'Ormée*. O bloco da cidade mantinha-se e as reacções dos burgueses e do povo conduziram à negociação de paz, a qual foi assinada em 30 de Julho de 1653⁽⁴⁾. Mazarino ganhava a partida. Aos bordelenses foi concedida uma

(1) Vid. Carta do Duque de Vendôme ao cardeal Mazarino. (Archives Impériales: K K 1220, pág. 199).

(2) Sobre a acção dos Ormistas em Bordeus, leia-se a obra *L'Ormée à Bordeaux*, de Communay, (Ferret et Fils. 1887).

(3) Informações enviadas a Mazarino por Vendôme. (Arch. Imp.: K K 1220, pág. 201).

(4) A paz que começou a ser negociada em 27 de de Julho, concluiu-se em 30. Em 16 de Agosto entraram os generais na cidade.

amnístia e confirmados os seus privilégios. Os Ormistas fugiram, à excepção de Duretteste. O Parlamento voltou alguns meses depois ⁽¹⁾. Emfim, uma claridade de paz reluziu durante anos.

Dentro duma tranquilidade ainda hesitante, o Conselho dos Cento e Trinta tratou de salvar o comércio em crise, de restabelecer a confiança geral e de assegurar um ambiente fecundo de trabalho. Melhorou-se o comércio pela aquisição de mercados e correspondente multiplicação das trocas. Fundaram-se companhias de navegação. Facilitaram-se as comunicações no sul da França. Estreitaram-se relações com países estrangeiros. Houve quinze anos de trabalho fecundo dentro dum ambiente reconfortante de paz.

Luiz XIV deu aos jurados cartas de nobreza. O rei associou-se ao desenvolvimento da marinha mercante. Em 1664 fundou-se a Companhia das Índias Ocidentais: Bordéus subscreveu imediatamente para a nova empresa. O primeiro ministro Colbert adoptou uma política de fomento da riqueza pública de que muito beneficiou a Gironda. Começava-se, emfim, a respirar um ar mais puro, pelo restabelecimento da ordem e da disciplina.

Em 1675 porém os antigos fermentos de sedição voltaram à superfície. Sobreveio nesse ano a revolta do papel selado e da marca de estanho ⁽²⁾. A paz de quinze anos não foi, como se julgará, um período de coesão durante o qual se não denunciasses a intervalos o perigo da indisci-

(1) Cartas régias de 19 de Novembro de 1654 que autorizam o regresso do Parlamento.

(2) Sobre esta sedição encontra-se nos Arquivos Municipais uma excelente documentação que tivemos ensejo de ler.

plina. O mal mergulhara no sub-solo, e não era com um golpe da autoridade apenas que êle seria eliminado para sempre. Assim durante anos tomaram-se medidas severas de pacificação.

Em 1669 a opinião pública foi alarmada com anúncios de desordens (1). Os anúncios repetiram-se em 1673 (2).

Em 1674 de novo se falou de revolta popular (3).

(1) «1669. 31 Juillet. Délibération portant qu'à la diligence de M. Le Procureur-sindic, il seroit informé contre les auteurs d'un placard tendant à une sédition et à une émotion populaire, affiché contre le mur de l'église de Saint-Pierre, et ce par devant M. Barbot, jurat, qui se transporterait à cet effet dans la rue de Saint-Pierre pour prendre l'audition des voisins; et attenden la matière dont il s'agissoit, le dit sieur Barbot et le Procureur-sindic sont députés pour en aller informer le Parlement et lui représenter ce Placard.»

(Inv. Som. des Reg. de Jur., f.º 147)

(2) «1673. 13 Mars. — M. de Séve, intendant, ayant fait avertir MM. le Jurats que, la nuit du 12 au 13 du même mois, il avoit été affiché des placards tendants à sédition, tant aux portes de MM. de Ferrand et de La Framboisière qu'à la place Saint-Projet, et qu'il désiroit en conférer avec eux, MM. de Ponthélier et Durribant, jurats, furent députés.

«Le 14 du même mois, le dit sieur de Ponthélier rapporta que le dit sieur Intendant les avoit exortés de veiller au repos public et à travailler à decouvrir les auteurs des dits placards, dont il avoit fait son procès-verbal; qu'il luy avoit répondu que MM. de La Framboisière et de Ferrand ayant retenu ces placards, les magistrats ne pouvoient faire que recherche des auteurs de cette action, qui étoit si oposée à l'esprit d'obéissance et de tranquillité qui animoit les bourgeois et habitans de la ville.» (Ibidem, f.º 66).

(3) «1674. 22 Mai. Um bruit sourd s'étant répandu dans la ville qu'il y avoit eu quelques placards d'affichés, MM. les Jurats délibèrent d'informer tant des lieux où ces placards avoient été affichés que contre les auteurs d'iceux.» (Ibidem, f.º 71).

«1674. 20 Juin. Délibération portant qu'il seroit informé contre

A côrte inquietou-se com os alarmes que até ela subiam.

As desordens de 1675, determinadas pela criação de novos impostos, eclodiram primeiro na *Rue du Loup* onde homens e mulheres vieram atacar os empregados do fisco (1). Ali acudiram os jurados Fonteneil, Baroche e Minvielle, ao tempo em que muitas mulheres, lançando pedras e brandindo facas, se precipitavam aos gritos de *Aux Gabelleurs*. Não foi desta vez difícil apaziguar os ânimos (2). Os primeiros motins de 27 de Março tomaram carácter de gravidade. Do lado do bairro de S. Miguel rompeu a onda revolucionária aos clamores de *Vive le Roy sans gabelle!* e uns armados de chuços, outros de facas, outros atirando pedras, assaltaram de novo a rua *du Loup*.

Travou-se então a refrega. Contra os jurados (3) se precipitou a canalha, atacando-os à pedrada. O tumulto crescia de momento a momento. As autoridades foram perseguidas a tiro e obrigadas a defender-se também a sério, com violência e decisão. Os insurrectos de São Miguel notavam-se no meio da desordem os quais depois de

les auteurs d'un placard qui avoit été affiché à la porte du nommé Philis, marchand, près les boucheries de Porte Médoc, lequel placard Noël Roux, paveur, avoit enlevé de la dite porte en présence des voisins, et remis à M. Roche, jurat, qui en fait son raport....» (Ibidem, f.º 82).

Tanto em 1669 como em 1674 a côrte seguiu atenta as oscilações que se produziam na ordem pública em Bordéus.

(1) Vid. *Archives Municipales de Bordeaux*, vol. V, pág. 156 e seguintes.

(2) *Procès-verbal de jurade au sujet d'une émotion populaire survenue dans la rue du Loup*.

(3) *Délibérations de la Jurade*, f.º 83.

haverem tocado os sinos a rebate vieram cercar alguns jurados reünidos no Palácio da Municipalidade.

Contavam-se já feridos e mortos. Um dos mortos fôra arrastado pela população desde S. Miguel até ao centro da cidade. Contra os archeiros e guardas do Palácio os revoltosos lançaram um ataque feroz, enquanto os jurados, no escuro da noite, conseguiam evadir-se por uma porta falsa e esconder-se no Chateau-Trompette. A sedição só terminou, de noite, pela intervenção da fôrça armada sob o comando de Montegu (1).

No dia seguinte o Parlamento proibia terminantemente os ajuntamentos e as manifestações(2), e tomava providências urgentes para assegurar a ordem, mas poucos dias decorridos repetiam-se os atentados, no meio de novos tumultos. O ajuntamento de sediciosos fizera-se desta vez nos cemitérios de S. Miguel e de Santa Cruz(3) e os jurados que junto deles se dirigiram com o fim de os dissuadir dos seus intentos, só com grande dificuldade se salvaram de ser mortos às mãos da turba enfurecida.

A sedição atraíu os habitantes dos arrabaldes. Aos cinco mil homens já em armas vieram juntar-se outros milhares: o marechal d'Albret organizou os serviços de repressão. No entanto os amotinados a que se juntaram

(1) *Délibérations de la Jurade*, f.º 87.

(2) *Ibidem*, f.º 87.

(3) «Mais comme lesdits factieux avoient d'autres desseins pour le lendemain, ils auroient esté se retrancher dans le cimetiére de Saint-Michel et de Sainte Croix, faisant allumer des feux dans les rues et places de leurs quartiers pour esclairer leurs corps de gardes, et auroient envoyé des lettres circulaires dans les paroisses voisines de campagne, pour qu'ils feussent prêts à leur secours pour le lendemain». *Délibérations de la Jurade*, f.º 87.

camponeses envolveram o palácio do Parlamento, e aos gritos, em tumulto ameaçador, exigiram a supressão dos impostos. As negociações iniciaram-se entre conselheiros e facciosos, e não tardou que os protestos fôsem atendidos. Em 29 de Março o Parlamento reunido publicava uma decisão pela qual de futuro não seriam aplicados os impostos que produziram a revolta (1).

A propaganda dos sediciosos continuou ainda algum tempo, a-pesar-de tôda a vigilância exercida pelas autoridades (2). Em 6 de Abril o Rei concedeu amnistia aos habitantes da cidade (3): e os conselhos aos jurados para que se mantenha a ordem pública, sucedem-se formulados em cartas que lhes são enviadas por Châteauneuf (4).

A falta de cereais que no mesmo ano affligiu as popu-

(1) Cependant ordonne la dite Cour que, soubz le bon plaisir du Roy, la levée desdits droits du controlle, des exploits, du papier timbré, de la marque de l'esteing et des impôts sur le tabacq surcoira, permis à tous marchands, manans et habitans de la dite ville et autres, de traffiquer comme auparavant desdites marchandises sans rien payer, et aux femmes revendeuses de la ville de vendre du lard et autres denrées dans la place des Salinières, et aux bouchers de vendre des aigneaux comme auparavant l'impost mis sur iceux, sans aussy rien payer.» (Assinado por M. de Gourgues Président). *Délibérations de la jurade*, f.º 91.

Vid. *Délibérations de la Jurade*, f.º 92.

—*Cartas dos jurados* à M. de Châteauneuf e à Colbert.

(2) *Délibérations de la Jurade* 31 mars, f.º 92.

Lettre des jurats à M. de Châteauneuf l'avertissant de la découverte du placard séditieux de l'église Saint-Michel. Délibérations de la jurade, f.º 94, 114, 123.

(3) *Délibérations de la Jurade*, f.º 95.

Lettre des jurats de Bordeaux à M. de Châteauneuf le remerciant de l'amnistie du Roi.

(4) Vid. *Délibérations de la Jurade*, f.º 98, 99, 100.

lações visinhas de Royan, de Libourne, de Blaye e de Bourg, provocou desordens que se localizaram e que facilmente se reprimiram (1).

Como sempre uma pequena faísca atirava por si só o povo para o caminho das violências, a ordem dependia em Bordéus de qualquer circunstância que acendesse a faísca. Essa circunstância sobreveio em Agosto do mesmo calamitoso ano e levou o povo a desobedecer às autoridades, a ameaçar os jurados, e a queimar por fim o papel selado que fôra resolvido enviar para Bergerac. Estes casos deploráveis foram referidos pelos jurados em uma carta dirigida a M. de Châteauneuf.

Ao terminar o ano de 1675 anunciou-se a passagem na cidade das tropas que regressavam da Catalunha. Espalhou-se o terror em tôdas as casas. Houve famílias que partiram à pressa para o campo. Os jurados fizeram sentir ao marechal d'Albret que, por falta de cereais, seria bom impedir a passagem do exército (2); este, porém, em vez de atender o pedido, determinou que se preparassem alojamentos para as tropas porquanto elas passariam todo o inverno em Bordéus (3).

A 17 de Novembro chegaram dezoito regimentos sob o comando de Bret e entraram pelas portas de S. Julião e de Santa Eulália. O intendente (4) determinara que os habitantes da cidade alojassem os soldados e oficiais e su-

(1) Vid. *Archi. Hist. de la Gironde*, vol. 41, n.º 195.

(2) «Procès-verbal de Jurade: pour avertir le maréchal d'Albret que, le grain manquant, il serait bon de ne pas faire passer les troupes par Bordeaux». (*Délibérations de la Jurade*, f.º 3).

(3) «Délibérations de la Jurade au sujet du logement des troupes». (*Délib. de la Jur.*, f.º 32).

(4) «Guillaume de Sève, seigneur de Chastillon-le-Roy».

portassem as despesas que daí lhes resultariam (1). A distribuição das tropas pelas habitações fez-se por meio de bilhetes que haviam sido divididos pelos vários regimentos (2). Como se acentuasse mais nos bordelenses o seu propósito de sair da cidade, o governador da Guiana proibiu que os habitantes puzessem em prática semelhante propósito pelos graves prejuízos que isso causaria ao alojamento do exército (3).

A esta sucedeu uma outra ordem que se referia ao desarmamento da população (4). Havia sem sombra de dúvida o plano de entregar a cidade indefesa à soldadesca vinda da Catalunha porquanto o Conselho de Estado ordenou por sua vez obediência aos jurados em matéria de negócios militares (5): era um processo de destruir ou de arrefecer todos os entusiasmos de liberdade excessiva que certas camadas sociais haviam manifestado, tanto mais que essa ordem visava especialmente os habitantes de Santo André e de S. Seurin,—o coração da cidade, que durante mais de meio século se notara como teatro de tumultos e de desordens.

De facto as armas foram entregues pelos habitantes e

(1) «Ordonnance de l'intendant, fixant ce que chaque habitant doit fournir chaque jour aux troupes en argent et en fourrages». (E E. carton 208).

(2) «Entrée des troupes à Bordeaux». (*Délib. de la Jur.*, f.º 33).

(3) «Ordonnance du maréchal d'Albret défendant aux habitants de déménager ou de quitter Bordeaux». (*A A carton 18*)

(4) «Ordonnance du maréchal d'Albret enjoignant de désarmer les bordelais». (*A A carton 18*).

(5) «Extrait des registres du Conseil d'Etat enjoignant aux habitants des sauetats de Saint-André et de Saint-Seurin d'obéir aux jurats pour ce qui concerne les affaires militaires». (*Délib. de la Jur.*, f.º 36).

depositadas no Palácio da Municipalidade⁽¹⁾. A cidade, à ordem do marechal d'Albret, continuava de portas fechadas, porque a proibiçãõ de saída era terminante⁽²⁾.

Mesmo áqueles que haviam saído se fazia conhecer a obrigação de voltarem, em tẽrmos cominatórios⁽³⁾. Essa segunda ordem fõra publicada em 25 de Novembro: vê-se como os acontecimentos se precipitavam e como a vigilância se apertava contra todos os que pretendiam escapar-se.

Logo se compreendeu que medidas de tanta dureza encerravam um desígnio mal encoberto de castigar a população inteira de Bordéus e que de certo uma calamidade ainda não experimentada lhe estava reservada. Longe iria por aquêlê caminho a justiça do Rei: os jurados sentiam-no rigorosamente e dez dias após a entrada das tropas levavam a Colbert as suas primeiras queixas⁽⁴⁾.

Nessa primeira carta nada se esclarece quanto aos

(1) «Remise par les bordelais et dépôt des armes à l'Hôtel de Ville». (*Délib. de la Jur.*, f.º 34).

(2) «Nouvelle ordonnance du maréchal d'Albret défendant aux habitants de quitter Bordeaux ou de déménager». (*A A carton 18. Arch. Hist. de la Gir.*).

(3) «Sur ce qui nous a été représenté que plusieurs habitans de cette ville demeubient leurs maisons pour ensuite les désertter, ce qui cause un notable prejudice à ceux qui sont chargez du logement effectif, à quoy etant nécessaire de pourveoir, nous ordonnons à tous lesdits habitans qui ont deserté leurs maisons de retourner dans icelles, deux jours après la publication de la presente ordonnance; à faute de quoy il sera procedé contre eux par la rigueur des ordonnances de Sa Majesté». (*A A. carton 18. Arch. Hist. de la Gir.*).

(4) «Lettre des jurats de Bordeaux à Colbert implorant sa pitié pour la ville et demandant l'autorisation pour des députés bordelais d'aller se jeter aux pieds du Roi.» *Délib. de la Jur.*, f.º 34.

A carta é datada de 25 de Novembro.

efeitos do alojamento dos soldados, nada se concretiza. Os jurados aí limitam-se a atrair a piedade do Rei sôbre a cidade arruinada. No mesmo tom os jurados se dirigiram ao marquês de Châteauneuf, conselheiro do Rei e secretário do Estado (1). E sempre no intuito de desfazer um pesado ambiente, dizia-se na correspondência oficial (2) tôda a boa vontade em cumprir as ordens relativas à passagem das tropas, e explicavam-se já as dificuldades de ordem material que a isso se opunham.

Os acontecimentos porém sucediam-se a uma velocidade tal que não passava um dia sem que a população se queixasse mais amarguradamente. Assim em 2 de Dezembro Louvois e Colbert receberam o primeiro pedido da Jurada para mandarem retirar as tropas (3).

Até certo ponto os ministros acederam ao pedido pois que seis regimentos abandonaram a cidade. No entanto o êxodo das famílias continuava para fugirem assim aos rigores da situação que se estabelecera, e sôbre os poucos que ficavam em respeito às ordens superiores recaíam duramente todos os encargos da manutenção dos regimentos (4).

(1) «La severité dont il plait au Roy d'user sur cette ville tombe entièrement sur les innocents; les criminels ont deserté au seul bruit de la marche des troupes, et il n'a resté que ceux qui ont toujours demeuré dans le respect et dans l'obéissance. Le nombre surpasse celui des seditieux; ils sacrifient agréablement toutes leurs fortunes à l'indignation de Sa Majesté...» (*Délib. de la Jur.*, f.º 35).

(2) «Lettre des jurats à Louvois.» (*Délib. de la Jur.*, f.º 35).

(3) «Lettre des Jurats de Bordeaux à Colbert et à Louvois les suppliant de faire retirer les troupes.» (*Ibidem*, f.º 37).

(4) «Car un si grand nombre de maisons desertes qui composent la principale et la plus grande partie de la ville a donné lieu aux troupes de refouler tellement sur ceux qui ont resté, que les particu-

A miséria pesava cada vez mais entre os habitantes, o comércio suspendera completamente as suas operações, a desolação fazia da cidade uma sombra do que ela havia sido em outros tempos. Em uma carta escrita em 2 de Dezembro e enviada a Châteauneuf era pintada a situação em tôda a sua pungente realidade (1).

Uma justiça rigorosa castigava assim culpados e inocentes, com o mesmo golpe terrível. De novo os jurados solicitaram a retirada das tropas, sem que todavia os seus desejos fôsem atendidos (2).

A soldadesca, tornada senhora da cidade, pois que ocupava uma têrça parte das habitações, cometia todos os excessos, acabrunhava os burgueses com as suas exigências (3), valia-se de processos mesmo os mais vexatórios e condenáveis para conseguir dinheiro e confôrto. A atmosfera para os que pretendiam ainda trabalhar era irrespirável. A desolação crescente provocava o êxodo de

liers, accablés de la foule des officiers et des soldats et encore plus des sommes incroyables qu'on exige d'eux par la licence des troupes, abandonnent leurs maisons les uns après les autres, et laissent en proie leurs meubles aux soldats...» (*Délib. de la Jur.*, f.º 37).

(1) *Délib. de la Jur.*, f.º 38).

(2) Lettre de M. de Châteauneuf aux jurats de Bordeaux pour les informer qu'il regrette de ne pouvoir retirer les autres troupes. (*Délib. de la Jur.*, f.º 41).

(3) «...le fardeau des logements est tombé sur le reste, composé de nos bourgeois et de nos artisans qui, accablés par le nombre des officiers, des cavaliers et des soldats, aussy bien que par les sommes immenses et incroyables que les troupes ont exigé et continuent tous les jours d'exiger d'eux à discretion, desertent les uns après les autres leurs maisons, la plus part garnies de leurs meubles, qui demeurent en proie aux soldats.» (*Délib. de la Jur.*, f.º 42).

numerosas famílias que preferiam perder os seus haveres para garantir a sua tranqüilidade.

É sempre a Châteauneuf e a Louvois que a Jurada dirige as suas queixas e pede medidas de protecção (1). Tôdas as cartas se mantinham dentro dos limites do maior respeito e espírito de obediência.

O comércio estava praticamente arruinado. A riqueza particular era dia a dia diminuída sob as exigências da soldadesca insaciável, para a qual nem existia a autoridade nem o regulamento.

Foram arrancadas as muralhas em grande parte, destruídas as portas da cidade, desarmados os habitantes e demolidas algumas casas do mais lindo bairro. Em pouco tempo mil e quinhentas casas ficaram abandonadas. Os comerciantes fecharam as portas dos seus estabelecimentos, e uns após outros partiam depois de haverem sofrido as infelicidades da crise (2).

Também nesse inverno muitos comerciantes portugueses saíram de Bordéus. Eram eles, segundo se lê em correspondência, os que mantinham as melhores casas de negócio, os que trabalhavam mais e melhor, os que mais animavam a cidade pela sua actividade e os que mais se impunham em prestígio (3). Também o comércio de vinhos

(1) «Lettre des jurats de Bordeaux à M. de Châteauneuf pour l'informer de l'état lamentable de la ville.»

«Lettre des jurats de Bordeaux à Louvois sur les malheurs de la ville.» (*Délib. de la Jur.*, f.º 42 e 43).

(2) «Lettre des jurats de Bordeaux pour lui exposer l'état lamentable de la ville et du commerce bordelais et implorer sa pitié.» (*Délib. de la Jur.*, f.º 45).

(3) «Et pour comble de nos malheurs, nous voyons que tous ceux qui peuvent sortir abandonnent la ville, la désertion estant desjà

decaíra a ponto do seu preço de venda diminuir cinquenta por cento.

Entretanto, a soldadesca não se coíbia de praticar toda a espécie de violências, de roubos, de assassinios, de incêndios e crimes. Mais longe foi ali a ferocidade da malta armada do que nas cidades conquistadas e abertas ao saque. A série de exacções cometidas dá bem a medida da crueldade de tais gentes. As queixas da Jurada contra as desordens e orgias da soldadesca repetiam-se junto dos ministros do Estado⁽¹⁾. Nelas se citavam roubos, saques, atentados e até violações dos sepulcros, outros tantos crimes atribuídos ao exército.

Foram meses de desolação, de terror, de expiação duríssima os que se passaram nesse triste inverno!

de plus de quinze cents maisons. Les portugais et étrangers qui font les plus grandes affaires cherchent les moyens de se retirer d'icy: Gaspard Gonsallès et Alvarez ont quitté depuis peu, qui estoit des plus considerables parmy eux. Nous nous apercevons que le commerce cesse et que nos vins, qui font toute notre subsistance, ont diminué de plus de la moitié du prix qu'on les achettoit avant l'arrivée des troupes. Enfin nous sommes les magistrats d'une ville désolée...» (*Délib. de la Jur.*, f.^{os} 45 e 46).

(¹) «Lettre des jurats de Bordeaux à MM. de Châteauneuf, Colbert et Louvois sur les désordres commis par les soldats.»

«Lettre des jurats de Bordeaux à MM. de Châteauneuf, Colbert et Louvois sur les nouveaux désordres commis par les soldats.»

«Lettre des jurats de Bordeaux à MM. de Châteauneuf, Colbert et Louvois sur de nouveaux excès commis par les troupes.»

«Lettre des jurats de Bordeaux à MM. de Châteauneuf, et Louvois sur les exactions des soldats.» (*Délib. de la Jur.*, f.^{os} 52, 56—*Registre de Correspondance*, f.^{os} 1 e 2).

*

* * *

Em nenhum documento oficial se acusam os portugueses de haverem fomentado mesmo a indisciplina: e no entanto, na sua maioria, habitavam os bairros que no século XVII se consideravam verdadeiros ninhos de desordem⁽¹⁾. Os portugueses resistiram dignamente ao ambiente que respiravam e reagiram contra êle, fazendo do trabalho uma escola de disciplina e da obediência um motivo de fôrça colectiva. Assim êles impunham-se como gente de ordem dentro duma sociedade desorganizada, como gente de trabalho dentro duma população truculenta e eram apontados pelas autoridades como honestos, activos e submissos⁽²⁾. Constituïam a célula viva, forte e criadora de energias à qual se deviam os progressos materiais da cidade.

Tomaram o comércio nas suas mãos, primeiro o comércio ambulante, depois o comércio fixo; e tanto num como noutro seguiram os processos que uma irrepreensível probidade lhes indicava. Foram êles que durante a

(1) *Étude critique sur le XVIII^e siècle à Bordeaux*. Alfred Leroux Feret Fils 1921. (pág. 5).

Cap. *Aspect physique et structure sociale de Bordeaux vers la fin du XVII siècle*.

(2) Camille Jullian. *Obra já citada* (p. 441-442).

«Portugais habitant Bordeaux, qui ont apporté commerce, trafic et commodité, et payé tous subsides et impositions comme les autres, en considération de quoy feu nostre très honoré seigneur et père, par ses lettres-patentes de 1550, auroit naturalisé aucuns d'iceus...»

Ordonnance de Henri III (10 Novembro 1574).

crise salvaram o comércio, arrostaram com todos os perigos, reanimaram a vida económica sustentando os meios de trabalho já existentes e criando outros novos (1). Também assim se prepararam no meio das mais graves tempestades para a fase reconstrutiva que se iniciou em 1676 após a saída dos regimentos que se alojaram em Bordéus.

Já em meados do século XVII os melhores estabelecimentos comerciais pertenciam aos portugueses, e o facto não deixava de ser notado pelas autoridades, que os respeitavam (2), como também pelos pequenos negociantes que não escondiam por isso a sua inveja (3). Nesse tempo o grande comércio da cidade era exclusivamente feito por estrangeiros que ora negociavam por conta própria, ora como representantes de casas estrangeiras. Os estrangeiros detinham nas suas mãos a exportação e a importação: assim se explica a grande influência que no século XVIII até à revolução lhes pertenceu e de que eles tiraram tôdas as vantagens no campo social (4).

Se por um lado os judeus-portugueses tomaram o caminho do trabalho honesto e perseverante do qual resultaria um aumento de riqueza pública, por outro lado conquistaram a estima das autoridades e dos burgueses pelo seu espírito generoso, que tanto se revelava junto dos pobres e dos doentes como perante as casas de assistência e as

(1) Foram os portugueses que estabeleceram o comércio de moedas e dirigiram os mais importantes bancos.

(2) «Les portugais étaient plus que jamais nécessaires à Bordeaux, où ils fournissaient l'argent pour les lettres de change.» Duma carta de Bezons dirigida em 1688 ao inspector geral.

(3) *Histoire des Juifs à Bordeaux. Th. Malvesin* (pág. 129).

(4) Em um capítulo posterior ocupar-nos-emos especialmente da admissão dos portugueses na burguesia bordelense.

dificuldades da sua administração. Nem só os mendigos e os humildes se apoiavam um pouco à caridade dos portugueses (1), mas até a Jurada a êles recorria nos momentos de crise (2).

No século XVII Bordéus recebeu dêles tôda a ajuda que solicitou, assim como no século seguinte a França, em um tempo de dificuldades financeiras, encontrou ajuda igual em um importante armador português (3).

Nêste segundo caminho os judeus da península ilustraram-se tanto como no primeiro.

Não resta dúvida alguma que os portugueses emprestaram dinheiro à Jurada (4): nos documentos oficiais da época encontra-se o facto bem esclarecido.

Também na assistência médica êles deixaram assinada a sua passagem (5), como no século seguinte ela se marcou excelentemente na fundação de instituições culturais (6). Os progressos materiais da cidade assim como a

(1) Tanto na fome que sobreveio no ano de 1599 como nas pestes durante o séc. XVII, os judeus-portugueses se excederam em caridade junto de doentes e pobres.

(2) Vid. nota publicada sôbre a esmola dada pelos portugueses durante a grande peste.

(3) Abraão Gradis. Vid. sôbre o armador português os estudos de Jean de Maupassant.

(4) «1675. 15 décembre. Délibération par laquelle MM. les jurats sursoyent pour un tems les paiemens des emprunts qu'on avoit fait aux portugais, attenden l'urgente necessité où la Ville étoit réduite par le logement des troupes.» (f.º 40). *Inventaire Sommaire des Registres de la Jurade.*

(5) Um dos médicos portugueses de apelido Silva gozou de reputação na cidade e foi nomeado pela Jurada médico da municipalidade.

(6) Um outro médico português José Cardoso trabalhou com Montesquieu na fundação da Academia de Bordéus e ofereceu à Biblioteca Pública os seus livros e manuscritos.

sua felicidade moral mereciam a este núcleo de estrangeiros um indiscutível interesse.

Os judeus-portugueses só olhavam ao engrandecimento da terra que lhes servira de refúgio, e contribuía para que elle se acentuasse na riqueza, na cultura e na civilização. Bordéus seduzia-os por uma forma irresistível (1).

Porta aberta ao comércio de importação, por ali entravam no último quartel do século XVII os produtos do Brasil e as especiarias do Oriente carregadas em barcos holandeses e portugueses (2). Por outro lado, mercado de vinhos de excelente reputação, ali vinham os barcos dos países do norte, em especial da Holanda e da Inglaterra, carregar os vinhos da Gironda. Era na segunda quinzena de Outubro, durante a grande feira de vinhos, que centenas de barcos de carga se juntavam no Garona. A cidade rejubilava com o caudal de dinheiro que o negócio dos vinhos lhe despejava nos cofres. O comércio abria as portas das grandes praças da Europa como Londres, Amsterdão, Lisboa e Hamburgo. Anunciava-se já, em uma claridade indecisa, o século XVIII, durante o qual Bordéus veio a ser uma das mais ricas, sumptuosas e alegres cidades da Europa.

O ministro Colbert mandara abrir o Canal do Languedoc que ligava os dois mares, e com o mesmo zêlo com que se esforçava em reanimar as feiras, procurava desen-

(1) A afluência de portugueses aumentou nos fins do séc. XVII.

(2) «1647, 2 Octobre. L'agent pour le commerce du Roy de Portugal en France requiert MM. les Jurats de se transporter à bord d'un vaisseau qui étoit dans le port, le quel avoit chargé du poivre à Lisbonne. Cet agent leur fait réquisition pour qu'ils visitassent le dit poivre, le fissent peser, et dressassent procès-verbal du tout, pour luy servir ainsi que de raison.» (*Inv. des Reg. de la Jur.*, vol. III, p. 45).

volver no Canal o tráfego de mercadorias. Já em 1674 o intendente de Sève em uma carta dirigida a Colbert anunciava a nova actividade que atingiam os negócios (1). Mais de duzentos navios tinham vindo ao Garona para carregar vinhos, aguardentes e trigos. O rei tomara medidas no sentido de favorecer a afluência de mercadores estrangeiros (2).

Colbert, fixando-se na sua politica económica, a qual só levou a desastres, continuava a estabelecer por toda a parte uma rede de monopólios entregues a companhias.

Veio primeiro a criação da Companhia das Índias: nela o ministro procurou interessar o comércio de Bordéus. Tão grande era já a êsse tempo a importância dos

(1) *Histoire du Commerce et de la navigation à Bordeaux*. (Fr. Michel, p. 96, vol. II).

(2) «Deux ordonnances royales vinrent encore encourager les étrangers à reprendre le chemin de notre port. La première avait pour objet d'assurer la liberté de navigation aux vaisseaux anglais, suédois et danois, porteurs de lettres de mer et de connaissements établis en la forme prescrite par les traités. Ces vaisseaux ne pouvaient être arrêtés, pour quelque cause que ce fût, quand même les marchandises de leur charge appartiendraient aux ennemis du roi. Les vaisseaux de toutes les autres nations neutres étoient pareillement libres, à condition qu'ils ne seraient chargés d'aucune marchandise appartenant à l'ennemi. La seconde ordonnance, se fondant sur ce que les Hollandais empruntaient le pavillon des nations neutres pour continuer leur commerce avec la France, et que le roi pourrait s'attribuer les avantages que les propriétaires de vaisseaux des Provinces-unies offraient à leurs intermédiaires, avait admis les capitaines, maîtres et propriétaires de ces vaisseaux à trafiquer librement chez nous, à la condition de se munir de passeports et de payer un écu par tonneau pour chaque.» (*Histoire du Commerce et de la navigation à Bordeaux*. Th. Malvezin—p. 96-97, vol. II).

judeus portugueses que a adesão deles à política de Colbert representava uma certeza de triunfo⁽¹⁾.

Entretanto o tráfego marítimo aumentava de ano para ano⁽²⁾. A prosperidade crescente da praça comercial atraía no fim do século XVII a Bordéus novas famílias de judeus saídos de Portugal. Chegavam pequenos feirantes, comerciantes de tecidos, banqueiros, médicos, entre os quais bom é destacar os Gradis, os Silvas, os Cardosos. Destas famílias, os mais ilustres representantes viriam mais tarde para as carreiras liberais e para as grandes empresas comerciais e industriais e marcariam aí um lugar de incomparável evidência.

O ambiente de prosperidade sofreu a partir de 1685 uma série de golpes que deixaram sulcos: citemos primeiro a revogação de edito de Nantes. Grande foi o abalo que então perturbou a indústria e o comércio em tôda a França e particularmente em Bordéus que contava entre os seus negociantes um grande número de protestantes.

A revogação do edito de Nantes (20 de Outubro de 1685) veio agravar a crise do comércio que derivara da supressão dos direitos de burguesia publicada em 1675, e

(1) «Cette importance des juifs dans le commerce de la ville se fit remarquer lorsque Colbert demanda des souscriptions pour la Compagnie des Indes, pour celle du commerce du Nord, *les Portugais ont souscrit* lui écrivait l'intendant.» (*Ibidem*. Th. Malvezin. pág. 308 vol. II).

(2) «Les registres de l'amirauté nous ont permis de constater le mouvement maritime en 1682. Le nombre des navires de Bordeaux s'élève à 223, jaugeant 7209 tonneaux; celui des cabôteurs des côtes de France à 2120 jaugeant 49.164 tonneaux; et celui des navires étrangers à 935, jaugeant 94.149 tonneaux. Soit un total de 3.278 navires, jaugeant 150.522 tonneaux. C'est à peu près le double du mouvement de 1672.» (*Ibidem*, p. 290, vol. II).

que durante alguns anos pareceu atenuar-se. A continuação das guerras, agora com a Holanda, as despesas da côrte a que se ocorria mercê duma sobrecarga de impostos, os desastres da política económica de Colbert que levou a represálias aduaneiras, mudaram a face das coisas nos últimos anos do século XVII.

De novo se turvaram os horizontes ⁽¹⁾ e maus dias voltaram a Bordéus. Contra todos os fluxos e refluxos de tempestade, os judeus portugueses mantinham-se apegados ao trabalho regido pela probidade e prosseguido em absoluta disciplina colectiva.

Eram estas qualidades que os defendiam contra a perseguição do poder à qual nem os protestantes resistiram: delas faziam a sua muralha de abrigo. No entanto, certas relações entre judeus do sul da França e judeus de Holanda, as quais se julgaram suspeitas, decidiram o rei a expulsar em 1684, 93 famílias portuguesas estabelecidas em Bordéus e noutras cidades do sul ⁽²⁾. E se mais longe não chegaram as represálias, foi porque se compreenderam bem os perigos que para o comércio adviriam de certo da saída de todos os judeus ⁽³⁾. Foram ainda a honestidade e o

(1) Dizem-nos os historiadores do tempo, que a cidade muito sofreu então. Em Fevereiro de 1693 não se carregou um único barco. As fomes de 1692 e 1693 espalharam a miséria. Os povos do norte não vinham já comprar os vinhos da Guiana.

(2) Dax, Baiona, Peyrehorade e Bidache.

(3) «Le contrôleur général écrivait le 6 mai 1688 à l'intendant. «Le roi désirerait que vous examiniez ce qu'il y aurait à faire pour expulser tout-à-fait les juifs. Mais cela doit se faire avec d'autant plus de réserve et de précaution que le commerce, qui est déjà beaucoup alteré par le retraite des huguenots, pourrait tomber dans une ruine entière, si l'on agissait trop ouvertement contre les juifs.»

«De Bezons répond le 13 mai qu'il n'y faut pas songer en pré-

gênio activo e o espirito ordeiro dos portugueses que lhes serviram de escudo e lhes evitaram um golpe mais vigoroso.

O estado de guerra com a Holanda provocou restrições diversas à liberdade de que gozavam os judeus comerciantes, de saírem do reino e de ali regressarem por interêsses de negócio; essas restrições foram porém suprimidas em Janeiro de 1686 e reconheceu-se de novo aos portugueses como a todos os outros estrangeiros o direito de viajarem no estrangeiro e de ali se ocuparem do seu comércio. Razões de interêsse geral e duma importância vital para Bordéus determinavam no poder central estas mudanças bruscas de attitude, para o que grandemente concorriam as influências locais que os estrangeiros, e na Guiana os judeus portugueses, utilizavam em seu favor.

Por outro lado as enormes despesas da guerra a que se juntavam outras, provenientes do luxo excessivo da côrte, provocavam um agravamento fiscal que arruinava as fontes de riqueza pública. Bordéus sofria rigorosamente as conseqüências da política adoptada em matéria fiscal. A volta do Parlamento custou-lhe 400.000 libras, e o resgate de encargos 160.000 libras. Só à tributação e aos empréstimos a Jurada recorria para obter receitas. Ora os commerciantes eram aquêles que mais pagavam à cidade. Os judeus portugueses, além de serem sujeitos a impostos especiais, emprestavam somas importantes à Jurada (1).

sence des pertes occasionnées au commerce par la fuite des huguenots, et que les Portugais étaient plus que jamais nécessaires à Bordeaux, où ils fournissaient l'argent par les lettres de change.» (Obra citada, de Malvezin, págs. 293-294, vol. III).

(1) Em 1693 emprestaram a importância de 11.000 libras. (Vid. *Histoire des Juifs à Bordeaux*. Th. Malvezin, pág. 133.

Assim, pouco a pouco, não obstante as perseguições que se desencadeavam contra os estrangeiros não católicos, e a despeito ainda das dificuldades que se acumulavam contra o comércio exportador filiadas na política económica de Colbert, dentro dum meio social em que as crises se repetiam em um ritmo fatal, os portugueses fixavam-se agrupando à sua volta todos os elementos de defesa que se lhes ofereciam e alargando sempre uma rede de influências que cultivavam em todos os campos de trabalho.

Em Bordéus essa rede de influências compreendeu tôdas as forças de comando, todos os grandes valores da burguesia e instituições económicas e de assistência (1).

O século XVII é assinalado pelos primeiros triunfos desta política de fixação. Só no século posterior porém ela atinge os seus êxitos culminantes (2).

Já na primeira metade do século XVII o Parlamento e a Jurada valeram-se de tôda a sua autoridade na defesa dos portugueses (3). A intervenção dos médicos judeus, que já então abundavam em França, produziu os melhores resultados (4). Só o pequeno comércio se levantava de vez em

(1) É muito curioso o movimento de insinuação lenta, hábil e progressiva que os judeus da península realizaram durante o século XVII na sociedade bordelense.

(2) Os grandes valores portugueses tomaram então posições nos quadros mais altos da administração pública.

(3) «Les juifs de Bordeaux n'étaient pas protégés seulement par le parlement de cette ville, ils l'étaient aussi par les jurats et surtout par le médecin de la reine, Hélie de Montalte, juif portugais lui-même.» (Obra citada, de Th. Malvezin, pág. 308, vol. II).

(4) Por decisão de 9 de Fevereiro de 1700 os portugueses de Bordéus foram tributados em 20.000 libras.

quando contra os estrangeiros, reclamava a saída deles do país, e erguia embaraços momentâneos à sua fixação pacífica. Era dali, somente dali, que mais freqüentemente sopravam ventos desfavoráveis.

A política da côrte, em uma época de guerras dispendiosas, não sacrificava a idéas puras aquêles que suportavam tôdas as suas duras exigências fiscais, aquêles que, mercê do seu trabalho constante, se mostravam capazes de pagar o que fôsse preciso para a guerra e para as novas experiências de Colbert: por isso a política quanto aos judeus comerciantes seguia em linha sinuosa, ora inspirando cartas-régias manifestamente propícias ora obliquando para uma atitude mal encoberta de ameaças. Em 1656 o rei abria aos portugueses, de par em par, as portas do reino e reconhecia e confirmava todos os privilégios que anteriormente lhes haviam sido concedidos; mas em 1684 expulsava do reino noventa e três famílias portuguesas estabelecidas em cidades do sul da França. Alguns anos mais tarde o rei voltava atrás, negociando com os cristãos-novos da península o direito de residência em as cidades que lhes serviram de refúgio.

Contra o pequeno comércio era mister organizar um bloco de resistência, e êsse veio a constituir-se com o tempo junto da burguesia que os judeus portugueses souberam fortemente atrair e no meio do povo trabalhador que se excedia em simpatia e amizade pelos seus novos bemfeitores.

Para que do lado da igreja católica não se esboçassem suspeitas nem se declarassem antagonismos irreduzíveis, os judeus portugueses designados cristãos-novos, observavam a rigor os preceitos católicos: casavam-se na igreja paroquial do seu bairro e ali iam baptizar os seus

filhos e catòlicamente enterravam os seus mortos (1). Alguns viviam na intimidade de altas personalidades da igreja catòlica. Houve certos cristãos-novos que se converteram, e descendentes de antigos judeus alcançaram grande prestígio no meio do clero (2).

Durante o século XVII os judeus designados cristãos-novos não praticaram publicamente o culto mosaico. Dentro duma escrupulosa disciplina eles serviam o poder temporal e o poder espiritual.

Prestaram serviços de valor no comércio, na assistência, no ensino, nas ciências, nas artes e nas carreiras liberais. No século XVI já se assinalam êsses serviços, pelo menos no que respeita ao ensino (3): êsses serviços mais se acentuam nos séculos XVII (4) e XVIII (5). Nas carreiras liberais figuram nomes de portugueses que se ilustram como jurisconsultos e como médicos. Apontam-se ainda letrados e artistas através dum ciclo de quatro séculos (6). Em tempos mais recentes a Academia de Bordéus conferiu um prémio ao trabalho de investigações históricas que

(1) O historiador Malvezin publicou na sua obra sôbre os judeus alguns registos de batismo extraídos dos livros paroquiais de Santo André. Cirot explorou um pouco os registos da freguesia de Santa Eulália.

(2) Duma família Lopes, que uns julgam ser de origem portuguesa e outros de origem espanhola, descendeu Jerónimo Lopes, cônego teologal da igreja de S.^o André.

(3) Foram os irmãos Gouveias os orientadores do ensino no Colégio de Guiana, do qual André de Gouveia foi o 2.^o Principal.

(4) Alguns médicos portugueses serviram como professores na Universidade.

(5) No século XVIII o sábio pedagogo Rodrigues Pereira abriu em Bordéus a primeira escola de surdos-mudos.

(6) Vide a citada obra *Statistique Générale de la Gironde*, vol. III,

àcerca da cidade publicou um descendente duma família portuguesa (1).

Foi este sistema de fecundas energias que, absorvido na comunidade social, contribuiu em grande parte para os progressos materiais e espirituais de Bordéus. Os estrangeiros fizeram a cidade do século XVIII, que pelos seus monumentos e riquezas seduziu os viajantes e da qual na literatura do tempo ficaram imagens encantadoras. O tráfego comercial orientado então para as colónias da América (Canadá e Antilhas), no qual participavam grandemente os portugueses, a exploração dos terrenos dos novos domínios feita em larga escala que os Gradis e outros financiavam, a irradiação do comércio exportador nos mais importantes mercados da Europa, onde os banqueiros portugueses haviam criado representações, — tôdas estas coisas determinavam um caudal de ouro para os cofres de Bordéus.

Pode-se dizer que a história da cidade nesse tempo se confunde com a história dos judeus portugueses senhores dos negócios e proprietários de bancos e de frotas adaptadas ao tráfego e à guerra contra os corsários (2). Aquêles, uma vez enriquecidos, mandaram construir os palácios sumptuosos que por tôda a parte lembram ainda hoje o grande século, — a famosa época dos armadores, dos negreiros, dos exportadores falados em tôda a Europa.

Frotas de negociantes bordeleses em que se encontravam como tripulantes bascos e gascões sulcavam os mares para as Antilhas, para a África e para o Oriente, e davam

(1) *Histoire de Bordeaux*, de Henri Gradis.

(2) Leia-se sobre as aventuras dos corsários: *Les Corsaires sous l'ancien régime de Ducéré*.

caça aos barcos dos corsários biscaíños, holandeses e ingleses.

Quando o rei precisou de barcos para a guerra, recorreu a armadores de Bordéus e em especial ao armador português Abraão Gradis. Quando as despesas da guerra absorveram todos os dinheiros do Estado e foi necessário recorrer ao empréstimo, de novo os banqueiros portugueses cederam o dinheiro que se reclamava para salvar o prestígio da França.

A grandeza do século XVIII consolidou-se sobre os progressos de toda a ordem que o esforço inteligente dos portugueses produziu e reanimou na cidade. Homens ricos, inteligentes, empreendedores e honestos, eles deram a Bordéus o seu esplendor, a sua reputação comercial e a sua magnificência exterior.

Portugal deixou ali bem assinalada a sua passagem.

III

A EVOLUÇÃO SOCIAL DOS PORTUGUESES EM BORDÉUS

Os portugueses residentes em Bordéus gozaram uma situação social que não foi sempre a mesma e que pelo contrário se melhorou no decurso dos séculos XVI e XVII em consequência dos bons serviços que aquêles prestaram à cidade em todos os sectores da actividade pública. Os representantes do poder haviam desde longa data reconhecido o valor dos cristãos-novos que, oriundos dalém Pirinéus, se fixaram em várias cidades do sul da França e aí contribuíam com um trabalho incessante, subordinado a

regras de severa honestidade, para o progresso material e para o esplendor da vida pública.

Os portugueses que chegaram a Bordéus em começos do século XVI tomaram logo as primeiras posições no comércio, e alguns deles nesse mesmo século e nos seguintes ilustraram-se também nas letras, nas artes e nas ciências (1).

A sua infiltração marcou-se em três fases distintas:

- a) a da fixação real;
- b) a da fixação reconhecida pela lei (2);
- c) a da admissão na burguesia.

A primeira fase prolongou-se durante toda a primeira metade do século XVI e só terminou com a publicação das cartas régias dadas por Henrique II em 1550 e datadas de Saint-Germain en Laye.

Êste é o primeiro documento em que se considera essa situação de facto à qual se dá sanção legal. Por êle se concede aos novos refugiados a qualidade de *regnicola*: aí se estabelece o direito de residência em França aos judeus portugueses e suas famílias e se consignam outros privilégios importantes, como sejam o de praticarem o comércio, o de adquirirem móveis e imóveis por todos os meios legais, o de disporem dos seus bens por testamento ou doação (3): isto igualava-os em direitos aos naturais do reino.

(1) Vid. *Statistique de la Gironde*, vol. III, de Edouard Feret.

(2) Cartas régias dadas por Henrique II em 1550 em Saint-Germain en Laye.

(3) «Le roi accorde permis d'habiter et de résider à ceux qui étaient déjà venus dans le royaume, et à ceux qui voudront y venir, dans les villes et lieux de leur convenance; et ce avec femmes, enfants, serviteurs, facteurs et entremetteurs; d'y apporter et posséder

Ficava assim consagrado o princípio da admissão dos portugueses e abriam-se-lhes as portas do país por um interessante documento de naturalização, que só favorecia, porém, os judeus oriundos de Portugal.

As cartas régias foram verificadas no Parlamento de Paris em 22 de Dezembro de 1550 e cerca de trinta anos mais tarde registadas no Parlamento de Bordéus (1).

Dois nomes de famílias ilustres vindas da Península se destacam na história da cidade nos fins do século XV e em meados do século XVI: —

- os Lopes
- os Gouveias.

Mas ao lado destes figuram outros em plano de inferior evidência. Citaremos os Costas vindos de Portugal (2), Ramon de Granolhas (3), Gabriel de Tarrégua, Silva (4) e outros. Uns applicaram-se ao comércio e indústria, outros à

meubles et marchandises; d'y trafiquer et acquérir meubles et immeubles, soit par succession, donation ou autrement; d'y disposer par testament et donation comme s'ils étaient originaires du royaume; en un mot, d'y jouir de tous les droits et privilèges des habitants des villes où ils demeureront.

«Si le roi ou ses successeurs veulent les renvoyer, ils auront le délai d'un an pour réaliser leurs biens et emmener leurs familles et serviteurs.» (No livro *Histoire des Juifs à Bordeaux—Deuxième partie*, chap. I, p. 108, de Th. Malvezin).

(1) Vid. *Enregistrements du Parlement*, 1 B 13, pág. 178—*Archives Départementales de la Gironde*.

(2) Os Costas foram chamados pelos Gouveias em 1539 para ensinarem no *Collège de Guyenne*.

(3) Originário de Aragão, fixou-se em Bx. em 1703. Foi médico da cidade.

(4) Professor de gramática em 1525.

medicina e alguns ao ensino⁽¹⁾. Os Lopes e os Silvas trouxeram à ciência progressos excelentes.

No tempo em que Henrique II abria aos portugueses as portas da França previa-se apenas que o campo económico fôsse aquêle em que a actividade dos refugiados se exerceria quasi exclusivamente. Assim aconteceu de princípio, e os frutos que aí colheram os novos comerciantes, honestos e ousados, activos e perseverantes, não deixaram indiferentes os naturais. Uma campanha surda que contra êles se levantou induziu as autoridades a adoptarem uma política de protecção. Eis porque em Março de 1574 o Parlamento de Bordéus veio proibir que se praticassem represálias contra os cristãos-novos sob o pretexto de que êles eram judeus disfarçados⁽²⁾.

Sob a ameaça de novas campanhas e de perseguições violentas, os portugueses pediram ao Conselho Real que lhes fôsem reconhecidos os direitos consignados nas Cartas régias de 1550. Henrique III atendeu o pedido e confirmou o que nas ditas Cartas havia sido estabelecido⁽³⁾. É especialmente significativa a decisão que da parte do Rei foi comunicada ao Parlamento de Bordéus porque nota-se aí que tôdas as campanhas levantadas na cidade eram inspiradas pelos excessos duma inveja tôrva⁽⁴⁾.

(1) Os Gouveias, os Costas e os Mendes.

(2) «Arrêt du Parlement, 10 mars 1574.»

(3) «Ordonnances datées de Lyon, 11 Nov.^o 1574.»

(4) «Ce néanmoins aucuns malveillants et envieux du dict trafic se sont efforcés plusieurs fois les y empescher, leur imputant fausement et calomnieusement plusieurs crimes, pour leur donner occasion d'abandonner la ville et le país, ce qu'aucuns d'iceux auroient fait, suscités par leurs haineux; sur quoi, vu la plainte des Espagnols et Portugais, et ayant entendu les calomnies qu'on leur dressoit, notre

O poder, pelos seus mais altos representantes, afirmava todavia a sua decidida vontade de opor um dique à onda de injustiças e de violências que afastaria, se ela subisse mais, bons servidores do comércio. Já no século XVI a infiltração dos portugueses se debatia contra as primeiras muralhas.

As decisões do Rei Henrique III foram registadas no Parlamento de Bordéus, assim como se fez para as Cartas Régias de Henrique II registadas em 19 de Abril de 1580. Êste facto encerrou a fase *a*) da admissão dos portugueses, à qual chamamos a da fixação real.

Veio em seguida a infiltração sancionada legalmente, que se prolongará por um período aproximado de cinquenta anos. O português a quem se atribuiu a qualidade de *regnicola*, esforçava-se por consolidar a sua situação social e ganhava alento neste esforço tenaz para subir novos degraus na hierarquia das classes privilegiadas.

(Continua)

ALFREDO DE CARVALHO

dite cour par son arrêt du 17 mars dernier avoit fait défendre à toutes personnes, de quelque qualité qu'ils fussent, de les molester, ni les maltraiter, ni les contraindre à sortir de la ville de Bordeaux et ressort d'icelle.» *Deuxième ordonnance rendue à Lyon, 11 nov. 1574.*

L'ART PORTUGAIS DU XV^e SIÈCLE ET LE RETABLE DES NAVIGATEURS

On sait l'immensité de l'apport du Portugal à la civilisation d'Occident. La pénétration blanche au Maroc, au Brésil et aux Indes sont son œuvre. Les commerces anglais et flamand y trouvent des débouchés d'une extraordinaire richesse. Oporto et Lisbonne sont en échanges permanents avec Naples et Venise.

Emmanuel le Grand se proclame empereur de la Mer Océane et ne se trompe que de peu. Son peuple vit sur l'eau. L'emblème national est la sphère armillaire, symbole du centre du monde.

Mais l'ivresse du peuple s'exalte particulière et lointaine.

Son orgueil répudie à toute discipline. Un art étrange devait en naître réfractaire à toute mesure, recherchant l'étrange, les effets violents, si bien que c'est au Portugal que les artistes ont, pour la première fois probablement, brisé les règles strictes du Moyen-Âge et laissé, bien plus qu'à Sienne, l'imagination monter jusqu'à son paroxysme.

Toutefois cet art est localisé et n'exercera aucune répercussion sur l'avenir.

On se demande pourquoi d'ailleurs. Un peu antérieurement Sienne, dans une formule libératrice analogue, avait suscité un retentissement mondial.

La raison en est historique. Le Portugal qui est l'un des pays latins les plus évolués a toujours subi les influences de l'extérieur sans influencer personne. L'Angleterre, l'Espagne et, un moment, la France ont dominé son destin.

L'art gothique a été importé d'Angleterre en Portugal sous sa forme la plus flamboyante. Nous en retrouvons traces dans les monuments de Batalha.

Mais ce serait méconnaître le caractère portugais que de s'imaginer qu'il ait subi cette influence sans réaction.

Cette réaction a été caractérisée par l'histoire de l'art sous le nom de style *mourisco*.

En effet, comme l'Espagne, le Portugal fut longtemps envahi par les Maures qui y ont laissé des traces profondes, et, de même qu'en Espagne, l'architecture et l'art mauresques ont été, en quelque sorte, assimilés par la chrétienté.

Mais cet héritage est *décoratif* et le *mourisco* fait passer les principes de la décoration mauresques dans l'art créateur où l'on retrouve leurs arabesques et leurs couleurs violentes.

Si les nations, les religions se sont combattues, les civilisations, les architectures, les beaux arts ont largement collaboré et se sont interpénétrés. En Espagne l'art chrétien a supplanté l'art musulman, a érigé des chefs-d'œuvre sur des chefs-d'œuvre. Au Portugal il y a eu fusion. Le *mourisco* se confond avec le *moudejar* espagnol, à cette réserve près.

C'est à Batalha, à Sintra, à Evora que le *mourisco* se laisse plus sensiblement admirer. Le chapiteau s'enrubanne, des claires-voies de briques-estampées, la pierre ajourée en réseau évoquent l'Afrique musulmane de même qu'à Venise le baroque fait songer au proche Orient.

L'art portugais se compose d'une sorte de mélange où des civilisations différentes, d'aucunes importées, accumulent leurs débordantes fantaisies.

L'arabesque déforme le gothique. A Setubal, à Viseu, la colonne n'est plus qu'une torsade de saucissons et la corde à nœuds se tend sous les voûtins.

Importé d'Angleterre sur la fin du XV^e siècle, le gothique flamboyant se transforme dans cette atmosphère là et devient le fameux *manuelin* qui a soulevé tant de discussions.

Un auteur portugais très estimé, le Professeur João Barreira a publié en 1931 dans la *Gazette des Beaux-Arts*, un article sur le *Symbolisme ironique dans l'art Manuelin*.

Il nous représente cet art comme né à Batalha dans les chapelles inachevées construites de 1503 à 1515.

Pour ce savant le manuelin résulte d'une série de déformations et de proliférations des formes gothiques.

Ce qui nous intéresse, nous, c'est: 1.^o — que l'art s'y libère du schéma gothique comme sous Giotto il s'est libéré du *carcan duro* byzantin; 2.^o — que ces déformations, ces proliférations suivent un rythme très sensible et que si l'imagination y est déchaînée par l'artiste outre mesure, elle obéit tout de même à une règle intérieure qui atteste que cet artiste a été un créateur qui a eu ses principes et son esthétique à lui.

Les prototypes de cet art sont les portes de Batalha, de Santarém, où se jouent en arabesques des arcs trifilés alternant les courbes concaves et les courbes convexes, et les portes de Vestiaria où des chevrons pointent en épines fantastiques.

Comme l'or à Venise, ici la torsade est partout.

Certes, cette débauche d'ornementation est une impureté puisque partout le décorateur opprime et supprime l'architecture, mais on ne peut nier que cette esthétique dépourvue de ligne crée pour les yeux une joie réelle et déchaîne «la folle du logis».

Enfin, le réalisme se fait sentir comme dans tout l'art latin.

Il se trahit ici par le naturalisme végétal qui fait d'une colonne un faisceau de lianes ou encore un arbre dont les rameaux se perdent dans la voûte.

M. João Barreira rappelle, à tort selon nous, que l'Espagne avait surchargé de semblables fantaisies la façade du Collège de Saint Grégoire à Valladolid. Les deux architectures dont nous avons le souvenir précis n'ont rien de comparable.

Le décorateur espagnol stylise.

Le décorateur portugais ne stylise pas.

Les éléments de son ornementation architecturale sont pris à même la nature et transposés dans l'art à plein souffle réaliste.

L'Espagnol conserve encore son sens du style et de la mesure. Le portugais point. Il travaille de la façon la plus désordonnée.

C'est de l'imagination dévergondée qui associe à sa débauche les vérités naturelles.

Tel le Manuelin.

Il contient même plus, et, dirait-on, un souffle d'exotisme. La mer, les tropiques. La mer surtout. Les «chevaliers du Christ» sillonnent l'Océan.

La façade occidentale du couvent de Jésus à Tomar nous offre plus d'une allusion à leurs voyages lointains.

Elle déploie un ensemble parfaitement hirsute de

cordages, de filets, de madrépores, de coquillages, de squales, d'algues, de liège, d'ancres, de chaînes, de voiles. On dirait le tout vomé par l'Océan, épaves, bêtes et plantes, un soir de tempête déchaînée.

Les proportions de cet ensemble pléthorique sont formidables. Rien n'y est à l'échelle de l'homme. Nous sommes en plein surréalisme, plongés dans une vie monstrueuse, désaxée, dans un rêve de visionnaire.

La tradition romane survit dans le Portugal de la façon la plus intense, et c'est bien elle qui impose ces reliefs énormes, trapus, hors de toute harmonie connue.

Il y a aussi la tour célèbre de Belém. Elle ne manifeste pas d'un tel paroxysme, recherche la sobriété.

Mais les tourelles qui la flanquent sont la copie de la Koutoubya de Marrakech. Le Maroc surgit ici dans toute son âpreté musulmane.

Ce désordre, cette hypertrophie est l'expression de tout le passé historique du Portugal. Il étonne encore le spectateur plus qu'il ne le séduit, comme il étonne les contemporains pendant le quart de siècle qui marque la transition entre la fin du Moyen-Âge et les temps modernes.

Chose singulière. Alors que c'est généralement l'architecture qui précède et conditionne esthétiquement les Beaux-arts d'un pays, au Portugal, la peinture semble avoir été contemporaine des grands architectes, et même les avoir précédés.

Certes n'a-t-elle pas recherché un lyrisme aussi désordonné. Mais les primitifs portugais débordent eux aussi d'imagination et le même phénomène que nous constatons dans l'architecture portugaise se retrouve dans leur peinture.

Pour son intempérance, son coloris violent, ses recherches réalistes, elle rappelle Duccio et les Siennois.

Le plus remarquable de ces primitifs est Nuno Gonçalves.

Il a été étudié par M. José de Figueiredo dans son prestige légendaire.

Nous ne savons que peu de choses de lui si ce n'est qu'en 1460 il peignit le rétable des Navigateurs pour commémorer la prise d'Al-Kacer Ceguer, forteresse marocaine, par Alfonse V.

Et ce rétable d'un nombre de panneaux et de dimensions prodigieux, est aujourd'hui disloqué.

Les fragments en sont épars un peu partout et l'on présente même des copies et des peintures apocryphes comme en ayant fait partie, par tout le Portugal.

Nuno Gonçalves avait accepté moins la commande que la mission de dire avec grandeur et sentiment religieux le génie portugais et l'expansion historique de sa patrie.

Contrairement à ses contemporains, Gonçalves avait dans l'imagination déployée conservé le tact et le sens d'une certaine mesure.

«Lorsque le rétable était intact, écrit M. José de Figueiredo, sa majesté s'égalait à celle des événements».

Nous ne connaissons l'œuvre que par ses fragments, comme M. de Figueiredo d'ailleurs.

Ils ne nous donnent aucune idée de ce que pouvait être l'ensemble mais ils nous permettent d'apprécier le talent pictural de Gonçalves.

Tout fait penser, à part l'incertitude historique, qu'il a vu les peintures de Van Eyck et qu'il s'est inspiré largement de leur technique comme de celle d'Anto-

nello de Messine, si près d'eux. La technique est la même.

Gonçaves peint à l'huile, à même son panneau, sans préparation.

A-t-il été initié au *secret* des Van Eyck ?

Ce secret, comme on le sait, consistait dans la composition d'un siccatif qu'ils mélaient à leurs couleurs et qui en maintenait la transparence, la qualité pure et la solidité.

Nous n'en savons rien, mais il suffit de voir la peinture de Gonçaves pour avoir l'impression d'un Siennois de la fin du 14^e siècle et qui peindrait avec le procédé des grands flamands.

La chose est d'autant plus frappante que ce qui reste du fameux rétable c'est surtout une série de portraits.

Leur mâle et splendide franchise, leur composition soigné et toujours symbolique, le soin du détail, le *rendu* des accessoires, le souci de la transposition du décor, trahissent un peintre Eyckien, comme la technique à quoi nous avons fait allusion.

Mais ces portraits ne sont plus des *miniatures* comme ceux des frères brugeois ou de Memling.

Ils ont une ampleur égale à ceux d'Antonello de Messine et un lyrisme proche parent de celui de Duccio.

Et cette ampleur, nécessairement, dépasse le scrupule et la minutie des Eyckiens.

Nous ne sommes plus dans le nord où Londres, Amsterdam et Venise sont le bout du monde. Nous sommes dans un pays dont les rois règnent sur l'Atlantique et dont les navigateurs sont grisés par les merveilles des tropiques mystérieux.

En un mot l'unité des portraits que nous connaissons du polyptyque disloqué nous permet de dégager l'unité

totale de l'œuvre de même que quelques ossements permettent au naturaliste de reconstituer la structure d'un animal antédiluvien, et c'est pour cela qu'en écrivant la phrase que nous citons plus haut, M. José de Figueiredo a fixé une grande vérité.

L'unité de l'œuvre est dans l'épopée océanique.

Ces portraits sont ceux des princes et des rois qui ont franchi la mare aux harengs et conquis des empires au Portugal: Henri le Navigateur, Alfonse V, le prince Jean.

Et ils sont grandeur nature. Pour laisser à chacun la place absolue à laquelle il a droit, Gonçalves a supprimé tout paysage de convention, tout décor d'intérieur formant le fond du panneau.

Mais il n'a oublié, toujours symbolique et suggestif, ni le témoignage de l'orient ni celui des océans houleux. Des filets enveloppent ces amiraux et des cordages enroulés occupent le premier plan.

Un rabbin donne la couleur locale.

Et nulle forfanterie dans les caractères. Cette mélancolie grave inhérente à la psychologie de la race que les poètes du Portugal appellent *Saüdade*, règne sur le visage énergique de ces conquistadores. Ils ont l'air de songer à leur proue qui fend les flots et trace la route du Maroc, de l'Afrique orientale, des Indes!

Leur teint mat—spécifique à la race est modelé en méplats gris un peu à la manière d'Holbein.

Avec l'extraordinaire richesse des éléments contraste une extraordinaire simplicité de moyens techniques.

Il y a là, dans ces portraits, on ne sait quelle impression de fresque, on ne sait quelle envergure monumentale qui se dégage.

Nous ne sommes peut-être pas tout à fait de l'avis de M. de Figueiredo lorsqu'il s'extasie sur le «modernisme d'un tel art», mais, si la magie secrète du génie des peintres portugais que nous suggère l'*Ecce Homo* du Musée de Lisbonne, l'*Ecce Homo* aux yeux voilés, s'est révélée jamais grandiosement créatrice et surréaliste, c'est évidemment dans ce *Retable des Navigateurs* qui par le souvenir de sa splendeur et la beauté de ce qui nous reste de son ensemble se survit à lui-même.

Quelque chose de neuf, par lui, est entré dans la peinture, et il a apporté quelque mesure, quelque harmonie définitive à la peinture portugaise.

EMILE SCHAU-B-KOCH

MANUAL DE HERÁLDICA PORTUGUESA (1)

Campanha—V. Cap. II.

(Luna)

Campo—V. Cap. II.

Campo (Do)—V. Cap. VII.

Caneiro—Palissada. Termo de fortificação.

(Luiz)

Cantão—V. Cap. II.

Cantonada—Diz-se da cruz, que é acompanhada de uma ou mais peças móveis dispostas nos *cantões* do escudo.

(Beja)

Canto—O mesmo que ângulo—V. Cap. II.

Cão—Representa-se de perfil. Pode ser de *fila* (V. *alão*) ou de caça (V. *lebreu*). Conforme a posição, assim se diz *parado*, *passante*, *corrente*, *deitado*, *rampante*, *sentado* e *coleirado*. V. *levantado*.

(Alão, Leal)

Capela—O mesmo que grinalda ou coroas de flores diversas.

(Coutinhó)

Capelhar—Vestido mourisco, com capuz, que se usava por cima do vestuário.

(Araújo)

Carapeteiro—Árvore imaginária, com sete braços.

(Albernaz)

(1) Cont. do n.º 3, vol. 91, pág. 284.

Cardo—Emprega-se, ou a planta inteira, ou só a flor.

(Cardoso, Cardona)

Carnação—É a côr própria das representações do corpo humano. É a sua côr natural.

(Manoel)

Carneiro—Representa-se *passante* ou *saltante*. Normalmente tem as *armas* de outra côr, e nesse caso são *cornutos* de tal côr.

(Carneiro)

Carregada—É a *peça* sôbre a qual estão colocadas outras peças ou figuras, mas de tamanho reduzido, de forma que não ultrapassem os seus bordos.

(Oscaris)

Carretão—É o reparo ou assento das antigas bombardas.

(Bobadela)

Carvalho—Representa-se inteiro, ou um ramo. Os seus frutos brasonam-se como ficou dito (V. *bolota*).

(Cueler)

Casco—Peça de armaria, defensiva da cabeça.

(Sobrinho)

Castelo—É sempre rematado por três tôrres, a do meio mais alta. Tanto a muralha como as tôrres são *lavradas*, isto é, têm as juntas da alvenaria, marcadas a preto ou noutra côr a indicar.

Tem uma *porta* e duas *frestas*. Só quando são de côr diferente, é que se especificam ao brasonar. Assim, a *porta* diz-se *aberta*; e as *frestas* *iluminadas*. A *porta* e as *frestas* podem ser *gradeadas* de outra côr. A muralha e as tôrres são sempre *ameadas*. Só quando de côr diferente do resto do edificio é que se especifica essa circunstância.

O número de ameias da muralha, vulgarmente, é

de *sete*, e o das *tôrres* é de *três*. Quando assim não é, impõe-se o indicá-lo.

(Faria, Henriques)

Catavento—Remate de cúpula. A forma da *veleta* é de seta.

(Morais)

Caudato—É a *estrêla*, que tem uma ponta maior do que as outras, e que pode ser de outra côr.

(Blen)

Cavalo—Representa-se de perfil. Quando arreado diz-se *enfreado* ou *bridado*. Os arreios podem ser de outra côr.

(Bragança)

Cegonha—Ordinariamente representa-se firmada no pé direito, tendo a perna esquerda encolhida.

(Dogaldo)

Centro do escudo—V. Cap. II.

Céspede—Torrão de terra arrelvada. Normalmente tem a forma de um adôbe hexagonal.

(Céspede)

Cevado—É o lobo quando vai com a prêsa na bôca, a qual se representa por um cordeirinho, que êle lança sôbre o lombo. V. *Lôbo*.

(Avelhaneda)

Chapéu de romeiro—Chapéu de aba larga. Se a aba está levantada à frente, ou ao lado, terá que se mencionar.

(Vêlho)

Chave—A sua posição normal é em *pala*, com o *palhetão* voltado para a direita. Há, na heráldica nacional, além das chaves vulgares, as *mouriscas*, que apresentam sua diferença. É preciso indicar, se as chaves são com os palhetões apontados para o *chefe*, se para a ponta.

(Chaves, Cogominho)

Chaveirão—V. *Cap. II.*

(*Frazão*)

Chefe—V. *Cap. II.*

(*Gaio*)

Cheia—É a peça que apresenta interiormente outra figura semelhante, mas de côr diferente da da *peça* e da do *campo*.

(*Ulhoa*)

Chevronado—V. *Cap. II.*

(*Sieuve*)

Chocalho—Campainha que se suspende do pescoço de certos animais.

(*Aragão*)

Chocalhado—Animal com chocalho.

(*Aragão*)

Cidade—Aglomerado de casas, conjunto que é circundado por uma muralha, com ameias e portas.

(*Antunes*, de Simão Antunes)

Cilhado—É o animal que tem *cilha*, geralmente de outra côr.

(*Valdez*)

Cinto—É o cinturão militar, que se representa estendido. Diz-se guarnecido de outra côr, se a fivela, ponta e passadeira, não são da mesma da correia.

(*Mesquita*)

Círculo—V. *Cap. II.*

(*Salvado*)

Cisne—Representa-se de perfil; quando *nadante*, deve-se especificar.

(*Cisneiro*, *Cisne*)

Clava—Arma de selvagem, feita de um ramo de árvore.

(*Azambuja*)

Coberta—V. *Tôrre*.

Coleirado—É o animal que tem coleira ou uma coroa enfiada no pescoço. Mesmo quando da mesma côr, se deve mencionar ao brasonar. Se a coleira tem *fivela*, é preciso indicar a sua côr. A coleira dos galgos não tem fivela.

(Cordovil, Corralha)

Colubreado—V. *Cap. II.*

(Vasconcelos)

Coluna—Ordinariamente representam-se, com capitel, base e soco, cujas côres se indicarão se forem diferentes da côr do fuste.

Composta—V. *Cap. II.*

(Fragoso, de Itália)

Contida—Diz-se da peça que está dentro de uma *orla*, *anel*, ou outra qualquer coisa.

(Barba)

Contra-arminhos—V. *Cap. II.*

Contra-bandado—V. *Cap. II.*

Contra-barrado—V. *Cap. II.*

Contra-bretessado—V. *Cap. II.*

Contra-burelado—V. *Cap. II.*

Contra-chefe—V. *Cap. II.*

Contra-chevronado—V. *Cap. II.*

Contra-cotizado em banda—V. *Cap. II.*

Contra-cotizado em barra—V. *Cap. II.*

Contra-esquartelado—V. *Cap. II.*

Contra-faxado—V. *Cap. II.*

Contra-palado—V. *Cap. II.*

Contra-passante—Diz-se de dois animais, passantes, um sôbre o outro, o de baixo em direcção do flanco esquerdo.

(Córdova, de Guipuzcoa)



XV



XVI



XVII



XVIII



XIX



XX



XXI



XXII



XXIII



XXIV



XXV



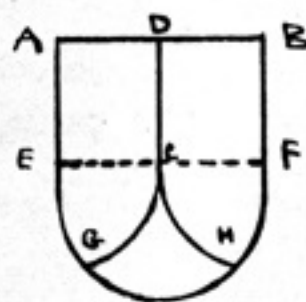
XXVI



XXVII



XXVIII



XXIX



XXX



XXXI



XXXII



XXXIII



XXXIV

Contra-verguetado—V. *Cap. II.*

Contra-veirado—V. *Cap. II.*

Contra-veiros—V. *Cap. II.*

Copa—O mesmo que taça ou cálice, que pode ser ou não provido de tampa. Neste caso diz-se *coberto*.

(*Descarça, Botilhudo*)

Côr—V. *Cap. II.*

Coração—Representa-se sempre de vermelho.

(*Machado, de Alvaro Machado*)

Cordão—Representa-se dando-lhe a largura do *filête*.

(*Anes, de Maria Anes*)

Cordão de S. Francisco—É o cordão atrás referido, com alguns nós, que podem ser de côr diferente.

(*Eça*).

Cordeiro—Brasona-se como o carneiro, mas sem ser *armado*.

(*Lordelo*)

Cornuto—Diz-se do animal que tem os chifres de côr diferente.

Coroa—V. *Cap. II.*

Coroa antiga—V. *Cap. II.*

Coroa de louros—V. *lourel*.

Coroado—É tudo aquilo que é encimado por uma coroa.

(*Escudeiro*)

Coronel—V. *Cap. II.*

Corpo humano—Só pode figurar em heráldica, representando um guerreiro de *ponto em branco*.

(*Ceiça*)

Corrente—É a atitude do animal que se represente a correr.

Cortado—V. *Cap. II.*

(*Lançada*)

Cosido—V. *Cap. II.*

(*Cabeça*)

Costa—Utensílio do correeiro e sapateiro, de forma alongada e ligeiramente curva. Emprega-se como elemento *falante*. Representa-se *firmada* nos bordos do escudo, em faixa, duas a duas. Na linha central do escudo são um pouco mais levantadas.

(*Costa*)

Cota-de-armas — Sôbreveste que se usava sôbre a armadura.

(*Baleeiro*)

Cótica—V. *Cap. II.*

Coticado em banda—V. *Cap. II.*

(*Anaia*)

Coticado em barra—V. *Cap. II.*

(*Azeredo*)

Couceira — Ferro que sustenta uma porta sôbre os gonzos.

(*Couceiro*)

Coxim—V. *Almofada.*

Crenelado—É o mesmo que *ameado*.

Crescente—Figura de terceira ordem. O crescente pode representar-se *montante*, (que é a sua posição normal) *invertido*, *deitado* e *deitado-voltado*, conforme tem as pontas voltadas para o *chefe*, para a *ponta*, para o *flanco direito* ou para o *flanco esquerdo*.

Os crescentes, podem ainda ser, entre si, *adossados*, *afrontados* e *apontados*.

Quando são três apontados, ao centro, toma o conjunto o nome de *terno*; se são quatro, o de *quader-na*, e em ambos o nome de *lunel*.

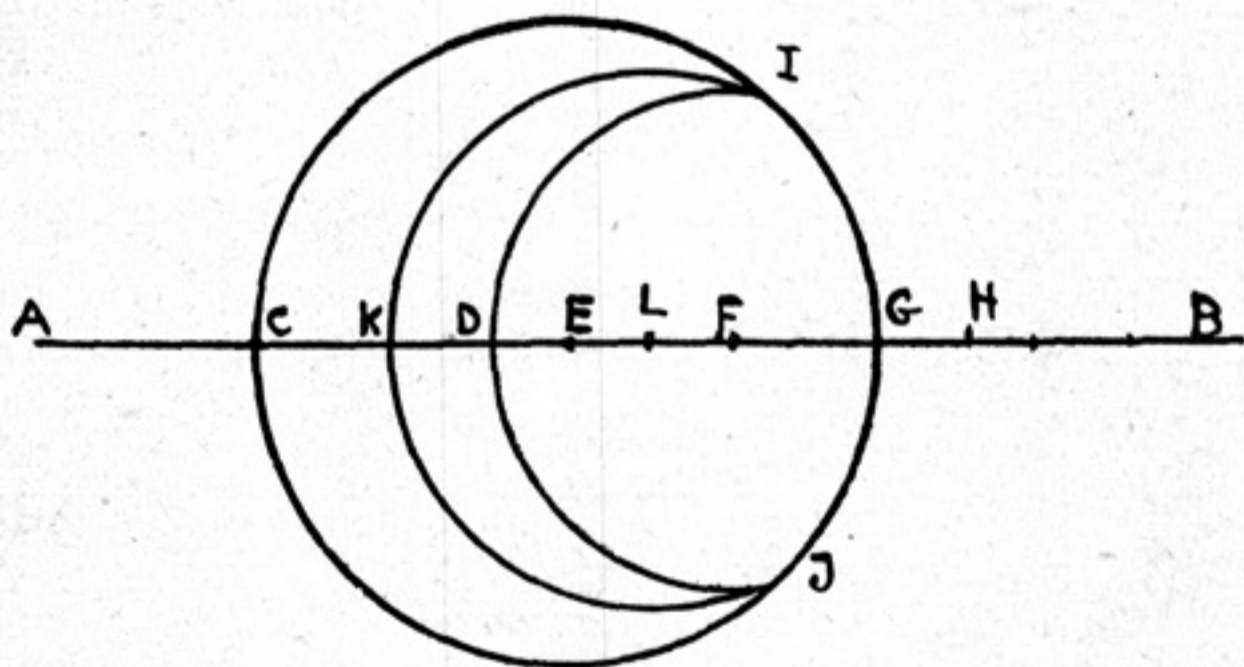
Há duas espécies de crescente: *plano* e *diedro*.

O processo de traçar o crescente *plano*, é o seguinte: traça-se a linha AB , e marcando o ponto E , traça-se a circunferência $CI G J$; depois divide-se em partes iguais o raio EG , no ponto F , que será centro do arco de círculo $ID J$, que é traçado com o raio FH , que é igual à distância FG , mais metade desta. E assim obtem-se a secção $IC J D$, que é o crescente desejado.

(Alfaro, Beltrão, Bocanegra, Pinto)

Para o crescente diedro, procede-se desta forma: traça-se o crescente plano; e depois, com o raio LI , e fazendo centro em L , que é metade da distância EF , traça-se o arco de círculo $IK J$, que é o vértice do ângulo diedro. A figura $IC J K$ e $IK J D$, é o *crescente* que se pretende.

(Bragança)



Cruz—V. Cap. II.

As variantes da cruz na heráldica portuguesa, usadas como figuras artificiais, são as seguintes:

Cruz	{	alta	(<i>Barreira</i>)
		encurtada	(<i>Gançoso</i>)
		florenciada	(<i>Pereira</i>)
		maçanetada	(<i>Leão, de João Lopes</i>)
		pátea	(<i>Cabral, de Jorge Dias</i>)
		de pé aguçado	(<i>O' Kellis</i>)
		de pé recurvado	(<i>Álvares, de Aveiro</i>)
		potêntea	(<i>Teixeira</i>)
		recruzetada	(<i>Migueis, de Rubianes</i>)
		sôlta	(<i>Magro</i>)
		de Cristo	(<i>Veniste</i>)
		de Jerusalém	(<i>Moniz, de Lusignam</i>)

Cruzada—É a peça ou figura rematada por uma *cruz*.

(*Fialho*)

Cruzado—Diz-se do *besante*, quando carregado de uma cruz de outra côr.

(*Penha*)

Cruzeiro—É uma cruz alta, assente nuns degraus.

(*Albuquerque, de João de Albuquerque*)

Cunha—Utensilio dos rachadores de lenha. Emprega-se apenas como elemento falante. Dispõe-se sempre com a base para o *chefe* do escudo.

(*Cunha*)

D

Debrum—V. *Cap. II*.

Decotada—Diz-se da árvore, a que se cortaram as *raízes*, ou os *ramos*.

(*Picanço*)

Defendido—É o elefante ou o javali, que tem as presas de outra côr.

(*Porcel*)

Deitada—Diz-se de qualquer peça que tem voltada para o flanco direito a parte que normalmente está voltada para o *chefe*.

(*Raposo*, de Egas Loureiro)

Deitado—Diz-se do animal que está *deitado*, na acepção vulgar do termo. O golfinho.

(*Pó*)

Deitado-voltado—V. *Crescente*.

Denticulada—V. *Cap. II*.

(*Vidal*, de Aragão)

Desarmado—V. *Navio*.

Desdobramento—V. *Cap. II*.

«*De um no outro*»—V. *Cap. VII*.

Diferença—V. *Cap. II*.

Diminuto—V. *Cap. II*.

(*Romano*, *Frade*)

Direita (do escudo)—V. *Cap. II*.

«*Do mesmo*»—V. *Cap. VII*.

Donzela—Figura de mulher jovem. Representa-se com os cabelos caídos.

(*Menezes*)

Dragão—Figura fantástica. Representa-se de perfil e é constituída por uma cabeça e patas de águia, asas de morcego, corpo e cauda de serpente. A extremidade da língua e da cauda são farpadas.

(*Regras, Brandão, de Duarte Brandão*)

E

Elevada—É a peça que ocupa, excepcionalmente, um lugar mais elevado do que aquêle que normalmente lhe compete.

Elmo—V. *Cap. II*.

Embocada—É a *trompa* ou *busina*, que tem o *bocal* de outra côr.

(*Espinosa*)

Embutido em ponta—É uma peça triangular, cuja base se confunde com o bôrdo inferior do escudo, tendo os lados côncavos e sendo a sua altura igual a metade da largura do escudo.

(*Lacueva*)

Empunhada—É a espada que tem o punho de outra côr.

(*Vale*)

Encabado—É o machado, fouce ou malhête, que tem o cabo de outra côr.

(*Machado*)

Enxaquetado—V. *Cap. II*.

(*Sá*)

Encimada—Diz-se da peça ou figura que tem outra ou outras, colocadas acima delas, mas sem se tocarem.

(*Bocarro, de Diogo Lopes*)

Encerrada—(V. *Cruz*)

Encontro—É a cabeça de certos animais, excepcionalmente vista de frente.

(*Cabeça de Vaca*)

Encoberta—Diz-se da peça que se considera no escudo como existindo em *sombra*. Essas peças são caracterizadas apenas pela linha do contôrno.

(*Meneses*)

Encurvada—V. *Cap. II*.

(*Lomelino*)

Endentada—V. *Cap. II*.

(*Botilher*)

Enfeixadas—São três peças compridas, como setas, lanças, espadas, espigas, etc., passadas em *banda*, em *pala* e em *barra*, e *atadas* ou não no cruzamento.

(*Mendes, de Tânger*)

Enfreado—V. *Cavalo*.

Engulida—V. *Abocada*.

Enlaçadas—Duas figuras que se abraçam e passam uma sobre a outra em aspa.

(*Andrade*)

Enriquecida—O mesmo que *bordada* ou *ornamentada*.

Enroscada—Diz-se da serpente, quando enrolada num tronco de árvore.

(*Tenreiro*)

«*Entre*»—V. *Cap. VII*.

Entrecambada—É a peça ou figura que assenta num escudo, cujo campo é de duas côres, e as toma, alternando-as; sobre o esmalte do campo fica o metal da peça, e vice-versa. É o mesmo que «um para o outro» (V. *Cap. VII*).

(*Frota*)

Entrelaçadas—São as peças ou figuras que passam umas pelas outras.

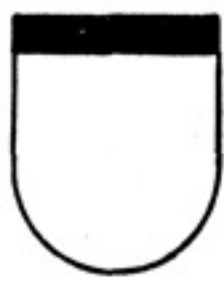
(*Correia, Argolo*)



XXXIV-A



XXXIV-B



XXXV



XXXVI



XXXVII



XXXVIII



XXXIX



XL



XLI



XLII



XLIII



XLIV



XLV



XLVI



XLVII



XLVIII



XLIX



L



LI



LII

Equipolado—V. *Cap. II.*

(Gentil)

Escaque—É o nome de cada um dos *pontos*, ou *peças*, ou *quadros* do enxaquetado.

(Portocarreiro)

Escôva—Utensílio que se emprega como elemento falante. Representa-se em pala, oval, com pé tendo as sedas para a direita.

(Escovar)

Escudete—V. *Cap. II.*

Escudo—V. *Cap. II.*

Esmaltes—V. *Cap. II.*

Espada—Representa-se normalmente em pala; fora desta posição deverá mencionar-se. Pode ser *guarnecida* e *empunhada* quando tem as guarnições e o punho de outra côr. V. *quebrada*.

(Juzarte, Vale)

Espadarte

(Saraiva)

Espiga—Representa-se geralmente em pala e enfeixada.

(Carvalhosa-Palhavã)

Esquadro—Utensílio do carpinteiro. Representa-se como um ângulo recto formado por duas réguas, com o ângulo para o *chefe*.

(Bracamonte)

Esquartelado—V. *Cap. II.*

Esquerda do escudo—V. *Cap. II.*

Esquilo—Representa-se de perfil.

(Braamcamp)

Estendida—Qualquer ave que tem as azas totalmente abertas, com as pontas voltadas para o *chefe*.

(Dória, Dragão)

Estoque—Espada comprida de fôlha estreita e prismática.
Brasona-se como espada.

(*Murilha*)

Estrêla—Figura natural. Pode ter 5, 6, 7, e 8 raios. Se tem 10 raios, toma o nome de *luzeiro*. Quando se não faz referência ao número de raios, compreende-se que é de cinco. Para a sua construção, observa-se o seguinte: Traça-se uma circunferência, com o raio que se desejar; divide-se esta em tantas partes iguais, quantas forem as pontas que a estrêla deva ter. Depois, unem-se, êsses pontos que dividem a circunferência, depois de numerados, seguidamente, uns com os outros, por meio de traços, mas de forma convencional. Assim: se a estrêla tem 5 raios, une-se o 1—3—5—2—4—1; se tem 6 raios: 1—3—5—1; 2—4—6—2; para 7: 1—4—7—3—6—2—5—1; se tem 8 raios: 1—3—5—7—1; 2—4—6—8—2; se 10: 1—4—7—10—3—6—9—2—5—8—1—.

Estrêla-caudato—V. *Caudato*.

Estrepe—Peça de armaria, constituída por o cruzamento de quatro pontas de ferro.

(*Soutelo*)

(*Continua*)

ARMANDO DE MATTOS

ESTATUTOS DO «INSTITUTO DE COIMBRA»

Data de 3 de Janeiro de 1852 a aprovação dos primeiros estatutos do *Instituto de Coimbra*, solicitada em 16 de Março do ano anterior.

São êsses estatutos documento de notável relêvo na história das Academias portuguesas; e é impossível esquecê-los ao delinear o quadro do movimento científico e literário nacional da segunda metade do século XIX, movimento incontestavelmente orientado por Coimbra, através das suas escolas e dos seus estabelecimentos culturais.

O pensamento que inspirou aquêles estatutos de 1852 mantém-se ainda hoje, e por êle, fundamentalmente, esta Academia continua a reger a sua vida científica e associativa; são os mesmos os fins que se propõe; e as classes que constituem a sua grande divisão orgânica são ainda, como em 1852, *de ciências morais e sociais, de ciências físico-matemáticas, e de literatura, belas-letas e artes.*

As reformas de 1859, 1882 e 1922 visaram apenas a adaptação dos primitivos estatutos às novas condições de vida, e o desenvolvimento de um ou outro sector da actividade social; assim também a de 1938, donde resultaram os presentes estatutos; a orientação traçada com absoluta segurança em 1852 manifesta-se, pois, eficiente e perdurável; com êsse facto se verifica e consolida o prestígio da própria Academia, que tem a honra de contar com a dedicação agradecida de algumas das mais eminentes persona-

lidades do mundo literário e científico, que por sua vez não esquecem nunca, entre os seus títulos académicos de maior apreço, o de sócio do *Instituto de Coimbra*.

Têm perfeita actualidade as palavras com que o relator de 1851 apresentava o projecto dos primeiros estatutos desta Academia: «Senhores! Ficar estacionário no meio do progresso geral é retrogradar. O mundo todo se agita em roda de nós: nunca a humanidade impelida pela necessidade do saber fez tão nobres esforços, como hoje, no caminho da inteligência. As sociedades científicas, literárias e artísticas, que com diferentes nomes e organização tanto se multiplicam, provam não só esta tendência da nossa época, senão também que a associação é geralmente olhada como o melhor meio de a satisfazer».

Os presentes estatutos, pelos quais o *Instituto de Coimbra* passa a reger a sua actividade, têm o despacho de 31 de Março de 1938 de Sua Excelência o Ministro da Educação Nacional, Doutor António de Faria Carneiro Pacheco, e foram publicados no «Diário do Governo» n.º 89, da I série, de 19 de Abril do mesmo ano.

Coimbra, 21 de Abril de 1938.

A Direcção do Instituto,

FRANCISCO MIRANDA DA COSTA LÔBO
ANSELMO FERRAZ DE CARVALHO
DIOGO PACHECO DE AMORIM
ANTÓNIO GOMES DA ROCHA MADAHIL
GUMERSINDO SARMENTO DA COSTA LÔBO
JOSÉ PINTO LOUREIRO
AMADEU FERRAZ DE CARVALHO

CAPITULO I

Da organização do Instituto

Artigo 1.º A sociedade denomina-se *Instituto de Coimbra* e tem por fim a cultura das ciências, belas letras e artes.

Art. 2.º Os meios que se propõe empregar para conseguir este fim consistem no estudo e na discussão de pontos científicos, literários e artísticos, de manifesto interesse; na publicação de uma revista literária e científica, no estabelecimento de uma biblioteca, de um gabinete de leitura e em quaisquer outros análogos que as circunstâncias lhe permitam.

Art. 3.º O *Instituto* compreende três classes:

- 1.ª De ciências morais e sociais;
- 2.ª De ciências físico-matemáticas;
- 3.ª De literatura, belas letras e artes.

CAPÍTULO II

Dos sócios

Art. 4.º O *Instituto* compõe-se de sócios efectivos, correspondentes, honorários e beneméritos.

Art. 5.º Para ser admitido a sócio efectivo é mester:

- 1.º Ser pessoa de exemplar procedimento, moral e civil;
- 2.º Oferecer uma memória, original, sobre algum dos ramos da classe a que deseje pertencer, e que mereça publicar-se na revista do *Instituto*, ou ter publicado algum trabalho impresso de reconhecido merecimento; haver

prestado serviços às ciências, belas letras e artes; ou haver obtido diplomas académicos de distinto mérito literário.

Art. 6.º Iguais condições se exigirão para a admissão dos correspondentes.

Art. 7.º Tam sòmente serão admitidos a sócios honorários:

1.º As pessoas de excepcional merecimento literário, científico e artístico;

2.º Os sócios, efectivos e correspondentes, que se tiverem distinguido por suas publicações e bons e efectivos serviços feitos ao *Instituto* por espaço ao menos de dez anos ou por actos relevantes de benemerência.

Art. 8.º Serão proclamadas sócios beneméritos as pessoas que prestem ao *Instituto* assinalados actos de benemerência.

Art. 9.º Todos os sócios gozam dos direitos seguintes:

1.º Usar a insígnia do *Instituto*;

2.º Fazer publicar os seus escritos;

3.º Receber um exemplar da revista.

§ único. Os sócios estrangeiros não terão direito a receber a revista gratuitamente.

Art. 10.º Os sócios efectivos têm direito:

1.º A votar e ser votados para os cargos do *Instituto*;

2.º A assistir e tomar parte nas sessões;

3.º A gozar da biblioteca e do gabinete de leitura.

Art. 11.º Os sócios honorários, correspondentes e beneméritos, achando-se em Coimbra, gozam dos mesmos direitos dos efectivos.

Art. 12.º Os correspondentes, passados três meses de residência em Coimbra, considerar-se-ão, para todos os efeitos, como efectivos.

Art. 13.º Os sócios efectivos e correspondentes são obrigados:

1.º Ao pagamento da jóia de 25\$00, por uma só vez, antes da entrega do diploma;

2.º Ao pagamento da prestação semestral de 25\$;

3.º A bem servir os cargos ou missões de que forem incumbidos;

4.º A dar conta ao *Instituto* dos trabalhos literários e científicos que houverem feito.

Art. 14.º Deixarão de pertencer ao *Instituto* os sócios que faltarem às condições destes estatutos.

CAPÍTULO III

Das insígnias académicas

Art. 15.º É insígnia académica dos membros de tôdas as categorias do *Instituto de Coimbra* uma medalha elipsoidal, representando uma figura de Minerva, sobrepujada da legenda *Auro Pretiosior*, e no reverso os dizeres «Instituto de Coimbra—1852», entre uma pena e um ramo de louro, que se cruzem inferiormente, atados por um laço. Esta medalha é suspensa de um duplo colar, e tanto aquella como este serão de prata dourada.

Art. 16.º Êste colar deverá usar-se só com indumentária de cerimónia e nos grandes actos solenes, públicos ou privados, quer na sede do *Instituto* ou fora.

Art. 17.º A medalha poder-se-á usar em redução, para trazer na lapela, suspensa de uma fita de púrpura, listrada ao centro de amarelo.

Art. 18.º O colar do *Instituto de Coimbra* poderá ser usado juntamente com as condecorações officiais,

Art. 19.º A bandeira do *Instituto* será de sêda, medindo um metro quadrado, e igual à bandeira da cidade, quarteada de púrpura e amarelo, tendo ao centro, substituindo as armas de Coimbra, o simbolismo do sêlo da colectividade: a galera, tôda de ouro, tendo circularmente, pela parte superior, a legenda: «Dos mares experimenta a fúria insana» e, inferiormente, «Instituto de Coimbra».

A bandeira será debruada de cordão de sêda, das mesmas côres do gironado, mas desencontradas com êste, e prenderá à lança com laços do mesmo cordão.

Art. 20.º Esta bandeira, nas cerimónias em que o *Instituto* se faça representar, será levada pelo secretário.

Art. 21.º A bandeira para hastear na sede social é das côres da de sêda, mas em filele de algodão, e sem o emblema central, que será substituído pelas letras *I. C.*, a negro.

Art. 22.º A venda do colar e da redução da medalha serão receitas do *Instituto*.

CAPÍTULO IV

Da direcção

Art. 23.º A direcção do *Instituto* compõe-se de um presidente, um vice-presidente, quatro secretários, um tesoureiro e directores das classes.

Art. 24.º Pertence à direcção regular todos os trabalhos do *Instituto* e administrar seus fundos, de cuja gerência dará conta em assemblea geral.

§ único. Os fundos do *Instituto* consistem nas cotas e jóia dos sócios, rendimento da revista e outras publicações, donativos, legados, venda da insígnia e quaisquer outras receitas.

Art. 25.º A direcção é eleita em assemblea geral, de dois em dois anos, excepto os directores das classes, os quais são nomeados pelas respectivas classes, pela maneira e tempo que os regulamentos internos estatuírem.

CAPÍTULO V

Disposições gerais e transitórias

Art. 26.º As disposições destes estatutos não poderão ser reformadas senão sob proposta motivada e assinada por um têtço dos sócios efectivos existentes ao tempo em Coimbra, discutida em assemblea geral e aprovada em votação por maioria dos presentes.

Art. 27.º A direcção e as classes proverão à execução destes estatutos por meio dos competentes regulamentos internos.

Art. 28.º Fica a direcção autorizada a aprovar e pôr em execução um novo regulamento interno devidamente actualizado, em harmonia com estes estatutos.

Art. 29.º A direcção publicará na revista, e no mais curto prazo, a lista dos sócios actuais, eliminados os que não estejam cumprindo as disposições destes estatutos e que por essa razão perderam a qualidade de sócios.

Anualmente se procederá à actualização da referida lista, publicando-a no primeiro número de cada ano civil, referida a 31 de Dezembro do ano transacto.

LIVROS À VENDA

Acham-se à venda na Administração do Instituto, os seguintes:

- Os seis livros de Tito Lucrécio Caro, poeta romano sobre a Natureza das Cousas, vertidos no verso solto portuguez*, por Agostinho de Mendonça Falcão. Coimbra, Imp. da Universidade, 1890... 15\$00
- Elogio histórico de A. Herculano, lido na sessão pública do Instituto de Coimbra*, pelo Conselheiro Vicente Ferrer Neto Paiva. Coimbra, Imp. da Universidade, 1878 4\$50
- Memória histórica e critica sôbre a Revolução que em 1246 tirou a coroa a D. Sancho II*, por Miguel Ribeiro de Almeida e Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856..... 4\$00
- Apontamentos biographicos sobre o nosso insigne poeta Luis de Camões*, por Miguel Ribeiro de Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1854 3\$00
-

UM VOLUME DE 296 PÁGS.:

Na Administração	15\$00
A cobrança	17\$00
Nas livrarias	20\$00

O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERÁRIA

FUNDADA EM 1852

O Instituto é uma publicação do *Instituto de Coimbra*, academia científica e literária fundada em 1852.

Cada número, com cerca de 100 páginas, publicará artigos de autores nacionais e estrangeiros; 5 números formam um volume com frontispício, índice e capa especial.

O Instituto põe à disposição dos autores que o desejem, 8 exemplares de cada artigo.

Separatas com paginação própria, rosto e capa, serão de conta dos autores.

A revisão das provas dos artigos é de exclusiva responsabilidade dos autores.

PREÇÁRIO

Assinatura tomada directamente à Redacção:

cada série de cinco números	25\$00
por intermédio das livrarias	35\$00
Número avulso	10\$00
Volume avulso	35\$00

Só se tomam assinaturas a partir do número 1 de cada volume.

CORRESPONDÊNCIA

Tôda a correspondência deve ser dirigida para a Redacção de *O Instituto*, Arco do Bispo, n.º 1—Coimbra—Portugal.

Composto e impresso na TIPOGRAFIA POPULAR—Rua de Cândido Reis, 41—Figueira da Foz.

O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERÁRIA

(PUBLICAÇÃO SUBSIDIADA PELA JUNTA NACIONAL DA EDUCAÇÃO)

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
ARCO DO BISPO, N.º I—COIMBRA

VOLUME 93.º



~~Número 2~~
NÚMEROS 2 E 3.

COIMBRA
1938

COMISSÃO DE REDACÇÃO

MEMBROS EFECTIVOS

Presidente, Prof. F. M. da Costa Lobo, da U. C., D. O. A. — *Vice-Presidente*, Prof. Anselmo F. de Carvalho, da U. C., D. I. G. — *Vogais*, Prof. Amadeu F. de Carvalho, da E. I. C. B. — Dr. António Baião, D. A. N. T. T. — Prof. J. G. de Barros e Cunha, da U. C. — Prof. Beleza dos Santos, da U. C. — Prof. Elísio de Moura, da U. C. — Prof. Eugénio de Castro, da U. C. — Prof. Ferrugento Gonçalves, D. I. S. T. — Prof. Fezas Vital, da U. C. — Almirante C. V. Gago Coutinho. — Prof. Mendes Corrêa, da U. P. — Prof. D. Pacheco de Amorim, da U. C. — Prof. Pedro J. da Cunha, da U. L. — Prof. J. J. Pereira Dias, da U. C. — Prof. J. M. de Queiroz Veloso, da U. L. — Prof. Ricardo Jorge, da U. L. — Prof. M. de Sousa da Câmara, do I. S. A. — Prof. H. Teixeira Bastos, da U. C.

**A revisão das provas dos artigos é de exclusiva
responsabilidade dos autores.**

SUMÁRIO

<i>Subtilezas camoneanas</i> , por Armando Sousa Gomes	101
<i>Os portugueses em Bordéus durante o século XVII</i> , por Alfredo de Carvalho	114
<i>José Martí</i> , por Armand Godoy	186
<i>O livro « Segredo dos Segredos » e o Infante D. Henrique</i> , por Armando Sousa Gomes.....	193
<i>Valores de Portugal — ensaio de nacionalogia portuguesa</i> , por João Perestrelo.....	221
<i>Les Slaves du Sud — quelques rapports avec le Portugal</i> , por R. Warnier.....	257
<i>A teoria do condrioma vegetal</i> , por A. Gonçalves da Cunha.....	277
<i>M. Flávio de R. Carvalho — et la critique de l'art moderne</i> , por Carel J. A. Begeer	284
<i>Insuffisance</i> , por George Day.....	291

SUBTILEZAS CAMONEANAS

A fantasia tem sido larga na interpretação da obra do nosso primeiro poeta. E tanto no sentido global das suas ideas, como no campo restrito da compreensão das frases. Se eu aqui transcrevesse as várias opiniões dos seus muitos comentadores, se veria quanta diversidade elas encerram.

No presente estudo interpretativo de algumas estâncias dos *Lusíadas*, reportar-me-ei somente às notas inseridas na *Edição Nacional*, publicada pela Imprensa Nacional de Lisboa em 1931, não só por terem sido escritas por pessoa muito autorizada, como também por evidente exclusão de causa anterior, visto serem de recente data.

Est. 28, C. I:

Prometido lhe está do fado eterno,
Cuja alta ley nam pode ser quebrada,
Que tenham longos tempos o governo
Do mar, que vê do Sol a roxa entrada:
Nas agoas tem passado o duro Inverno,
A gente vem perdida e trabalhada.
Já parece bem feito, que lhe seja
Mostrada a nova terra que deseja.

Pág. LXIV das Notas: «Inverno para nós, mas não para Vasco da Gama, que dobrou o Cabo em Novembro (22) e chegou a Moçambique em Março (1), meses que no hemisfério do sul correspondem aos nossos de Maio e de Setembro. O Poeta acomodou-se ao nosso modo de falar, que aliás servia ao seu intento.»

Aqui há, sem dúvida, um lapso do comentador. Vasco da Gama navegou no Atlântico Sul nos meses de Agosto, Setembro e Outubro. Êle partiu da ilha de Santiago de Cabo Verde, que fica a 15 graus de latitude norte, a 3 de Agosto, quer dizer, em pleno verão. E não teria transposto o Equador ainda na mesma estação? Eu julgo que sim. A 22 do dito mês, segundo o Roteiro, já o Gama tinha deixado para trás a ilha umas 800 léguas, o que dá bem uns 30 graus, e por muito que se tivesse desviado do sul, com certeza que se encontraria abaixo da linha equatorial. Isto significa que foi apanhar o inverno austral, nos correspondentes meses de Fevereiro (fins) e Março, e parte do outono, os meses de Abril e Maio. Passou, portanto o *duro inverno* (sul) nas águas. Não houve da parte do Poeta intuito de acomodação, pois não havia necessidade disso.

*

Est. 61, C. III:

Que cidade tam forte, por ventura
Haverá que resista, se Lisboa
Não pode resistir aa força dura
Da gente, cuja fama tanto voa.
Ja lhe obedece toda a Estremadura,

Obidos, Alanquer, por onde soa
 O tom das frescas agoas, entre as pedras,
 Que murmurando lava, e Torres Vedras

Pág. CII das N.: «lava» por «lavam», pois o «tom» não lava. Construção que o Poeta encontrou muitas vezes e que não é exclusiva dos nossos escritores.»

Foi Epifânio que concordou *lava* com *tom*.

É indispensável para bem se compreender a estância conhecer a topografia de Alenquer, que é a de uma povoação quasi tãda cercada por um rio. Êste também se chama Alenquer e não a banha pelo S. O. Há nela bastantes fontes, ouvindo-se de muitos pontos o correr das águas.

Em *por onde soa* / *O tom das frescas agoas*, refere-se às águas das fontes. E *entre as pedras* / *Que murmurando lava*, alude ao rio. Alenquer fica entre as pedras do seu rio. Na Est. 11 do mesmo III C., vs. 7 e 8, temos:

..... que o Reno frio
Lava, e o Danubio, Amasis, e Albis Rio

E na Est. 13 ainda do III C.:

A quem *lava* do Axio de agua fria

Estes exemplos levam a crer que o *murmurando lava* seja também referente a rio. O *Que*, deve, portanto, relacionar-se a Alanquer, mas deve subentender-se rio, pois a povoação não se pode considerar líquida.

Na Est. 127 do C. X há uma construção com rio que nos faz perceber melhor:

Vês passa por Camboja *Mecom rio*,
Que capitão das agoas se interpreta

Deve-se, pois, entender assim: *Que* (Alanquer rio) *murmurando lava*.

O Poeta não fez mais do que desdobrar Alanquer nos seus dois significados de povoação e de rio.

*

— Est. 67, C. IV:

O qual, como do nobre pensamento
Daquela obrigação, que lhe ficára
De seus antepassados, (cujo intento,
Foy sempre acrecentar a terra chara)
Não deixasse de ser hum so momento
Çonquistado: No tempo que a luz clara
Foge, e as estrelas nitidas que saem
A repouso convidão, quando caem.

Pág. CXXIX das N.: «¿Quando se realizou o sonho de D. Manuel? À noite? Perto da manhã? Durante a noite? O Poeta quis propor aqui um daqueles enigmas em que tam fértil era o engenho do autor da *Eufrosina*. E para isso recorre ao seguinte processo: 1.º, emprega uma frase («a luz clara foge») que pode ter dois sentidos—na ocasião em que a luz desaparece, ou: quando está ausente; 2.º, o conceito principal—quando se vê no céu o movimento das

estrelas, quando elas sobem para o meridiano e descem para o ocaso — é diluído em orações subordinadas («que saem, quando caem»). Os três versos formam apenas uma perífrase para designar a noite; equivalem à locução: de noite; e esta é enunciada por uma negação — a ausência de luz —, e por um facto positivo — o movimento visível das estrelas. «Sair» por «subir» é um italianismo que foi corrente entre nós.»

«O sonho foi de noite. Mas a que horas? Terminou muito perto da manhã (148, I); mas quando começou? A est. 3 não o precisa. ¿A que horas se deitou D. Manuel? ¿Que tempo esteve a pensar nas obrigações do seu cargo, até que a fadiga o fêz adormecer? ¿Em que outras formas lhe apareceu o deus dos sonhos e que tempo duraram estes, antes do que vai ser contado? É o que o Poeta deixa no vago.»

Sou de opinião que Camões não quis indicar o momento do sonho. Na Est. 66, a antecedente, diz:

Parece que guardava o claro Ceo
A Manoel, e seus merecimentos,
Esta empresa tão ardua, que o moveo

É uma alusão clara à época em que começou a viagem. *O claro ceo*, é o céu de Julho. Vasco da Gama partiu a 8 de Julho de 1497. O feito, porém, vinha sendo preparado há quasi dois anos. Ainda na mesma Est.:

Logo como tomou do Reino cargo
Tomou mais a conquista do mar largo.

E seguia no intento *De seus antepassados* (Est. 67); e Est. 66, *que a Joane succedeo / No Reino, e nos altivos pensamentos.*

Ora, *no tempo que a luz clara / Foge* é uma referência ao mês de Julho. É uma forma interessante de indicar a época do ano em que os dias decrescem. Como se sabe, o dia maior do ano é 22 de Junho e a partir desta data os dias começam a diminuir. *as estrelas nitidas que saem* são as estrêlas de primeira grandeza, as alfas. Mas só as do hemisfério norte, visíveis, portanto, em Portugal. Em Lisboa vêem-se também algumas alfas do hemisfério sul, mas estas exclui-as o poeta, porque, como se vêem no horizonte, mal se dá pela sua ascensão. *A repouso convidão quando caem.* Aqui há a atender que no mês de Julho os dias são muito grandes e, por conseguinte, a noite só vem tarde; quando se dá a visibilidade das alfas do norte, já elas vão altas e o espaço de tempo entre o anoitecer e o começo da sua declinação é, relativamente, pequeno. Sucede, por este facto, que, quando aparece o sono—fenómeno da noite, normalmente —, já a hora vai adiantada. No inverno não se observa isto assim. Os dias são mais pequenos e a visibilidade das estrêlas é rápida, sendo a ascensão visível mais longa e, por consequência, o sono aparece mesmo antes de começar a declinação das estrêlas.

*

Est. 71, C. IV:

Das agoas se lhe antolha que saião
 Por elle os largos passos inclinando,
 Dous homês, que muy velhos parecião

De aspeito, inda que agreste, venerando:
 Das pontas dos cabellos lhe saião
 Gotas, que o corpo todo vão banhando,
 A cor da pelle baça e denegrída
 A barba hirsuta, intonsa, mas comprída.

Pag. CXXXI das N.: «O «mas» não pode ser conjunção adversativa, porque não há opposição nenhuma aos epítetos precedentes. Pelo contrário, há uma confirmação, um efeito, do segundo. É um advérbio: «mas» por «mais» e «mais» sem a significação comparativa, por «muito», «mui». «Mas» e «mais» têm origem idêntica (*magis*) e confundiam-se mesmo na linguagem literária. «Pessoa de *mas* crédito na côrte do que de gigante se esperava». (*Palmeirim*, I, 364). «Não falemos *mas* nessas pequices». (*Eufrosina*, pág. 149). Sôbre o «mais» com a significação comparativa atenuada ou perdida, cf. 201, I, 8; 249, 3, 6; 251, I, 4. «Rogo te... della esperes o galardam que te eu não posso dar, de que levo *mais* pena». (*Palmeirim*, II, 346). Em *Os Lusíadas*: «mais comprido do que é costume».

Penso que pouco aproveitam os exemplos, porquanto há manifesta confusão entre *mas* e *más*. Do facto da palavra não estar acentuada não se segue que a pronúncia não fôsse outra, como ainda hoje se ouve dizer a pessoas rudes *más* por *mais*. O verso, porém, é que não comporta acentuação no *mas* e, daqui, termos de aceitar a adversativa como aquilo que Luiz de Camões escreveu.

Segundo as Notas, deve-se entender *A barba hirsuta, intonsa, mas comprída*, tendo os adjectivos a mesma significação: *A barba comprída, comprída, mui comprída*.

Raphael Bluteau dá, no seu Vocabulário, este exemplo para *hirsuto*: «Hum Tritão, com barba espessa, cabe-

los compridos, e peito hirsuto. Fundação de Lisboa, 242.»

Peito hirsuto, quer dizer peito cabeludo. Os cabelos do peito não são compridos. A barba espessa é que é a barba *intonsa*. Entenda-se, pois, por *barba hirsuta, intonsa, mas comprida*, a barba em larga superfície da cara, espessa e comprida.

*

Est. 91, C. IV:

Qual em cabelo: O doce e amado esposo
Sem quem não quis Amor que viver possa,
Porque is aventurar ao mar irroso
Essa vida que he minha, e não é vossa?
Como por hum caminho duvidoso
Vos esquece a afeição tão doce vossa?
Nosso amor, nosso vão contentamento
Quereis que com as vellas leve o vento.

Pág. CXXXIII das N.: «Est. 2, v. 7. Texto: «vão».
Deve ser erro de imprensa, por «grão».
Creio que a gralha é *vão* por *tão*.

*

Est. 5, C. V:

Passamos a grande Ilha da madeira
Que do muito arvoredo assim se chama,
Das que nos povoamos, a primeira,

Mais celebre por nome, que por fama:
 Mas nem por ser do mundo a derradeira
 Se lhe avantajão quantas Venus ama,
 Antes sendo esta sua se esquecera
 De Cypro, Guido, Pafos e Cythêra.

Págs. CXXXVII e CXXXVIII: «Camões não podia ter contraposto «nome» a «fama», que são sinónimos. Confronte, por exemplo, 192, 1, 3 e 214, 1, 2. O verso foi corrigido por quem não sabia do prolongamento fonético do «a» final do v. 3: «(a) Mais célebre por nome e pela fama». E para assim o escrever, baseou-se o Poeta no elogio que Barros faz da Madeira: «Nome já mui celebrado e sabido per toda a nossa Europa, etc. (1, 1, 3).»

«V. 8. Duas ilhas e duas cidades; passagem para uma idea mais genérica: se esquecera de outros lugares. «Gnido» na Cária; «Pafos» em Chipre.»

Na primeira edição não está Guido com *n*, está Guido com *u*. Eu inclino-me para que Guido e Pafos sejam gralhas. No original devia estar *Gypso* e *Parhos*. Gnido e Pafos não são ilhas, nem interessavam para o caso. Êle citou *Gypso*, porque era a ilha do gesso; e *Parhos*, porque era a ilha dos mármorees. Como a Madeira é a ilha da madeira. Posto isto, vejamos o que o poeta quis dizer com *Mais celebre por nome, que por fama*.

Os nomes próprios, como os comuns, têm *extensão* e *compreensão*. Em *Madeira*, o que o tornou célebre foi a *extensão*, que limita a uma entidade só: a ilha que fica numa determinada posição geográfica e acreditada pelo seu clima e belezas naturais, qualidades estas que constituem a *compreensão* do seu nome próprio. Já não sucede assim com a significação comum do nome que lhe deu o título;

madeira, a matéria dos troncos das suas arvores não a tornou célebre, como o cobre a Chipre, o gesso a Gypso e os mármores a Parhos. A substância natural do seu solo podia ter-lhe dado grande fama, o que não sucedeu.

*

Est. 83, C. V:

Em fim que nesta incognita espessura
Deixamos para sempre os companheiros,
Que em tal caminho e em tanta desventura
Forão sempre com nosco aventureiros:
Quam facil he ao corpo a sepultura
Quaesquer ondas do mar, quaesquer outeiros,
Êstranhos, assim mesmo como aos nossos,
Receberão de todo o illustre os ossos.

Pág. CXLVII das N.: «v. 7: «aos nossos», dativo pelo nominativo? Quaisquer outeiros estranhos, assim como aos nossos outeiros. ; Ou a oposição é entre os ossos?»

A Estância é a seqüência das duas anteriores, 82 e 81. Nesta temos, vs. 3 e 4:

Muitos a vida e em terra estranha e alheia
Os ossos pera sempre sepultarão:

Aos deve ser gralha de *dos*: ...*assim mesmo como* [receberam] *dos* nossos [companheiros os ossos] / [assim] *Receberão de todo o illustre os ossos.*

*

Est. 87, C. VI:

Grinaldas manda pôr de várias cores
 Sobre cabellos louros a porfia,
 Quem não dira, que nascem roxas flores
 Sobre ouro natural que amor infia:
 Abrandar determina por amores
 Dos ventos a nojosa companhia,
 Mostrandolhe as amadas Ninphas bellas,
 Que mais fermosas vinhão que as estrellas.

Pág. CLX das N.: «Se as grinaldas são de várias cores, ¿porque são só roxas as flores que parecem nascer sôbre o ouro dos cabelos? ¿Não teria Camões empregado outro epíteto?»

«V. 4. Parecia que Amor entrelaçava fios de ouro por entre as flores.»

A Estância antecedente termina assim:

Em quanto manda as nimphas amorosas
 Grinaldas nas cabeças por de rosas.

Quere dizer, as *grinaldas* eram só de rosas, e, como se sabe, as côres destas são: amarela, alaranjada, branca, rósea e vermelha. Não seria para admirar que do cabelo louro nascessem rosas, a não ser as vermelhas.

O Amor não entrelaçava os cabelos nas rosas. *amor infia*, percebo pela disposição que êle dava às flores em fiadas circulares, para fazer as grinaldas. Claro, o fio é ideal.

*

Est. 92, C. VI:

Já a menham clara dava nos outeiros,
 Por onde o Ganges murmurando soa,
 Quando da celsa gavea os marinheiros
 Enxergarão terra alta pella proa,
 Já fora de tormenta, e dos primeiros
 Mares, o temor vão do peito voa,
 Disse alegre o Piloto Melindano,
 Terra he de calecu, se não me engano

Pág. CLX das N.: «Vv. 5-6. «Primeiros mares» não é nada. Camões deve ter escrito: «primeiros mêdos», os mêdos da ida. Cf. 52, 3, 2; 220, 2 1; 224, 2, 3; e 3, 1, 2. Enquanto aos «segundos mêdos», aos mêdos da volta, cf. 296, 2, 7.»

Conforme se propõe, os *primeiros mares* seriam os *primeiros medos*, ou perigos, que os nautas tinham tido. ¿E os perigos que êles passaram no Atlântico sul não contam? ¿Não teriam sido os primeiros? Não será *Mares* gralha de *Ares*? Na Est. 39 do mesmo Canto: *Contra os agudos ares que assopravão*. Na 77, ainda do C. VI, v. 7: *Fugindo aa tempestade, e ventos duros, semelhante a Já fora de tormenta e dos primeiros | Ares*. Os *primeiros | Ares* são os principais ventos, o Boreas e o Noto.

*

Est. 95, C. IX:

E fareis claro o Rei, que tanto amais,
Agora cos conselhos bem cuidados,
Agora co as espadas, que immortais
Vos farão, como os vossos já passados:
Impossibilidades não façais,
Que quem quis sempre pode e enumerados
Sereis entre os Heroes esclarecidos,
E nesta ilha de Venus recebidos.

Pág. CCI das N.: «Est. 3, v. 5. Presumo que no manuscrito se leria «temais». O «façais» daria um conselho que não vem a propósito, nem se liga com o contexto.»

Camões na Est. 92 diz:

Mas a Fama, trombeta de obras tais,
Lhe deu no mundo nomes tam estranhos
De Deoses, Semideoses, immortais

Esta rima *tais* com *immortais* está bastante próxima da que, sem dúvida, foi alterada. Não será também *tais* o que estaria no manuscrito? Assim: *Impossibilidades não são tais*. Parece-me mais lógico.

ARMANDO SOUSA GOMES

OS PORTUGUESES EM BORDÉUS DURANTE O SÉCULO XVII (1)

Com tanto ardor êles se entregaram ao comércio fixo e ambulante, com tamanha disciplina êles se conduziram perante os poderes públicos, que dia a dia se lhes abriam as portas do melhor convívio e se lhes ofereciam as franquias aliciantes da mais clara simpatia: não se explica doutra maneira que em 1596 o Parlamento tomasse abertamente a defesa dêles (2) e que em 1602 se opusesse ao cumprimento duma ordem que injustamente os lesava (3).

Pouco a pouco os portugueses criavam raízes e consolidavam a sua infiltração, já estendendo a sua influência a todo o sul da França, já invadindo as profissões liberais mais altas, já acumulando riquezas nas suas mãos e delas tirando os melhores efeitos em seu favor. A êsse tempo ainda observavam os preceitos da igreja católica, casavam-se e batizavam os seus filhos nas igrejas das paróquias a que pertenciam (4) e viviam sem escândalo nem miséria no meio dos tumultos que se sucediam quási dia a dia.

Há uma decisão do marechal d'Ornano que nos dá

(1) Cont. do n.º 1, vol. 93, pág. 68.

(2) «Arrêt du Parlement, 27 mai 1596.»

(3) «Lettres patentes du roi Henri IV, 7 Janvier 1602.»

(4) Os portugueses habitavam nas freguesias de St. Eulalie, St. Eloy, St. André e St. Michel.

sôbre o assunto curiosos pormenores (1). De vez-em-quando as maltas desvairadas dispunham-se a expulsar os cristãos-novos, mas o tropel era retido pela oposição resoluta das autoridades.

Entretanto famílias novas chegavam e estabeleciam-se nas margens do Garona com o fim de comerciar (2). Em princípios do século XVII a infiltração dos portugueses continuava com pleno êxito como se pode deduzir até da leitura dos registos paroquiais de Bordéus (3): aos comerciantes que davam o exemplo da ordem, do trabalho e da probidade, abriam-se tôdas as casas de famílias notáveis.

Os católicos mais graduados não hesitavam em distinguir com a sua amizade muitos dêsses cristãos-novos, a cujos filhos êles serviam de padrinhos. Eis aqui da parte dos que se fixavam um trabalho de insinuação que se guiava pela inteligência, que se cultivava à luz dos interesses materiais, e que prosseguia sem descanso nem desfalecimento!

Portugueses e espanhois, de mãos dadas, constituindo a êsse tempo a chamada *Nação Portuguesa*, não perdiam um ensejo nem desprezavam uma circunstância para atingir um degrau mais alto.

No entanto ainda em 1615 (4) a campanha contra os estrangeiros provocava da parte das autoridades providências rigorosas, tal violência a assinalava. A influência de que a êsse tempo gozavam os cristãos-novos portugueses determinou que o Parlamento tomasse o partido dêstes. E a

(1) «Ordonnance du 2 janvier 1604.»

(2) Os Mendes, os Lopes, os Gomes e outros.

(3) Registos paroquiais de St. André: alguns veem citados na obra de Malvezin.

(4) «Les Lettres patentes du 23 mai 1615.»

infiltração, nem mesmo em horas perturbadas e cheias de sombra, se suspendeu.

Também a nova ofensiva de 1625⁽¹⁾ veio a falhar. Com sólidas raízes, com laços inquebráveis, a *Nação Portuguesa*, se prendia à cidade de Bordéus.

De direito e de facto a sua fixação considerava-se definitiva no fim do primeiro quartel do século XVII.

*

* * *

Para quem praticava o comércio, aparecia de certo uma grande aspiração:—a entrada na burguesia. Bordéus era uma cidade governada por burgueses, aos quais se reservavam todos os privilégios e postos de comando. Ser burguês era a mais alta qualidade que se ambicionava. Os portugueses no primeiro quartel do século XVII tomaram esse caminho, onde espreitavam as maiores vantagens e os fundamentos dum sólido prestígio.

Eis o que acêrca dos burgueses de Bordéus escreve Dast le Vacher de Boisville:

«La ville de Bordeaux, comme la plupart des anciennes cités de la France, possédait déjà, sous la domination romaine, un Corps de Bourgeois dont la richesse territoriale et financière égalant, si même elle

(1) Vid. obra de Th. Malvezin, pág. 128.

«L'arrêt du roi Louis XIII du 14 mai 1625.

«Le roi ordonna qu'il serait fait inventaire de tous les biens possédés par les Portugais en Guienne et en confia l'exécution au président de Gourgues.»

ne surpassait, celle des Patriciens et des sénateurs. Mais quelle que fût alors sa puissance, la Bourgeoisie Bordelaise ne devait atteindre son apogée que du XII^e au XV^e siècle. Elle forma alors un corps compact, une véritable classe dont les chefs principaux, les Soler, les Colons, les Monadey et les Calhau, ont été mêlés à tous les grands évènements de leur temps.

«Ces riches bourgeois, dont le nom évoque encore tant de souvenirs historiques, jouissaient dans la cité d'un pouvoir considérable (1).»

Não era porém estrada fácil de percorrer a que levava à burguesia. Ninguém ali era recebido sem que certas formalidades houvessem sido cumpridas com rigor e os jurados defendiam vigorosamente os privilégios da cidade quanto à admissão de burgueses pois que o direito de aí ser recebido só era conferido áqueles que o merecessem.

¿A que condições deveriam satisfazer os admissíveis?

Uma primeira condição, e esta fundamental, foi definida nos estatutos dados à cidade por Eduardo, filho de Henrique III, em 19 de Outubro de 1261:

«Ninguém virá a ser cidadão de Bordéus se não tiver casa, lar e família, e se não fizer residência contínua nesta cidade (2).» Esta condição foi sempre imposta como a mais importante. No século XVII outras condições se juntaram. Os aspirantes à burguesia teriam de sofrer um inquérito sôbre vida e costumes do qual se incumbiam dois jurados

(1) «Livre des Bourgeois de Bordeaux». Préface (p. XVIII) de Dast le Vacher de Boisville.

(2) «Nullus fiat deinceps civis Burdegalensis, nisi ibidem teneat domum, focum et propriam familiam continue, sicut et ceteri cives Burdegalenses». *Livre de Bouillons*, p. 380.

e deveriam provar uma residência efectiva de cinco anos pelo menos na cidade ou nos arredores e a posse duma casa no valor que a Jurada determinaria (1).

Entre os muitos privilégios que conferia a qualidade de burguês destacava-se um que assumia uma importância enorme para comerciantes e proprietários: era o que se referia a vinhos.

«Nul ne pouvait faire taverne dans la ville, depuis la fête de Pentecôte jusqu'à celle de Saint-Michel, que les bourgeois, qui ne payaient aucun droit pour raison du vin de leur cru, vendu en taverne et en détail, et il était défendu à tous cabaretiers, hôteliers et autres habitants de Bordeaux d'y vendre tant en ville que dans les faubourgs à taverne ou en détail, vin d'autre cru tant qu'il y aura à vendre vin du cru des dits bourgeois (2).»

Outros privilégios asseguravam aos burgueses uma superioridade invejável nos negócios.

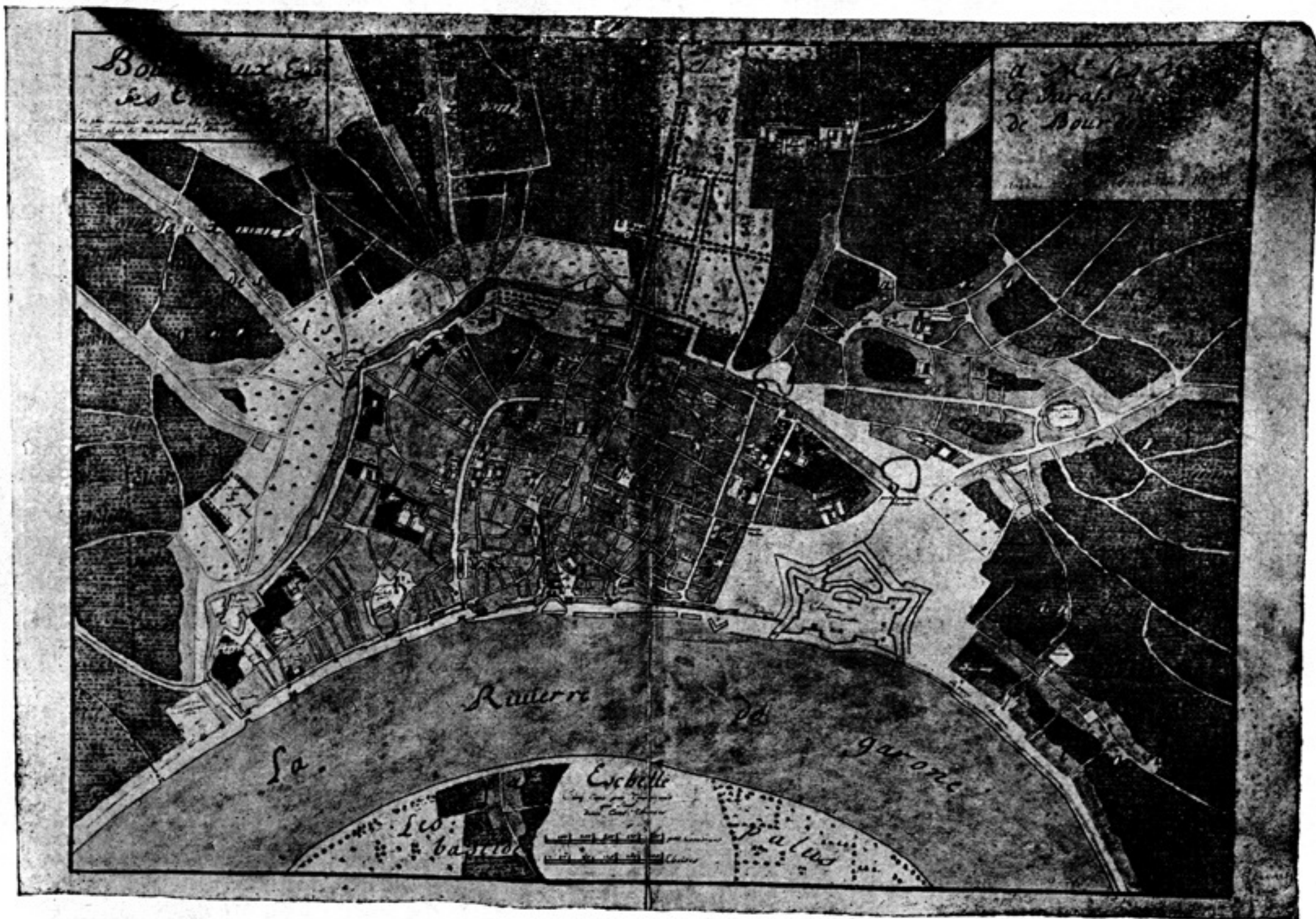
Assim só os burgueses eram isentos de direitos sobre mercadorias que entravam ou saíam da cidade e os seus vinhos não pagavam os direitos denominados de *Grand Coutume*. Também não estavam obrigados a dar alojamento a tropas nem sujeitos a talhas, impostos extraordinários e direitos pela posse de feudos nobres (3).

O privilégio relativo à venda do vinho remontava ao

(1) «Arrêt du Conseil du 25 août 1622.»

(2) «Arrêt du Conseil d'Etat du 30 mars 1654.»

(3) Vid. *Préface du Livre des Bourgeois de Bx*, p. XXII, e *Les Juifs de Bordeaux de Cirot*, p. 17 e seg.



Planta da cidade de Bordéus em 1640, existente no Arquivo Municipal de Bordéus

século XVI, porquanto já nas cartas régias de 1550 éle era reconhecido aos burgueses de Bordéus (1).

Nada nos admira pois que os comerciantes portugueses procurassem atingir uma situação social que lhes ofereceria os melhores pontos de apoio para uma prosperidade sólida e um forte prestígio.

Naturalmente o caminho que eles seguiram era aquêle que estava indicado. A naturalização que se permitia já nas cartas régias de 1550 sucedia a entrada na burguesia: já em 1599 um cristão novo espanhol Diego Londrade era burguês (2).

Em 1601 Francisco Lopes, doutor em medicina, obteve carta de naturalização e de burguesia (3). Em 1610 foi admitido como burguês o senhor Daragão, doutor em direito, de nação portuguesa (4).

(1) «1) tant qu'il y aura du creu de quelques bourgeois en la dicte ville, il ne sera permis à autres personnes vendre vin en la dicte ville et fauxbourgs d'icelle, que préalablement les vins des bourgeois ne soient venduz.»

«2) il ne sera permis à quelque personne que ce soit, vendre vin en taverne en la dicte ville, depuis la feste de Saint-Michel jusques au jour et feste de Pentecouste, s'il n'est bourgeois de la dicte ville, et que le vin qu'il vend soit de son creu.» *Livre des Privilèges*, p. 59.

(2) Obra citada de Th. Malvezin, p. 114-120.

Obra citada de G. Cirot, p. 53.

(3) *Inv. Som. des Reg. de la Jurade*, t. II, p. 462.

Livre des Bourgeois de Bx, p. 99.

(4) «M.^{rs} les jurats admirent le sieur Daragon, docteur en droits, de nation portugaise, à faire son inquisition pour être reçu bourgeois, sans néanmoins tirer à conséquence pour ceux de sa nation et après avoir vu ses lettres de naturalisation». (f.^o 118).

«Le surlendemain (14 aout 1610) le serment fut prêté par le dit sieur Daragon». (f.^o 121). *Inv. Som. des Reg. de la Jurade*, t. II, p. 431.

Eis os nomes de outros portugueses que prestaram juramento de burgueses :

António Fernandes Saraiva (1)

Francisco Cardoso Sénior (2)

João Álvares (3)

Manuel Cardoso Sénior (4)

Fernando Cardoso (5)

Pedro Gomes Silva (6)

Jorge França (7)

Sebastião Lopes (8)

Simeão Costa (9)

António Lopes Depas (10)

Rafael Henriques (11).

Em 1698 recebeu carta de naturalização Francisco Silva, português, médico jurado, que foi nomeado médico

(1) 21 Abril 1646 (f.º 184).

(2) 7 Novembro 1648 (f.º 28).

(3) 28 Fevereiro 1657 (f.º 75).

(4) 8 Janeiro 1659 (f.º 72).

(5) 11 Setembro 1669 (f.º 4).

(6) 5 Março 1670 (f.º 40).

(7) 16 Julho 1670 (f.º 48).

(8) 13 Junho 1671 (f.º 87).

(9) 17 Agosto 1675 (f.º 10).

(10) 6 Dezembro 1679 (f.º 105).

(11) 27 Abril 1669 (f.º 117). *Ibidem*.

«Du 6 décembre 1679, Anthoine Lopes Depas, marchand, natif de la présente ville, a presté le serment de bourgeois au cas requis et accoutumé, après avoir fait son inquisition de ses bonne vie et moeurs, qualités et religion, pardevant Monsieur Pontoise, jurat, le 29 novembre dernier, et rapporté le consentement du sieur Ruan, Directeur du Convoy du 5 du present mois.» *Le Livre des Bourgeois de Bx*, vol. I, p. 56.

da cidade em 19 de Novembro de 1678⁽¹⁾. Segundo documentos existentes nos Arquivos Departamentais da Gironda (série E. Familles), o dr. Francisco da Silva fez a declaração de residência em Bordéus em 1656, e só vinte e dois anos mais tarde obteve carta de naturalização mediante o pagamento de 1000 libras, de que lhe passou quitação o conselheiro do Rei Pierre Gruyn. Nesse mesmo documento se lhe conferem tôdas as honras, franquias, privilégios, liberdades, direitos e faculdades reservadas aos naturais subditos do reino⁽²⁾.

O referido documento foi registado em 30 de Setembro de 1698 no *Controlle general des finances*, sob ordem do conselheiro ordinário do Rei e inspector geral das Finanças Phelypeaux de Pont-Chartrain, e está assinado por Soubeyran⁽³⁾.

O Dr. Silva pagou ainda pela confirmação e legitimação das cartas de naturalidade a soma de 100 libras que lhe foi fixada pelo Conselho do Estado e de que Nicolas Damour lhe passou recibo com a data de 31 de outubro de 1598⁽⁴⁾. A família Silva pertenceram Gabriel da Silva,

(1) Vid. *Statistique de la Gironde*, vol. III, p. 588, de Edouard Féret.

(2) «Arrest rendu en consequence le 30 des dits mois et an, pour jouir de tous les honneurs, franchises, privileges, libertez, droïts et facultez reservez à ses naturels sujets; ensemble des autres prerogatives, avantages, exemptions portez par la dite declaration. (*Arch. Depart. de la Gironde*).

(3) Portugueses naturalizados no séc. XVII:—Paulo Gomes (em 16 de Maio de 1653) e Eduardo Henriques, doutor em medicina em 1623—(*Arch. Depart.*, f.º 62 e C. 3905).

(4) Sobre este assunto publicaremos documentos no fim deste estudo, os quais existem nos Arquivos Departamentais da Gironda e que foram reproduzidos nos *Archives Historiques de la Gironde*.

banqueiro em Bordéus, e João Batista Silva, doutor em medicina, que nasceu em 13 de Janeiro de 1682 e foi recebido doutor em medicina em Montpellier em 1711. Fixou-se em Paris e foi médico do rei de França a partir de 1724.

O processo de naturalização do Dr. Francisco da Silva indica-nos quanto eram pesados os direitos a pagar ao Estado e como eram delicadas as formalidades a cumprir: o pedido de naturalização devidamente fundamentado dirigido ao Rei era discutido no Conselho de Estado e este fixava em seguida a soma a pagar. Só depois era concedida a carta em que se definiam os direitos que por ela se adquiriam. O interessado requeria por sua vez a confirmação e legitimação das cartas e de novo o Conselho do Estado marcava a soma de direitos a pagar. A naturalização a que nos referimos custou, segundo os documentos atrás mencionados, 1.100 libras.

Por aqui se calculará como a admissão na burguesia seria dificultada aos estrangeiros chegados a Bordéus na época agitada das guerras civis e religiosas. Os direitos que ela conferia foram no século XVII pesados a dinheiro. A admissão na burguesia foi por vezes na mão dos reis um meio de servir as finanças públicas ou de favorecer a execução de certos planos de administração ou de política económica.

Em seguida aos estatutos da cidade, o problema da admissão na burguesia foi insistentemente considerado pelos jurados. Discutiram-se em primeiro lugar as formalidades que conviria estabelecer e as restrições que se deveriam impor. Assim em 1611 determinou-se que só perante a Jurada deveria realizar-se a recepção do aspirante a burguês e quatro jurados pelo menos assinariam o auto, de-

pois de se haver procedido ao necessário inquérito sobre vida e costumes⁽¹⁾. O gozo dos direitos de burguês só viria depois de prestado o juramento na Jurada e assinado este pelos jurados presentes⁽²⁾.

Alguns anos após a admissão dos primeiros portugueses, por força de campanhas ou de suspeitas mais ou menos fundamentadas determinou a revisão dos títulos que asseguravam a qualidade de burgueses: em 1618 foram nomeados dois jurados para verificar o valor desses títulos e foram obrigados todos os novos burgueses a apresentar-se perante a deputação da Jurada⁽³⁾. No ano seguinte as mesmas investigações foram ordenadas de maneira que na burguesia se mantivessem só os que pos-

(1) «1611. 17 août. Délibération portant que nul ne seroit reçu bourgeois qu'en Jurade, et que sa réception seroit signée dans le livre de Jurade par 4 MM. les jurats au moins, après que l'inquisition de vie et de moeurs auroit été faite.» (F.º 105).

(2) «1611. 29 Octobre. Délibération portant que nul ne seroit reçu bourgeois, ni ne pourroit jouir de la bourgeoisie, qu'il ne prête le serment en Jurade avant que ses lettres luy aient été expédiées, et la dite prestation de serment signée de MM. les Jurats qui tiendroient la Jurade, faute de quoy les bourgeois seront destitués et rejetés de la bourgeoisie (f.º 139).—*Inv. Som. des Reg. de la Jurade.*

Nas notas que acompanham o presente estudo publicaremos o juramento prestado pelos aspirantes à burguesia.

(3) «1618. 24 novembre. MM. les Jurats, à la requisition de M. le Procureur-Sindic, enjoignent à tous ceux qui se prétendoient bourgeois depuis 10 ans de rapporter leurs lettres de bourgeoisie dans huitaine» (f.º 42).

«1618. 12 déc. Députation de MM. Chapellas et Lachausse, jurats, pour vérifier les lettres de bourgeois receus depuis 10 ans, pour savoir s'ils avoient les qualités requises par le statut.» (f.º 45).

suíam as necessárias cartas de admissão⁽¹⁾. Às decisões tomadas pelos jurados no que tocava à revisão dos títulos juntaram-se mais tarde exigências de ordem fiscal inspiradas pelo Procurador-Sindico⁽²⁾.

Se quanto aos direitos pagos por Daragon a-fim-de ser recebido burguês nada se sabe, conhece-se, porém, que Ferran, admitido em 1621, pagou a soma de 200 libras. As deliberações da Jurada indicam-nos em quanto no primeiro quartel do século XVII se fixavam os direitos a pagar à cidade pela entrada na burguesia. Em 1617 estabelecia-se mesmo uma escala para três categorias diferentes de aspirantes, a qual oscilava entre 40 libras e 300 libras. A soma mais elevada era reservada aos estrangeiros naturalizados⁽³⁾.

No entanto, a Jurada, no decurso dos anos seguintes, reservava-se o direito de considerar em separado cada pedido de admissão e de fixar os direitos a pagar e o fim de interesse público a que o dinheiro seria destinado.

(1) «1619. 26 jan. Renouvellement de l'ordonnance du 24 novembre.

(2) «1620. 19 dec. MM. les Jurats, sur la requisition de M. le Procureur-Sindic ordonnent qu'à faute par les particuliers qui avoient été receus bourgeois depuis quinze ans, de rapporter la quittance du Trésorier de la Ville des droits taxés pour leur bourgeoisie ceux-ci seroient contraints au payment de ces mêmes droits sur les extraits et contraintes qui en seroient décernés par le cleric de ville.» (f.º 42).

(3) «1617. 23 août. Sur quoy: il est délibéré que désormais..... tous les bourgeois qui seroient receus donneroient au moins, sçavoir: ceux de robe longue 40 livres; ceux de robe courté 80 livres et les étrangers naturalisés 300 livres, tous lesquels deniers, ensemble ceux qui proviendroient des maîtrises, seroient mis ez mains du Tresorier pour les employer aux réparations des murs de ville, et en faire état dans son compte.» (f.º 23).

Assim o advogado Eyquem pagou 50 libras que se applicaram na construção das paredes de Capucins⁽¹⁾. Outros conquistaram os títulos de burgueses, tomando o encargo de executar certas obras de interesse público⁽²⁾. Os jurados dispensavam algumas vezes do pagamento de direitos aquêles que haviam prestado relevantes serviços à cidade⁽³⁾, e a outros admitiam sem inquérito da vida e costumes quando eram pessoas notáveis e conhecidas⁽⁴⁾.

Contudo nunca estas concessões deixavam de ser convenientemente fundamentadas e justificadas nas actas das sessões da Jurada.

(1) «1621. 6 fevr. Le sieur Eyquem, avocat en la cour, ayant demandé d'être receu bourgeois, MM. les Jurats ordonnent qu'il rapporteroit contract pour justifier qu'il avoit maison en ville, et qu'après cela il sera receu, en payant 50 livres pour la construction des murs des Capucins.» (f.º 66).

(2) «1617. 25 oct. Serment prêté par Antoine et Philibert Pacquots, marchands, de bourgeois, à la charge de bâtir chacun quatre brasses de gros mur de la brèche Sainte-Eulalie.» (f.º 48).

«1627. 11 decembre. ...il est délibéré qu'à l'avenir ceux qui seroient présentés ne seroient receus qu'en payant les droits accoutumés qui sont quatre ou six mousquets, ou bien deux ou trois brasses de mur, ou leur juste valeur.» (f.º 75).

(3) «1621. 11 decembre. Armentary, boulanger, est receu gratuitement bourgeois, à cause des services qu'il avoit rendus à la ville.» (f.º 190)

«1624. 23 nov. Idem par François Faiolle. Il est receu gratuitement parce qu'il s'étoit chargé de servir pendant huit ans les pauvres de l'hôpital de Saint-André.» (f.º 30).—Vid. f.ºl. 58 e f.º 175—*Inv. Som. des Reg. de la Jurade.*

(4) «1621. 3 nov. Serment de bourgeois prêté par Pons de Reysac et de Cadresses, chevalier, seigneur des Arrats et baron de Montignac; il fut dispensé de faire son inquisition attendu qu'il fut reconnu pour être gentilhomme d'honneur et plein de mérite.» (f.º 173).

Em 1622 os jurados aprovaram o primeiro regulamento para a entrada na burguesia (em sessão de 7 de Julho) e nêle se estabeleceram como condições de admissibilidade:

- 1) residência continua de 10 anos em Bordéus;
- 2) casamento com uma bordeleza.

No mesmo regulamento se estabelecem as condições em que o estrangeiro poderá exercer o comércio na cidade, vender ou comprar mercadorias durante as feiras e fora dêsse tempo. O último artigo do regulamento refere-se ao destino a dar a mercadorias não vendidas no tempo das feiras. Neste documento se compilaram algumas normas das mais interessantes quanto à admissão de novos elementos na burguesia (1).

(1) «1622. 27 juin. Règlement fait par les bourgeois, approuvé et autorisé par MM. les Jurats. Il porte:

1.º) Que nul étranger ne seroit receu bourgeois qu'il n'ait résidé dix ans non interrompus dans Bordeaux, epousé une Bordeloise, et qu'il n'ait toutes les autres qualités requises par le statut.

2.º) Que nul étranger ni autre ne pourroit tenir boutique ni exercer le trafic des marchandises dans la ville sans avoir fait apprentissage en icelle, ou servi pendant trois ans les bourgeois et marchands, de quoy ils feroient apparoir par contrat.

3.º) Que nul marchand étranger ou forain ne pourroit acheter aucune marchandise dans Bordeaux que des bourgeois, marchans, et habitans de la dite ville, sauf en temps de foire, sous peine de confiscation.

4.º) Que les dits étrangers, forains, et commissionnaires qui porteroient ou feroient venir des marchandises hors le temps de foire, ne pourroient les vendre, en gros ni en détail, à d'autres étrangers et forains qu'en temps de foire et non autrement, aussy sous peine de confiscation.

5.º) Qu'après la foire, les dits marchands étrangers ou regnicolles non bourgeois qui auroient porté ou fait porter des marchandises

A obrigação rigorosa de satisfazer ao Tesoureiro da cidade os direitos impostos ao aspirante a burguês foi mais duma vez objecto de deliberações da Jurada. Em 1620 o assunto foi considerado e resolveu-se que antes do juramento se apresentasse o documento de quitação passado pelo Tesoureiro (1).

Mais tarde complicaram-se as formalidades do acto oficial da recepção, ao qual o regulamento de 1622 não faz qualquer alusão: para este acto oficial pedia-se o consentimento dos jurados, exigia-se que o aspirante a burguês tivesse visitado aquêles em sua casa e permitia-se que o juramento fôsse prestado perante quatro jurados (2). Todavia a residência ininterrupta durante cinco anos não se considerou suficiente e decidiu-se que a esta se juntasse a posse de uma casa no valor de 1.500 libras (3).

sans avoir pu les vendre pendant la foire, seroient tenus de les faire emballer et de les faire sortir hors la ville, si mieux ils n'aimoient les laisser dans un magasin duquel ils auroient une clé, et une personne suffisante nommée par MM. les Jurats une autre clé, pour les dites marchandises y être gardées jusques à la foire la plus prochaine, ou vendues en gros aux bourgeois et marchands de la ville.» (f.º 302).

(1) «1620. 19 dec. Délibération portant que personne ne seroit receu à prêter le serment de bourgeois qu'il ne justifie, par la quittance du Trésorier de la Ville, avoir payé les droits taxés pour sa bourgeoisie.» (f.º 43).

(2) «1621. 24 novembre. Délibération portant que désormais il ne seroit receu aucun bourgeois que d'un commun consentement de MM. les Jurats, et que l'aspirant à la bourgeoisie n'aye été les voir chez eux. Il est aussi délibéré que quatre de MM. les Jurats pourroient luy faire prêter le serment.» (f.º 180).

(3) «1622. 25 août. Arrêt du Conseil d'État qui exige la résidence pendant cinq années et la possession d'une maison de la valeur de 1500 livres.

As restrições à subida dos estrangeiros na escala social tornavam-se cada vez mais rigorosas, mercê da freqüente intervenção do Conselho do Estado que inspirava semelhante política. Foi este Conselho que em 1623 alterou o regulamento de 27 de Junho dando nova redacção aos artigos 1.º e 2.º (1).

Pela primeira vez se ligava à qualidade de burguês o direito de praticar o comércio por meio de loja aberta, o chamado comércio a retalho, ao qual se dedicava a maioria dos portugueses.

Como as campanhas surdas contra os comerciantes de origem estrangeira recrudescessem, novas sanções foram adoptadas contra todos aquêles que não houvessem pago os direitos de entrada na burguesia: estas sanções, porém, só respeitavam aos recentemente admitidos (2).

Pouco a pouco se aumentaram as formalidades do

(1) «1623. 15 novembre. Même règlement que celui rappelé cy-dessus au 27 juin 1622, avec l'arrêt du Conseil du 20 août 1622 qui en ordonne l'exécution, sauf du premier et second article qui sont changés comme suit:

1.º) Que nul ne seroit receu bourgeois de Bordeaux qu'il n'y ait habité cinq ans consécutifs et qu'il ne possède maison en ville de la valeur de 1.500 livres au moins.

2.º) Que nul étranger ne pourroit avoir boutique ouverte ni vendre en détail qu'il n'ait acquis le droit de bourgeoisie.» (f.º 22).

(2) «1624. 9 juin. Délibération portant que tous les bourgeois receus depuis 10 ans, qui n'avoient pas payé ce qu'on leur avoit taxé, y seroient contraints et qu'en cas de refus, ils seroient déchus de la dite bourgeoisie. (f.º 81).

«1630. 29 mai. Ordonnance pour contraindre ceux qui s'étoient fait recevoir bourgeois à payer ce à quoy ils avoient été taxés à leur réception.» *Inv. Som. des Reg. de la Jurade.*

acto da recepção: uma deliberação de 1625 fixou essas formalidades que consistiam no juramento, apresentação do documento de quitação na Tesouraria, e auto assinado pelos jurados presentes em número não inferior a três⁽¹⁾. Êste número sofreu alterações em 1628; a partir desta data o auto deveria ser assinado por todos os jurados e pelo Procurador-Síndico⁽²⁾.

Semelhantes restrições cada vez mais severas, que embaraçavam a fixação dos comerciantes estrangeiros, eram provocadas pela onda de campanhas desencadeadas contra eles e de que em 1630 subiram rumores até ao poder central. Já então os portugueses eram os que mantinham e dirigiam os mais ricos estabelecimentos de Bordéus⁽³⁾.

Em 1634 para calar certos protestos vindos de concorrentes feridos, ou seja de comerciantes despeitados, a Jurada impôs de novo que se verificassem os títulos dos novos burgueses, se examinassem os seus documentos de quitação e ordenou aos novos aspirantes o pagamento de 300 libras à cidade como condição de admissão,

(1) «1625. 12 Juillet. Délibération portant que les réceptions de bourgeois ne pourroient être faites qu'en Jurade, signées dans les registres par les Jurats présens, qui ne pourroient être moins de trois, et que celles qui seroient faites autrement, et qui se trouveroient n'être pas signées dans le registre, seroient de nul effet.» (f.º 96).

(2) «1628. 8 juillet. Délibération portant qu'il ne seroit receu au cuns bourgeois qu'ils n'ayent les qualités portées par le statut, et que leur réception ne soit signée par tous MM. les Jurats et Procureur-Sindic.» (f.º 207).

(3) *Inv. Som. des Reg. de la Jurade.*

«Deputés de la Ville.» (f.º 213).

em especial quando se tratasse de comerciantes ou viticultores (1).

A entrada na burguesia mais se dificultou em 1640, em consequência de sugestões e alvitres feitos à Jurada pelo Procurador-Síndico. Conduziram-se com mais rigor os inquéritos (2).

Como se suscitassem dúvidas acerca do valor legal de muitas cartas de burguesia que haviam sido passadas nos

(1) «1634. 8 juillet. Plusieurs particuliers ayant été admis à la bourgeoisie sans avoir les qualités requises par le statut et par les règlements de la Jurade confirmés par le Roy, et ceux-cy soutenant avoir payé pour cela de beaux droits à la Ville, sans qu'il apparut qu'ils eussent donné aucunes armes non plus que de l'argent, à cause de quoy il seroit bon de leur faire représenter leurs lettres et la quittance des droits de la Ville; il est délibéré qu'à l'avenir aucun bourgeois ne seroit reçu qu'il n'ait les qualités portées par le statut et par les règlements, et outre cela sans qu'il n'ait financé 300 livres à la ville, surtout les commerçans et ceux qui recueilloient quantité de vins, auxquels la bourgeoisie étoit avantageuse, soit par rapport à la diminution d'une moitié des droits des échats et soit par rapport à la diminution des droits du Roy, que la dite bourgeoisie leur procuroit. Et quant à la représentation des lettres des bourgeois receus depuis 10 ans, il est délibéré d'y pourvoir à la première Jurade. (f.º 39).

(2) «1640. 29 août. M. le Procureur-Sindic dit que les lettres de bourgeoisie étoient si importantes qu'elles ne pouvoient être accordées sans une grande connoissance de cause, et sans avoir préalablement délibéré sur icelles. Sur quoy il est délibéré qu'à l'avenir il ne seroit délivré aucunes lettres de bourgeois, hôteliers, cabaretiers et autres semblables que préalablement la requête n'aye été rapportée en pleine Jurade, appointée par le Jurat commis, enterinée par MM. les Jurats; à l'effet de quoy acte seroit rapporté dans le registre, et iceluy acte signé de MM. les Jurats qui seroient entrés au nombre de quatre au moins, déclarant nulles les lettres qui seroient autrement expédiées.» (f.º 185).

anos de 1652 e 1654, a Jurada feriu de nulidade essas cartas por decisão tomada em 1654⁽¹⁾. Nesse mesmo ano se encontra uma resolução do Conselho de Estado que confirma aos burgueses de Bordéus o direito de vender de preferência o seu vinho na cidade e arredores⁽²⁾.

Em 1660, ainda a pedido do Procurador-Síndico, se promoveu uma verificação das cartas dos burgueses admitidos nos últimos vinte anos⁽³⁾. Foi em 1662 que, sancionada pelo Rei a anulação de cartas de burguesia, por êle foi determinado que se organizasse um quadro com os no-

(1) «1654. 30 mars. Arrêt du Conseil d'État qui annule toutes les lettres de bourgeoisie expédiées depuis le 1.^{er} août 1652 jusqu'au même mois 1653.» (f.º 93).

(2) «1654. 30 mars. Arrêt du Conseil qui maintient les bourgeois de Bordeaux dans le droit de vendre par préférence leur vin en détail dans la ville et fauxbourgs.» (f.º 93).

(3) «1660. 31 décembre. Plusieurs particuliers ayant surpris des lettres de bourgeoisie, sous des fausses allégations et sur l'exhibition de contrats et autres pièces simulées et supposées, MM. les Jurats, sur la requisition de M. le Procureur-Sindic qui expose que ce sont ces sortes de réception à la bourgeoisie qui ont donné lieu au fermier du Domaine d'obtenir l'arrêt susmentionné, au quel il a fallu former opposition, ordonnent que tous les habitans de la Ville, étrangers et autres, receus bourgeois depuis 20 ans, rapporteront dans trois jours au Jurat de leur Jurade leurs lettres de bourgeoisie, avec les pièces justificatives des qualités requises par le statut pour être receu bourgeois; qu'il sera informé devant le même Jurat si les pourvus des dites lettres sont Français ou étrangers, si ceux-ci ont été naturalisés, et si leurs lettres ont été duement enregistrées, excluent des droits de bourgeoisie tous ceux qui prétendent l'être, jusques à la remise des dites lettres et pièces, et ordonnent qu'ils seront contraints au payment des echats et autres droits deus par les manans et habitans.» (f.º 55).

mes e sobrenomes dos verdadeiros burgueses recebidos segundo os Estatutos (1). Três decisões importan-

(1) «1662. 9 août. Arrêt du Conseil d'Etat, sous copie imprimée, par le quel le Roy casse et annule toutes les lettres de bourgeoisie obtenues depuis vingt ans par les particuliers habitans de la dite ville, qui n'avoient pas les qualités requises par les statuts et réglemens du Conseil; condamne les dits particuliers habitans de payer à l'avenir les droits dûs à Sa Majesté, à cause de la ferme de la Comptable et autres dont ils s'étoient affranchis au moyen des dites lettres; déclare les nommés Verdenande, Raymond Marcy, Bernard Yvernon, Moise Merveilland, et autres y dénommés, au nombre en tout de soixante-deux, défaillans, déchus du droit de bourgeoisie, et sujets au payement de tous les droits de comptable.

«Et à l'égard des particuliers qui ont apporté leurs titres de bourgeoisie par devant M. Hotman, intendant, ordonne Sa Majesté que les parties contesteront par devant lui sur la validité et insuffisance d'iceux; auquel effet sa Majesté a d'abondant commis le dit sieur Hotman pour en juger définitivement, sauf l'appel au Conseil.

«Ordonne en outre sa Majesté que, conformément à l'article 78 du bail de Gervaisot, aux statuts et réglemens, notamment à celui du mois de Juin 1563, qu'elle veut être exécuté selon sa forme et teneur, il sera fait par les Maire et Jurats de la Ville de Bordeaux un tableau contenant les noms et surnoms des vrais bourgeois reçus suivant les dits statuts, dont sera fait trois copies, l'une desquelles sera mise au Bureau des Trésoriers de France, l'autre au greffe de la maison de Ville, et la troisième au bureau de la Comptable, sans qu'à l'avenir, à commencer du jour de la publication du présent arrêt, il puisse être reçu aucun bourgeois en la dite Ville, qu'il n'ait auparavant communiqué ses titres au fermier de la Comptable, ou à son procureur, pour y fournir ses défenses, ce qu'il sera tenu de faire dans le mois pour tout délai; autrement et à faute de ce faire, permet sa Majesté aux dits maire et Jurats de passer outre, à l'expédition des dites lettres, en gardant néanmoins toutes les conditions du statut et dudit règlement de 1562, à peine de nullité des dites lettres et de la réception des pourvus

«Et en cas de contravention ordonne Sa Majesté que les parties

tes contém o documento que em nota se transcreve:

a) a anulação das cartas de burguesia obtidas no período dos últimos vinte anos com o fundamento de que os seus titulares não satisfaziam às condições exigidas nos estatutos e não haviam pago os direitos devidos ao Rei;

b) organização dum quadro em que se inscreveriam os nomes e sobrenomes dos verdadeiros burgueses admitidos segundo os estatutos;

c) restrições à admissão de novos burgueses a-fim-de pôr termo aos abusos que neste assunto se haviam praticado, com prejuizo dos direitos do Rei.

O catálogo oficial dos burgueses de Bordéus no século XVII é um dos preciosos manuscritos conservados nos Arquivos Municipais: constituem-no dois volumes de cêrca

procèderont au Conseil, avec défense à tous les autres juges de s'en entremettre.»

«Cet arrêt, qui est accompagné de lettres patentes, fut rendu pour pourvoir aux abus qui s'étaient glissés dans la dispensation des lettres de bourgeoisie, au préjudice des droits du Roy. En conséquence, Sa Majesté ordonna que tous ceux qui avoient obtenu des lettres de bourgeoisie depuis vingt ans seroient tenus de les représenter par devant le sieur Hotman, commissaire départi dans la province de Guyenne, avec les titres par lesquels ils les avoient obtenues, de déclarer s'ils étoient Français ou étrangers, le temps de leur habitation en France et s'ils y avoient été naturalisés; que, jusqu'à ce qu'ils eussent satisfait à ces préalables.

«Ils seroient tenus de payer les droits de la Comptable dont ils se prétendoient exemps au moyen des dites lettres, avec défenses aux Maire et Jurats d'accorder à l'avenir des lettres de bourgeoisie qu'aux conditions du Statut, et injonction au Procureur-Sindic de s'y opposer, en cas de contravention, à peine d'en répondre en son propre et privé nom.»

de 300 fôlhas cada um. Êsse manuscrito que a *Société des Archives Historiques de la Gironde* publicou na sua forma exacta⁽¹⁾, foi danificado no incêndio que se produziu em Junho de 1862 nos Arquivos da *Municipalidade*⁽²⁾.

Já em 1613 os Jurados haviam ordenado a inscrição dos burgueses recebidos, mas infelizmente êsse registro foi destruído completamente durante as sedições da Fronda e da Ormée⁽³⁾. A esta mesma decisão voltaram em Julho de 1625. Desta maneira o Conselho de Estado em 1662 confirmou aquilo que sôbre o assunto mais de uma vez fôra decidido pelos Jurados.

A ordem de 1662 foi confirmada em Junho de 1663

(1) «C'est en vertu d'un arrêt du Conseil du 9 août 1662 que les jurats de Bordeaux firent dresser les catalogues publiés aujourd'hui par la Société des Archives Historiques dans leur forme exacte, sans autre modification que la reproduction en chiffres arabes des dates mises en toutes lettres dans le manuscrit original.» *Le Livre des Bourgeois de Bordeaux au XVII et XVIII siècle. Préface*, p. XVII.

(2) «La Société a cru devoir s'interdire de compléter les parties rongées par le feu, alors que dans bien des cas il eût été très facile de suppléer aux lacunes de l'original; elle s'est interdit de même de modifier, si peu soit-il, l'orthographe des noms des bourgeois, bien que beaucoup des ces noms soient écrits, surtout au XVII^e siècle, avec une orthographe irrégulière. La Société a voulu conserver au manuscrit son curieux caractère et son authenticité absolue.» *Ibidem*.

(3) «Nous lisons en effet dans une délibération du 13 Juillet 1613 qu'il fut ordonné par les Jurats que «désormais tous les bourgeois qui seroient reçus, seroient enregistrés dans un livre séparé sans qu'à l'avenir cette règle pût être changée.

«Ce livre fut sans doute détruit pendant les troubles de la Fronde et de l'Ormée...» *Ibidem. Préface*.

pelo Intendente Geral de Bordéus M. le Jay⁽¹⁾ e pelo *Lieutenant-général* da Guiana.

A decisão do Intendente Geral fazendo cumprir a ordem do Conselho do Estado inclui o que se poderia cha-

(1) «1663. 5 Juin. Ordonnance de M. le Jay, Intendant en la Généralité de Bordeaux, sous copie imprimée, par laquelle il ordonne que tous ceux qui, depuis 20 ans, ont obtenu des lettres de bourgeoisie, les représenteront par devers luy, dans huit jours, avec les titres et contrats d'acquisition des maisons, ensemble les pièces justificatives de leur demeure actuelle en icelles, deux ans avant l'obtention des dites lettres, pour être pris communication par le procureur du fermier de Sa Majesté et par luy fourni de contredits sur la validité ou invalidité d'iceux, et ensuite être par ledit Intendant ordonné ce qu'il appartiendra; ordonne aussi que tous ceux qui ont été reçus bourgeois avant les vingt ans, et qui se trouveront légitimement admis à la dite bourgeoisie, rapporteront leurs lettres, pour en être fait et dressé un tableau, avec les sieurs Maire et Jurats de la présente Ville, qui contiendra le nom et surnom de tous ceux qui se trouveront devoir subsister en la jouissance dudit privilège et au nombre des vrais bourgeois privilégiés.

«Et à faute par les dits prétendus bourgeois de rapporter dans le dit temps de huitaine leurs lettres et titres, ils seront déchus des dits privilèges et contraints au payment des droits dûs à Sa Majesté, à cause de sa ferme de la Comptable et autres, dont ils s'étoient affranchis au moyen des dites lettres.

«Cette ordonnance fut rendue en conséquence de l'arrêt du Conseil d'Etat du 6 novembre 1660, par lequel Sa Majesté auroit ordonné l'exécution des Statuts de la Ville et réglemens du Conseil donnés en conséquence au sujet de la réception des bourgeois, dont un grand nombre auroit été reçu sans avoir les qualités requises et nécessaires aux vrais et légitimes bourgeois, ce qui occasionnoit le dépérissement des droits de la ferme de la Comptable de Bordeaux.

«Et par autre arrêt du Conseil du 9 août 1662, Sa Majesté auroit cassé et annulé toutes lettres de bourgeoisie obtenues par les particuliers habitans de la dite ville, qui se trouveroient n'avoir pas les

mar um regulamento da sua execução e cita todos os curiosos antecedentes que se referem à inscrição e verificação dos títulos de burguesia. Ali encontramos mencionados como antecedentes mais importantes a ordem do Conselho de 9 de Agosto de 1662 pela qual se anularam tôdas as cartas concedidas, normas dos estatutos ainda em vigor e até o artigo 78 do Contrato de Gervaisot.

A aplicação na Guiana da mesma ordem fêz-se pela intervenção do Logar-Tenente Geral Henry Français de Salomon (1). Os Jurados applicaram-se com todo o zêlo e

qualités requises par les statuts et règlements, et que, conformément à l'article du bail de maître Pierre Gervaisot et aux statuts et règlements, il seroit fait, par les Maire et Jurats de la Ville et cité de Bordeaux un tableau contenant les noms et surnoms des vrais bourgeois reçus suivant les dits statuts, dont il seroit fait trois copies, l'une desquelles sera mise au bureau des Finances, l'autre au greffe de la maison de Ville et la troisième au dit bureau de la Comptable.» *Inv. Som. des Reg. de la Jurade.*

(1) «1663. 14 juin. Ordonnance, sous copie imprimée, de M. Le Lieutenant-Général en la sénéchaussée de Guyenne, portant que tous les bourgeois, admis dans la bourgeoisie depuis vingtans, représenteront incessamment par devant luy et dans huitaine leurs lettres de bourgeoisie avec leurs titres, contrats d'acquisition de leurs maisons, ensemble les pièces justificatives de leur demeure actuelle deux ans avant l'obtention desdites lettres, pour en être pris communication par le procureur du fermier de Sa Majesté pour y contredire, ainsi qu'il avisera; comme aussi que ceux qui seront reçus avant les vingt ans rapporteront pareillement leurs lettres de bourgeoisie et pièces justificatives; autrement, faute par les dits bourgeois de satisfaire à la présente ordonnance dans le dit délai de huitaine, iceluy passé, être ordonné ce qu'il appartiendra. La dite ordonnance fut signifiée à MM. les Jurats en la personne du monsieur maître Labeylie, avocat en la cour, et fut rendue en conséquence de sus dits arrêts et ordonnance de M. le Jay, intendant, mentionnée au numéro précédent, lequel

boa vontade a dar cumprimento às providências que o poder ordenara quanto à verificação das cartas de burguesia. No mesmo ano de 1663 os documentos registam duas deliberações bem claras e enérgicas—a primeira tomada em sessão de 3 de Julho⁽¹⁾ e a segunda em sessão de 27 de Setembro⁽²⁾. Uma e outra dizem-se provocadas pela ordem de Agosto (*arrêt 9 aoust 1662*).

Como se levasse demasiado longe no passado o período compreendido para efeitos de revisão de títulos de burguesia e semelhante rigorismo tivesse produzido uma natural reacção entre muitos dos atingidos, certas reclamações foram dirigidas às autoridades e até certos limites atendidas. Por isso, em Junho de 1663⁽³⁾ o Intendente Geral de Bordéus resolveu dispensar os antigos burgueses do cumprimento de tão severas formalidades.

sieur Intendant auroit commis en son absence M. Henry François de Salomon, lieutenant-général susdit en la dite sénéchaussée, aux fins de procéder à l'exécution des dits arrêts.»

(1) «1663. 3 Juillet. Délibération portant que, conformément à celle du 25 Juin 1663 (cy-dessus) il seroit ordonné que, pour exécuter le susdit arrêt du 9 aoust 1662, tous les bourgeois receus suivant le statut rapporteroient devant MM. les Jurats leurs lettres ou pièces justificatives de bourgeoisie pour en être fait un tableau.» (f.º 93).

(2) «1663. 27 Septembre. Ordonnance qui enjoint à tous les bourgeois qui n'avoient pas rapporté les lettres de bourgeoisie obtenues avant vingt années, de les porter dans huitaine dans l'Hôtel de Ville pour être inscrits sur le tableau, et ce sans déroger ni préjudicier aux privilèges de la Ville.» (f.º 25).

(3) «1663. 24 Juin. Ordonnance sous copie imprimée de M. le Jay, intendant de la Généralité de Bordeaux, par laquelle ayant égard aux remontrances des bourgeois de Bordeaux, il dispense ceux qui ont été reçus auparavant les 20 années portées par les arrêts du Conseil du 9 août 1662, nonobstant son ordonnance du 5 juin 1663, laquelle au surplus devoit être exécutée selon sa forme et teneur.

A política económica seguida por Colbert⁽¹⁾ no sentido de assegurar um maior tráfego comercial servido por uma importante marinha mercante não deixou de provocar fortes repercussões na situação social dos estrangeiros que comerciavam em Bordéus. A entrada destes na burguesia e o acesso aos altos cargos dos organismos económicos foram condicionados desde 1668 por uma participação financeira nas emprêsas de navegação que se estabeleceram a êsse tempo ou nas sociedades de construção naval que se fundaram.

Desde essa época só era admitido na burguesia aquêle que além das qualidades requeridas pelos estatutos provasse ter contribuído com 1.000 libras para uma emprêsa de navegação.

É muito curioso o extracto da sessão de 12 de Junho em que os jurados se ocuparam do assunto⁽²⁾.

(1) «Il continua les efforts de Richelieu pour donner à la France une marine redoutable. En peu d'années elle eut 100 vaisseaux, et les rôles de l'inscription maritime présentèrent les noms de 60.000 matelots.»

Nouvelle Biographie Générale, por MM. Firmin Didot Frères, t. II. Sobre Colbert, vid. 1) *Histoire Financière de la France*, t. I, de Bailly. 2) *Histoire de l'économie politique en Europe*, t. II, de Blanqui. 3) *Histoire de Colbert*, por A. de Seviz. 4) *Histoire de Colbert*, de Pierre Clement.

(2) «Le Roy ayant par plusieurs déclarations données sur le fait du commerce, invité tous ses sujetz, par les grâces qu'il leur a accordées de s'apliquer à la navigation et au commerce des païs estrangers, si utile au bien de l'État, et voulant encore plus fortement donner ses soins pour leur procurer le mesme avantage et accroissement de fortune qui se remarque à tous les estrangers qui se sont particulièrement appliquez au commerce de la mer, auroit (pour cette consideration, et celle qu'il a pour la ville de Bourdeaux, dont

Na mesma data e na mesma sessão regulou-se o acesso aos cargos importantes de jurado, juiz e cônsul: da mesma maneira o regulamento se inspira nos interesses da política de fomento adoptada por Colbert. Era a criação duma poderosa marinha mercante que atraía todos os esforços do poder. A burguesia de Bordéus era solicitada insistentemente a prestar concurso financeiro à obra de expansão comercial que se tinha em vista. Eis porque nenhum burguês desempenharia os ditos cargos sem provar que estava interessado nas emprêsas de navegação, até à soma de 2.000 libras ou de 1.000, conforme

la situation avantageuse, la beauté et grande étendue du port, commode à tous les navigateurs) faict deliberer en son Conseil, des moyens d'i induire les bourgeois et estrangers habitués, de sadonner, plus qu'ilz n'ont fait jusques à present, au commerce et navigation de la mer; et, sur ce qui lui auroit esté representé que le privilege des bourgeois de Bourdeaux, qui sont exempts des droictz de comptable, pour les marchandises qu'ils font entrer et sortir pour leur compte, estoit un obstacle dans le commerce à ceux qui ne sont point bourgeois, par la raison que, payant les dictz droictz de comptable, ceux qui en sont exempts peuvent donner leurs marchandises à cinq et six pour cent de meilleur marché qu'eux; et, pour y remédier, et donner lieu aux uns et aux autres de faire esgalement leur commerce, et mesme, à tous estrangers naturalisés, de parvenir à la dite qualité de bourgeois:

Sa Majesté, estant en son Conseil, a ordonné et ordonne que, doresnavant, il ne sera plus receu aucun bourgeois de Bordeaux sans qu'outre les qualités requises par le statut, il ne soit prouvé et verifié par contrat d'achat de navires ou de société faicte entre ceux qui en feront bastir, que les ditz pretendans à la bourgeoisie ayent interest dans des navires, au moins jusques à mil livres...»

(Les Registres de la Jurade. Procès verbal de la séance du 12 Juillet 1668).

No Livre des Privilèges, pág. 396.

se tratasse dos cargos de jurado e juiz ou cargo de cônsul (1).

Bordéus preocupava a este respeito o ministro Colbert não só pela importância do seu pôrto como pela intensidade do seu comércio ao tempo dirigido quasi exclusivamente por estrangeiros, e ainda pela necessidade urgente de ali criar uma frota mercante. Notava-se com inquietação que os negociantes bordelenses não possuíam navios e que para o seu comércio exportador se serviam de barcos estrangeiros; se alguma coisa havia em transportes marítimos, essa pequena coisa era de construção inglesa ou holandesa. Em Bordéus muito pouco se construía. Em numerosos documentos do século XVII se patenteia esta triste realidade.

Citaremos, a propósito, apenas uma carta do marquês de Seignelay a Colbert datada de 2 de Dezembro de 1670, na qual em breves linhas se significa o desinterêsse dos negociantes pela construção naval (2). E a completar o

(1) «... qu'il ne seroit receu aucun des dits bourgeois, jurats juges et consuls, qu'il ne fut prouvé par devant le Commissaire départy qu'ils auroient intérêt et portion dans les corps de navires, sçavoir: les dits jurats et juges jusqu'à la somme de 2.000 livres chacun, et les consuls, 1.000 livres chacun, moyennant quoi ils pourront être admis aux dites charges, et non autrement à peine de nullité des réceptions.»

Inv. Som. des Reg. de la Jurade.

(2) «Les gens de cette ville sont fort étourdis et fort vifs. Ils n'ont aucune application pour le commerce; et il n'y a pas trois bourgeois dans Bordeaux qui ayent un vaisseau à eux, quoyque ce soit une des villes du monde les mieux situées et qu'il paroisse que, s'ils veulent faire construire des vaisseaux, ils feroient un profit considérable, par la raison que cela les exempteroit de payer le fret aux

mesmo documento transcreveremos a carta que em 18 de Novembro de 1672 escreveu Colbert ao engenheiro Lombard:

«Il seroit fort à souhaiter que les habitans de Bourdeaux commençassent à faire bastir un nombre considerable de vaisseaux; et pour les y convier, en cas que l'atelier dudit Le Sage soit estably ainsy qu'il le dit, et qu'il y fasse construire actuellement des vaisseaux, il le faut bien traiter et luy accorder les gratifications que le roy a bien voulu promettre à ceux qui en feroient bastir en France, afin d'exciter par son exemple les autres habitans à faire la mesme chose...»⁽¹⁾.

Por decisão do Conselho ⁽²⁾ e por alvitre de Colbert, Luíz XIV fundou em Bordéus uma Companhia privilegiada de comércio; e para lhe garantir maior influência decretou que de futuro nenhum negociante poderia ser nomeado jurado ou cônsul nem nenhum habitante ser recebido na burguesia sem que estivesse interessado na Companhia. A participação financeira do aspirante a jurado ou cônsul seria de 2.000 libras e a do aspirante a burguês seria de 1.000 libras ⁽³⁾.

vaisseaux estrangers, ce qui se fait pour le débit des vins et autres marchandises du pays et ce qui augmente fort la dépense»

Lettres, instructions et memoires de Colbert, t. III, 2.^a parte, pág. 24.

⁽¹⁾ *Correspondance administrative sous le règne de Louis XIV*, t. III, pág. 862.

⁽²⁾ Na data de 27 de Junho de 1671.

⁽³⁾ *Histoire du Commerce et de la Navigation à Bordeaux*, por Fr. Michel, t. II, pág. 92.

Além disso não se concederia a um estrangeiro carta de naturalidade se este não houvesse colocado na Companhia 1.000 libras, e mais 2.000 se quisesse ser admitido na burguesia. A decisão do Conselho foi confirmada pela Jurada em sessão de 26 de Agosto de 1671 (1).

Já em 1669, a-fim-de desenvolver a Companhia do Norte (2), o Conselho do Estado havia recorrido aos mesmos processos de obter capitais (3), e em 1670 insistia trazendo a lume uma nova resolução de carácter mais restritivo (4).

(1) «1671. 26 août. Arrêt du Conseil du 27 Juin 1671, portant règlement pour la Compagnie privilégiée du commerce de Bordeaux et qui ordonne qu'aucun marchand ne pourroit être élu jurat, juge ni consul de la Bourse, ni aucun habitant receu bourgeois, de même que ceux qui étoient nés dans l'Etrange pais, parce qu'ils n'eussent dans la dite Compagnie, sçavoir : 2.000 livres pour être jurat ou juge de la Bourse, 1.000 livres pour être consul ou bourgeois et les dits Etrangers 2.000 livres pour être aussi bourgeois et ce à sa place des sommes pour lesquelles ils devoient avoir part sur un vaisseau ou dans la Compagnie du Nord.» (F.º 21).

(2) Instituída em Junho de 1669.

(3) «1669. 28 Juin. Arrêt du conseil du 3 juin 1669, par lequel Sa Majesté ordonne que les bourgeois de Bordeaux faisant commerce et qui sont exempts des droits de la Comptable, ne seroient plus receus à jouir de ce privilège qu'ils ne fissent apparoir d'avoir pris intérêt dans la Compagnie du Nord jusques à la somme de 1000 livres; défend aux commis de la Comptable de les y recevoir, sauf ceux qui auroient intérêt dans des vaisseaux de fabrique française du port de cent tonneaux pour le moins.

(4) 1670. 18 Juillet. Arrêt du Conseil portant qu'aucun ne pourra être reçu bourgeois de Bordeaux qu'il n'aye justifié avoir un fonds de 1000 livres sur un vaisseau de fabrique de France, ou part pour pareille somme dans la compagnie du Nord.

*

* *

Nos últimos vinte anos do século XVII não consta que negociantes portugueses tenham sido admitidos na burguesia. Só no século seguinte, e a partir de 1731, novas admissões se encontram documentadas (1).

Quere isto dizer que durante meio século as portas se fecharam aos novos pedidos que teriam surgido.

A regulamentação quanto à entrada na burguesia ficou definitivamente estabelecida no século XVII com as múltiplas decisões do Conselho de Estado e da Jurada às quais atrás fizemos referência.

As famílias portuguesas, que mais tarde exerceram uma acção preponderante na cidade, entraram em França e fixaram-se em Bordéus na última quadra do século XVII. Assim sucedeu com o médico Silva, com os comerciantes Gradis, com os Peixotos, os Mendes e os Pereiras. A esse tempo os judeus portugueses haviam subido de direito e de facto os degraus mais altos da organização social, pois que a admissão na burguesia conferia-lhes todos os privilégios de que gozavam os mais ilustres senhores da cidade.

Esta porta abriu-se primeiro aos professores (2) ainda

(1) 1731. 29 Janvier. David Gradis, négociant portugais, habitant la présente ville (f.º 199).

1731. 3 Sept. Jacob Pereyra Brandon, negociant... (f.º 52).

1760. 26 Janv. Messire Jacques Nunes de Pereyra, écuyer, viconte de la Menaude (f.º 169).

(2) No fim do presente estudo publicamos o interessante documento da naturalização do prof. André de Gouveia.



Carta de burguesia dada a Simon Conille (séc. XVII)

em meados do século XVI, mais tarde a advogados como Daragon em 1610, e por fim a comerciantes, médicos e banqueiros. Bordéus pagava desta maneira aos estrangeiros os grandes serviços que êles prestavam no comércio, na indústria, na assistência e até na defesa da cidade e dos seus habitantes: é oportuno, porém, esclarecer que de todos os estrangeiros foram os portugueses os primeiros (1) que mereceram essa recompensa.

A infiltração dos portugueses refugiados fêz-se como atrás se documentou, em quatro fases que se distinguem assim:

- *a*) fixação real;
- *b*) fixação reconhecida e protegida;
- *c*) naturalização;
- *d*) admissão na burguesia.

As duas primeiras fases *a*) e *b*) imprimem fisionomia própria à infiltração produzida no decorrer do século XVI: as duas últimas aparecem no século XVII se bem que o primeiro documento oficial de naturalização dos portugueses date de 1550. É de crer que a fixação reconhecida e sancionada resultasse de pressões que se tivessem exercido junto das autoridades (2). A naturalização obtinha-se como um favor do Rei ao qual correspondia o pagamento de direitos elevados (3). A admissão na burguesia era

(1) É o que nos significam as Cartas-Régias de Henrique II, datadas de 1550 a que nos temos referido.

(2) A êste propósito citam-se os nomes de médicos como Montalto, Lopes e Silva e de professores como os Gouveias.

(3) Êsses direitos podiam elevar-se até 1.000 libras.

Vide processo de naturalização do dr. F. Silva, do qual se transcrevem documentos em notas e documentos (parte final do presente estudo).

acompanhada de formalidades diversas e obrigava a pagamento de direitos à cidade e ao Rei; — aquêles, em casos especiais, podiam ser substituídos por mão de obra ou por serviços relevantes de interêsse público, entre os quais figuravam ao alto os prestados à assistência.

Eis como as coisas se passavam:

O português, após um período de residência, pedia as suas cartas de naturalização, as quais, uma vez conseguidas, lhe atribuíam a situação jurídica de natural do reino, e mais tarde quando êle se julgava nas condições definidas no Estatuto e regulamentos diversos, requeria a sua admissão na burguesia, o que lhe dava em seguida acesso aos altos cargos no quadro administrativo. Em cem anos, os judeus emigrados da Península subiram tanto quanto se podia subir, chegaram até onde as suas aspirações se ergueram, de tolerados mudados em regnícolas e de regnícolas convertidos em burgueses.

O século XVII foi a época da grande infiltração dos judeus na sociedade bordeleza: nada impediu o movimento constante de infiltração, nem as insidiosas campanhas movidas por pequenos comerciantes, nem os tumultos e sedições populares que se sucederam durante mais de cinqüenta anos, nem mesmo as severas restrições impostas à entrada de estrangeiros suspeitos de protestantismo ou de judaísmo. Êsse movimento não diminuiu, nem quando perante os inimigos de dentro e os inimigos de fora ⁽¹⁾ os judeus portugueses sofriam as ameaças de expulsão, de confiscação de bens e de rigorosa vigilância de costumes e de práticas de culto.

(1) Referimo-nos aos espanhóis que durante o séc. XVII tiveram guerras com a França.

Um português dirigiu o mais importante colégio de Bordéus e preparou o seu esplendor (1). Um outro português foi médico jurado da cidade, tão alto em merecimentos como em prestígio (2). Um outro no século XVIII fundou na *R. des Augustins* a primeira escola de surdos-mudos (3). Se no ensino êles marcaram a sua passagem duma maneira excelente, no comércio criaram instituições novas (4) e contribuíram para o aumento da riqueza pública (5), e nas artes e nas letras deixou-nos o século XVIII nomes de portugueses ou de descendentes de portugueses que honra fizeram ao seu tempo (6).

Graças ao seu trabalho, à sua honestidade, ao seu espírito de disciplina ennobrecido por um esclarecido amor do bem público e da cultura intelectual, mereceram ser reconhecidos burgueses de Bordéus. A hora dos grandes triunfos soou para os grandes comerciantes e sábios de origem portuguesa em meados do século XVIII: foi então que a alguns portugueses (7) o Rei quis distinguir com títulos de nobreza. Uns ligaram o seu nome a instituições de cultura, outros a obras de valor material, e outros ainda

(1) Vide artigo de Paul Courteault sobre o Colégio da Guiana no Livro *Mélanges offerts à Abel Lefranc*.

(2) O dr. Francisco Silva, médico da cidade até 1678.

(3) Jacob Rodrigues Pereira, nascido em Peniche em 1715, fundou em Bordéus a primeira escola de surdos-mudos. Foi o representante dos judeus nas suas relações com o Rei.

(4) O comércio bancário.

(5) Vide a primeira parte do presente estudo.

(6) Citaremos, por exemplo, David Gradis e José Cardoso.

(7) A Abraão Gradis e a Rodrigues Pereira.

à salvação da França na horas graves que se viveram no reinado de Luiz XV (1).

A cidade dos banqueiros, dos armadores, dos negreiros, dos grandes agentes comerciais que foi Bordéus no século XVIII, sentiu o valor enorme dos descendentes da *Nação Portuguesa* que adoptaram o sudoeste da França como sua pátria e ali serviram o bem público com ardor, generosidade e talento.

ALFREDO DE CARVALHO

(Seguem Documentos e Notas)

(1) Vide sobre a acção dos Gradis na defesa da França durante as guerras com a Inglaterra as monografias de Jean Maupassant sobre Abraão Gradis.

DOCUMENTOS E NOTAS

DOS REGISTROS PAROQUIAIS DE ST. EULALIE

*Registres des portugais décedés dans la paroisse de St. Eulalie
de Bordeaux (G. G. 368 St. Eulalie)*

Le 26 de septembre 1716 est décedée dans ma paroisse rue Ducharnan une fille de Sr. David Lameyra portugais, âgée de 10 jours, et j'ai donné la permission de la faire ensevelir chez les R. pp. Cordeliers.

Le 1.^{er} octobre 1716 j'ai donné permission d'ensevelir chez les RR. pp. Cordeliers un enfant nommé Abraham Cardoso fils de Isaac Cardoso portugais décedé aujourd'hui et âgé d'environ trois ans.

Le 7 octobre 1716 j'ai donné permission d'ensevelir dame Feitle femme du feu Feitle portugaise décedée hier au soir rue Bouhaut.....

Le 28 octobre 1716 j'ai donné un billet de permission pour faire inhumer chez les X pp. frères Cordeliers le corps du sr. Louys Lopes portugais décedé aujourd'hui matin dans cette paroisse rue St. Eulalie.

Le 1.^{er} janvier 1717 j'ai donné un billet de permission pour faire inhumer aux cimetières de Mrs. les portugais chez les RR. pères Cordeliers Abraham Mendes âgé de quinze jours ou environ fils du Sr. Jacob Mendes demeurant rue Bouhaut.

Le 30 janvier 1717 j'ai donné une permission d'ensevelir un portugais nommé Abraham ——— Rodrigues dans le cimetière des portugais au couvent de l'observance de St. François âgé de soixante ans décedé hier au soir à dix heures dans la r. Bouhaut.

Le 24 mars 1717 jay donné un billet de permission a Messieurs les portugais pour faire inhumer dans leur cimetiére de Colimance de St. François demoiselle Sara Ester femme de Jacob Peixoto décédée le dit jour rue Bouhaut dans ma paroisse.

Le 5 may 1717 jay donné un billet pour faire inhumer dans le cimetiére de Mrs. les portugais dans le couvent de l'observance de St. François le corps de Moyse fernandes décedé aujourd'hui à minuit agé denviron soixante ans demeurant à rue duquayne.

Le 20 may 1717 jay donné un billet pour laisser inhumer au cimetiére de Messieurs les portugais chez les pères Cordeliers le corps dandrade portugais décedé agé denviron cinquante ans, décedé hier au soir.

Le 27 de Juin 1717 jay donné un billet pour laisser inhumer au cimetiére de Messieurs les portugais chez les RR. pp. Cordeliers le corps de Moyse Medina agé denviron cinquante trois ans, décedé aujourd'huy à deux heures du matin dans rue Bouhaut.

Le 29 juin 1717 jay donné un billet de permission pour faire inhumer dans le cimetiére chez les pères Cordeliers dans le cimetiére des portugais le nommé Samuel Levy décedé hier à sept heures dumatin agé environ soixante dix ans a rue Bouhaut.

Le 8 octobre 1717 jay donné un billet de permission pour faire inhumer dans le cimetiére de Messieurs les portugais chez les RR. pp. Cordeliers le corps de Isac Gradis agé denviron trois ans décedé hier au soir rue du Cahernan.

Le 12 décembre 1717 jay donné un billet pour faire inhumer au cimetiére de Messieurs les portugais chez les RR. pp. Cordeliers un enfant du s. David Lameyra décedé le soir de hier agé de 8 jours en rue du Cahernan.

Le 17 décembre 1717 jay donné un billet pour faire inhumer au cimetiére chez les reverends pères Cordeliers le corps de demoiselle

Rachel Lameyra, espouse du sr. Jacob Lameyra agée denviron vingt-cinq ans décédée ledit jour en rue Ducahernan.

Le 21 décembre 1717 jay donné un billet de permission pour inhumer dans le cimetiére de Messieurs les Portugais un enfant du sr. Biayle da Costa décédée aujourdhui dans le sein de sa mère en rue Bouhau.

Le 12 janvier 1718 jay donné un billet pour laisser inhumer dans le cimetiére de Messieurs les Portugais chez les RR. pères Cordeliers un enfant né de fausses couches dun portugais étranger passant par ce pays nommé Marques Basilio portugais.

Le 9 fevrier 1718 jay donné un billet pour faire inhumer au cimetiére de M.^{rs} les portugais le corps de Jacob Escoudero fils dAbraham décédé aujourdhui huy dans rue.

Le dit an 1718 le 18 fevrier jay donne un billet pour faire inhumer le corps de defuncte Rachel Blanca femme du s^r Louys Depas portugais agée denviron 70 ans décédée aujourdhuy en rue Bouhau.

Le sixieme davril 1718 jai donne un billet pour laisser inhumer dans le cimetiére des portugais chez les pères cordeliers le corps de Dom Pedro Sierra portugais decede hier au soir dans la rue de Lalande age denviron cinquante ans.

Le dix sept davril 1718 jay donné un billet pour faire inhumer dans le cimetiére des portugais le corps de Isac Ibar fils de..... Ibar portugais agé denviron douze ans decede hier près leglise des Rev. pères augustins.

Le 21 davril 1718 jay donné permission de faire inhumer au cimetiére des portugais un enfant de David Cardoso age denviron douze jours decede le jour d'hier.

Le sixieme de novembre 1718 est decedee Ester Campos femme de Joseph Campos portugais agee de soixante cinq ans en rue des Ayres et inhumee au cimetiére des portugais le dit jour.

Le 14^e d'avril 1719 jay donne un billet de permission pour laisser inhumer au cimetiére des portugais le corps de Rachel Rouys femme decedee le dit jour en rue du Cayne.

Le 24 d'avril 1719 jay donne un billet pour laisser inhumer au cimetiére des portugais chez les peres Cordeliers le corps d'Abraham Lopes decede le dit jour en rue Bouhane.

Le 14 daout 1719 jay donne un billet pour faire inhumer dans le cimetiére des Messieurs les Portugais chez les P. Cordeliers le corps dun enfant de six ans decedee le matin fille de Isaac Gomes portugais; mais sur lapres midy le corps de cette fille quon m a atteste etre agee de six ans et avoir este baptisee a este porte au cimetiére de leglise de st. Eulalie, pres le mur qui environne le dit cimetiére du costé des remparts sur le chemin ou passe la procession ordinaire par ordre verbal du Monsieur Darche vicaire general.

Le seizieme daout 1719 a este porte au cimetiére des portugais chez les rev. peres cordeliers le corps de Rachel da Costa femme du sieur Blayste da Costa portugais agee denviron trente ans decedee le dit jour en rue Bouhau.

Le 27.^e daout 1719 une fille nommee Cardose Layne agee denviron trente ou trente six ans decedee en rue Bouhau a este portee au cimetiére des portugais chez les peres cordeliers pour y estre inhumee.

Le 29.^e doctobre 1719 est decede en rue Bouhau Riques Laudade agee denviron soixante quatre ans. son corps a este porte au cimetiére des Rev. Peres Cordeliers.

Le 17 de Novembre 1719 jay donne un billet pour faire inhumer au cimetiére des portugais chez les peres Cordeliers le corps de Rachel Pinto femme de Benjamin Pinto decedee en rue Bouhau agee denviron cinquante ans.

Le 23 d'avril 1720 est decede Henry Peixoto portugais age de quarante à cinquante ans en rue Bouhau et a este porte au cimetiere des portugays chez les rev. peres Cordeliers.

Le 23 de may 1720 est decede Samuel Gradis age de sept ans fils du sieur Gradis en rue Bouhau et a este inhume au cimetiere de M.^{rs} les Portugais chez les peres Cordeliers.

Le 3 de novembre 1720 est decede en rue Bouhau un enfant ne de quinze jours, fils du sieur Isaac Dias et ensevely au cimetiere de Messieurs les Portugais.

Le vendredy 15 de novembre 1720 est decede le sieur Bastien Lopes portugais et a este inhume dans le cimetiere des portugays au couvent des Reverends peres Cordeliers aujourdhuy le 15 du dit mois. Il demeurait en rue Bouhau age de soixante cinq ans environ.

Le 17.^e de 9.^{bre} 1720 a este inhume au cimetiere de M.^{rs} les Portugais chez les Peres Cordeliers le corps de David Depas age denviron vingt ans decede en rue fombeloly jeune homme estranger veneu de Bayonne depuis peu de temps.

Le 16.^e de decembre 1720 a este inhume au cimetiere chez les peres Cordeliers le s.^r Jacob Pechote portugays decede en rue Bouhau agé de plus de cent ans ou environ.

Le 21 de decembre 1720 a este inhume aux Cordeliers dans le cimetiere de M.^{rs} les portugays le corps dun enfant decede ajourdhuuy dans le sein de sa mere nommee Povelle. son pere sappelle Lion de Carcassone portugais en rue Bouhau.

Le 13.^e de Janvier 1721 est decede un enfant de sieur Abraham Raphael age de trois mois nomme David en rue Bouhau.

Le 22 de Janvier 1721 est decedee une fille de sieur Pereyre portugays agee denviron cinq ans etdemy et a este porte au cimetiere des Messieurs les portugays.

Lan 1721 et le 9^e de fevrier a este inhume à l'observance de st. François dans le cimetiére de Messieurs les portugais le corps d'Aaron Bavinasse portugais garçon estrangé decede en rue Mingin à Bordeaux.

Le seiziesme de fevrier 1721 a este inhume chez les RR. peres Cordeliers dans le cimetiére de Messieurs les portugais le corps de Rachel fille de sieurs Abraham Pereyre agee de trente un jour decede aujourdhuy.

Le 18^e de fevrier 1721 a este inhume chez les R. pperes Cordeliers dans le cimetiére de Messieurs les portugais le corps de David Louys fils d'Abraham Louys age de douze ans decede aujourdhuy-pres les RR. pères augustins.

Le 17 mars 1721 a este inhume au cimetiére de Messieurs les portugais chez les RR. peres Cordeliers le corps de Rachel Campos espouse du sieur Joseph Cardoso agee denviron trente cinq ans decedee aujourdhuy en rue du Cahernan.

Le neuviesme de mars 1721 est decedée Anne fille d'Abraham Louys femme de David Rodrigues agee denviron trente ans en rue Bouhau et a este portee au cimetiére de Messieurs les portugais.

Le 27 de mars 1721 est decede Abraham Calderon age denviron soixante ans en rue Bouhane portugais et a este inhume au cimetiére de Messieurs les portugais.

Le 19 d'avril 1721 est decedee une fille nommee Leleonor Medinne agee de trois mois appartenant au sieur Joseph Medinne en rue Bouhane et a este inhume au cimetiére des Messieurs les portugais chez les RR. peres Cordeliers.

Le premier Juin 1721 est decedee une fille fillane de Gabriel depas portugais decedee aujourdhuy en rue des peres augustins au devant de leglise agee de 18 ans et a este portee au cimetiére des portugais.

Le premier de Juin 1721 est decedee une fille nommée Liotte de David Cossein en rue Bouhane agee de 3 ans.

Le 4.^e de Juin est decedee dans le sein de sa mere un enfant de sieur Antoine Lameyra en rue du Cahernan.

Le 27.^e de Juillet 1721 est decede Antoine Lopes Depas portugays sur les fosses de la maison de ville age denviron quatre vingts ans et son corps doit estre porte au cimetiere de Messieurs les portugays chez les RR. peres Cordeliers.

Le 3.^e de septembre 1721 est decedee Beatrix Lameyra femme de Marques Lameyra en rue Bouhane agee denviron quatre vingts ans et a este transportee au cimetiere de Messieurs les portugays au couvent des Reverends peres Cordeliers.

Le 17.^e de septembre 1721 est decedee une fille dite Debore Lameyra appartenant au sieur Antoine Lameyra et demoiselle Cardose en rue du Cahernan et a este portee au cimetiere des Messieurs les portugays chez les RR. peres Cordeliers.

Le 17.^e doctobre 1721 est decedee en rue Bouhane hier au soir Benjamim pinto age denviron soixante ans et a este inhume aujourdhuy au cimetiere de Messieurs les portugais peres Cordeliers.

Le 18.^e de mars 1722 est decede un enfant ne de huit jours en rue du Cahernan appartenant a Fernando Cardose et a este porte au cimetiere de Messieurs les portugais chez les RR. peres Cordeliers.

Registres de mariages de st. Eulalie.

200) Le 16 juin 1678 Joseph Cardose marchand a espouse Beatrix Lamere tous deux de cette paroisse apres la proclamation canonique des trois bans sans aucun empeschement en presence des sieurs fernandes lopes lamere pere de lespouse anthoine rodrigues lamere belchor lamere frere de lespouse et Joseph lamere et anthoine Cardose qui ont signe au dessous lespoux et moy.

Signé Chapetot prestre et vicaire de st. Eulalie.

241) Le onzieme septembre mil six cents quatre vingts sept. je soubsigne pr. et vicaire de st. Eulalie ay marie ensemble de leur mutuel consentement sr. david Cardose marchand et demoisel.^e Esther montessin fille dEster de Tobar Lamere veufve de monsieur fernando montessin marchand tous deux de cette paroisse apres les fiançailles et la publication des trois bans sans empeschement et opposition ont assiste a la benediction nuptiale sibastien navarro marchand et jacob nonnes marchand qui ont signe avec sr. D. Cardoso et lad. montessim et moy Loubirol.

918) Le dix septiesme fevrier 1659: Jacques Cardouze, bourgeois et marchand a espouse violente mendes, tous deux de ma paroisse apres la proclamation des trois bans de leur mariage canonique en ont faite sans que personne sy soit oppose et ce en presence de antonio gomes pere de manuel cardoso et dautres.

1203) Le 14 novembre 1663 le sieur sebastien dias, bourgeois a espouse damoiselle Beatrix dias apres la publication canonique des trois bans de leur mariage, sans que personne sy soit oppose et en presence de sebastien dias pere, de françois dias et dautres leurs parents.

Le 26 fevrier 1664 joseph Depas a espouse Isabeau de Castro tous deux habitans de cette paroisse apres la publication canonique de trois bans de leur mariage sans que personne sy soit oppose en presence de m. dominique dias m. anthoine de gama tous deux de cette paroisse et plusieurs autres.

1648) Aujourdhuy 20 jour de decembre s. Gaspar fernandez portugais a espouse dam.^{lle} mariana henriquez de medina, ledit gaspar de ma paroisse et ladite mariana de Valladolid en Castille la vieille apres la publication canonique des trois bans de leur mariage par dispense obtenue du mons.^r le Vicaire Sonoval Araujo du....<..... à condition que les deux conjoints aumosne avoient aux pauvres honteux de la paroisse la somme de dix livres ce quilz ont fait per son tour et le mariage a este fait sans oppoñ en prñce de gaspar de medina cousin germain de lespouse Joseph medina portugais.

1804) Le 27 novembre 1661 emanuel fernandes a espouse gueomard rodrigues tous deux de cette paroisse apres les proclamations des trois bans de leur mariage sans que personne sy soit oppose en presence de jean gomes flores anthoine lopes nicolau fernandes et plusieurs autres.

1282) Le 17 novembre 1664 sieur nicolas fernandes marchant a espouse marie gomes flores tous deux de cette paroisse apres la publication canonique des bans de leur mariage et fulmination (?) de la bulle qui leur donne la permission, sans que personne sy soit oppose en presence de jean gomes flores pere de manuel albres flores, fernando gomes et dautres.

1035) Le dit an 1694 et le samedy douziesme octobre je soubsigné pretre curé de cette eglise ay marie ensemble et de leur mutuel consentement le s.^r philippe fernandes marchand et dam.^{lle} jeanne juste henriques luy fils majeur du sr. gaspar fernandes aussy marchand et de marie henriques sa mere absente et malade elle fille du sr. paol henriques aussy marchand present et de anne henriques sa mere absente et malade tous les deux de cette paroisse où les fiançailles ont ete celebrees apres trois bans publies les dites parties contractantes ont declare estre parents du second authentique degre et avoir obtenu dispense dudit empeschement canonique par une bulle expresse obtenue de nostre Saint Pere le pape Innocent douziéme.

133) Aujourdhuy 16 jour davril M.^r hierosme gomes docteur en medicine a espouse dam.^{lle} Isabeau rodrigues apres la proclamation canonique de trois bans sans quil se soit trouve aucune opposition, en presence françois dias oncle de lespouse sabastien dias docteur en medicine aussy oncle de lespouse.

136) Aujourdhuy 21 jour daoust jacques gomes a espouse violante lopes tous deux de cette paroisse apres la proclamation canonique de trois bans sans aucune opposition et les dispenses requises pour leur parente don J. gomes fais apparoir (?) et en presence danthoine Loppes manuel Mendes carvalho.

267) Aujourdhuy 26 jour de may raphael gomes marchand portugais a espouse dam.^{lle} grazia loupes de mesme nation, lun et lautre de maparoisse apres la proclamation canonique des trois bans de leur mariage sans opposit ny empeschement en presence de sebastien lopes pere de lespouse et antoine gomes pere de lespous jacques gomes marchand pierre croix et autres et moy.

287) Aujourdhuy 22 jour daoust raphael Gomes confiturier portugais a espouse Jeanne lopes apres la proclamation canonique des trois bans de leur mariage sans opposition ny empeschement et en presence de s.^r Jacques castagne marchand portugais, Jacques Gomes frere de lespoux Jacques dias dautres et moy.

773) Ce jourdhuy cinquiesme de Juillet 1656 henriques Gomes a espouse françoise mendes lun et lautre de ma paroisse après lá proclamation des trois bans de leur mariage canoniquement faite sans quil y soit intervenu aucune opposition ny empeschemt et ce en presence de sebastien dias docteur en medecine, de Jacques Castaigne, emmanuel Lopes, Jacques Gomes frere, pierre lopes et dautres.

1381) Le 7 Juin 1666 Jean gomes baisa a espouse lionor henriques tous deux de cette paroisse apres la publicaõn canonique des bans de leur mariage sans que personne sy soit oppose en presence de dominique Dias, de françois henriques frere, et de Jean Gomes et dautres.

730) Lan de grace mil soixante quatre-vingts onze, le mercredy 15^{eme} jour du mois de fevrier je soubsigne p.^{me} curé de cette eglise ay marie ensemble le s.^r henriques gomes marchand et dem.^{lle} Isabelle Lameyre, luy fils du deffunt melchior gomes marchand et de marie de Victoria, elle fille du s.^r fernando lameyra marchand et de deffunte blanche rodrigues, tous les deux de cette paroisse ou les fiançailles ont est celebrees et lestrois bans publiés ont assiste a la benediction nuptiale antoine et joseph lameyre freres, françois et alvares mendes et pierre gomes fernandes riquillez.

1217) L'an mil six cents quatre vingt quinze et le mardy vingtieme avril je soubsigne pr.^{me} cure de cette eglise ay marie ensemble

de leur mutuel consentement le s.^r antoine rodrigues gradis marchand et dem.^{ll}e agnes mendes moreno, luy fils majeur du sr. jacques rodrigues gradis marchand son pere present et de deffunte anne bocarro et de cette paroisse ou les fiançailles ont ete celebrees et un ban publié; elle fille du sieur michel rodrigues moreno marchand et de Isabeau rodrigues mendes, ses pere et mere assistant au dit mariage, et de la ville de Tholose de la paroisse de Dalbade ou les trois bans ont ete publies comm il ma prouve par le certificat du Rev. Raibat vicaire deladite paroisse de Dalbade en datte du 13 avril 1698, le dit certificat bien certiore selon lordre a nous donne par monseigneur Larcheveque en datte du 18 avril 1698 signé Louis archeveque le dit sieur Antoine Rodrigues Gradis contractant a obtenu dispense de la publication des documents et bans a publier en datte du 18 avril 1698. Signé Louis archeveque de bourd.^x et plus bas Cosson la dite dispense intimee les dits jour et an 18 avril 1695 au troisieme registre des intimations ecclesiastiques du diocese de Bourd.^x fol. 89 Ont. assiste a la benediction nuptiale le sieur david gradis marchand frere le s.^r fernandes rodrigues gradis oncle le sieur samuel gradis marchand frere le sieur jacques silva bourgeois cousin, Joseph rodrigues gradis cousin des dits contractants.

1218) Le dit an 1698 et le dit mercredy vingt avril je soubsigne Pretre cure de cette eglise ay marie ense mble et de leur mutuel consentement le s.^r david gradis marchand et dam.^{ll}e marie mendes moreno, luy fils du sieur jacques rodrigues gradis marchand son pere present et de deffunte anne bocarro, de cette paroisse ou les fiançailles ont ete celebrees et un ban publié; elle fille du sr. michel rodrigues moreno marchand et de ysabeau rodrigues mendes les pere et mere assistant au dit mariage, de la ville de Tholose de la paroisse de Dalbade ou les trois bans ont este publies comm'il m'a prouve par le certificat du monseigneur Vicaire de ladite paroisse de Dalbade en datte du 13 avril 1698, ce dit certificat bien certiore selon lordre a nous donne par monseigneur larcheveque en datte du 18 avril 1698. Signe Louis chev. de bourdeaux, le dit sieur david gradis contractant a obtenu dispense de la publication des deux autres bans a publier en datte du 18 avril 1698. Signe Louis archev. de bourdeaux et plus bas Cosson la dite dispense intimee au troisieme registre des intima-

tions eclesiastiques fol. 89 par le dit Pe Cosson Gression. Ont assiste a la benediction nuptiale le sieur antoine rodrigues gradis marchand frere le s.^r samuel gradis marchand frere, le sr.^r fernandes rodrigues gradis oncle et le s.^r jacques silva bourgeois cousin joseph rodrigues gradis cousin de la dite contractante.

1510) Le dit an 1696 et le dit lundy 30^{me} avril je sobsigne p.^{re} cure de cette eglise ay marie ensemble et de leur mutuel consentement le s.^r pierre henriques gomes marchand et dam.^{le} gratiane lameyre luy fils du deffunt le s.^r gomes henriques marchand et de françoise mendes, sa mere presente : elle fille du s.^r

Lameyre marchand et de rodrigues, ses pere et mere, tous les deux de cette paroisse ou les fiançailles ont este celebrees et les trois bans publies. les dits contractants qui sont parents en second degre ont obtenu dispense de Sa Saintete Innocent xii par son bref datum Romae apud Sanctam mariam menorem die prima avril 1695 pontificatus nostri anno quarto sub nonē que le s.^r geay Leonard officier del officialite de Bord^x portant permission audit pierre henriquez gomes et gratie lameyre de se pouvoir legitiment marier ensemble nonobstant l'empeschement canonique du second degre de parente d'entre eux, duquel il les a dispense la dite sentence de fulminalem donne a bourd.^x le 17 avril 1696. signe jeay officier et plus bas fournier greffier et intimee le 25 avril 1696 au troisieme registre du greffe des intimations du diocese de bord.^x fol. 291 par le s.^r Cosson greffier. Ont assiste a la benediction nuptiale s.^r fernandes gradis marchand oncle le s.^r françois cardose marchand, le s.^r antoine henriques gomes frere le s.^r joseph gradis et fernandes Cardoso.

378) le 4 mars 1669 françois henriques marchand a espouse beatrix rodrigues dam.^{le} tous deux de cette paroisse apres la publication canonique des bans de leur mariage, sans que personne sy soit oppose, presens dominique dias, melchior de gamme, sebastien rodrigues, paul desportes et dautres qui ont signe.

1713) le dit an 1697 et le mercredy 16.^e janvier je soubsigne prt.^{re} cure de cette eglise ay marie ensemble et de leur mutuel consentement le s.^r joseph henriquez marchand et sara medina, luy fils

de gomes henriquès marchand et de françoise mendes . elle fille majeure du sr. gabriel de medina et de Ester fernandes, ses pere et mere, tous, les deux de cette paroisse ou les trois bans ont este publiés et les fiançailles celebrees. Ont assiste a la benediction nuptiale le sr. antoine henriques frere, emmanuel cardose marchand, Isabel rodrigues mardocheu gutierrez aussy marchand.

565) Ce jourdhuy cinquiesme jour de janvier 1652 pierre lopes marchant a espouse anne gomes tous deux de ma paroisse apres la proclamation canoniquem.' faitte des trois bans, sans, qu'il y soit intervenu aucune opposition ny empeschement, et ce en presence de son pere sebastien lopes et de son frere diego gomes et raphael gomes son frere aussy.

613) Ce jourdhuy 24 juin 1654 simon lopes rodrigues samaira marchan a espouse beatrix rodrigues tous deux de ma paroisse, apres la proclamaõn canonique des trois bans de leur mariage sans aucune opposition ny empeschement et ce en presence de antoine fernandes oncle de lespouse, de fernand rodrigues Sarabia oncle de lespouse, louys gonsales..., de fernand lopes frere de lespoux et autres.

533) le 2 septembre 1669 michel lopes marchant de la paroisse de st. Eloy a espouse Isabeau nonnes damoiselle de cette paroisse apres la publicaõn canonique des bans de leur mariage en lune et lautre paroisse, comme apprend par le certificat de M.^r Lauvergnac cure de st. Eloy et ce sans que personne sy soit oppose, presents manüel nonnes frere, raphael gomes, pierre gomes, françois gomes, gimart mentes mere de lespouse et dautres.

838) le 22 octobre 1657 dominique rodrigues idana a espouse ysabeau mendes lun et lautre de nostre paroisse apres la proclamation des trois bans de leur mariage canoniquement faite sans qu'il y soit intervenu aucune opposition ny empeschement, et ce en presence de antoine rodrigues idana pere, hector mendes pere de la fille juliens machade alphonse romere paul desportes et dautres.

1421) le 22 novembre 1666 sieur diego rodrigues, marchant, habitant de la paroisse st. Eloy a espouse dem.^{lle} ysabeau Cardouse

de cette paroisse apres la publicaõn canonique des bans de leur mariage, en lune et lautre paroisse comme apprend par le certificat de M.^r Lauvergnac cure a st Eloy et ce sans que personne sy soit oppose, en presence de manuel cardoso michel lopes et dautres.

570) Lan de grace mil soixante quatre vingt dix le dimanche premier jour du mois doctobre je soubsigne pr.^{me} cure de cette eglise aymarie ensemble de leur mutuel consentement le s.^r Samuel rodrigues gradis marchand et demoiselle françoise mendes luy fils du s.^r jacques gradis marchand et de anne henriques et de cette paroisse ou les fiançailles ont este celebrees et les trois bans publies. Elle fille de michel rodrigues moreno marchand et de elisabeth rodrigues mendes, de la ville de Tholose paroisse de Delbade ou les trois bans ont este publies. Ont assiste a la benediction nuptiale fernando de requillez marchand oncle, david gradis frere, antoine gomes, grassia lameyre beatrix lameyre.

1504) Le dit an 1692 le lundi 30^{me} avril je soubsigne p.^{me} cure de cette eglise ay marie ensemble et de leur mutuel consentement le s.^r david paez de leon marchand portugais et dem.^{lle} ysabeau lameyra, luy veuf de deffunte rachel fonsaque, elle fille du s.^r simon lameyra rodrigues marchand portugais et de beatrix rodrigues son père et mere lun et lautre de cette paroisse ou les fiançailles ont este celebrees et les trois bans publies. Ont assiste a la benediction nuptiale le s.^r raphael rodrigues marchand portugais cousin dudit contractant, fernandez gradiz aussy marchand oncle le s.^r pierre henriques aussy marchand et emmanuel cardose cousin de ladite contractante.

DOS REGISTROS PAROQUIAIS DE ST. ELOY

Registres de mariages à st. Eloy

214) Du mardy 28.^{me} d'avril 1676.

Le dit jour an et mois sieur joseph Cardose et demoiselle Ester de fonseca tous deux habitants de cette paroisse ont receu la benediction nuptiale. Les fiançailles par prealable faites et les trois

bans canoniquement publiés ou n'est intervenu aucun empeschement ou opposition presents ont este sieur Alphonse Romero, sieur jacques Cardose, frere outre sieur jacques Cardose et philipe Dias.

147) Au mardy 13.^{me} Juillet

Le dit jour et an et mois sieur Emanuel Costa marchand et Blanche Gomes demoysele tous deux habitants de la paroisse de st. Eloy ont receu la Benediction nuptiale la solennité des fiançailles par prealable faite, et les trois bans canoniquem.^t publiés ou n'est intervenu aucun empeschement ou opposition ont assiste audit mariage- sieurs pierre gomes silva Louys Alvares Gaspard fernandes Emanuel Garcia.

16) Du jeudi 17.^{me} avril 1670

Le dit jour et an et mois sieur François Lopes marchand et demelle Beatrix demezes veuve tous deux habitants de cette paroisse ont receu la Benediction nuptiale: leurs promesses par prealable donnees et les trois bans publiés.

55) Du jeudy 9.^{me} juillet 1671

Le dit jour et an et mois s.^r melchior de gama, marchand portugais et dem^{lle} catherine mendes tous deux habitants de la paroisse de st. Eloy ont receu la Benediction nuptiale; ils ont obtenu de monseigneur larcheveque de Bourdx dispense de la solennite des fiançailles et de la publication de tous bans signé henry arch. de Bourdx et plus bas par commendement de monseigneur montassier secret.^{re} datée du 28.^{me} du mois de juin 1671 presents ont este s.^r Alphonse Rodrigues Mendes pere s.^r diego mendes frere sieur Raymond de Louberes.....

45) Du mercredy 27.^{me} du mois de Juillet 1672.

Ledit jour et an et mois s.^r Antoyne mendes marchand et demelle françoise nones tous deux habitants de ma paroisse ont receu la Benediction nuptiale. Leurs fiançailles par prealable faits et leurs bans canoniquem.^t publiés ou nest intervenu aucun empeschem.t ou opposition presents ont este sieurs françois rodrigues Emmanuel Garcia, françois navarro Alphonse gomes

50) Du mardy 29^{me} du mois d'aoust 1679.

Le dit jour dan et mois le sieur David pinte et Dominique lopes ont receu la benediction nuptiale leurs fiançailles par prealable faites et les trois bans canoniquem.¹ publies presens ont este gaspard olivere manuel maise benjamin pinte et joseph pinte.

51) Du mardy 18^{me} novembre 1692.

Le dit jour dan et mois iean de roques marchan portugais et violente lopes tous deux habitans de ma paroisse ont receu la benediction nuptiale. Les fiançailles faites et les trois bans canoniquement publies presens ont este sousignes iean de rosas, iean de ladesme.

43) Du mercredy 18^{me} juin 1698.

Le dit iour dan et mois sieur Louis rodrigues Cardose et demoiselle anne francia tous deux habitans de ma paroisse ont receu la benediction nuptiale les deux bans proclames et le troisieme dispense par messieurs les vicaires generaux presens ont este les sousignes.

ORDONNANCE DU PARLEMENT DE BORDEAUX, RENDUE SUR
L'INVITATION DU CARDINAL DE RICHELIEU, GRAND
MAITRE DE LA NAVIGATION ET DU COMMERCE, AFIN DE
PROTÉGER LES DÉBRIS DU NAUFRAGE SUR LES COTES DE
GUYENNE, DE DEUX CARAQUES PORTUGAISES.

Biblioth. Nation. man. français 3701 f.° 32.

Transcrit et Communiqué par M. A. Rebsomen.

Extrait des registres du Parlement.

Sur ce qui a esté représenté à la Cour par de Mulet pour le procureur general du Roy, l'advis estre certain du naufrage des vaisseaux du Roy d'Espagne aux costes du Cap Breton, Medoc et autres voisines, avec perte de beaucoup d'hommes et nombre de pierreries, estoffes et meubles précieux, ambre gris, espiceries, drogueries, et autres richesses, et estre à craindre que les gens sauvez soyent maltraitez, et ce que la mer a mis hors et jetté sur les sables pillé et vollé par ceux qui sont accourus aux costes d'icelle, si promptement

n'y est pourvu par la cour, mettant les personnes et biens soubz la protection et sauvegarde du Roy et d'icelle, et faisant inhibitions et deffenses, sous peine de la vie, à toutes sortes de personnes de mesfaire aux capp^{nes}, chevaliers, pilottes, marchands, soldats, mariniers, et autres de l'esquipage sauvés du naufrage, de s'emparer d'aucunes choses provenant d'iceluy, ains leur prester toute ayde et faveurs pour l'assurance de leurs perssones et biens, enjoignant aux off^{rs} de l'admirauté du siège estably en cette ville, et de celuy de Bayonne, ch (ac) un endroit soy de se transporter sur les costes et lieux du naufrage pour empescher les désordres qui pourroyent survenir, informer et parfaire le procès à ceux qui auront mesfait ou vollé quelque pièce du naufrage, rechercher partout ou besoing sera, et saisir ce qui aura esté enlevé ou caché soubz le sable ou autres endroicts, pour du tout faire loyal inventaire, et de ce qui aura esté jetté par la mer en hors, ou pourra estre sauvé du flot, et le mettre en lieu assuré pour le conserver à ceux qui en feront advis dans le temps prescrit par les édicts et ordonnances royaulx, enjoignant et ordonnant à ces effets à tous off^{rs}, visseneschaulx, leurs lieutenants, archers, et autres subiets de Sa Ma^{te}, d'assister lesd. off^{rs} de l'admirauté, et leur prester main forte sur peine de dix mil livres, et autres arbitraires.

La Cour, en deliberation, enjoint à tous subiects du Roy de donner secours, ayde et faveurs à ceux qui se sont sauvez au naufrage fait par les vaisseaux du Roy d'Espagne, aux costes de Capbreton, Médoc, et autres voysines, pour la retraite et assurance de leurs personnes et biens, lesquels elle a mis et met soubz la protection et sauvegarde de Sa Ma^{te} et la sienne, et a fait très expresses inhibitions et deffenses à toute sorte de personnes de leur mesfaire sur peine de la hart, ni prendre et enlever aucun meuble, or, argent, pierres, marchandises, ou autre chose quelconque dud . naufrage, et enjoinct aux officiers des sièges de l'admirauté establis en cette ville et à Bayonne chacun en droit soy de se transporter en diligence sur les costes et lieux du naufrage pour empescher quaucun desordre n'arrive, informer sur les plaintes qui leur seront faites et parfaire le procès à ceux qui s'en trouveront coupables, faire perquisition et recherches exactes en tous lieux de tout ce qui aura esté pris et vollé, caché et recellé, pour en faire bon et loyal inventaire, ensemble de

ce qui aura esté jetté a hors par la mer, ou pourra estre tiré et sauvé du flot, pour le tout mettre et déposer en lieu et mains assurees, pour estre conservé à ceux qui seront admis dans le temps de l'ord^e et ce qui aura esté sauvé. Si ordonne la cour et enjoint à tous off^{ers}, vissenechaulx, prevosts, leurs lieuten . et archers et autres subiects de Sa Ma^{te} de prester main forte et donner toute assistance aus d . off^{ers} de l'admirauté à l'effect du présent arrest, lequel sera exécuté sur le simple dictum sans lever autre commission en forme, attendu ce dont s'agit. Faict à Bordeaux en Parlement, le XVIII^e janvier 1627.

Arch. Hist. du Dep. de la Gir.

T. LVII p. 91 e 92.

JUIFS.

1603
24 X.^{bre} Ord.^{ce} de M. le Maréchal Dornano du 2 Janvier 1604 qui deffend a tous les habitans dela Ville de medire ni mefaire, aux marchands Portugais et autres Etrangers qui voudroient se retirer dans lad. Ville pour y vivre et commercer, parce que l'intention du Roy estoit qu'ils fussent receus favorablement et traites comme les originaires du Royaume

107 et 110.

1610
12 aoust. Le meme jour M.^{re} les Jurats admirent le S. Daragon docteur en droit, de Nation Portugaise a faire son inquisition pour estre receu bourgeois sans tirer a consequence pour ceux de Sa Nation, et apres avoir veu ses Lettres de naturalisation.

118.

14 Aoust. Serment preté par M. Dr. Martin Daragon.

121.

1612
5 may Ord.^{ce} qui deffend atoutes Personnes d'offencer les Espagnols defait ni en parole, ordonne qu'on les laissat vivre avec toute la franchise et la liberté permise par le Roy

sous peine d'être punis exemplairement, et au chevalier du guet d'emprisonner les contravenants

240.

1625

14 may

Le Roy d'Espagne ayant rendu un arret au sujet des Vaisseaux marchandises et meubles appartenant aux français qui estoient en Portugal et autres lieux de son Royaume, le Roy de France usant de represailles en rendit aussi un parlequel il estoit ordonné quil serait fait inventaire de tous les meubles et marchandises appartenants aux Portugais, et l'execution en fut adressée à M. de Gourgues, Premier President lequel demanda a cet effet a M.^{rs} les Jurats des archers pour assister les s.^{rs} Eyquem Procu. du Roy en Guyenne, Geac, et Mignot, Greffiers pris d'office, ce qui luy fut accorde a sa consideration sans tirer à consequence et on luy donna 3 soldats.

80.

4 juin ...

Deliberation portant quil seroit certiffié au Roy que depuis plus de 40 ans il y habitoit dans Bord.^x un petit nombre de mar.^{ds} portugais qui vivaient sans scandalle obeissant aux ordres du Roy et des magistrats, suportant les charges ordinaires, commersant utillement pour la Ville avec toute Loyauté et fidellité sans contredit de quique ce soit.

87.

1628.

M.^{rs} les Jurats ordonnent que les Portugais payeroient 4 liv. par mois pour la reparation des Corps de Garde, et pour le payement des tambours, chandelle et bois. V. Patrouille.

1630

19 Janvier

Les bourgeois de la Ville se plaignent de ce que les Portugais bien loin d'obeir aux ordonnances qui leur enjoignoient de vuidier la Ville dans 3 mois, ils croissoient aucontraire tous les jours et tenoient les plus

belles boutiques et magasins. V. Deputés de la Ville pour les affaires qu'elle a au Conseil et ailleurs.

22 Juin Les juifs donnent 500 liv. à la ville pour la nourriture et nécessités des Pauvres Pestiférés. V. Contagion.

1636 L'armée Espagnolle etant entrée dans la Province M.^{re}
29 8.^{bre} les jurats deputent vers le Parlement pour l'informer entre autres choses, que les Espagnols voulaient se jeter sur les maures et Portugais. V. Precautions prises pour la sureté de la Ville.

LETTRE DE BOURGEOISIE (XVIII siècle)

Les maire, Lieutenant-de-Maire et Jurats, Gouverneurs de Bordeaux, Comtes d'Ornon, Barons de Veyrnies, Prévôts & Seigneurs d'Eysines & de la Prévôte & Banlieue d'Entre-Deux-Mers, Juges Criminels & de Police. A tous ceux qui ces Presentes verront, Salut: Savoir faisons, qu'etant bien & duement certains & informés des bonnes vie & moeurs, prudhommie, qualités de M. Claude Ladoire, procureur au Parlement de Bordeaux — Habitant de cette Ville, pour être reçu Bourgeois d'icelle.

A ces causes & autres bonnes & justes considérations à ce Nous mouvants, avons reçu & recevons par ces Présentés ledit S.^r Claude Ladoire Bourgeois de la présente Ville & Cité de Bordeaux, pour la dite Bourgeoisie, Droits, Honneurs, Privilèges, Exemptions, Prééminences & Prérrogatives & attribués, jouir & user par ledit S.^r Claude Ladoire; ses hoirs & successeurs à l'avenir; tout ainsi & de même que les autres Bourgeois de la présente Ville ont accoutumé & doivent jouir, à condition expresse qu'ils n'avoueront par fraude aucunes marchandises & denrées leur appartenir, pour faire perdre les droits du Roi ou de la Ville; qu'ils ne feront convenir aucune personne pardevant autres juges que Nous & nos successeurs à l'avenir, Maire, Lieutenant-de-Maire, & jurats en cause, dont la connoissance leur appartiendra; garderont & observeront de tout

leur pouvoir le statut & autres Réglemens de la Ville, sans y contrevenir, à peine de privation de ladite Bourgeoisie; lequel dit s.^r Claude Ladoire a fait à ces fins le serment au cas requis & accoutumé; enquête de ses bonnes vie & moeurs préalablement faite devant Monsieur Buhau Jurat à ce député.

Si donnons en mandement à tous nos officiers justiciers, prions ceux du Roi, qu'icelui dit s.^r Claude Ladoire, ses hoirs & successeurs à l'avenir, laissent, souffrent, permettent pleinement & paisiblement jouir de ladite bourgeoisie, Droits, Honneurs, Privilèges, Exemptions, Prééminences & Prérrogatives & attribués, sans leur faire ni permettre leur être donné aucun empêchement contraire.

Donné à Bordeaux, en Jurade, sous le seing du Clerc-Secrétaire Ordinaire de la Ville, Sceau & Armes d'icelle, le douzième jour du mois de Décembre mil sept cent soixante onze.

Chavaille.

LETTRES-PATENTES DE HENRY II (155 v)

Henry, par la grâce de Dieu roy de France, à tous présents et à venir, salut! Comme les marchands et autres Portugais, appelés nouveaux chrétiens, nous ayent par gens exprés qu'ils ont envoyé par deça, fait entendre qu'ayant connu, pour avoir depuis quelque temps en ça trafiqué en nostre royaume, la grande et bonne justice qui s'exerce en iceluy, et le gracieux traitement qu'ont et reçoivent nos bons et loyaux sujets, et au contraire quelle punition nous faisons faire des perturbateurs du commun repos, de sorte que cela fait que l'entrecourse de la marchandise est maniée et conduite en telle liberté, que, sans aucune suspicion d'injures, les marchands peuvent aller trafiquer et fréquenter en tels endroits de nostre dit royaume, païs, terres, et seigneuries de notre obeissance que leur semblerait, exercer en toute seureté leurs arts et manufactures...

* Que les rois ont toujours protégé les marchands du royaume, et leur ont accordé de beaux privilèges; que le royaume est abondant en blé, vins et autres commodités requises pour la vie humaine, ce qui facilite les regnicoles, et attire les étrangers; qu'il existe plu-

siéurs villes et rivières navigables, sur lesquelles se fait un grand trafic avec les étrangers, ainsi que sur les mers du levant et du ponant, de sorte que le moyen de bien vivre est ouvert à un chacun qui se veut employer à quelque sorte que ce soit.

« Aux dits Portugais, dits nouveaux chrétiens, est venu singulier désir qui leur croit de jour en autre de venir résider en cestuy nostre royaume, et amener leurs femmes et familles, apporter leur argent et meubles, ainsi qu'ils nous ont fait offrir par ceux qui nous ont été envoyés par deça. Moyennant qu'il nous plaise leur accorder lettres de naturalité, et congé de jouir des privilèges dont ont joui et jouissent les autres étrangers de nostre dit royaume. Sçavoir faisons que nous, inclinans libéralement à la supplication et requête des dits Portugais, comme gens desquels nous voyons le bon zèle et affection qu'ils ont de vivre sous notre obéissance, ainsi que nos autres sujets, en bonne dévotion de s'employer pour notre service et celui de la république de nostre royaume, la comodité de laquelle ils veulent aider de leurs biens, manufactures et industries, de sorte que cela nous meut à les bien et gracieusement traiter.

« Pour ces causes, nous avons, de l'avis et délibération de plusieurs princes de notre sang et autres bons personnages, estant pleu permis, accordé et octroyé, permettons, accordons et octroyons... »

(Le roi accorde permis d'habiter et de résider à ceux qui étaient déjà venus dans le royaume, et à ceux qui voudront y venir, dans les villes et lieux de leur convenance; et ce avec femmes, enfants, serviteurs, facteurs et entremetteurs; d'y apporter et posséder meubles et marchandises; d'y trafiquer, et acquérir meubles et immeubles, soit par succession, donation ou autrement; d'y disposer par testament et donation comme s'ils étaient originaires du royaume; en un mot, d'y jouir de tous les droits et privilèges des habitants des villes où ils demeureront.

Si le roi ou ses successeurs veulent les renvoyer, ils auront le délai d'un an pour réaliser leurs biens et emmener leurs familles et serviteurs.

Ils ne sont astreints à payer aucune finance)

« Donné à Saint-Germain-en-Laye, au mois d'aôut 1550. Signé Henry, et sur le reply, par le Roy, le sire de Montmorancy, conné-

table de France, et autres personnes. Signé De Laubespine, et scellé du sceau pendant en lacs de soye, de cire verte. » (1)

No livro

Histoire des Juifs à Bordeaux de Th. Malvezin.

Bx. Charles Lefebvre Libr. 1875

p. 106-108.

ORDONNANCE DE HENRY III (11 nov. 1574)

... « Sur la requête présentée au Conseil par les Espagnols et Portugais habitant Bordeaux, qui ont apporté commerce, trafic, et Commodité, et payé tous subsides et impositions comme les autres, en considération de quoy feu nostre très honoré seigneur et père, par ses lettres-patentes de 1550, auroit naturalisé aucuns d'iceus Espagnols et Portugais...

Ce néammoins aucuns malveillants et envieux du dict trafict se sont efforcés plusieurs fois les y empescher, leur imputant fausement et calomnieusement plusieurs crimes, pour leur donner occasion d'abandonner la ville et le païs, ce qu' aucuns d'iceux auroient fait, suscités par leurs haineux; sur quoi, vu la plainte des Espagnols et Portugais, et ayant entendu les calomnies qu'on leur dressoit, notre dite cour par son arrêt du 17 mars dernier avoit fait défendre à

(1) Les lettres patentes de 1550 n'avaient été données qu'en faveur des Portugais, mais les Nouveaux Chrétiens chassés d'Espagne avaient un lien commun avec ceux venus du Portugal, le lien religieux. L'enregistrement qui avait été fait de ces lettres, au Parlement de Bordeaux, l'avait été à la requête de Diego Mendes Dias, né en Espagne, et de Simon Meyra, Portugais. Les espagnols, malgré la jalousie que les Portugais avaient pu manifester au début, s'étaient confondus avec eux, et les privilèges accordés aux uns furent étendus aux autres.

Henry Leon Histoire des Juifs de Bayonne Ed. 1893

Lib., Durlacher Paris

p. 18.

toutes personnes, de quelque qualité qu'ils fussent, de les molester, ni les maltraiter, ni les contraindre à sortir de la ville de Bordeaux et ressort d'icelle. Toutefois ledit arrest ne peut maintenir l'insolence desdits haineux et envilateurs des Espagnols et Portugais, ni de les rechercher de plusieurs calomnies et de faux crimes, afin de s'absenter de ladite ville; de manière que, pour les menaces et intimidations qui leur sont faites, ils n'osent continuer leur trafic accoutumé. »

Th. Malvesin p. 110-111.

ROLLE CONTENAM LEUR NOM ET SURNOM DES FAMILLES
DES JUIFS ESTABLIS DANS LES VILLES DE BOURDEAUX,
BAYONNE, BIDACHE, DAX ET PEYREHOURADE,
SOUS LE NOM DE PORTUGAIS, QUE SA MA.^{te} VAN
— A ORDONNE QUI — SORTAN DE SON ROYAUME
— LIVRE ET PAYÉS DE SON OBEISSANCE, SUIVAM ET
CONFORMANSAN A L'ARREST DU CON^{te} DE CE JOURD'HUY.

Premierm.

Bordeaux.

Antoine Nunez

Lazaro (?) de Serrano

Gonzales Lima

Jacques Lino

Manuel Gomez

Lazaro (?) Michel Henriquez.

Philippe Nunes

Lazemo de Jacques Tornez

François Tornez e Samora

Lasamo Costa

Lazamo de Poiz.

.....

.....

.....

Antoine Mendez

Francisco

(Três nomes destruídos por incêndio)

Dominique Vidal et sa famille
 Antoine Pacheco
 Luiz Nunez Mollinez.

NATURALIZAÇÃO DO DR.
 FRANCISCO SILVA.

QUITTANCE DE LA SOMME DE MILLE LIVRES À LAQUELLE
 FRANÇOIS SILVA AVAIT ÉTÉ TAXÉ POUR SA NATURA-
 LISATION.

ARCHIVES DÉPARTAMENTALES DE LA GIRONDE, SÉRIE
 E. FAMILLES. COMMUNIQUÉ POR M. ROBOREL DE CHINENS.

Naturalitez.

Généralité de Guyenne.

Je, Pierre Gruyn, conseiller du Roy en ses conseils, garde de son trésor royal, confesse avoir reçu comptant en cette ville de Paris, de François Silva, portugais, médecin juré, qui s'est habitué dans le royaume depuis la déclaration du mois de may 1656 et qui n'a point obtenu des lettres de naturalité, la somme de mil livres, à laquelle il a été taxé au Conseil du Roy en vertu de la déclaration de Sa Majesté du 22 Juillet 1697, et arrest rendu en consequence le 30 desdits mois et an, pour jouir de tous les honneurs, franchises, privileges, libertez, droits et facultez reservez à ses naturels sujets; ensemble des autres prerogatives, avantages, exemptions portez par ladite déclaration; le tout ainsi qu'il est plus au long exprimé par icelle et par l'arrest rendu en consequence le 30 dudit mois de juillet, de laquelle somme de mil livres à moy ordonnée pour convertir et employer au fait de ma charge, je me tiens content et en quitte ledit François Silva et tous autres.

Fait à Paris, le dernier jour d'octobre mil six cens quatre-vingt-dix-huit.

Gruyn.

Au rolle du 30 septembre 1698, article premier. Enregistré au controle general des finances par nous, ecuyer, conseiller du Roy, garde des registres du controle general des finances de France, com-

mis par monseigneur Phelypeaux de Pont-Chartrain, conseiller ordinaire du Roy en tous ses conseils, et au conseil royal, controlleur general des finances.

A Paris, le vingt-neufvieme jour de novembre mil six cens quatre-vingt-dix-huit.

Soubeyran.

QUITTANCE DE DEUX SOLS POUR LIVRE

Je soussigné, Nicolas Damour, chargé par Sa Majesté du recouvrement de la Finance, qui doit provenir de la confirmation des lettres de naturalité et de legitimation ordonnée estre payée en consequence de la declaration du 22 Juillet 1697 reconnois avoir reçu de François Silva, portugais, médecin juré à Bordeaux, la somme de cent livres à laquelle il a esté taxé au Conseil pour la confirmation de sa naturalité en conséquence de ladite déclaration, de laquelle somme de cent livres, je quitte le dit sieur Silva et tous autres.

Fait à Paris, le dernier jour d'Octobre mil six cents quatre-vingt-dix-huit.

Damour.

ROOLLE DES FAMILLES DES PORTUGAIS DEMEURANT ET
HABITANT EN CETTE VILLE DE BOURDEAUX FAICT
PAR NOUS SEBASTIEN DIAS DOCTEUR MEDICIN ET
ANTHOINE HENRY DEMORA MARCHAND PAR
COMMANDEMENT DE MESSIEURS LES JURATS AUQUELS
NOUS L'AVONS DELIVRE AUJOURDHUY QUATRIESME
DECEMBRE MIL SIX CENS TRENTE SIX (1)

Nomes que figuram no documento:

Manuel Oliveira, docteur régent;

Sebastien Dias, médecin juré;

Guillaume Mendès,

(1) O documento foi destruido em grande parte por incêndio.

Henry Fernande,
 Alph. Romero,
 Antonio Dacosta (tous natifs français)
 Antoine Henriques de Mora,
 Pierre de Sisneros,
 Fol Gomez,
 Jean Desportes,
 Bartholome Diera,
 Bento Fernandès (tous naturalisés)
 Diego Barbossa,
 Emmanuel Martin,
 Emmanuel Fernandès,
 Portabra,
 Emmanuel Peixoto,
 Diégo Cardoze, Sebastien Silva, Pierre Rodrigues, François Vaz,
 Pierre Mendès, Jean Rodrigues, Antoine Alvarèz, Antoine Alvarèz
 Silva, Felip Fernandez, Julien Machado, François Cardoze, Jean
 Dacosta Furtado, Louis et Sebastien Lopes, etc. (1)

LES JURATS REMETTENT A GOUVÉA, PRINCIPAL DU
 COLLÈGE, DES LETTRES DE NATURALISATION.

A Bourdeaulx, le III^e Jour d'apvrill mil
 V.^e XXX VII.

« Estant en Jurade : Pierre Ayquem, escuyer, S.^r de Montaigne
 et soubz maire de la présent ville et cité de Bourdeaulx ; Pierre
 Guilloche, aussi escuier, prévost ; Maitres Pierre Sernauton dict La
 Rivière, Guillaume Gaufreteau, Girard, Livran, La Mothe, Forthou et
 le procureur de la Ville assemblés au son de la cloche, jour de jurade,
 pour les négoce et affaires mouvans in icelle, ont dict par l'organe
 du dict S.^r soubzmaire, parlant au dict Govea, principal du Collège de
 Guyenne que par cy davant faisant le contract entre le dict de Govea
 et la Ville fut dict entre autres choses, que la Ville sera tenue obte-

(1) O número total eleva-se a 260.

nir du Roy, nostre sire, en faveur du dit de Govea, lectres de naturalité; suyvant lequel promis avoyt icelle Ville obtenu les dictes lectres desquelles en pleine Jurade a esté faict lecture par moy notaire et presents les témoins bas nommuez, datées du moys de janvyer l'an mil V.^o XXXVI, signées au dedans; François, et scellées du grand scel en cire verte pendant à cordons de roge et verte; et au replect, par le Roy Bochetet.

Lesquelles lectres ont esté baillées et délivrées par les dits soubzmaire et juratz et procureur de la dicte Ville au dict de Govéa, qu'il les a prinses et acceptées, et à iceulx, à la dicte Ville renduz graces et mercys. Et oultre plus, a consenty et consent par ces presentes que l'instrument entre la dicte Ville et lui passé et accordé en ce qui touche seulement l'obligation et promesse par la Ville faicte de obtenir les dictes lectres soit cancellée et annulée, et du contenu au dict pacte et promesse en acquitte et quitte la dicte Ville à jamais, perpetuellement comme comply et parfaict, tellement que du tout il c'est tenue et tient pour bien contant, en octroyant et deffaict a octroyé à la dite Ville quictance générale.

Es presances de Louis Rostaing, escuier, S.^r de La Tour et capitaine de la dicte Ville, noble homme Ramond du Sault, capitaine du guet, Jehan Joly, trésaurier d'icelle et Nicolas Blouyn, tesmoins à ce appelez et requiz.

(Signé) Contat

(*Retin. loco de Castaigne*)

(Arch. Departementales de la Gironde.

Série E, notaires

Minutes de T. Castaigne, 86-5)

Reproduzido na obra de E. Gaullieur

Histoire du Collège de Guyenne

FORME DE SERMENT À LA RECEPTION D'UN NOUVEAU BOURGEOIS.

Quand aucun personnage sera receu Bourgeois de la ville & cité de Bourdeaus, iurera sur le livre & croix pardeuant lesdits seigneurs Saubs-Maire, & Iurats, faire & observer ce qui s'ensuit :

Qu'il sera bon subject au Roy, obeissant aux mandemens, desdicts Seigneurs: & qu'il tiendra maison en icelle ville, en laquelle il fera sa residence: ne fraudera & ne fera à perdant les deniers de la dite ville, en aucune maniere. Sera aussi tenu le bourgeois & marchand de ladite ville iurer que iustement & loyallement il fera & exercera le trafic de marchandise: & ne fera aucun faux aduen & fraude, en quelque maniere que ce soit: & que s'il sçait chose qui soit faicte au preiudice des privileges, coustumes, statuts, & ordonnances de ladite ville, incontinent le denoncera & fera asçavoir ausdits Seigneurs, pour en faire telle punition que le cas le requerra.

Aussi iurera le Bourgeois qu'il ne pourchassera ne fera chose, qui soit au dommage, preiudice, & interests du bien, proffit, reuenu, & vtilité de ladite ville, ne des statuts & privileges d'icelle. Lesquels sera tenu garder & observer.

Et est deffendu ausdits Bourgeois faire conuenir aucun personnage pardeuant autre, de ce dont la cognoissance en appartiendra ausdits Seigneurs Maire, Soubs. Maire, & Iurats. Et en ce cas qu'il fistle contraire, sera privé de bourgeoisie, ou autrement puny, selon que le cas le réquerra.

Chronique Bourdeloise p. 57.

OS DOIS MÉDICOS SILVA

« Sylva (Jean-Baptiste), né à B.^x le 13 Janvier 1682 ou 1684, mort à Paris le 9 août 1742. Fils d'un médecin distingué qui fut nommé méd. ordinaire de la ville de B.^x le 19 nov. 1678, puis révoqué le 5 mars 1685 parce qu'il était étranger, raison qui l'empêcha de concourir en 1701 pour la place de prof. à la Fac. de Med. de B.^x Son fils, reçu D.^r en méd. à Montpellier en 1711, alla s'établir à Paris où Helvetius lui confia une partie de sa clientèle en 1721; méd. consultant du Roi et du prince de Condé en 1724. En 1738, la czarine Anne lui offrit d'être son premier méd. avec de grands avantages, et Louis XV lui donna des lettres de noblesse, mais il refusa l'or et les honneurs.

« Sylva a publié divers traités de med., notamment *Traité de l'usage des différentes saignées*, Paris, 1727, 2 vol. in-12, et Amsterdam,

1729, in-12; *Dissertations et consultations médicales*, Paris, 1744 in-12; *Observations sur la petite vérole*, en tête de ce volume se trouvent des mémoires sur l'histoire de sa vie.

« Le portrait de Sylva, gravé par Ficquet d'après H. Rigaud figure dans le T. VI de *l'Europe illustre*, Paris, 1765; une notice de deux pages l'accompagne. un autre portrait de lui, gravé par A. Tardieu d'après le Tableau de l'École de méd. de Paris, se trouve à la bibl. de B.^x mais celui qui a été gravé par Schmidt, in-f.^o, en 1742, d'après Rigaud, est de beaucoup supérieur. C'est une pièce magnifique. Tout le monde connaît les vers que Voltaire a consacrés à Sylva qu' il avait en grand estime :

« Malade et de douleurs sur un lit accablé,
Par l'éloquent Sylva vous êtes consolé,
Il sait l'art de guérir autant que l'art de plaire ».

Le licencié Grécourt a aussi parlé de Sylva en vers élogieux.

B. de F.

V. *Alphabets de Guienne* (Prov. 15 Juil. 1876); — *Lettre sur le tableau de B.^x* par J. E. L'Hopital, B.^x Foulquier, 1800, in-8.^o pp. 83 et 104-105.

Statistique de La Gironde. 3 Tomes.

Edouard Feret. pag. 588-589.

B.^x Feret et fils 1889.

« La famille Silva est une des familles juives qui, au commencement du XVII^e siècle, quittèrent l'Espagne et vinrent s'établir à Bordeaux et à St. Esprit. Il est intéressant d'en suivre les traces à travers les siècles.

« Sébastien et Antoine Silva figuraient dans le rôle des familles espagnoles et portugaises qui fut dressé le 4 décembre 1636, sur l'ordre des jurats de Bordeaux, à l'occasion de l'entrée sur la frontière des Espagnols avec qui on était toujours en guerre.

« Silva père fut médecin de l'Hôtel de Ville de Bordeaux jus qu'en 1687. Il remplissait dignement son emploi, mais il fut rem-

placé dans sa charge, parce qu'il était étranger. (1) Il se rendit à Paris, où il acquit une grande réputation et devint médecin consultant du Roi.

« Jean-Baptiste Silva, son fils, se convertit avant d'aller à Montpellier faire ses études. Docteur en 1711, il s'établit à Paris avec la protection de Chirac et d'Helvétius. Il devint, comme son père, médecin consultant du Roi et reçut des lettres de noblesse. Il refusa les offres de l'Impératrice de Russie, Catherine, qui voulait le nommer son premier médecin. Il était réputé pour le charme de son commerce. Voltaire, qui en faisait le plus grand cas, a écrit à propos de lui :

Malade et de douleurs sur un lit accablé
Par l'éloquent Silva vous êtes consolé :
Il sait l'art de guerir autant que l'art de plaire.

Il mourut à Paris, laissant une fortune considérable.

Gabriel da Silva figure parmi les maisons importantes de commerce établies à Bordeaux au commencement du XVIII.^e siècle.

Daniel da Silva, négociant, était, en 1763, syndic de la nation portugaise à Bordeaux ».

Histoire des Juifs de Bayonne
Henry Leon. pag. 403-404
Ed. Durlacher 1898.
Paris

A CONTRIBUIÇÃO DOS PORTUGUESES EM FAVOR DE BORDÉUS

« La Communauté de la ville de Bordeaux, pour se décharger des taxes faites pour raison du franc-fief et du franc-alen, avoit fait divers emprunts, entr'autres des Portugais et Espagnols pour une somme de 11.000 fr. en trente deux contrats de constitution, faits au mois de septembre 1693.

« Comme ces contrats étoient consentis en faveur de trente-deux particuliers différens, et que la quotité des sommes prêtées, paroît

(1) Por Raugeard, medico-jurado.

avoir été réglée sur les facultés des prêteurs (car il y a plusieurs contrats de 56 liv. 3 s.), il paroît évident que ce prêt étoit une contribution en quelque sorte forcée, que les Portugais prévirent qu'ils n'en seroient jamais remboursés, et qu'ils se déterminèrent à en faire le sacrifice pour être déchargés de la trésorerie de l'hôpital, place plus onéreuse qu'utile, et qui d'ailleurs leur donnoit souvent des désagrémens, lors même que leur gestion étoit irréprochable.

« Cet emprunt paroît annoncer qu'il n'y avoit à Bordeaux en 1694 que 32 familles en état d'y contribuer, et il prouve qu'il y avoit de très grandes différences dans leurs fortunes respectives; car le sieur Jacques Lopes prêta 1365 liv. et les s.^{rs} Henri et Leon Pexotte ne prêtèrent chacun que 56 liv. 3 s. +

« Cette donation, qui étoit considérable pour ce temps-là, fit regarder les Juifs comme de bons citoyens; l'on crut qu'il étoit injuste de contrarier leurs opinions en matière de religion, puisque leur conduite étoit sans reproches, et que leurs actions étoient dignes d'éloges. Les Juifs, profitant des bonnes dispositions du public, commencèrent à cette époque à judaïser publiquement, sans gêne et sans obstacle; on loua leur constance, on plaignit leur erreur, et l'on fit des vœux au ciel pour leur conversion; ils furent bientôt exaucés. »

Histoire de l'Établissement des Juifs à Bordeaux et à Bayonne depuis 1550.

Par le citoyen L. F. B. (1) Jurisconsulte du département de la Seine. An 8^e de la République Française.

p. 26-27-28.

(1) L. F. B. iniciais de Beaufleury (L. Francia de), judeu português fixado em Bordéus onde compôs no fim do século XVIII obras filantrópicas.

— *Projet de bienfaisance et de patriotisme pour la ville de B.^x et pour toutes les villes et gros bourgs du royaume.* Paris et B.^x 1783, in-8^o, réimp. chez Cailleau en 1785;

— *Précis pour le sieur de Beaufleury,* Paris, Cailleau, 1789;

— *Qu'est-ce que l'amour,* 1790, in-8^o;

— *Histoire de l'établissement des Juifs à B.^x et à Bayonne depuis 1550,* Paris, an VIII (1799) in. 8^o.

Para a taxa voluntária de 11.000 liv. que em 1699 a Nação Portuguesa se impôs a fim de socorrer os pobres, contribuíram 40 famílias segundo os seus recursos de fortuna. Assim Jacques Lopes pagou 1275 lib.; David Gradis contribuiu com 260 lib.; e Leão Peixoto 100 lib.

INVENTAIRE SOMMAIRE DES REGISTRES DE LA JURADE

« Publié et annoté par Dast Le Vacher de Boisville secrétaire général de la Société des Archives Historiques de la Gironde (vol. I 1896).

« Préface. La ville de Bordeaux n'a pas eu l'heureuse fortune de conserver intactes ses archives anciennes. Des guerres civiles, suivies de terribles répressions, et plusieurs incendies les avaient déjà considérablement amoindries lorsque, sur l'ordre exprès du Roi, qui voulait « assurer le bon ordre dans l'Hôtel de ville et pourvoir à la conservation des titres et papiers de la Ville » les jurats furent contraints de s'occuper du classement de leurs archives et de faire rédiger un répertoire général et alphabétique de toutes les matières traitées dans les registres des délibérations de la Jurade de 1520 à 1783, et dans les monceaux de documents qui formaient alors le riche Trésor de la Ville, si considérablement amoindri à nouveau pendant la tourmente révolutionnaire et lors du terrible incendie qui, dans la nuit du 13 au 14 juin 1862, détruisit la plus grande partie de nos richesses archéologiques et historiques.

« Cependant, à travers ces vicissitudes, de remarquables manuscrits ont pu être sauvés de la destruction, comme le démontrent les beaux volumes déjà publiés par la Commission de publication des Archives de la Ville; et l'Inventaire, dont nous donnons aujourd'hui le I.^{er} vol. n'est pas le moins curieux de ces manuscrits. Le volume actuel ne contient toutefois qu'une faible partie de l'immense répertoire entrepris sous le contrôle des Gouverneurs et des Intendants de la Province, par les diverses Municipalités qui se succédèrent à l'hôtel de Ville de Bordeaux. de 1751 à 1783.

« Connu sous les noms d'*Inventaire de 1751* ou d'*Inventaire de Baurein*, ce vaste répertoire est, sans contredit, sinon au point de vue paléographique, du moins pour l'intérêt historique qui s'y rattache, le manuscrit le plus considérable et le plus important des Archives Municipales. Il se compose d'environ 30.000 fiches disposées,

par ordre alphabétique, dans trente-deux cartons cotés série J. J. n.º 359 à 390. Sa publication qui est due à l'initiative de M. Camille Jullian, professeur à la Faculté des Lettres de Bordeaux nous fut confiée par la Commission de la publication des Archives de la Ville.

« Dans cette quantité énorme de documents, qui embrassent une période de près de neuf siècles, se retrouvent non seulement les analyses très complètes des Registres des délibérations de la Jurade de 1520 à 1783, mais encore le sommaire détaillé des édits, lettres patentes, contrats et documents qui, soit pour des procès, soit pour des revendications ou des confirmations de privilèges, furent produits par les Jurats de Bordeaux. »

OS GRADIS

Os Gradis, vindos de Portugal para França em fins do século xv, estabeleceram-se primeiro em Toulouse com um comércio de produtos exóticos que eles compravam na Companhia das Índias e fixaram-se definitivamente em Bordéus durante o ano de 1685, praticando ainda o mesmo comércio.

Dez anos após a sua chegada a Bordéus, David Gradis tomava a direcção dos negócios animado dum belo espírito de iniciativa. Alarga o campo da sua actividade, procura os bons mercados estrangeiros, instala representações em Paris, Londres, Bristol, Dublin, Amsterdão e Hamburgo, e logo nos primeiros anos do séc. xviii nos aparece como armador, pois que em 1711 compra o primeiro barco para o transporte das suas mercadorias — vinhos, aguardentes, panos e especiarias.

Desde então e durante as explorações e colonização empreendida nas Antilhas e no Canadá, os Gradis afirmam não só a sua extraordinária capacidade de trabalho como também a sua inteligência penetrante. (1)

Mais longe foi porém a acção dos Gradis no campo do tráfego comercial com as colónias: logo na primeira metade do séc. xviii as relações com a Martinica foram asseguradas em pleno êxito pelos armadores Gradis.

(1) *Revue Hebdomadaire* 45 Année n.º 4 — artigo « Comment la Martinique devint Française » por Max. Henri Begouen.

Eis o que a este propósito se lê em uma obra de Henri Gradis: (1)
 « David Gradis est un des anciens commerçants de Bordeaux qui, au commencement du XVIII^e siècle, contribuèrent à la prospérité de cette ville, en créant des relations étendues avec les colonies d'outre-mer. David Gradis fonda des comptoirs à Saint-Domingue (1724) et à la Martinique (1727) et il en confia la direction à des neveux. Admirablement secondé par son fils Abraham et son neveu Moïse, il multiplia ses opérations, et se créa, dans la noblesse et à la cour, des relations intimes et honorables. Tous les ministres de la marine des rois Luis XV et Louis XVI confièrent à la maison Gradis des achats et des expéditions du gouvernement pour les colonies. Ces relations durèrent 32 ans. Pendant cette période, MM. Gradis furent à Bordeaux les agents commerciaux des ministres »

Tão ligados andaram os Gradis à colonização das Antilhas que um deles foi estabelecer-se na Martinica e ali morreu.

Durante a guerra que rebentou entre a França e a Inglaterra elles puseram à disposição do rei a sua grande força de armadores ricos e de activos negociantes. Em 1758 a casa Gradis armou e enviou ao Canadá, por conta do rei, uma frota de 14 navios, e de tal maneira se houve neste concurso prestado ao govérno, que este lhe exprimiu os maiores louvores em correspondência dos ministros e nas cartas régias de 21 de agosto de 1779. Foi então o período mais brilhante da acção dos Gradis. Verdadeiros banqueiros do rei, que lhes devia em 1758 2 milhões e 700.000 libras, só trabalhavam na salvação das colónias, e a sua magnífica actividade de armadores inspirada no engrandecimento da França apreciou-a Baufremont nesta frase escrita a Abraão Gradis: « *Vous êtes le père de la marine* ».

Por todos os serviços prestados na guerra e na colonização os Gradis mereceram altos privilégios concedidos pelo rei entre os quais avulta o de gozarem todos os direitos dos franceses estabelecidos no ultramar (2).

Bordéus, 1936-1937.

(1) *Pages intimes* vol. II. Autobiographie.

(2) *Les Armateurs bordelais au XVIII^e siècle. Abraham Gradis et l'approvisionnement des colonies*, por Jean de Maupassant.

Un grand armateur de Bordeaux, do mesmo autor.

BIBLIOGRAFIA

*Inventaire sommaire des registres de la jurade
Archives historiques de la Gironde*

CAMILLE JULLIAN — *Histoire de Bordeaux.*

HENRI GRADIS — *Histoire de Bordeaux.*

Chronique Bordelaise.

DOM DEVIENNE — *Histoire de Bordeaux.*

BEAUFLEURY — *Histoire de l'établissement des juifs à Bordeaux.*

TH. MALVEZIN — *Histoire des juifs à Bordeaux.*

DETCHEVERRY — *Histoire des israélites de Bordeaux.*

G. CIROT — *Recherches sur les juifs espagnols et portugais à Bordeaux.*

G. CIROT — *Les juifs de Bordeaux — Leur situation morale et sociale
de 1550 à la Revolution.*

HENRY LÉON — *Histoire des juifs de Bayonne.*

*Le Livre des Bourgeois ou Catalogue officiel des Bourgeois de
Bordeaux au XVII^e et au XVIII^e siècle.*

FRANCISQUE MICHEL — *Histoire du Commerce et de la Navigation à
Bordeaux.*

COMMUNAY — *Les grands négociants bordelais.*

REVISTAS

Revue historique de Bordeaux.

Bulletin Hispanique.

JOSÉ MARTI

José Martí, le libérateur de Cuba, fut avant tout et partout un poète. En prison, dans l'exil; sous les ricane-ments et les huées, quand il frappait en vain — quémendeur bafoué — aux cœurs sourds des grands; au milieu des succès enivrants où sa parole enflammait les humbles foules; dans sa mort féconde de martyr et d'apôtre, il est, il reste toujours poète. C'est la première fois, peut-être, qu'un poète authentique et qui s'exprime en vers parvient, sur le terrain politique, à vaincre un adversaire dont la puissance, vis-à-vis de la petite Ile esclave, était considérée comme inexpugnable par le monde entier.

On dit que les États-Unis sont les véritables libérateurs de Cuba. C'est aussi faux que de prétendre qu'ils ont gagné la Grande Guerre. Martí, lui, et son peuple dont il avait aiguisé le patriotisme comme on aiguisé une épée, furent les seuls artisans de l'indépendance cubaine. Un seigneur de rêves renversant par son génie poétique tant de trompeuses réalités, c'est très beau, et c'est, on peut le dire, exceptionnel. Victor Hugo et Lamartine furent écrasés par les soi-disant vérités politiques. Tyrtée n'avait qu'à exalter l'ardeur des soldats. Martí eut raison de toutes les forces prosaïques. Il confondit les hommes d'État,

comme Jésus les docteurs. Il surmonta le plus redoutable des obstacles : la passivité des sceptiques. Il chassa du temple sacré les larrons et les faux prêtres. Sa victoire est, à mon sens, le produit de sa pureté poétique. Le poète est un roi, un dieu qui peut réduire en poussière ses ennemis les plus divers, s'il se décide à employer toujours la même clairvoyance, le même délire divin qui l'anime dans le royaume des rêves. La moindre tergiversation, c'est l'échec. Martí n'a jamais fléchi. L'amour du Beau et du Bien, l'amour de l'Humanité, qui constituent le patrimoine des poètes, furent les seules armes de ce martyr victorieux. Car il était tout imprégné de la parole du Christ. Ses appels guerriers, eux-mêmes, cachent des appels d'amour. Il agite le drapeau de la guerre comme un épouvantail susceptible de faire réfléchir les tyrans. Il dut, hélas ! aller jusqu'au bout, mais non sans avoir épuisé avant tous les efforts imaginables de conciliation. Son sacrifice fut le dernier de ces efforts, un véritable holocauste à la concorde. Il était incapable de haïr :

En janvier comme en juillet
Je cueille la rose blanche
Pour l'ami, pour l'ami vrai
Qui me tend une main franche.

Et pour la main travestie
Qui met l'aspic sous la manche,
Au lieu de ronce et d'ortie
Je cueille la rose blanche.

Il flétrissait les tyrans, mais toujours en les dépouillant de leur personnalité humaine, en les confondant avec

les forces abstraites, les obscures forces ennemies qui empoisonnent le monde :

Du tyran ? ah ! du tyran
 Dis l'opprobre, dis le crime.
 De ta main esclave opprime
 Sur sa honte le tyran.

De l'erreur ? ah ! de l'erreur
 Dis le ténébreux délire.
 Dis tout, tout ce qu'on peut dire
 Du tyran et de l'erreur...

Quand il apostrophe les traîtres, les faux poètes, les sbires, il emploie des accents durs, mais le Pardon et l'Amour y sont latents, et il finit volontiers par un sourire indulgent comme lorsqu'il s'adresse au *bon Pierre* :

On dit, bon Pierre, que ta langue impure,
 Où la prière même est un juron,
 Trouve drôle la longue chevelure
 Qui voile la tristesse de mon front.
 Coquin ! lorsque ta table est débordante
 De blondes sauces et de fruits juteux,
 Et que parmi des filles — tes amantes ! —
 Des filles de ce Nord astucieux,
 De tes esclaves la sueur sanglante,
 Tordue en or, tu bois, insoucieux ;
 Taciturne, pensif, pâle, fiévreux,
 Je romps, moi, mon pain sec, et nulle femme,
 Nul ami ne se penche sur mes pleurs.
 Je demande à l'air sourd quelle oriflamme

Délivrera les serfs de leur malheur
Sans nom, et toi de ton négoce infâme.
Et, vois-tu, dans ces durs combats de l'âme
Ma poche, qui ne craint point les voleurs,
Manque souvent des sous que nous réclame
D'une main trop humide le coiffeur.

Étant, en outre, profondément espagnol, la guerre contre l'Espagne fut pour lui doublement douloureuse, et il précisait à satiété que les Cubains ne se battaient pas contre la Mère Patrie, mais contre un gouvernement dénaturé, indigne d'elle :

Pour Aragon, en Espagne,
Je cultive dans mon cœur
Un jardin où sont les fleurs
Plus belles de ma campagne.

« Pourquoi donc cet amalgame ? »
— Diriez-vous. Eh bien, voici :
Là-bas, j'avais un ami.
Là-bas, j'aimais une femme.

Là-bas, où l'on rêve encor
De l'héroïque défense,
Pour maintenir ce qu'il pense
L'homme provoque la Mort.

Et si le Roi le choisit
Pour bouffon ou si l'attrappe
Le Maire, endossant la cape,
Il tombe avec son fusil.

J'aime ce fleuve boueux,
J'aime ces plaines d'albâtre,
J'aime le Pilar bleuâtre
Où les héros sont chez eux.

Celui qui met un palais
Par terre, d'un coup de botte,
Je l'aime, compatriote,
Et je l'aime, Aragonais.

J'aime les longs corridors,
Les balustres en dentelle,
Et les nefes sans kyrielles,
Et les couvents pleins de morts.

J'aime la terre fleurie
— Oui, musulmane, espagnole ! —
Où vint rompre sa corolle
La triste fleur de ma vie.

Marti est né à la Havane, le 28 janvier 1853.

À l'âge de dix-sept ans, il fut condamné par le gouvernement espagnol à six ans de travaux forcés à cause de ses écrits révolutionnaires dans la revue *El diablo cojuelo*. À la fin de 1870 on le fit sortir de prison pour l'exiler dans l'Île des Pins d'abord et puis en Espagne d'où il retourna à Cuba en 1878. Exilé de nouveau en 1879, il voyagea au Mexique, au Guatemala et au Venezuela et se fixa à New York où il créa en 1891 le Parti Révolutionnaire Cubain qui déclara la guerre à la Métropole le 24 février 1895. Marti rejoignit à Cuba le chef de l'armée cubaine le 11 avril 1895 et fut tué sur le champ de bataille le 19 mai suivant, à l'âge de quarante-deux ans.

Marti a laissé la matière de onze volumes : un volume

de *Poésies*, un volume de *Discours*, un roman, *Amistad funesta*, deux proverbes en vers, la traduction d'un roman anglais, *Ramona*, et de nombreuses études de critique littéraire et de critique d'art. La traduction que je ferai paraître incessamment chez Grasset contient la plupart de ses poèmes : tous les *Vers Simples*, les *Petits Souliers Roses* et une bonne partie de la suite qu'il appela *Vers libres* parce qu'on nommait ainsi alors les vers blancs. Les premiers sont des vers de sept syllabes — huit en espagnol —, rimés comme dans mon adaptation. Les derniers sont des endécasyllabes espagnols, qui équivalent aux décasyllabes français, sans rimes. En les adaptant en français, j'y ai introduit la rime pensant comme Mallarmé que le vers français doit être tangible. Il y a une seule pièce de *Vers Simples*, la pièce n.º XLV, que j'ai adaptée en vers blancs, suivant l'original, à cause des répétitions qui y suppléent à l'armature exigées par le vers français.

Je ne ferai de commentaires ni sur la technique ni sur le mérite de cette poésie limpide et profonde à la fois. Le lecteur la jugera lui-même. J'insiste seulement sur le fait que tous ces poèmes sont parfumés par le même amour qui guidait les actes d'une vie vouée au sacrifice depuis la plus tendre enfance. Amour de Dieu qui se confond avec celui de l'homme, sa créature ; amour que ne font pas fléchir les pires laideurs terrestres. C'est que Martí mettait le *vers* comme une cuirasse multiforme et souple entre lui et les turpitudes humaines :

Si tu vois un mont d'écumes,
Ce que tu vois c'est mon vers.
Mon vers est un mont. Mon vers
Est un éventail de plumes...

Ailleurs il dit :

Mon pain déjà gagné, je viens, ô vers,
Plonger dans tes douceurs...

Et :

 ô ma chérie,
Fidèle strophe, viens à mon secours,
Viens, je meurs d'abandon, je meurs d'amour!...

Qu'importe que ton poignard
Perce mon âme et mon corps ?
J'ai mes vers qui sont plus forts,
Bien plus forts que ton poignard !

Qu'importe que ma douleur
Sèche la mer et le ciel ?
Mon vers fait voler son miel
Sur l'aile de ma douleur...

Et enfin :

Je suis sistre, éclair, rosaire.
En moi vibre l'univers.
Je suis ciel et mer et terre,
Gloire, amour : Je suis le VERS !

ARMAND GODOY

O LIVRO «SEGRÊDO DOS SEGREDOS» E O INFANTE D. HENRIQUE

Eu considerava até há pouco tempo como a última e a melhor das teses para justificar a conquista de Ceuta pelos portugueses em 1415, a do Prof. David Lopes, publicada na «História de Portugal» dirigida pelo Prof. Damião Peres (1). Mas eis que me chega às mãos a «História da Expansão Portuguesa no Mundo», de data mais recente do que aquela, e com espanto vejo um dos seus capítulos (2) dedicados a nova explicação da dita empresa de guerra e pela fórmula cómoda e simples, que disfarça a não resolução do problema, da multiplicidade das causas anteriormente apresentadas por vários escritores. E o que admira é ser subscrita pelo segundo daqueles professores, pois se revela, absolutamente, antitético no processo seguido no seu conhecido estudo «Como nasceu Portugal» (3), em que consegue até, por extrema restringência, arranjar o fenómeno histórico de se gerar um filho com pai mas sem mãe.

Eu sou daqueles que se contentam com a idea de que a expedição a Ceuta foi simplesmente para o rei D. João I

(1) Vol. III, pág. 385 e seguintes.

(2) Vol. I, pág. 121 e seguintes.

(3) Ed. *Barcelos*, 1938.

armar cavaleiros os seus filhos maiores. E tenho como corolário a ida a Tanger em 1437, na qual se pretendia, igualmente, fazer entrega da espada ao mais novo da inclita geração, o Infante D. Fernando. Não teve este a feliz sorte dos irmãos, porquanto ficou, como se sabe, prisioneiro dos mouros.

Deveria ter sido, talvez, na arribada a Lagos, quando a caminho da cidade onde ganhou as suas esporas de ouro, que o Infante D. Henrique conheceria pela primeira vez a baía dessa povoação algarvia, na qual fez depois ponto de partida dos descobridores marítimos do Atlântico.

Tanto em Ceuta como em Tanger foi ele, sem dúvida, a figura que mais se destacou, demonstrando largamente o ânimo de que era dotado.

Tem-se pretendido cognominar D. Henrique com diversos epítetos, mas de aceitar é só o de *generoso* que lhe chamou Camões. Deve-se, porém, ter em atenção a verdadeira significação desse termo, que é a de pessoa de excepcionais qualidades morais. Com efeito, a acção que desenvolveu para a libertação do irmão Fernando, o papel de medianeiro que desempenhou no conflito cujo desfecho foi Alfarrobeira e a superintendência nos estudos universitários e nos descobrimentos marítimos são provas concludentes da sua nobreza de carácter e do talento que tinha.

Por falta de documentação, tem-se duvidado dos méritos literários e científicos de D. Henrique, mas eu pergunto se os resultados da sua obra náutica, geográfica e comercial, não valem tanto ou mais do que quaisquer testemunhos escritos. ¿E quem sabe se os houve e se perderam, como se tem pensado do livro que lhe é atribuído: « Segrêdo dos Segredos » ?

*

O conhecimento da existência desta obra é assim divulgado por Mendes dos Remédios, na sua « História da Literatura Portuguesa »: « Escreveu também um trabalho em espanhol com o título *Secreto de los secretos de Astrolog.* Cfr. *Bol. de Bibliogr. portug.* I, 53-55, notícia tirada de Gallardo, II, 553. Vide também Garcia Peres, 630 » (1).

Do *Boletim*: « Índice da Biblioteca Columbina, em Sevilha, escrito pelo seu dono D. Fernando Colon. Num destes vol. com o n.º 4129: Libro en español, de mano, chamado Secreto de los secretos de Astrologia, compuesto por el Infante D. Henrique, de Portugal, en 4.º, custo en Salamanca 3 rs a 21 de Abril 1525. Como se poderá verificar no tom. 2.º do Ensayo de una Biblioteca española de libros raros y curiosos con los apuntamientos de D. B. J. Gallardo, Madrid, 1853; onde se acha impresso o catalogo de F. C. ».

Do catálogo de Gallardo:

« 4129. Libro en español, de mano, llamado Secreto de los secretos de Astrologia, compuesto por el infante D. Enrique de Portugal. I. « Aquí se comienza un libro que se llama Segredo. » D. « A Dios facer como su merced fuere, á Dios gracias. » Es en 4.º — Costó en Salamanca 3 rs., á 21 de Abril de 1525. »

E Garcia Peres transcreve esta noticia no seu catálogo, publicado em Madrid, em 1890.

Fernando Colon diz que o livro é escrito em espanhol, mas deixou em português *Segrêdo*. Suponho que, como redigiu em castelhano o catálogo da sua biblioteca,

(1) Quinta edição, 1921, pág. 79, nota 1.

traduziu as primeiras palavras do manuscrito, tendo-lhe escapado essa na língua em que estava.

O dizer que era em espanhol, deve-se atribuir ao facto de ter considerado o português um dialecto da Espanha, como o catalão e o galego. Camões chama ao português « lingua Hispana » (« Lusíadas », C. vii, 25).

Recentemente, na citada « História de Portugal » dirigida pelo Prof. Damião Peres, no vol. iv, temos três referências ao livro do Infante.

A pág. 218, assinado pelo Dr. Jaime Cortesão: « o Infante Navegador escreveu até, ao que parece, um tratado intitulado o *Secreto de los secretos de Astrologia* »; e em nota, « Tinha o número 4129 no Catálogo da Biblioteca de Fernando Colon ». Não acrescenta nada ao que se sabe.

Na pág. 247, pela pena do Prof. Joaquim de Carvalho: « Enquanto os irmãos, D. Duarte e D. Pedro, se compraziam na reflexão moral, política e filosófica, D. Henrique, promotor dos descobrimentos marítimos, amava o estudo científico da natureza, sobre o qual escreveu um livro — *Secreto de los secretos de Astrologia* —, infelizmente perdido, e que os eruditos Fernando Colon (1525) e Gonçalo Argote de Molina possuíram ». Aqui aparece um elemento novo, mas estou convencido que não foi colhido directamente, porquanto procurei a obra de Molina e o que encontrei não condiz com êle. Troquemos isto por miúdos. Gonçalo Argote de Molina editou em 1575, na cidade de Sevilha, o livro de D. Juan Manuel, « El conde Lucanor »⁽⁵⁾; seu, são o prefácio e a introdução. Na verdade, Juan Manuel fala-nos, no cap. ix, dum Infante D. Henrique

(5) Consultei-o na secção de reservados da Biblioteca N. de Lisboa.

que fez um negócio de cavalos em Tunis, mas trata-se de uma personagem espanhola. E Molina, depois de fazer o elogio do autor, diz-nos que êle escreveu, entre outros, os livros, « *Libro del caballero* », « *Libro del Infante* » e « *Libro del Scudero* » ⁽⁹⁾, os quais, pela forma como estão seriados, se depreende serem estudos militares.

Finalmente, a pág. 341 do dito vol. iv, o Dr. Fernando Teófilo de Oliveira Junior, num brevíssimo estudo da obra literária do nosso Infante D. Henrique, fecha com estas palavras: « e a tradução em castelhano do falso livro de Aristóteles, *secreto de los secretos*, também lhe não pertence ». Não sei onde se diz que o livro era escrito em castelhano, como também não conheço nenhuma obra de Aristóteles com o nome *Segrêdo dos segredos*.

Trouxe aqui estas citações e não outras, por as considerar a última palavra sôbre o assunto.

Ora eu tive a felicidade de encontrar essa preciosíssima raridade literária que, felizmente, não se perdeu. Custou-me até a acreditar que a tinha na minha presença. E vou dá-la ao manifesto, para que ao meu júbilo se junte o de todos os portugueses.

*

De facto, é um manuscrito em 4.º, de papel, encadernado com madeira de carvalho forrada a vitela enegrecida. O lado do verso está partido, tendo só a parte onde as nervuras seguram; o da frente tem sinais de ter tido fechos. Lombada já não tem, vendo-se a descoberto o fio de linho que cose os cadernos, que são seis. O primeiro tem 7 fôlhas, faltando-lhe a meia inicial; os quatro seguintes têm,

(9) Há mais livros citados.

cada um, 8 fôlhas, e o último 9. Teria, portanto, ao todo, se estivesse completo, 192 páginas. A assinatura está a vermelho ao alto da primeira página de cada caderno. O papel tem a marca duma flôr, que dá a impressão dum cravo, e dois pequenos círculos com hastes, semelhantes a um brinco de cerejas. As guardas são palimpsestos que estão descolados. O do verso foi cortado pelo meio, tendo somente a parte que colava. É um contracto de arrendamento dumas propriedades a João Simões, com referência ao ano de 1451. O outro é uma folha dum antifonário colorido.

Todo o livro é escrito num perfeito semi-gótico redondo, conservando a tinta o tom castanho da noz de galha e do sulfato de ferro. Nas margens tem os pontos da marcação das linhas abertos a punção. Os titulos são a minio, tendo-se deixado aberturas para as iluminuras das iniciais que, miudamente, estão assinaladas. Ao lado do texto estão, em cursivo, resumos dos assuntos tratados.

Transcrevo a seguir a parte do prefácio existente e que julgo ser da autoria do Infante D. Henrique; do índice e do proémio.

« o desejo da minha mente suplicante a vos humildosamente / que se alguma cousa achardes proveitosa nesta obra dai graças àquele que me deu graça de a tresladar e / Aristoteles de a compôr e se alguma cousa se achar não devidamente escrito isto se ponha à minha imperícia mais que à malícia / e a vossa abastança que conheço ser grande na exposição das dições supra as cousas de suprir e corrija as cousas de corrigir e a divina clemência vos guarde são e salvo à glória dos fieis e honra e depois de muitos anos outorgue a vós o eternal prazer da bem aventurança amen

do proémio de um doutor em recomendação de Aristóteles
do prólogo de Joane que tresladou o livro
dos reis e dos modos deles ácerca da largueza e avareza
da largueza e avareza e outras virtudes
da doutrina de Aristóteles em nas virtudes e vícios
da intenção final que deve haver
dos males que se seguem do carnal desejo do regimento
da sabedoria do Rei
da religião do Rei
da providência e prudência do Rei
do ornamento do Rei // da consciência do Rei
dō costume do Rei // da justiça do Rei
da final intenção // da castidade do Rei
do solaz e distracção do Rei // da reverência do Rei
da bondade do Rei // da semelhança do Rei
do socorro do Rei // da misericórdia do Rei
da fé de guardar // do estudo de buscar
da guarda do corpo // da hora escolhida em astronomia
do proveito do regimento da saúde
quantos modos se conserva a saúde
do manjar do peito sem comparação para guardar a saúde
e regra de viver
do modo de dormir // do costume de conservar
dos quantos tempos do ano // da qualidade e diversidade
deles
do verão // do estio // do outono // do inverno
da natureza dos manjares // do conhecimento dos quantos
membros principais
do mal da cabeça e do seu remédio
do mal do peito e do seu remédio

da enfermidade dos olhos e do seu remédio
 do mal dos supinos e do seu remédio
 do conhecimento dos manjares // do conhecimento das águas
 do conhecimento das espécies do vinho // dos banhos
 daquelas cousas que engordam o corpo
 daquelas cousas que emmagrecem o corpo
 da disposição do banho
 da arte de preparar o mel com se compoem as mèzinhas
 da primeira mèzinha // da 2.^a // da 3.^a // da 4.^a
 da quinta // da 6.^a // da 7.^a // da 8.^a
 da derradeira e final
 da sangria e das horas convenientes // da filosofia de
 Aristóteles
 da arte de conhecer as qualidades dos homens
 dos cabelos // dos olhos // das sobrancelhas
 do nariz // da boca // da face // das trincheiras
 da voz // do movimento do corpo // do gorgomilho
 do ventre // do costado // dos ombros // dos bra-
 ços // das palmas // dos joelhos // das plantas
 dos pes // do achegamento e procimento // da qualidade
 e igualdade do homem // da justiça e das boas cousas que
 nascem dela // do titulo e do exemplo da lei e Rei e
 direito que cousa seja cada uma destas // do prólogo do
 doutor em recomendação da arte ^(¹)
 Deus todo poderoso guarde o nosso Rei para glória dos cren-
 tes e lhe confirme o seu reino para olhar e defender a sua lei
 divina e farão durar para exalçar a honra e louvor dos bons
 // em seu serviço consegui o seu mandado e pús minha dili-
 gência em buscar o livro das cousas morais para o regimento
 do Senhor *As quais cousas se nomeiam segrêdo dos segre-*

(¹) Está a vermelho.

dos ⁽⁸⁾ O qual compôs o príncipe dos filósofos Aristóteles filho de Nichómaco de Macedónia / ao seu discípulo grande imperador Alexandre filho de Felipe Rei dos gregos // o qual Alexandre se diz ter dos cornos / êste livro compôs em sua velhice e em na fraquesa das virtudes corporais / depois que não pôde comportar os trabalhos de cada dia nem o departamento dos caminhos nem conseguir os negócios do Rei / o qual Alexandre constituiu mestre sôbre todos porque muito o amava porque era varão de grande engenho e conselho e de literatura penetrante os entendimentos vigilante nos estudos das leis e nos costumes da graça e nas sentenças espirituais contemplativo discreto humilde amator da justiça zelador da verdade e porém de muitos dos filósofos o contavam do número dos profetas // acha-se outro-sim nos livros antigos dos gregos que Deus mandou o seu anjo a êle e que lhe disse mais deves ser chamado anjo que homem / e por certo muitas maravilhas tem de espantar e estranhas obras que longo seria por ordem contar / onde da sua morte diversas são as opiniões uns certos que se chamam peripatéticos afirmam que êle subiu ao ceu empíreo em coluna de fogo e tanto que êle foi vivo convalesceu Alexandre por seu sã conselho e seguimento de seu ensino pelo qual subjogou tôdas cidades e venceu todos os reinos do mundo sômente êle foi monarca e por tôda a terra saiu a sua fama e tôdas // do mundo e gentes se submeteram ao seu império e mandado assim os da Arábia como os da Pérsia e não foi algum que ousasse resistir ao seu mandado ou feito // outro-sim muitas morais epístolas compôs Aristóteles por dilatação dos corações e por certo final / uma das quais é esta a qual enviou a

⁽⁸⁾ O itálico é nosso.

Alexandre / e quando Alexandre subjogou os de Pérsia e cativou os grandes mandou sua literatura a Aristóteles nesta forma / ó doutor nobre Regedor da justiça declaro à tua prudência eu haver achado na terra de Pérsia gentes abundantes por razão e por entendimento subtil estudantes sôbre os outros assenhoriais e a querer o reino a si / e nós propuzemos de os matar todos e qualquer cousa que sôbre isto entenderes sejamos notificado por teus escritos // Ao qual Aristóteles respondeu / se puderes mudar o ar dessa terra e a água e a disposição das cidades cumpre o teu propósito / e se não assenhoras-te sôbre eles em bondade e ouve-os com benignidade a qual cousa se fizeres fôrça tenho que com ajuda de dom todos te serão subditos a teu mandar e prazer e pelo amor que te tiverem pacificamente te assenhorarás dêles com vencimento / A qual escrita recebida o seu conselho cumpriu com diligência e foram os da Pérsia mais obedientes que tôdas outras nações ».

O período *as quais cousas se nomeiam segrêdo dos segredos*, identifica o livro como sendo o do Infante D. Henrique, mas há outra prova que adiante se dirá. Ficamos sabendo que êle sòmente fêz uma tradução, que é de crer fôsse do latim.

O tom do prefácio é o de uma dedicatória a uma pessoa da Igreja: ¿ ao Papa, ou ao arcebispo de Lisboa, D. Pedro de Noronha? Também tem uma referência a quem lhe proporcionou o original: ¿ o Infante D. Pedro, que o tivesse trazido do estrangeiro, ou o mestre Mateus Pisano?

Eu julgo que a obra é o tratado aristotélico « Grande Moral ». Claro, só num estudo comparativo, cuidado e minucioso, se poderá ver se está completo, ou se tem um

ou mais capítulos de qualquer outro livro do estagirita. Não pude fazer mais do que trago aqui, pois não me foi dado tempo para fazer um traslado diplomático da parte que copiei, tendo o leitor que se contentar com a prosa na linguagem de hoje, o que já é alguma cousa.

*

Passo agora à parte que considero mais interessante do manuscrito: as notas que contém fóra do texto. Êste termina a menos de meio da penúltima página. Ao alto da última, em letra da época, tem a licença régia:

*Eu ellRei faço saber a quantos este meu al-
vara virem e conhecimento delle pertemser*

Ao meio da penúltima, em letra do século XIX, talvez da mão de D. João VI:

*Senhor Ds qu es filho D Ds uma P (rece) ⁽⁹⁾ da
dom João Sexto por graça de Ds*

Voltemos à última página. Aqui há, numa irregular letra também do século passado, o seguinte:

Senhor

*Vossa senhora me mandou dizer como fordes para a
quinta logo enguardareis e mais escre (ve) seis mais...*

Lembro-me que seja um recado de D. Carlota Joaquina ao marido por pessoa pouco ilustrada, pois penso que a quinta seja a do Ramalhão.

⁽⁹⁾ Onde poderá haver dúvidas abro as abreviaturas.

Ainda na mesma página, de escrita igualmente moderna:

Hai grande desgusto tenho

escrever vosa imagem

Depois da morte de minha mai coliminão

fez isto a coliminão

Estas frases têm um leve sabor ao ambiente da côrte da dita rainha.

Nesta altura temos de aceitar que o livro estivera na Biblioteca de D. João VI.

Numa página do meio, na margem inferior, alguém escreveu *Xptovão Collon*, em letra século XVIII-XIX. Êste apontamento tem certa importância, porque confirma a tradição de que o famoso navegador nunca se chamou Colombo (1).

Agora as notas das guardas, ou seja pròpriamente uma guarda, a da frente, e das partes que se descolaram da capa. Já que ficámos no fim do livro, começarei pela dêste. Antes, porém, direi que sou de opinião que o pergaminho deveria ter sido rasgado de propósito. Fernando Colon costumava pôr, na guarda do verso dos livros que possuía, vários pormenores, como a data e o lugar onde os tinha adquirido. Pessoa que o tivesse desviado da sua biblioteca, teria feito desaparecer êsse testemunho comprometedor.

Um pouco acima de mais do meio, do lado direito, li:

hu hos proveitos (11)

yy hos proventos (12)

hos pº pº (próprios) xpos (escritos)

Registado

his (hic signum)

(10) Já tenho elementos para identificar a nacionalidade portuguesa do navegador que usou o pseudónimo de Cristobal Colon.

(11), (12) A leitura *proveitos* e *proventos* está sujeita a ratificação.

Segue o sinal, que é constituído por quatro traços cruzados e um círculo dividido por quatro diâmetros, tendo por baixo dois pequenos riscos a fazer de pés.

Na margem esquerda, mais abaixo:

hos pos quos

hos pos quos ⁽¹³⁾

No alto, no meio, com a mesma letra está a palavra *pagamento*, tendo em frente dois sinais dos tais quatro traços cruzados. E quasi ao meio da página 4600 rs. Mas esta importância não me pareceu feita pela mesma mão. A verdadeira, do pagamento, estaria a seguir a este, em sitio que se vê raspado.

O que acabei de descrever, parece-me que é o registo da propriedade literária.

Ainda no mesmo pergaminho. À direita, por baixo do sinal rodado do notário, lê-se:

*A Iff^a dona m^a
manda g' m^a*

(A Infanta dona Maria
manda grata memoria)

Aqui surge uma dúvida. Seria a infanta que mandava lembranças a outrem; ou seria o seu passamento que impunha grata memória? E qual Infanta, a do tempo de Camões? Se as abreviaturas são da época, a letra não me pareceu.

No canto de cima, do lado de dentro, percebe-se o final duma frase que viria da guarda: *mosteiro balha* (Batalha) *descança D. João*.

Outras palavras tem, mas sem importância de maior.

(13) É a primeira vez que vi a frase *hos pos quos*. O que significa?
¿hos proveitos questuosos e hos proventos questuosos?

Passo à única guarda que o livro conserva.

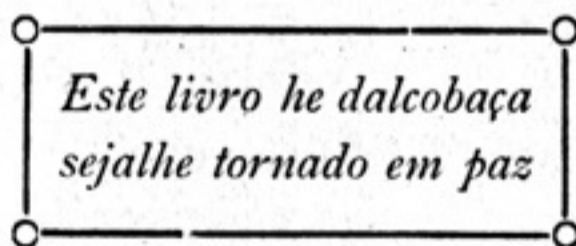
No anverso. Ao meio, um sinal de riscos semi-circulares, outros réctos cruzados em diagonal e encimados por uma cruz.

Em cima a cota da biblioteca, 4639, que não condiz com a de Fernando Colon, 4129. Mas eu creio, dada a coincidência dos algarismos extremos, que houve deturpação da que chegou até nós. Nada mais fácil que o engano e tanto mais que passou por duas obras impressas, a de Gallardo e o Boletim. Considero demasiado dois livros iguais, e do século xv, terem, em duas bibliotecas diferentes, números parecidos e logo de cotas elevadas.

Talvez escrito no século xviii, vê-se depois:

Naceo minha filha Luisa a IX dias de Dezembro de 49 an J. C^{to} padrinhos Isabel Ramalha f.^a e Luis Rozendo Campillo da Cunha atrizoro (tesoureiro) off.^l (oficial) de feitos (de justiça).

No verso, ao alto, em letra de quatrocentos:



*Este livro he dalcobaça
sejalhe tornado em paz*

Quer dizer, o livro esteve em posse da livraria do mosteiro de Alcobaça.

Escrito ao atravessado, tem *Drake*. É uma recordação do famoso corsário inglês que assaltou o Algarve em 1587.

Para finalizar, faltam-nos as costas da capa da frente, ou seja a parte descolada do palimpsesto. Pouco mais ou

menos a meio e para baixo, do final do século xv, princípios do xvi:

*manuel de basto me deve setecentos rs
tem me dado jorge furtado ha conta do que
me me (sic) deve 1560 reis*

Sa

*minha soia me tem dado 2000 rs
xpo e nuno datouguia me deve 200 rs
q lh eprestei.
hã tostão que me deve um pagem de francisco
correia que se chama reguo*

Sa celogião

Neste momento aparece em cena um cirurgião a fazer do livro registo de dívidas. Se ele já tinha estado em poder dos frades de Alcobaça, êsses apontamentos dizem-nos que depois passara para as mãos dum israelita, já pela profissão, já pelo nome e pela própria natureza do conteúdo.

Segue a prova a que atrás aludo e que confirma ser o célebre livro do Infante D. Henrique, a qual está escrita no princípio da página:

*mateos e xstovão forõ pa a batalha a IX d^{as}
de f.^{ro} de r q' // leer gramatica § anrriq
alur //*

Eu entendo assim: Mateus e Cristóvão foram para a Batalha a 9 dias de Fevereiro de era *quinguaginta* dois (a) ler gramática subscreve Anrique Alvor.

É preciosa esta nota escrita pelo Infante. Mateus, deve

ser o mestre Mateus Pisano. Por ela ficamos sabendo que mesmo no Algarve D. Henrique não descurava os assuntos da Universidade de Lisboa, anotando a ida dos mestres às escolas claustrais.

Depois está noutra letra: *pro on... Jhus* *pro onrrabis Jhus*. E tem ainda:

*ma...os e afonso forã a ensinar (?) aa (?)
universidade (?) theolã (?) (teologia).*

Estas duas linhas finais estão muito sumidas. O Afonso deve ser o mestre Afonso Mangaancha. Que fariam tais mestres em Alvor? Naturalmente iriam preleccionar à escola da Sé de Silves.

Outros apontamentos o pergaminho ainda contém, como uma referência a D. Felipa, mas não pude ir além. Na apressada leitura que fiz deles, fiquei com a impressão de terem pouco valor histórico.

*

Entre outros problemas que o achado deste livro poderá vir a resolver, há um que desde já se esclarece, o do lugar onde foi fundada a Vila do Infante. Anrique Alvor foi para mim como que um raio de luz nas trevas.

Eu reputo como facto principal, causador dela ainda não se ter localizado, a supressão que o Dr. Leite de Vasconcelos faz de um dos cabos que os antigos assinalaram na costa algarvia. Com efeito, ao tratar do Promontorium Sacrum, no vol. II da sua obra «Religiões da Lusitania», suprime o promontório Cuneus, a que Pompónio Mela se refere, por não encontrar na costa marítima do Algarve

saliência que ache condigna dessa designação geográfica. E como o faz? De uma maneira muito simples: confunde-os; o cabo Cuneus é o próprio cabo Sagrado.

Como Cuneus quer dizer Cunha, Leite de Vasconcelos encontra na enorme região de forma trapezoidal cujos vértices são a Ponta da Piedade e Pontal, na base maior, e as pontas de Sagres e de S. Vicente, na base menor, o feitio duma cunha. Ora isto é uma suposição absolutamente fóra de sentido geográfico na época em que êsses cabos teriam sido baptizados pelos navegadores costeiros. Mas há mais: Plínio e Mela chamam à região adjacente à do Promontorium Sacrum, Cuneus. Estamos, pois, evidentemente em presença de dois terrenos diferentes. Os dois promontórios são distintos mas próximos. Pompónio Mela situa Lacóbriga no Promontorium Sacrum. Claro, esta Lacóbriga não é a Lagos de hoje. Ficava a uns mil e quinhentos metros de distância da praia. E ao norte da base do trapézio, Piedade-Pontal; portanto, fóra do Promontorium Sacrum, de Vasconcelos. Dá-se, porém, uma circunstância já muito apontada, a de que os algarvios chamam cabo à região para oeste de Alvor e, à de leste, propriamente, Algarve. A lata designação de cabo àquilo que o não é, tem a sua explicação: o corpo foi, pouco a pouco, tomando o nome da cabeça.

Os dois cabos delimitam a baía de Lagos; o Sacrum, aquêle que termina na ponta da Piedade, e o Cuneus, a rocha do Facho. Eram os dois pontos de referência para os navegadores que, em outras eras, demandavam a baía.

Custa-me a acreditar que tenham sido tomados como ancoradouros que servissem ao aprestamento de frotas as pequenas angras que se encontram desde a ponta de

S. Vicente até à da Piedade; como também não vejo razão para baptizar de cabos as várias rochas que as delimitam e, assim, nunca passaram de se lhes chamar pontas; Ponta do Farol, Ponta dos Corvos, Pontal Gordo, Ponta de Sagres, Ponta da Atalaia, Ponta da Balieira, Ponta dos Caminhos, Ponta do Maxial.

Por outro lado, a tradição nada nos deixou que não fôsse àcerca de Lagos.

A excelsa baía dessa terra seria aquela que os fenícios prefeririam como pôrto necessário a abastecimento dos seus barcos. E o Infante a escolheu para partida das suas caravelas pela mesma causa e ainda hoje os ingleses a escolhem para base naval de guerra.

Agora, a actual Lagos não existia no tempo dos primeiros, que tinham de percorrer quilómetro e meio para se fornecerem na Lagos de então; e no dos segundos, a mesma Lagos de hoje era falha de recursos, por isso que iriam a Bensafrim, que fica afastada mais de uma légua. E foi por isto que D. Henrique escolheu lugar onde os marinheiros não tivessem de se afastar dos navios para adquirirem água e frescos.

Procurou êle o porto de abastecimento que naturalmente estava indicado, o Porto de Anibal. As mesmas causas produzem os mesmos efeitos. Nem próximo tinha outro sítio capaz que não fôsse Alvor, afamada pela água dum poço, que é por êste motivo o seu nome, rica de produtos da terra e bem acessível à navegação do século xv.

A sua Vila foi fundada em Terçanaball. Leia-se Terçana-ball. A palavra compõe-se do termo terçana, de voz mourisca e que significa o mesmo do que porto. As terçanas eram lugares de abastecimento. E do sufixo ball, que adiante se procurará explicar o que êle quiere dizer.

*

O Infante D. Henrique localiza a Vila duma maneira precisa neste período: *mandey edificar huma villa no outro cabo que ante do dito cabo de Sagres está aos que veem de ponente pera levante que se chamava terçanaball aa qual pus nome villa do Infante*. Carta datada da própria Vila a 19 de Setembro de 1460.

Eu sou de parecer, e não o primeiro, que *terçanaball* não se refere a Cabo. Se se dissesse que se *chama*, no presente, é que, sem dúvida, o sujeito seria cabo. *Chamava* está no pretérito imperfeito o qual requiere uma participação do presente, e assim a temos no *aa qual pus nome Villa do Infante*. Não era o cabo que êle crismava de *Vila do Infante*, era à Vila Terçanaball. Por o verbo estar no imperfeito, Fortunato de Almeida enganou-se e trocou *aa qual* por *ao qual*, no seu conhecido estudo sobre D. Henrique (14). Completou o sentido para o cabo, o que é erro, mas explicável por não se poder isolar o verbo no imperfeito. Se eu disser, por exemplo, *a rua que se chamava S. Lazaro*, tenho uma frase incompleta.

O sentido deve ser este: mandei edificar uma vila (na) que se chamava (outrora) *terçanaball* (e) à qual pus o nome de vila do Infante. Eu acrescentei *outrora*, porque se a vila se chamasse, na época d'êle, *terçanaball*, a forma de dizer seria nesta conformidade: mandei edificar uma vila (na) que se chama *terçanaball* (e) à qual pus o nome de Vila do Infante. Escusava de indicar o cabo, todos ficariam sabendo onde ela era. Não lhe convinha aludir a

(14) Citação do Dr. Jordão de Freitas no jornal « A Voz » de 8-VII-933.

Alvor, que era o nome do sítio onde êle a fundara, porque então não se perceberia, imaginando-se que a dêle era a de Alvor. Para não haver confusões, citou-se o primitivo nome de Alvor, preferível a êste que persistia, mais difficil de substituir. É como se hoje dissesse, mandei edificar uma moradia no antigo Porto de Anibal e saltássemos por cima de Alvor. Claro, moradia é forçado. A Vila medieval era povoação murada e com certos foros.

Se o nome do cabo fôsse terçanaball, naturalmente se escreveria: no cabo terçanaball que ante do dito cabo de Sagres, etc. Nem a um cabo se daria o nome de terçana ou porto.

A marcação da posição da Vila é feita por uma frase intercalada. Nestes versos de Camões, temos um caso idêntico:

Ambos se tornam logo da cidade,
para a frota, que o mouro bem conhece

(LUSÍADAS, VII, 28).

O que o mouro *bem conhece* não é a frota, que ainda não tinha visto, é a cidade.

Nos escritores antigos se encontra, por vezes, essa redacção, imprópria de hoje.

A posição do cabo era: *que ante do dito cabo de sagres está* (em relação) *aos que veem do ponente pera levante.*

A carta encerra três vezes a palavra *ante*, que póde ser ou a preposição diante, ou o advérbio de tempo antes. Como advérbio temos nas frases *assy ante por o que dito he e dizendo ante do começo da dita missa.*

Ora na geografia descritiva o factor tempo não entra em equação. Essa ciência, como todas as que são objectivas, assenta na observação directa, e o que ao homem hoje dão os sentidos sempre o deram.

Na marcação das terras atende-se só ao factor espaço. Quando se diz que um lugar fica antes ⁽¹⁵⁾ ou depois de outro, há-de haver um terceiro de referência, o qual é, na generalidade, aquêle em que nos encontramos, pois as distâncias a percorrer na diferença entre ambos tem um determinado valor tempo. A maneira vulgar de dizer tal aldeia fica antes ou depois de outra, é conveniente para as pessoas que se deslocam e têm necessidade de saber o tempo de que precisam para ir a qualquer sitio. Costuma-se até acrescentar, fica a tantos minutos de caminho a andar. Na geografia não sucede, porém, assim. É simplesmente a orientação que se pede: a norte, a sul, etc.

O Infante não dá o terceiro ponto de referência. E faz muito bem, porque não tinha que atender ao tempo. Êle não estava a indicar uma rota, mas sòmente a deixar escrito onde era a sua vila.

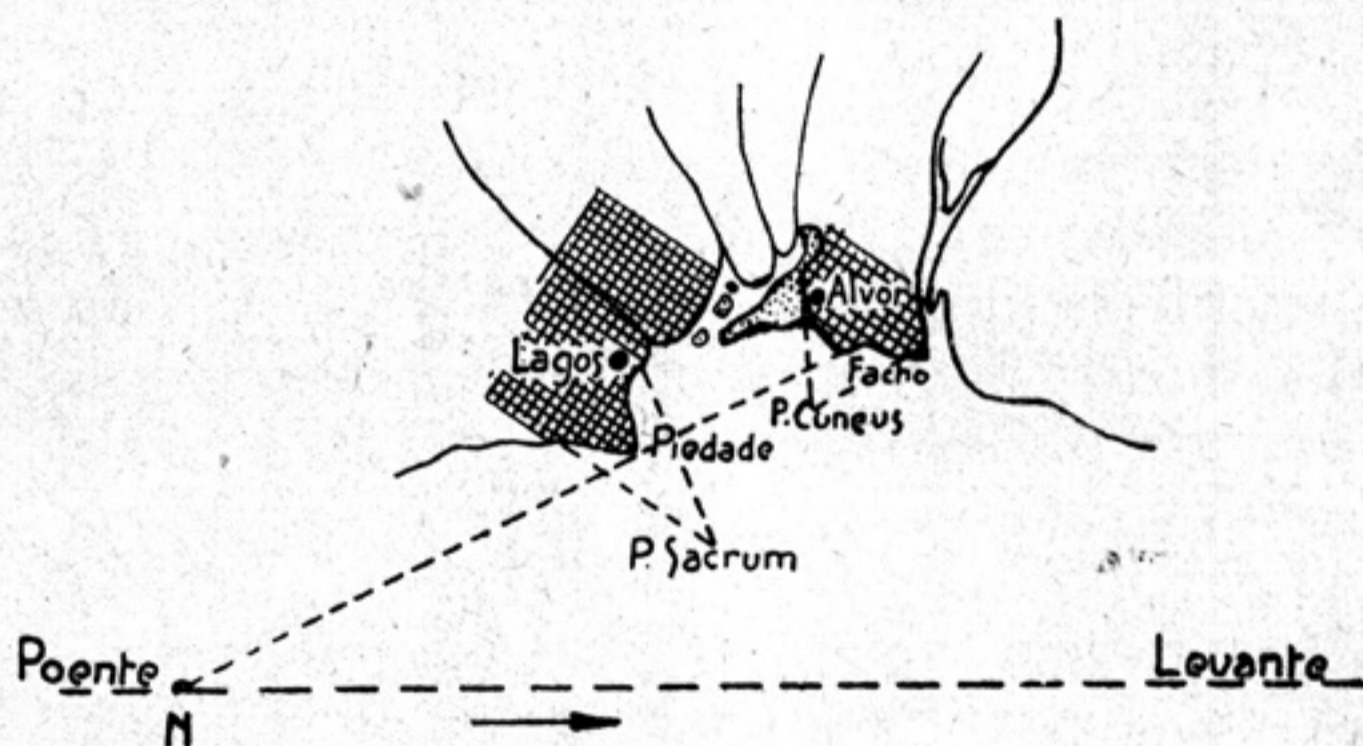
O cabo ficava ante ou diante do cabo de Sagres. O que está frente a outro lugar dispensa terceiro lugar de referência. Mas êle dá-nos a orientação geográfica poente-levante, necessária em virtude dum cabo ter duas faces e uma aresta. Considerou para o caso a face do lado levante. E como diz *aos que veem do poente* e a carta é escrita da sua própria vila, esta é a alcançar e, por consequência, ela também ficava a levante do cabo de Sagres. A redacção do período, parece-me, não se pode adaptar a interpretação diferente da que lhe dou.

A posição no mapa será como a do desenho que acompanha êste artigo, sendo N o ponto de observação para se ver o cabo Cúneus diante do de Sagres.

(15) *Antes* é sempre advérbio de tempo; *ante* é que póde, ou não, ser.

O Regente D. Pedro deu a D. Henrique, por carta de 1443, autorização para fundar uma vila no cabo de Trásf-almenar. Evitou o Infante, na sua carta, dar-lhe essa designação, porque no Algarve de Além-mar havia outro cabo com o mesmo nome, o que poderia levar a confusões ⁽¹⁶⁾.

Trásf-almenar significa ponta do farol e coincide com a torre do Facho que derruiu com o terramoto de 1755.



O tracejado representa rocha terciária. O ponteadado, areia

A propósito da vila do Infante tem-se citado o nome *carphanaball*, alusivo a um castelo medieval que um cruzado estrangeiro, que foi à conquista de Silves, deixou registado numa relação desse feito. Tem-se lido *Karfana-ball*. Nada, porém, justifica esta leitura. O c tinha o valor de s. Se estivesse ch é que, sem dúvida, tinha o valor de k. Como está, deve ler-se *Sarfanaball*.

O cruzado era um sacerdote germânico. No seu idioma o p latino transforma-se em f. Os mouros diriam *sarpeda-*

(16) « História de Portugal », dirigida pelo Prof. Damião Peres, vol. VIII, pág. 414.

naball e ele entenderia *Sarfanaball*, e assim escreveu. A silava *ped* foi tomada por *f* ⁽¹⁷⁾. Os gregos assinalaram no Atlântico uma ilha *Sarpedônia* e um cabo *Sarpedon* ⁽¹⁸⁾.

O historiador alemão Schulten crê que a ilha fôsse situada em frente de Tartessos, ou seja ao sul da actual Huelva. Sôbre o cabo não diz onde ele seria. Ora eu julgo os dois vocábulos, *Sarpedana* e *Sarpedon*, identificáveis. Em grego se leria *Sârpêdôn*, todas as sílabas longas. Passaria ao latim em *Sarpedun*, cuja leitura deve ser *sârpêdounn*; a primeira e a terceira sílabas longas, e as outras breves. E, finalmente, os árabes diriam *sârpêdâna*.

Quanto ao *ball*, já o vimos em terçana-ball e também se encontra em Ossonobaal, a cidade de Faro. Aqui, porém, com o *â* dobrado.

Nós não nos devemos esquecer que os primeiros navegadores que passaram pelo Algarve foram os fenícios, que tinham o seu deus *Baal* e nas suas feitorias haviam santuários. Eu faço corresponder o *ball* que eles deixaram nos topónimos algarvios ao *sacrum* dos promontórios latinos, pois também estes eram lugares com altares.

O cruzado relaciona os castelos de poente para levante, sendo o primeiro *Sarpedana-ball* e o seguinte *Lagens*. Para mim ele defenderia a praia de Lagos, elevado na rocha do cabo, e o outro seria o da primitiva Lagos. O cabo *Sarpedon* era *ball* ou sagrado e, por este facto, se ficou chamando *Promontorium Sacrum*.

O Dr. Leite de Vasconcelos deriva *sacris* de *sacis*, sagrado, e *rupex*, pedra, o que o levou a procurar as

⁽¹⁷⁾ Ex.: latim, *Pes*; germânico, *Fuss*.

⁽¹⁸⁾ Adolfo Schulten, « Tartessos », Ed. *Revista do Ocidente*, Madrid, 1934, pág. 73.

pedras sagradas na região que considerou o Promontorium Sacrum. Não colheu, contudo, qualquer elemento concreto.

Rupex, como disse, significa pedra, mas também quer dizer gruta. E é nesta acepção que, aqui, o devemos tomar, cujo sentido é mais religioso. Qualquer cavidade da rocha se aproveitaria para santuário.

A região de Lagos é rica em testemunhos prè-históricos. Em Fonte-Vélha encontrou-se uma necrópole da 1.^a idade do ferro, um cemitério romano e inscrições; em Espiche, inscrições, e em Bensafrim, tulhas, louça e inscrições (19).

*

Eu considero a actual configuração da parte da costa algarvia que está em causa, e pertencente à época terciária, semelhante à do período de quatrocentos. A deformação proveniente da erosão das águas e da acumulação de areias e detritos, da época quaternária, é pouco de contar e facilmente se dá o devido desconto. Quanto ao efeito dos sismos, a importância é mais de fracturas e de deslocação de alguns pedaços de rocha, que não alterariam a parte essencial da beira-mar.

Bem sei que a partir da rocha do Facho, e alguma coisa já nesta, a costa assume o aspecto ruñiforme, efeito, de-certo, dos muitos terramotos que tem sofrido, tanto mais que se assinala uma zona de forte intensidade sísmica entre Monchique e Portimão. Mas estou convencido, pelos mapas que tenho consultado, de que a rocha terciária

(19) Estácio da Veiga, « Antiquidades Monumentais do Algarve », vol. II, pág. 314.

do Cabo Cúneus mantém, quasi, a mesma forma que tinha no tempo do Infante D. Henrique. E a impressão de cunha que ela daria, não seria vista em carta, que não existia para aquêles que lhe puzeram o nome, mas observada do mar.

Hoje a barra do rio Alvor está assoreada e só embarcações de pequeno calado vão até à povoação homónima, mas sabe-se que antigamente iam lá barcos de oito mil arrobas.

*

¿ Haverá acaso ainda mais elementos identificáveis para o Cabo Cúneus e a Vila do Infante? As coincidências que vou apontar, se não são provas absolutas, são, no entanto, factores para atender.

Cúneus, como já dissemos, significa cunha. Uma das famílias nobres, mais antigas e oriundas de Alvor, é a de apelido Cunha Costa. Àcerca da vila, há mais indicações. Como se sabe, em Alvor distingue-se a Vila Nova e a Vila Velha. Esta ficava junto ao castelo, de que o tal cruzado também fala e no século passado destruíram, deixando para amostra umas insignificantes ruínas. Nos documentos referentes à Vila do Infante, a actual Alvor, acha-se a designação de Vila Nova, o que supõe a existência duma vila velha, a que, na realidade, fôra a vila do Castelo Alvor.

O Infante mandou edificar uma igreja da invocação de Santa Catarina fóra da vila. A actual igreja paroquial, atribuída ao reinado de D. Manuel, fica, igualmente, extra vila. Teria sido construída no tempo do Infante e beneficiada no daquele rei. É de três naves e tem muitas sepulturas antigas. Uma das razões invocadas por D. Henrique para fundar a sua vila, era haver cemitério para os que

morriam nos navios. Numa das campas lê-se: « Aqui jaz o grande Alvaro de Athaide, pai de Tristão de Athaide ».

Quem seria esse Alvaro de Athaide? D. Afonso V, por carta de 1451, confere-lhe a dizima do pescado, portagem de terra e mar, foros de azenhas, serviço novo e velho dos judeus, foros, moinhos, casas e marinhas de Alvor.

¿Seria ele o Alvaro Gonçalves de Athaide que em 1439 acompanhou o Infante D. Pedro, de Coimbra a Lisboa, quando este veio assumir a regência, e a quem, mais tarde, D. Afonso V deu o título de conde de Atouguia?

D. João II recolheu, no fim da vida, a Alvor, para onde tinha ido com o intuito de tomar banhos nas caldas de Monchique; e lá faleceu, nas casas do alcaide-mór e a rua delas conservou, por esse facto, o nome de *Paço*.

¿Teria sido o Infante D. Henrique que daria a conhecer na corte as virtudes das águas da serra de Monchique? E por esta razão é que D. João II veio a fazer uso delas?

A casa do alcaide-mór teria sido antes o Paço do Infante? Ele substituiria este na sua ausência e por isto é que seria grande? Póde ser que estas interrogações venham um dia a ter respostas afirmativas.

Da égide de Santa Catarina não perdurou na vila nenhuma igreja até nossos dias; em compensação ficou uma fortaleza, relativamente próxima dela.

D. Henrique no seu testamento não faz a mínima alusão às rendas da vila de Sagres e da vila de Vila do Infante. Faz, porém, a Lagos e a Alvor.

Vila de Sagres aforada, na vida dele, não existiu. Quando se dizia vila de Sagres, era a vila que ficava no cabo de Sagres, ou seja Lagos. Depois do seu faleci-

mento, estabeleceu-se a confusão, mesmo na chancelaria real, com o local onde tinha construído uma fortaleza.

Se Sagres não havia para testar rendas, a sua Vila é indubitável que existiu, pelo menos na parte construída onde ele habitou. Ela não teria rendimentos? Não é de crer. Quanto mais não fôsse, tinha os bens imóveis. É que em Alvor estava ela e foi lá que ele escreveu a citada nota no livro « Segredo dos segredos ».

*

Pretende-se que o monumento a erigir ao Infante D. Henrique seja na ponta de Sagres, virado para o mar. Será uma estátua para se vêr por um óculo de alcance.

Razoavel, afigura-se-me, seria pô-lo no lugar da sua vila, ou seja Alvor. E, como complemento, se colocariam duas marcas que iluminassem: uma, um globo azul com estrelas a imitar a esfera celeste, na ponta do Facho, para dar a entender que aquêles que partiram da baía de Lagos para as descobertas se guiavam pelos astros; outra, uma vermelha cruz da Ordem de Cristo, na ponta da Piedade, sinal da fé que os acompanhava.

E ainda duas palavras sôbre o monumento.

Achava muito mais belo uma sóbria estátua de modelo clássico do que uma espectacular obra de estilo modernista.

CONCLUSÃO

1.º — O livro « Segredo dos segredos » é uma tradução feita pelo Infante D. Henrique do tratado aristotélico « Grande Moral ».

2.º — O cabo de Sagres é o que termina na ponta da

Piedade, Lagos sua vila e teve um castelo chamado Sarpedana.

3.º — A vila de Vila do Infante foi edificada no Cabo Cuneus, o qual depois se chamou Cabo Trásf-almenar e hoje se designa pela rocha do Facho, junto à vila Terçana do castelo Alvor onde fôra o Porto de Anibal: a actual vila de Alvor é a vila de Vila do Infante.

ARMANDO SOUSA GOMES

VALORES DE PORTUGAL ⁽¹⁾
ENSAIO DE NACIONALOGIA PORTUGUESA

RAZÃO DE ORDEM

Exposto no Capítulo I o que se tem escrito de mais geral sobre estudos nacionalógicos, vamos desenvolver o nosso trabalho sobre os valores de Portugal, de forma a metodizar a sua repartição, sob títulos mais apropriados a seus fins e à sua compreensão.

Serão expostos os valores nacionais em duas grandes classes:

Divisão A primeira consistirá no que denominamos autonomias, qualidades derivadas mais propriamente da natureza histórica das cousas, ou dos factos acumulados através do tempo pelo esforço social, e aos quais atribuímos valor especial. São estes valores de objectividade, tão legitimamente atribuída e comprovada, que constituem as mais básicas Autonomias Nacionais. É este o objecto do presente Capítulo II.

Em cada uma das partes em que a matéria deste nosso II Capítulo naturalmente se divide, procuramos mostrar as suas autonomias e demonstraremos a sua legitimidade, no tocante aos valores portugueses, que a constituem.

(1) Cont. do n.º 5, vol. 91, pág. 444.

Relatividades Mas nada de absoluto existe no que é humano e, assim, as autonomias só o serão em diverso grau de relatividade, antecedendo seus extremos limites. O grau de autonomia será, para cada caso, marcado pelo predomínio dos nossos valores, no que eles tiverem de essencial e diferencialmente português, com o seu cunho próprio e feição, comparados com o estrangeiro, ou particularmente com as feições espanholas da mesma classe em divergência dística. É esse aspecto e o seu valor próprio, nas diversas partes de classificação, que nos confere o múltiplo título de Autónomos.

A segunda classe compreenderá os valores existenciais ou de objectividade real. Nestes Capítulos III e seguintes do nosso trabalho, os Valores Nacionais serão tratados fóra de comparação obrigatória, a não ser para o esclarecimento do assunto.

TEORIA DOS VALORES NACIONAIS

I PARTE

Cap. II — Valores diferenciados atribuíveis a Autonomias comprovadas.

II PARTE

Valores de objectividade real ou existenciais
— Antropo-geográficas.

Cap. III — Habitacionais: O País da Raça.

» IV — Populacionais: A Raça do País.

» V — Cronológicos: A História do País.

» VI — Sinópticas: O Património Nacional.

PREÂMBULO DO CAPÍTULO II

Com aquela segurança que, a nós portugueses, dá o conhecimento do nosso ambiente, podemos dizer que a *Autonomia* envolve, como essência fundiária da sua existência, todos os valores da Nação. São estes valores e bens condicionados na sua manutenção e progresso para todo um futuro dirigido e esperançoso, por meio das actividades da Raça. Por meio de sistemas de defesa, que a todos nós e aos dirigentes da Nacionalidade nos cumpre com zelo empregar, temos de valorizar as realidades nacionais na sua vida diferenciada e livre das influências assimiladoras e absorventes, internacionais.

A Individualidade, a Personalidade Autónoma e Soberana da Nação compreende, portanto, tantas partes quantas no seu todo se enumerem, por todos os títulos de valores nacionais, o que nos conduz a formular a sua distribuição pela forma seguinte:

CAPÍTULO II (A)

Valores de objectividade atribuída.

Autonomias comprovadas.

Subdivisões do Capítulo (A).

Toponímica	A ₁
Física, geográfica ou territorial	A ₂
Etno-histórica	A ₃
Geo-política	A ₄
Marítima e Colonial	A ₅
Cultural	A ₆

AUTONOMIAS EM GERAL

- Individualidade de um ser** As qualidades típicas e definidoras de um indivíduo asseguram-lhe o que se lhe atribue, constituindo-o em termo geral como « uma individualidade ». A certos agregados humanos é permitível afirmar-lhes uma como individualidade, quando a êsse todo se possam generalizar as típicas qualidades individuais dos seus elementos componentes. Este fenómeno
- Individualidade conjunta** apreensível é derivado de um conjunto de causas concorrentes em um determinismo irreductível de antigos sucessos, compreendidos na história e finalmente actualizados pelo heredismo, pela invariância racial. Realmente o termo individualidade, num sentido de aglomerado ou aplicado a agregados de carácter comum, sendo termo que resulta da impressão de conjunto, conduz-nos a investigar o que haja pròpriamente de biológico nesse conjunto de seres, de caractéres tão semelhantes no aspecto, ou coligados na acção, como condição determinante do facto. E se este irreductível determinismo irradia como sendo comum para
- Comprovação** acção exterior, a realidade da individualidade do conjunto será incontestável.

Se da individualidade, objectivamente confirmada, passarmos a observar uma projecção externa da vontade colectiva, procurando adquirir fóros de direitos a acções exteriorizadas, como se partissem da existência de um só ser ou de um só corpo de actividade colectiva, aparece então o sentido de personalidade.

O conceito de Personalidade representa um avanço de dinamismo sôbre os valores da Individualidade. Mani-

fecha-se na Personalidade uma vontade iniciadora, proveniente de um potencial em reserva que se afirma, enquanto

Personalidade que a Individualidade tem para nós mais o simples aspecto de qualidade inteiramente atribuível. Na Personalidade pressente-se a existência de um destino holodrómico. Da sua natural tendência, forma-se um máximo de garantias de independência, surge então do conceito de Autonomia, perfeitamente aplicável ao agregado comunitário.

Autonomia e seus valores intrínsecos A autonomia representa e afirma, essencialmente e formalmente, a personalidade em plena posse do seu próprio conhecimento, ou autognose, e da convicção de uma inabalável base mental e moral, para a manutenção da sua intangível liberdade. Designa o facto de possuir e a faculdade de dispôr e usar em completo e exclusivo domínio.

Afirma-se, no pleno exercício da sua determinação, pela posse dos seus meios de actividade e pela livre e imperativa vontade de os fazer utilizar nas funções essenciais da sua vida, no anseio da Manutenção e na esperança da Vitória.

A sua impressão externa O próprio termo « Autonomia » apresenta alguma coisa de elevado pelo seu próprio significado, como sendo uma lei imposta à colectividade pela própria consciência colectiva. Desta originária acção interna provém a convicção de que se basta a si própria, possuindo em si mesma o seu destino, e manifestando-se portanto, e totalitariamente, com um caracter « Autotélico ». Finalmente o próprio termo « Autonomia » possui uma sonoridade elevada, altiloqua e

impressionante, que inspira respeito, e sugere a existência de uma força, revestindo-se de uma aparência fundamentada, de atitude sagrada.

O condicionamento interno, que assegura à Autonomia a sua continuidade, é a homogeneidade racial. À evidência desta previsão, de que a invariância racial deve ser assegurada pela igualdade de origem e pela do pensamento político da população, não causará dano o acrescentamento de exemplos correntes.

Exemplos

É assim que Hitler, expulsando a raça hebraica, apurou a homogeneidade da germânica, ariana como pretende. A Espanha, contendo a raça oprimida dos asturos e a catalã, em permanente e consciente revolta, sofre de igual modo com o cosmopolitismo comunista e com a dissolvente mania democrática, carregando tudo sobre uma população sofredora e farta das infâmias partidárias. A todos porém uma miragem de latrocínio coletivo deslumbra e, tanto mais, que esperam que o derrame

**A miragem
portuguesa
perante
os conflitos
espanhóis**

do sangue se acentue sobre Portugal. Considerado o nosso país, pôsto a prêmio ou como finalidade de seculares cubiças, para condição de unificação de todos os hispanos; só assim, nêsse assalto comum, teriam pela primeira vez um vislumbre de unidade: na absorção, na holodromia ou direcção, mas só nesta, de um caminho ambicionário, meio único a empregar, desejado por muitos vizinhos e tão repellido por nós.

A semelhante heterogeneidade da população Austriaca « nação alemã » e da Checoeslováquia conduziu a um predomínio germânico estadual. Por estes três exemplos

se demonstra que a poligenia populacional é dirimente da unidade e conducente à anarquia.

O contraste de Portugal Só a homogeneidade assegura a autonomia, bem como a sua manifestação exteriorizada em concordância dos fins (Holodromia e Homotropia), pela razão ancestral de uma hologenese. Tal é o caso excepcional de Portugal, exposto em resumidos e precisos termos.

AUTONOMIA TOPONÍMICA E ONOMÁSTICA

A Toponímia e a Onomástica, o nome das localidades e o nome das populações, podem ou não ser trazidas a concurso, como expressões de conhecimento histórico sobre o qual se chame a atenção. Póde esta ser exigida pelo desejo de prescrutar as funções em o início, ou em qualquer época dos sucessos nacionais, ligadas ou à localidade restricta, ou a grandes tratos territoriais. É assim que os nomes de certas nações são apenas indicadores do nome de uma migração conquistadora e domiciliada. Tal o nome de França derivado da tribo germânica dos Francos, esquecidos na toponímia o onomástico dos Gauleses, como também em Inglaterra só se fazem lembrar os anglos, com esquecimento de Bretões e Saxónios e, quando se dizem Britânicos, ficam em esquecimento dois ou mais dos seus factores populacionais. Assim, um dos nomes da colecção vale por todos. O nome de Hispânia é propriamente toponímica do país banhado pelo Mediterrâneo, ao qual, nessa sua faixa marítima, abordada pelos gregos, estes a apelidaram por vezes de Ibéria estendendo o nome até ao ocidente por cómodo hábito. É evidentemente dispensável

Titulos das Nações

o prosseguimento de mais exemplos. Em contraste com os casos que acabamos de expôr, vamos mostrar o prestígio da toponímia no caso de Portugal.

**O caso
de Portugal**

O nome de Portugal é de origem duplamente interessante, pois tendo as suas raízes populacionais residido em local de forçada utilização da sua actividade, esta função, de todo o sempre, entra também na história do seu nome. Localidade, e funcionamento, material e social, concorreram para o nome histórico da Nação. Pelo lado de âmbito mundial, a energia iniciadora de uma pequena vila, (se tanto), pôde generalizar a sua seiva a todas as ramadas da grande árvore portuguesa, que de aqui braceja para todo o além mar, o que representa uma união, tanto mais forte e completa, quanto consegue a integração do disperso em uma unidade do conjunto.

O nome de Portugal vem do mais recôndito e enérgico foco expansivo da actividade luso-romana.

**Significação
de Portus**

Sabido é que o termo « portus », com a sua tradução imediata de « porto », significa um acidente, um local ou aberta, ponto obrigado de passagem por onde um caminho tem de se seguir através de um rio, ou sôbre uma aberta no dorso de uma montanha, onde o termo se modifica para « portela ». É de linguagem corrente, no termo de Lisboa, chamar-se portos às passagens de uma estrada macdamizada para um caminho vicinal, que conduza a uma aldeia, ou de um caminho vicinal para dentro de uma fazenda valada, e que só por essa abertura dê passagem, a qual, nesse caso, na ocasião das colheitas se costuma « tapar ».

Por outro lado « Calis » significa um caminho, azinhaga ou estrada, em latim e em Celta, Calle (1). Em português ficou o termo *canadas* para designar as entradas de caminhos que fazem nos campos os carros e carretas que as atravessam: estrada estreita, passagem de gado por estradas, carreiras. (António de Moraes Silva, « Dicionário da Língua-Portuguesa » — Lisboa, Tip. Lacerdina, 1813).

Derivados naturais do primitivo nome de Cale encontram-se confirmados no « Orbis latinus » de Graesse (Berlim, 1909, Bib. Nac. Paris Cassier R 408) pelo seguinte modo:

Calensis portus; applicavel a Portucalensis urbs e a Portucalensis civitas Portugalia intermnensis; applicavel à Extremadura. O Entre Douro e Minho é designado por Minii.

Sob o ponto de vista filológico aceitam-se as seguintes derivações (Alex. de Albuquerque. « Nação Portuguesa » série VI, Tom. II, fasc. 7 p. 39):

Portu-Galli Portugalli Portucalle Portucale
latim gaelico id. latim

Pròpriamente latina, seria a grafia Portu-Galliae.

O itinerário de Antonino (vide a edição de G. Parthey e M. Pinder. Berlim 1858, p. 200, mencionado por A. Sampaio, est. hist. e econ. p. 263) indica *Calem* como a última estação de Lisboa a Braga.

(1) O Dr. M. Correa na sua tão interessante obra « Da Biologia à História » — Porto, 1934, a pág. 234, indica a opinião de Hubert, que, resumida, assevera que Cale e Cala são raizes existentes simultaneamente na Ibérica e na Celta. Na « Cale in Galaecia » refere-se às opiniões bem fundadas de Hubner e de Schulten sobre a origem ibérica de Cales, Caladumno, Calectumnu (de Ptolomeu e Antoninus), Calagurres, Calacula, Calaeci. Aproxima-se Cala de Gara, que, em vasco actual, significa lugar elevado.

**Identificação
de Cale**

Do exame crítico de uma citação de Idácio colhida no *Chronicon* do século v inserto na « España Sagrada » (T. iv), realizada por A. Sampaio, (op. cit. p. 263), conclui este autor que *Calem* ou *Cale* teria sido na origem uma citânia lusitana, erigida em qualquer cêrro, e depois aproveitada pelos romanos para uma estação, da qual, localizada no alto, podiam observar o movimento dos passageiros junto do Rio Douro (1); e como estava ligada sem interrupção com o embarcadouro, não é presumível que se formasse no fundo, por desnecessária, uma povoação semelhante à da margem direita ».

Calem ou *Cale* era uma povoação na margem esquerda (no local de Gaia) e que era servida do lado do norte pelo porto: « ad locum qui Portucale appellatur » « ad extremas sedes Gallaeciae ». Esta menção é de Idácio no citado « *Chronicon* », quando se refere à fuga do Suevo Rechiario (sob a pressão de Theodorico, Rei dos Godos) o qual em 456 a. D. a êsse *locum* recorreu como refúgio, depois de derrotado em Orleigo (a 10 m.^{as} de Astorga).

Outra citação do nome de Portugal vem no mesmo « *Chronicon* », a propósito da morte de certo Ariulfus,

(1) O *Castrum* poderia ter sido construído por D. Julio Bruto como pôsto de observação e base de operações contra os lusitanos, na campanha por êle movido do lado da Galécia. Na portus haveria um « portorium » para a cobrança da portagem a entregar ao propretor de Mérida, do lado do Sul e ao de Brácara do lado do Norte, por ser então o Douro o limite entre Lusitânia e Tarraconense. (Vide « História de Portugal » de Luiz Gonzaga de Azevedo — II — págs. 150 e seguintes).

dizendo que em 457 « Ariulfus Portucale moritur » e ao facto de rei Maldras, em 459, depois de assassinar o irmão, *Portucale castrum idem hostis invadi*.

Portanto Calem ou Cale, como última estação de Lisboa a Braga estava sobre a margem esquerda; e *Portucale castrum* em que margem estaria edificado? O *Portucale locum*, como extremo da Galécia, estava na margem direita. O castrum é que tanto poderia ter sido construído numa margem, como na outra. A. Sampaio opina que era na margem esquerda. Para a origem do nome de Portugal pouco importa, e assim ficaria bem indicada a sua filiação etimológica.

Há a notar a existência das duas designações de « Portucale castrum antiquum » e « Portucale castrum novum ».

Sobre esta debatida localização da primitiva Cale, o nosso insigne astropólogo e pre-historiador, Dr. Mendes Correia, em uma comunicação à Classe de Letras da Acad. das C.^{as} de L. em 28/4/1932, começou por estabelecer que a povoação luso-romana de Cale não corresponde ao local a que se atribue a actual Cale. « Cale deveria corresponder ao monte da Cidade, sito entre as estações de S. Bento e o largo do corpo da Guarda, designado como aquêle em numerosos documentos antigos ». Ficaria esquecido esse nome depois do começo do século XVI. O monte da cidade devia corresponder, por seu lado, a um *Opidum* ou *Citânia* romana ou pre-romana.

**Dados
cronológicos**

O pôrto de Cale sobre o Douro ou « Portucale » ter-se-ia formado após o estabelecimento da paz romana e, junto da confluência do « rio da vila », com o Douro, na actual Ribeira. O burgo episcopal da Sé só se teria formado mais tarde que o pôrto de Cale.

Extensão onomástica O processo de extensão ou generalização do nome de Portucale em Portugal seria o seguinte:

Da Ribeira ao Castelo de Gaia, da Ribeira ao Castelo episcopal, da Ribeira ao Pôrto, da Ribeira a uma vila rústica junto de Mafamude, e daí a uma maior região e ao país inteiro. Explica-se esta extensão ou generalização por ter nascido das necessidades da grande circulação e trânsito, como ponto da sua maior concentração, e pela reputação irradiante que dêsse centro se divulgou como resumo de toda a actividade regional, como seu coração receptor e impulsivo.

Portus Cale Como vemos, « Portus Cale », « Portus Cales », ou « Portus Calem » deve ser tomado como o significado originário da vida nacional. Dessa localidade se expandiu, desde o princípio, a sua função, justificando-a. Representara o início da Autonomia e o seu foco irradiante.

Profundou ultimamente o caso, definindo o que até agora fôra um mistério, o Dr. Mendes Correia no seu tão bem cuidado estudo « Cale in Callaecia » (Madrid, 1934), indo muito mais além do que tão somente afirmar que fôra em Cale que se dera um episódio das guerras de Sertorio: « Mas é de crer que a sua antiguidade recue a remotos tempos pre-romanos, a ajuizar por numerosos vestígios de ocupação prè-histórica na área... » que se refere à localização de Cale.

Local de Cale A localização de Cale, claramente o insinua o mesmo autor, corresponderia à parte mais próxima da « Batalha » (do actual Pôrto) na

sua vertente ocidental da altura dessa praça da Batalha e do «Cimo da Vila». Fôra aí a «Cividade» cujo pôrto de passagem para a margem esquerda demorava junto à foz do «rio da Vila». Pelo vale dêste rio passaria a via romana para Bracara. A «cividade» de que fala Idácio, situando-a na Calaecia e portanto na margem direita do Douro, já no vi século era séde de episcopado e no século viii fôra retomada por Afonso I de Oviedo. Tinha esta cividade para sua defeza um «Castrum», o «Portucale Castrum» de Idácio, um recinto defensivo, defeza precária que depois se acentuou pela construção do «Castrum novum» sôbre cuja designação o Dr. J. L. de Vasconcelos não vê contradição com a antiguidade da cividade situada no declive acima indicado, do «Cimo da Vila». Não impedira isto que, pelo andar do tempo, a cividade primitiva se tivesse estendido para os lados de S. Bento.

Nesta altura intervém um erudito autor de interessantes opúsculos Gaienses. No VIII.º, intitulado «As estradas romanas no Concelho de Gaia» (1) onde se lê, a pág. 25,

**Intervenção
arqueológica**

«Divergem as opiniões dos nossos arqueólogos na solução do problema. Para uns, situava-se Cale na margem esquerda do Douro, no morro do Castelo de Gaia; para outros, localiza-se na margem direita, no monte da Cividade, sob o qual se abre o actual túnel de S. Bento... a questão está ainda em aberto.»

Depois de uma referência ao «Dr. Mendes Correia, que últimamente tem agitado o assunto nos meios científicos», chama o Sr. Arm. de Matos a atenção do leitor

(1) Por Armando de Matos, Director dos Museus Municipais e da Biblioteca Pública de Gaia. V. N. de Gaia, MCMXXXVII.

para o conteúdo de dois parágrafos, que seguem, nos quais o seu autor, fundando-se na cronologia de certos marcos miliários, encontrados por essas paragens, conclue que a estrada do Douro, para o sul, foi iniciada em Gaia; e a do norte, vinda de Braga para o Douro, teve o seu terminus no Porto.

Hipótese Ser-nos-há legitimo aventar a hipótese que, dado « um lapso de tempo, certamente grande, entre o estabelecimento da ligação das duas partes da via militar » (A. de Matos, loc. cit.), tivessem existido duas vilas Cale, uma sôbre o morro do Castelo de Gaia, outra sôbre o morro da Cividade? A multiplicidade das estradas exigidas pelo tráfego populacional e apontadas pelo Sr. A. de Matos deveria ter correspondido ao desenvolvimento da sua construção por localidades habitáveis, que naturalmente eram situadas por essa época em alturas dominantes.

Do século VIII, no ano de 841, durante o qual reinou Afonso II da Dinastia Cantábrica, aparece um documento em que se lê « totius Gallaciae seu Portucalensis Provinciae summum suxcipiat Praesulatum ».

Autonomia toponímica Depois que da extensa « Lusitânia dos antigos » (Do Cantábrico ao mar do Algarve) tinha sido fixada a nova Lusitânia pela administração romana, ao sul da Gallácia, ficara a região de entre Douro e Minho como que em « interland », área etnicamente indecisa ao norte da nova Lusitânia. Acentuara-se, porém, como que um desígnio, uma prospecção e uma « autonomia toponímica » como o caso é classificado pelo Prof. Manoel Ramos, visto que « a

Crónica dos Godos, narrando os successos de 1128, toma o estilo de um libelo político » tratando os Galegos de « estrangeiros ou forasteiros indignos ». A. Herculano julga « que esse estilo não seria mais que um eco da opinião vulgar ». « Esta denominação de injúria, que, aplicada vinte anos antes aos habitantes das outras províncias da monarquia fundada por Pelágio, seria ininteligível em Portugal, estreava por uma revolução gravíssima a sua fortuna popular de sete séculos ». (Prof. M. Ramos, in H. de Portugal, de Damião Peres, p. 484).

Assim pois, designações sucessivas correspondem, como havemos de ver, a situações também sucessivas e progressivas, na tendência para a constituição de Portugal independente, passando-se da povoação, designada restritamente por Portucal, ao territorio « Portugalense », ao seu Condado ou província de Leão em sucessivas fases de extensão e de liberação, até à constituição do Reino de Portugal.

Por último, a título de inventário e sem crítica por nossa falta de saber, apresentamos a idea do T. C.^{el} Ad. Mendes Streck de Vasconcelos, publicada no seu livro « Divagações etimológicas àcerca do nome de Portugal » em V. N. de Famalicão, 1935; Portugal vem de Pertica (colónia ou região em latim) e Alegre (crescer) ou de Portus e gat, wat ou agual — o mar.

Conclusões Da leitura da precedente compilação e análise resulta a conclusão de que existe, desde os primórdios da nacionalidade portuguesa, a influência expansiva de um nome regional, vinculado por um carácter de utilidade ou pública utilização, bem que esta

provenha de um centro comercial, de um ponto obrigatório de abordagem ou de trânsito, de um local de abastecimento, ou de uma posição de vigilância ou defeza. O nome local dado por público consenso e adoptado pelos dirigentes, designação topográfica estremando certas e determinadas regiões por limites expandíveis e ambicionáveis, constitui como que um capital topo-radical acentuando um carácter histórico e unitário à região assim designada. Tal é o caso português, tal o nosso pleno caso de Portugal, constituindo uma Autonomia toponimica.

Designações toponimicas da mais absurda ou artificial estrutura encontram-se nas designações geográficas, por todo o mundo, dando por vezes graves erros históricos ou tendências aproveitadas para cubiças de imperialismos artificiais ou de imposição, obliterando ou alterando o conhecimento histórico das realidades. Tal é a influência sugestiva do termo, falsamente histórico e contrário aos fundamentos habituais das designações topográficas, de « Ibéria » aplicado à península Pirenaica.

**O impróprio nome
de Ibéria**

Na verdade não são em geral designadas as penínsulas pelas qualidades dos seus habitantes, e, muito menos quando essa designação acarreta imediatamente erros colossais, como é a do caso presente. É o istmo, geralmente montanhoso, que define os contornos peninsulares, como os Balkans, a cordilheira escandinava, que definem pelo seu nome as regiões que limitam. Chamar-se Itálica à península Apeninica é desculpável pela dominação itálica ou romana em tempos idos e presentes. Mas para a pirenaica os exemplos da adopção racional e normalmente geográfica deste nome não são raros, mas o centro de propaganda ger-

mano-espanhol acentuou, para seus fins, o errado nome, quando são principalmente os próprios alemães que pelos seus notáveis mestres geógrafos e cartógrafos accentuaram a denominação pirenaica. Desta afirmação mostramos os seguintes exemplos:

Al. Penk. — Die *pyrenäen* — Halbinsel. Reisebilder — Vorträge des Vereines zur Verbreitung naturwissenschaftlicher Kenntnisse in Wien XXXIV^{er} Jahrgang Heft.

Brommer — Versuch einer Morphologie der *Pyrenäischen* Halbinsel (Programm des Gymnasiums in Chili).

Julius Pertes Stielerhand Atlas. Von Vogel (Blatt n^o 32 a 35 *Pyrenäische* Halbinsel).

Os partidários do « Império Ibérico », põem de parte não raras vezes a autonomia toponímica do nome de Portugal, que friza a nossa independência radicada no foco da actividade ancestral, real e simbólica, substituindo-o pelo nome não equivalente de Lusitânia. Não é a substituição destinada a recordar feitos do nosso grande Viriato, e tanto mais que procuram sempre pronunciar o seu nome como o de um « heroe peninsular » ou ibérico, mas sim a lembrar a desejada ressurreição do povo português como o lusitano fazendo parte do Império Romano. Êste facto é um caso particular da doutrina antinacional do « Peninsularismo », termo inventado para frizar que « acima do patriotismo português existe alguma cousa superior, que é o da península ibérica ». O Peninsularismo é uma forma moderna do Iberismo que o Dr. João Ameal apelida de « Neo-iberismo ». Camões e Viriato seriam Heroes peninsulares!

Durante a última exposição de Sévilha houve quem publicasse a idea, depois popularizada, de erigir nessa cidade uma estátua ao Infante D. Henrique como « heroe peninsular » sequestrando-nos assim o direito exclusivo a esta grande glória portuguesa. Êstes últimos casos representam tentativas das autonomias onomásticas, a destruir.

AUTONOMIA TERRITORIAL

Posição zonática de Portugal

Das quatro zonas pelas quais os geógrafos dividem a Europa: a Setentrional, a dos Macissos-antigos, a Alpina e a Mediterrânea, pertence Portugal à segunda, formando uma individualidade, entidade ou personalidade geográfica, afirmada ou acentuada pela oceanalidade. Pelo contrário a Espanha participa de duas espécies, da segunda e da quarta zonas, não apresentando pois tão vincada regionalidade geral, e repartindo-se o seu solo por muitas e diversas expressões topográficas, não sendo assim possível englobá-las em um fácies mais comum. A própria linha costeira da Galiza difere notavelmente da portuguesa; Portugal com os seus estuários, aquela com as suas rias provenientes de um abatimento durante o postpliocénico em consequência da compressão do bloco peninsular primário, causada pelos dobramentos penibéticos e pirenaicos, e tôdas na verdade sem deltas, que só o Ebro possui pelo seu desague mediterrânico.

Autonomia física

As múltiplas, mas não absolutas diferenças geográficas, que se encontram entre Portugal e Espanha definem o que denominamos Autonomia física do País. Tem sido esta apro-

veitada para explicar a origem da nossa individualidade política. Na exposição que segue, sobre a Autonomia geográfica não absoluta, abstemo-nos de entrar no caminho de a dar como causa da nossa diferenciação política, como o faz o Dr. Silva Teles pela conclusão dos seus trabalhos, que expomos adiante.

Theobaldo Fisher torna, neste assunto como dominante, a oceanalidade portuguesa em oposição à continentalidade espanhola, e põe o paralelo: a Holanda está para a Alemanha, neste aspecto geomorfológico, como Portugal está para a Espanha. Autor de um mapa configurativo da península pirenaica, considera Portugal como a mais distinta porção de todas as regiões peninsulares, bordejando o mar, e semelhando a Holanda.

Perante mais de uma região surge o pensamento dominante, a conhecida doutrina de Vallaux (1) sobre a existência e influência diferenciadora das « Zonas de diversidade ou de contraste ».

**Hipsometria
zonas planas
e zonas de relêvo**

Dentro da facha que constitue o nosso país, os limites extremos, dentro dos quais variam as características hipsométricas, são notavelmente próximos e dão por isso a possibilidade de serem representados por um conjunto de médias, que diferem dos dados extremos, por quantidades pouco notáveis. A região a que esta conclusão se aplica compreende também a Galiza. A orla de Portugal é um país especializado na chamada península e que poderia não ter tido uma fronteira política transversal no Rio

(1) C. Vallaux -- *Geographie sociale* -- Paris, 1911.

Minho, pois geomòrficamente é análoga à do Douro, Mondego e Tejo, e para o Norte à Galiza.

**Contrastes
com a Espanha**

O que acabamos de mencionar comprova-se, como iamós a dizer, com números. A avaliação da percentagem das zonas de altitude média, isto é, que oscilam entre as cotas de 50 a 1200 metros sôbre a totalidade, é de 87,70 % e do que resta para a totalidade, apenas 0,51 % pertence à zona alpina e 11,79 % à zona denominada baixa. É de notar como apenas no Alentejo se concentram as zonas baixas nos plainos que Estrabão, no livro III da sua Geografia, chamava a Mesopotâmia de entre Tejo e Guadiana; aqui a altitude média não sobe acima de 250 metros. É o único ponto fraco da nossa defesa territorial, mas apresenta pontos de apoio isolados até cotas de 700 metros.

Estas afirmativas deduzem-se do quadro junto.

ZONAS IPSOMÉTRICAS

		Norte do Tejo	Sul do Tejo	Total	Percentagem	
Zonas alpinas	{ 1400 ^m a 2000 ^m	123. ^{cm²}		123	0.14	} 0.51
	{ 1200 a 1400	328.		328	0.37	
Zonas médias	{ 700 a 1200	9721.	81	9872	11.02	} 87.70
	{ 400 a 700	14135.	1098	15233	17.01	
	{ 200 a 400	12545.	12836	25381	28.34	
	{ 50 a 200	9780.	18275	28055	31.33	
Zonas baixas	{ 25 a 50	2450.	3224	5674	6.34	} 11.79
	{ 0 a 25	2612.	2275	4887	5.45	
		51764.	37789	89553	100.00	100.00

**Diferença
do facies
altimétrico para
com a Espanha**

Manifesta-se uma importante diferença para com a Espanha, uma oposição altimétrica onde as condições de não aproveitamento agrícola tem uma percentagem muito superior à de Portugal, pois em Espanha dominam as altitudes superiores a 1200^m em 70%, enquanto que, em Portugal, as altitudes inferiores a 700^m correspondem a 72% ao Norte do Tejo e 99% ao Sul. O desnível médio total é de 400 a 600^m.

Outro carácter diferencial proveniente do solo da orografia portuguesa, provém da facilidade da circulação proveniente dos vales transversais, de modo que não se estabelecem regiões isoladas, enquanto que, no país vizinho, é difícil a passagem da periferia para o centro. Esta circunstância notável provém da distribuição das massas orográficas.

Na tectónica

Se das observações hipsométricas passarmos às hidrográficas relacionadas com as causas tectónicas do relevo, veremos que a orla portuguesa sofreu um rebaixamento pelo qual entraram os mares secundários e terciários dos seus vales, rebaixamento que se contraprova pelos maciços cujos vestígios de terrenos cristalinos se observam nas Berlengas, por exemplo, e na irrupção de Sintra.

**Diferenças
histórico-geo-
lógicas**

Apenas ligeiramente comparáveis com a tectónica espanhola, as compressões do N. deram os enrugamentos obliquos do Norte de Portugal, que se acentuam até ao vale do Vouga. Nada de comparável, em pouca inten-

cidade, se observa no país vizinho no qual, por exemplo, o golfo do Ebro terciário dividiu a Catalunha da Espanha, aconchegada aos Pirineus das Castelas.

Os levantamentos bruscos das terras de Espanha deram-lhe a diferenciação regional, que não lhe permitiram ter uma unidade geográfica como a nossa. Só à força de golpes políticos e de consórcios reais conseguiram lá uma unidade política, sempre e ainda periclitante, a qual só começou 300 anos depois da nossa estar constituída.

Outros caracteres orográficos mostram diferenças profundas entre Portugal e Espanha. É assim que a disposição da cadeia dos montes Astúrio-Cantábricos apresenta-se em confusa formação de montanhas diversamente orientadas e de altitudes diversas. O seu prolongamento para dentro de Portugal toma outra feição, desdobrando-se em vários maciços, permitindo o trajecto aos rios do N. do País em direcções próximamente paralelas: o Lima entre Arga, Peneda e a Amarela, o Coura entre Balhova e Agra, o Homem entre Amarela e Gerez, o Neiva, o Cavado entre Gerez e Barroso, Deste entre Falperra e Airó, Ave, Vizela, o Tâmega e outros afluentes do Douro permitem comunicação com o N. de Trás os Montes e as elevações espanholas a leste dêste rio impedem o acesso das brisas oceânicas para Castela Vélha.

**Diferenças
fluviais
Hidrografia**

« Os rios que pertencem a Portugal e a Espanha, distinguem-se fisionòmicamente de um e outro lado da fronteira. O caudal, a navegabilidade, as possibilidades motriz e agrícola são profundamente diferentes, num e noutro território ».

O Douro torrencial em Espanha e na parte fronteiriça, só é navegavel, quando ambas as suas margens são portuguesas.

O Lima só se « espraia » em terras portuguesas, a oeste de Ponte da Barca.

O Tejo, « o rio mais hostil de Espanha, onde corre entre desfiladeiros e *canhões*, alarga-se à entrada em Portugal tornando-se navegável desde as portas do Rodam até Lisboa, constituindo a grande estrada fluvial que representa a confluência da faixa do litoral ocidental com a Beira meridional e norte do Alentejo ».

O Guadiana « pobre de águas em Espanha, é de todos os nossos rios o que apresenta maior valor de navegabilidade, pois que, até 45 km. para o interior (Pomarão) póde ser navegado por navios de grande tonelagem ».

Os rios em Portugal convergem para o Oceano nas direcções NE-SW na sua quasi totalidade (1471^m em 1861 kilometros) e esses rios, que em terras portuguesas atingem uns 1861 km., têm uma extensa navegabilidade natural de 919 km., quasi metade da totalidade do seu percurso.

A profundidade, a forma do perimetro molhado e o caudal aumentam notavelmente no percurso português dos rios, que descem do país vizinho, de modo que, uma importante navegação se mantém não só nestes rios, como também naqueles, que como o Vouga, o Mondego e o Sado, todos portugueses, porque nascem e morrem em Portugal. Tal é a consequência do facto que os 10561^{m²} de zonas baixas se acham distribuídas ao longo dos nossos cursos de água.

Invoquemos a testemunha de Laparent, deposta na sua « Geographie phisique ». Extraímos dela o que é mais próprio para provar as diferenças do aspecto agrológico e

da facies total entre Portugal e Espanha, proveniente da diversidade das assentadas geológicas.

**Diversidade
geológica e agro-
lógica e a resul-
tante diferença
do Fácies**

«Um macisso de rochas antigas predomina quasi em toda a Beira e na provincia de Entre Douro e Minho, prolongando-se pela Galiza. Aqui o facies é semelhante no interior mas absolutamente diverso no litoral. Em Espanha predominam os grandes estuários para a abertura dos quais concorreu a erosão marítima, que nas margens corta obliquamente as direcções das camadas rochosas. Esta erosão combinada em partes com os movimentos tectónicos verticais deu origem às «rias» españolas. Mas logo da fronteira portuguesa para o sul a diferença do solo, bem caracteristicamente nacional, se acentua. Com efeito, a linha costeira portuguesa apresenta-se rectilínea em vez de recortada, que o é na Espanha Galaica, pois que uma faixa de terrenos secundários e terciários veio cobrir as anfractuosidades e dar o aspecto de uma costa unida, apenas interrompida pelas bôcas dos estuários.

O macisso de rochas antigas, principalmente graníticas, predomina como uma faixa interior desde a altura do Pôrto até ao Algarve, «parecendo que uma espécie de barreira tivesse procurado elevar-se entre o Atlântico e o planalto ibérico, e este obstáculo corresponde justamente a uma larga banda (trainée) arcaica e granítica, enquanto que os terrenos primários dominam para leste». (Laparent, *Leçons de géographie physique*. Masson 1889).

As serras de Castela: Gata, Gredos, Guadarrama, dividem a Meseta em duas bacias: a do Norte ou Castela Velha e a do Sul ou Castela Nova, testemunhando os anti-

gos acidentes nordeste do macisso primitivo. Estas serranias mudam de direcção nas proximidades da fronteira portuguesa, dirigindo-se para o sul pouco antes de Cáceres (serra de Guadalupe), deixando inflectir o Tejo mais para o sul e permitindo a mais acentuada curva do Guadiana, perto de Badajoz, por inflexão da Serra Morena.

A Castela Velha, testemunha de um lago terciário contido entre as serras castelhanas e os montes cantábricos, é resguardada do lado de Oeste pelas serranias portuguesas da região fronteiriça, impedindo que a humidade oceânica do litoral português ali penetre, limitando-lhe a altura pluvial a menos de 400 milímetros com um mínimo de 25°. « Assim o país é aí geralmente uma estepe desolada, justificando o provérbio que uma « alouette » (cotovia) que quer ir a Castela deve levar para lá as suas provisões ». Os vales rasgaram terraços de 10 a 20 metros de altura no meio dos sedimentos lacustres horizontais; as linhas de partilha secundárias são apenas visíveis; unicamente alguns morros no centro chegam a 150 ou 200 metros de altura acima dos vales » (ibidem).

O mesmo se diz para a Castela nova e ainda com a agravante de que a sua parte meridional, ou Mancha, é desprovida de regatos e iminências. Sécas horríveis desolam o país em que as poucas águas são gessosas, impossíveis de beber, e, para cúmulo, mais de um afluente espanhol do Guadiana se perde por entre os seixos terciários do subsolo (ibidem).

Diversidade de aspectos Ao aspecto desolado e selvagem da Serra Morena, teatro em Espanha de celebradas quadrilhas de ladrões, contrapõe-se a beleza da Serra de Monchique que se prolonga até

S. Vicente e o litoral Algarvio e que tão bem se desenha mercê da Foiate onde uma cobertura de sedimentos secundários e terciários muito fecundos, e que cobrem os terrenos primários, transformaram essa região « num verdadeiro jardim » (ibidem).

Para terminar, para o sul, esta análise diferencial entre o carácter do território de Portugal, tão diverso do da Espanha, não só no seu facies geológico como no agrológico e pintorial, temos só a acrescentar que do macisso beirão para o sul até às cordilheiras do Algarve, uma faixa de terrenos secundários pelo litoral até ao Tejo é seguida de uma outra, de terciários, até às serranias deslumbrantes do Algarve, havendo apenas de mais parecido com a Espanha a parte da provincia do Alemtejo oriental, e isto somente nalguns pontos pelo norte do cotovelo do Guadiana.

Enfim: « Portugal e Espanha: dois quadros geográficos distintos ». (Mário de Vasc. e Sá, « H.^a de Portugal de D. Peres », pág. 68).

**Diversidade
e carácter
climáticos**

As condições climáticas, parecidas na região do norte com as da Galiza, diferem, no restante território português, do resto da Espanha:

Diferem nas três vertentes marítimas, porque só a vertente portuguesa goza do privilégio atlântico ocidental, com a intervenção do gulf-stream e com a corrente aérea de entre NW e Sul, que dá a humidade e a moderação de temperatura. Como vimos, as correntes aéreas propagam para o interland português o clima marítimo do litoral com o auxílio da disposição dos vales, e com a falta de barreira orográfica que se oponha a essa transmissão. Esta oceanicidade portuguesa falta à Espanha e, já a pouca distância

da costa no planalto central da península, o clima estético acentua essa região em extremos de temperatura.

A semelhança de aspecto em orografia, hidrologia e oceanalidade dá ao clima português maior uniformidade que em Espanha, onde os acidentes regionais quebram esta parecença. O facies próprio a cada uma das numerosas regiões espanholas diferencia o país, no qual o « irredentismo » é permanente. Portugal é para a mesma latitude o país mais temperado da Europa. Quem póde viver no verão em Roma ou em Atenas? E os extremos de invernias em Madrid?

**Causalidade
unificadora**

As influências acumuladas desde longos períodos da pre-história e da história deram à área nacional portuguesa, sobre a sua posição geográfica em latitude, (circunstância não menos influente na parte climática que a condicional), a sua forma de anfiteatro de suave pendor para o oceano na sua architectónica, deram « à terra portuguesa uma forma de conjunto » que lhe faz atribuir uma « personalidade física » (Dr. Silva Teles, Conferência na S. C. L. em 1909), « uma unidade geográfica » separada das diversas regiões de Espanha, que não apresentam síntese topográfica nem climática.

Na sua conferência de 10-1-1920 exprimia-se o Dr. Silva Teles, dizendo que num rápido exame dos caracteres regionais da Cantábria, das Castelas, do Aragão, das regiões mediterrâneas e da Baixa Andaluzia, se indica quais as suas particularidades. A influência das causas gerais climáticas,

**Teoria do
Dr. Silva Teles**

como a oceanicidade, a continentalidade, as altitudes, as feições geomorfológicas, a orientação das formações orográficas, a direcção e qualidade dos ventos, a ventilação do solo, a

pluviosidade e a nebulosidade, são outros tantos caracteres para mostrar que a terra portuguesa tem condições climáticas que se não observam na terra espanhola. As condições morfológicas e topográficas preparam um clima que diverge dos climas das regiões espanholas, excepção da Galiza, que é o natural prolongamento de Portugal e cuja feição, tanto morfológica como estrutural, a aproxima consideravelmente do norte do nosso país.

« Esta individualidade climática, que completa a autonomia física e que desta depende, dá à terra portuguesa, quanto à sua feição biológica, e principalmente humana, uma fisionomia inconfundível.

O nosso carácter, as nossas aptidões dentro das diferenças locais, são absolutamente diversos da organização moral do povo espanhol. Somos uma personalidade geográfica. A terra, o clima, a população criaram esta personalidade. Desta sinergia de forças surge a nossa razão histórica no mundo europeu e ela também há de preparar a nossa futura expansão. »

Podem resumir-se, como seguem, as conclusões dos múltiplos estudos do Dr. Silva Teles sobre a autonomia geográfica portuguesa :

« 1.º — Dentro da história física da Península, Portugal teve capítulos seus e a sua evolução foi menos ruidosa e de episódios menos agitados que os da Espanha ;

2.º — A arquitectura geral do solo português é de estilo diferente da do solo espanhol ;

3.º — A conformação geral de Portugal é excêntrica, voltada para o oceano, enquanto a da Espanha é concêntrica e continental ;

4.º — O tipo continental português é dos continentes

do norte e o tipo continental espanhol é dos continentes do sul;

5.^o — A periferia marítima de Portugal é do tipo Atlântico; a da Espanha, do tipo Pacífico; Portugal é um país sem regiões fisicamente definidas; a Espanha, de regiões como nenhuma outra zona europeia;

6.^o — Os caracteres estruturais, revelados em feições numerosas, fizeram pender a terra portuguesa para o ocidente, separando-a altimétrica e morfológicamente da terra espanhola;

7.^o — As particularidades do revestimento vegetal são diversas nos dois países;

8.^o — Do conjunto dos caracteres da cobertura humana com os de ordem física, climática e vegetal resultou uma personalidade geográfica diferente da terra espanhola;

9.^o — Foi principalmente da autonomia geográfica de Portugal que surgiu a Pátria Portuguesa ».

Dentro desta diferença climatérica o Dr. Silva Teles afirmou, todavia, noutra local, o « polimorfismo climático de Portugal dentro da sua diferença para com a Espanha ».

Eruditas reflexões foram expostas, na reunião da primeira Classe da Academia das Ciências de Lisboa, pelo sócio Sr. Prof. Dr. Ferraz de Carvalho em 19-6-1930 sobre a « Autonomia geográfica de Portugal ». Êste ilustre académico fez notar, chamou a atenção da Academia, (nessa sessão presidida pelo Dr. P. José da Cunha), para o valor relativo dos complexos constitutivos da Nação portuguesa. Por um lado sobressai, pujantemente, o complexo « território e povo » conjunto grandioso e superiormente forte, nas suas raízes e nas suas consequên-

**Fundamentos
não geográficos
das
Nacionalidades**

cias, dissemos nós. Por outro surge a convicção da existência de uma unidade geográfica, uma única no território de Portugal, uma única da qual o Dr. Ferraz de Carvalho nega a existência absoluta e a importância como elemento gerador ou condicionamento da génese de Portugal-Nação e da sua fôrça e virtudes na História do mundo. E com a eloquência do conhecimento e o encadeamento dos factos expõe ao auditório que « uma nação tem a sua entidade geográfica conferida pela inteira associação de dois elementos: o território e o povo. Mas pelo que diz respeito ao território, julga o orador que duas características geográficas importantíssimas êle apresenta para a formação de uma nacionalidade: tem extenso e perfeito contacto com o mar — é um território marítimo; é destacável do resto da Península, não tendo que dar servidões para o mar a povos também servidos de portos ou que através do território português não têm abertas largas e cómodas passagens. Os nossos grandes rios servem-nos, mas não servem o resto da Península ».

« No período de formação, pelo mar vieram povoadores do norte; bem cedo por êle se estabeleceram relações de toda a ordem entre Portugal e os povos setentrionais. Talhado na Península o território nacional em paralelismo com os povos irmãos na reconquista, o povo português mantém-no com os limites que as lutas impunham, pouco se preocupando com os aspectos geográficos: até ao Cale, até ao Águeda, apoiando-se no Guadiana ou ultrapassando-o, as fronteiras fixaram-se. Dentro delas se mantém com extraordinária tenacidade, valendo tanto a vontade colectiva para a sua defesa como se muralha do sonho, tão elevada que nem as aves de Espanha passassem a

Portugal, nem as portuguesas pudessem voar no céu espanhol ».

Portanto — «um povo, com a sua língua, os seus ideais de expansão, com profundos sentimentos nacionalistas; um território marítimo e susceptível de isolamento », são o elemento que constituem a Nação portuguesa, nesta ordem bipartida que nada tem de anti-geográfica. Até aqui não há nem póde haver divergência de opiniões. »

E em seguida, e, com toda a razão, insurge-se contra a ideia de que a nacionalidade portuguesa e as nacionalidades em geral surjam sob condição de serem uma unidade geográfica ou « só possam aspirar a uma independência perfeita quando o seu território seja uma verdadeira unidade geográfica ». Se assim fôsse, como se manteriam a Holanda e a Bélgica, para que fazer reviver a Polónia... Aqui acrescentamos nós, repetindo o que já dissemos a respeito de fronteiras naturais. Elas marcam geralmente, « grosso modo », limites de unidades geográficas e a argumentação que deduzimos noutro local vem a talho de foice para juntar ao feixe colhido e exposto pelo Dr. Ferraz de Carvalho, com a sua eloquência da precisão e com a forma mais honesta da verdade.

E acentua acrescentando « Ora Portugal não é uma unidade geográfica se não como Portugal Nação »: território e povo. Isto é, afirma e com todos os fundamentos, o conjuncto, o bloco, o compacto unitário do País, dessa base física sôbre a qual se move e labuta a parte dinâmica, a população, o conjunto histórico com as suas narrativas características étnicas e somáticas. É esta a grande força em acção sôbre a rocha inconquistável do património ancestral, chamado País. E assim vemos confirmado pelo

eminente académico o que por várias formas temos exposto e constitui o âmago dêste nosso tão, para nós, amável trabalho.

E prosseguindo, o mesmo académico acrescenta « O território português longè de ser uma unidade, é um complexo mosaico, do qual algumas peças são compartilhadas com Espanha ». Esta conclusão não contraria as afirmativas expostas, pois umas diversidades absolutas, em territórios limitrofes, seriam impossíveis de admitir.

As observações do Dr. F. de Carvalho foram-lhe despertadas por um artigo muito interessante do Dr. Agostinho de Campos, o eminente homem de letras, que apparecera no « Comércio do Pôrto », em Maio do mesmo ano, como se lê nos trechos seguintes de reportagem.

**Observações
do Dr. Agostinho
de Campos**

« Há séculos, disse, dura na Península esta ordem bipartida, assimétrica se quiserem, anti-geográfica se quiserem, mas que deu as suas provas e não tão más como isso. Com Portugal independente, com Castela à frente do resto da Península, a Ibéria, a Hispânia, viveu e da melhor maneira, dando vida a novas pátrias, que lá longe representam o dualismo peninsular, e não se dão mal por isso ».

« A autonomia geográfica de Portugal, o nosso País, como realidade geográfica, como « uma entidade geográfica » dentro da Península, são verdades incontestáveis, ou antes uma só e intangível verdade ».

« Mas como tem a seu respeito dominado certa confusão, pareceu oportuno ao orador contribuir com o seu estudo para que a Academia desvaneça tal confusão ».

« Nisto é que há desacôrdo entre o que ensinavam e

escreviam o seu saudoso amigo dr. Silva Teles e éle, orador. Ainda há pouco o ilustre geógrafo de Giesen, o dr. Luttensach, arvorava em « escolas » diversas os ensinamentos de Lisboa e Coimbra, dando-lhe a honra de contrapôr as lições do orador e as do seu brilhante continuador, dr. Amorim Girão, às do sábio professor de Lisboa, cuja amizade recordou com infinita saudade, e cujo papel no renascimento dos estudos geográficos em Portugal nunca será de mais exaltar ».

No aspecto e em conjugação totalitária, a Raça habitando o seu País e este como habitat da Raça, constituem um conjunto satisfazendo como relação geral e constante, objectiva e lógica. É nas localidades mais particulares, é no âmbito regionalista que se dá mais intimamente a con-

**Conjugação
loco-demográfica**

jugação do habitante como o território, por via de mais poderosos e persistentes elos na cadeia da vida compenetrada, ou íncola, simbiose da vida humana com a da terra como seu ambiente de acção.

É nas regiões diversificadas na sua vida peculiar, mas unificadas na vida nacional que uma íntima ligação e interdependência do habitante para o solo, por éle aproveitado, se pode avaliar.

E sendo assim, é aí, nas regiões, que os assuntos tão essenciais à consciência nacional e que se intitulam « Antropologia Geográfica » (Ratzel) e se designam por mais alguns títulos sinónimos, como indicamos no quadro sino-

**Particularidades
regionais**

nímico e subdivisionário desta ciência, é aí que esses assuntos regionalizados adquirem um significado mais preciso, mais particularidade, mais nítido, mais inteligível, mais atraente e portanto de colheita e estudo mais eficaz.

**Posição excêntrica
na Europa**

Finalmente, a posição excêntrica de Portugal a respeito do resto da Europa dá-lhe um carácter internacional, de tal modo acentuado, que obriga em igualdade de outras circunstâncias a considerá-lo, possivelmente, como o cais de desembarque da América sôbre o vélho continente. Que faz a este notável carácter o caso de existirem Pireneus atravessados por túneis e vadiáveis por estradas? Que tem que ver contra os factos das unidades de que vamos falando e das outras que estudaremos, e que constituem a unidade integral de Portugal e a explicação científica da sua nacionalidade, a forma terminal em península agregada à França pela fronteira pirenaica, que politicamente foi mais uma vez desprezada quando em tempos a Navarra e Catalunha pertenciam aos franceses?

Conclusão

Em resumo (conclui M. de Vasconcelos e Sá na *História de Portugal* de Damião Peres) pode afirmar-se que os caracteres gerais dos dois territórios, sôbre que assentam Portugal e Espanha, divergem profundamente. Os grandes planaltos interiores, cercados por fortes relêvos periféricos, dão à Espanha um carácter geográfico que contrasta notavelmente com o de Portugal, caracterizado ao norte do Tejo pela queda orométrica para o ocidente, e ao sul dêste rio pelos peneplanaltos do Alemtejo ».

« O clima, as aptidões económicas, e, ainda, a distribuição humana acentuam esta diferenciação de carácter geomorfológico ».

Discussão

Sôbre alguma das precedentes contra-dições que há a dizer? As diferenças aparentes e reais

entre a paisagem portuguesa, os seus acidentes e caracteres e os correspondentes de Espanha são bem acentuadas e profundas, de modo que são inconfundíveis. Ao

Autonomia nosso conjunto topográfico e panorâmico
Entidade compete a adjectivação de constituir uma
Personalidade como entidade à parte, e ao seu conjunto
Opinião de coligado atribuir-lhe como que uma Auto-
J. G. Kohl nomia, uma personalidade geográfica. Os
 factos regionais impedem porém que neste caminho, que
 todos querem tomar na liberdade da sinonímia, se atinja o
 absurdo de se afirmar que não haja diversidades bem
 caracterizadas em várias regiões portugue-
Excepções sas. Qual é o país que em tōda a sua
na unidade extensão seja sempre igual, parcela por

parcela? Denominar unidade equivale a afirmar a igualdade parcelar ou regional que os factos contrariam. As semelhanças, por mais acentuadas que se dêem, de região para região, não permitem atribuir-lhes na generalidade a qualidade de unitariedade, termo de sinonímia forçada no caminho desculpável de um ideal, desnecessário para a confirmação da personalidade ou entidade geográfica do País e a nossa Raça. Na verdade observam-se duas regiões marítimas em Portugal: a costa Oeste em que predomina o atlantismo norte e a do Algarve, que a proximidade do estreito e a vizinhança africana aproximam do fácies mediterrânico.

As cinco regiões Duas outras contrastam-se bem entre
 elas: Trás-os-Montes e o Alentejo, restando ainda a que
 se denomina lusitana, composta do norte, centro e sul na
 vertente olhando o mar, compreendendo Entre Douro e
 Minho, Beiras e Extremadura. Mas, a não ser em parte da

Alentejana, que diversidade profunda para a Espanha estépica, atormentada por partes!

Ad finem Em fundamentado resumo que há a dizer, em forma conclusiva, de tantos objectivos pormenores e de não menos numerosas impressões de gente nacional e estrangeira? Ressalta a evidência de não haver dissídio sôbre as múltiplas diversidades entre terras de Portugal, o que não se dá com as de Espanha e sôbre a profunda diferença que de impressões de conjunto nos fere por comparação. Seria audaciosa mentira afirmar-se igualdades onde elas não existem nem de facto elas podem existir dadas as circunstâncias por diferença que a natureza imprimiu a terras oceânicas e a terras continentais, imprimindo às de Portugal um cunho diferencial, uma autonomia territorial que nos é própria, dada por destino divino ao nosso humano, mas justificado orgulho de patriotas.

(Continua)

JOÃO PERESTRELO

LES SLAVES DU SUD
QUELQUES RAPPORTS AVEC LE PORTUGAL

CONFÉRENCE PRONONCÉE À L'*INSTITUTO*
DE COIMBRA LE 19 MARS 1938

Notre époque, plus que toute autre, développe en l'homme le sentiment de sa nécessaire solidarité sur le plan individuel ou national, le sens de l'interdépendance de tous les problèmes et destins.

Mais les communautés spirituelles du passé, le monde romain ou l'unité médiévale sont loin de nous et dans l'immense poussée des nationalismes contemporains on est porté à sous-estimer ces problèmes. Il en résulte même de fâcheuses ignorances que la science doit déplorer parce que la solidarité des esprits et des travaux intellectuels en souffre.

Nulle part on ne saurait mieux l'apprécier qu'ici, dans cette illustre Compagnie savante qui, par ses réalisations si conformes à l'idéal académique, confronte utilement les progrès de la science portugaise et ses rapports avec l'étranger, et qui, en me faisant l'honneur de me recevoir dans son sein, m'associe à ce grand dessein de fraternité des élites spirituelles.

Le Portugal d'aujourd'hui, héritier d'un prestigieux passé qui l'a mené sur tous les océans de notre globe, et

le ramène sans cesse à ses vastes horizons maritimes, ce Portugal dont un de nos compatriotes, votre ami, l'écrivain Luc Durtain, a si justement dit qu'il est campé à l'Extrême Occident de l'Europe, à l'avant-garde séculaire du monde atlantique, est peut-être moins porté à s'orienter vers les problèmes continentaux, à se tourner vers le monde slave fixé dans l'Orient de l'Europe, alors que la croix du Christ a mené les gloires lusitanes jusqu'à l'Extrême-Orient, et, pour employer une expression de mode, « bouclé la boucle » de l'Univers.

Ces nations slaves, le *Moyen-Age* chrétien les a mises en vedette et les a rappelées à notre attention. L'histoire des Slaves, et spécialement des Slaves du Sud, a fixé leur rôle sous le vocable fameux : *Antemurale christianensis*. Après que la politique de vos rois eut barré la route sur votre sol à la poussée arabe, les armées de la Porte ont menacé l'Europe continentale et porté jusqu'aux murs de Vienne le Croissant vert. Tandis que Camoens parcourait les mers orientales, et que mûrissait en lui la grande épopée guerrière des *Lusiades*, les paysans slaves jalonnaient de leurs ruines et de leur sang les routes des vallées de la Save au Danube. Cette solidarité chrétienne mérite notre attention comme elle fixe celle de la Papauté, et sans être associés, ces destins parallèles ne sont pas sans importance de nos jours encore.

On suivrait jusqu'à nos jours des *thèmes de comparaison* dans cet esprit.

Alors que la *Guerre de Trente ans* remaniait la carte de l'Europe continentale, et qu'au Portugal, après l'admirable défense d'Aljubarota, le grand mouvement de la Restauration achevait de fixer en 1640 votre destin politique et national, un Ragusain, le poète Goundoulitch, dont

on vient de fêter au Collège de France le troisième centenaire, écrivait l'épopée d'Osman, ralliant les esprits slaves à la défense de la Chrétienté européenne, associant le sort des Slaves à celui des autres peuples de l'Europe.

Plus tard encore, sous Napoléon, quand Austerlitz eut encouragé ses vastes desseins, la campagne d'Espagne et de Portugal exerce une influence indirecte, mais décisive, sur le sort des Slaves. Maître des provinces slaves enlevées à l'Autriche en 1805, élargie en 1809 et constituées des Alpes à l'Adriatique en Provinces illyriennes, Napoléon eût sans doute entrepris la réalisation de son vaste rêve oriental, hantise permanente de sa pensée, et dressé un état slave méridional sur les ruines de la Turquie, si l'échec de ses troupes dans la péninsule ibérique, et tout près d'ici, n'eût arrêté le cours de ses entreprises. Ainsi, le dernier historien de la Dalmatie, L. Voinovitch, a pu écrire que « la fatale campagne d'Espagne sauva pour la seconde fois l'empire ottoman et retarda d'un siècle l'émancipation des Slaves ». (Hist. de la Dalmatie, II. p. 675).

De nos jours même, *l'interdépendance des problèmes* n'apparaît-elle pas, plus tragiquement encore qu'autrefois? Qui de nous oublie que le geste initial de la Grande Guerre est venu de Sarajevo: l'ouvrage sensationnel qui vient, cet hiver même, par les souvenirs du juge chargé de l'instruction du procès de Sarajevo, de préciser les sources de l'attentat fatal, y met en lumière les aspirations à l'affranchissement de la jeunesse slave, qui provoquèrent le conflit, et dont la défaite, puis le tout récent et dramatique effondrement de la séculaire monarchie des Habsbourgs fut le terme: les états successoraux slaves de la Monarchie bicéphale en restent de nos jours les seuls témoins: le destin slave ainsi, depuis des siècles, a tour à

tour hanté les esprits préoccupé les chancelleries, et remodelé le sort de l'Europe et du monde.

Je n'ai pas la prétention de faire ici un exposé, ni du rôle des Slaves en Europe, ni même de l'histoire de ces Slaves du Sud, qu'un long séjour et quelques études m'ont permis de connaître un peu mieux, et que les traités de paix ont finalement constitué en état sous le nom de Yougoslavie, qui signifie précisément l'état des Slaves du Sud, mais je voudrais simplement évoquer quelques détails de leur passé, et quelques aspects de leur existence nationale qui peuvent avoir quelque intérêt par leur solidarité, leur ressemblance, leur rôle en fonction du Portugal. Je ne voudrais pas exagérer cet intérêt, mais essayer de dégager dans quelle mesure on peut le souligner ici.

J'écarterai donc de ma pensée tout ce qui serait l'histoire, pourtant combien tentante et captivante, de ce peuple des Slaves du Sud. Aussi bien la connaissez-vous, et pouvez-vous, dans une série de travaux, en retrouver les détails.

On trouverait des points communs jusque dans les étapes et les attitudes de la curiosité française à l'égard des pays sudslaves et des pays portugais : *les étapes de ces curiosités* sont parallèles, et ses progrès de même. Du côté des Slaves du Sud, l'ère encyclopédique encourage des enquêtes de plus en plus systématiques, curieuses des moeurs, des traditions originales ; on étudie les costumes et les coutumes, les chansons populaires, etc., Le recueil italien de l'Abbé Fortis sur les Morlaques, qui acquit une réputation européenne, est traduit en français et la Comtesse de Wynne leur consacre un roman, sous ce titre, en 1788, dédié à Catherine, impératrice de toutes les Russies, avant que Herder et Goethe, et à leur suite tout le romantisme

se passionne pour les chants populaires des Serviens et des Croates. Plus tard, Dozon et Saint René de Taillandier étudient les moeurs de ces peuples qui ont réussi ce paradoxe de vivre, en plein XIX^{ème} siècle, en marge du progrès uniformisant de l'Europe. Cependant que Lamartine ou Nerval, dans leurs « Voyage en Orient », posent la question de l'avenir de ces peuples, négligés par l'Europe et végétant sous la domination turque. A la même époque, et tandis que Nodier dirige en pays slovène, sous l'autorité de Napoléon, un « Télégraphe illyrien », source de curiosités européennes pour les Slaves du Sud, une autre romantique, Pauline de Flaugergues, découvrant après Beckford et Byron le charme de la vie portugaise, rend au Portugal le même hommage et le même service.

Le domaine scientifique offre aux prospections un domaine plus vaste, je ne peux encore vous apporter des conclusions, mais je voudrais au moins indiquer quelques points de contact.

C'est essentiellement dans le domaine maritime et guerrier qu'on peut les trouver. Malheureusement, la question n'a pas encore été étudiée de ce point de vue.

Dans le domaine des Slaves du Sud, la petite république maritime de Raguse, en slave Dubrovnik, qui a joué, toutes proportions gardées un rôle analogue à celui de Venise, pendant des siècles riche et puissante grâce à ses bonnes relations à la fois avec Venise et les Turcs, a été l'un des ports essentiels pour les relations commerciales maritimes de l'Europe, par sa situation privilégiée dans un des plus beaux sites de l'Adriatique. Ses *Archives*, que la domination autrichienne avait menacées, ont été reconstituées et j'ai la certitude qu'elles contiennent des choses extrêmement importantes pour les relations commerciales

avec le Portugal. La question, du côté yougoslave, n'a pas encore été étudiée. Il faudrait qu'un spécialiste à la fois des choses portugaises et slaves les examine. Je me suis adressé à leur savant conservateur, M. Truhelka, qui m'a confirmé qu'il y a des documents aux « relations commerciales », mais dispersés dans les diverses séries et dans les nombreuses liasses de cette riche collection. Lui-même ne s'occupant que des relations du commerce ragusain avec l'Orient n'a pu les étudier. L'importance des documents qu'on y a trouvés sur les relations avec la Porte et l'immense domaine oriental, ou de celles que j'ai pu moi-même y étudier sur l'époque française, me fait croire qu'une étude, menée de front avec les documents de la Torre do Tombo ne serait pas infructueuse. L'historien yougoslave M. Tadič a quelque peu touché ces questions. Au point de vue portugais, ces recherches seraient à poursuivre. En tous cas, son récent ouvrage sur les Juifs à Raguse traitant de l'époque du 16^{ème} au 17^{ème} siècle devrait contenir des indications intéressantes.

Parmi ces Juifs portugais venus dans la péninsule balkanique et notamment chez les Slaves du Sud, deux ont été étudiés par J. Tadié dans son ouvrage :

Le médecin Amatus Lusitanus, (João Rodrigues, 1511-1568), et son cadet le poète Didak Portugalac : leur nom rappelle leur origine. Précédemment déjà, l'académicien Dr. Koerbler a étudié la vie et l'oeuvre de l'humanité Didak Pir. (Didacus Pyrrhus) dit le Portugais, né à Evora (1517), auteur de poèmes parus en 1592-1596, notamment de chants moraux en latin, contemporains et ami des grands auteurs de la Renaissance ragusaine (N. Rad Jugosl. Akademik, t. 216, p. 1-169, Zagreb, 1917), dont A. Sörgo retrouve au 18^{ème} siècle un manuscrit d'une trentaine d'élé-

gies, et imprime avant Appenidini certains de ses poèmes. Koerbler conclu que « peu de Ragusains ont autant que cet émigré servi la gloire de cette République ».

Dans un ordre d'idées analogues il me semble que l'étude des Juifs « espagnols », — on les désigne encore aujourd'hui sous ce nom en Bosnie, devrait présenter quelque intérêt. Des Juifs portugais ont dû être associés à ce mouvement. Un historien de la médecine yougoslave le Dr. Schik, s'en occupe. J'ai signalé ses travaux à votre compatriote occupé des mêmes questions, le Dr. A. Esaguy, et je pense que des contacts personnels qui doivent s'établir cet été lors du Congrès d'histoire de la médecine qui se tiendra précisément à Belgrade permettront de préciser les choses.

Il y a un domaine voisin, beaucoup plus abondant : je m'excuse de n'avoir pas, au point de vue portugais, la compétence nécessaire pour le traiter devant vous, mais je me permets de l'indiquer. C'est celui des relations guerrières et indirectement maritimes ; d'une part, dans l'histoire de la péninsule, de l'autre et surtout dans l'immense domaine des grandes découvertes, dont la majesté et l'importance mondiale suffisent à tout jamais à la gloire de votre nation.

Il y a quelques années déjà, mon attention a été attirée par les publications d'un historien croate, *Vladimir Majouranitch* descendant d'une grande famille croate, qui a donné à son pays tour à tour un poète romantique, un homme d'Etat, dans la seconde moitié du 19^{ème} siècle, le juriste Vlad. Majouranitch qui s'est illustré par l'édition d'un « Dictionnaire de l'Histoire juridique croate », est allé par le droit à l'histoire et a consacré plusieurs études au passé de son pays. Elles ont paru dans sa langue mater-

nelle, mais l'une de celles qui nous intéressent aujourd'hui a été résumée en français, dans le volume édité par l'Académie yougoslave des Sciences et des arts, édité pour le millénaire du roi croate Tomislav, et a été résumée en allemand en même temps que d'autres se rapportant au même sujet, par C. Lucerna sous le titre commun « Les Slaves du Sud au service de l'Islam ». Je ne peux que vous y renvoyer. (N. 1)

En effet, M. Majouranitch, dont le sens poétique du passé guida les patientes recherches, a rassemblé une série d'indications extrêmement curieuses et qui touchent l'histoire portugaise.

On sait que les princes musulmans d'Orient, et tout particulièrement les Turcs, ont depuis des siècles observé les qualités maritimes et guerrières des Slaves balkaniques, auxquels ils ont eu très tôt affaire, et surtout après la conquête progressive des Balkans. Ils ont systématiquement enrôlé ces Slaves à leur service. On sait aussi que jusqu'à la chute de la Turquie, jusqu'à la guerre en tous cas, l'armée turque s'est enorgueillie spécialement d'un corps réputé et redouté de toute l'Europe, les « janissaires » : ces janissaires étaient essentiellement recrutés parmi les Slaves chrétiens ou musulmanisés des Balkans, notamment les Bosniaques, que les anthropologues reconnaissent pour l'un des plus vigoureux types ethniques de l'Europe : leur nom même, janjitchar, rappelle cette origine : ces mangeurs de mouton sont les descendants de cette race paysanne et pastorale dont la joie est, à la belle saison, de rôtir et manger moutons et porcelets rôtis à la broche.

(N. 1). C. Lucerna. Südslaven im Dienste des Islams. Zagreb-leipzig. 1928.

Il n'est pas étonnant de retrouver des gens d'armes de cette origine, devenus chefs militaires dans les troupes et les armées musulmanes, de même qu'on trouve sous Louis XIV en France un régiment Royal croate, celui même auquel toute l'Europe doit le nom moderne de la « cravate », de même qu'on trouve dans la « Grande armée » de Napoléon, en Russie, plusieurs régiments de troupes croates.

On trouve aussi, à défaut de régiments, des chefs croates et yougoslaves, dans les luttes des Musulmans, et notamment dans celles qu'ils mènent en Europe, et dans celles qui les opposent, en Orient, aux Indes, à la conquête portugaise.

Un élément capital des thèses de Majouranitch lui est fourni par l'oeuvre de l'historien ragusain Luccari, qui révèle des collaborations slaves à la vie des peuples de l'Islam.

Luccari a publié en 1605 à Venise un « Copieux extrait des Annales de Raguse des origines à l'année 1604 » en 4 volumes. Désespéré de la défaite du Tzar Douchan, il croit à une unité possible des peuples slaves et des églises d'Orient et d'Occident. Il parcourt longtemps la Thrace etc.; ce faisant il accumule une nombreuse documentation. Ainsi s'attestent des relations suivies entre la côte dalmate et les Sarrazins; Majouranitch en cite plusieurs exemples typiques, entre autres les relations entre les hérétiques de Bosnie et les Sarrazins établis en Italie du Sud sur l'ordre de Frédéric II.

La figure la plus digne d'intérêt de toute cette étude est un certain Dschauher, « Gehoar », esclave dalmate du pirate Sarib, qui conquiert des domaines africains, construit Le Caire et la mosquée Eléshar où il repose aujourd'hui.

Elargissant ces conclusions et les rapprochant des témoignages de l'historien Massudi, on peut conclure à une collaboration, amenée par les hasards de la guerre ou de la piraterie, entre le monde musulman et ces Slaves qui leur apportèrent le concours de leur science militaire et de leurs talents organisateurs.

L'orientation donnée par ces trouvailles encourage dès lors à des investigations plus précises. Le rôle de Raguse se précise. Elle entretient des relations suivies avec les Musulmans de l'Ouest (Maroc et Espagne), la Sicile, etc., On cite à Fez une importante colonie ragusaine aux 15^{ème} et 16^{ème} siècles et des installations commerciales en Thrace et Asie Mineure; partout et jusqu'à Goa, les Ragusains sont en même temps des commerçants, des pionniers de la civilisation occidentale et même des bâtisseurs d'églises catholiques!

Le réputation militaire des Slaves explique dès lors leur présence parmi les troupes des souverains musulmans aux Indes, attestée par l'historien-voyageur italien Barthema au 16^{ème} siècle; les Mameloucks égyptiens aussi se recrutaient alors, mi-partie de Turcs, mi-partie de Slaves du pays dit « Windischland ».

Ces troupes deviennent des pépinières de généraux et hommes d'Etat: la garde royale des rois Omaïdes de Cordoue, recrutée de Slaves, fournit même des souverains émancipés! Et de ces souverains en pays maure, nous voici arrivés au plus curieux des héros étudiés par Majouranitch, le mystérieux *Melek Jascha*, qui régnait aux Indes, cependant qu'en Espagne un ancien esclave slave, Habib, chante l'éloge de sa race. Habib évoque la réputation éminente des Slaves de Cordoue. Habib nous est connu par un illustre historien arabe du 10^{ème} siècle; peu

important les discussions savantes autour de sa personnalité et du titre de son ouvrage, connu entre autres dans une version anglaise. Ce livre contient et présente dans les « Preuves claires et convaincantes de l'excellence de la race slave » appuyées sur de nombreux récits et anecdotes historiques. Il semble d'ailleurs que l'auteur ait eu en vue, non seulement les Slaves vivant en Andalousie, mais plus généralement les peuples slaves, et son éloge se rencontre avec celui qu'un lettré arabe de Cordoue, Al Bekri, composait au même moment : « si les Slaves étaient moins divisés entre eux, conclut-il, aucun peuple du monde ne les surpasserait ».

Mais avec Melek Jascha, voici la trouvaille la plus intéressante de Majouranitch. La comparaison des témoignages historiques permet ainsi de reconstituer ainsi son rôle : Raguse avait obtenu du Pape le privilège de commercer avec les Infidèles et, payant tribut au Sultan de Constantinople, jouissait, notamment en Egypte, de grands privilèges. Un vif courant d'échanges s'établit et de nombreux Slaves balkaniques, des Dalmates spécialement se mettent au service des commerçants ; les plus aventureux d'entre eux se font un sort dans les pays lointains où les mènent leurs transactions commerciales. C'est là la source de la fortune extraordinaire de Melek. Probablement Ragusain, un certain Jaz, ou Jascha, ou Jakob, entre en relations avec les souverains du pays indien de Camcay, fait valoir ses connaissances militaires et techniques, gagne peu à peu leur confiance et finalement se fait confier la restauration de la cité en ruines de Diu, dont il a reconnu l'importance commerciale et stratégique. Ainsi apparaît vers 1450 sur la côte Ouest de l'Inde une puissante citadelle commerçante européenne conçue et réalisée par un Slave

de Dalmatie. Il reçoit de son suzerain le nom et la dignité de « Melek ».

Il entreprend d'adapter la civilisation occidentale à ce pays oriental. L'excellence de son oeuvre apparaît aux Européens eux-mêmes. D. Barbosa, qui prit part à la première expédition de Magellan autour du monde, loue sa création hardie et prospère. Et cet Européen de la Renaissance va se trouver en conflit avec l'une des plus considérables puissances du 16^{ème} siècle et la mit longtemps en échec, j'ai nommé les Portugais. Je ne suis pas qualifié pour narrer le détail de ses luttes, soit qu'il porte secours contre les attaques portugaises au Sultan d'Egypte tout en traitant avec humanité ses prisonniers chrétiens, soit qu'il résiste sur place, en sa citadelle de Diu, aux attaques des flottes portugaises conduites par Albuquerque. Même après la prise de Goa, il résiste, luttant ou négociant et défendant les intérêts de sa nouvelle patrie. Sa vie est un merveilleux roman d'aventures! Et c'est seulement après sa mort que les Portugais triompheront de la résistance qu'il avait organisée. (N. 1).

Ailleurs, ce sont des « fondateurs de Slavonie » qui sont venus s'installer sur la côte de Malabar, c'est un commerçant du nom de « Coniche » qui prend part à l'expédition aux Indes d'Almeida, c'est un certain Caracen, qui part avec une expédition égyptienne contre les Portugais, se distingue auprès du Sultan Bahadour, devient seigneur de

(N. 1). Ce personnage historique a inspiré récemment à M^{me} I. Brlich-Majouranitch, femme de lettres, un récit historique pour la jeunesse (Jascha Dalmatin, roi de Gondjérat, Vasitch, Zagreb 1938) où malheureusement le souci documentaire nuit à l'aisance du récit, mais atteste la valeurs suggestive de ce destin légendaire.

Barotsh, puis de Surate, lit là-bas Arioste, Pétrarque et Dante, et c'est à lui peut-être que se rapportent 2 colonnes existantes encore à la fin du 19^{ème} siècle à Diu etc.

D'autres, plus compétents que moi, pourront vérifier par les sources portugaises ces reconstructions de l'historien croate Majouranitch. Si je n'ai pas trouvé son nom et ses travaux cités dans la savante Bibliographie, établie par Eugène Déprez, des travaux intéressant l'histoire des grands voyages et des grandes découvertes (Paris 1932), j'espère que la mise au point de ces indications sera facile.

Ignabje Szentmartonyi, né à Kotoriba (1718), Croate, malgré son nom magyar, entre en 1735 dans l'Ordre des Jésuites, sait bien alors le croate et mal le hongrois, étudie au Gymnase de Varazdin, puis y enseigne (1738-1743): mathématicien, a une telle réputation que le roi João V de Portugal demandant au général jésuite des mathématiciens pour faire délimiter la frontière entre le Portugal et l'Espagne en Amérique du Sud, la province jésuite d'Autriche le désigne. Il est accompagné par Franjo. Haller de Varazdin; du Brésil, passe en Equateur comme missionnaire. Il reste 10 ans au service du Portugal, et par la faute de Pombal, est comme jésuite, sans autre tort de sa part, jeté en prison où il reste 7 ans. Il en sort grâce à l'intervention de Marie-Thérèse, revient à Zagreb, y enseigne à l'Académie, puis est curé à Subotica et y meurt très vieux.

Il a publié la première grammaire croate pour les allemands (1783). (*Spomenica Varazdinske Gimnazije* 145).

Son confrère Nik. Plantic (1720-77) a été longtemps réputé « le roi du Paraguay », ce que Vanino a démenti (*Hrvatska Prosrjeta, Zagreb* 1917).

Ces exemples ne sont d'ailleurs pas les seuls.

L'historien croate Petar Gueurguetz a publié, il y a

3 ans, une monographie consacrée à Georges Rasinjanin, sous le titre « de la Croatie aux Indes » (Zagreb, 1934). Il y rappelle, après les triomphes de Soliman en Hongrie et Croatie, le sort du jeune Georges, natif de Rasinje, un village des bords de la Drave, devenu esclave de Skender Tchelebié, trésorier du sultan, puis guerrier de l'armée du sultan, et comme tel, participant aux combats où Soliman fut défait par les Portugais, jusqu'à ce qu'il obtienne le droit de rentrer en terre chrétienne, en 1541, après un pèlerinage à Jérusalem et Rome. L'ouvrage n'insiste pas sur ces combats turco-portugais, que je ne peux que signaler.

La série de ces adversaires de hasard n'est pas close. Il conviendrait de la compléter.

J'évoquais tout à l'heure le poète ragusain Goundoulitch. Son propre fils, Franjo, a connu un destin analogue, qui a été évoqué en 1924 dans la revue belgradoise *Prilozi* par M. Breyer, qui y décrit un ouvrage du XVII^{ème} siècle, évoquant les luttes contre les Turcs.

Né en 1632, et se destinant au métier des armes, il participe, dit cet ouvrage, à la guerre hispano-portugaise, y devient colonel et se fait remarquer notamment par l'ambassadeur de France M. Grémonville qui le signale à Lionne, ministre de la Guerre. Si bien que Franjo Goundoulitch offre à Louis XIV « d'aller lever en son pays qui est Raguse un régiment de trois mille Cravates » et meurt au service de l'Empereur.

Pour ne pas allonger cet exposé, je passe sur des faits plus récents et sur les détails. (N. 1). Mais il est

(N. 1) Le curé slovène Vodnik, polygraphe, qui chantera en 1810 « l'Illyrie ressuscitée » par Napoléon, note en 1800 dans son Journal, les *Ljubljanske Novice*, qu'« une lettre de Lizabon annonce la peste à Cadix en Espagne » (Ed. Wiesthaler P. 166).

curieux de signaler que l'historien des régiments croates de la Grande Armée, A. Boppe, est aussi l'auteur du livre intitulé « la Légion portugaise de 1807 à 1813 » (Paris 1897).

Et de même l'étude du Colonel H. de Ferreira Lima sur « la Légion polonaise de la Reine Marie », rappelant la tentative de constitution en 1832 de ce corps, m'a rappelé les travaux sur les activités et le projet de légion polonaise formé par les collaborateurs du Prince Czartoryski après 1830 en faveur des Croates désireux de se libérer du joug autrichien.

La solidarité est capricieuse. C'est dans la revue « Le Monde Slave » que vient de paraître une étude sur l'équipée du fameux Général vénézuélin Miranda qui voyagea en Russie avant de mourir à Cadix.

Dans le domaine des idées, il y aurait moins de faits à citer, mais pourtant quelques indications à glaner, qui attestent en tous cas du côté des Slaves du Sud quelque connaissance des choses portugaises, malgré tout ce qui les sépare.

En voici quelques exemples au hasard.

En 1838, le poète et critique slovène Stanko Vraz, l'un des plus éminents représentants du réveil littéraire slovène romantique, écrit à Preseren, un compatriote et compagnon littéraire, au sujet de l'essor littéraire des Slaves du Sud compartimentés en Slovènes, Croates, etc., — chacun de ces peuples soumis à l'Autriche comptant de 1 à 3 millions d'individus, — que selon lui cette infériorité numérique suffit à empêcher leur essor littéraire. Et cherchant sur quoi peut s'appuyer cette littérature il se demande : est-ce sur les hauts faits de nos ancêtres ? Et pouvons-nous les étayer sur notre importance numérique ? Qu'à ce point de vue nous soyons peu favorisés, cela ressort des

tristes exemples des littératures des Hollandais, Portugais, Danois, qui ont été de puissants pays, indépendants, et ont conservé leur indépendance. (St. Vraz, Corresp. p. 430, vol. V).

Et il continue, après cet exemple, à affirmer que les Slaves du Sud, qui n'ont plus leur indépendance politique doivent s'unir numériquement pour assurer les bases de leur activité littéraire.

Retenons cet exemple *portugais*, qui montre chez les Slaves la connaissance historique et littéraire de ce peuple pourtant distant, et si différent dans son histoire et ses préoccupations.

C'est, malgré les termes, un hommage lointain rendu au passé littéraire portugais.

Quelques années plus tard, un curieux détail. Le philologue slovène *Kopitar*, qui a joué un grand rôle dans le progrès des études linguistiques des Yougoslaves, et que ses fonctions de bibliothécaire de la Cour et de censeur officiel de la Monarchie autrichienne ont encouragé à étudier le problème de l'avenir des Slaves en fonction des Habsbourgs, fait décider vers 1840 par le Vatican la création à Rome d'un Collège spécial destiné aux Slaves ruthènes, à l'exemple de celui qui existe depuis le XVI^{ème} siècle pour les Slaves du Sud, le fameux Collegium Illyricum. Et son biographe dit: « le plus grand malheur fut que les pensionnaires ruthènes de ce collège ne purent, pour des raisons que j'ignore, faire le voyage de Rome. Si bien que Kopitar fut obligé de commencer son enseignement pour un jeune Franciscain, un Portugais, qui se préparait à des missions en Moldavie et Bulgarie, et qui fit de rapides progrès ». Ceci se passait en 1846. Il est curieux de noter le zèle et la curiosité de ce futur missionnaire portu-

gais pour le monde encore si mal connu alors des Slaves de Ruthénie et du Danube... (N. 1)

Si maintenant nous faisons abstraction du passé pour envisager le présent, une chose me frappe depuis que je suis au Portugal: la *similitude des problèmes* et des intérêts dans certains domaines nationaux.

Par exemple dans le domaine de l'étude sur les modes de la vie nationale: le problème des traditions et richesses populaires se passent de façon analogue, soit au point de vue de l'étude soit à celui de la conservation. Ainsi, les travaux ethnographiques des Yougoslaves, leur admirable musée ethnographique de Zagreb, leurs publications scientifiques, trop peu connus ici, peuvent servir de modèle. La récente exposition d'art populaire à Lisbonne le prouvait. L'étude des chants populaires, la question de l'enregistrement phonographique, de la notation musicale, de l'utilisation contemporaine, de même: de même aussi le problème de leur conservation, à protéger contre les contaminations utilitaires, comme dans le domaine du *fado*. L'intérêt et les dangers d'une attitude fautive dans la question des *ranchos* de chants et danses populaires se pose ici comme en Yougoslavie, celui des chorales et des *Zbors* paysans.

Il n'est pas jusqu'aux questions gastronomiques qui ne puissent être citées dans le grand effort contemporain de mise en valeur des richesses traditionnelles de chaque pays s'enorgueillit, on retrouve les mêmes intérêts, les mêmes problèmes. Mais permettez-moi de dire que je souhaite également voir conservées les belles traditions et connues les agréables ressources alimentaires et vinicoles tant du Portugal que de la Yougoslavie.

(N. 1) Istocniki, 1897, tome II p. 350.

Le domaine littéraire exigerait tout un chapitre. Je le réserve pour une autre circonstance. Pourtant laissez-moi vous indiquer que si, présentement, le Portugal ne paraît pas très curieux de ce qui se publie dans ces pays lointains, chez les Slaves du Sud, on l'est un peu plus. J'ai relevé l'été dernier à la bibliothèque universitaire de Zagreb dans la série — littératures étrangères, une rubrique réservée à la langue portugaise, et j'y ai trouvé au moins une douzaine de traductions mentionnées. Il faut y ajouter depuis peu celle du remarquable livre que M. Ferreira de Castro a intitulé « Selva » et dont on voyait à Lisbonne il y a quelque temps la traduction croate.

De nos jours, et sans traiter de ces questions de façon systématique, puis-je vous indiquer quelques faits isolés qui intéressent les relations entre le Portugal et les Slaves du Sud? Au point de vue artistique, j'ai trouvé dans les milieux yougoslaves beaucoup de curiosités et, par exemple, j'ai obtenu que l'éditeur des *Monumentae Artis slovenicae* échange ces publications avec le Musée d'Art Ancien de Lisbonne: le Bulletin qui vient de paraître des monuments historiques portugais sur les peintures à la fresque dans vos églises mérite d'être comparé aux publications analogues intéressant nos églises catholiques et les monastères orthodoxes de Yougoslavie. Il y a deux ans le peintre croate Otton Postroujnik au cours d'un séjour auquel je l'avais convié à Lisbonne a dessiné et peint une série d'oeuvres inspirées par Lisbonne et le Tage qui ont été ensuite exposées à Zagreb et j'ai conservé pour l'Institut Français à Lisbonne une fort belle aquarelle évocatrice des matins poétiques du Tage. La presse de Zagreb a, en Janvier 1937, relaté ce voyage d'art.

Quelques mois plus tard, une artiste de talent, Madame

Dora Goussich, donnait à Lisbonne des concerts de musique yougoslave et votre compatriote, M. Cortez Pinto, a publié récemment une étude sur la musique yougoslave, rendant ainsi l'hommage de votre pays à cette musique présentée à l'Académie des Amateurs de Musique de Lisbonne. Je pourrais citer de même une organisation de concerts qui s'établit par échange entre l'*Emissora* Nationale et la Radio de Zagreb et, dans un tout autre ordre d'idées, des échanges dont j'ai également donné l'initiative de documents touristiques entre les Municipalité de Zagreb et votre Conseil Nationale de Tourisme.

De même, un économiste croate, le Dr. Schetinets, après une série d'études sur le corporatisme italien ou autrichien, vient d'en publier une sur les formes originales du corporatisme portugais.

Ainsi, des contacts se développent et l'expérience, l'actualité ou le passé de chaque pays intéresse les chercheurs, les savants de l'autre.

Si la curiosité contemporaine n'est pas extrêmement vive entre ce pays, sis à l'extrême Occident de l'Europe, et le monde slave que l'opinion occidentale se contente de situer quelque part à l'Orient européen, l'interdépendance des problèmes actuels et des liens du passé invite à étudier ces peuples slaves, que ce soient les Tchèques accrochés solidement depuis des siècles à leur Montagne Blanche et à leur Hradschin à l'un des carrefours de l'Europe, ou les Slovènes christianisés par l'archevêque de Salzbourg alors que les Arabes envahissaient le Sud ibérique, et installés séculairement sur les Alpes et jusqu'aux faubourgs de Trieste, ou encore les Croates qui dès le VII^{ème} siècle atteignaient Salona, la cité natale de l'Empereur Dioclétien, cependant que leurs nef sillonnaient l'Adriatique comme

on les voit encore à Venise dans les mosaïques les plus vieilles de la basilique de S. Marc tout près du quai des Esclavons qui rappelle leurs prouesses, avant qu'ils fournissent des chefs aux luttes lointaines où s'illustra votre grand Albuquerque.

Et faut-il noter encore de nos jours des témoignages de cette curiosité, comme le récent recueil de ses articles de 1935 à 1937 que M. Luiz Vieira de Castro vient de réunir sous le titre « Sur Pied de Guerre » (Funchal, 1938) : il y consacre un article à la Petite Entente, bloc de 50 millions d'êtres, dont les liens se sont confirmés à la conférence de Sinaia et c'est à un journaliste de « L'Action Française » M. Delebecque, qu'il emprunte sa conclusion : la nécessité pour ces Etats et pour l'avenir slave de résister aux prétentions allemandes et de rester unis « en face du délire impérialiste de certains Etats ».

Je m'abstiens, pour ne pas aborder des sujets politiques, de citer ses opinions sur la Russie slave et n'en retiens qu'une attitude de curiosité compréhensible à l'égard des Slaves qui mérite d'être notée.

Puissent ces quelques indications justifier au moins le titre de cet exposé qu'il m'est agréable d'avoir pu faire devant vous pour vous remercier de l'intérêt que vous avez bien voulu porter à ces questions et de l'honneur insigne et dont je sais tout le prix que vous m'avez fait en me recevant comme Membre de ce vénérable *Instituto* associé au passé prestigieux et à l'universelle renommée de l'antique et toujours vivante et illustre cité de Coimbra.

R. WARNIER

A TEORIA DO CONDRIOMA VEGETAL

Sôbre o condrioma das células vegetais muito se tem dito, mas a última palavra não está ainda dada. Conhecem-se as suas afinidades microquímicas, as suas propriedades elaboradoras, o seu aspecto morfológico; mas a sua interpretação real tem escapado aos citologistas, que não têm relacionado entre si os dados obtidos pela observação. Os três elementos que sôbre êle são hoje do nosso conhecimento bastam no entanto para podermos estabelecer a sua evolução em bases que se nos afiguram seguras. Não queremos, evidentemente, afirmar uma opinião, que novas observações poderão vir a destruir; mas as que até hoje temos feito autorizam-nos a pôr de parte as interpretações até aqui estabelecidas acerca do condrioma da célula vegetal, por as considerarmos errôneas e a lançar as bases para uma nova interpretação.

No decorrer dos nossos estudos citológicos têm-nos servido de material de trabalho o grão de Trigo durante o desenvolvimento e a germinação, o vértice vegetativo de *Anacharis canadensis*, o talo de *Chara vulgaris* var, *longibracteata* e os nectários de *Ricinus communis*. Assim, pudemos estudar a origem mitocondrial da diastase amilolítica e do nectar, a formação dos leucoplastos e dos cloroplastos. Nada durante estes estudos nos permitiu confirmar a teoria, hoje tão seguida, da dualidade do condrioma nas células vegetais. Somos por isso levado à convicção de que nas células vegetais estudadas o condrioma é apenas um único,

embora manifeste actividades diferentes, segundo o sentido da diferenciação seguida pelas células a que pertence.

Num trabalho publicado em 1926-1927 na « *Revue Générale de Botanique* », *Revue générale des travaux de cytologie parus de 1910 à 1925*, Guilliermond e Mangenot, à cerca da origem mitocondrial dos plastos admitem *l'existence dans la cellule des Végétaux chlorophylliens de deux lignées d'organites conservant l'une et l'autre leur individualité aux cours du développement, se transmettant par division et présentant tous les caractères des mitochondries; l'une correspond aux plastes spéciaux aux Végétaux verts, l'autre est assimilable aux mitochondries que l'on rencontre dans les Champignons et les Animaux. Cette dernière opinion, soutenue par Guilliermond, Emberger, Mangenot et Mottier, est la seule qui soit d'accord avec tous les faits; elle est aujourd'hui absolument démontrée.*

As observações que temos feito no decurso dos nossos estudos citológicos, levam-nos porém a admitir a opinião contrária: — a dualidade do condrioma não está demonstrada. Vejamos o que se passa nas células secretoras e nas células com plastos.

Estudámos a evolução do condrioma nas células da epiderme secretora do escutelo do grão de Trigo e nas da epiderme dos nectários de *Ricinus communis*, com o fim de determinar a origem da diástase amilolítica e a do nectar. As observações que fizemos nestes dois materiais coïncidem absolutamente.

No início da germinação do grão de Trigo o condrioma das células secretoras é representado por numerosos condriocontos que se dispõem de preferência no polo oposto ao polo secretor. Neste último polo, bem como na parte média da célula, não se encontram ou quasi não se encon-

tram elementos do condrioma. Mais tarde, quando a germinação se inicia, começam a aparecer, na parte média da célula e no polo secretor, mitocôndrias em número cada vez mais elevado, sendo notável o facto de na parte média se encontrarem alguns condriomitos, que consideramos como formas de transição entre os condriocontos e as mitocôndrias granulosas.

Deve pois tratar-se duma migração dos condriocontos de uma extremidade para a outra das células, ao mesmo tempo que se vão transformando em mitocôndrias granulosas, por desagregação. Em presença destas observações parece depreender-se que os condriocontos devem constituir uma forma adulta do condrioma, que não intervém nos fenómenos de secreção.

O estudo das células secretoras dos nectários peciolares de *Ricinus communis* vem confirmar esta opinião. Estas células são cilíndricas, como as da epiderme secretora do grão de Trigo. Antes do estabelecimento da secreção nectarífera também o condrioma é constituído por condriocontos que, durante o aparecimento da secreção, se transformam em mitocôndrias granulosas, com passagem pela forma de condriomitos, ao mesmo tempo que se deslocam para o polo secretor da célula.

Vejam agora o que se passa com a formação dos plastos, organitos activos do protoplasma. No vértice vegetativo de *Anacharis canadensis*, o condrioma das células meristemáticas é constituído por mitocôndrias granulosas e raras vezes alguns condriocontos. À medida que as células se afastam das iniciais e que portanto os cloroplastos se vão formando, os condriocontos começam a sofrer uma transformação que descrevemos num trabalho anterior. Os condriocontos começam então a tornar-se fusi-

formes ou em forma de haltere, segundo há um núcleo de formação central ou dois núcleos nas extremidades. Os condriocontos transformam-se portanto directamente em cloroplastos. Os mesmos fenómenos podem ser observados durante a formação dos cloroplastos no talo de *Chara vulgaris*.

Mas os estudos que fizemos nas células do albúme do grão de Trigo durante o seu desenvolvimento vêm confirmar estes resultados. Sabe-se que essas células começam, a certa altura do desenvolvimento, a ser invadidas por numerosos grãos de amido, que acabam por destruir os seus núcleos, promovendo por isso a sua morte. Inicialmente o condrioma destas células é formado por mitocôndrias granulosas, que, antes do aparecimento dos grãos de amido, começam a aumentar de dimensões, formando leucoplastos. Êste aumento de dimensões dá-se segundo uma única direcção no seu início, de modo que as mitocôndrias se transformam assim em condriocontos antes de se transformarem em leucoplastos. Os mesmos aspectos em fuso e em haltere podem então ser observados, *dont les parties filiformes étaient colorées en noir par l'hématoxyline, tandis que les parties gonflées étaient teintées en bleu violacé par la solution iodo-iodurée. Celles-ci étaient des grains d'amidon; celles-là étaient, à notre avis, des chondriocontes.*

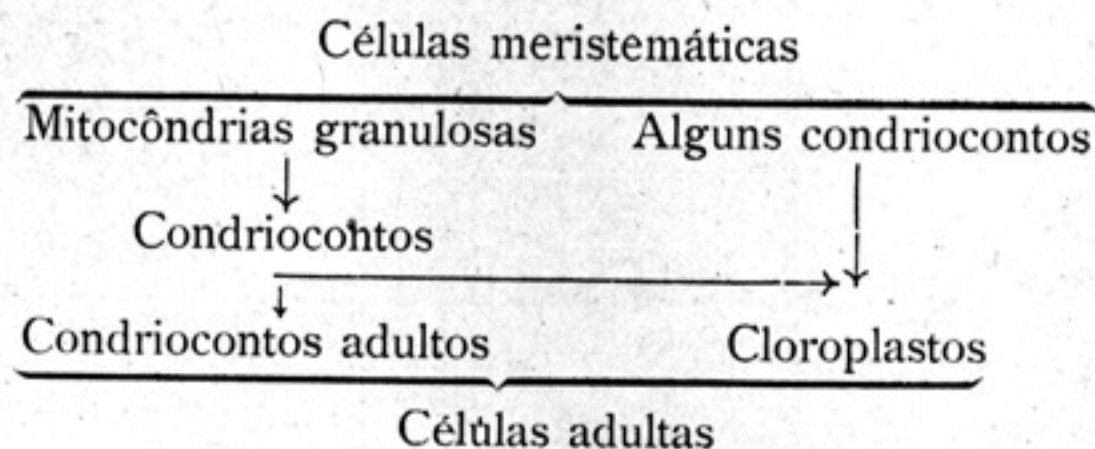
Notemos desde já que nas células meristemáticas o condrioma é representado por mitocôndrias granulosas, enquanto que nas células adultas aparece sob a forma de condriocontos. Por outro lado os condriocontos representam o estado mais estável do condrioma, como o demonstram certas técnicas mitocondriais. Isto tudo parece estabelecer que os condriocontos representam a forma adulta e definitiva do condrioma, enquanto que as mitocôndrias granulosas parecem ser apenas elementos destinados a

desaparecer, quer por transformação em condriocontos, quer por elaboração de produtos de secreção.

Originando-se o condrioma a partir do condrioma da célula-ôvo, a forma mitocôndria granulosa permite uma melhor distribuição dos elementos mitocondriais pelas células-filhas e por isso as células meristemáticas devem conter mitocôndrias granulosas e não condriocontos. Mas aquelas não constituem elementos estáveis e por isso a breve trecho se transformam em condriocontos. Depois, quando a célula começa a elaborar produtos de secreção, o condrioma volta à forma primitiva, pois os condriocontos, forma estável, têm já a sua diferenciação estabelecida. Por outro lado, quando, nas células dos vértices vegetativos das plantas verdes, se começam a formar os cloroplastos, ou quando os leucoplastos se formam para a elaboração do amido, as mitocôndrias granulosas transformam-se em condriocontos a partir dos quais se formam os plastos.

Em presença destes factos não é de admitir a dualidade do condrioma nas células dos Vegetais. Quando, no vértice vegetativo, se formam os cloroplastos, há uma evolução que poderemos traduzir:

Mitocôndrias granulosas → Condriocontos → Cloroplastos.
Desta forma, pode-se estabelecer o quadro desta evolução, desde os elementos das células meristemáticas até os das células adultas, como segue:



Por outro lado, nas células do albume do grão de Trigo a evolução do condrioma será:

Mitocôndrias granulosas → Condriocontos → Leucoplastos → Grãos de amido.

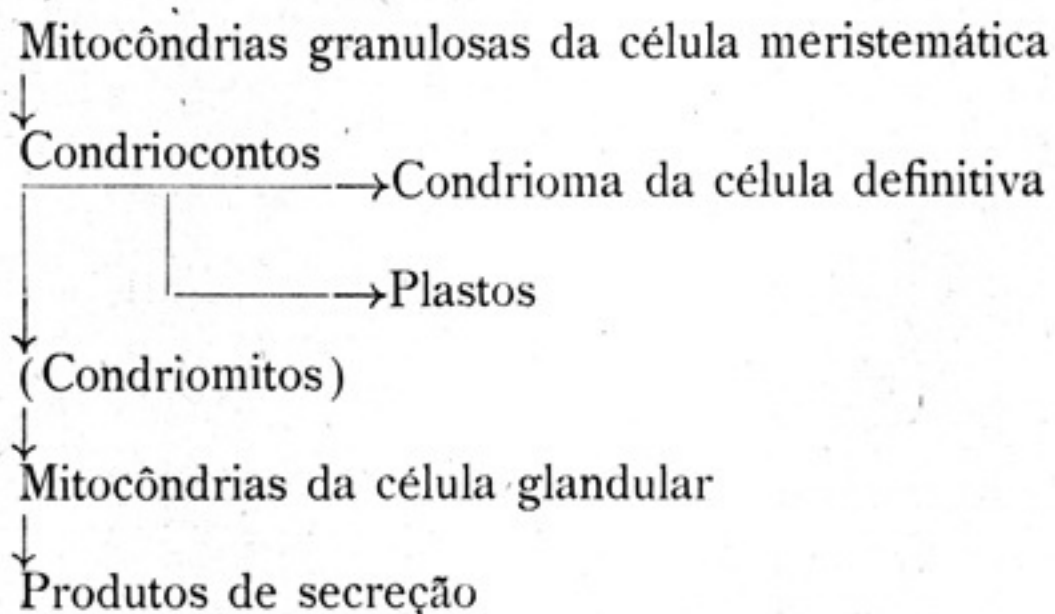
A evolução é fundamentalmente a mesma.

Quando começa o aparecimento dos plastos, são os condriocontos que lhes dão origem, ao mesmo tempo que as mitocôndrias granulosas se vão transformando em condriocontos. Depois, estes mesmos condriocontos se vão transformando em plastos, certamente por ter sido atingida a relação entre a massa de plastos e a de citoplasma, que deve existir para toda a célula. Então, os últimos condriocontos formados mantêm a sua forma, constituindo o condrioma das células adultas. Assim como a relação núcleo-plásmica preside ao aumento de massa do núcleo e do citoplasma, também uma relação semelhante, a que poderemos chamar cito-mitochondrial, deve presidir ao desenvolvimento da massa total de mitocôndrias, e portanto de cloroplastos, em harmonia com a actividade celular.

Nas células secretoras, porém, a evolução faz-se em sentido inverso. Quando atingem o estado adulto, estas células possuem condrioma representado por condriocontos. Logo que a secreção se inicia, os condriocontos começam a transformar-se em mitocôndrias granulosas, podendo ou não passar pela fase de condriomito, ao mesmo tempo que se deslocam para o polo secretor da célula. Começam então a aparecer no vacuoma os produtos de secreção elaborados pelas mitocôndrias granulosas.

Na célula vegetal deve pois haver um condrioma único, que seguirá a sua evolução num ou noutro dos dois sentidos citados, segundo a função desempenhada pelas res-

pectivas células. Resumiremos num quadro único esta evolução:



Lisboa, Dezembro de 1937.

A. GONÇALVES DA CUNHA

*(Instituto Botânico da Faculdade
de Ciências, Lisboa)*

M. FLÁVIO DE R. CARVALHO
ET LA CRITIQUE DE L'ART MODERNE

Père et fils de la plus solide des éruditions contemporaines, M. de Carvalho ne pense pas, et nous lui donnons raison, que la critique de l'art soit tenue au discriminations qu'y impose volontiers l'histoire. Celui qui connaît parfaitement l'art et son évolution demeure nécessairement frappé par des éléments temporaires, des points acquis qui parfois semblent un défi au bon sens. La vérité est, que ce n'est pas là une tare de notre époque, mais que notre époque répète ce qui s'est passé dans les époques antérieures, et que beaucoup d'erreurs que déplorent les gens de goût ne sont que le résultat de maladies qui se répètent cycliquement dans l'histoire de l'art. C'est à ce point de vue que M. Flávio de R. Carvalho, Professeur d'Histoire de l'Art à São Paulo, et qui demeure avec M. João Barreira, V. Correia et José de Figueiredo, le grand animateur de la Critique et de l'Esthétique du Portugal, s'est penché sur l'art moderne avec le vif désir de diagnostiquer sa maladie et de la guérir. La tentative est d'autant plus remarquable qu'elle n'a jamais été entreprise et ne le sera pas de sitôt. Il fallait, pour l'accomplir, la clairvoyance, l'érudition et le talent de ce grand et illustre critique. Mais comme elle parvenait à une période de l'histoire de l'art où le degré de décomposition esthétique devient une qualité aux yeux

de trop de monde, M. de Carvalho n'a pas vu son effort entouré seulement de louanges. La critique de cette critique a été telle que ses tendances ont enseveli les intentions elles mêmes du savant esthéticien. Ce qui fait qu'il y a un intérêt réel à résumer ici sa théorie et à en dégager l'enseignement.

Pour M. de Carvalho l'art est une tradition classique. Ce que l'on n'est arrivé qu'à définir sous le terme « Art Moderne » n'est que la consécration d'une longue série de convulsions révolutionnaires qui ont secoué le vieux monde, et, par répercussion, le nouveau.

Il s'en suit, comme conclusion immédiate que seule la tradition subsiste, représentant l'art à l'état pur et que les tentatives de rénovations ne sont que des grimaces, des rictus maladifs, des maladies nerveuses, collectives, d'origine sociale, qui défigurent le sens de l'art lui même dans ce qu'il y a d'immuable et de sacré.

Ceci dit, voyons la manière dont M. de Carvalho s'y prend pour étudier ces « maladies nerveuses » —. Il emprunte sa méthode à la psychologie collective, et pose en principe que l'évolution de l'art qui suit les révolutions est conditionnée elle même par le principe historique du « mécanisme éternel des révolutions », et par le principe psychanalytique des grandes émotions que les révolutions sociales imposent au cœur des foules en émoi.

Le cycle de ce développement, affirme M. de Carvalho, demeure toujours le même à travers l'histoire. Ce cycle, M. de Carvalho le décompose en quatre étapes. Savoir :

1. Une étape de méditation et de dialectique.

2. Une période d'anarchie, de sang, exposition des blessures (*sic*).
3. Une période de pansement (*sic*) du monde.
4. Une période de purification.

Il est vraisemblable que M. de Carvalho a pris, comme champ d'expériences, bien qu'il ne nous spécifie point, l'histoire de l'art espagnol depuis la période du XIV.^e Siècle jusqu'à l'épanouissement, au XVIII.^e, de la gloire de Goya.

Au point de vue moderne, aux yeux de M. de Carvalho, la crise de l'art actuelle n'est que la répétition de ce qui s'est passé au XVIII.^e Siècle.

A la fin du XIX.^e Siècle, les artistes ont commencé à comprendre que la peinture pouvait être quelque chose de « plus profond ». Ils ont compris et accueilli la nécessité de l'esprit critique et les puissances des données de l'analyse. De là le processus. « L'état d'insatisfaction, chez les artistes, s'oriente naturellement vers des sublimations dont le résultat est de déprécier les valeurs établies, par l'art classique évidemment. » Et cette constatation si juste ne serait peut être qu'un lieu commun si M. de Carvalho ne lui donnait une explication plus subtile et plus précise. L'artiste, dès lors, spontanément, crée, par réaction, un mouvement démocratique dans ses tableaux mêmes. Il fait des tentatives pour niveller tous les objets qui composent, par leur ensemble, le sujet de l'œuvre. Tous deviennent des égaux. L'être humain n'exerce plus sa suprématie sur l'arbre, l'animal, la bouteille, la pipe, le meuble devenus semblables, élevés jusqu'à lui dans l'Ordre humain, sous le voile démocratique de l'impressionisme (*sic*). Voilà le phénomène extérieur auquel correspond un phénomène

intérieur que M. de Carvalho définit comme suit : « Le rêveur, lorsque il ferme les yeux, s'éloigne de son panorama. En s'éloignant, il médite et constate que les objets discernables les uns des autres à l'origine, deviennent des masses, égales, en apparence, les unes aux autres et qui finissent, le processus se prolongeant, par se confondre eux mêmes avec le reste du panorama ». Nous ne discuterons pas la valeur, à notre avis éronnée, qu'attache M. de Carvalho au mot impressionisme qui, dans le vocabulaire esthétique a un sens défini et tout à fait différent. Ce qui nous intéresse c'est la conclusion de l'écrivain : « L'impressionisme est une manifestation de la pensée philosophique qui détruit les valeurs de l'analyse. Il est une dialectique révolutionnaire démocratique puisqu'il déprécie par le nivellement ce qui se trouve dans le panorama ». Ici l'erreur de M. de Carvalho est double. Historiquement, des périodes révolutionnaires renaît l'art classique. David et ses élèves, réédifient l'architecture, et l'anatomie hélléniques sur le fumier de la Terreur. Et l'école impressioniste française de la fin du XIX.^e Siècle est un retour au classicisme puisqu'elle réinstaure le dessin dans la peinture et assure à la composition d'une œuvre l'ossature des valeurs graphiques et non plus picturales, enfin puisqu'elle implique le retour à la palette des fondamentales et de leur dérivés directs, proscrivant le plus souvent le blaireutage et le glacis. Il serait plus exacte de dire que cette école est une réaction de l'art classique des grands siècles contre l'enseignement académique qui avait alors, en France, déformé l'Art Classique en le réduisant à une série de « trucs » de procédés, qui offrait dans son ensemble une technique impersonnelle aux peintres médiocres. La peinture française offrait alors de si bons Professeurs qu'ils

supprimaient, par la puissance de leur enseignement, chez les élèves, la nécessité du génie, voir du talent personnel.

Passons maintenant avec M. de Carvalho au deuxième stade de son cycle. « Après la dépréciation dialectique, suit la période d'action. Le sang coule et les plaies sont exposées à la lumière du soleil (*sic*). C'est l'expressionnisme. On sublime les angoisses révolutionnaires. Le contenu recouvre et domine la forme. Toute l'émotion intérieure est extériorisée. »

Voici, évidemment, une scrupuleuse définition de l'art anecdotique. Mais nous pensions que l'esthétique de la peinture moderne supprimait systématiquement l'anecdote au point que M. Camille Mauclair a pu dire : « à force de condamner l'anecdote, on supprime le sujet que l'on confond injustement avec elle ».

Mais laissons M. de Carvalho préciser sa pensée : « On dissèque, on coupe, on décapite pour voir « ce qu'il y a dedans ». L'expressionnisme et certaines manifestations de « fauvisme » deviennent des démonstrations torturées du sadisme. L'émotion transpire en osmose par tous les pores du tableau. La forme est distinctement secondaire. Le sang, la souffrance, les angoisses et la mort deviennent les éléments du plaisir. On massacre le monde et les sensations de lutte fournissent le ton fondamental. On devient mystique en présence du sang et de la douleur ». Et M. de Carvalho voit là un retour aux souffrances extatiques des tableaux du XII et XIII^e Siècles (nous pensons surtout de l'école espagnole). On saisit toute l'importance critique de ces considérations. Les mêmes tendances reviennent périodiquement, suivies des mêmes réactions. Ce fatalisme est personnel à M. de Carvalho. Il domine son œuvre de

critique et d'historien. Et il n'exclut nullement sa foi spiritualiste, nous allons voir comment : « Le panorama expressionniste, avec ses plaies sanglantes, ne possède pas de qualités tactiles. Produit d'un désir de mutilation, il ne doit pas être touché parce qu'il n'a pas de superficie. Tout ce qui est visible dans ce panorama appartient à la grande émotion intérieure et cette union gonfle la superficie à tel point que toute tactibilité devient repugnante. L'émotion objective est parfois si grande qu'elle sature l'ambiance et domine, en détruisant toute notion de superficie, une grande partie de ce qui peut séparer un objet de l'autre envahissant et abolissant la forme ». Rien n'est plus exacte que cette observation là.

Le troisième stade, le *pansement* du monde, est, aux yeux de M. de Carvalho, incarné par le surréalisme. « Celui-ci applique la méthode psychanalytique de guérison, crée une peinture et une poésie extrêmement forte et suggestive. Un vrai pansément du monde ». Mais les surréalistes ne se réfugient pas dans le spiritualisme qui serait la guérison définitive. Ils ont recours, d'après M. de Carvalho, à la « tactilité ». Les sculptures nègres sont des produits surtout tactiles. En somme, pour M. de Carvalho, le stade surréaliste implique un début, une névrose de guérison.

Ce sont les abstractionnistes qui orientent l'art vers le spiritualisme en installant, affirme M. de Carvalho, une ère de pensée pure, et de purification de la pensée. Ils humanisent les symboles de l'équilibre, les vecteurs et les forces. Les éléments de la pensée mathématique et les formes géométriques. Le processus d'inspiration et de suggestibilité fonctionne du dehors vers le dedans. Et telle

est la marque de guérison qui ramène l'artiste vers le spiritualisme éternel.

Ce qu'il y a de remarquable à notre sens dans la **pensée de l'œuvre** si importante, et dans l'enseignement fécond de M. de Carvalho, c'est que, comme le font les autres « officiels » il ne repousse rien à priori, et étudie même l'absurde avec le respect qu'a tout écrivain digne de ce nom pour la chose pensée et pour la chose peinte ou écrite. M. de Carvalho apparaît comme le Taine, très modernisé, de l'école d'esthétique portugaise moderne. Il a le même souci de vérité scientifique, le même scrupule d'analyse, la même méthode d'introspection. Appliquée à l'art moderne, son œuvre y mérite autant d'influence que de répercussion. Et le fait de s'être penché en médecin sur son évolution comme sur l'évolution d'une maladie guérissable est assez éloquent en soi pour ne pas nécessiter de commentaires.

CAREL J. A. BEGEER

INSUFFISANCE

Un jour, on s'aperçoit que de vivre on a peur,
Que le cœur ne fait plus la chaumière habitable,
Que l'esprit s'alanguit, que le désir se meurt,
Que c'est inévitable,

Et qu'en laissant son âme au relais du bonheur,
On ne retrouve en soi, dans l'étreinte coupable
D'être sans exister, de frémir sans ardeur,
Que sa chair misérable.

Les mots, démaquillés de leur sainte candeur,
S'enlacent mollement avec l'indéchiffrable,
Et, des lèvres distants, répètent, sans ferveur
Toujours la même fable.

Puis le temps, s'efforçant d'apaiser la rancœur,
Lestera de regrets sa fuite inexorable,
Et du plus bel amour détruisant, sans pudeur,
 La trace sur le sable,

Regardera mourir l'extase du pêcheur...

.....

Seul, le sage qui sème au jardin périssable
Songera qu'on ne peut reprocher à la fleur
 De n'être pas durable.

GEORGE DAY

LIVROS À VENDA

Acham-se à venda na Administração de *O Instituto*, os seguintes:

Os seis livros de Tito Lucrécio Caro, poeta romano, sobre a Natureza das Cousas, vertidos no verso solto português, por Agostinho de Mendonça Falcão. Coimbra, Imp. da Universidade, 1890... 15\$00

Elogio histórico de A. Herculano, lido na sessão pública do Instituto de Coimbra, pelo Conselheiro Vicente Ferrer Neto Paiva. Coimbra, Imp. da Universidade, 1878 4\$50

Memória histórica e crítica sobre a Revolução que em 1246 tirou a coroa a D. Sancho II, por Miguel Ribeiro de Almeida e Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856..... 4\$00

Apontamentos biográficos sobre o nosso insigne poeta Luiz de Camões, por Miguel Ribeiro de Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1854 3\$00

UM VOLUME DE 296 PÁGS.:
Na Administração 15\$00
À cobrança 17\$00
Nas livrarias 20\$00

O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERÁRIA

FUNDADA EM 1852

O Instituto é uma publicação do *Instituto de Coimbra*, academia científica e literária fundada em 1852.

Cada número, com cerca de 100 páginas, publicará artigos de autores nacionais e estrangeiros; 5 números formam um volume com frontispício, índice e capa especial.

O Instituto põe à disposição dos autores que o desejem, 8 exemplares de cada artigo.

Separatas com paginação própria, rosto e capa, serão de conta dos autores.

A revisão das provas dos artigos é de exclusiva responsabilidade dos autores.

PREÇÁRIO

Assinatura tomada directamente à Redacção:

cada série de cinco números.....	25\$00
por intermédio das livrarias.....	35\$00
Número avulso.....	10\$00
Volume avulso.....	35\$00

Só se tomam assinaturas a partir do número 1 de cada volume.

CORRESPONDÊNCIA

Tôda a correspondência deve ser dirigida para a Redacção de *O Instituto*, Arco do Bispo, n.º 1—Coimbra—Portugal.

O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERÁRIA

(PUBLICAÇÃO SUBSIDIADA PELA JUNTA NACIONAL DA EDUCAÇÃO)

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
ARCO DO BISPO, N.º I—COIMBRA

VOLUME 93.º



NÚMERO 4

COIMBRA
1938

COMISSÃO DE REDACÇÃO

MEMBROS EFECTIVOS

Presidente, Prof. F. M. da Costa Lôbo, da U. C., D. O. A. — *Vice-Presidente*, Prof. Anselmo F. de Carvalho, da U. C., D. I. G. — *Vogais*, Prof. Amadeu F. de Carvalho, da E. I. C. B. — Dr. António Baião, D. A. N. T. T. — Prof. J. G. de Barros e Cunha, da U. C. — Prof. Beleza dos Santos, da U. C. — Prof. Elísio de Moura, da U. C. — Prof. Eugénio de Castro, da U. C. — Prof. Ferrugento Gonçalves, D. I. S. T. — Prof. Fezas Vital, da U. C. — Almirante C. V. Gago Coutinho. — Prof. Mendes Corrêa, da U. P. — Prof. D. Pacheco de Amorim, da U. C. — Prof. Pedro J. da Cunha, da U. L. — Prof. J. J. Pereira Dias, da U. C. — Prof. J. M. de Queiroz Veloso, da U. L. — Prof. Ricardo Jorge, da U. L. — Prof. M. de Sousa da Câmara, do I. S. A. — Prof. H. Teixeira Bastos, da U. C.

**A revisão das provas dos artigos é de exclusiva
responsabilidade dos autores.**

SUMÁRIO

<i>A Assembleia Geral da União Astronómica Internacional de 1935 e as Comissões de Física Solar</i> , por Gumersindo Sarmiento da Costa Lôbo.....	293
<i>A antiga terra de Senhorim, moderno concelho de Nelas — da prèhistória à idade média</i> , por J. Pinto Loureiro	308
<i>O « Secreto de los secretos de astrologia » do Infante D. Henrique (rectificação)</i> , por Joaquim de Carvalho	345
<i>Le sculpteur Teixeira Lopes</i> , por Émile Schaub-Koch	358
<i>O livro grande de Sampayo ou livro dos vedores de Ceuta (1505-1670)</i> , por José de Esaguy	369

A ASSEMBLEIA GERAL
DA UNIÃO ASTRONÓMICA INTERNACIONAL
DE 1935
E AS COMISSÕES DE FÍSICA SOLAR

Encontrando-me em Paris no mês de Julho de 1935, numa das visitas de estudo, feitas a meu cargo, ao Observatório Astronómico de Meudon, tive ocasião de assistir ao 4.º Congresso da União Astronómica Internacional, ali realizado naquele ano.

De há muito que foi reconhecida a necessidade, para muitos trabalhos científicos, de uma colaboração internacional e, nessa ordem de ideas, foram surgindo diferentes alvitres e organismos com o fim de darem execução a este projecto.

Muitos eram, de facto, os problemas que pela sua índole justificavam uma cooperação internacional. A Astronomia, quer para abraçar o conjunto dos fenómenos celestes, quer pela continuidade exigida pelos estudos de certos fenómenos, punha naturalmente o problema da distribuição pelos diferentes observatórios dos estudos astronómicos. Em 1887 um trabalho daquele género — a organização da carta fotográfica do céu — provocou um congresso internacional por iniciativa de astrónomos franceses, o qual teve lugar em Paris. Os estudos solares, que têm particular interesse para a Terra e que, além disso, graças ao progresso da física do séc. XIX, adquiriram um desenvol-

vimento enorme, tanto pelas razões acima apontadas de continuidade, como pela sua extensão, levam os astrónomos, que especialmente contribuíram para a constituição da física solar, a organizar uma colaboração internacional dos estudos do Sol. São assim lançadas as bases da União Solar por E. Hale, em 1904, numa reunião da América do Norte a que se seguiram outras, uma em 1905 em Oxford, depois em Meudon, em Pasadena e, por fim, em 1913 em Bonn. Depois da Grande Guerra tratou-se de novo da organização destas uniões internacionais. Com êste fim efectuou-se em Londres, em 1918, uma reunião, resolvendo-se ali que, « logo que as circunstâncias o permitam, as convenções relativas às associações científicas internacionais serão denunciadas de harmonia com os estatutos ou regulamentos próprios de cada uma, pelos elementos competentes das nações em guerra com os impérios centrais. As novas associações, reconhecidas de utilidade para o progresso das ciências e suas aplicações, serão estabelecidas desde já, pelas nações em guerra com os impérios centrais, com o concurso eventual dos povos neutros ». No ano seguinte é constituído definitivamente o *Conselho Internacional de Investigação* na terceira conferência das Academias Científicas Interaliadas, que teve lugar em Bruxelas de 18 a 28 de Julho. Entre as diferentes uniões de que foi composto o conselho constituiu-se a União Astronómica Internacional.

A primeira Assembleia da União Astronómica Internacional reuniu-se em Roma em Maio de 1922. Estas assembleias realizam-se de três em três anos. As seguintes reuniram-se em Cambridge (Inglaterra) em Julho de 1925, em Leiden em Julho de 1928 e em Cambridge (América do Norte) em Setembro de 1932. Às assembleias de Cambridge de 1925, Leiden 1928, Cambridge (América do

Norte) 1932, e a esta de Paris já assistiu o presidente do «Comité» português, o professor Dr. Francisco Miranda da Costa Lobo.

O último congresso realizado em Paris, em Julho de 1935, como era de esperar, teve muito interesse, pois realizava-se num grande centro, onde se guarda a tradição dos Clairaut, Laplace, Leverrier, H. Poincaré; onde Jans-



Fig. 1

sen, com os seus geniais trabalhos, cria o primeiro observatório de astrofísica, em Meudon, que H. Deslandres levou a um tão alto grau de aperfeiçoamento e desenvolvimento, pelo que foi justamente saudado pelo presidente do congresso na sessão de abertura.

A sessão inaugural realizou-se no centro Berthelot, que possui condições admiráveis para estas reuniões. Magnificamente organizada, decorreu esta sessão com grande animação e solenidade e a ela assistiu o Presidente da República Francesa e presidiu o Ministro da Educação

Nacional. Constituiu um número interessantíssimo a feliz realização de uma fita cinematográfica para divulgar as diferentes fases da observação e cálculos para resolver o problema da hora, vulgarização de grande importância, que levou a assistência a reconhecer, por aquela apresentação, que não avaliava a grande precisão e trabalho contínuo executado nos observatórios astronómicos para se obter o que vulgarmente se chama « a hora certa ». A explicação foi dada, enquanto passava a fita, com grande clareza, pelo astrónomo A. Lambert.

As cerimónias do congresso reuniram cerca de quinhentas pessoas e pode imaginar-se como foi grande o êxito das festas oferecidas aos congressistas, num grandioso quadro como o de Paris, de sensibilidade artística incomparável, sensibilidade que tanto caracteriza o espírito francês, proporcionando um largo intercâmbio entre os astrónomos. Nesta troca de impressões e discussão dos trabalhos dos diferentes delegados reside um dos principais objectivos destes congressos.

No mesmo dia da abertura do congresso eram os astrónomos recebidos com amabilidade inexcedível pelo director e madame Esclangon, no característico e belo edifício do Observatório Astronómico de Paris, cuja feérica iluminação mais realçava a obra de Perrault. Reproduzimos na Fig. 1 a fachada sul do Observatório e na Fig. 2 uma gravura que representa a visita que Luiz XIV fez ao Observatório em 1 de Maio de 1682. Nas salas, cheias de recordações preciosas da astronomia francesa, e no parque, que rodeia o Observatório, teve lugar uma das mais lindas festas onde se dançou até altas horas da madrugada.

Na recepção na Câmara Municipal e passeio a Fontainebleau, através da paisagem lindíssima que circunda

Paris, moldura de verdadeira arte, tiveram igualmente os congressistas números que muito apreciaram.

No dia 13, na recepção e Garden-Party no Observatório Astronómico de Meudon, teve lugar uma festa que dupla-



Fig. 2

mente prendeu todos os astrónomos, por um lado pela situação cheia de pitoresco que, junto da floresta de Meudon, ocupam as instalações do Observatório, e, especialmente, pelos trabalhos geniais com que a ciência astronómica francesa tão largamente contribuiu para a formação da moderna astrofísica, ramo da astronomia que começou a

definir-se nos fins do século XIX, realizando algumas das descobertas mais importantes. Todos recordávamos com profunda admiração a obra sobre os estudos solares começada por Janssen, depois desenvolvida por H. Deslandres e agora, sob a orientação do astrónomo L. d'Azambuja, que cooperou logo por forma notável nos trabalhos de

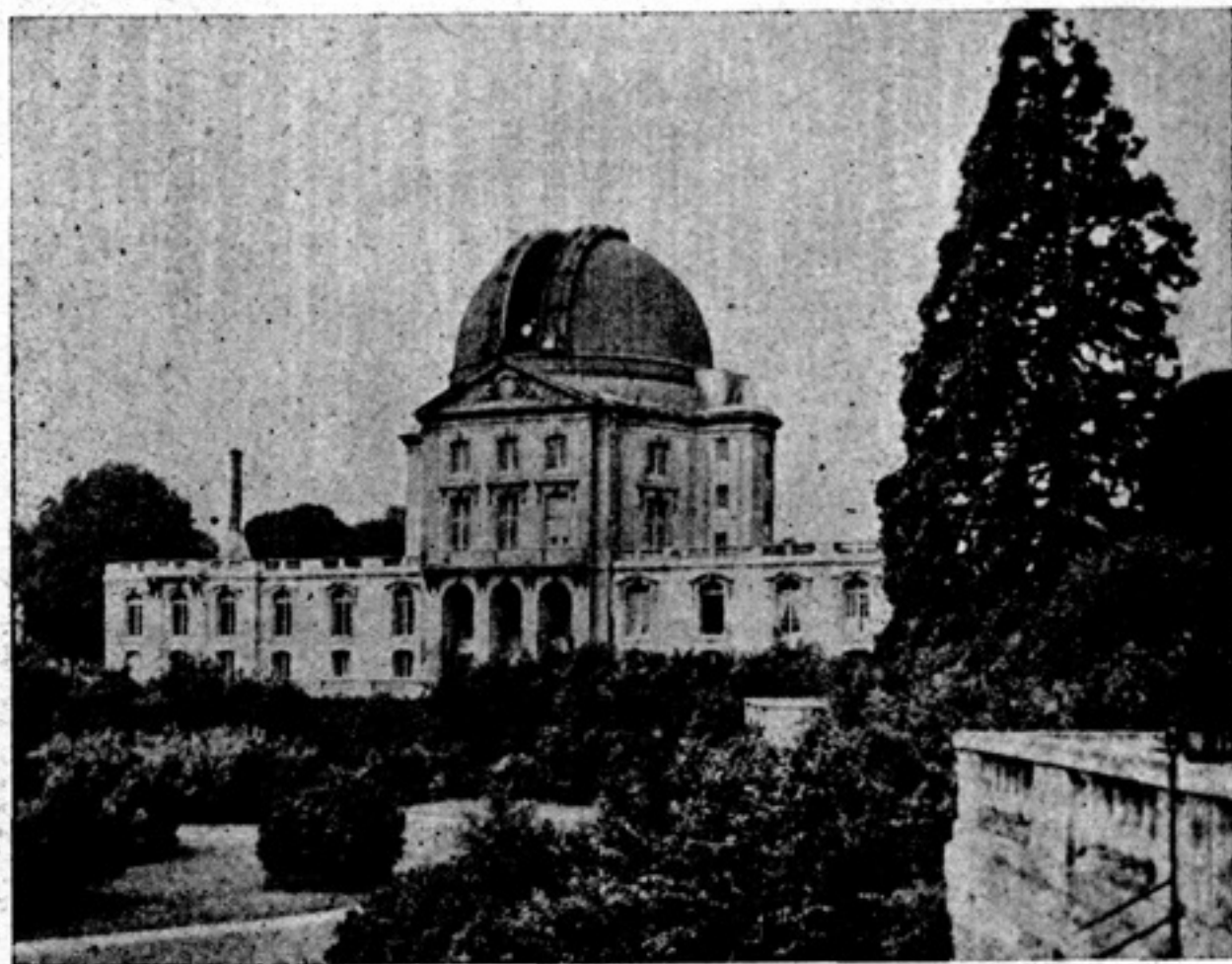


Fig. 3

H. Deslandres, e mantém em Meudon esta notável tradição dos estudos solares com as importantes investigações que ali tem proseguido. Êste Observatório está instalado no antigo domínio real de Meudon: na Fig. 3 vê-se o aspecto actual do Castelo com a grande cúpola onde se encontra a luneta para a observação visual e fotográfica com duas objectivas de 83^{cm} e 63^{cm} com uma distância focal de 16^m; a Fig. 4 representa o interior do pavilhão onde está instalado o grande espectroheliógrafo de Meudon, e a Fig. 5 o

siderostato de Foucault com um espelho de 0,^m75; nas Fig. 6 e 7 vêem-se respectivamente a cúpola de 11^m de diâmetro e a sua mesa equatorial onde podem colocar-se diferentes instrumentos.

No grande banquete, que reuniu quatrocentas pessoas na Tôrre Eiffel, onde tiveram lugar há anos as interes-

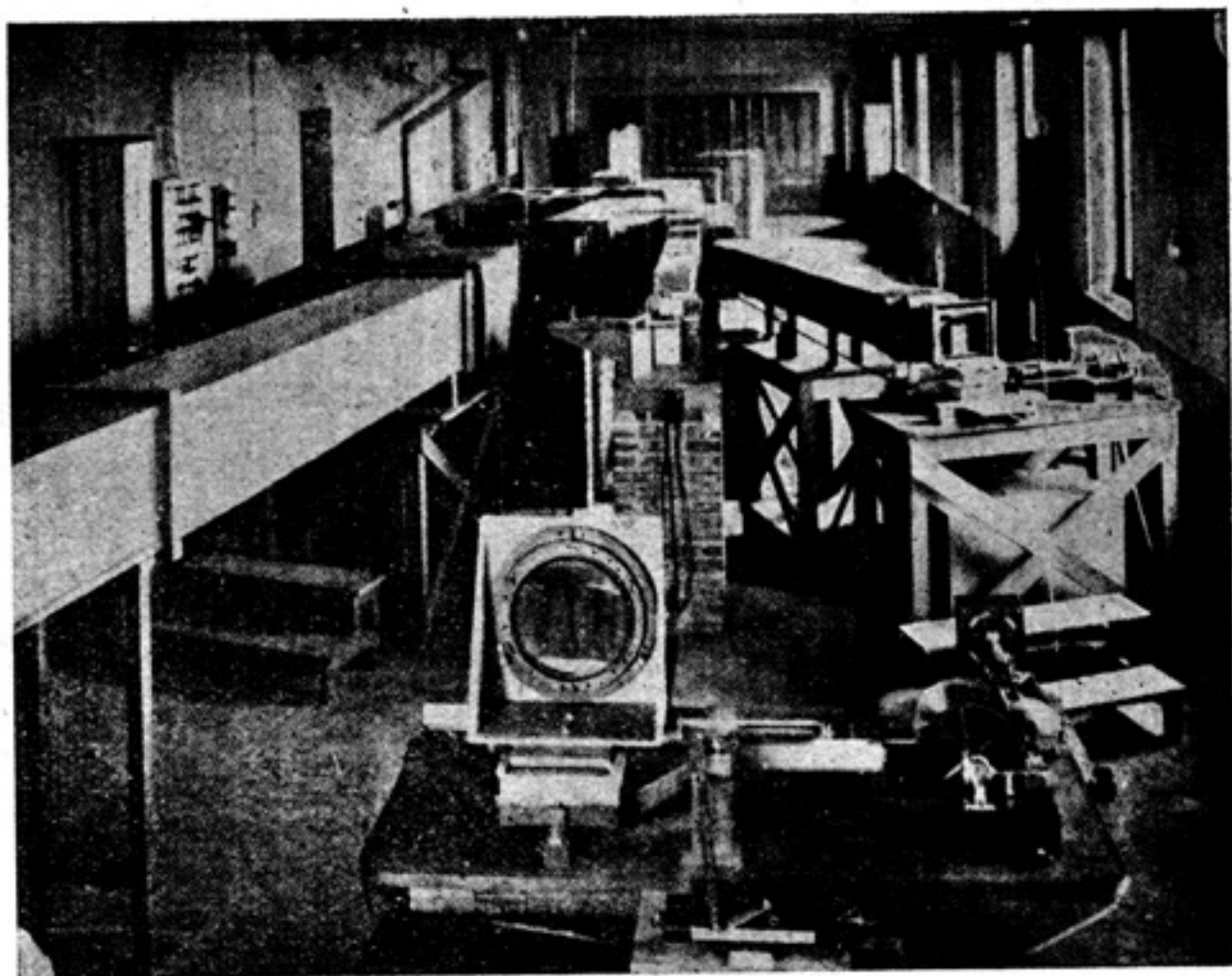


Fig. 4

santes festas do Sol, a Sociedade Astronómica de França conseguiu realizar, no meio do mais franco espírito de animação e cordealidade, a ligação entre parte do seu grande número de associados, quatro mil e quinhentos, como indicou no seu aplaudido discurso o presidente de então, o astrónomo Jules Baillaud, discurso em que sintetizou o que é a Sociedade Astronómica de França fundada por Camille Flammarion, e cuja orientação

é continuada pela secretária geral, madame G. Flammarion.

No Palais de l'Elysée e nos jardins do palácio foram recebidos no dia 15 os congressistas pelo presidente da República e madame Albert Lebrun; todos os congressistas ficaram cativados pela conversa afável, e ao mesmo tempo de sincera consideração, que com eles teve o presidente. Depressa tinha chegado ao seu termo o congresso e no Hotel Continental foi oferecido um banquete de despedida seguido por um grande baile.

De todos os trabalhos das 36 comissões, de que se compõe a União Astronómica Internacional, dou aqui apenas um relato resumido do que se passou nas comissões em que se subdividiu a comissão de física solar, às quais assisti assiduamente, indicando especialmente as principais conclusões e o programa essencial de trabalhos até ao novo congresso. Na comissão 10.^a foi discutida a maneira de construir a escala dos números característicos por meio da série de positivos dos espectroheliogramas-tipos de modo a permitir um melhor acôrdo.

As diferentes estatísticas elaboradas nos observatórios, fornecem separadamente diversos registos dos fenómenos solares e foram já realizadas algumas comparações destes fenómenos com os terrestres, efectuadas por meio dos registos de alguns fenómenos terrestres, comparações que demonstraram a necessidade, que, logo de comêço, se encontra, de caracterizar os fenómenos que possam revelar a actividade solar. Para a escala a adoptar para os números característicos, depois de terem tomado parte na discussão L. d'Azambuja, G. da Costa Lôbo, Butler, Evershed e o padre Rodés, ficou resolvido fixar os números 0 a 5 introduzindo os meios.

O padre Rodés propôs que nas estatísticas fôsem introduzidos os valores relativos às metades do hemisfério solar N e S, e L e O. Intervindo na apreciação desta proposta, chamei a atenção, depois de citar as principais razões,

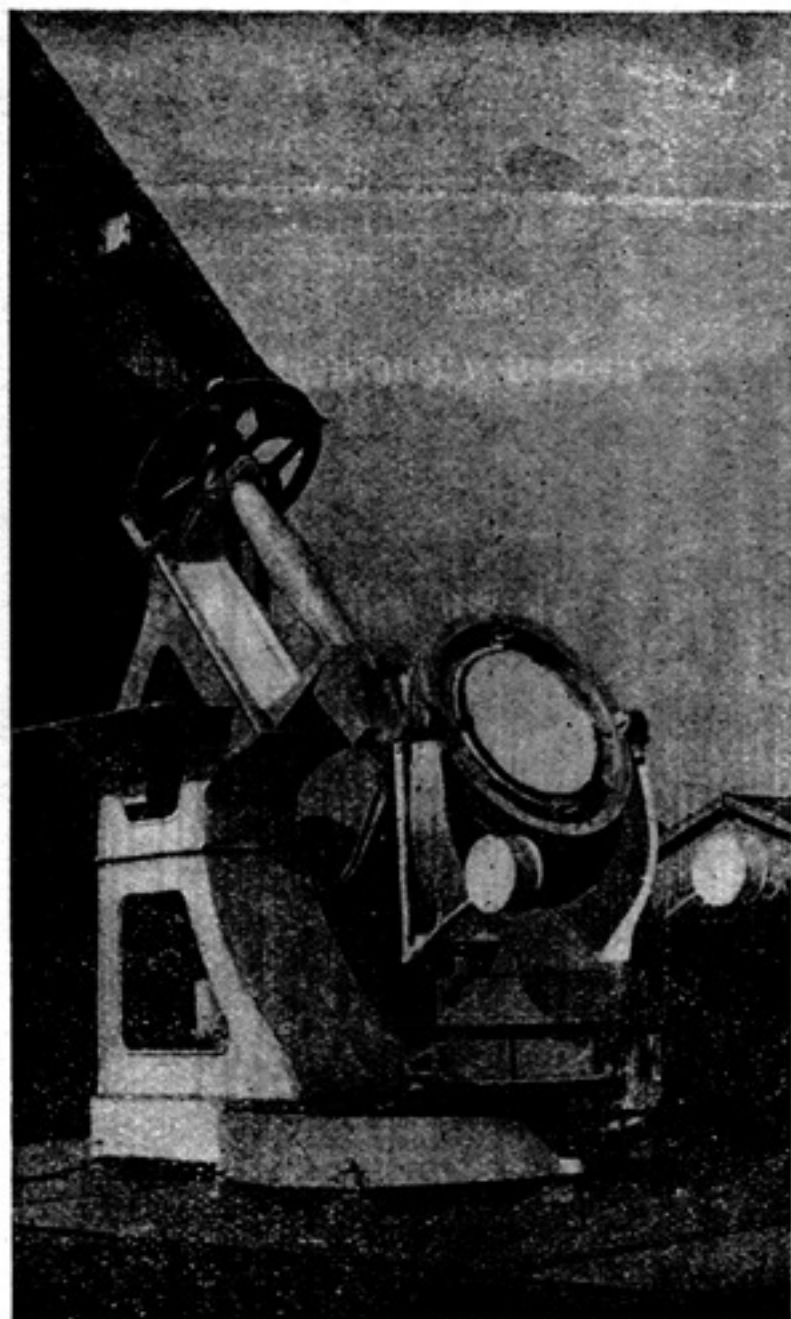


Fig. 5

para a necessidade de se construirem as estatísticas de forma a caracterizar, quanto possível, os elementos dos fenómenos solares, e estabelecendo, por meio de alguns exemplos, a importância dêste critério, pelo que era de atender a proposta do padre Rodés, lembrei que era, de uma maneira

geral, o já usado nas publicações do Observatório Astronómico de Coimbra.

Sobre a possibilidade da inserção dos valores da constante solar no Boletim de Zurich, o professor Bernhemer informou que as diferenças entre os números correctos e provisórios são ainda com muita frequência bastante grandes.

Por último tomei ainda parte numa interessante reunião, especialmente convocada para a comparação dos espectroheliogramas modélos, à qual assistiram apenas os membros interessados nestes trabalhos.

Além da comparação efectuou-se um exame minucioso dos espectroheliogramas quanto à interpretação dos elementos observados nos espectroheliogramas, no sentido da precisão com que é possível revelar os diferentes pormenores, que podem ser observados no Sol, e da maneira de apreciar a sua boa definição. Êste exame teve a importante vantagem de chamar, mais uma vez, a atenção para as dificuldades dos métodos que permitiram chegar a êste resultado e para os instrumentos mais convenientes nestes casos, pois, como sempre tenho indicado nos meus trabalhos, só assim poderão ser utilizados para as estatísticas e outras investigações solares, os resultados das observações solares.

Na comissão II.^a insidiram os trabalhos, especialmente, na escolha dos métodos utilizados para o estudo dos fenómenos cromosféricos e sobre os instrumentos ultimamente ensaiados nestas observações. De acôrdo com a distribuição, que foi recomendada em 1932, dos espectrohelioscópios, para se chegar por esta forma a uma observação contínua do Sol sempre que o estado atmosférico o permita, garantindo assim particularmente a observação dos fenómenos

eruptivos desenvolvidos em curto espaço de tempo, foi resolvido recomendar que se procure preencher a lacuna que ainda se encontra na longitude de 180° , e que se estende das 21^{h} às 24^{h} . No observatório de Meudon são centralizados estes resultados e depois publicados no « Bulletin for character figures of solar phenomena ».

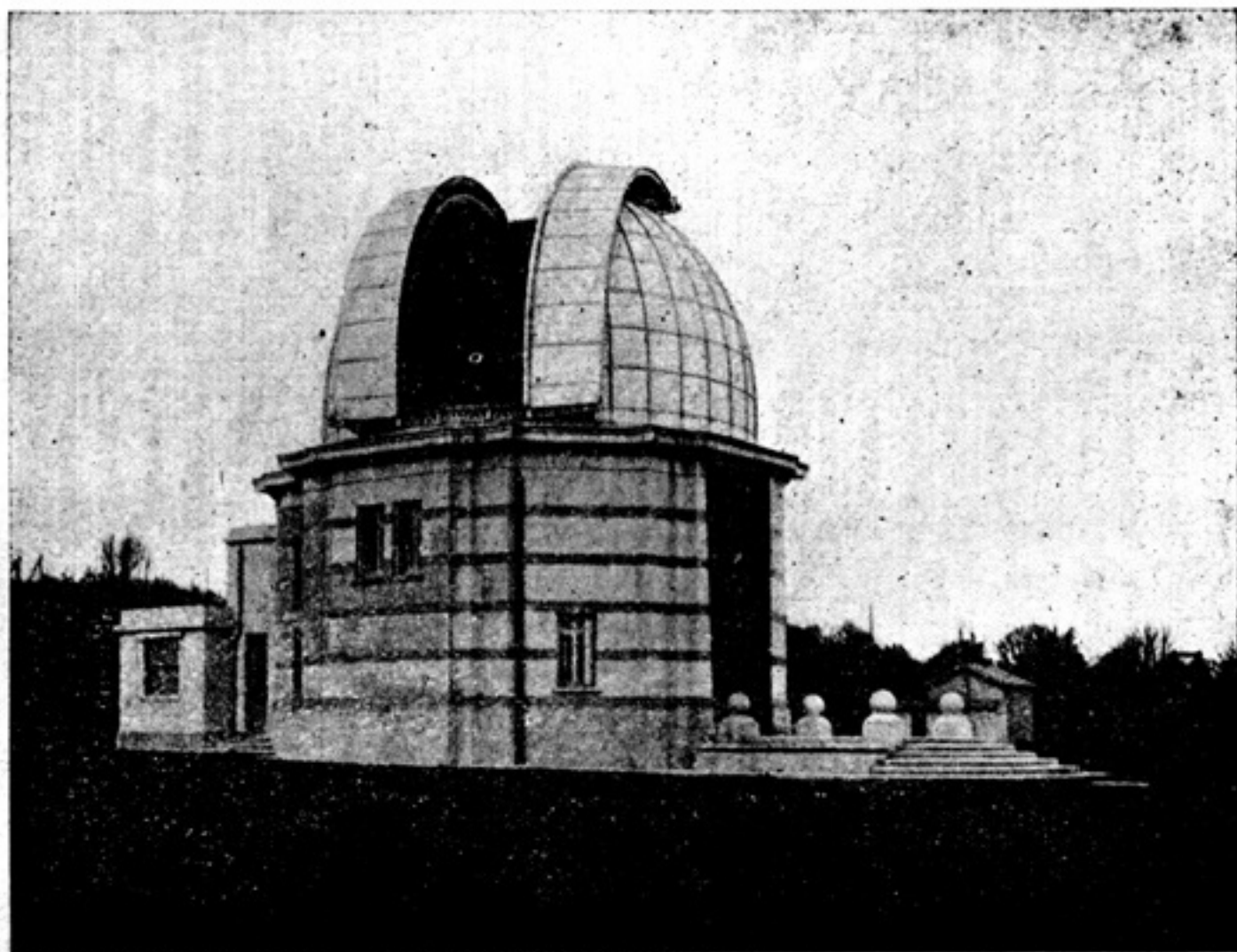


Fig. 6

A discussão, que já tivera lugar na comissão 10.^a sobre a maneira de caracterizar os fenómenos eruptivos, estendeu-se a esta comissão; há na verdade muitos casos que não estão compreendidos nas classificações, de resto ainda não concordes, até agora adoptadas. Ocupando-se da maneira como têm sido considerados estes fenómenos, o professor Francisco Miranda da Costa Lôbo descreveu um

outro fenómeno que não tem sido considerado até aqui e que consiste em pequenos pontos brilhantes, muito nítidos, diferentes dos fenómenos designados como protuberâncias, que aparecem perto do bordo solar, associados às regiões faculares. Nos fenómenos eruptivos, onde se agrupam de uma maneira geral os instáveis e os rápidos, foi possível colher novas indicações, pois, como em trabalhos anteriores referi, a distribuição e utilização dos espectrohelióscópios permitiu aumentar muito o número destes fenómenos observados por ano. A adaptação a estes instrumentos do cinematógrafo permitiu, também, já reproduzir a evolução de alguns dos fenómenos eruptivos. Até agora tem sido adoptada a escala de 1 a 3, para caracterizar o grupo de fenómenos considerados nas estatísticas como eruptivos, e foi resolvido, de acôrdo com a proposta do astrónomo H. W. Newton, conservar esta escala, mas, apenas, emquanto à área ocupada.

Pelo astrónomo Lyot foi explicado como pode ser aproveitada a luneta coronógrafo para observar visualmente ou fotografar as protuberâncias. Para atenuar a luz difusa do céu e obter assim o contraste necessário que permite destacar as protuberâncias no fundo do céu, Lyot isola a risca brilhante do hidrogénio $H\alpha$ por meio do filtro especial monocromático, que apenas deixa passar uma pequena região do espectro do comprimento de uma centena de Å na região de $H\alpha$. Pode fotografar-se uma imagem do Sol de 15^{cm} de diâmetro com um segundo de pose. Tive ocasião de observar, com um pequeno intervalo de tempo, a mesma protuberância no coronógrafo e no espectrohelióscópio de Meudon e verifiquei que o aspecto era sensivelmente o mesmo.

Analizados os meios de observação de que se pode

dispor, foram muito discutidos os métodos que se deveriam empregar para observar os fenómenos eruptivos. Considerando os instrumentos já instalados, o presidente desta comissão, L. d'Azambuja, resumiu da seguinte maneira os casos principais que podem ter lugar: fotografias com pequenos intervalos com espectroheliógrafos de pequena

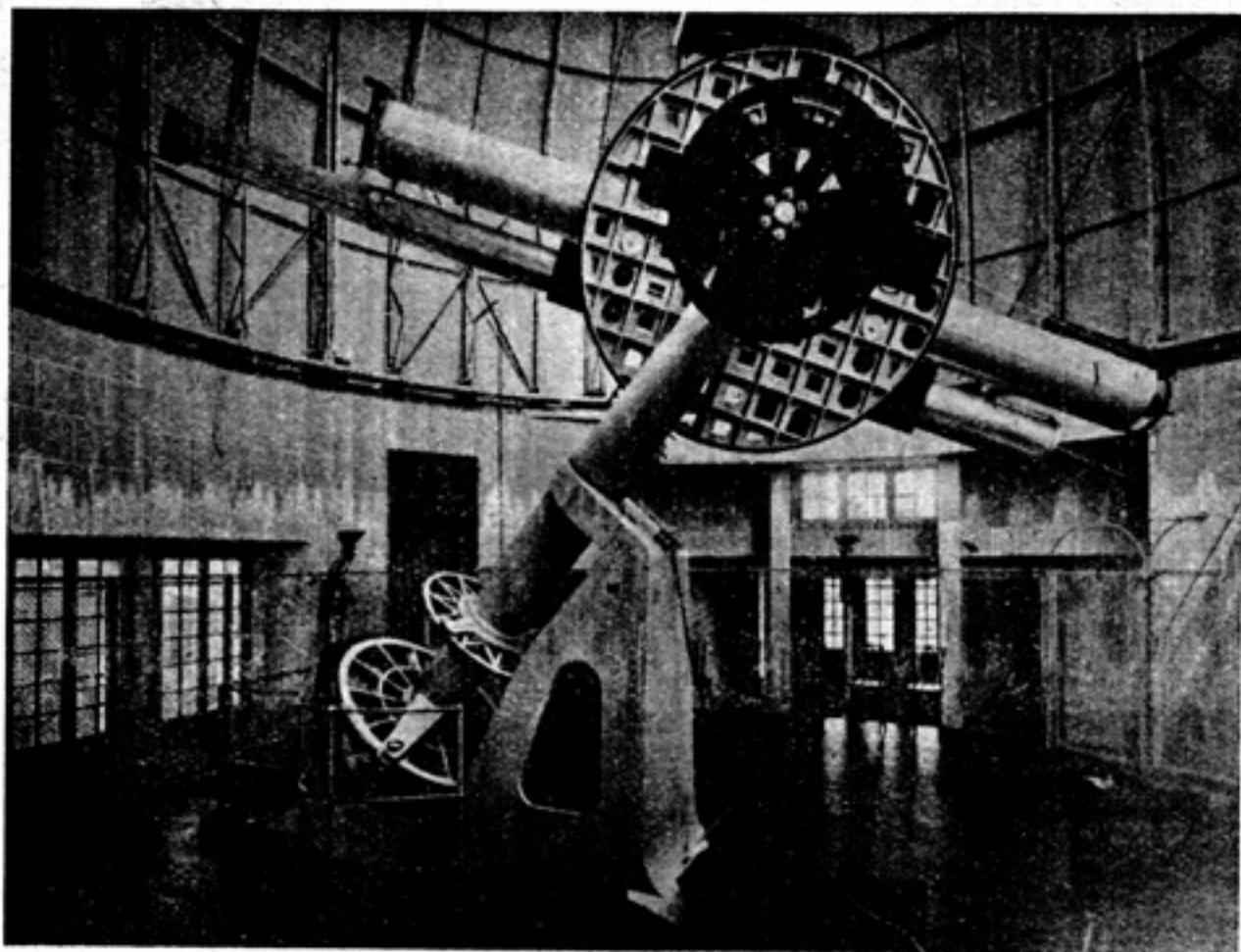


Fig. 7

dispersão; processo de Lyot, podendo neste caso combinar-se a observação com a fotografia; observação com o espectrohelioscópio e, neste caso, conforme a natureza do fenómeno, aplicar o cinematógrafo, ou ainda, podendo, transformar o espectrohelioscópio rapidamente em espectroheliógrafo. O primeiro método poderia utilizar-se com instrumentos já instalados de pequena dispersão não se correndo assim o risco de perder a observação em virtude do fenómeno Doppler-Fizeau. A combinação do

espectroheliógrafo e espectroregistador de velocidades não dá, em geral, tempo, mas poderá empregar-se no caso de não serem fenómenos de muito curta duração.

No caso do espectrohelioscópio será conveniente, para guardar um documento, empregar uma disposição que permita efectuar fotografias cujos intervalos podem ser escolhidos pelo observador. O presidente lembrou ainda que, tratando-se de um observatório possuindo já material próprio para os estudos solares, o que mais convém é a adaptação desses instrumentos. Comuniquei que, nesta ordem de ideas, estabeleci as peças necessárias para, no Observatório Astronómico de Coimbra, se utilizar o espectroheliógrafo ali instalado como espectrohelioscópio, com uma disposição que foi considerada como a que, realmente, mais conviria para as condições em que se encontrava este Observatório. Desta maneira poderia passar-se rapidamente do espectroheliógrafo ao espectrohelioscópio, e ainda utilizar esta disposição para aplicar um dos métodos preconizados por L. d'Azambuja para a observação dos fenómenos eruptivos. Como escrevi no meu trabalho « Solução adoptada para o aproveitamento de um espectroheliógrafo como espectrohelioscópio », quando em 1932 apresentei aquela solução, tinha já em vista, entre as diferentes aplicações, o caso de poder intercalar o registo fotográfico durante a observação visual dos fenómenos eruptivos, mesmo de pequena duração.

Neste congresso, no centro Berthelot, realizou-se também uma grande exposição, na qual, além da apresentação de alguns instrumentos, muitos observatórios expuseram fotografias de grande interesse, em que tiraram o máximo partido dos novos processos fotográficos, pelo que

constituíam documentos não só de grande valor científico mas também de grande beleza.

As principais conclusões da comissão 12.^a foram as seguintes: importância dos estudos da radiação solar a altitudes elevadas, especialmente para os comprimentos de onda vizinhos de 2100 Å.

Sobre a medida da intensidade e perfil das riscas de Fraunhofer foi sugerido que se comparassem os resultados que fôsem obtidos em diferentes observatórios para algumas riscas situadas nas regiões λ 6200 — 6300 Å e λ 4000 — 4200 Å.

Demos aqui apenas um resumo da grande actividade das comissões que se ocupam do estudo solar, donde resulta, contudo, a importância e complexidade destes trabalhos; é somente o labor de três comissões, das trinta e seis que compõem a União Astronómica Internacional, a mais importante das Uniões. Conforme se depreende deste relatório, a forma pela qual se considerou a precisão requerida para os elementos utilizados na investigação solar e escolha que insidiu sobre os métodos de observação e instrumentos, justifica plenamente a maneira como foram orientados os trabalhos para a instalação da secção de heliofísica no Observatório Astronómico de Coimbra, e como depois se realizaram os estudos solares.

Ao terminar estas notas desejo ainda manifestar o meu profundo reconhecimento pelas atenções recebidas durante a minha estada em França.

Coimbra, Novembro de 1936.

GUMERSINDO SARMENTO DA COSTA LÔBO

A ANTIGA TERRA DE SENHORIM, MODERNO CONCELHO DE NELAS

DA PRÊHISTÓRIA À IDADE MÉDIA

O estudo, cujos resultados agora pretendo esboçar, visa o espaço apertado, a norte e a sul, entre o Dão e o Mondego, e limitado a nascente pelo antigo concelho de Azurara da Beira, que agora se chama Mangualde, e a poente pelo antigo concelho de Oliveira do Conde, modernamente Carregal do Sal; espaço êsse que, formando primitivamente a denominada *terra de Senhorim*, a certa altura se fraccionou em concelhos, só no meado do século XIX alcançando novamente a unidade administrativa, para formar o actual município de Nelas.

Êste território vem sendo povoado desde remotíssimo tempo, como o atestam alguns monumentos megalíticos, consideráveis vestígios neolíticos, e restos celtas e romanos, que adiante serão devidamente considerados.

Não desejando todavia embrenhar-me num labirinto de conjecturas sôbre a sua prêhistória, nem mesmo sôbre qualquer época anterior ao termo da dominação árabe, já que os dados conhecidos mal permitiriam architectar hipotéticas construções, sem darem nunca para uma séria fundamentação, haverá que moldar êste trabalho em formas menos ambiciosas, mas em compensação bem mais

seguras, cingindo-o estritamente ao período que da reconquista cristã vem até aos nossos dias (1).

Sem reparar por agora nas escassas notícias escritas, referentes a tempos que precedem a independência portuguesa, bem cedo aparece a terra de Senhorim com o seu foral dado por D. Afonso Henriques, como se encontram referências esparsas a *Asnelas, Vilar Sicu, Santar, Canas de Senhorim, Argiraz, Carvalal Rotundo, Vila Rubea, Lapa de Lupo*, e a outras localidades. E tôdas estas referências são feitas a aglomerados populacionais do actual concelho de Nelas, os quais ainda hoje existem, embora alguns dêles com nomes levemente alterados.

No longo rodar do tempo surgiram neste rincão verdejante da Beira, tal como fica delimitado, os concelhos de Senhorim, Canas de Senhorim, Folhadal, e Àguieira, que após um lapso mais ou menos largo de existência se eclipsaram. O do Folhadal subvertendo-se no marulhar agitado da vida, desaparece da tela administrativo-judicial no segundo quartel do século XIX, em condições de tão obscura humildade que se não encontra facilmente o seu *assento de óbito*. O de Àguieira, dotado de foral em 1514 e incluído no recenseamento joanino de 1527, quási se lhe perde o rasto em períodos posteriores, vindo a acabar os seus dias em consequência das reformas que se seguiram à vitória definitiva das armas liberais sobre o absolutismo, em 1834. Os dois restantes arrastam-se ainda alguns anos mais.

(1) A quem tiver interêsse ou curiosidade de conhecer esta região nos tempos protohistóricos, não deixarei de encarecer o estudo feito por DR. JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS (*Religiões da Lusitânia*, Lisboa, Imp. Nac., 1905, vol. II, pág. 25), sobre a comarca de entre *Tagus* e *Durius* da Lusitânia primitiva.

Mas, mal terminada a refrega revolucionária que enche todo o segundo quartel do século XIX, sucumbem vítimas duma reforma que os extingue para com elles se formar um novo concelho que surge, em 1852, com séde na antiga freguesia de Nelas.

Êste escôrço administrativo-judicial que aqui se dá, sumariamente apenas, para não antecipar o que adiante tem de dizer-se mais circunstanciadamente, constitui por si mesmo uma esquematização, obrigando a um exame, sucinto que seja, da organização administrativa, judicial e eclesiástica do país, no transcurso da sua história, que permita enquadrar êste velho recanto beirão no instável mapa da administração pública lusitana, através as variadas fazes da sua evolução.

O conhecimento que de tal exame provém — sôbre a existência em épocas passadas de quatro unidades bem diferenciadas, hoje fundidas — permite seguramente compreender que mal poderia tentar-se uma monografia histórica do município de Nelas, sem lhe pôr na base o estudo das quatro parcelas que o integram.

Aceite, pois, uma sistematização que razões inelutáveis impõem, tentarei, num primeiro esforço, depois de algumas páginas consagradas aos restos prèhistóricos, antigos e medievais, enquadrar aquelas parcelas nas organizações administrativa, judicial e eclesiástica, tendo para tanto de tentar uma vista panorâmica de todo o país, para melhor compreensão do que a respeito dêste território tem de dizer-se. Em segundo lugar, num trabalho de análise, diligenciarei esboçar o que puder apurar de cada uma dessas parcelas. E, finalmente, alcançada a integração da antiga *terra de Senhorim*, exporei o que puder forragear sôbre o município resultante da fusão das quatro parcelas:

da sua história político-administrativa, da sua vida económica, da sua etnografia e das suas personalidades relevantes.

Podendo uma monografia de povoação confinar-se num relato ligeiro de amena leitura de vulgarização — e deste tipo é com certeza o maior número — nada impede que assumam feição séria e fundamente investigadora, diligenciando trazer à tona do conhecimento factos e figuras recobertos pela poeira dos séculos, e que por qualquer circunstância mereçam recordar-se.

Um relato breve e superficial seria sem dúvida mais fácil de elaborar e mais cómodo de ler; mas só um trabalho de reconstituição, resultante de diuturna contenda com tudo quanto oculte o passado, pode considerar-se tarefa que mereça o esforço de quem escreve para dizer algo que valha a pena lêr-se e não com fins recreativos ou de passa-tempo.

Vale tanto como dizer que, procedendo aqui à integração da terra de Senhorim no território nacional, e dos seus habitantes no conjunto da população portuguesa, vincando e avivando os invisíveis traços da alma nacional, a leitura destas páginas só pode interessar aos que conhecendo pelo menos os lances fundamentais da história pátria, queiram informar-se da modesta representação que neles tem tido a sua terra.

Leitura, portanto, mais de estudo que de distração; mas também de devoção patriótica e de bairrismo.

*

De certo valerá a pena dispender algum espaço no registo de dados arqueológicos dispersos por aqui e por além, em páginas amarelecidas e ignoradas de livros e de revistas.

Posto não possa vangloriar-me de trazer para este capítulo algum contributo original de investigação própria — já que a matéria se afasta totalmente do terreno das minhas preocupações — nem mesmo assim será desprovida de utilidade a compilação de tudo quanto até agora se publicou sobre antiguidades do concelho em estudo: em primeiro lugar, porque ficará constituindo um primeiro subsídio para a penetração da crassa obscuridade dos tempos prèhistóricos e dos períodos que se lhe seguem até ao terceiro quartel do século XI, à reconquista cristã da margem direita do Mondego; em segundo lugar porque da exibição global do pecúlio de notícias angariado talvez ressalte mais nitido o deplorável e injustificado atraso em que se encontram as explorações arqueológicas da Beira, tão prometedormente iniciadas em tempos já distantes (1). E se este registo não tem intuitos de repto aos aficionados, poderá um dia servir de incitamento aos amadores de estudos arqueológicos.

Sabido que o homem se dá geralmente como aparecido na chamada *era quaternária* da prèhistória, posto que não falte quem o dê como presente na era terciária ou cenozoica, e sabido também que a era quaternária se escala por épocas que se estendem da paleolítica à eneolítica, assinalando-se àquela uma duração total calculada

(1) Nada se fez ainda no sentido de pôr a descoberto o que sob a terra possa esconder-se das ruínas da antiga Bobadela (Adelino de Abreu, *Oliveira do Hospital* — Traços histórico-críticos, Coimbra, Impr. da Univ., 1893, pág. 17), como se deixam no esquecimento lugares que deviam há muito constituir estações activamente exploradas. E ruínas importantes como as da velha Conímbriga, nas visinhanças de Condeixa, só de há pouco tempo a esta parte se estão descobrindo em bom ritmo e com grande felicidade.

em 222.000 anos, poderia já supor-se a antiguidade da vida humana no território em questão, revelada pelo aparecimento de objectos da era paleolítica, caracterizada pelo uso da pedra lascada, se como tais pudessem classificar-se alguns dos utensílios encontrados.

Da neolítica, computada também em milhares de anos, seguramente se encontram objectos talhados em pedra, como facas, mós, vasos de cerâmica, martelos, um machado perfurado, etc.

Não escasseiam vestígios desta espécie no território aqui estudado, ainda que a exploração das suas antiguidades prèhistóricas não tenha nunca sido objecto de aturada acção, por carência de amadores locais que fizessem pressão sôbre as estâncias oficiais, e ainda pelo nenhum interêsse que estas pesquisas despertam aos não apetrechados para bem compreenderem e apreciarem o seu valor e alcance.

A dois eruditos especialmente se deve o pouco que se conhece da prèhistória da terra de Senhorim: um da beira-mar, António dos Santos Rocha, advogado e fundador do Museu Municipal da Figueira da Foz, há muito falecido; e outro natural do alto distrito de Vizeu, José Leite de Vasconcelos, antigo professor da Faculdade de Letras de Lisboa e fundador do Museu de Etnologia, que vem enriquecendo dia a dia a sua notabilíssima obra.

Ambos estes ilustres investigadores coleccionaram quanto caiu sob as suas vistas e podia interessar aos museus que organizaram, e foram registando em livros e revistas as circunstâncias e valor dos seus achados.

A mais antiga referência escrita aos restos da idade lítica, consignou-a o P.^e Luís Cardoso no seu *Diccionario geographico*, ao falar de Canas de Senhorim, no volume segundo, que havia infelizmente de ser o último, publicado em 1752:

« Há por aqui vários montes de pedra, com umas lages em cima, de bastante largura; chamam-lhes *Orcas*, e dizem os moradores serem do tempo dos Mouros, e que sôbre elas queimavam os dízimos » (1).

A segunda notícia em antiguidade é a que se lê no *Portugal Antigo e Moderno* (2), reproduzindo aquela informação e glosando-a, expondo as razões que determinaram o autor a considerar os *dolmens* e *orcas*, não como monumentos funerários, mas como aras para a celebração de sacrificios que os celtas faziam às suas divindades. Mais tarde (3) ainda voltaram a abordar-se os dolmens na mesma obra, citando-se os da Fonte do Alcaide, da Póvoa de Cima e da Carvalhinha, todos da freguesia de Senhorim, o último deles já a esse tempo destruído.

Maximiano de Aragão, tirando argumento da existência destes e de outros dolmens, porque os gregos denominavam *orcos* os monumentos funerários, chega à ilacção de que os gregos, que seguramente frequentaram a península entre os séculos VIII e XII antes da era cristã, « habitaram o território de Viseu e de grande parte da Beira » (4).

Os dolmens, conhecidos também por *autos* e *táboas do diábo*, formadas de uma ou mais pedras lisas, assen-

(1) Esta informação encontra-se reproduzida na notável revista *O Archeologo Portuguez*, da direcção do Dr. José Leite de Vasconcelos, t. III, pág. 282. E o mesmo illustre etnólogo inclue mais tarde o concelho de Nelas, acompanhado da rúbrica *Mâmoas Orca*, na sua « *Carte montrant le peuplement du Portugal aux temps préhistoriques* », na memória apresentada ao Congresso Internacional de Arqueologia, realizado em Roma em Outubro de 1912 (in *O Archeologo* cit., vol. XVII, pág. 255).

(2) Vol. II (1874), pág. 78.

(3) Ibid., vol. XII (1890), pág. 2300.

(4) *Viseu* (Apontamentos Históricos), Viseu, 1894, t. I, pág. 35.

tando horizontal ou obliquamente sôbre duas ou mais pedras verticais, em forma de mesa, « eram câmaras sepulcrais — escreve ainda M. Aragão (1) — que encerravam os restos de algum chefe famoso e neles se têm encontrado instrumentos de pedra, de bronze, de ouro e de ferro ». E é ainda hoje a opinião dominante sôbre o destino dêsses monumentos megalíticos (2).

Anos depois, em 1900, Pedro Belchior da Cruz fez uma comunicação à *Sociedade Arqueológica* da Figueira da Foz, epigrafada de — *Ruínas da Orca do Outeiro do Rato* (Beira Alta), que a seguir publicou e que valerá a pena registrar aqui também (3).

« A um quilómetro ao sul da Lapa do Lobo — escreveu aquele arqueólogo — no concelho de Nelas (Beira Alta) existem as ruínas de uma *orca*, — nome porque em grande parte daquela provincia são designados os dolmens (4) — denominada do Outeiro do Rato (5).

« Segundo informações que colhemos, o monumento conserva ainda de pé três lages grandes, de pequena espessura, encostadas a um montículo de terra, restos, sem dúvida, do *tumulus*.

(1) *Ibid.*, pág. 35, nota r).

(2) A. A. Mendes Correia, *Os povos primitivos da Lusitânia*, Porto, 1924, pág. 191.

(3) In *Portugalia*, t. 1, pág. 812. Na reprodução das gravuras substituí os números de ordem que tem nos textos transcritos, pelos que nesta publicação lhes competem.

(4) Também noutros pontos da mesma provincia têm o nome de arcaínhas.

(5) A. A. Mendes Correia (ob. cit., pág. 194 e 222) atribui esta *orca* ao período neolítico final, e portanto a uma época anterior a 2500 anos antes de Cristo.

« O mobiliário que foi reconhecido na orca e oferecido a esta Sociedade pelo nosso consócio Sr. Anibal Pais de Brito, é o que passamos a descrever:

« — Uma taça restaurada de boca larga, fundo estreito e bordo vertical, (fig. 6). É trabalhada à mão, de pasta avermelhada coberta com uma camada de leite de argila amarelada, e alisada, à semelhança de outros vasos encontrados nos dolmens da nossa região, explorados pelo presidente desta Sociedade. Não nos parece ser um vaso de fogo, pois que não conserva vestígios alguns que o indique. As suas dimensões são: altura, 0,^m11; diâmetro do fundo, 0,^m072; diâmetro da boca, 0,^m205.

« — Um vaso cilíndrico, restaurado, de fundô convexo e bordo vertical e irregular, fabricado à mão (fig. 7). É de pasta negra, áspera ao tacto, e tem próximo do bordo um ornato, constituído por duas séries de riscos, aparentemente paralelos e oblíquos em relação à linha do bordo. E indubitavelmente um vaso de fogo, pois que está externamente coberto de negro de fumo. Os vasos com esta fórma, para se equilibrarem, deviam ser colocados ou entre pedras, ou sôbre aneis de barro cosido ou de pedra, aneis que são abundantes nas palafitas da Suíça, umas da época neolítica e outras da época do bronze.

« — Alguns fragmentos de outros vasos, um dos quais têm uma excrescência mamilar junto ao bordo, como outros exemplares já descobertos em dolmens da mesma região (¹), espécie de decoração de que no vale inferior do Mondego se têm recolhido vestígios em louças da idade do ferro, época prè-romana.

(¹) *In Portugalia*, t. 1, pág. 19.



Fig. 1

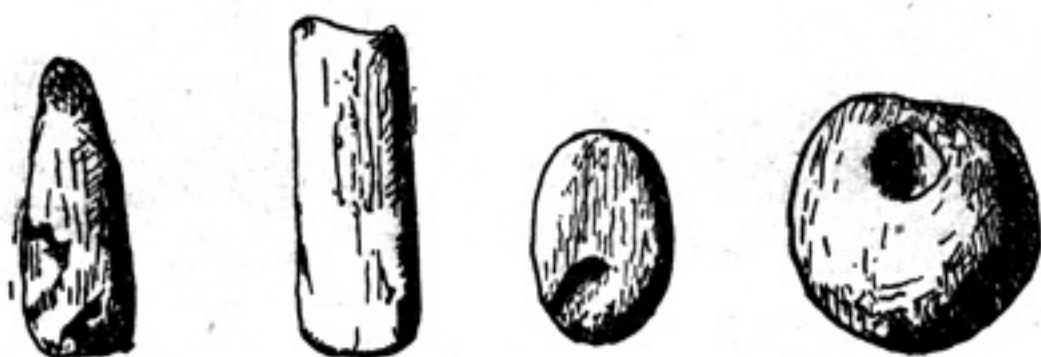


Fig. 2 a 6

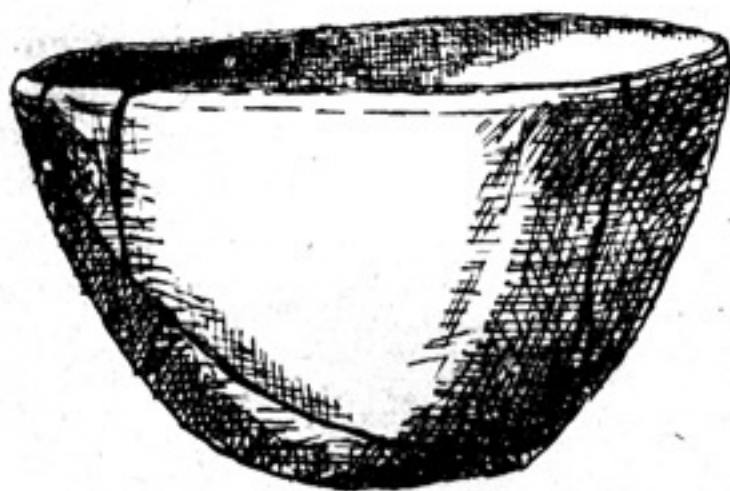


Fig. 6

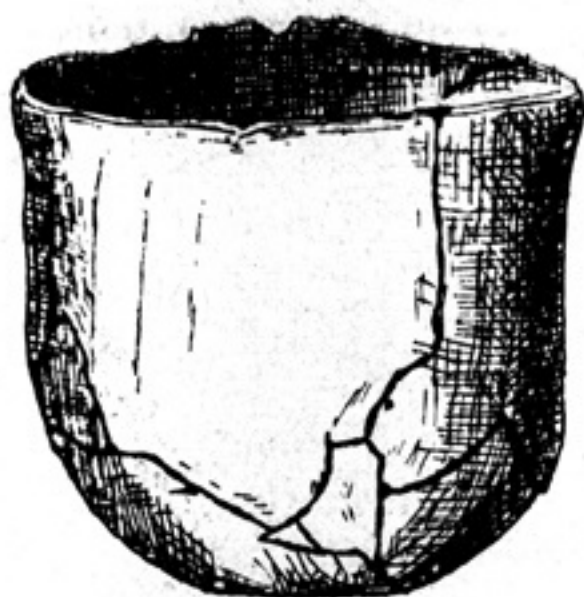


Fig. 7

« — Um machado de basalto, polido, de forma trapezoidal alongada e fragmentado nas extremidades. Mede 0,^m117 de comprimento e 0,^m037 na sua maior largura.

« — Uma serra dupla, ou de dois fios, de sílex, com uma pequena fractura numa das extremidades. Tem 0,^m117 de comprimento e 0,^m024 de largura máxima.

« — Uma serra simples, de sílex, cujas dimensões são : 0,^m074 de comprimento e 0,^m003 na sua maior largura.

« — Uma lasca de quartzo.

« — Uma pequena conta de calaíte, de 0,^m007 de diâmetro.

« As formas dos dois vasos restaurados não têm similares na nossa região ; mas parece-nos que a do segundo é derivada dos vasos hemisféricos que predominam no vale inferior do Mondego.

« A serra simples, tendo convexo o bordo oposto ao da serrilha, é semelhante a um exemplar da estação neolítica do Arneiro, freguesia de Brenha, que tem no Museu Municipal desta cidade o n.º 2012, vitrina 4 ».

E já anos antes o Dr. José Leite de Vasconcelos, numa excursão que fez no Natal de 1894 na Beira Alta, foi dar à *orca* do Alcaide, junto de Senhorim, dela extraíndo (1) uma ponta de flecha e um fragmento de faca de sílex, um vaso de barro, uma mó quebrada e uma mão de mó (?) de granito, um martelo (?) de granito, fragmentos cerâmicos, uma pedra que parece ter servido para afiar instrumentos neolíticos, e três pedras em que parece revelar-se trabalho humano.

E agora se segue a descrição da famosa *clava de pedra*, incorporada no Museu Municipal da Figueira da Foz, des-

(1) In *O Archeologo Portuguez*, t. 1, pág. 218.

coberta por Santos Rocha em Vilar Sêco, e por êle descrita num dos seus livros (1).

« Possuímos um objecto de pedra — escreveu o benemérito antiquário — verdadeiramente interessante e talvez único nos museus da Europa. É feito de xisto, polido, alongado e grosso como uma tranca, de secção elíptica, mas um pouco achatado para as extremidades, que são limitadas por superfícies planas e oblíquas, aproximadamente paralelas.

« No comprimento mede 0,^m71 a 0,^m73, na maior largura, que é na extremidade perfurada, 0,^m08 aproximadamente, e na menor, que é na parte média, 0,^m06, e na espessura 0,^m03 a 0,^m05. O seu peso é de 4.750 gramas.

« A 0,^m05 da extremidade mais larga existe uma perfuração operada pelos dois lados ou faces da peça, apresentando a forma de dois cones truncados, unidos pelos planos da truncatura. É a forma mais vulgar das perfurações no mobiliário de pedra dos povos neolíticos, cujo processo já nos tem ocupado muitas vezes.

« As superfícies dos dois cones estão polidas por um longo atrito, distinguindo-se as estrias produzidas pelo instrumento que serviu de broca ou antes pela areia que êle comprimia; mas junto aos bordos externos do orifício, correspondente às bases dos cones, nota-se que a rocha foi picada e desbastada irregularmente para formar de cada lado uma cavidade, onde operou indubitavelmente o instrumento que abriu e poliu o orifício. Esse trabalho preparatório, já assinalado pelo Sr. G. de Mortillet nas perfurações neolíticas, devia ter sido executado por algum escopro ou forte ponta de silex a choques de percutor.

(1) *Memórias sobre a Antiguidade*, Figueira da Foz, 1897, pág. 103.

« Nos bordos externos o diâmetro do orifício mede 0,^m03 a 0,^m45 aproximadamente, e no bordo interno formado pelo encontro dos dois cones, mede apenas 0,^m01 a 0,^m013. Vê-se bem que semelhante orifício só era apropriado a receber uma ligação qualquer, assás robusta para um objecto tão pesado.

« Esta magnífica peça, que está inteira, apenas mordida em alguns pontos pela picareta que a pôs a descoberto, foi encontrada em Vilar Sêco, concelho de Nelas, em terreno do Sr. Abílio de Brito Amaral, que teve o bom senso de a recolher e guardar, surpreendido pela sua fórmula exótica.

« Não nos deram noticia de algum dolmen, a que chamam *orca*, na localidade da descoberta. Só nos afirmaram que por ali ha sepulturas abertas na rocha, apresentando uma excavação apropriada à cabeça, fórmula que parece ter sido muito usada em França depois do século XI; mas é claro que não pôde haver relação alguma entre tais sepulturas e o objecto de que se trata.

« Êste é manifestamente neolítico. A rocha é a mesma de que é fabricado o maior número dos machados que temos coligido. Foi desbastada a golpes de percutor, polida e furada pelos mesmos processos que outros objectos de pedra encontrados nos dolmens. Sobre isto o exame da peça não deixa a menor dúvida.

« O seu destino está escrito na própria fórmula. Era uma clava, uma verdadeira arma de guerra. Uma correia de couro ou corda feita de fibras animais passava pelo seu orifício e a ligava ao pulso; e assim era brandida, talvez com as duas mãos, porque o seu peso é tão considerável que provavelmente não poderia ser movida com violência durante muito tempo, em qualquer refrega, só por um braço, ainda que muito robusto.

« Quem vê esses bastões curtos e grossos, perfurados numa das extremidades e ligados por um cordão ou correia ao pulso, que ainda hoje são armas vulgares entre o povo português, tem a noção do objecto de Vilar Sêco. Se se substituir a pedra ao pau, tornando-a roliça na parte média e um pouco achatada para as extremidades, e perfurar uma destas pelas duas faces da peça, de modo que os dois orifícios, de forma cónica, se encontrem, tem reproduzido com bastante fidelidade o nosso exemplar.

« A dúvida não nos parece lícita. Pela polidura foram suprimidas as arestas e asperezas da peça, para não ferir ou magoar as mãos; e a sua forma roliça tornou-a uma arma contundente. O seu orifício não tem explicação satisfatória senão pelo facto de ser ligada ao braço que a movia, a fim de melhor a segurar. Não se compreende como um objecto com o peso de 4,750 gramas e comprimento de 0,71 a 0,73 pudesse ser um adorno, que andasse suspenso do corpo, ou que o seu orifício de 0,1 a 0,13 pudesse servir a um cabo, nem mesmo que tal peça pudesse ser útilmente encabada.

« Dêste modo, se o fim é que dá a forma aos productos da indústria humana, de sorte que pela forma é que o fim se determina, a magnífica peça de Vilar Sêco é uma das mais interessantes aplicações dêste critério arqueológico.

« Êste objecto parece não ter similar no mobiliário neolítico até hoje conhecido. Pelo menos nós não encontramos ainda menção de exemplar algum nos livros de paletnologia portuguesa ou estrangeira que nos têm chegado às mãos, incluindo os trabalhos do congresso internacional de antropologia e de arqueologia prèhistóricas.

« Muito diversos são os objectos que o ilustre Carlos

Ribeiro classificou como clavas ou massas de guerra, encontrados no megalito do Monte Abraão e no monumento neolítico da Fôlha das Barradas. Para comparação basta o exemplar proveniente d'êste monumento, que se acha moldado no Museu da Figueira, ocupando a mesma estante que o de Vilar Sêco. As suas exíguas dimensões, a fôrma e a sua notável ornamentação indicam apenas um pequeno objecto de luxo ⁽¹⁾, provavelmente uma insígnia, como já notámos em outro logar ⁽²⁾, que, usado como arma, não podia competir com um machado de pedra ou com um simples bastão de madeira de dimensões apropriadas.

« O sr. Cartailhac formulou outra hipótese a respeito d'êste objecto, bem diverso também da clava do insigne paleonólogo português. Eis como êle se exprime: « il est plus difficile encore dire à quoi servait ce bâton demi cylindrique en calcaire blanc. Peut-être était-ce une des parties dont se composait l'emmanchure d'une herminette? Celle-ci pouvait être placée entre le coude du manche en bois et cette pièce. Des liens auraient pu fixer le tout, les stries aux points ABC les retenaient et augmentaient la solidité de l'instrument » ⁽³⁾.

« O nosso exemplar, pelo contrário, é uma terrível massa, longa, grossa e robusta, uma espécie de barra de pedra que, vibrada por braços vigorosos, devia suplantar tôdas as armas curtas daquêles tempos na luta corpo a corpo.

« Muito diversas são também as mócas neolíticas encon-

⁽¹⁾ *Noticia de algumas estações e monumentos prèhistòricos*, págs. 38 a 40.

⁽²⁾ *Antiguidades prèhistòricas do concelho da Figueira*, pág. 176.

⁽³⁾ *Les âges prèhistoriques de l'Espagne et du Portugal*, pág. 136-157.

tradas em outros países e a que os francezes chamam *casse-tête*. O sr. G. de Mortillet menciona algumas de madeira, feitas duma só peça, como as de muitos povos selvagens da actualidade, encontradas em estações lacustres da Suissa, e certas massas furadas, umas de pedra e outras de chifre de veado, com forma discoide, de martelo, de picão ou picareta, de hacha de dois gumes, etc., que, sendo encabadas, formavam também verdadeiras mócas (1).

« O sr. de Baye também encontrou algumas destas cabêças de móca, feitas de chifre de veado, nas célebres grutas do Marne, associadas a um mobiliário manifestamente neolítico (2).

« O sr. Joly, tratando desta espécie de armas, parece indicar outra variedade. « Les massues ou casse-têtes, diz êle, étaient fabriquées des cailloux anguleux enchâssés dans des manches de bois, ou même liées au manche par des lanières de cuir. Les cailloux en quartzite de l'Infernet ont du servir à cet usage (Noulet). De vraies massues, tout en bois, et passablement conservées, ont été retirées du sein des eaux. L'une d'elles a été trouvée à Glasgow dans un canot primitif » (3).

« Como os exemplares de madeira de que o sr. Mortillet apresenta os desenhos, o nosso tem a forma de um bastão; mas aqueles aumentam de volume no lado oposto ao da empunhadura, a ponto de um deles formar aí uma grossa massa quasi esferoidal, como em certas cachamoras usadas pelo nosso povo. Esta ideia de aligeirar a

(1) *Musée Préhist.*, estampas 53.^a e 34.^a; *La Préhist.*, pág. 548.

(2) *L'Archéologie préhistorique*, pág. 280.

(3) *L'Homme avant les métaux*, pág. 211.

arma, reduzindo a espessura duma parte dela, para só servir de cabo, e deixando mais volumosa a restante, para com ela contundir, sem que o objecto perdesse na sua solidez, ideia que explica também as mócas com cabeça de pedra ou de chifre de veado e com cabo de madeira, não era igualmente praticável em peças monolíticas. A pedra não tem a flexibilidade de madeira, que póde ser forte com pequena espessura. Reduzida uma parte do monolito a pequena espessura, esta espécie de cabo ficaria muito frágil. Só uma espessura como a do nosso exemplar daria garantias de solidez; e com semelhante espessura, tornando-se o objecto bastante pesado, não só era desnecessário dar maior volume à extremidade oposta à da empunhadura, mas esse aumento de volume daria tal pêso à arma que a tornaria inútil.

« Assim se explica, a nosso ver, a diferença entre a forma da arma de Vilar Sêco e a das suas congéneres já conhecidas na paletnologia ».

Anos depois, em 1900, sob a fórmula de comunicação à Sociedade Arqueológica da Figueira, A. Santos Rocha voltou a ocupar-se da clava de pedra e de outros objectos sob o titulo — *Mobiliário neolítico* — disperso no concelho de Nelas (Beira Alta). E fê-lo nos têrmos em seguida transcritos (1).

« A primeira peça neolítica que nós assinalámos no concelho de Nelas, foi uma grande clava de xisto, encontrada no logar de Vilar Sêco. Êste curioso instrumento já serviu de tema a um estudo especial publicado nas nossas *Memória sôbre a antiguidade*; e por isso é escusado des-

(1) In *Portugalia* cit., t. 1, pág. 811.

crevê-lo agora. Apenas damos o desenho dêle na fig. 1, notando que nas colecções neolíticas dos museus que visitámos em Itália, na Suíça e na França nada encontramos que se assemelhe. Só um objecto em obsidiana, simplesmente lascado, sem furo algum, medindo aproximadamente 0,^m15 na largura, que se acha nas colecções mexicanas do Museu Etnográfico do Trocadero, e classificado como *mas-sue*, nos fêz lembrar o exemplar português.

« Presentemente já coligimos mais oito objectos de pedra, esparsos por diversos lugares daquele concelho, sendo quatro machados, uma faca, um pequeno polidor ou pedra de afiar, parte duma ponta de seta, o fragmento duma placa de xisto e um pêso de tear, os quais passamos a descrever.

« Machados. — Estes objectos nada têm de notável. Três foram encontrados no próprio povoado de Nelas. Um destes é feito de anfibolite, e dois de xisto. O primeiro tem forma triangular alongada e secção elíptica, e está fracturado no gume e no tampo. Um dos dois restantes consiste numa estreita lasca, quasi bruta, polida no gume e ponteadada no tampo; e o outro tem forma trapesoidal ou de cunha, e é curto, largo, de secção quadrangular e gume oblíquo.

« O quarto exemplar foi descoberto em Vilar Sêco. Parece feito de quartzite; e tem forma triangular alongada e secção elíptica, apresentando certas depressões que podem ter sido destinadas a segurá-lo com a mão. Este objecto teve algumas fracturas recentes (fig. 2).

« Comparados com os machados da nossa região, vê-se que todos esses exemplares pertencem aos tipos mais vulgares do vale inferior do Mondego. Os próprios caracteres que indicam o emprêgo do machado directo-

mente com a mão, isto é, sem auxílio de cabo, assim como os gumes convexos e oblíquos não são estranhos à série dos nossos exemplares. Nós já demos notícia dalguns em que tais caractéres foram notados (1).

« Depressões em machados neolíticos, próprias para o emprêgo à mão, são assinaladas pelo sr. Evans (2); e o sr. Lumholtz, na 10.^a sessão do congresso internacional de antropologia e de arqueologia prèhistóricas, celebrada em Paris, comunicando os seus estudos sôbre a idade da pedra entre os australianos modernos, mencionou também o facto de estes se servirem dos machados simplesmente com a mão (3).

« Os gumes convexos e oblíquos das hachas também têm ferido a atenção dos paletnólogos estrangeiros. O falecido G. de Mortillet (4) pensava que a obliquidade era umas vezes intencional, mas mais geralmente resultante da necessidade de fazer desaparecer algum defeito da rocha. O sr. Nilsson supõe que poderia resultar de a parte anterior do gume se usar mais depressa do que a parte posterior; mas o sr. Evans emite a opinião de que a obliquidade dada ao gume proviria do modo de encabamento da hacha. Falando duma hacha encabada, com o gume oblíquo, recolhida numa turfeira de Solway Mors, perto de Longtown, nota que o eixo longitudinal era inclinado para fora, formando com o cabo um ângulo de 110°, em vez de ser perpendicular ao mesmo cabo; de sorte que a obliquidade

(1) *Ant. prehist. do conc. da Figueira*, pág. 34, fig. 14, e pág. 79 e 158.

(2) *Les Âges de la pierre*, pág. 135 e segs., trad. de Barbier.

(3) *Compte-rendu*, pág. 463 e segs.

(4) *Le Prèhistorique*, pág. 543.

do gume correspondia à inclinação do eixō da peça em relação ao cabo (1).

« Quanto a nós, a hipótese de a obliquidade do gume ter relação com a obliquidade do eixo das hachas sōbre o cabo é muito plausível; mas pensamos que a inclinação do mesmo eixo poderia ser, em muitos casos, para dentro da perpendicular, e não para fóra, ficando o gume aproximadamente paralelo ao cabo.

« *Faca* — Esta lâmina foi recolhida dentro do quintal duma casa na própria vila de Nelas. É de silex cinzento, e tem secção trapesoidal, medindo no comprimento 0,^m142.

« *Polidor ou aguçadeira*. — É uma placa de xisto com fórmula elíptica, medindo no eixo maior 0,^m11 e no menor 0,^m073, inteiramente polida, tendo uma face plana e outra convexa (fig. 3). Esta última face adapta-se bem à mão; e por isso o instrumento devia operar principalmente pela face plana; mas os bordos arredondados das extremidades, onde também existem vestígios de uso, serviriam talvez ao mesmo destino, como, por exemplo, para polir superfícies concavas. Este objecto foi encontrado em Vilar Sêco, no mesmo terreno em que apareceu a clava de pedra.

« Os pequenos polidores ou aguçadeiras de pedra têm sido assinalados na Espanha, França, Inglaterra e outros países da Europa (2); e no vale inferior do Mondego também nós já havíamos encontrado objectos similares (3).

« *Fragmento de ponta de seta*. — A parte média duma

(1) Ob. cit., págs. 108-109 e 148.

(2) *Evans*, ob. cit. pág. 354 e segs.; Joly, *L'Homme avant les métaux*, pág. 219, 4.^a edição; G. Mortillet, *Le Préhistorique*, pág. 534.

(3) *Antig. préhist. do conc. da Figueira*, pág. 534.

bela ponta de seta de silex, indicando a fôrma triangular, com as faces convexas e inteiramente retocadas. Foi encontrada em Nelas por ocasião das lavouras.

« *Lâmina de xisto fragmentada.* — Representamos este objecto na fig. 4. A fractura é do lado do tampo. É polido, e mede no comprimento 0,^m185, na largura da base 0,^m07, na da fractura 0,^m061, e na máxima espessura 0,^m023.

« Não conhecemos objecto algum que se lhe assemelhe, a não ser um do Algarve, de que demos notícia em outro lugar (1).

« *Pêso de tear.* — Assim classificamos um pedaço de micaxisto (?), com o contôrno irregular, mas arredondado, inteiramente polido, ou antes, desbastado pelo atrito com outra rocha, medindo 0^m,16 por 0^m,12 e 0^m,75. A um lado, onde é menor a espessura, tem uma perfuração praticada por um processo primitivo, que foi certamente o mesmo empregado em uma faca de xisto que coligimos na Serra de S. Bento, freguesia de Maiorca (fig. 5).

« O furo é largo e profundo dum lado, mas irregular, apresentando rugosidades que indicam o trabalho dum forte ponta de pedra, operando a choques de percutor. A sua largura atinge 0^m,044. Do lado oposto a perfuração não tem mais de 0^m,016 de diâmetro, e atravessa a pequena espessura da rocha até encontrar o fundo do primitivo furo.

« A perfuração por meio dum escopro ou ponta de pedra, na época neolítica, tem já sido notada por alguns paletnólogos; e os selvagens da actualidade fornecem exemplo d'este processo. De facto, os indígenas da região central e montanhosa da Nova Bretanha foram ainda hoje

(1) *Mem. sobre a antig.*, pág. 89, n.º 1.

as pedras, para fabrico dos seus *palaos* ou *mócas*, com um calhau ponteagudo (1).

« O orifício do nosso exemplar, na parte em que recebia o atrito dos fios, está polido e sujo. Nós pensamos que o objecto teria sido utilizado de novo em alguma época posterior.

« Estes pesos de tear, na época neolítica, nada devem surpreender. Os paletnólogos estão de acôrdo em que nessa época o homem já conhecia a arte de tecelão. Os srs. Henri e Louis Siret encontraram em certas estações da mesma época, no sueste de Espanha, umas pedras ovais com quatro furos, a que atribuem esse destino (2). O sr. Evans, mencionando duas pedras furadas, uma oval e outra em forma de cunha, que existem no museu arqueológico de Edimburgo, pensa que poderiam servir para retesarem a cadeia do tear. O mesmo sábio nota que os pêsos de tear achados nas ruínas romanas apresentam essa forma (3).

« Sôbre este último ponto convém lembrar que no Museu da Figueira ha um fragmento de pêso de pedra, com forma trapesoidal, proveniente de ruínas romanas, que representa o tipo comum dos pêsos de barro romanos no vale do Mondego.

« Entretanto estas formas são diversas da do exemplar que estudamos. Inteiramente semelhante é uma pedra furada, proveniente das palafitas, que vimos no Museu Prêhistórico de Genebra, e que pertence à época do bronze.

« São peças raras, segundo parece, a-pesar-de muito

(1) *L'Anthropologie*, t. ix, n.º 1, pág. 97-98.

(2) *Les premiers âges du métal dans le sudest de l'Espagne*, extrait de la *Revue des questions scientifiques*, pag. 11.

(3) Obr. cit., pág. 228.

toscas. No museu de Saint-Germain os pêsos existentes na sala IV, vitrina 7, consistem em pedras com uma canelura em volta, em vez de furo, e os da vitrina 12, pertencentes ao mobiliário neolítico lacustre da Suíça, são grossas peças de barro furadas, tendo a forma de cone ou de pirâmide truncada ».

Aceitando-se que o período neolítico da Europa possa enquadrar-se entre cinco e dois mil anos antes de Cristo (1), já se deixa ver quanto a clava e os restantes objectos descritos antecipam a certeza de povoadores no território agora estudado, muitos séculos antes de os gregos haverem aportado à península.

Referidas agora a tempos mais modernos, registaram-se também antiguidades romanas postas em relêvo especialmente por Santos Rocha e Leite de Vasconcelos: o primeiro em 1897 e o segundo em 1917.

« Algumas pesquisas que fizemos nos arredores de Nelas — escreve A. Santos Rocha, em artigo intitulado *Antiguidades romanas da vizinhança de Nelas* (2), — em companhia do nosso amigo sr. Anibal de Brito, académico da Faculdade de Filosofia, conduziram-nos à descoberta de vestígios interessantes, que convém assinalar aos que estudarem a arqueologia romana da provincia da Beira.

« No sítio do Molêdo, a 900 metros para o sul de Nelas, em uma vinha do nosso amigo Sr. Dr. Manuel Ferreira Marques, notámos à superficie do solo, esparsos em uma área considerável, abundantes fragmentos de telhas

(1) António Hortêncio Piedade Moraes, *Apontamentos para lições de geohistória, prehistória, protohistória e história*, Viseu, 1932, pág. 65.

(2) In *O Archeologo Portuguez*, vol. III (1897), pág. 81.

de rebôrdos e de telhas curvas, de dólios e outros grandes vasos romanos, e, em certos pontos, algumas pedras aparelhadas.

« Abrindo dois poços, para sondar o terreno, um próximo de um pilar de granito que aflorava o solo, e outro a alguns metros de distância onde o desnivelamento dos terrenos nos pareceu muito suspeito, mostrou o primeiro que o subsolo era formado por entulho negro, carregado de detritos vegetais e de substâncias carbonizadas, contendo grande quantidade de restos cerâmicos, provenientes de telhas e dólios e de pequenos vasos romanos; e o segundo uma camada quási superficial de entulho semelhante, que parecia ter descido do terreno superior (onde fôra aberto o primeiro poço) por ocasião das plantações da vinha, e por debaixo desta camada uma outra de terra vegetal, que a 1 metro de profundidade parecia depositada pelas águas fluviais.

« Abandonando o primeiro poço, para não alargarmos muito a área das excavações, que teriam de destruir numerosas plantas, embora a ilustração e amizade do Dr. Manuel Ferreira nos facultasse êsse perdoável vandalismo, concentrámos o trabalho no segundo onde fôra assinalada uma substrucção qualquer; e êste poço foi convertido numa larga trincheira segundo o método que costumamos seguir nas nossas explorações.

« A camada superficial de entulho negro forneceu um fragmento de *pondus* de tear, feito de barro, com dois orifícios, muitos fragmentos de diversos dólios e de pequenos vasos de barro, assim como numerosos restos de *tegula* e *imbrex*.

« Em alguns vasos meúdos notámos o barro cinzento, muito puro, que temos encontrado em grande abundância

nas estações luso-romanas do concelho da Figueira; e em outros esse barro anegrado e impuro, mui grosseiramente trabalhado à roda, que temos visto não só nessas estações, mas nas que explorámos pelo Algarve. O mais interessante fragmento é o que contém um largo bôrdo, voltado para fora e plano, onde existe um entalhe que parece destinado a escorrer o líquido.

« A escavação pôs a descoberto uma curiosa peça de *torcularium* romano, aquela em que era recebido o líquido escorrido da prensa (torcular). Nós tínhamos lido em Rich que nos lagares romanos exumados em Stabias (Itália) o líquido corria pelo pavimento inclinado da prensa para um grande vaso de barro meio soterrado, de onde era em seguida retirado para as vasilhas. Por outro lado havíamos visto nas vizinhanças de Bensafrim (Algarve) um exemplar do *torcularium*, aberto no grés e disposto de modo que o líquido escorrido da prensa, que era montada em uma cuba rectangular, passava por um orifício para um recipiente circular, de onde era retirado para as vasilhas; e junto às famosas termas do Milreu, em Estoi, ao norte de Faro, tínhamos examinado outro exemplar em que o fundo da cuba da prensa parecia feito com o *opus signinum* e era revestido com cimento, tendo uma espécie de canal por onde o líquido escorria para um recipiente em fórmula de vaso, soterrado e revestido com cimento. Mas o exemplar de Nelas era diverso: suprimia-se o recipiente, como vamos ver.

« Quatro muros de alvenaria sêca, mas em que entraram pedras mais ou menos aparelhadas e alguns tijolos, atingindo a altura máxima de 1 metro, formaram um recinto rectangular, medindo no comprimento 3 metros e na largura 2 metros. Êste recinto ficava indubitavelmente em

nível muito inferior não só ao do pavimento da prensa, como era natural, mas ao do terreno que cercava o mesmo recinto pelos outros lados, pois que a êle se descia por uma escada, de que restam ainda dois degraus de pedra, junto a um dos ângulos do edificio, no lado do sul. O primeiro degrau inferior, que manifestamente conserva as suas antigas dimensões, mede 0^m,55 no comprimento, 0^m,2 na largura e 0^m,23 na altura.

« O pavimento não era feito com o *opus signinum*, como nos edificios romanos que estudámos no Algarve. Faltava-lhe a argamassa. Sôbre uma camada de calhaus rolados e de terra estava estendida outra camada de meúdos fragmentos de telha e de tijolos, atingindo até 0^m,1 de espessura, batidos e comprimidos a masso; espécie de *pavimentum* que devia ter a denominação genérica de *testaceum*, mas em que a ausência de todo e qualquer cimento é novidade nas nossas explorações.

« No muro ocidental do edificio, muro que fórma um dos lados maiores dêste a 1^m,2 da extremidade do norte e a 0^m,75 a cima do nível do pavimento, existia a *bica*, feita de uma lage bastante alongada, saliente da parede 0^m,25, tendo aberto, a meio, um canal de 0^m,7 de comprimento e 0^m,07 de largura, com a secção semicircular, e que estava coberto por uma telha curva. Por esta disposição, é claro que o liquido corria directamente para as vasilhas; e uma lage saliente da parede, ao lado esquerdo da escada, a certa altura do pavimento, parecia indicar que serviria para apoiar as vasilhas que se retiravam cheias e poderem elevar-se até à cabeça ou ombros, a fim de serem transportadas para a *cela*.

« O recinto da prensa, ocupando nível superior, apenas a 0^m,3 da superficie actual do solo, estava, na maior parte,

destruído pela plantação da vinha. Descobrimos os restos do envasamento de uma das paredes e do pavimento, encontrando no entulho muitas pedras soltas e alguns fragmentos de grandes vasos de barro; mas não levámos mais longe a exploração, para não destruirmos o plantio.

« Surpreendeu-nos sobremaneira o facto de o pavimento ser igual ao do recinto da bica. É evidente que o líquido não podia correr sobre êle, como corria nos dos lagares de Bensafrim e do Milreu que, sendo impermeáveis, não permitiam a infiltração. Como seria preparada a *área* ou espaço onde se espremiam os restos das uvas, e por que meio era o líquido dirigido dali para a bica? Não sabemos. Em todos os entulhos extraídos nenhum vestígio de argamassa de cal e areia ou de cimento.

« Também não encontrámos dentro do recinto da bica pedras que pudessem ter pertencido ao alçamento do edifício. Esta circunstância e o facto, já notado, de a camada inferior do entulho ter um aspecto sedimentar, indicando que o edifício, abandonado durante muito tempo, fôra lentamente entulhado pela acção das águas pluviais que desciam do poente e norte, fazem pensar se o edifício não se elevaria acima do nível do solo contíguo.

« No sítio dos Moledinhos, que fica para leste desta estação, em uma encosta fronteira, informaram-nos que também existem abundantes restos cerâmicos iguais aos do Molêdo; mas preferimos ir encetar as explorações em Senhorim, donde nos haviam trazido um pêso de tear e algumas notícias animadoras.

« Ali, num prédio sito junto ao lugar da Ponte da Igreja, mostraram-nos uma cuna redonda de pedra, manifestamente romana, que devia ter pertencido ao *torcularium*,

uma peça partida da *mola manuaris* e alguns fragmentos de telha de rebôrdo, que o proprietário havia encontrado soterrados.

« No prédio fronteiro, conhecido pela designação de *terra do fidalgo*, encontrámos à superfície do solo um *pondus* de barro e numerosos fragmentos de telhas romanas. Abertos alguns poços, para sondar os terrenos, só dois assinalaram no subsolo uma camada de entulho negro, carregado de carvões vegetais, contendo restos de vasos, tijolos e telhas. Não encontrámos envasamentos de muros nem vestígios de *pavimentum*; mas a exploração provou que ali existia uma vasta construção, porque as pedras de alvenaria abundavam no entulho.

« Os objectos aproveitáveis foram poucos. Coligimos três pêsos de tear, todos feitos de barro, um com fórmula trapezoidal e dois quadrilongos, medindo na espessura 0,003 a 0,008. Dois têm um só orifício, e um tem dois. Um dos primeiros apresenta vestígios manifestos de uso porque parte da borda do orifício está gasta pelos fios que a suspendiam.

« A abundância destes objectos em certas estações romanas de Portugal parece indicar que se fazia largo uso do tear vertical, em que muitos pesos eram empregados para restesarem os fios da urdidura. As suas fórmulas não estão sempre semelhantes às dos nossos exemplares.

« O Museu Municipal da Figueira possui alguns, que lhe foram doados pelo sr. Dr. Pedro Augusto Ferreira, em que se nota a fórmula de uma pirâmide truncada, de base quadrada.

« Nos fragmentos de vasos encontrámos pastas muito grosseiras, umas vermelhas e outras cinzentas ou pardas. Pelas fórmulas distinguem-se os restos de um pichel de

bico e de alguns vasos que tinham externamente um largo rebôrdo horizontal, saliente no fundo.

« É notável que nós tenhamos restaurado parte de um vaso dêste tipo com fragmentos recolhidos nas ruínas do pequeno povoado da Espanadeira, próximo do Cabo Mondego, que são em tudo semelhantes às de Porto Saboroso, perto de Brenha, onde um ceitel de D. João II, encontrado no pavimento de uma das casas, nos permitiu fixar a época a que pertence (1).

« Êsse vaso, que se acha exposto no Museu da Figueira, tem a fórmula de um alguidar e é furado em muitos pontos.

« Será a reprodução de um tipo romano, conservado tradicionalmente na olaria peninsular, ou uma peça genuinamente romana, encontrada pelos moradores da Espanadeira em alguma estação das proximidades, e para ali levada ?

« Esta última hipótese não é inverosímil, porque nos entulhos das casas dêste povoado recolhemos fragmentos de outros dois vasos com feição romana e um pedaço de rebordo de *tegula*; objectos bem diferentes do resto da cerâmica encontrada nas mesmas ruínas e nas de Porto Saboroso, mas que ao princípio nos fizeram atribuir erradamente as primeiras à época romana.

« Os orifícios nos vasos constituem um interessante problema de arqueologia. Nós temo-los encontrado em louças neolíticas, nas louças lusitanas dos castros das vizinhanças da Figueira e nas de fabrico romano.

(1) A descoberta recentemente feita em Lúrio, próximo de Brenha, de restos cerâmicos semelhantes aos do Porto Saboroso, e da Espanadeira, associadas a ceitis de D. Afonso V, confirma que êsses povoados são do século xv.

« Tendo de ocupar-nos detidamente dos seus diversos destinos, nos estudos que estamos preparando àcerca desses castros, só notaremos aqui que os vasos com o corpo e fundo esburacados e que não apresentam vestígios de serem aplicados ao fogo, como o da Espadaneira, são os que mais dúvidas suscitam àcerca do seu uso.

« A ornamentação dos vasos, tanto quanto pôde apreciar-se por pequenos fragmentos recolhidos, é da mais singela. Consiste em linhas onduladas, em filetes contornando o bojo e guarnecidos de impressões que parecem feitas com os dedos, ou de pequeninas incisões traçadas com uma ponta qualquer, e às vezes em linhas traçadas em ziguezague.

« Nenhum fragmento dessa cerâmica a que, entre nós, alguns chamam *saguntina*, e a que em França se chamou *samiana*, mas que bons críticos reputam uma simples contrafacção romana da cerâmica *aretina*; e, o que é mais notável, nenhuma cerâmica fina foi assinalada nos entulhos desta estação de Senhorim.

« Como objecto de curiosidade, recolhemos um pedaço de *tegula* com a impressão das patas de uma cabra, que sem dúvida passara sobre a pasta quando ainda estava fresca.

« Fronteira a esta estação existe outra da mesma época, em uma encosta que forma o prédio do sr. Manuel Marques Serra do Amaral, de Vila Ruiva. À superfície do solo abundam os fragmentos de telhas romanas, que a recente plantação da vinha espalhou em todos os sentidos. Contou-nos o proprietário que se havia encontrado ali um grande vaso, que os serviçais partiram, assim como vários objectos de barro furados que, pela descrição que nos fez, deviam ser pesos de tear, e duas pequenas mós dormentes de moinho.

« Não pudemos explorar o sítio por causa das plantações, que seriam danificadas. O proprietário ofereceu-nos as duas mós; mas nós somente aceitámos uma. Tem o diâmetro de 0,^m39 e altura de 0,^m11 a 0,^m14. A superfície da trituração eleva-se para o meio em forma de campânula, no centro da qual existe um orifício de 0,^m027 de diâmetro e de 0,^m035 de profundidade, destinada ao eixo.

« Não são estes os únicos vestígios romanos da região. De outros temos notícia em Vilar Sêco, nos prédios do nosso amigo sr. Abilio de Brito Amaral, de Nelas, donde havemos um pedaço de *tegula*, tendo um *sino-saimão* aberto na pasta, provavelmente com os dedos, quando ainda estava fresca ».

E Leite de Vasconcelos, dando conta do que viu numa excursão feita em 1892 por Nelas, Senhorim e Mangualde, registou (1) o aparecimento de restos cerâmicos antigos e moedas imperiais romanas perto de Santar, de um machado de pedra polida partido em dois, na Malhadeira, de vários púcaros antigos e telhas de rebôrdo na Quinta de Casal-Bom, e dois pesos de barro romanos, telhas de rebôrdo e escumalhas de ferro no Outeirinho, tudo ao pé de Santar.

Num artigo publicado num periódico de Viseu também o Dr. Fortunato de Almeida, depois de falar da famosa clava de pedra, dá a seguinte informação (2):

« Outras antigualhas se têm descoberto em Vilar Sêco, algumas já da idade histórica. Estão neste caso algumas sepulturas cavadas em rocha, dum tipo que parece pertencem

(1) In *O Archeologo Portuguez*, vol. xxii (1917), pág. 113.

(2) In *O Comércio de Viseu* n.º 3.606, de 18 de Fevereiro de 1923.

Ainda que o artigo tenha saído sem assinatura, é bem conhecida a sua autoria.

cer aos primeiros séculos do cristianismo. Há sepulturas destas no Outeiro do Moinho, nas Carvalhas e no quintal da casa da Cale ».

Mas mercê dos esforços de Santos Rocha, é no Museu Municipal da Figueira da Foz que se encontram mais numerosos vestígios arqueológicos, colhidos em diferentes pontos do concelho, especialmente em Nelas e Senhorim.

De Nelas, designadamente do sítio do Molêdo, há uma lasca de cristal de rocha (1), uma faca de sílex (2), machados de pedra polida (3), fragmentos de vasos (4), fragmentos de telha romana (5), peça de ferro (6), e telha romana (7). De Senhorim, há fragmentos de vasos (8), uma argola de bronze (9), fragmento de telha romana (10), e peças de *mola versatilis* (moinho portátil) (11). De Vilar Sêco, além da clava de pedra (12), há uma aguçadeira ou polidor móvel de xisto (13), e fragmento de telha romana, tendo gravado

(1) *Catálogo Geral* do Museu Municipal, Figueira da Foz, 1905, pág. 32.

(2) *Ibid.*, pág. 39, já estudada na *Portugalia* cit., t. 1, pág. 810.

(3) *Ibid.*, pág. 52.

(4) *Ibid.*, pág. 143 e 145.

(5) *Ibid.*, pág. 147.

(6) *Ibid.*, pág. 151.

(7) *Ibid.*, pág. 154.

(8) *Ibid.*, pág. 141 e 143 a 145.

(9) *Ibid.*, pág. 143.

(10) *Ibid.*, pág. 153.

(11) *Ibid.*, pág. 156.

(12) *Ibid.*, pág. 25.

(13) *Ibid.*, pág. 43.

o *sino-saimão* (1). De Santar há um pêso de tear (2), e peças de *mola versatilis* (3). Da Lapa do Lobo há uma conta de *rebeirite* (4), uma serra e raspador de silex (5), e um vaso cilíndrico, de fundo convexo, com ornamentação de traços (6), tudo proveniente das ruínas do dolmen do Outeiro do Rato.

Por essa época se ocupou o mesmo ilustre professor do território agora estudado, a propósito da existência e do significado dos *sinais esculpidos em pedras*, cavidades e figuras, datando dos tempos neolíticos e protohistóricos.

A uns 600 metros de distância — escreve o grande investigador (7) — de uma *orca* (dolmen) chamada « Cova dos Moiros », situada no pinhal dos Amiais, na freguesia de Senhorim (Beira Alta), encontrei em 1894, no sítio da Pedraça, um rochedo bruto de granito, de 1^m,7 de maior comprimento, e de 1^m,1 de maior largura, em cuja parte superior se viam pouco mais ou menos estes sinais representados na fig. 8 (este penedo está hoje na galeria lapidar do Museu Etnográfico Português, para onde o fiz transportar em 1895). É evidente a analogia entre alguns desses sinais e os que menciona Argote (8); e que desde já nos mostra que *As Letras do Douro* não constituem caso único.

(1) *Catálogo Geral* cit., pág. 151.

(2) *Ibid.*, pág. 148.

(3) *Ibid.*, pág. 156.

(4) *Ibid.*, pág. 36.

(5) *Ibid.*, pág. 41.

(6) *Ibid.*, pág. 47.

(7) *Religiões da Lusitânia* cit., vol. 1, pág. 363.

(8) Jerónimo Contador de Argote, *Memórias do Arcebispado de Braga*.

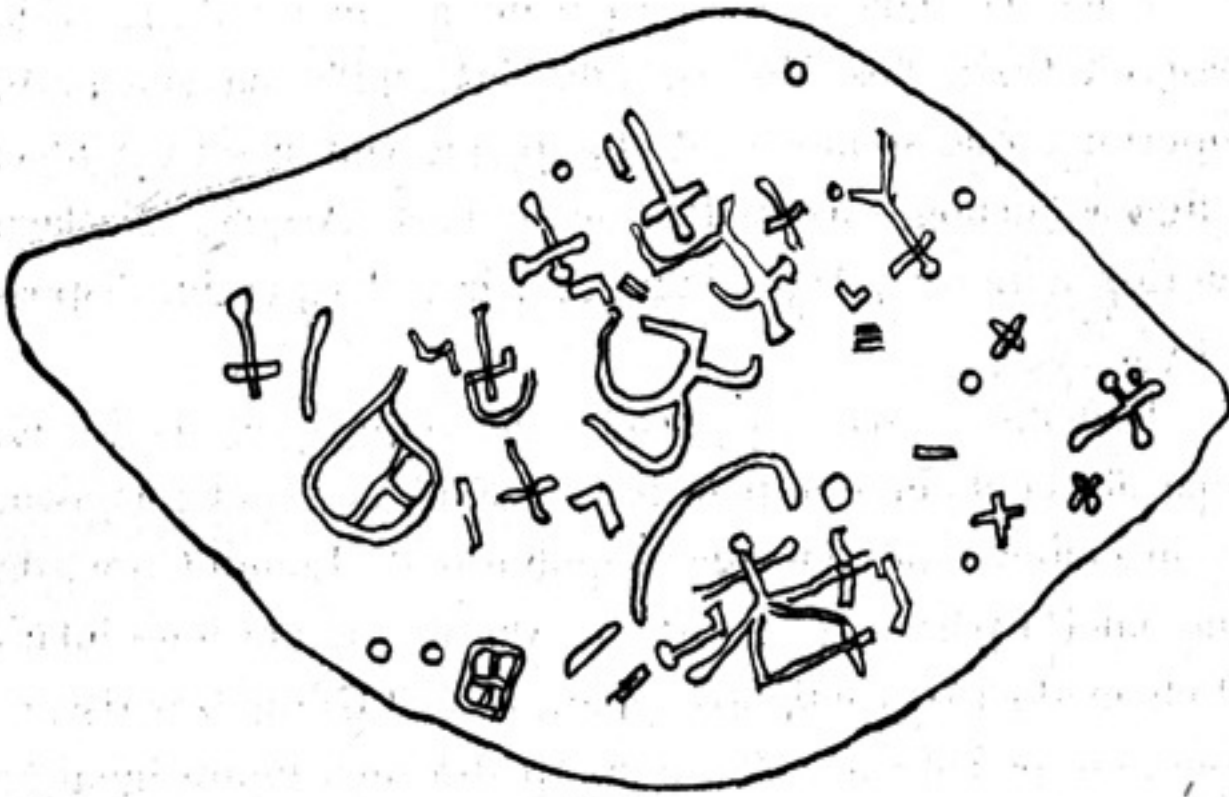


Fig. 8



Fig. 9



Fig. 10



Fig. 11



Fig. 12

Uma das lages que formavam a câmara da referida *orca*, ou Cova dos Moiros, tinha insculpido na sua parte superior o que se mostra de fig. 9, que vem a ser covinhas e figuras análogas às da Pedraça e às de Argote. Na face interior a mesma lage tinha sete covinhas, assim dispostas (1).

Podem comparar-se, senão nas figuras, ao menos na situação, também em pedras de câmaras sepulcrais, com as insculpturas de uma das sepulturas de Lough-Crew, de que falei a pág. 353. Na Beira Alta usa-se um jogo infantil chamado « os cantinhos », para o qual os rapazes riscam com um pedaço de telha numa pedra uma figura igual às da mencionada *orca*, isto é, um quadrilátero dividido em quatro partes: como o povo daqueles arredores aplica também a tais figuras antigas, por analogia, o nome de *cantinhos*, eu adotarei aqui este termo para me fazer entender melhor. Temos pois *cantinhos* nas *Letras* de Argote, no monumento da Pedraça e na *orca* dos Amiais; pois que nesta última se acham associados a covinhas, que, como vimos, datarão dos tempos neolíticos, e a *orca*, em cuja exploração só encontrei instrumentos de pedra, pertence também à época e civilização neolíticas, fica assim entendido que o célebre penedo do rio Douro se deve atribuir à mesma época e civilização.

.....
 « Voltemos outra vez à Beira. Também perto da *orca* dos Amiais, ou Cova dos Moiros, vi um penedo irregular de granito, cuja maior dimensão era de 1^m,6 e cuja altura era de 0^m,5 a 0^m,7: na sua superfície tinha muitas covinhas,

(1) A disposição das covinhas intercalada no texto é a mesma que vai reproduzida sob a fig. 10.

dispostas pouco mais ou menos como se vê na fig. 11, regulando por 0^m,06 a distância entre as mais aproximadas, e por 0^m,02 ou 0^m,03 termo médio, os diâmetros delas (estas últimas medidas cito-as de memória).

.....
« Na mesma área dos monumentos indicados, mostraram-me no sítio dos Barreiros, ao pé das Carvalhas, freguesia de Senhorim, um penedo com várias cruces, e um grupo de sinais (fig. 12) que o povo dali chama a *Santa Custódia*, sem, que eu saiba lhe referir lenda alguma; tem de altura uns 0^m,56; as duas covinhas de cima não estão simétricas entre si. Se não fôsem as covinhas, dificilmente eu teria incluído este grupo de sinais no presente capítulo. Parece-me que o nosso pequeno monumento deve comparar-se com o *Bischofstein* ou *Pedra do Bispo* (Prússia), no qual se vêem insculpidas, entre muitas covinhas, a figura de uma cruz e a de um cálice. No citado artigo de B. Reber vem desenhos análogos ao da base da cruz da fig. 12. »

Finalmente — para dar cabimento a tudo quanto veio ao meu conhecimento — registarei o parecer de um ilustre professor universitário sobre estradas romanas do distrito de Viseu (1), na parte interessando ao concelho de Nelas.

« Outra via, incontestavelmente romana, era aquela a que o povo aplica também o nome de *Estrada Velha*, e que, saindo de Viseu pela Via Sacra, Ranhados, Casais, Espadanal, Banho de Alcafache (onde passava o Dão) e Alcafache,

(1) Aristides de Amorim Girão, *Viseu — Estudo de uma aglomeração urbana*, Coimbra Editora, 1925, pág. 19.

conduzia talvez a Seia, por Vilar Sêco e Nelas. Restos dessa calçada podem ver-se perto de Ranhados, bem como nos pinhais junto da povoação do Espadanal.

Parte da ponte sôbre o Dão, onde passava, é ainda a primitiva, e parece que a via se bifurcava antes de atingi-la ».

Quanto aos pontos terminais dessa via nada haverá a objectar. Mas já outro tanto não sucede com a parte do percurso compreendida entre Vilar Sêco e Seia, que talvez não passasse por Nelas.

A estrada que de Vilar Sêco segue a Nelas é moderna, como adiante se verá, posterior já à Ponte da Pinôca, sôbre o Dão, que é do meado do século XVIII; e a comunicação directa de Nelas com Seia é posterior à ponte sôbre o Mondego, construção já do século XIX.

J. PINTO LOUREIRO

O «*SECRETO DE LOS SECRETOS*
DE ASTROLOGIA»
DO INFANTE D. HENRIQUE

(RECTIFICAÇÃO)

No número transacto de *O Instituto*, *hic* págs. 193-220, publicou o Sr. Armando Sousa Gomes um artigo intitulado *O livro «Segredo dos Segredos» e o Infante D. Henrique*, no qual critica uma afirmação nossa.

Referimo-nos ao passo de págs. 196-97 em que o Sr. Armando Sousa Gomes escreve textualmente:

«Na pág. 247 [do vol. iv da *História de Portugal* dirigida pelo Prof. Damião Peres], pela pena do Prof. Joaquim de Carvalho: «Emquanto os irmãos, D. Duarte e D. Pedro, se compraziam na reflexão moral, política e filosófica, D. Henrique, promotor dos descobrimentos marítimos, amava o estudo científico da natureza, sobre o qual escreveu um livro — *Secreto de los secretos de Astrologia* —, infelizmente perdido, e que os eruditos Fernando Colon (1525) e Gonçalo Argote de Molina possuíram.» Aqui aparece um elemento novo, mas estou convencido que não foi colhido directamente, porquanto procurei a obra de Molina e o que encontrei não condiz com êle. Troquemos isto por miúdos. Gonçalo Argote de Molina editou em 1575, na cidade de Sevilha, o livro de D. Juan Manuel, «El conde

Lucanor » (1); seu, são o prefácio e a introdução. Na verdade, Juan Manuel fala-nos, no cap. ix, dum Infante D. Henrique que fêz um negócio de cavalos em Tunis, mas trata-se de uma personagem espanhola. E Molina, depois de fazer o elogio do autor, diz-nos que êle escreveu, entre outros, os livros, « Libro del caballero », « Libro del Infante » e « Libro del Scudero » (2), os quais, pela forma como estão seriados, se depreende serem estudos militares. »

Resulta claramente desta transcrição que o Sr. Armando Sousa Gomes sujeitou, como lhe cumpria, dado o alvo que tinha em vista, a minha afirmação à contraprova da sua crítica. Nada mais louvável e mais necessário em qualquer trabalho científico; procedeu, porém, confusamente, no estabelecimento do problema e na sua marcha resolutiva, porque *trocou* o que eu havia escrito, não sei se em miúdos, se em graúdos: onde eu me referira a Gonçalo Argote de Molina refere-se a D. Juan Manuel, e onde eu escrevera que aquêlê erudito sevilhano *possuira* um [ou o] manuscrito do Infante D. Henrique vem dizer-nos que no *Conde de Lucanor*, editado por Argote de Molina, lêra que certo Infante D. Henrique fizera um negócio de cavalos em Tunis!!

Como muita coisa que acontece, a *troca* deixar-me-ia indiferente se o Sr. Armando Sousa Gomes não tivesse concluído pelo convencimento de que eu não colhera « directamente » a notícia, que considera « elemento novo », de Gonçalo Argote de Molina ter possuído um [ou o] manuscrito do *Secreto de los secretos de Astrologia* do Infante D. Henrique. Tal convencimento, pelo encadea-

(1) Em nota o autor diz ter consultado êste livro « na secção de reservados da Biblioteca N. de Lisboa. »

(2) Em nota, diz que « Há mais livros citados ».

mento de raciocínios que o fundamentam e pelas consequências que d'ele extraíu, bole com o amor da exactidão; por isso cumpre-me fazer a prova do que afirmei no capitulo da *História de Portugal*.

* * *

Em certo período da minha administração da Imprensa da Universidade, naquela quadra em que as letras dos caixotins me reclamavam o *sic quoque doceo* dos impressores quinhentistas, desejei que esta officina continuasse, de certo modo, o *Archivo Histórico Portuguez*, de Anselmo Braamcamp Freire, visto a experiência me haver advertido que, entre nós, assim nos interêsses familiares como no património comum, é mais difícil continuar que adquirir ou fundar de novo. Planeei então um *Arquivo de História e Bibliografia*, que não chegou a ver a luz pública, embora d'ele corram algumas separatas. Fui um dos colaboradores d'este *Arquivo*, em cujo vol. 1, pelo ano de 1925, imprimi algumas páginas sob o título *Excerpta bibliographica ex Bibliotheca Columbina*, nas quais dava noticia das minhas investigações na famosa livraria do filho de Cristóvão Colombo. Levara-me a Sevilha, onde demorei desde 17 de Maio a 6 de Junho de 1924, o desejo de apurar certos factos, dentre os quais se destacava a referênciã de Fernando Colón à obra do Infante D. Henrique.

Não encontrei, infelizmente, o manuscrito desta obra, mas logrei dilatar o que àcêrca dela se sabia em Portugal com algumas achegas, que condensei nos seguintes períodos dos *Excerpta*: (1)

(1) Os *Excerpta Bibliographica ex Bibliotheca Columbina* não viram a luz pública, nem foram concluídos; não obstante, são do conheci-

« INFANTE D. HENRIQUE — *Secreto de los secretos de astrologia*.

« Esta obra do Infante D. Henrique, sem dúvida de valor histórico-cultural e que talvez tivesse o mérito de colocar o Infante no ponto de vista literário ao lado dos autores do *Leal Conselheiro* e do *Tratado da Virtuosa Bemfeitoria*, não existe hoje na *Columbina*.

« Os bio-bibliógrafos do Infante D. Henrique anteriores à publicação do tomo II (1866) do *Ensayo de una Biblioteca...* de Gallardo, que nêle inseriu um extracto do *Registrum* da famigerada livraria (cols. 515 e segs.), não accusam este livro; mas a sua existência não pode ser posta em dúvida, pois Fernando Colombo deixou-nos indicações seguras do exemplar que possuiu.

« No *Registrum* ⁽¹⁾ [B], n.º 4.129, lê-se « *Libro en*

mento de alguns amigos meus, um dos quais, pelo menos, o Sr. Comandante Fontoura da Costa, lhes deu a honra de citação.

(1) Fernando Colón não foi apenas um simples comprador de livros. O desejo de os salvar, aliado ao prazer do bibliófilo, levaram-no a catalogar a sua livraria com uma minúcia e perseverança verdadeiramente extraordinárias. Estes catálogos subsistem ainda em parte, e no conjunto dos 7 vols. hoje existentes distinguem-se, segundo a própria designação fernandina, os *Registra* (inventários) e os *Abecedaria* (reportórios alfabéticos). Os *Registra* são dois.

O *Registrum A* compunha-se de quatro volumes, existindo apenas o 2.º, que indica os títulos dos livros numerados de 914 a 2581. Neste *Registrum* os livros eram inscritos à medida que eram arrumados. Refere-se a livros comprados nos anos de 1521 e 1522.

O *Registrum B*, o mais importante, constitue o inventário que no pensamento de F. Colombo deveria ser definitivo. Redigido com cuidado, a descrição dos livros é acompanhada de notas, entre as quais avultam os *incipit* e *explicit*. Compreende os n.ºs 1 a 4.231,

español de mano llamado secreto de los secretos de astrologia cõpuesto por el Infante don enrriq̃ de Portugal. — I — aqui se comiença vn libro q̃ se llama segredo — d — a dios fazer como su md [merced] fuere a dios gr̃as. es en 4.º Costo en salamãca tres reales a-21-de abril de 1525.

« O *Abecedário* confirma esta descrição, segundo o que se lê na col. 552: *Enrricus a portugalia in secretis secretorũ astrologie hispanice et manu scriptis. 4129*. Terá sido consumido pelo tempo, ou deslocado para uma desconhecida

referentes a livros adquiridos em 1514, 1515-1521 e 1526-1530. Foi este catálogo, porventura o mais importante de toda a bibliografia do século XVI, que o hispanófilo Archer M. Huntington reproduziu em *fac-simile* sob o título: *Catalogue of the Library of Ferdinand Columbus*. New-York, 1905. Rigorosamente, o seu título é: *Regestrum librorum don Ferdinandi Colon primi admirantis indiarum filii in quo tam autorum quam librorum eorumque magnitudinem divisionem et impressionem reperiri datur necnon tempus, loca et precium quibus ab eo prefata volumina fuerunt comparata*.

O *Abecedarium A*, que corresponde ao *Registrum A*, enumera os autores, segundo o nome de baptismo.

O *Abecedarium B*, em 2 vols. in-fólio, constitui a lista completa dos livros que F. Colombo possuía em 1538.

O *Abecedarium B bis* é uma cópia incompleta do ms. anterior.

O *Abecedarium C*, porventura o mais antigo, compreende os nomes de autores por ordem alfabética segundo os nomes de baptismo.

São estes os catálogos bibliográficos de F. Colombo, os quais, como se vê, podem dividir-se em catálogos de autores e catálogos de títulos; a descrição pormenorizada destes 7 catálogos foi feita por H. Harrisse, *Excerpta Colombiniana*, Paris, 1897 (Vide também Jean Babelon, *La bibliothèque française de Fernand Colomb*, Paris, 1913).

Nas citações do texto referir-nos-emos apenas ao *Registrum B* e ao *Abecedarium B*, designando-os respectivamente assim: *Registrum* e *Abecedário*. (Nota da presente reedição e que nos *Excerpta* fazia parte da introdução).

biblioteca, pública, conventual ou particular? Existirá, sequer ao menos, uma cópia?

« O que podemos apurar limita-se a bem pouco: o seu desaparecimento da Columbina deve ter-se dado no séc. xvi ou xvii, pois os inventários post-columbinos de Juan de Loaysa (1684) e de Diego Alexandre de Galvez (1783) já o não mencionam.

« Dum outro exemplar há notícia: o que possuiu o erudito historiador e poeta sevilhano Gonzalo Argote de Molina. (1)

« O seu paradeiro também não é possível surpreender, dispersa como foi a livraria do diligente e acurado antiquário (2).

« *Habent sua fata libelli*, costuma dizer-se; mas os fados parecem adversos não apenas à obra do Infante, mas também à curiosidade culta, não havendo sagacidade, diligência ou estudo que esclareça os passos dos que

(1) « Vide A. Millares Carlo, *La biblioteca de Gonzalo Argote de Molina*, in — *Revista de Filología Española*, tom. x, cad. 2 (Madrid, 1923), que insere a lista dos 49 « libros de mano que están en el estudio de Gonzalo de Molina. » No n.º 29 mencionam-se os « *Secretos de Astrologia por el infante Don Enrique de Portugal.* »

« Os livros columbinos sofreram inclemências várias no sec. xvi; seria acaso este ms. de Molina o próprio que Fernando Colombo possuiu? »

(2) Molina reuniu um famoso museu de antigualhas, livros e pinturas. De entre estas destacavam-se os « retratos de insignes ombres, de mano de Alonso Sanchez Coelho ». Vide as cartas de Argote de Molina (*Colección de documentos inéditos para la História de España* (Madrid, 1870, lv, págs. 445-449), e Lopez Martinez, *Algunos documentos para la biografía de Argote de Molina*, págs. 84-86 (*Apud* Millares Carlo, *art. cit.*, pág. 140).

anseiam devassar o *segrêdo* que o registo columbino nos legou.

« Seria um tratado de astronomia, mixto de ciência e dessas horríveis ingenuidades astrológicas, como tudo leva a crer? Seria uma compilação inspirada no *De Secretis secretorum*, atribuído falsamente a Aristóteles? »

* * *

Feita a rectificação, provado que não troquei Gonzalo Argote de Molina por D. Juan Manuel, nem confundi a realidade efectiva da posse com a vaga alusão a qualquer homónimo do Infante D. Henrique, filho de D. João I e autor do *Secreto de los secretos de Astrologia*, atingi o objectivo fundamental destas páginas. Não devo, porém, rematá-las sem retribuir a *troca por miúdos* com que o Sr. A. Sousa Gomes me presenteou. Para não fazer figura de mal agradecido, escolherei a primeira e capital conclusão das suas investigações:

« O livro «*Segredo dos segredos*» é uma tradução feita pelo Infante D. Henrique do tratado aristotélico «*Grande Moral.*» (pág. 219. O itálico é nosso).

Esta sensacionalíssima -descoberta proporcionou ao Sr. A. Sousa Gomes tão grande «felicidade», que até lhe custou «a acreditar» que tivesse na sua presença a «preciosíssima raridade literária»; por isso, benemérita e generosamente, resolveu «dá-la ao manifesto, para que ao meu júbilo se junte o de todos os portugueses.» (Pág. 197).

Lamento sinceramente que a razão me obrigue a verter sôbre o júbilo do Sr. A. Sousa Gomes, que modestamente anteviu aureolado de resplendor nacional, uma copiosa irrigação de tristezas, pois a sua «conclusão» é

absolutamente destituída de qualquer vislumbre de fundamento, como nos vai patentear a respectiva «troca por miúdos.»

A conclusão contém duas proposições:

a) O «*Segrêdo dos Segredos*», de cujo manuscrito o Sr. A. Sousa Gomes deu notícia, é uma tradução feita pelo Infante D. Henrique;

b) O texto original desta tradução é a «*Grande Moral*» de Aristóteles.

Consideremos separadamente cada uma destas proposições:

a) O Sr. A. Sousa Gomes não aduz um único facto, testemunho ou raciocínio lógico, que prove ter sido o Infante D. Henrique o tradutor do manuscrito de que deu notícia.

Basta atentar nas seguintes transcrições das suas próprias palavras:

1) «O período *as quais cousas se nomeiam segrêdo dos segredos*, identifica o livro como sendo o do Infante D. Henrique, mas há outra prova que adiante se dirá. Ficamos sabendo que êle sòmente fêz uma tradução, que é de crêr fôsse do latim.» (Pág. 202).

A identificação dêste manuscrito com o manuscrito que Fernando Colombo possuiu e descreveu não tem fundamento: recorde-se o título apontado no *Registrum* columbino — *Secreto de los secretos de Astrologia*, aliás corroborado pela referência do catálogo de Argote de Molina, e atente-se na circunstância da obra henriquina ser escrita em castelhano, como afirma expressamente o *Abecedário: Enrricus a portugalia in secretis secretorū astrologie hispanice et manu scriptis*.

2) «Segue a prova a que atrás aludo e que confirma

ser o célebre livro do Infante D. Henrique, a qual está escrita no principio da página:

*mateos e xstovão forõ pa a batalha a IX d^{as}
de f.^{ro} de r q' 11 leer gramatica § anrriq
alur //*

«Eu entendo assim: Mateus e Cristóvão foram para a Batalha a 9 dias de Fevereiro de era *quingenta* dois (a) ler gramática subscreve Anrique Alvor.

«É preciosa esta nota escrita pelo Infante. Mateus, deve ser o Mestre Mateus Pisano. Por ela ficamos sabendo que mesmo no Algarve D. Henrique não descurava os assuntos da Universidade de Lisboa, anotando a ida dos mestres às escolas claustrais» (Págs. 207-8).

Ipsis verbis, é esta a segunda prova que logicamente determinou o Sr. A. Sousa Gomes a afirmar que o Infante D. Henrique fôra o tradutor do ms. português do *Segrêdo dos segredos*, e a identificar êste ms. com o ms. castelhano que Fernando Colombo possuiu...

b) A segunda proposição da conclusão é igualmente falsa, pois sem sombra de dúvida se pode afirmar que o ms. português do *Segrêdo dos segredos* não é tradução da *Grande Moral*, de Aristóteles.

Para esta afirmação, partiu o Sr. A. Sousa Gomes do facto de não conhecer «nenhuma obra de Aristóteles com o nome *Segrêdo dos segredos*» (pág. 197); e como lera em dois periodos do ms., designadamente num passo do «prefácio», que «julga ser da autoria do Infante D. Henrique» (pág. 198) e no proémio (págs. 200-1), que o

original do *Segredo dos segredos* se atribuía a Aristóteles, procurou na bibliografia do Estagirita a obra que servira de texto para a tradução.

Expeditamente, sem nos dar qualquer razão, julgou logo que essa « obra é o tratado aristotélico « Grande Moral. » (Pág. 202). E acrescenta: « Claro, só num estudo comparativo, cuidado e minucioso, se poderá vêr se está completo, ou se tem um ou mais capítulos de qualquer outro livro do estagirita. Não pude fazer mais do que trago aqui, pois não me foi dado tempo para fazer um traslado diplomático da parte que copiei, tendo o leitor que se contentar com a prosa na linguagem de hoje, o que já é alguma cousa. » (Págs. 202-3).

Como prova da sua identificação, o Sr. A. Sousa Gomes brinda-nos, pois, com a falta de tempo para o traslado diplomático e com a ausência de um « estudo comparativo, cuidado e minucioso. »

Foi a ausência deste « estudo comparativo » que extraviou o Sr. A. Sousa Gomes, pois bastaria o mero cotejo do índice das matérias do seu ms. do « *Segredo dos segredos* » com qualquer edição ou tradução dos dois livros da *Grande Moral* para que logo se lhe impuzesse, imperativamente, a impossibilidade de identificar as duas obras.

Excluída esta hipótese de trabalho, que aliás só poderia surgir a quem desconhecesse os tópicos bibliográficos elementares do aristotelismo medieval, que não coincide precisamente com o aristotelismo helénico e com o iniciado pela Renascença, perante a reiterada afirmação da autoria do « *Segredo dos segredos* » pertencer a Aristóteles, cumpria-lhe naturalmente verificar se correria ou não em nome do Estagirita uma obra cujo título desse em versão portuguesa: *Segredo dos segredos*.

Se tivesse seguido este caminho, ditado pelo bom-senso, o Sr. A. Sousa Gomes encontraria em qualquer história circunstanciada da filosofia medieval ou do aristotelismo, que durante a Idade-Média se atribuiu a Aristóteles um conjunto apreciável de livros — p. ex. o *Liber de causis*, uma *Theologia*, também designada *De Secretiori Aegyptiorum philosophia*, um *De vegetabilibus*, etc., que a crítica ulterior mostrou serem apócrifos.

Entre estes livros falsamente atribuídos a Aristóteles, toparia, insistentemente, com um designado *Secretum* [*Secreta* ou *de secretis*] *secretorum*, e digo insistentemente, porque são abundantes os manuscritos, várias as edições latinas impressas, a última das quais (1920) inclue a glosa de Roger Bacon, e diversas as traduções em francês, castelhano e inglês, aliás com títulos diferentes, pois foi designado por vezes de *Aristotelis ad Alexandrum regem*, de *Le gouvernement des princes*, ⁽¹⁾ e de *Poridad de las poridades*.

Este facto mostra a extraordinária difusão do *Secretum secretorum*, à qual se não furtou nenhum país culto da Europa medieval, designadamente o nosso Portugal onde a sua leitura é testemunhada pela seguinte citação de Gomes Eanes de Azurara na *Crónica da tomada de Ceuta*:

« E Aristotilles, que desto tomou muy espiçiall cuidado, disse naquelle liuro que sse chama segredo dos segredos, que enuiou a Alexandre acerca da fim de seus dias, que çertamente elle se marauilhaua do homem que comia pam

(1) O artigo que George Sarton dedica ao *Secretum secretorum*, no vol. 1 (Baltimore, 1927) da *Introduction to the History of Science*, págs. 556-7, proporciona uma excelente bibliografia a quem deseje estudar aprofundadamente o assunto.

de trijgo e carne de dous dentes, poder naturallmente fallecer » (1) (ed. Esteves Pereira, 1915, pág. 118).

Ponhamos ponto nestas considerações, por exigência crítica; só a publicação integral e fiel do ms. português, dado a conhecer pelo Sr. A. Sousa Gomes, autorizaria o prosseguimento de certos estudos, designadamente o da sua fonte (2) e o da sua influência na nossa literatura de Quatrocentos.

O pouco que publicou permite apenas afirmar que o *Secretum Secretorum*, atribuído apócrifamente a Aristóteles, logrou uma tradução portuguesa, cujo tradutor nos é desconhecido.

* * *

As páginas que acabo de escrever não foram ditadas pela intenção polémica nem brotaram da hostilidade.

Pessoalmente, o Sr. Armando Sousa Gomes foi cola-

(1) Dada a balda plagiária de Azurara é muito possível que o retórico cronista houvesse transcrito, nesta pág. e noutras, alguns passos do *Secretum*. Se assim foi, a publicação integral do ms. dado a conhecer pelo Sr. A. Sousa Gomes talvez possa concorrer para o estudo das fontes de Azurara, como a citação deste talvez possa socorrer o problema da cronologia da tradução portuguesa do *Secretum*.

(2) Haureau, nas *Notices et Extraits de quelques manuscrits latins de la Bibliothèque Nationale*, t. iv (Paris, 1892) pág. 225, informa que o ms. 15082 « nous offre le **Secretum secretorum** mis par un faussaire, comme on le sait, au compte d'Aristote, et traduit de l'arabe en latin par un clerc de Tripoli dont le nom se lit dans une épître dédicatoire à l'évêque Guy de Valence. Ce nom est, en plusieurs manuscrits **Philippus**. Ici, c'est **Joannes**. Nous signalons cette particularité. »

Esta discriminação importa à filiação da versão portuguesa, pois, segundo a transcrição do Sr. A. Sousa Gomes, o « prologo » é « de Joane que tresladou o livro. »

borador da Imprensa da Universidade, e esta circunstância, apesar de episódica, vincula-me afectivamente; literariamente, o seu artigo de *O Instituto* deu-me a satisfação de ficar sabendo que existia a versão portuguesa de uma obra, cujas ideas importam à história da cultura científica (e talvez política) da nossa Idade-média. Se não fôsse a referência ao meu nome, eu não tocaria no seu trabalho, porque sempre preferi a brandura do que julgo ser a verdade à rispidez da refutação do erro; decidido, porém, a pegar na caneta, cumpria-me mostrar, quanto mais não fôsse por dever profissional, que os caminhos do erro são facilmente transitáveis e que a imaginação, sem a qual não ha actividade científica criadora, carece incessantemente de se depurar no crisol da consistência dos factos e da coerência dos raciocínios.

Coimbra, Janeiro de 1939.

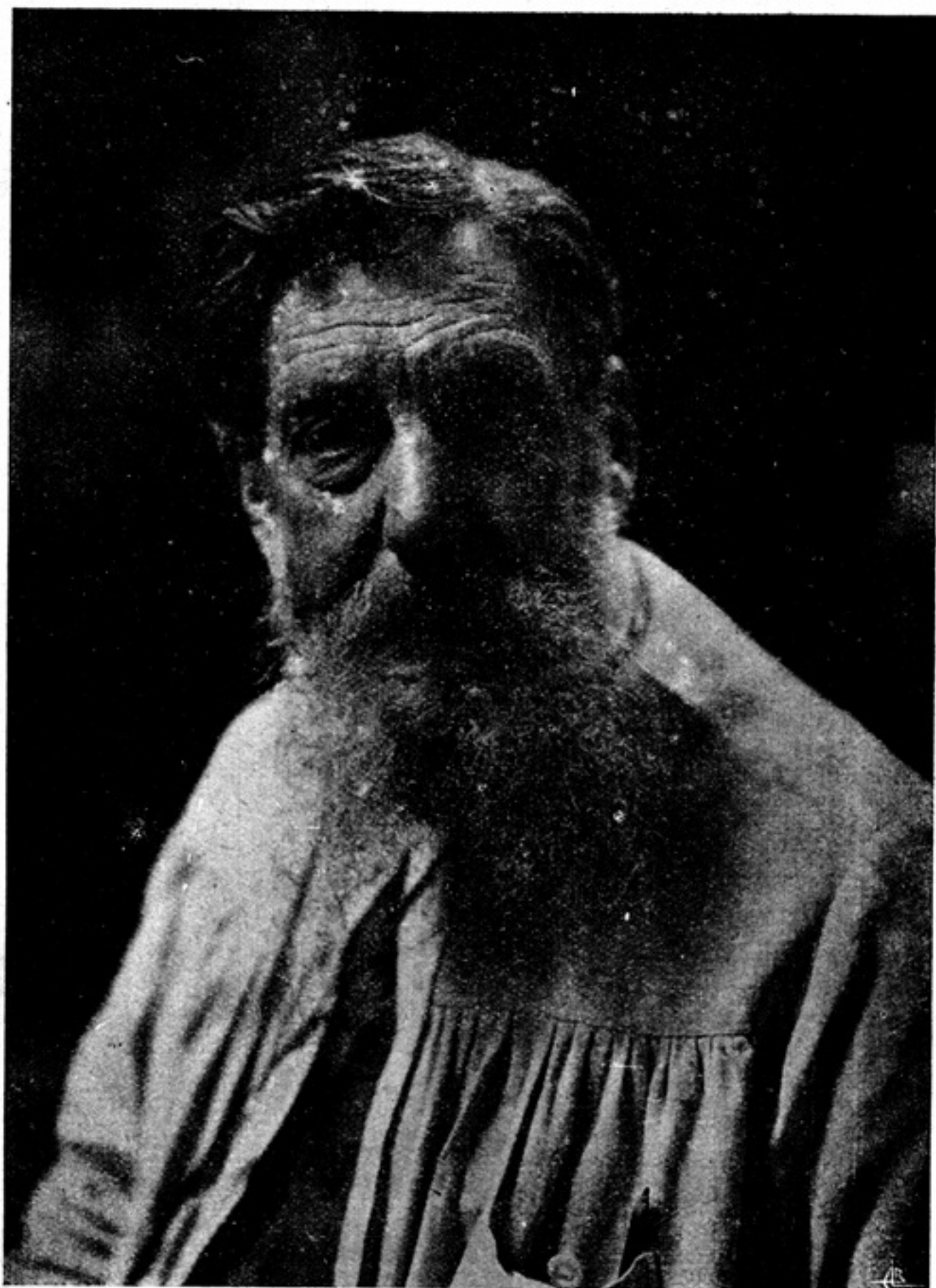
JOAQUIM DE CARVALHO

LE SCULPTEUR TEIXEIRA LOPES

M. Teixeira Lopes n'est pas de ceux qui prennent la hâte pour de l'acharnement. En cette époque où trop acceptent les conditions de la rapidité de l'exécution, il est bon de se retourner vers les artistes qui se vouent à un travail consciencieux, médité, et placent leur génie dans l'effort continu plutôt que dans l'inspiration immédiate. Ceux-là ont la plus haute conception de l'art. Ils créent dans l'amour et le respect de ce qu'ils font et leur solitude est rayonnante. C'est ce qui nous pousse à tenter de communiquer avec T. Lopes et son oeuvre d'apparence sans recherches. Cet artiste, maître de la technique la plus habile, n'a rien qui puisse séduire les snobs. Il ne se signale par aucun parti-pris de synthèse, aucun souci de stylistique excessive visant à dérouter le spectateur ou à l'étonner.

Par contre T. Lopes est un classique. Ceci ne veut nullement dire qu'il soit l'esclave des grandes traditions des grandes époques, qu'il revienne à Rodin, à Michelange, à Donatello ou à Canova. Ceci veut dire, qu'il a poussé son art personnel à une perfection suffisante pour imposer sa propre maturité classique. Et c'est de la sorte que T. Lopes s'avère continuateur des hautes écoles. C'est la bonne manière. Nul désagrément pour le critique

dans ce petit voyage aux antipodes de l'actualité dont T. Lopes s'écarte sans réserves et de parti pris comme des régions académiques. Un marbre de T. Lopes tient



PORTRAIT DE L'ARTISTE

toujours un peu de l'éternel. Son portrait d'enfant *Menina* peut fort bien être de Donatello, et son *enfance de Caïn* attribué à Giovanni de Bologna. Et non par l'imitation des maîtres, mais parce que T. Lopes a créé lui-même des principes qui rencontrent les leurs pour la bonne raison que ces principes sont immuables. Ce sont ceux de l'homme et de sa nature, continus et essentiels. Qui peut les méconnaître? Michelange les a-t-il outrepassés? En tous cas aucun ne les a supprimés. Le plus sage était, par conséquent, d'aller au devant de leur découverte puisque sans eux rien de durable ne s'est jamais créé. Voilà comment le maître suivant une voie qu'il semble s'être tracée et qui lui a permis de mener son art à la perfection qui fait sa grandeur et sa splendide unité. Jamais T. Lopes n'a dévié.

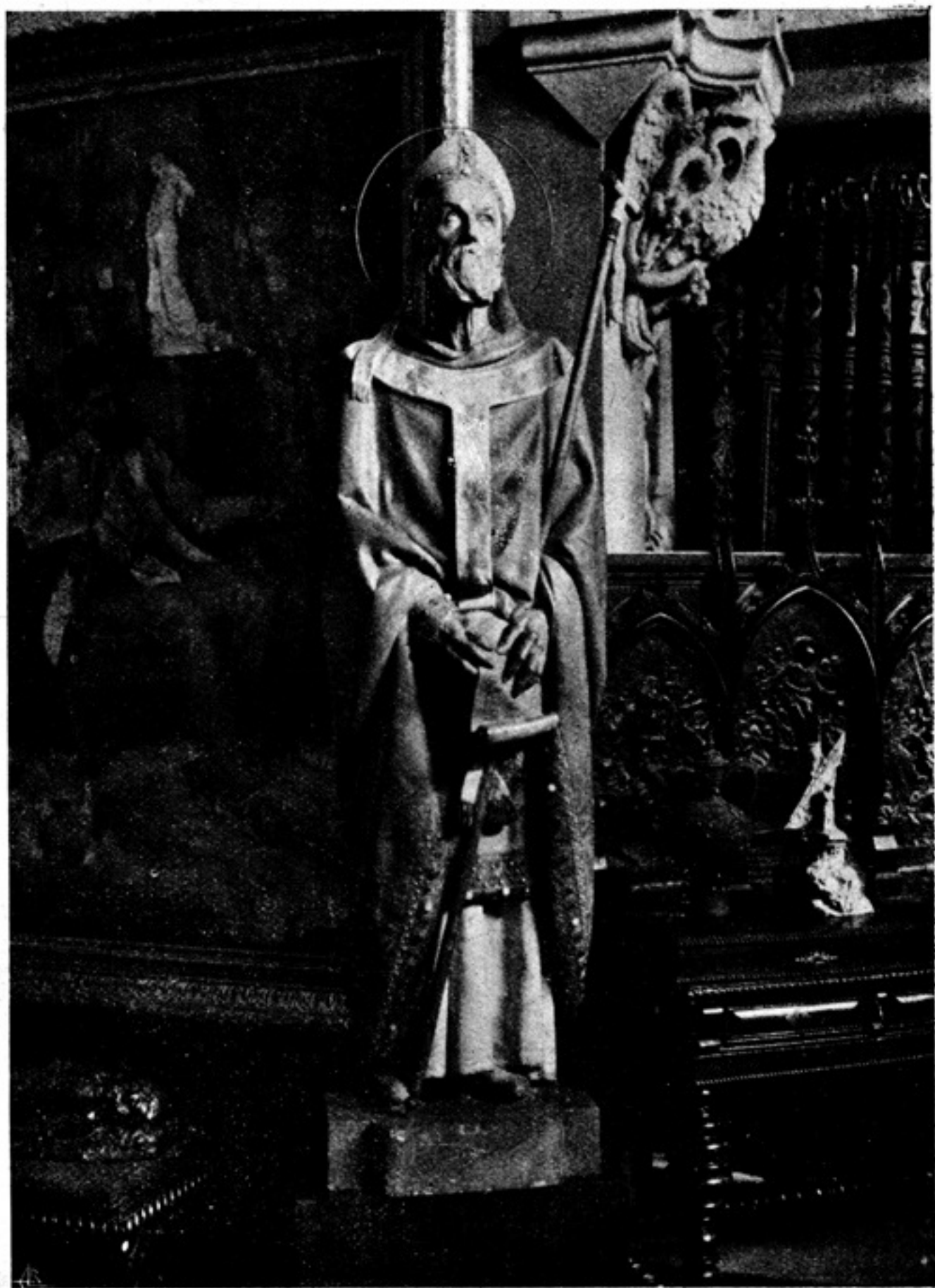
*

Actuellement, T. Lopes est célèbre. Il a passé par Paris, travaillé avec Gauthier et Berthet, maîtres habiles et désuets, puis à l'École des Beaux-Arts, et Cavelier et Barrias, modeleurs expérimentés, contribuèrent à sa formation sans le stéréotyper dans une époque fâcheuse. Aujourd'hui M. Lopes est correspondant de l'Institut de France. C'est-à-dire qu'il n'est pas de ceux qui ont à se plaindre de l'injustice des temps.

*

De ses maîtres M. Lopes a hérité une connaissance approfondie de son métier mais il demeure vraisemblable que sa technique il l'a faite lui-même. Cette technique ne donne lieu à aucun déploiement, à aucun indiscret étalage. La perfection ne s'en étale pas. Elle est de ces perfections qu'un observateur consciencieux garde le plaisir de découvrir, détail par détail, en admirant. Nulle virtuosité inso-

lente, nulle acrobatie superflue. L'harmonie de la facture complète celle de l'oeuvre. Et lorsque T. Lopes atteint à la perfection, il n'insiste pas.



SAINT ISIDORE, ÉVÊQUE DE SÉVILLE

On le dirait soucieux de faire oublier cette accession. Mais son marbre est humain. Il vit, il respire, il frémit, il concentre toutes les finesses, toutes les splendeurs de la



SAINTE ÉLISABETH, REINE DE PORTUGAL, PROTECTRICE DE COIMBRA

chair d'où rayonne la spiritualité. Il y a en outre la plus surprenante compréhension du modèle, plastique et psychologique dont le maître témoigne en des bustes d'un réalisme si expressif. Ces dons géniaux ne semblent pas avoir conduit T. Lopes à multiplier ses oeuvres. Sculpter semble être pour lui une sorte de religion. L'accomplissement du rite, en art comme à l'église, commande le recueillement, l'attente patiente. L'art de T. Lopes semble dominer par un vœu de perfection conçu dans un état de grâce.

*

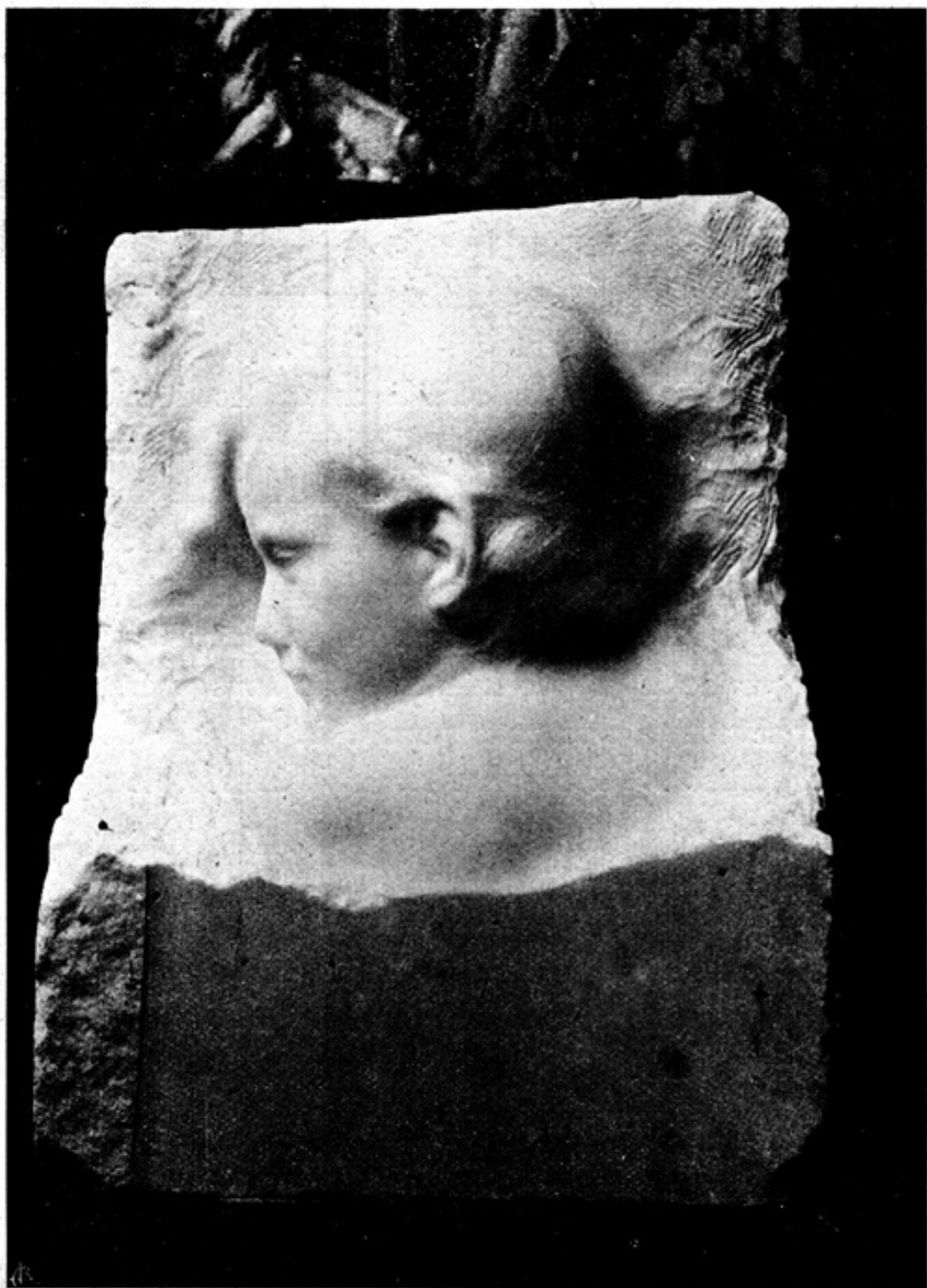
Il faut être artiste pour comprendre ce que l'accession à cet état de grâce comporte de douleurs et de mortifications. Fermeté envers les autres, abnégation envers soi. Mais après ce purgatoire, quel rayonnement dès l'entrée au paradis ! On a l'impression que beaucoup d'oeuvres de T. Lopes ont séjourné pendant des années dans son studio avant d'en sortir. On les crut achevées qu'il y mettait encore la dernière main. Ne cessant de les contempler et les éclairant des lumières ferventes de son âme. C'est ce qui s'explique non pas par une sorte d'extase monacale, mais par le souci de construction. T. Lopes n'est pas de ceux qui confondent la statuaire avec l'art d'équarrir, et qui cherchent des plans dans des volumes à peine dégagés. Mais, avant la perfection, visiblement il y a eu ce travail là. Alors que tant de statuaires contemporains s'en contentent, T. Lopes, lui, cherche à en effacer le souvenir. Seul un examen attentif de ses statues permet d'en saisir la perfection équilibrée et leur soumission aux rythmes et à l'harmonie définitifs. De la sorte le maître a pu identifier les grands courants parcourus et en retenir l'esprit.

Ordonnance des masses et des vides en accords dirait-on musicaux. Soutenance des clairs et de l'obscur, se faisant écho dans une symphonie intense. Parfois domine



LA VEUVE

la force. Mais apparemment T. Lopes lui préfère la grâce parce qu'il excelle à l'exprimer là où elle est nécessaire,



TÊTE D'ENFANT (BAS-RELIEF)

où nous l'attendons. Ceci ne veut pas dire, bien entendu, que l'oeuvre soit exempte de grandeur, de puissance, ni de sérénité. Les procédés de la gravure mécanique permettent de placer sous les yeux du lecteur des reproductions d'oeuvres d'art parfaites alors que le critique les décrivait jadis imparfaitement. Un simple examen du choix soumis au lecteur en l'occurrence, justifie nos affirmations. Il est odieux de commenter ce que l'on voit et c'est ôter au lecteur le plaisir d'admirer spontanément. T. Lopes a eu l'occasion de donner toute sa mesure au cours d'une carrière exceptionnellement illustre. La raison d'être d'une étude synthétique comme celle-ci écarte les développements biographiques superflus. Ce qui serait néanmoins intéressant ce serait de pénétrer dans l'intimité du maître pour découvrir les sources de son art et l'origine de l'admirable continuité de son destin esthétique. Il est vraisemblable que tout cela se trouve dans l'âme et le coeur de T. Lopes lui-même car nous avons déjà dit ce que son oeuvre nous permet de dégager de son peu de scolarité. T. Lopes a beaucoup admiré. Il a peu été influencé.

*

Visiblement la statuaire de T. Lopes est née à la lumière de sa conception de la vie. Ni le marbre ni le bronze ne laissent trace, en leur éternité, du tourment de l'inspiration. L'éternité c'est la sérénité. Mais le critique aimerait à retracer les phases gigantesques des luttes de la matière et de la volonté. Tel fut le drame de la vie de Michelange. Mais la critique peut elle monter à ces cîmes. Elle se contente de constater la noblesse, l'harmonie, la beauté rayonnante des oeuvres issues de tels combats, la

spiritualité qu'elles diffusent par delà les sentiments et les caractères exprimés dans une plénitude telle qu'elle est elle-même un émoi. T. Lopes n'a pas voulu que ses œuvres traduisissent la crispation gaie ou triste d'une minute passagère. Il n'a pas recherché l'impressionisme d'un Rodin. Il a conçu des attitudes qui expriment un reflet chacune de la beauté éternelle. Il généralise. Le portrait d'un homme, d'une femme, d'un enfant, se fait l'écho de toute l'humanité, de toute la féminité, de toute l'enfance. C'est ce que cherchait Donatello et ses amis. L'œuvre entière de T.



BUSTE D'ENFANT

Lopes crée la foi, la paix, l'amour, la victoire, la pensée. Elle demeure le témoignage d'une foi irréfragable qui reconforte nos coeurs et nos esprits.

N'en déduisez pas que T. Lopes soit de ces théoriciens qui pensent que l'art ait une mission sociale à remplir. Il prouve au contraire que l'attribut essentiel du sien est de transporter l'admiration et de le transporter dans des sphères dont le maître seul connaît le chemin : celle des grandes émotions et des hauts sentiments. Et voilà comment, sans s'être singularisé, T. Lopes se révèle un magnifique et pur expressionniste. L'art du maître est pour nous tout à la fois un motif d'élévation et de consolation. Il s'adresse à l'humanité toute entière et lui offre un idéal stable à la place de tous ceux qui y ont fait faillite. La statuaire de T. Lopes c'est la lumière suprême.

ÉMILE SCHAU-B-KOCH



EXPRESSIONS D'ENFANTS (BAS-RELIEF)

Ó LIVRO GRANDE DE SAMPAYO OU LIVRO DOS VEDORES DE CEUTA

(1505-1670)

Ceuta foi, para o Infante Dom Henrique, a chave do Oriente longínquo. A fundação de Ceuta é atribuída a um neto de Noé ⁽¹⁾ 230 anos após o dilúvio. Tal descendente de Noé denominou-a *Ceit*, que em caldeu significa *começo de formosura*, talvez devido a ter sido a primeira cidade fundada em África ⁽²⁾.

O geógrafo hispano-árabe Juan de Leon, apelidado o *Africano*, atribue aos romanos a fundação daquela cidade. Esta hipótese deve aproximar-se mais da verdade relativa.

Cláudio Ptolomeu, astrónomo e célebre geógrafo grego ⁽³⁾, chama-lhe *Essilisa* na sua « Geografia », que temos à vista colocando-a a 37° e 30' de Longitude e 36° e 56" de Latitude. Abrahão Ortelio ⁽⁴⁾ localizou-a no *Fretum Gaditanum*, hoje Estreito de Gibraltar. Como se vê, Ortelio não deixou de ser preciso na ciência que espalhava, ao lado da visão clara que possuía do futuro geográfico do Globo.

⁽¹⁾ Luis Marmol y Carvajal — *Descrição Geral de África*.

⁽²⁾ É uma hipótese.

⁽³⁾ Viveu na Alexandria no ano 135 a. de J. C.

⁽⁴⁾ *Tábuas Geográficas*.

Indiferente, o sistema planetário seguiu a derrota do Infinito. Tocamos a época do Imperador Justiniano. Êste chama-lhe *Cepta*, pela circunstância de estar *cercada* ou por estar junto de 7 colinas, que antigamente se diziam *7 irmãs*. Eptadelfos no dizer dos gregos.

Por último, os árabes deram-lhe o nome de *Sébita*, que conserva até aos nossos dias.

Dido, filho de Belo, rei de Tiro, viu-se obrigado a fugir da tirânica opressão de Pigmaleão. Veio aportar às costas orientais da África setentrional, onde — é feito conhecido — fundou a cidade de Cartago. Encontrou as cordilheiras atlânticas povoadas por tribus antiqüíssimas, tôdas submetidas a um rei chamado Erba. Devido à fertilidade do solo e às então surpreendentes comunicações com a Espanha meridional e devido, ainda, às feitorias fortificadas que traficavam com os indígenas em proveito dos cartagineses e asseguravam o caminho por terra até às Colunas de Hércules (Abila e Calpe), hoje Gibraltar e Facho de Ceuta, resolvera ali fixar-se definitivamente.

A História guerreira de Ceuta deve evocar-se com a famosa batalha naval, no Estreito de Gibraltar, entre cartagineses e romanos.

A armada romana era comandada por Lélío e a dos cartagineses por Aderbal. Êste, vencido, procurou refúgio em Ceuta com as 4 galeras que lhe restavam.

O notável historiador romano Caio Crispo Salústio ⁽⁵⁾, contemporâneo de César e de Cícero, fala-nos da Mauritânia Ocidental ou da Mauritânia Tingitana, onde estava situada Ceuta, designando a Boco como rei dêste país, a cujos estados êle anexou a Mauritânia Oriental, em prémio à

⁽⁵⁾ *História da Guerra contra Jugurta.*

traição de haver entregue Iugurta aos generais romanos Sila e Mário. Iugurta, levado, como trofeu, a Roma, faleceu numa prisão no ano 104 (a. de J. C.). Morto Boco, os seus dois filhos Boco II e Bogud reinaram na Mauritânia Oriental e Ocidental, respectivamente. Declarada, porém, a guerra civil em Roma, entre Marco António e Octávio Augusto, sobrinho de César, houve contenda entre ambos os reis. Augusto confirmou as conquistas de Boco, que se tornou rei absoluto da Mauritânia.

O Imperador, em prémio, concedeu a todos os moradores de Ceuta e de Tânger (*) o direito de cidadãos romanos e deu o título de *colónias romanas* a muitas cidades da Mauritânia Tingitana. Os romanos de Ceuta chamaram, então, à cidade *Civitas Romanorum*. O luxo e a opulência marcaram distintamente aquela época. Cláudio dividiu a Mauritânia em *Cesariense* e *Tingitana* e Otão fez pertencer esta última ao Colégio Jurídico de Cádiz, alto tribunal que superintendia em todos os assuntos judiciais.

Nesse tempo, Gensérico, rei dos vândalos, iniciou as suas conquistas. Êle supôs que o imperador do Oriente decidira invadir e destruir o reino de Espanha, como tinha invadido o reino dos Vândalos, em África. Tal razão levou-o a tomar Ceuta. Porém, Justiniano recuperou-a. Teudis de novo a assaltou. Era, no entanto, um domingo; os godos, como bons católicos, não quiseram combater, e foram massacrados. Egica, rei godo, apoderou-se logo de Ceuta e manteve-a segura até à famosa batalha de Guadi-Beca ou de Guadalete.

(*) Onde hoje, 17 de Abril, o autor escreve esta pequena introdução ao *Livro de Sampayo*.

*

No ano 701 da nossa Era e 82 da Hégira, o califa de Damasco nomeou governador de África a Muza ben-Nozair, general do maior prestígio. Êste, auxiliado pelos seus filhos, Abd-alá, Abd-el-Aziz e Meruão, deu, durante alguns anos, combate aos *amarçigas*, efectuando tal número de prisioneiros que, se dermos crédito às crónicas árabes, passavam de trezentos mil...

Meruão tomou Tafilalete, toda a região do Suss e as suas hostes vitoriosas chegaram às portas de Tânger.

O célebre Conde Dom Julião governava, nesse tempo, a cidade a que nos estamos referindo. Auxiliado por Witiza, rei godo, ainda resistiu a Meruão. Por fim, a praça capitulou.

*

709. Uma revolução fomentada em Córdova ⁽¹⁾ destronou Witiza, penúltimo rei dos godos, e levantou a Dom Rodrigo, da família dos Chindasvinto. O novo rei, seguindo a tradição dos seus predecessores, tratou cruelmente os vencidos. Mandou arrancar os olhos a Witiza, como êste o fizera a Teodofredo, pai de Dom Rodrigo. Por vingança, os familiares de Witiza, o arcebispo de Sevilha, Opas, e o Conde Dom Julião, governador, aliaram-se a Muza-ben-Nozair, e um exército comandado por Abuzara Tarit saqueou o sul de Espanha; entre os prisioneiros que trouxe a África, vinham formosíssimas mulheres ⁽²⁾. Outro

⁽¹⁾ *Cronicon*, por Izidoro de Bejar.

⁽²⁾ Veja-se o manuscrito árabe *Akhbar Makhuma*, colecção de histórias, traduzido há pouco tempo.

exército comandado por Tarik ben-Ziyad ⁽⁹⁾ tomou Calpe, Gebel Tarik ⁽¹⁾ e venceu a Dom Rodrigo na batalha de Guadi-Beca. A derrota marcou o fim da monarquia-visigótica, em Espanha, após 300 anos da sua fundação.

*

Os árabes, já senhores de Ceuta, trataram os cristãos com generosidade. Ceuta dependeu dos califados de Damasco e de Bagdad, até que os Idrissitas conseguiram conquistar a Mauritânia Ocidental, separando-a, para sempre, do califado do Oriente. Ceuta dependeu, igualmente, de Córdova.

Durante as dinastias dos Almóhades, Almorávides e Benimerines viveu horas sangrentas. Não olvidemos que na batalha do Salado os árabes sofreram a maior derrota até hoje por eles acusada ⁽¹¹⁾ e ⁽¹²⁾. Abu Beker-Said, sobrinho do rei derrotado, apoderou-se de Ceuta e de Tânger. O novo rei — Ibrahim — foi destronado por Abu Fecian; o filho deste, Muley Said, que lhe sucedera no trono, era um príncipe débil e sem carácter. Neste tempo Dom João I ⁽¹³⁾ conquistou Ceuta para Portugal. A história de Portugal em Ceuta, mais próxima no tempo e no espaço, é conhecida de todos.

*

O povo português, no que toca à influência na organização da família e da sociedade humana, parece avanta-

⁽⁹⁾ Hoje, Tarifa.

⁽¹⁰⁾ Hoje, Gibraltar.

⁽¹¹⁾ Salado ou Wadelesito. Crónica árabe.

⁽¹²⁾ Alcatib, historiador árabe.

⁽¹³⁾ 14 de Agosto de 1415.

jado. Enquanto a longínqua civilização chinesa, olhando o passado, atrasa a hora da sua morte; enquanto, para aliviar a febre, a Índia derrama pela Ásia uma religião, as sombras parecem querer dissimular o ponto onde teve lugar o desenvolvimento da esplêndida e viril juventude do mundo ocidental. Mas o extremo ocidente vai deslumbrar o mundo. Em Ceuta, a beleza das colinas, o porto esplendido, as enormes tórres circulares que coroam as alturas tentaram um povo que iniciava as suas conquistas *em nome de Deus*. Tomada Ceuta, Dom Henrique pensava *chegar por mar ou por terra às Índias, e destruir completamente o comércio árabe no Oriente, a grande fonte do alto poder do Islão* ⁽¹⁴⁾. Êle era um sol que dominava tudo e todos. Na Ceuta de hoje perdura ainda a talha architectónica da mão dos portugueses. Sente-se Portugal em Ceuta. Vive-se Portugal em tôda a costa marroquina.

*

Nós sabíamos que em tôdas as praças que Portugal possuía em Marrocos existiam evidentemente Livros onde se registavam todos os actos officiais emanados do poder central. Assim, limitando-nos a falar de Ceuta, indicaremos os seguintes livros de registo: « Livro dos Contos » — « Livro dos Regimentos » — « Livro dos Almojarifados » — « Livro Grande do Dr. Jorge Seco » — « Livro Pequeno do Dr. Jorge Seco » — e « Livro Grande de Sampayo » — e « Livro Pequeno de Sampayo ». — Após 7 anos de investigações e de uma luta bastante curiosa que evitamos

(14) Joaquim Bensaude, *Lacunes et surprises de l'Histoire des Découvertes Maritimes*.

contar ao leitor ⁽¹⁵⁾ veio-nos, por fim, às mãos o « Livro Grande de Sampayo ». Percorremos este livro, ou mais propriamente « Livro dos Vedores de Ceuta », suspensos do perfume daquela alma vitoriosa que deveria mais tarde conquistar o mundo inteiro. Daquela alma que soube guardar intacta toda a sua força, toda a sua melancolia, para a remover, sempre que o pretendeu, na mais íntima espiritualidade, e amassar com o próprio sangue o mar das vitórias que alcançou e banhar no nevoeiro da luz pálida dos jardins a fé dos heróis que lhe conquistaram o mundo. Alma sempre crente em Deus, que sabe expressar a feliz decisão e a maravilhosa realidade da aventura feliz a que está condenada.

Tudo no « Livro de Sampayo » interessa à História de Portugal. No decurso do lento e irremediável naufrágio dos séculos, salva-se este extraordinário documento, de 400 páginas, rubricadas pelo vedor « Sampayo », onde se trasladaram os principais documentos oficiais dum livro muito mais antigo e desaparecido: O « Livro do Dr. Jorge Seco ». Devido à sua extensão, resolvemos dividi-lo em três tomos. O índice só aparecerá no terceiro tomo, assim como o glossário, as notas e algumas fotografias, tanto do texto como de assinaturas ⁽¹⁶⁾.

Daremos também um índice de todas as personagens que desfilam neste livro. Destacaremos as seguintes: Dom Afonso de Portugal, Conde do Vimioso, António

⁽¹⁵⁾ Muito agradecidos ao escritor Arques, chefe da Secção da Imprensa da Alta Comissaria em Tetuão, por todas as facilidades que nos dispensou.

⁽¹⁶⁾ Livro absolutamente inédito. Dimensões 36 X 25. Em poder do Autor.

Baião ⁽¹⁷⁾, Dom António de Noronha, Dom Bernardo Frois Tinoco, Desembargador da Casa da Suplicação, Cardeal Dom Henrique, Inquisidor-Mor, Dom Duarte de Castelo Branco, Conde de Sabugal, Duque de Medina Sidónia, Felipe I, Dom Fernando de Meneses, Fernão de Acunha, Dom Pedro da Cunha, Gil da Azambuja, Dom Manuel de Meneses, Duque de Vila Real, Dom Nuno Álvares Pereira, Dom Sebastião, Simão de Andrade da Franqua, El-Rei Dom João I e até Jorge da Costa, que fez escrever o alvará dos *Lusiadas*.

Refere-se a mais de 400 personalidades que viveram entre 1505 a 1670 e que ou estiveram ou se relacionaram com Ceuta. Entre os traslados, as cartas, os autos de posse e de venda, os forais das alfândegas, etc., etc., destacam-se as visitas dos vedores que nos dão a ideia precisa e maravilhosa do que foi a Ceuta portuguesa.

O historiador terá no « Livro de Sampayo » matéria de sobra para os edificios que queira construir. Deixamos, porém, ao leitor o estudo completo do texto, que é mais eloquente do que tôdas as nossas referências.

E porque não desejamos « *poder suceder prederense as contas no caminho* »... evitamos as longas e inúteis exposições.

A minuciosidade no « Livro de Sampayo » é apenas surpreendente: as couraças de Aveiro valiam, postas em África, 5650 réis e as de ferro 3750 réis, « *acabadas e guarnecidas en cordoarias pretas com tecidos e cravação douradas, marquadas de quinas e garantimos estes preços: ajuramentados aos santos evangelhos...* »

Jorge Seco, o invulnerável desembargador, pediu a El-Rei bombardeiros alemães e flamengos, para guarnecer

(17) Evidentemente, do século XVI.

a praça. A certidão para exame de bombardeiro valia apenas 20 réis — e um cavaleiro ganhava 350 réis e um alqueire de trigo.

El-Rei já procurava colonizar Angola; solicitando a Ceuta cavaleiros, de preferência casados: « sendo as coisas damgola de tanta importância e consideração pelo mto. que delas se espera em que ja ei metido tanto cabedal... » (18).

Um degredado ganhava 80 réis ao mês e uma fanga de trigo. No Regimento do Masmorreiro (19), na aplicação das regras leva-se por cada mouro que se tirar da marmorra, 36 réis *que antigamente se leuaua...* Que diremos nós agora ?...

Um fidalgo, Dom Jorge Passanha, marca o seu orgulho: « Nysto farey o que entender que cumpre ao seruiço de sua magde. e a boa orden que se nisto deue auer dar e o farey saber a sua mag.de. » Assim falou o fidalgo, na venda dum *laude aparelhado de velas*, de que se serviam as escutas (20).

O carácter do Dr. Jorge Seco ficou definido nesta passagem: « E, porque o escriuao dos contos que a de escreuer todo este liuro cada ano tem niso trabalho de nouo e me pediu que ordenase satisfação do dito trabalho e por eu nao lhe poder dar ordenado e me parecer que pedia justiça lhe dise que Requerese ao Sr. Veador da fazenda em que pretense, com o treslado deste capitolo en que declaro que he justiça e Resao dar se lhe por iso satisfação pois he trabalho que de nouo lhe aquese a que ategora não he obrigado... »

(18) Sampayo 63 v., carta d'El-Rei.

(19) Sampayo 77.

(20) Sampayo 61 v.

*

Não prosseguiremos. O « Livro Grande de Sampayo » irá cair certamente na mão dos eruditos. Isso nos basta. Nunca mais se poderá falar de Ceuta, sem referência ao « Livro de Sampayo », que hoje damos a público.

Razão tinham os investigadores dos séculos XVIII e XIX em procurar este livro, cuja importância para o estudo da História de Portugal eles reputavam fundamental e imprescindível.

A descoberta do « Livro de Sampayo » e a sua publicação levam-nos a acreditar que de algum modo contribuimos, embora modestissimamente, para a grande obra em construção: a história, quasi milenária, duma pátria incomparável — Portugal.

Mas, se o que fizemos não chegar para todos, diremos como se diz a fôlhas II do « Livro de Sampayo »:

« E quando não houuer tanto paõ que abaste a Repartição de todos, Reparticia por esta maneira: soldo aluerá por todos... »

Tânger, Abril de 1938.

JOSÉ DE ESAGUY

*Treslado da carta da capitania de Dom Manoel de
meneses duque de villa Real que esta Registada no Liuro
de Jorge Seco as fs 3*

Dom sebastião per graça de deus Rey de portugal e
dos algarues daquem e dalem mar em africa sñor de guine
e da conquista nauegação comercio de Thiopia arabia
percia é da india eu a quantos esta minha carta virem que
comciderando eu quanto a cidade de cpta nas partes de
africa importa ao seruico de deus e meu asi para conquista
e gerra dos mouros daquelas partes: Como para omrra
e segurança de meus Reinos e senhorios e de toda espa-
nha e as calidades que deue tter a pessoa de que me deve
seruir na capitania e gouernança della lembrando me dos
muitos e grandes seruiços de que me dom pedro Marques
de uilla Real e seus aVós sempre fiserão aos Reis = meus
anteçesores e a coroa de meus Reinos na dita capitania e
gouernança asi na gerra dos mouros como na defenças da
dita cidade e na administração da justiça e bem do pouo e
moradores dela pelos quaes e pelos grandes merecimentos
de dom manoel de meneses marques de Vila Real meu
muito amado sobrinho filho do dito marques dom pedro e
por esperar dele que na dita capitania e gouernança me
seruira bem como os ditos seus paes e auos sempre o
fizerão e com aquela prudencia e recado que conuem
amde seruiço e bem da dita cidade e dos moradores e
frontos que me nela seruem e ao diante seruirem, e por

folgar muito de lhe fazer nisso merce tenho por bem e o faco por esta presente carta capitão Regedor governador; e acolito da dita cidade de cpta e lhe dou com a dita capitania a Regedoria e gouernança dela todo meu liure e comprido poder asi e tão comprida.^{mente} como o eu tenho e mando a todas as pessoas que na dita cidade viuerem e nella estiuerem ou..... de qualquer estado e condição que sejam que faça int^a.^{mente} tudo o que..... lhe for mandado e lhe será en todo.....

Serão e deuem ser a mj se presentte fosem eu em pessoa lho mandase e otro si quero e mando que se alguen fidalgo capitão caualeiro escudeiro de qualquer otra pessoa de pessoas de qualquer estado preminencia e condição que sejam forem desobedientes a seus mandados o que delles não espero antes confio de todos que o faraõ como deuem e são obrigados faser em tal caso que elle dito capitão Regedor e gouernador os posa apenar nos corpos e nas fasendas asi e tam compridamente com aquele poder que eu o podia faser se presentte fose e a mi desobedecese por que para isso lhe outorguo todo meu intr.^o e comprido e prefeito poder e toda a minha jurisdição ciuel e crime mero e mxto emperio e quero e me prás que faserendo cada hũ dos sobreditos o que não deve ele as posa apenar en todos os casos como lhe bem parecer asi e da man^a que eu o podia faser se presentte fose sem en cousa algũa lhe lemitar o dito poder asi nas pessoas como nas fasendas o fara como lhe parecer justiça de morte natural e inclusivel sem dele auer apelação nẽ agrauo para nenhũa parte para que todo quero que se faça nele fim = e outro si ej por bem E lhe dou poder e auctoridade para que ele posa dar e doar por suas cartas por ele asinadas e seladas do seu celo a qualquer pessoa ou pessoas que lhe prouuer

todas as casas terras e eransas da dita cidade e sua comarca derredor que forem de minha dada e prouimento e aõ presente estiuerem vagas ou ao diante vagarem ou se ganharem de nouo aos mouros sem mais as pessoas a que as asi der terem necessidade de outras minhas cartas nem confirmação e outro si quero e me pras que ele posa dar todos os officios abaxo declarados que são do Regint.^o guarda e defençaõ da dita cidade, o alcaide mor, adail, e alfaqueque, sobreRolda, ouuidor juis almotacês alcaides pequenos alcaide do mar port^o das portas e tabaliões e medidor asi e taõ compridante como os eu daria e proueria e me pertenece prover (*está cortada a fôlha*).... para mi a dados os officios que pertencem a gouernança de minha fas^{da}. E outrosi ej por bem quero e me apras que ele aja os quintos caualgadas e presas do mar e da terra e de todos outros direitos ou foros que na dita cidade ouer enquoanto nela for capitaõ e gouernador dela e asi lhe outorguo e dou qui.^{tos} dos trebutos de tudo aquilo que os mouros das pases da dita cidade e termos dela me pagaõ e ao diante pagarem por qualquer modo e man.^a que seja enquanto nella for capitaõ e g.^{or} e outrosi me pras que aja atença Resguardo e soldo e mantiment^o de sua pesoa asi e taõ Inteiramente como tudo tinha e auia o dito marques seu paj e outros meus capitaes que na dita cidade de cpta estiuieraõ e outrosi quero e me pras que ele dito marques aja e tenha con a dita capitania Regedoria e gouernança todas as onrras poderes liberdades e todos os proes percalcos e intereces que o dito seu paj e os capitaes e Regedores que foraõ das outras minhas cidades e uilas das ditas partes tiueraõ oueraõ por cartas dos Reis meus antesores e minhas porque asj dej por bem e lhe faso de tudo merce intr.^{amente} e porende posto que algumas cousas asi

especialmte lhe concedo e outorguo por esta carta a ele dito marques alem do que pelas outros cartas e prouisoos do dito seu paj e auos e dos capitaes dos outros lugares lhe fiz concedido e lhe he ordenado naõ he para contenção de o asi auerem os outros capitaes da dita cidade que despois dele foren mas que aj a mi segundo forma do Regimtº e ordenanca que por mi ou por meus sobessores lhe for dado e mando ao Regedor da casa da sopricação e a todos os meus desembargdores e aos ueadores de minha fasenda e ao contador da dita cidade de cepta e a todos e quaisquer meus officiais e pessoas a que o conhecimto disto pertencer en qualquer modo ou uia que seia e asi aos juisses fidalgos caualeiros moradores e pouo da dita cidade e a todos os frontrºs que nela me seruirem e ao diante foren servir de qualquer estado condição que seiam que aiaõ ao dito marques por capitaõ Regedor e g.^{or} da dita cidade e lhe deixem usar da dita capitania Regedoria e gouernanca con todos os poderes juridicaõ e preheminecias que por esta carta lhe dou e outroguo asi e tan compridam.^{te} como nela he conteudo e lha cunpraõ e guardem e faraõ cumprir e guardar intra.^{mte} por que asi he minha merce e o ditto marques me fara preito e omenajen pella ditta capitania Regedoria e gouernanca segundo vso e custume de meus Reinos e señorios dada na uila de almeirin a tres de marso pantaliaõ Rebelo a fes anno do nacimiento de noso snnõr xpº digo Jesus xpº de mil e quinhentos oitentta e sinco digu sesentta e sinco.

Postila na dita carta escrita

Ej por bem que o dito marques va Resedir a cpta quatro annos emquanto la Resedir e estiuer naõ usara no que toca ao gouerno e capitania da dita cidade de maes

jurdição nem de alguma outra cousa de qualquer calidade que seia senão do que por esta carta asinada somente pode vsar posto que posa diser e alegar que o marques seu paj e o marques seu irmão e seus antepasados Vsaraõ na dita capitania e gouernanca de maes cousas estauãõ em pose de as vsar os quais quatro annos se comesaraõ de contar do dia que chegar a dita minha cidade de cepta em diante = Ej por bem que sua ida e estada la por o dito tempo dos quatro annos da man.^a que eu agora mando que Recida não per ice duque ao direito que meu percurador tiuer e pretender de o ter contra a prouicaõ que el Rey meu sn̄r e auoo pasou ao marques don migel que deos perdoe quoando cassou por seu mandado con a marquesa dona felipa nen ao direito que o marques tuer e pretender ter pela dita prouicaõ porque asi o quero e he minha merce conforme ao aluara que lhe diso tenho passado sem embargo de qualquer direito ou ordenaçãõ minha ou de qualquer outra cousa que em contrario seja e isto posto que nem esta carta nem postila sejaõ passadas por minha chr^a sem embargo da ordenaçãõ en contr^o pantaliaõ Rebelo a fes em lx^a a tres dias do mes de março de mil e quinhentos sesenta e seis A qual carta e postila era asinada duas ueses pelo Cardeal H. e o dia em que se tomou a posse foi a sinco de julho do anno de quinhentos sessenta e sete.

E eu bernardo Romeiro contador dos contos que uim por escriuaõ da uisitação e alcada destes lugares de africa com o doctor jorge seco do desembarguo del Rey noso sn̄or juices de seus feitos da fazienda e coroa a tresLadej de hũ L^o onde estauãõ Registadas por p^o arraes escriuaõ dos Contos que ao pe estaua asinado a des de out^o de quinhentos oitenta e sinco = Bernardo Romeiro.

Treslado de hũa prouisaõ per que el Rey noso snõr defemde que se não de do almasem cousa alguma em desconto de soldos que esta Registada no liuvro de Jorge seco as fs 5 volta —

Eu el Rey faço saber a uos contador e officiaes da cidade de cepta que eu saõ imformado que alguma cal e moniçoës da que se emviaua a esa cidade para a fortificaçaõ das obras dela se da aos moradores da dita cidade em desconto de seus soldos e pela dita rezaõ falta para as ditas obras: o que não ej por meu serviço e ej por bem que daqui em diante senaõ de mais e nem tire nenhũa da dita cal e monicoës nẽ outra nenhua cousa que se enuiar para as ditas obras a pessoa alguma pelo que uos mando que asi o cumpraes e facais cumprir imteiramente sob pena que qualquer de uos que o contrº fizer ser suspenso de seu officio ate minha merce e auer por isto a maes pena que o caso mereceer e esta se Registara nos los dos contos desa cidade para se a todo tempo uer e saber como tenho asi mandado o qual valera como carta e não pasara pela chrª sem embargo das ordenaçoës do segundo Lº en contrº goncalo de ceixas o fes em Lxª a onse de junho de setenta e quatro e aos capitães da dita cidade fara cumprir intrª.m.ªe o que se neste aluara contem e tera muito cuidado de uer e prouer de como as ditas cousas se não den e eu gaspar Rebelo o fiz escreuer = o qual esta Registado no Lº grande dos Registos dos contos a f 81 e se treslado aquij por parecer necesario e que conpria ao serviço de sua mag.ªe por algũs capitaes mandarem dar algumas das ditas cousas por não lhe constar da dita prouisaõ e do que por ela o dito s.ª tem mandado.

Treslado de h'ia prouisaõ por que sua A. mandou que se descontace o que se achase terẽ leuado duas escritas que o capitãõ mandou asentar alem do que deixo feito sobre elas fran.^{co} de Seixas que ueo visitar estes lugares de africa que esta Registada no L.^o de Jorge Seco as fs 6.

Antonio de Grade eu el Rej uos emuiõ muiito saudar eu sou informado que depois que franco de Barros de paiua asentou com o capitãõ desa cidade e comuõsquo e mais officiaes a gente que lhe mandej que nela ouuece asentada em soldo e Reçaõ e se partio para tangere, asentareis mais duas escutas por mandado de Jorge de Maria Peçanha que ora esta por capitãõ da dita cidade, e por que naõ foi bem feito vos mando que tanto que esta uos for dada as Risqueis e ponhais uerba no ordenado do capitãõ e no uoso e no do escriuaõ dos ditos contos como dos ordenados de todos tres por jgual parte uos a de ser descontado o que montar no soldo e Rois que a dita duas escutas venserem des o dia que foraõ asentados ate se Riscarem e a certidaõ de como fica posta a dita verba nos ditos ordenados emuiareis a minha fasenda do despacho de africa e contos pelo primeiro que desa cidade vier para esta corte o que loguo cunpireis *imtra.mte* por que o ej por meu seruico e esta se Registara no L.^o das lembrancas dos meus lugares dalem para se saber que o tenho asi mandado andre uidal o fes a x x x de junho de quinhentos e sincoenta e seis na qual serttidaõ declarareis que ficaõ as ditas duas escutas Riscadas Ruij gomes o fes escreuer
= Bernardo Romeiro

Treslado da prouisaõ por que sua A defemde que se não pasem c^{tos} em forma para o Reino que esta Registada no L^o de Jorge seco as fs 6 volta.

Eu el Rej faço saber a uos capitaõ contador e officiais da cidade de cepta que eu saõ imformado que a esa cidade uaõ mercadores com fasendas mantimentos e outros legumes para se darem aos soldados moradores dela em seus soldos e tencas ordenados pelos precos e ordem que tenho mandado por hũa minha prouisaõ que esta Registada no l^o dos contos desa cidade e que das ditas fasendas mercadorias os meus officiais tomaõ muita parte delas per conta da minha fasenda e do que nelas monttaõ passaõ c.^{tos} em forma com declaresa que he divida das ditas fasendas e dr^o de contado para os ditos mercadores em minha fasenda Requererem pagamento e serem pagos das contias que neles montaõ o que he contra meu Regim.^o e com muito prejuiso de minha fasenda pelo que uos mando que não paseis nen consintais pasar os tais c.^{tos} em forma asi de mercadorias como d^o não consintais que por conta de minha fasenda se tomam mercadorias algumas nem outras cousas a mercadores e pessoas que a ela as leuarem nen outrosi consintais que se caregem em Receitas e sobre o almox.^e dela mercadorias nen outras fasendas algumas saluo a que lhe for enuiada per orden de minha fasenda porque a tal fasenda se caregara soment.^e en Receita sobre o dito almox.^e e outra alguma não e dela se lhe fara despesa segundo ordenanca e não se lhe fara despesa alguma de qualquer fasenda ou mercadorias que se tomarem aos ditos mercadores e outras pessoas nen dr.^o algun posto que en Receeta lhe sejaõ caregados nen se lhe

leuara em conta a tal fazenda nen dr.^o notifico uo lo asi e mamdo que asi o cunprais e guardeis imtr.^{amente} sen duuida nem embargo algum e mando aos veedores de minha fazenda que vindo as tais cas en forma delles os naõ despunhem nem mandem pagar deles e cousa alguma porquoanto o ej asi per meu seruiço este aluara se registara no L.^o dos Registos de minha fazenda e asi no L.^o dos Regimentos das conttas do Reino e casa e en os contos desa cidade e na entrada do l.^o da Receita do almox.^e que seruir na dita cidade e este aluara quero que ualha tenha forsa e uigor e como se fose carta feita en meu nome por min asinada e pasada por minha ch^a posto que por ela naõ pase sen embargo das ordenaçoes do 2.^o L en contro Luis Fig^{ra} o fes a dous de nou.^o de quinhentos outenta e tres eu João gomes serraõ o fiz escrever —

Treslado da prouisaõ sobre as despesas que o capitãõ ade mandar faser que esta Registada no l.^o de Jorgeseco fls. 7

Eu el Rej faco saber a uos capitaõ contãdor da cidade de cepta e officiaes que eu saõ informado que os meus almox.^{es} Recebedores desa cidade fiseraõ ate ora muitas despesas por mandados dos capitais delas alem das que por meus Regimentos e prouisoes podẽ mandar faser por seus asinados e querendo a iso prouer ej por bem e mando que da notifaçãõ deste en diante o capitaõ que for da dita cidade naõ mande por seus asinados fazer despesa de dr.^o doutras algumas cousas saluo naquelas que pelo ditos Regim.^{tos} o podem faser e neles for declarado e sendo caso que sobrevenhaõ algumas cousas de meu seruiço

pera que seja necesario e se não posa al faser se outra alguma despesa alem dos que pelos ditos Regimentos podem faser pasara o dito capitão seu asinado, pera o almox.^e que ouuer de faser a tal despesa em que se declarara a causa e Resaõ que ouue para se a dita despesa faser pelo qual asinado com a dita declaração o fara o almox.^e e obrara o dito asinado con c^{tos} da pessoa a que se der o dr.^o ou cousa que for declarado no dito asinado para sua guarda E o dito capitão tera cuidado de faser saber a minha fazenda a rresaõ que teue para mandar faser a dita despesa para se uer na dita fazenda e achando se que se fes en cousas de meu serviço se lhe dara nela prouisaõ para se leuar en conta ao almox.^e, e doutra man.^{ra} não porque não se fasendo asi o capitão que o contrario fiser alem de lho muito estranhar pagara en dobro do que montar nas despesas que mandar faser que não forem as conteudas nos dittos Regimentos e na mesma pena ej por bem que encorraõ os almox.^{es} que as taes despesas fiserem posto que para isto mostrem asinados dos capitaes e não lhe sera leuado en conta o que nellas montar notefico uo lo asim e mando que este se Registe no L^o dos contos da dita cidade e nos dittos Regimentos e asi no L^o das lenbranças dos meus contos do Reino para a todos ser notorio e se saber o que tenho asi mandado e isto quero que valha como se fosse carta feita en meu nome e pasada por minha ch^a posto que por ela não pase sen embargo das ordenações do 2^o l^o en contr^o andré uidal a fes em lx^a a quatro de agosto de quinhentos e setenta e dous Ruy gomes a fes escreuer —

(*Continua*)

LIVROS À VENDA

Acham-se à venda na Administração de *O Instituto*, os seguintes:

Os seis livros de Tito Lucrécio Caro, poeta romano, sobre a Natureza das Cousas, vertidos no verso sóto português, por Agostinho de Mendonça Falcão. Coimbra, Imp. da Universidade, 1890... 15\$00

Elogio histórico de A. Herculano, lido na sessão pública do Instituto d Coimbra, pelo Conselheiro Vicente Ferrer Neto Paiva. Coim^{da} Imp. da Universidade, 1878 4\$50

Memória histórica e critica sobre a Revolução que em 1246 ou a coroa a D. Sancho II, por Miguel Ribeiro de Almeida Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856..... 4\$00

Apontamentos biográficos sobre o nosso insig^r poeta Luiz de Camões, por Miguel Ribeiro de Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1854 3\$00

UM VOLUME DE 296 p. 15\$00
Na Administração 17\$00
A cobrança 20\$00
Nas livrarias

O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERÁRIA

FUNDADA EM 1852

O Instituto é uma publicação do *Instituto de Coimbra*, academia científica e literária fundada em 1852.

Cada número, com cerca de 100 páginas, publicará artigos de autores nacionais e estrangeiros; 5 números formam um volume com frontispício, índice e capa especial.

O Instituto põe à disposição dos autores que o desejem, 8 exemplares de cada artigo.

Separata, com paginação própria, rosto e capa, serão de conta dos autores.

A revisão das provas dos artigos é de exclusiva responsabilidade dos autores.

PREÇÁRIO

Assinatura tomada directamente à Redacção:

cada série de cinco números.....	25\$00
por intermédio das livrarias.....	35\$00
Número avulso.....	10\$00
Volume avulso.....	35\$00

Só se tomam assinaturas a partir do número 1 de cada volume.

CORRESPONDÊNCIA

Tôda a correspondência deve ser dirigida para a Redacção de *O Instituto*, Arco do Bispo, n.º 1—Coimbra—Portugal.

~~TIPOGRAFIA POPULAR, R. ...~~
~~Pr. ...~~
TIP. DA GRÁFICA DE COIMBRA

O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERÁRIA

(PUBLICAÇÃO SUBSIDIADA PELA JUNTA NACIONAL DA EDUCAÇÃO)

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
ARCO DO BISPO, N.º I—COIMBRA

VOLUME 93.º



NÚMERO 5

COIMBRA
1938

COMISSÃO DE REDACÇÃO

MEMBROS EFECTIVOS

Presidente, Prof. F. M. da Costa Lobo, da U. C., D. O. A. — *Vice-Presidente*, Prof. Anselmo F. de Carvalho, da U. C., D. I. G. — *Vogais*, Prof. Amadeu F. de Carvalho, da E. I. C. B. — Dr. António Baião, D. A. N. T. T. — Prof. J. G. de Barros e Cunha, da U. C. — Prof. Beleza dos Santos, da U. C. — Prof. Elísio de Moura, da U. C. — Prof. Eugénio de Castro, da U. C. — Prof. Ferrugento Gonçalves, D. I. S. T. — Prof. Fezas Vital, da U. C. — Almirante C. V. Gago Coutinho. — Prof. Mendes Corrêa, da U. P. — Prof. D. Pacheco de Amorim, da U. C. — Prof. Pedro J. da Cunha, da U. L. — Prof. J. J. Pereira Dias, da U. C. — Prof. J. M. de Queiroz Veloso, da U. L. — Prof. Ricardo Jorge, da U. L. — Prof. M. de Sousa da Câmara, do I. S.¹A. — Prof. H. Teixeira Bastos, da U. C.

**A revisão das provas dos artigos é de exclusiva
responsabilidade dos autores.**

SUMÁRIO

<i>Idéologies contemporaines</i> , por Georges Blondel	389
<i>O livro grande de Sampayo ou livro dos vedores de Ceuta (1505-1670)</i> , por José de Esaguy	398
<i>Le génie colonisateur de la France (en hommage d'admiration pour l'expansion magnifique née du génie colonisateur du Portugal)</i> , por Henri-Louis Dubly	433
<i>Manual de heráldica portuguesa</i> , por Armando de Mattos.....	455
<i>O livro « Segrêdo dos Segredos » e o Infante D. Henrique (em defesa)</i> , por Armando Sousa Gomes.....	481
<i>Boletim do Instituto</i>	490

IDÉOLOGIES CONTEMPORAINES

Lorsqu'on envisage dans son ensemble l'évolution contemporaine de l'humanité, on a le sentiment que l'attachement aux conceptions traditionnelles qui ont été longtemps regardées comme le fondement solide de la civilisation s'est affaibli. On ne défend plus avec la même énergie les droits de la personne humaine, la liberté économique, ni même la propriété.

Ces conceptions semblaient la conséquence logique du christianisme se substituant au paganisme. Elles semblaient aussi le corollaire de l'humanisme des idées de la Renaissance et des principes de la révolution.

On admettait d'ailleurs volontiers, en défendant les conceptions libérales, qu'il fallait tenir compte des transformations de la vie économique et des perfectionnements de la technique qui avaient fait naître de nouveaux problèmes. Mais les tenants du libéralisme étaient hostiles à l'extension indéfinie des pouvoirs de l'Etat; ce n'est pas, disaient-ils, dans l'Etatisme qu'il faut chercher la source du droit. Il faut restreindre le moins possible la liberté. « L'exercice des droits naturels de chaque homme, comme l'a dit la Déclaration de 1789, ne doit avoir, de bornes que celles qui assurent aux autres membres de la société la jouissance de ces mêmes droits. »

L'application de tels principes pourra sans doute, ajoutait-on, permettre à quelques personnes de s'enrichir, mais n'est-il pas encore plus dangereux de donner à l'Etat le pouvoir de procéder à une répartition prétendue équitable, des fortunes et de biens? Est-il possible d'organiser les sociétés de telle sorte que toutes les catégories de la population grandissent en fonction les unes des autres et profitent « également » de l'évolution contemporaine?

* * *

Les critiques s'étant multipliées, on a vu peu à peu augmenter le nombre de ceux qui ont déclaré que l'organisation des sociétés devait prendre des formes nouvelles. Déjà, au milieu du siècle dernier, un puissant dialecticien, Karl Marx, s'était présenté comme l'initiateur d'une sorte de messianisme. S'appuyant sur des considérations historiques inexactes, Marx a entraîné beaucoup de gens qui, séduits par une habile argumentation et par des affirmations audacieuses, ont accepté cette idée que pour rénover un monde mal équilibré, il fallait en venir à la lutte de classes et ne pas reculer devant la violence. Tout enfantement ne se fait-il pas dans la douleur? L'enfantement d'un monde nouveau ne se fera pas par la douceur; c'est par la force, d'après les marxistes, qu'il faut arriver à un état de choses meilleur.

* * *

Le marxisme a eu pour corollaire en Russie le bolchevisme. Le bolchevisme, qui est une sorte de religion, a été imposé par une minorité qui a profité du désarroi causé par la guerre. L'histoire si curieuse du peuple russe,

montre que ce pays qui est resté asiatique dans une large mesure, a été, au cours des siècles, un terrain sur lequel ont germé de nombreuses sectes, dont les conceptions sont allées de l'ascétisme à la violence. Les livres de Tolstoï nous éclairent sur la mentalité du peuple russe : les idées de liberté ne l'ont guère pénétré. La littérature russe est inspirée par un mysticisme exalté dont nous avons peine à nous faire une idée. C'est ainsi que Tolstoï enveloppe dans une même malédiction Michel-Ange, Beethoven et Wagner. Les livres de Dostoïevski qui ont eu beaucoup de succès sont au fond l'oeuvre d'un halluciné. Ils ont, au point de vue psychologique, un grand intérêt.

Aujourd'hui, ce n'est pas à la société, comme le voulait Marx, mais à l'Etat que Staline adjuge la propriété de « tous les moyens de production. » Lénine avait déjà développé cette idée dans son livre, *l'Etat et la Révolution*. Staline n'hésite pas à dire que l'Etat doit être « l'organisation centralisée de la violence et de l'oppression. »

Ce qui est certain, c'est que la collectivisation qu'il a imposée aux paysans supprime la liberté individuelle. La dernière constitution soviétique, celle du 5 décembre 1936, dit bien que tout le pouvoir en U. R. S. S. appartient aux ouvriers, tant de la ville que de la campagne. En fait, la Russie est gouvernée par un petit nombre de despotes, qui se défient de tous les travailleurs. Ceux-ci n'ont aucune part à l'administration du pays. Les principaux personnages eux-mêmes ont moins d'importance que nous ne le supposons ; ils doivent être les exécuteurs des volontés d'un dictateur qui dispose de tous les profits réels que lui procure le régime qu'il a imposé à des millions d'êtres humains. L'ouvrier russe est un esclave.

* * *

Voici maintenant qu'on cherche en face du Marxisme et du Bolchevisme, à faire triompher une autre conception, une conception d'après laquelle toutes les forces de l'Etat doivent être groupées de manière à constituer « l'Etat fort. »

Il y a longtemps que les Allemands ont prouvé qu'ils aiment à être dirigés. Ils s'inclinent depuis longtemps devant les ordres qui leur viennent d'en haut, *von oben*. L'historien Biedermann n'a pas hésité à dire que le trait caractéristique de l'Allemand, c'est l'obéissance. L'Allemagne est restée étrangère au mouvement qui, en Angleterre et en France, a préconisé la liberté civile et politique. Le philosophe Emmanuel Kant, lorsqu'il parla jadis de l'autonomie de la volonté, ou de « l'homme considéré comme fin en soi » a fait sans doute un instant figure d'idéaliste. Mais la philosophie allemande est revenue après lui à un naturalisme qui a placé au-dessus de l'homme une « conscience nationale » qui doit absorber toutes les consciences individuelles.

Hitler a la prétention de créer du neuf en conformité avec les besoins fondamentaux de l'âme allemande. Sa conception repose sur deux dogmes : le dogme de l'âme collective et le dogme de la race. Le dogme de l'âme collective aboutit au principe totalitaire, lequel a nécessairement pour conséquence la suppression des partis politiques. Le service de l'Etat est *un*.

L'Hitlerisme s'appuie sur une idée métaphysique qui est devenue une notion religieuse. L'individu, disait naguère M. Dietrich devant l'Université de Cologne, n'existe pas par lui-même, mais en tant que membre d'une commu-

nauté. L'idée de l'âme collective doit donner à la philosophie des bases nouvelles. Les nationaux socialistes s'occupent beaucoup de la jeunesse. L'éducation de la jeunesse doit être organisée de manière à engendrer « une volonté allemande unique. » C'est sur cette base qu'est fondée toute la foi de l'Allemagne contemporaine ; c'est ce dogme de l'âme collective qui a conduit le maréchal Goering à déclarer que la justice n'a pas à protéger les intérêts individuels. Toute la conception des droits de l'homme, toute la conception chrétienne des devoirs de la société envers les personnes qui la composent est ainsi ébranlée.

Et il ne faut pas s'imaginer que cette âme collective se superpose simplement aux âmes individuelles. L'âme collective existe *seule* ; les âmes individuelles ne sont que des apparences. C'est une erreur de prétendre que l'homme peut faire deux parts en lui-même : l'une pour sa conscience, l'autre pour l'Etat.

L'âme collective, est l'âme de la race. Le racisme, a reçu dans l'Allemagne d'Hitler des applications inquiétantes. Ceux qui ne sont pas de race germanique sont des êtres inférieurs, faits pour obéir.

L'Allemand doit se laisser conduire par une morale biologique soumise aux lois de la vie animale. Il doit accepter sans formuler la moindre critique, un dogme, prétendu scientifique, qui dispense l'homme de diriger lui-même son idéal personnel et de vouloir s'y conformer. Cette doctrine tient tout entière dans un mot qui est constamment répété : « l'héroïsme germanique ».

Elève des universités allemandes, j'avais déjà entendu inquiet, car je me demandais quelles pourraient être les conséquences d'un tel enseignement, des maîtres réputés déclarer que le droit devait se réaliser dans une concep-

tion qui tendait, bien avant Hitler, à faire croire que l'esprit universel qui entraîne l'humanité, est représenté par le germanisme et que le germanisme doit devenir « le droit du monde nouveau ». C'est le *Führer* qui est l'interprète de ce droit. C'est lui qui fait la loi. Il est à la fois chef du gouvernement, chef de l'armée, chef de la diplomatie, chef de l'économie tout entière. Les universités, le théâtre, la presse, le cinéma, la radio, doivent être les auxiliaires de l'homme qui personifie l'âme de la race.

La religion ne doit être respectée que si elle est orientée vers des buts nationaux. « Nous n'avons pas besoin de prêtres, disait dernièrement Julius Streicher, nous sommes nos propres prêtres, nous sommes ainsi plus près de Dieu ».

Ce sont les tribunaux du parti qui sont les interprètes de cette doctrine. Ils ont pour tâche essentielle de garantir « les nécessités vitales du peuple allemand, sur la base de la race, de la terre, du travail et de l'esprit militaire », ce sont les paroles mêmes du docteur Frick. Les juristes, qui élaborent en ce moment de nouveaux codes, déclarent que tout ce qui est utile à l'Allemagne est juste, que tout ce qui peut lui faire du tort est injuste.

Toutes les forces économiques et spirituelles doivent converger vers la consolidation de l'Etat totalitaire. Et les encycliques du Pape, protestant contre ces conceptions, sont assimilées aux déclarations des anarchistes. La doctrine d'universalité à laquelle s'attache le christianisme est considérée comme une « absurdité ». Le général Ludendorff songeait avant sa mort, à créer une religion hitlérienne que *l'Osservatore Romano*, organe du Vatican, définissait « un mélange de théosophie, de mythologie nordique et d'anthropologie raciale ». On comprend que Pie XI ait

caractérisé la doctrine hitlérienne de « conception idolâtrique faussant l'ordre de choses créé par Dieu ».

* * *

Le fascisme italien ressemble beaucoup au national-socialisme allemand, avec cette différence qu'il incarne moins une idée qu'une méthode. C'est la reconstruction économique du pays qui préoccupe le plus les dirigeants d'une Italie très appauvrie.

L'Italie étant mal dotée en ressources naturelles et les Italiens étant beaucoup plus individualistes que les Allemands c'est par une organisation corporative que M. Mussolini essaie de concilier les intérêts des agriculteurs, des industriels, des commerçants et des ouvriers, mais de façon à conserver sur eux la haute main. Arrivera-t-il en imposant la solidarité à tous les facteurs de la production à de bons résultats ? C'est douteux. En fait, le fascisme aboutit, lui aussi, à des contraintes qui étouffent la personnalité. L'Italien vaut, au surplus, un gouvernement fort ; c'est pour ce motif qu'il n'ose pas s'élever contre le régime fasciste qui encadre toutes les forces politiques, économiques et spirituelles du pays.

Notre fascisme, a dit Mussolini, est une « volonté de puissance et d'empire » ; il a ajouté : Je ne veux pas que ce soit une simple expression territoriale, militaire ou mercantile ; je veux aussi que ce soit une expression spirituelle et morale.

* * *

Quelles peuvent être les conséquences des oppositions qui existent entre ces divers courants de civilisation ? Ces oppositions, a dit le président Roosevelt, déterminent

des luttes qui sont aussi après qu'un combat armé. Les sentiments des pays démocratiques et ceux des pays totalitaires, a ajouté M. Landon, sont incompatibles. Jamais les peuples qui défendent le patrimoine moral de l'humanité, et les droits sacrés de la personne humaine, ne s'inclineront devant les doctrines de ceux qui prétendent que l'individu doit être absorbé par la collectivité, et qui, de certaines inégalités entre les races tirent cette conséquence que la fraternité, réclamée par l'ordre chrétien, est une utopie.

Avec le totalitarisme le mythe de la race est devenu une religion, une religion qui s'impose par la force et qui peut amener les plus graves conflits.

Un grand désarroi existe aujourd'hui dans le monde.

Les masses sont désorientées; elles se laissent entraîner par une sorte de mysticisme qui ne fait pas l'éducation des âmes. On disait après la guerre que tous les peuples allaient amicalement travailler à construire un monde meilleur. On a fait de très beaux discours sur l'interdépendance qui allait, disait-on, rapprocher tous les peuples. L'Europe est entrée au contraire dans une phase qui est dangereuse pour la paix. Jamais on n'a dépensé autant d'argent pour des préparatifs de guerre. Jamais on ne s'est ingénié dans une pareille mesure, à inventer les moyens de destruction les plus terribles. Jamais il n'y a eu aussi peu de garanties offertes aux hommes en vue de leur sécurité. Nous sommes loin du jour où on disait qu'il fallait faire de l'Europe une sorte de grand corps, « vivant d'une vie commune ». C'est l'idée de force qui a triomphé et c'est la crainte inspirée par la force qui régleme les rapports entre les Etats. Il n'y a aujourd'hui en Europe aucune autorité spirituelle devant laquelle tous les peuples s'incli-

nent; les négociations commerciales peuvent sans doute adoucir les malaises d'ordre économique, elles ne peuvent suffire; elles ne pourraient pas empêcher les explosions. Auguste Comte s'imaginait jadis que le développement de ces relations rendrait les guerres impossibles; Auguste Comte s'est trompé.

L'Europe est entrée dans une phase de militarisme que certaines découvertes scientifiques rendent encore plus inquiétant. Tous les amis de la paix se demandent comment évolueront les idéologies dont nous avons cherché à donner une idée. Le monde est loin de la paix solide dont il a un si grand besoin.

GEORGES BLONDEL

(professeur à l'École des Sciences Politiques).

Ó LIVRO GRANDE DE SAMPAYO (1)
OU LIVRO DOS VEDORES DE CEUTA

(1505-1670)

Treslado da prouisaõ per que sua A. manda que o capitãõ asine en todas as Recptas que se fizerem aos almox.^{es} e nos c^{os} em forma que sta Registada em Jorge seco Fs 8

Outrosi persimtrimos asi por melhor aRecadacaõ E seguranca de nosa fazenda pela confianca que temos que no que a uos tocar aueis de osar pelo que cumpre a nosso seruico auemos por bem que uos asineis en todas as Receitas que se lhe fiserem que se hi fiserem entregar a nossos officiais almox.^{es} Recebedores desa cidade e asi nos L^{os} de suas Receitas como nos nos c.^{os} e en forma que pasaren en sinal de fe de como ficaõ as ditas Receitas asentadas nos l^{os} delas escrita en Lx^a a noue de maio de mil quinhentos setenta e hũ =

Treslado da prouisaõ per que sua A. manda que criado seu que quiser vencer soldo naõ uenca moradia que esta Registada en jorge seco as fs 8 —

Contador eu El Rej vos enuio muito saudar por termos ordenado que os homẽs de caualo que nesa cidade estiuereem ajaõ de soldo por mes tresentos e sincoenta reis uos mandamos que tanto que daqui en diante forẽ algũs

(1) Cont. do n.º 4, vol. 93, pág. 388.

criados nossos tanto que chegarem lhe perguntareis logo o que se querem antes vencer moradia se soldo, ele e os seus, e se disserem que moradia não uenceraõ soldo e se quiserem mais o soldo não se pagara aos seus homẽs de caualo o acrescentamento que nouamente damos aos de caualo som.^{te} o soldo antiguo e quando se dela uierem não lhe pasareis certidaõ para ca vencerem suas moradias e temde disto muto cuidado e lenbranca de o asi faserdes e asi o asentaj no 1º dos contos escrita en Lxª a des de julho de mil quinhentos e onse =

Treslado da prouição das p.^{as} que se poderão asentar sobre caualo de m.^{or} que esta Registada en Jorge seco as fs 8 volta

Nos el Rej fasemos saber a uos capitaõ da nosa cidade de cpta e ao noso Contador em ela que nos auemos por bem que da notificaçaõ deste em diante não acenteis nen consintais asentar sobre caualo de morador senaõ sendo seu filho ou irmaõ e sendo pessoas de calidade e idade para tomar armas e pelear e defemdemos ao apontador que não aponte sobre caualo de m.^{or} outras pessoas senaõ estas e destas calidades sob pena de perdimento do officio que nos prezera dar por ser asi e a quem nolo uier pedir sendo pesoa auta e a noso contentam.^o por este erro: se o dito apontador nele encorrer e asi e pela man.^a que damos aos outros officios por erros porque se perdem este aluara mandamos que se Registe no 1º dos contos desa cidade para que a todo o tempo se posa saber esta defesa feito em almeirim a desoito de nouº aluaro neto o fes ano de mil quinhentos e desasette =

Treslado da prouisaõ para que os almox.^{es} nẽ feitores ponhaõ no seleiro seu criados por mididores que esta Registada no Livro de Jorge seco a fs 8 volta

Capitaõ contador e officiais da cidade de cpta eu el Rej vos envio muito saudar eu saõ informado que os feitores e almox.^{es} desa cidade poen criados seus ou pessoas outras de sua mãõ no celr.^o dela e seruem de mididores de paõ que a ela vaj e que os mestres dos nauios que o leuaõ se agravaõ diso E eu o ej por cousa contra meu seruiço e em perjuiso dos moradores e querendo prouer como se mais naõ faça uos encomendo e mando que daqui en diante naõ concintais que criado nẽ pessoa alguma do feitor o almox.^e desa cidade naõ seja mididor no dito celr.^o nen posa medir nẽ receber paõ que a ela for antes uos mando que para iso escolhais entre os moradores hũa pessoa fiel e de bem que seia para poder servir de medidor e a encarregue diso dando lhe juram.^o dos santos evangelhos que bem e uerdadeira.^{mte} o faça e a tal pessoa ej por bem que sirua de medidor outra nenhũa naõ esta carta se Registara no l^o dos Contos desa cidade para se sempre saber como tenho mandado que asi se faca e os capitais e officiais que pelo tempo en diante dela forẽ asi o comprir antonio soares o fes en euora aos dous dias do mes de jan^o de mil quinhentos trinta e sete e o dito feitor e almox.^e sera obrigado a Receber o paõ pela medida do dito medidor e medido por ela e naõ por outra alguma pessoa fernaõ daluares o fes escreuer —

Treslado de hũa prouisão perque sua A. manda que se faça declaracão nos c.^{tos} do biscouto Centeo Ceuada que se da en desconto de trigo que sta Registada no l.^o de Jorge seco a Fls 9

Eu el Rej faço saber a uos contador e officiais da cidade de cpta que eu saõ informado que quando se nesa cidade da aos moradores dela biscouto centeo ceuada ou farinha en desconto de trigo que an de auer en desconto de suas Racois se fas diso declaracão alguma nos Rois do trigo onde lhe saõ devidos as ditas diuidas soamente lhe poem o escriuaõ do almox.^{do} as pagas sem mais faser outra alguma declaracão como dito he, e quando os almox.^{es} uem dar suas contas lhe sobejaõ a desp.^a do tr.^o pela Receita e ficam deuyendo o dito biscouto farinha e centeo ou ceuada e Requerem en meus contos que lhe seja leuado en conta hũ por outro disendo que o deraõ por desconto do dito trigo sen se poder verificar pelos ditos Rois se he como disem, o que naõ ej por meu seruico pelo que mando que quando daqui em diante o capitão da dita cidade mandar dar algum biscouto centeo farinha en desconto do dito trigo o escriuaõ do almox.^{do} faça declaracão no c.^{to} que fiser ao pe de cada adicão da qualidade do paõ en que a tal racão foi paguo e a quantidade ou peso dele e o dito almox.^e naõ faça o dito desconto sen mandado do dito capitão e tera cuidado de uir de uer se fas o dito escriuaõ as ditas declaraçois sendo certo que o se asi naõ fiser lhe naõ sera leuado en conta hei por outro posto que lhe sobeje hũ mantimento e falte outro. Este se Registara no l.^o dos contos da dita cidade e no l.^o dos Regimentos de meus contos do Reino para se saber que o ouue assim

por bem e mando ao contador da dita cidade que enuien a minha fasenda e despacho de africa e contos.

Certidaõ de como esta fica Registada nos ditos l^{os} como dito he e este se comprira posto que naõ passe pela ch^{ra} Joaõ esteuaõ o fes a vinte de marco de mil quinhentos corenta e outo Ruj gomes o fes escreuer —

Treslado de hũa prouiaõ perque sua A. mamda que as matriculas vaõ ao Reino en cada hũ anno que esta Registada no l^o de jorge seco as f^{os} 9 volta e f 10.

Eu el Rej faco saber a uos capitaõ e officiais da cidade de cepta que eu ej por bem por comprir asim a meu seruido e para melhor orden de minha fasenda que os l^{os} dos conttos desa cidade e da matricula dos soldados e gente das obras delas que tenho mandado que se facaõ cada ano e se traguaõ daqui in diante a meus conttos do Reino para se pelos ditos l^{os} e Rois do uencimento dos soldados da gente que me seruiu na dita cidade uer e uerificar com o l^o das lenbrancas dos meus lugares dalem as contias das certidois que se nesa cidade pasarem para en minha fasenda auerẽ pagam.^{to} de seus soldos as pessoas que os uenceraõ pelo que uos mando que daqui en diante envieis aos dittos conttos cada ano os ditos L^{os} para se faser a dita deligencia os quais fareis p^o tresladar de uerbo a uerbo con todas as uerbas e declarações que nelas ouuer e depois de tresladadas se consertaraõ com os proprios pelo dito contador e officiais e do dito concerto se fara asento no fim de cada hũ dos ditos treslados em que asinaraõ o dito contador e officiais e neles senaõ escreuera mais nem fara obra alguma o que se declara asi nos ditos acentos do dito concertado e depois dos ditos l^{os} seren tresladados e

concertados como dito he enuiareis os propios aos ditos contos do Reino por pessoa fiel e de Recado que obrigẽ de os entregar neles e de uos leuar certidaõ do contador moor e conhecimento em forma do guarda dos ditos contos de como lhos entregou e os ditos treslados se guardaraõ nos contos da dita cidade ao qual contador e officiais mando q̃ tenham cuidado de faser tresladar os ditos livros e os concertem e enuien cada ano aos ditos contos do Reino como asi he declarado sb. pena cantt^{os} cada hũ em que os ej por condenados naõ o conprindo asi a metade para os catiuos e a outra metade para quem os auisar e das suspensasois de seus officios de minha merce / manael descouar escriuaõ da matricula dos soldados a Registou a quinse de abril de quinhentos outenta e seis =

Treslado do capitolo de hun Regimentto que trouxe fran^{co} de barros de paiua sobre a distimcaõ que se a de faser nos Rois do pagam.^{to} do tr^o e dr^o que esta Registado no l^o de jorge seco as fs 10 volta

Dom alejxo deixou ordenado nos ditos lugares segundo ui por hũas lembrancas que diso trouxe que os Rois do pagamentos do tr^o fosse concertados pelo contador e que ele fisesse hũ acento no cabo de tal Rol de quantas Racoes de caualo e de pe nele estauaõ e por que cumpre a meu seruico que nos ditos acentos se declarem tambem quanto tr^o monta em todas as ditas Recois conteudas no tal Rol uos mando que notifiqueis asi aos contadores dos dittos lugares para que dahi en diante o cunpraõ e o mesmo asento que asi ao de faser nos ditos Rois do triguo faraõ nos do pagam.^{to} do dr.^o soldos de mand^{ra} que en hũs e em outros se declare pelos ditos contadores as pessoas que

nele vão e o que niso monta e o treslado deste capitolo ficara nos l^{os} dos conttos de cada luguar para se comprir intra.^{mte}

Treslado de hũa prouisaõ sobre a man.^{ra} que se deue ter no dar do mantim^o que esta Registada no liuro de jorge seco fls. II

Nos el Rej mandamos a uos jo queimado p^{dor} de nosa fasenda nos nosos lugares dalem que tanto que esta uirdes mandeis notificar a cada hũ dos almx.^{es} e Recebedores deses nosos lugares dalem que des quatro dias que são ordenados para o pagar do trigo de cada hũa cidade é uila —, o primeiro deles gastem em repartir e pagar o paõ ordenado ao capittaõ e despois dele ter o seu de e pague ao contádor e a ele almox.^e e a todos os outros nosos officiais de nosa fasenda nos ditos nosos lugares e asi mesmo queremos que no dito L^o da que o capittaõ mandar tomar o seu todos os ditos officiais tomem suas Racoes todas asi de pessoas como de caualo que tiuerem e se as não tomarem no dito dia queremos e mandamos que as não possaõ tomar nen lhe sejaõ dadas naquele mes e fiquem para outra pagua doutro mes seguinte, e per em L^o se pagaraõ as Racoes ordenados de outro mes que uier que a tal diuida que ai ficar por Receber, E outrosi mandamos aos escrivais dos almox.^{dos} cada hũ seu lugar que a todo o homẽ que receber seu tr^o lhe ponhaõ loguo suas pagas ordenada.^{mte} asi como forem pagos e os uirem perante si Receber ou quem seu carguo tiuerem e asi queremos que estem os ditos escriuais ao Recebim.^{to} do tr.^o quando o Receberem como a dada dele para pasaren ao tenpo da entrega dele que Receberem conheçim.^{to} en forma e asi

ao tempo da pagua, porem as paguas as pessoas que se pagare e mandamos a hūs e a outros que quando o tal tr^o devem e fiserem pagamento dele não cometaõ entrar no seleiro, som.^{te} a pessoa á pessoa asi como ouuer de auer o seu e tanto que lhe for medido e o tiuer Recebido se saira e entre outro da man.^{ra} que se posa bem uer o que caha hū Recebe e leua E queremos que os ditos officiais que o asi não fiserem sejaõ suspensos dos ditos lugares que loguo suspensais — e no lo facais a saber para alem diso lhe darmos a mais pena que ouuerenmos por bem e merecerem não cunpirem noso mandado porem uo lo notificamos asi e mandamos que luogo o facais tresladar este no L^o do almox.^{do} e contos desa uila de arzila e asi deses outros luguares onde queremos que se este vse da maneira que dito he e faser traser a uos Certidaõ de como asi se notifica e vsaõ nos ditos lugares e fica tresladado no l^o dos contos e almox.^{do} e este enuiar no lo eis he conpri o asi e en arzila se uos dara o uosso paõ a uos e aos uosos, en cada hūa destas ditas datas apos — o capitaõ aquele mesmo dia feito en Lx^a a dosasete de junho antt^o a^o o fes ano de mil quinhentos e uinte E hū = e quando não houver tanto paõ que abaste a Repartiçaõ de todos Repartici a por esta man^a soldo a liura por todos. =

Treslado da prouisaõ saber a orden que se deue ter no despender da poluora que esta Registada no L^o de Jorge Seco as fs 11 verso —

Alm^e

NOS ell Rej fasemos a saber a vós Joaõ baliceiro dandrade almox.^e do nosso almazem da nosa cidade de cpta que estas saõ as respostas que nos damos e Respon-

demos aos apontamentos que nos fizesstes sobre as cousas tocantes a uosso carreguo...

quanto ao que diseis que por dia de corpos XP^o de cada hū ano que se gasta a poluora en tirar a artelharia hū quintal a que esta asi en custume que ata a dita contia de hū quintal se possa depender en tirar e por certidaõ do escriuaõ de nosso carguo e asinada pelo capittaõ que esteue na dita cidade en que de sua ffe da dita poluora que se despende pela sobredita man.^{ra} en cada hū ano ate a dita contia no dito dia. E auemos por bem que nos seja leuado em conta. E outro quintal nos pras que asi mesmo se posa despende pela sobredita man.^{ra} e tirar dia de pascoa de cada hū ano as Reicaõ.....

quoanto a poluora que diseis que se gasta quoando chegua a nosa armada a esa cidade auemos por bem que se salue com dous tiros grossos e a poluora que se neles despende con a dita certidaõ queremos que uos seja leuado en conta o mais naõ....

quantto a poluora que diseis que se gasta em tirar quando o capitaõ uem de faser alguma caualgada de terra de mouros auemos por bem que se naõ despenda... Maes quantto a poluora que se despende no tirar da artelharia no inuerno para limpessa dela hauemos por bem que a despendaes segundo e quando for necesario ao alinpar da artelharia e os bobradeiros seraõ obrigados de uos chamar a uos e ao nosso escriuaõ do noso carreguo para uerdes a que asi se despende entaõ por certidaõ da que fes se leuara en conta.....

Avemos por bem que quando uos o capitão desa cidade mandar dar alguma artilharia a algum nauio dalto bordo ou de Remos que quiser entrar a terra de mouros ou vir doutra parte que uos tomeis mandado do dito capitão e sereis auisado que en nenhū nauio estrangeiro não deis nem enpresteis nenhũa artilharia saluante aquela onde for em pessoa o capitão saluante se no la demandar dar diguo tomar e isto se entendera quando o nosso capitão for na dita armada e de outra man.^{ra} a não dareis a nenū nauio...

Seres lembrado auerdes sertidão de jorge de vasconcelos acerca da obrigação que os bonbradeiros tem a cerca de faser pilouros de pedra ou não achando oBrigados a iso Requere lo eis que os facão segundo o dito Jorge de uasconcelos declarar e enbargar lhe eis seu soldo ate o conprirem asi saluo se não forem obrigados de o fazerem...

Auemos por bem que do drº das armas que uos la mandamos entregar por ueses para se darem por uenda nas pagas deixeis en uoso poder en cada hũa ues noue ou des mil se para despenderdes nas cousas necessarias a ese almasem e nas cousas que dele dependem as quais despesas fareis com o escriuaõ de noso carreguo noteficando asi e mandamos que o cunprais na sobredita man.^{ra} feito en euora a sinco dias de julho antonio afonso o fes ano de mil quinhentos e dezanoue e emprestando uos ou dando alguma artilharia, ou poluora per outra maneira sera daqui tresladada, e omde não for o capitão em pesoa como dito he auemos por bem que a pagueis a nouiada de uosa casa e a uosa custa e este se Registara no lº do almasem e contos desa cidade —

Treslado da prouicaõ para se darem aos atalaias a que os mouros matam caualos corenta crucados para se encaualgarem que esta Registada no lº de Jorge Çeco as fls 13

Ej por bem por escusar aos atalaias e jente do campo que os mouros mataõ os caualos virem me pedir a merce que lhe faco para comprarem outros que sendo morttos caualos algũs deles no canpo indo per mandado do capitaõ ou adail a descobrir seu posto e naõ auendo descudo nen desmando da sua parte que o capitaõ lhe possa mandar dar de minha fasenda ate quarenta cursados para cada hũa das ditas pessoas para comprarem outros caualos quando lho asi matarem na dita man.^{ra} que saõ mais des cursados do que se ate gora deraõ para os ditos caualos fazendo se disto hũ acento pelo escriuaõ dos contos asinado pelo dito capitaõ contador e adail e por ele no qual se declarara como a tal pessoa lhe matareaõ o caualo seruindo directam.^{te} como dito he e que pela dita Resaõ se lhe deue dar caualo conforme deste capitulo que se tresladara no tal acento e ao pe dele passara o capitaõ seu asinado e o almo.^{xe} dalfandega da dita cidade ou para o feitor dandalusia onde a dita pessoa ouuer de comprar o dito caualo que lhe pode dar os ditos quarenta cursados e mamdo a cada hũa das ditas pessoas nele declaradas das quais cobrara seus asinados nas costas do treslado do dito asento e deste capitulo e asinado do capittaõ que sera feito pelo escriuaõ do seu carreguo perque se lhe o obrige a daren poruicois minhas dentro de quatro meses para lhe o dito drº ser leuado en conta as quais mando que se pasen loguo en minha fasenda nos ditos propios asentos e treslado do

capitolo e asinados dos capitais pasados na forma asima dita os quaes para iso puraõ nas mãos das ditas pessoas e as entregaraõ as pessoas que ouuer de uir faser seus negocios como dito he para lhe leuarem as ditas prouisoes negociadas e feitas e desobrigarem os seus asinados que teueren dados aos ditos officiains.

Treslado de hũa prouisaõ para que nenhu m.^{or} possa dar quem per ele uele por dr^o que esta Registada no l^o de jorge seco as fls 13 e 14 —

Nos el Rej fasemos a saber a uos noso capitaõ contador e sobreRolda da nosa cidade de cepta que sentindo nos asi por noso seruiço e bem e guarda e defençaõ desa cidade, auemos per bem que da notificaõ desta en diante nenhũ morador desa cidade quando quer que lhe per seu giro sair que nele naõ possa dar per si outra pessoa que por ele uele por dr^o senaõ que eles mesmos queremos que va a uelar a esposa irmaõ filho ou parentte ou pessoa que en sua casa tiuer que seja porem de idade de sete anos para sima auto e pertemcente para uelar e naõ outra pessoa de qualquer calidade que seja como quer que lhe leuar por iso dr^o por iso uo lo notificamos asi e mandamos que o cunprais e facais cunprir e guardar este daqui en diante como por nos he mandado e declarado, E ao dito sobreRolda em especial mandamos que o cunpra asi e naõ consinta tomar nen uelar outros senaõ os aqui conteudo sb. pena do predimento de officio que auemos por que preca se o contr^o concintir ou fiser por se asi he no lo poderaõ uir Requerer para o dannon pelos ditos erros porque se perdem porque este queremos que se perca para o asi

darmos não comprindo ele dito sobre Rolda o que por este noso aluara mandamos o qual queremos que seja Registado no lº dos contos da dita cidade com declaração como foj asi notificado feito en almeirim a desasete de nouº aluaro neto o fes de mil quinhentos e desasete —

Treslado de hũa prouisaõ do ordenado que an de auer os trombetas que esta Registada no lº de jorge seco a fs 14

(À margem está escrito, pela mesma letra e punho: *esta não*)

Eu el Rej faço saber a uos capitaõ contador e officiais da cidade de cpta que eu ej por bem e me apras que daqui en diante aja nesa cidade tres tronbetas e que tenha cada hũa delas de seu ordenado alen de seu soldo e Raçois des mil reis por ano entrando niso os dous mil e quatrocentos reis que antiga.^{mte} eraõ ordenados na dita cidade para hũ tronbeta pelo que uos mando que auendo na dita cidade as ditas tronbetas e seruindo todas segundo ordenança lhe saias a Rol com os ditos tres mil reis de ordenado a cada hũa para auerem deles pagem.^{to} as guarde conforme a meu Regim.^{to} e este se Registara nos los contos da dita cidade e cada ues que os alm.^{xes} ou Recebedores uierem dar suas contas lhe sera dado treslado deste Registo desta minha prouisaõ a qual quero que valha como se fose carta feita en meu nome por mi asinada e pasada pela minha chrª posto que por ela não pase sem embargo da ordenação do 2º lº en contrº andre uidal o fes en lxª a des de abril de quinhenttos nouenta e tres digo quinhentos e sincoenta Ruy gomes o fes escreuer.

Treslado de hũa mandado para auerem os bombradeiros mil reis por mes que sta Registada no lº de jorge seco a fls. 14 verso.

Dom afonso de Portugal conde do vimioso uedor da fasenda del Rey noso sññor Eu faso saber a uos contador e officiais da cidade de cepta que gil dazanbuia bonbradeiº m.ºr nesa cidade apresenttou nesta fasenda hũa peticaõ en que dis que ele e os mais bonbradeiros declarados na uosa certidaõ atras escrita foraõ nesa cidade Examinados e asentados por bombradeiros por mandados de sua alteza en soldo de outocentos reis som^{es} e que nela serviraõ tres anos e sete meses en iso e que na prouisaõ porque o dito s.ºr mandou examinar e asentar no dito soldo esta a declarado que tanto que seruirem a dito carreguo tres anos venhaõ a esta fasenda Requerer seus acrescentam.ºs pedindo que os apresentacem a mil reis per mes conforme ao Regim.º dos almazens de sua A. per se mostrar pela dita sertidaõ terem os dito bonbradeiros seruido o dito tempo e seren enxaminados como dito he Ej per seruico do dito s.ºr que seiaõ acrescentados no dito soldo de mil reis por mes para que os vencaõ do dia que este vos for apresentado en diante notifico uo lo asi para que os asenteis nos lº dos contos da dita cidade com os ditos mil re e que lhe saís con eles a rol para auerem seu pagam.º segundo ordenanca o que asi conpris andre uidal o fes en lxa a desaseis de outroº de quinhentos e sincoenta e seis mostrando uos Certidaõ nas costas deste de diguo urª escriuaõ da casa de cpta de como esta prouisao fica Registada na dita casa Ruy gomes a fes escreuer =

Treslado de hũ capitolo perque sua A. manda que aos moradores a que morresẽ os caualo se lhe de hũ mes de mantimento que esta Registada no lº de jorge seco as fs. 15

Assi auemos por bem e nos apras per folgaremos de lhe faser bem em que quando quer que algum m.^{or} morer algũ caualo naõ seia loguo Riscado de sua Reçaõ e aja intr^am.^{te} do dia que o caualo morer a hũ mes asi a de sua pesoa como a de seu caualo o qual lhe mandamos dar para poder comprar outro seu caualo e queremos que aia posto que por noso Regimento ouuese de ser loguo Riscado do qual Registo se naõ tresladõ mais que este capitolo por naõ ter comeso *fs 35*

Treslado de hũ capitolo sobre os judeos que estauaõ nesta cidade e os mais que esta Registado no lº de jorge seco as fs 15 verso

(A margem está escrito pelo mesmo punho e letra: *esta naõ*)

Eu saõ emformado que nos ditos lugares ha algũs judeos que em eles uiuem o que naõ ej por meu seruiço e portanto uos mando que en cada lugaar saiban os judeos que neles ha e lhe notifiqueis que dentro en tres meses se uaõ do tal lugar sb pena de sèren catiuos e fareis tres-ladar este capitolo no lº dos conttos e faser asento de como asi lho notificates para que o capitaõ contador e officiais o façaõ intr^a.^{mte} comprir e isto se emtendera en todos posto algũs tenhaõ prouicois minhas para estaren nos ditos luga-

res porque sem embargo delas Eij por bem que se uaõ e naõ esten neles uereis en cada lugar se se cumprio o con- teudo neste capitulo e achando no dito lugar ainda algũs judeos os fareis loguo sair e sabereis do capitaõ contador e officiais a causa per que naõ conpriraõ o que lhe asi ficou por uertude do capitulo notificado pelo dito dõ aleixo e de todo fareis faser autos e os trareis conuosco e os judeus que asi se forem de cada hũ dos ditos lugares naõ pagaraõ direito algũ de drº e fasenda sua deles que consi- guo leuaren, a fs 53 do 1º piqueno.

*Treslado de hũa prouisaõ sobre o mesmo do cardeal
H. inquisidor mor que esta Registada no lº de Jorge
seco as fs 16*

Nos o cardeal H. inquisidor geral e nestes Reinos e senhorios de portugual eu fasemos saber a uos prouisor e uigrº geral da cidade de ceptta que ao presente sois e pelo tempo for e asi a todos e quaisquer pessoas a questa for mostrada e a suá notisia uier como somos informados que do Reino de fes e de outras partes vem a esa cidade judeos e mouros com occasiaõ de tratos e mercadorias e outros negocios os quais pousaõ e comomicaõ e trataõ com xpãos nouos desa cidade e com mouriscos de pouco tempo conuertidos a nossa santa fe catholiqua do que se segue mui- tos inconvenientes e periguõ das almas e do seruico de nosso s.º e por que cunpre a noso carreguo no soBredito prouar como as tais cousas seiaõ remediadas e se naõ facaõ por tanto nos mandamos autoridade apostolica sob pena de excumunhaõ que daqui en diante naõ concintais que os ditos judeos e mouros pousem em casa dos ditos

xpão nouos mouriscos xpãos nen convercem com eles e quando as tais pessoas ahi uierem vos notificareis ao capitão desa cidade de nosa parte que breve.^{mte} despache os ditos judeos e mouros e os faca tornar para suas terras e entretanto ahi estiueren lhes de casa e lugar sem sospeita onde estem sem poderem faser premiso conforme a prouisaõ que para iso la tendes del Rej meu s.^r ao qual capitaõ mandamos que asi o cumpra sob a dita pena descunmuhaõ e mandamos que esta seja pobricada na sé desa cidade à misa do dia para que venha a notisia de todos e seja tresladada e Registada no 1º dos Registos da dita cidade para que se cunpra asi ao diante dado en lx^a sb. meu sinal e selo a vinte e hũ dias de maio = antonio rooj a fes de mil quinhentos sincoenta e sette as fs 53 no 1º piqueno.

Treslado de hũa prouisaõ sobre os judeus de que fas mencaõ a outra atras que esta Registada no 1º de Jorge seco as fs 16 verso —

(Há uma nota à margem que diz: *esta não*).

Dom fernando de meneses eu El rej vos enuio muito saudar eu saõ informado que de fes e de outra terra de mouros uem muitos judeos e mouros a esa cidade de cepta acha que de mercadejar e de outros negocios e pouosaõ e couersaõ e trataõ con xpaõs nouos desa cidade de que se segue m^{to} desservico de noso s.^r pelo que uos encomendo e mando que daqui endiante naõ concintais nen primitais que os ditos judeos e mouros pousen en casa de xpaõs nouos nen comercen con eles e lhe ordeneis e limiteis casa

sem sospeita onde pousem e asi tempo conuiniente para faseren seus negocios e acabado tal tempo os fareis loguo tronar para suas terras encomendo uos que tenhais diso especial cudado como de uos confio e por que asi o ej por seruico de noso s.^r escreuer me eis o que niso ordenares e fiserdes Jorge da costa o fes a outo de maio en Lx^a de mil quinhentos sincoenta e sete 1^o piqueno fls 54 —

Outro capitolo trouxe lopo de sousa Cout^o quando ueo prouer estes lugares de africa como atras =

E o mesmo franco de barros de paiua de que se aqui naõ deu treslado por ser tudo hũa cousa —

Treslado de hũa prouisaõ para os frades da trindade que esta Registada em Jorge Seco as fs 17

Eu el Rej faco saber a uos capitaõ contador e officiais da cidade de cepta que ouue por seruico de nosso s.^r que a casa e mostr.^o de santiaguo desa cidade que ate ora foi da orden de sam franco ficase e fose daqui en diante dos menistro e padres e ordem da trindade para estarem e terem casa na dita cidade e dahi poderem melhor faser os Resgates dos catiuos e comprir niso com a obriguação da sua ordem e profiçaõ pelo que ej por bem que os ditos menistros e padres da dita ordem da trindade aiaõ e tenhaõ en cada hũ ano e soldo e Racaõ e qual outra ordinaria esmola que ate gora ouueraõ e tinhaõ nesa cidade os ditos padres de sam franco per minhas preuisões do dia que forem entregues e pose da dita casa en diante e uos mando dó que lhe facais sair a Rol con o que se ouuerem de auer pelas ditas minhas preuicões para auerem diso

pagamento segundo ordenança fazendo p^o declaração nos Registos delas que não ao os dittos padres da ordem de sam franco dauer pagam^{to} do que por eles tinhaõ por se auer de pagar ao ditos padres da trindade a que a dita casa fica pelo eu o auer asi por bem por esta prouisaõ que se Registara ao pe das ditas prouisois e pelos treslados delas e desta Certidaõ nosa de como fica feita a dita declaração nos Registos das ditas prouisois e conhecim.^{os} dos ditos padres sera leuado en desp^a aos almox.^{es} e Recebedores que lhe pagarem o que asi ouuerem de auer e o dr.^o que niso montar ej por bem que se lhe pague o que asi ouuerẽ dauer dalfandega da dita cidade o que asi fareis comprir e este quero que valha tenha forza e uigor como se fose carta feita en meo nome por mi asinada e pasada pela chr^a posto que por ela sem enbarguo das ordenaçois do 2^o l^o en contr^o domingos de seixas o fes em lx^a a vinte e sete de nou^o de quinhentos sesenta e outo gaspar rabelo o fes escreuer a fs 68 do l^o piqueno.

São 14 padres do mosteiro da trindade e tres cervidores tem 16 Mojos de trigo, e 140 V reis per anno por duas provizois Registradas no livro dos Registros delles =

Treslado de hũa prouisaõ do ordenado que auiaõ os frades de sam franco e ora o Vencẽ os da trindade que esta Registada no l^o de jorge seco a fls 17 voltta.

(À margem está escrito: *esta não*)

Capittaõ contador e officiais da cidade de cepta Eu ej por bem por algũs Respeetos que me a isso moue por niso fazer esmola ao prior e padres da orden de sam franco do mostr.^o de santiaguo desa cidade de que os

frades que no dito mostr.º Recedirem estem daqui en diante acentados en soldo de cento outenta reis por mes cada hũ que dis que he soldo em que ele e os homẽs darmas que auia nesta cidade estauaõ asentados pelo que uos mando que asenteis o dito prior e padres no dito soldo e que lhe sais com ele a Rol para auerem seu pagam.º segundo ordenanca posto que por outra minha prouicaõ tenho mandado que naõ aia na dita cidade pessoa alguma acentada no dito soldo, andre uidal o fes em Lxª a Vinte outo de julho de mil e quinhentos sincoenta e sinco e este naõ pasara pela chrª Ruj gomes o fes escreuer —

Os padres da trindade tomaraõ posse deste mostrº e casa de santiaguo do 1º de janeiro de sesenta e outo conforme a prouicaõ atras e dantaõ por diante comesaraõ a auerem este mesmo soldo que tinhaõ os padres de sam franc.º fs. 67 do 1º piqueno —

Treslado de hũa prouisaõ para que se naõ asente em soldo pessoa alguma de menos idade que de Vinte anos para Baixo que esta Registada em jorge seco a fs 18

Pero Borba nos el Rej uos emuiamos m.º saudar aue- mos por bem e nosso seruico que os omẽs que nesa cidade estiverem de nosos moradores e de outras algumas pecoas como os que daqui en diante la forem asi os que lá anda- sem asentados nas Recois como dos que ouuerem de uencer soldo naõ sejaõ Recebidos nem asentados para Receberem o dito soldo nem mantim.º saluo aqueles que forem de idade de vinte anos para sima e se para baxo

estãõ algũs asentados auemos por bem que os Risquem e lansem fora para mais naõ auerem cousa alguma e isto poren se naõ entendera nos moradores da dita cidade porque os tais se tera a man.^{ra} que sempre se teue pelo qual uos mandamos e encomendamos que asi o facais comprir e goardar por que asi o auemos por noso seruico feita en euora a des de maio gaspar roiz a fes de mil quinhentos e noue — 1º piqueno a fs. 26 —

Treslado de hũa prouisaõ sobre a goarda e uegia desta cidade e das armas do almasem e municois que nele ao de star que esta Registada no lº de jorge seco a fs 18

Capitaõ contador e officiais da cidade de cepta Eu el Rej uos envio muito a saudar no ano atras pasado de mil quinhentos e sincoenta e hũ mandej ao toz.^{ro} mor da casa de cepta que enuiase a esa cidade poluora e artelharia e monicois que faltauaõ para comprimento das que ordenej que nela ouuesem para a dita cidade estar prouida da maneira que convem para hũ tempo de necessidade e mandej por minha prouisaõ ao capitaõ contador e officiais que entãõ eraõ que fisesem ter as ditas cousas a todo bon recado, auisando os que estiuese asi bem guardadas e fechadas com tres chaues e que sobrevindo algum caso em que se naõ pudese faser outra cousa senaõ dependèren se algumas das ditas municois me fisesem loguo a saber com as cousas que para iso sobreuiesem e mandando os dias pasados uer as que das ditas cousas auia no almasem desa cidade se achou que faltavaõ muitas delas, E algumas das outras naõ estauaõ taõ guardadas e concertadas como cumpre a meu seruico e Requere a calidade

das ditas cousas sen nunca me escreuerem nem fazem saber en minha fasenda que cousas ouue para se as ditas cousas se despenderem o que não foi bem feito. E por que eu ej por bem que esa cidade se proueia de madr^a e armas e municois que vereis asi pelo Rol que da casa de cepta uos for aora enuiado como por outro Rol que por esta uos sera dado uos encomendo e mando a todos en geral e cada en especial que tanto que lá forem entregues as ditas cousas fareis ter aquelas que pela dita folha de gouernanca que esta Registada no l^o dos contos desa cidade são ordenadas para a dita gouernanca a todo bon recado guardadas e concertadas de tal maneira que não denefiquem nen mescavē nem se despendaō saluo quando se não puder mais faser porque faserdo o contr^o o que não espero me desprazeria e uolo estranhareis como for Resaō e sobreuendo caso en que seia necesario e se não posa al faser senaō despenderen se algumaa das ditas cousas mo fareis loguo a saber com as Recois que para iso ouue para uos mandar prouer de outras tantas cousas por que ej por meu seruico que esa cidade este senpre prouida da maneira que vereis pela dita folha e ao almo.^{xe} do dito almazem defendo e mando que não despenda cousa alguma das sobreditas cousas saluo por asinados do capitaō as quais para iso lhe pasareis quando lhe sobreuier algū caso de grande necessidade, e sobreuendo mo fareis loguo a saber como dito he e este se Registara no l^o dos conttos e se notificara ao dito almox.^e para a todos ser notorio como tenho asi mandado = E me enuiareis loguo sertidaō a dita minha fasenda como se notificou ao dito almo.^{xe} e fica Registada nos ditos contos como dito he andre uidal o fes em lx^a a dosaseis de maio de mil quinhentos sincoenta e quatro Ruy Gomes a fes escreuer.

*Treslado do Rol que ueo com a prouisaõ atras que
esta Registado no dito lº de jorge seco as fs 19 —*

Eu el Rej faço saber a uos capitaõ contador e officiais da cidade de cpta que eu ej por bem por algũs respeitos de meu seruico que me a iso mouem que na guarda e uegia desa cidade e dos muros e pontas dela se tenha daqui en diamte a man.^{ra} seg.^{te} =

Na ponta do albacar que sta feita para seruentia do mar e da terra estavaõ continuada.^{mte} todos os dias en guarda dela ao menos vinte soldados com seu caporal des arcabr^{os} con seus arcabuzes e outros des con suas alabardas as quais estavaõ com suas armas des que se a porta abrir ate que a serrem e dos ditos soldados se ordenaraõ tres que uegien de sima da ponta e tenhaõ cudado de uer senpre se vem algũs nauios ou bateis com gente estrangeira de quaisquer naos que hi estiuerem no porto ou da outra ponte para desenbarcar e asi de uigiarẽ ou olharen todas as mais cousas que posã succeder e aconteser empreuiso da dita ponta e da guarda dela e auendo algũs nauios ou bateis com gente ou outra qualquer cousa para que se ponha recado na ponta e sendo os que uierem estrangeiros naõ entraraõ na cidade mais que ate seis e eses sem armas os quais se leuerã loguo directam.^{te} ao capitaõ da ditta cidade para se emformar donde vem e o negocio que trasem e prouer niso sendo necessario e sendo as tais pessoas de algũs lugares da andalusia que vesinhaõ com eses lugares e vindo antre eles pesoas conhecidas podera o capitaõ despensar no modo de sua entrada como lhe bem parecer =

E auendo algũs mouros por qualquer man.^{ra} que seia não os deixaraõ entrar e o faraõ loguo saber ao capitaõ como está ordenado e quando uierem sobre alguma cousa de meu seruico se negoceara con eles fora da cidade e sendo caso que o capitaõ não posa ir negocear com os ditos mouros fora da cidade ordenara duas pessoas das principais e de credito para que uaõ com o alfaqueque onde estiuerem os ditos mouros e leverãõ hũ deles directam.^{te} ao dito capitaõ sem o deixarem falar com pessoa alguma e sendo caso que alguma pessoa da cidade fale com o dito mouro os mouros que ficaren fora sem licenca do capitaõ sera preso e se fara diso autto que me sera enuiado para lhe mandar a pena que bem merecer =

Os soldados quando seia noite Recolherem teraõ cuidado de leuantar a ponte e o portro de a fechar e de leuar a chaue ao capitaõ como tem por ordenanca e quando os ditos soldados ouuerem de ir a comer sera por ordenanca do caporal para prouer outros tantos en seu lugar para que a dita porta fique sempre guardada com vinte soldados e para terem suas armas prestes e estaren na dita guarda cauides e pois onde lhe melhor parecer —

E tera se Recado que sempre os arcabuses da dita guarda estem carregados e tenhaõ o fogo prestes para o que for necesario, esta guarda se tera sempre —

Ej per bem que toda a artelharia que estiuer nos traueses asi para defençaõ das portas como dos muros este sempre carregada e prestes para o que succeder =

Na outra porta dalmina estarãõ continuadamte des homẽs dos moradores da cidade com suas armas para a

guardarem os quais o capitão dela ordenara e Repartira por quadrilhas como lhe bem parecer de maneira que dantre os ditos des homēs este hū principal por maioral ao qual o capitão encaregara o cuidado da dita porta como o de ter o caporal da porta do albacar e na dita porta onde melhor parecer se faraõ cauides para as armas e bancos en que se possaõ asentar os quais homēs não deixaraõ entrar nen sair pela dita porta pessoa alguma estrangeira e quando uier alguma lhe diraõ que va entrar pela dita porta do albacar porque não ej por bem que por a dita porta dalmina entrem nem saiaõ nenhus estrangeiros e dos ditos homēs ordenaraõ dous para faserem a uegia da maneira que atras fica declarado na uegia da porta do albacar —

A porta que sae a Ribeira contra tetuaõ esta sempre fechada e se não abrera saluo quando for muito necesario e se não puder escusar e quando se abrir enquoanto estiuer aberta estaraõ quoaatro homēs con suas armas para guardarem e uigiarē e tornaren logo a fechar os quais quatro homēs seraõ dos bonbradeiros en o tempo que asi estiuer aberta não deixaraõ entrar nen sair estrang.^{ro} algū —

Nos muros se poraõ as uegias necessarias e nos lugares que bem parcer ao dito capitão e de tal maneira que asinaraõ os ditos lugares en que haõ de estar sejaõ hūş aos outros e se crerao falar e possar uer e uegiar todo o pe do muro —

Os soldados vigiaraõ de tres en tres nas estancias em que estiuerem com as suas armas como o tem por ordenanca —

E os moradores uigiaraõ nas estancias en que os puserem tres a quada 4^o en cada hūa das ditas estancias os quais

estaraõ todos acordados com suas armas e se naõ partiraõ da uegia ate uirem outros que se ponhaõ en seu lugar de maneira que nunca estem tais lugares sem uegia a qual se fara ate o sol saido seraõ os ditos moradores que asim uigiarem de idade que posao pelejar =

A uegia se pora no muro antes que anoiteca en tempo que posaõ Reconhecer e uer tudo o que ouuer ao Rededor do muro, e os soldados seraõ postos pelos sargentos da comp^a a que tocar a guarda daquela noite, e os moradores pelo sobrerolda como he costume =

Aaos lugares mais importantes se poraõ as pessoas de mor confianca —

Aos traueses da couraca de santa ana e en os outros do albacar que guarda a cidade vigiaraõ mais alem da guarda ordinaria hũ bonbradeiro en cada hũ deles en cada 4^o con seu murraõ aceso e o capitaõ da dita cidade dara em cada 4^o hũm nome ao sobreRolda e sargento para o eles darem aos que entrarem na uegia, as quais pessoas que uigiarem e lhe for dado o nome naõ se partiraõ mais dos lugares donde foraõ postos ate naõ serem postos neles os doutro 4^o como dito he. —

O dito sobreRolda e sargento seraõ auisados que tenhaõ grande segredo nos ditos nomes e os naõ descubraõ saluo as pesoas a quem o dito capitaõ ordenar e o mesmo segredo e Resgoardo teraõ as pessoas que uigiarem de o naõ descobrir e descobrindo a alguma pessoa seraõ presos em ferros e se fara diso autto que me sera emuiado para lhe mandar dar o castigo que me bem parecer —

Depois que for posta a primeira guarda ate que se retire a do 4^o dalua naõ andara pessoa alguma pelos ditos muros e suas escadas sem terem os os nomes que o capitaõ asi der o que se asi conprira sobre a dita pena atras

declarada para o qual se deitara pregaõ pelos luguares acostumados desa cidade para a todos ser notorio e naõ se podera alegar inniuertencia do qual pregaõ se fara asiento no 1º dos contos da dita cidade onde se este Regimento se tresladara de uerbo a uerbo e consertara e asertara o treslado por uos todos para en todo o tenpo se saber que tenho asi mandado e o dito contador e os que pelo seu tenpo en diante tiueren o dito carreguo teraõ cudado de notificarem este meu Regim.^{to} ao capitaõ da dita cidade para saberem a maneira que mando que se tenha na uegia e guarda dos muros e portas nesa cidade e uos tereis todos especial cudado de faser cumprir asim mui intr.^{ante} porque me auerej por seruido de o asi faserdes e do contrº que naõ espero deprazaria fran^{co} de Varguas o fes en Lxa a des de maio de mil quinhentos sincoenta e outo Ruy gomes a fes escreuer —

Deligencia que se fes sobre a uegia desta cidade per mandado de sua A.

Manda sua A. que qualquer pessoa fidalguos cau.^{os} de qualquer estado condicaõ que seiaõ que tanto que for sol posto e asentada a guarda e uegia desta cidade asi de soldados como de moradores naõ seraõ ousados de chegarem aos muros desta cidade e qualquer pessoa que chegar ao pe do muro ou a ele leve suas escadas do dito muro e naõ derem o nome que aquella noite as vegias tiuerem que en tal caso seraõ presos e leuados en ferros ao Reino para deles El Rej noso snõr mandar faser justicia que lhe parecer E outro si manda sua A. que qualquer pesoa que uelar

no dito muro asi soldado como m.^{or} a que for dado o nome e o descobrir a outra pessoa sera iso mesmo preso en ferros para o Reino para el Rej noso snõr faser dele justicia fls 25 do 1.^o piqueno —

Treslado de hũa prouisaõ porque sua A. manda que en cada hũ ano vaõ ao Reino f.^{as} do que se dispende nesta cidade asi de mantimento como dr.^o de clarada.^{mta} que esta Registada en jorge seco a fls 22.

Capitaõ contador e officiais da cidade de cepta e dos soldados e gente das obras dele eu el Rej uos envio m.^{to} saudar eu tenho mandado que se de ordem em minha fazenda como se pagem aos moradores e soldados e gente das ditas obras o que lhe for deuido e uencerem ate ao fim deste ano presente para o que he necessario auer os 1.^{os} deses contos e matricula da dita gente e faserdes me saber por uos a certidaõ o que ate entaõ for deuido a toda a dita gente pelo que uos encomendo e mando que uejais os ditos 1.^{os} e paseis dela a dita certidaõ asi dos soldados, tencas, ordenados como de suas Racois.

E asi ei per bem que enuieis a dita fazenda hũa folha bem declarada de toda a gente que me serue nesa cidade e do que monta no soldo tencas e ordenados e Racois de hũ ano que uem de sesenta e tres em diamte, entrando tambem niso o que montar na dita despesa que se fes cada ano con as atalajas que se nesa cidade fasem diguo atalajas e homẽs de canpo de man.^{ra} que todas as despesas que nesa cidade fasen a custa da minha fazenda asi de dr.^o de tr.^o venhaõ declaradas na dita folha e naõ se pase certidaõ en forma a pessoa alguma do dito dia en diante naõ

uerdes sobre iso meu recado que sera tanto que en minha fasenda for uista a dita folha e este se Registara no 1º dos contos desa cidade fs 76 —

Treslado de hũ capitolo sobre o pag^am.^{to} que se ha de faser aos judeus pelas mercadorias que trouxerem que esta Registada no 1º de jorge seco as fs 22 verso

E porque saõ emformado que se pagaõ em Reales de prata e moedas douro as mercadorias e cousas que os judeus e mouros trasem a uender a dita cidade o que naõ ej por seruico de deos nem meu pelo que ei por bem que daqui em diante se pagem as mercadorias que os mouros e judeus trouxerem a dita cidade por esta man.^{ra} a quarta parte em ouro ou em pratta e as outras tres partes en moeda de cobre ou en outras quaisquer mercadorias que naõ sejaõ das despezas en direito nem por minhas ordenacois sbpena que a pessoa ou peçoas que o contrario fiserem encorrem poriso en predim.^{to} das mercadorias que conprarem e pagaren contra forma deste minha prouisao e porem isto se naõ entendera nos mantimentos e caualos que os mouros e judeus e outras quaisquer pesoas trouxerem a uender a dita cidade porque os tais mant.^{mtos} e caualos se poderaõ pagar en qualquer moeda douro ou pratta que quiserdes e este capitolo sera apregoado e se Registara pela maneira asima declarada E este quero que valha como se fose carta feita em meu nome per mi asinada e pasada por minha chr^a posto que por ela naõ pase sem embargo ds ordenacois do 2º 1º en contrº andre uidal a fes en lx^a a catrose de agosto de quinhentos sesenta e tres. Ruj gomes a fes escreuer —

A qual se pobricou conforme ao nela declarado segundo constou por hũa Certidaõ feita ao pe do dito Registo fs 202 1º piqueno —

Treslado de hũa prouisaõ para se faserem os Rois de seis en seis meses q. esta Registada no lº de jorge seco a fs 23 —

Nos el Rej fasemos saber a uos noso contador da cidade de cepta que somos enformados como os Rois dos pagam.tos dos moradores desa cidade se naõ fasiaõ senaõ despois que de cá hia o drº para eles o que nos naõ auemos per bem nen noso seruico nen bem das partes o qual uos mandamos que daqui en diante tenhais diso tal cuidado que ate fin de junho seja feito o Pº rol e o segundo ate fin de janeiro de cada hũ ano para que de quando o ditto drº de qua for estem os ditos Rois feitos e acabados de todo para por eles loguo pagar e as partes presentes, e a pessoa que o de qua levar perante quem quisermos, e mandamos que se daqui en diante se page todo e isto comprireis asi sob pena de vinte cursados para nosa camara feito en santos a desouto dias de feuº de mil quinhentos e onse este noso aluara fareis Registrar no lº dos contos desa cidade fs 81 1º piqueno =

Treslado de hũa provisaõ para as pessoas que uaõ Requerer ao Reino leuem carta do capitaõ que esta Registada em jorge seco as fs. 23 verso —

Gomes da silua eu el Rej uos enuio m.tº saudar porque despois do falecimº del Rej meu s.r e padre que santa gloria aja, vem desa cidade a minha cortte muttas pessoas

dela com Requerimentos mais a miudo do que se fazia en tempo do dito s.^r de m.^{ra} que pela mor parte do ano sempre desa cidade e dos outros lugares desas partes anda m.^{ta} gente en minha fasenda e corte e por asi uirem muitos não poden ser tan breuem.^{te} despachados como o seriaõ se qua não uiesem mais que aqueles que tem Resaõ de Requererẽ e querendo ora niso prouer ej por bem e uos mando que tanto que esta for dada uos mandeis notificar de minha parte e defender de que nenhũ homẽ nen molher de la venha a minha corte com nenhũ Requerem.^{to} sen uosa licenca, porque quando uos virdes que ha pesoa he de qualidade e ten causa e necessidade e merecim.^{to} para me uir Requerer merce uos lhe dareis a dita licenca e aos que as ditas qualidades tiuerem ej por bem que as deis e não a todos geral.^{nte} como se ora fas e aos que derdes a ditas licencas dareis uosa carta para mi e me fareis entaõ a saber a pesoa que he e quanto ha que serue e a informaçã de seus seruicos e se ouue de mi ja alguma M.^e que donde foi e asi mesmo seraõ as molheres porque as que asi uierem mandareis loguo despachar em breue como me parecer bem a meu seruico e aos outros que asi não uierem e uosas cartas não trouxerem não seraõ ouuidos nen Respondidos a seu Requerim.^{to} encomendo uos e mando que asi o cunprais e facais cunprir porque o ej asi por mais proueitoso para as pesoas desa cidade a que ouuer obrigaçã e Resaõ de faser M.^e escrita en almeirin a quĩse de jan.^{ro} andre fze de mil quinhentos e vinte e sinco as fs 87 do 1º piqueno =

Treslado da pose que dom pedro da cunha tomou da capitania de cpta que esta Registada no liuro de jorge seco as fs 24 —

Ano do nacementto de noso sñr jhs' xpº de mil e quinhentos sesenta e quatro annos aos sinco dias do mes de Maio do dito ano em esta cidade de cpta na casa dos Contos dela estando presente o sñr dom pº da cunha do conssº del Rej noso snør capittaõ e gºr da dita cidade E Antonio de grade contador do dito s.r e pero arrais escriuao dos contos e anrique dias Recebedor dos mantimenttos e lopo dazeuedo almo.xº dos almasens e cosmo uidal escriuaõ dos almox.dos e antonio da mota ueador e pagador dos soldados e gente das obras da dita cidade e pero lopes de uasconcelos escriuaõ da matricula e martin dabreu capitaõ dos soldados e fernaõ da cunha fidalguo da casa de sua Magg.de e domingos car.ro ueador e pagador que foi das ditas obras e soldados e goncalo arais e dioguo lopes Requeixo e bastiaõ dandrade e g.ar dias e joaõ da costa e francisco fauela e joaõ soaio menpostro dos catiuos e fernaõ ruiz e fernaõ uas caualeiro do abito de noso snor jhs xpº moradores nesta cidade Estando asi presentes todos os officiais do marques que santa gloria aia E vasco Nabo adail dioguo dandrade ouuidor e aluaro dorta juiz e antonio machado almo.xº e joaõ camelo almotacel e antonio uas e g.ar mendes e seruicais do puder e judicial e aluaro de paiua estrebuidor contador e enqueredor dos feitos e g.ar barbosa portro das portas do canpo e que serue dalcaide mor e goncalo vieira alcaide do mar e belechior delamecide alfaqueque E simaõ dias que serue de sobrerolda estando todos juntos como dito he, e o dito snr. capitaõ

deu a pero arrais escriuaõ das contas hũa carta del Rej noso s.^r e mandou que se lese alto perante todos da qual ele leo hũ capitolo de que o treslado he o seguinte (dom p^o da cunha amiguo eu El Rej uos envio muto saudar noso snr. foi seruido de leuar para si o marques de uila real como tereis sabido e a meu seruico cumpre tomardes em meu nome pose da capetania e gouernanca desa cidade de que lhe tinha feito m. pelo que uos encomendo e mando que tanto que esta carta for dada tomeis loguo pose da dita capetania e gouernanca da dita cidade e de todas as cousas de que com a dita capitania tinha feito merce ao dito marques e facais diso faser os autos necesarios os quais me enuiareis pelo p^o e daqui en diante uos chamares por mim asi como se chamaõ os quapitães dos outros lugares dafrica e naõ concintireis que algũ official da dita cidade se chame por outra e naõ por mim nos autos e papeis en que se ouuerem de nomiar os officiais que uagaren e que eraõ da dada do marques por suas doasois e prouisoes por uertude do poder meu que tendes as pessoas que uos bem parecer as quais esercitrao enquanto eu naõ mandar o contr^o por uertude da qual carta o dito sr. capitaõ dise que elle tomava posse da dita capetania e gouernanca da dita cidade por el Rej noso snõr de todos os officios e mais cartas que com a dita capetania tinha o dito marques e loguo perante todos tomou en sua maõ a varas de justisa e almotacaria e alcaidaria e asi as chaues das portas da dita cidade e asi de todos os mais officios per si e en nome del Rej noso snõr lhos tornava a entregar e que por sua altesa os tiuesen e seruicen daqui endiante en quanto sua altesa o ouese asi por bem e lhe mandaua da parte del Rej nosõ s.^r que daqui por diante se chamasen todos por el Rej nosõ sr en todas as escripturas autos e estrom^{tos}

e não pubricos que daqui en diante fiserem e não se chamaoõ officiais nen seruiriaõ seus carreguos per outra nenhua pessoa e aos ditos officiais asi o aseitaraõ e o por-meteraõ e os tomaraõ nouamente —

Esta pose se treslado aqui por erro porque a fs 3 vaj outra mais moderna e que a derroguia e esta não tem forca nen uigor.

Treslado de hũa provisaoõ para que o capitaõ este com o contador ao dar do tr.º no seleiro que esta Registada no lº de jorge seco a fs 26 volta —

Eu El Rej aos que este meu aluara uirem que eu ej por meu seruico que o capitaõ contador da cidade de cepta estem sempre presenttes daqui en diante ao dar do tr.º e biscouto e outro qualquer paõ que se ouer de dar aos moradores soldados e gente das obras da dita cidade de suas Racois pelo que mando ao dito capitaõ contador que asi o cunpraõ que não consintaõ que se abra o seleiro da dita cidade para se dele tirar nen dar Racaõ de paõ algũ sem eles anbos seren presentes porque o ej asi por bem e quando algumas ueses o dito capitaõ não puder ser presente ao dar das ditas Racois ocupacois que tenha de meu seruico ej por bem que este niso en seu lugar o ouuidor da dita cidade e por este defendo e mando aos almo.^{xes} ou Recebedores dos mantim.^{tos} dela que não abraõ o dito seleiro para se faser despesa alguma do dito paõ sem serem presentes o dito capitaõ contador, e quando o que o dito capitaõ não puder a iso ser presente o dito ouuidor como dito he sb. pena que o almo.^{xe} ou Recebedor dos

ditos mant.^{mtos} que o asi não conprir pagar por iso sem cursados a metade para os catiuos e a outra ametade para quem o auisar alen de lhe não ser leuado en conta o paõ que se nas ditas Racois despender se nos Rois das ditas despesas não for declarado como os sobreditos estiueren ao dar das ditas Racois aos quais tambem por este mando que quando o fiserem o declarem asi per seus asinados no cabo dos ditos Rois e para todos isto ser notorio e se saber como tenho asi mandado se Registara este meu alvara e desp^a do dito almox.^e e na dos contos da dita cidade e no 1^o dos Regim.^{tos} dos meus contos e Reino e este quero que ualha como se fose carta feita en meu nome por mi asinada e pasada pela chr^a posto que por ela não pase sem embargo das ordenacois do 2^o 1^o encontr^o andre uidal o fes a vinte e sete de maio de mil e quinhentos e sincoenta e noue Ruy Gomes o fes escreuer fs 92 do livro piqueno.

(*Continua*)

JOSÉ DE ESAGUY

LE GÉNIE COLONISATEUR DE LA FRANCE

(EN HOMMAGE D'ADMIRATION POUR L'EXPANSION
MAGNIFIQUE NÉE DU GÉNIE COLONISATEUR DU PORTUGAL)

La France s'est constitué un domaine colonial réparti sur tous les points du monde. La Primauté de l'expansion ne lui est pas contestée sous le triple rapport de la superficie, de l'ancienneté des races soumises et de leur degré d'assimilation.

Dénombrer les forces qui l'y ont poussé, les oeuvres qu'elle a enfantées, montrer ainsi, en action, son génie colonisateur, né d'un instinct généreux, loin des sordides calculs d'intérêt, c'est ce que je voudrais esquisser à larges traits.

Au sortir de la grande nuit du x^e siècle, la nation commence à rayonner, sous le régime féodal, avec la courtoisie de sa chevalerie, l'attirance vers ses foires et ses pèlerinages, tandis que les chansons de gestes, échappées des châteaux-forts s'achèvent, par les cathédrales, en poèmes de pierre.

Pourtant, sa sécurité est-elle si bien assurée? Nullement; les invasions sont sous ses murs; elle n'en a cure et envoie, à travers la chrétienté, du Danube aux Orcades, ses moines et ses docteurs porter un trésor dont elle vient à peine d'hériter elle-même. C'est elle selon la forte parole du

Cardinal Eudes de Châteauroux, le four où cuit le pain de l'Humanité.

Les Croisades, où ses rois et ses évêques l'entraînent, vont le prouver.

Autour de la Croix reconquise, la fusion est complète. Trente ans après la conquête du Saint Sépulcre, le chroniqueur Foucher de Chartres écrira « Celui qui était latin ou franc est devenu ici galiléen ou palestinien, celui qui habitait à Chartres ou à Reims se voit citoyen de Tyr ou d'Antioche; nous avons déjà oublié les lieux de notre naissance.

Tel... a épousé une femme qui n'est pas une compatriote mais une syrienne, une arménienne ou même une sarrasine qui a reçu la grâce du baptême... la confiance rapproche les races les plus éloignées ».

Un écrivain arabe, Ibn Djobaïr, explique facilement ce rapprochement; c'est que « les musulmans n'ont qu'à se louer de la conduite des francs en la justice de qui on peut se fier ».

Les nouveaux maîtres montrent l'esprit le plus tolérant sur cet échiquier où races, rites et cultes se juxtaposent. Ils couvrent la Terre Sainte de travaux d'art et y instaurent l'agriculture. Beaucoup d'entre eux parlent l'arabe et entretiennent avec les savants musulmans des contacts réguliers; ils en retirent la connaissance de sciences à peine connues chez eux. Les récits et les mémoires qui fleurissent, à l'envi, où flotte le merveilleux des contes orientaux, prolongent le prestige des héros d'outre-mer et leur préparent des successeurs.

Les marins dieppois, dès le *xiv^e* siècle, fondent des établissements en Afrique, il est prouvé que des pêcheurs de nos côtes ont occupé la terre américaine avant que les

espagnols ne fussent partis à sa recherche, précédés eux-mêmes par des hommes, en quête de découvertes et d'aventures, comme ce Nicolle Lefebvre d'Honfleur, appliqués à « pourtrayer les façons de force bestes, oiseaux, poissons et autres choses singulières... ».

Les marchands suivent, avec la hâte de commercer; vrais trafiquants de la troque, sans monnaie; en échange des cargaisons entassées dans les flancs des navires: armes, tissus, bijoux, ils rapportent les « fines épiceries »: girofle, poivre, gingembre, parfums et métaux précieux. Insoucieux des dangers et des trahisons, celles des hommes et celles des éléments, ils forcent les barrières que les peuples élèvent autour des richesses des mondes nouveaux. Leurs nef s sillonnent les voies d'eau, à tel point qu'on pourra affirmer qu'« il n'y a en la mer d'Orient, mât sinon revêtu de fleurs de lys. » Et François I^{er} d'ouvrir, sur la mer océane, la porte royale du Havre, d'où, hardiment, elles s'élanceront.

De Richelieu date l'orientation définitive vers l'expansion lointaine; presque partout où flotte aujourd'hui le drapeau tricolore, flottait, en son temps, le drapeau fleurdelysé. Le but ce n'est pas d'aller chercher, comme d'autres, « le fabuleux métal » mais d'étendre la civilisation et de prolonger les « gesta Dei per Francos ». Elle conquiert les ames et défriche les terres. Déjà elle affirme qu'il n'y a de conquête excusable que si elle protège et élève les peuples et leur attribue leur part légitime dans l'accroissement de la richesse commune.

Il n'est pas de province du royaume qui envoie de ses enfants avec leurs qualités propres vers les terres neuves; pas de classes qui ne participent à l'aventure. Une ébauche de « broussard » se dessine, qui se console de sa

condition dans une philosophique gaité et une ardeur joviale.

Si, parfois, un hiatus s'ouvre aux heures où le pays est aux prises avec d'autres desseins : une guerre de Cent ans, des luttes pour l'unité royale et la défense des frontières, des guerres de religion, s'il ne peut plus consacrer au dehors qu'une part limitée de ses ressources et de son activité ; si, replié sur lui-même, les fils se relâchent, resteront du moins pour garder le contact : le commerce avec ses comptoirs et ses fondoucks, les pirates et les flibustiers, mais surtout, les missionnaires des ordres religieux et militaires, malgré vents et marées, les bons serviteurs de l'idée française.

Grâce à eux, les indigènes ont appris notre langue, assuré l'interrègne et préparé la reconquête car, là où on parle français, on pense français.

Une nouvelle chevalerie part vers les tropiques en ordre parfois dispersé, faute d'une direction sagement volontaire, victime des hasards et des contradictions.

Avec Colbert, si les *Compagnies* se montrent parfois éphémères, les colonies marquent d'une empreinte indélébile notre vie matérielle. Mais au XVIII^e siècle la nation prend conscience de leur grandeur et s'enorgueillit, à la veille même de leur effondrement, de ces germes d'empires.

Un souffle de liberté balaie le pays. L'élan est tel que, bien avant 1789, la « Société des Amis des Noirs » avec des chefs comme Condorcet, est une puissance. Elle veut monter à l'assaut de toutes les tyrannies et c'est elle qui entraîne la mère patrie elle-même vers des libertés nouvelles. Après les grandes dispersions de la Révolution et de l'Empire, la Restauration réveille les enthousiasmes endormis ; les plans de colonisation se multiplient. Faut-il

les expliquer par l'expérience des émigrés ou plutôt par l'affaiblissement de la prospérité intérieure en quête de nouvelles ressources. Il est malaisé de décider. Mais déjà, au Parlement, l'opposition se lève.

En 1828, le ministre Hyde de Neuville répondait ainsi aux suggestions de renoncement. « Les colonies ne sont-elles pas françaises? Ne font-elles pas partie de la grande famille?... s'il était permis de mettre en question leur existence parce qu'elles nous sont plus ou moins onéreuses, on pourrait également demander si tel ou tel département n'est pas plutôt une charge qu'un profit. Les colonies c'est la France; aucun pouvoir que la force des choses ne peut les détacher de la monarchie ».

Malgré tous les obstacles la tâche se poursuit: la France est la première pour réclamer l'abolition de la traite des noirs, le commerce du bois d'ébène, comme on disait en un lâche euphémisme; elle fait la conquête d'Alger montrant aux Puissances qu'elle a repris son rang dans le monde, prenant ainsi son premier contact avec la côte barbaresque.

La colonisation qui libère l'armée et garde la conquête s'étend, avec Bugeaud, *ense et aratro*. Un jour, nous raconte un témoin, il regardait avec une émotion silencieuse ses soldats fauchant un champ. Tout à coup, il détacha son ceinturon, donna son épée à tenir et se couchant sur la luzerne, les bras étendus, il l'embrassa longuement.

Regardons Faidherbe, au Sénégal, n'employer la force que « si l'on ne peut rien obtenir par la persuasion ». Écoutez encore Galliéni: « Si vous pouvez m'envoyer quatre médecins de plus, je vous renvoie quatre compagnies ». Ces héros sages aux képis laurés de feuilles de chêne sont bien les « missi dominici » de la patrie bienfaisante.

1871 — La défaite, L'Europe entre dans une ère d'expansion en quête de débouchés pour sa production et de terres pour ses émigrants. Resterons-nous à l'écart alors que nous possédons sur de nombreux points du globe, des vestiges de notre ancienne splendeur ou de fragiles ébauches d'une plus récente réussite, des Antilles à Alger, de l'Atlas à l'Inde ? Si nous restons chez nous, nous subissons une diminution, mais si nous partons nous dispersons nos efforts et nous nous affaiblissons.

C'est ce dernier reproche que craignent des hommes comme Clémenceau qui reprendra les termes même de l'opposition d'un duc de Broglie, brisant l'élan en vertu des principes d'un vieux fond de sagesse bourgeoise.

Mais des adversaires ont surgi ; sans perdre de vue la ligne bleue des Vosges, ils ont regardé plus loin et jeté les bases d'un vaste empire.

Parmi eux, Jules Ferry que l'histoire appellera « Le Tonkinois », transformant un sarcasme en qualificatif glorieux, Ferry qui disait « la politique c'est pour la France moderne, un legs du passé et une réserve pour l'avenir. Est-ce que le recueillement qui s'impose aux nations éprouvées par de grands malheurs doit se résoudre en abdication ? Les nations ne sont grandes que par l'activité qu'elles développent. Rayonner sans agir c'est abdiquer ; mais dans l'obsession de la défaite le pays ne peut vivre ; toutes les fois qu'il a eu le besoin de se revigorer un instinct traditionnel a réveillé en lui sa conscience de puissance maritime et l'a ramené à son destin colonisateur ». Il s'y consacre avec la fougue de son tempérament jointe à la méthode chère au pays de Descartes. C'est par le contact avec le dehors que les nations se renouvellent. L'histoire de la Grèce et de Rome dans les temps anciens, celle

du Portugal, de l'Angleterre et de la Belgique dans les temps modernes sont là pour témoigner que ce n'est pas en se recroquevillant sur soi-même qu'une nation, même bien dotée par la nature, se développe le mieux.

Dans les dernières années du siècle un courant entraîne l'enthousiasme, amorcé par les explorations, les succès, la concurrence étrangère. Madagascar, l'Indo-Chine, le Soudan, le Congo, la Tunisie, le Maroc, autour des postes militaires, centres d'attraction, et non pôles de répulsion, entrent tour à tour dans la grande famille française ; c'est dans le sang qu'ils reçoivent le baptême, dans les tranchées de l'Artois et de l'Argonne, tandis qu'ils viennent sauver, avec une magnifique ardeur, la civilisation même que la France leur avait apportée.

Sa situation au centre du monde connu des anciens, au bord des mers et des océans qu'elle unit, qui tentent ses navigateurs avec leurs continents, leurs îles, leurs archipels, ses frontières même n'invitaient-elles pas la France aux relations lointaines, à l'expansion et ne rendaient-elles pas impossible une politique étroite, un lent dépérissement sur une existence repliée ? Elle est un carrefour où les races occidentales se fondent et s'équilibrent, un creuset où se traitent, en fusion, de multiples éléments : le latin, le celte et le germain, d'où elle tire souplesse, curiosité, esprit d'aventure. De tous ces apports, elle s'informe et modifie chaque jour son visage éternellement jeune. Elle attire — elle assimile — elle sait le secret de faire de l'homogène avec le disparate. Son rayonnement est d'autant plus actif que sa cohésion intrinsèque est plus achevée : elle a atteint les limites de son expansion, son point d'équilibre ; elle détient le record de la durée et de l'intensité. Ayant traversé plus de crises, connu plus d'expérience que les

autres, son génie filtré par les siècles, est le plus clair et le plus lumineux.

Son humanisme lui inspire, dans ses rapports avec les peuples exotiques, des gestes traditionnels au pays de Montaigne, de Saint Vincent de Paul et des Droits de l'Homme. Au regard de sa tolérance chaque peuple — fut-il moins évolué — porte en lui sa perfection personnelle, fort de son passé, de son milieu, de sa religion. On imagine malaisément ce qu'un tel renversement de Principes suppose d'expérience et de débats passionnés pour un pays que ses préférences portent vers la centralisation et l'uniformation mais qui, pour demeurer à la hauteur de son devoir a su dompter son propre esprit.

Si elle veut éprouver plus sûrement ses forces stimulées par l'impatience héroïque de ses enfants, ce n'est ni pour faire un champ de manoeuvres ou un peuplement de fonctionnaires, ni pour une quelconque mise en valeur — mot horrible puisqu'il s'agit de valeurs humains — ni pour créer des « fermes à épices ». Une force fatale l'entraîne vers un but qui la dépasse. Faut-il s'en étonner, après l'avoir vue donner et sa peine et son coeur et son sang pour les grandes oeuvres de libération : la Pologne, la Grèce, l'Amérique répondent d'elle. Ses réserves d'énergie et de foi s'enflamment toujours au contact des souffles généreux.

C'est un instinct profond qui lui a fait préférer le régime de l'association aux antiques systèmes de domination, dès lors qu'elle accueillait les aspirations des indigènes.

Les faire siens en les laissant eux-mêmes, ce fut là tout son idéal, et, le contact une fois réalisé, organiser la vie commune. De là est née une confiance réciproque où les conflits et les malentendus se sont dissous. La baguette

magique qui a transformé des mondes en moins de cinquante ans, n'est point une vision claire mise au service du don de soi ?

Refusera-t-on d'y voir une survivance de l'idéal de nos croisés ? — « Exhaussez chrétienté » était leur devise — pour qui il n'y avait qu'une communauté d'hommes, les redimés du Christ, quelque différents que pûssent être leur couleur, leur langue, leur habitat ?

Charles Martel, Charlemagne, Guillaume le Conquérant, Jeanne d'Arc, la Révolution, la Marne ne sont-ce point les relais d'une intervention de la France dans le monde, au profit de la civilisation, par un ordre providentiel et son territoire, un pont, au passage incessant ?

Partout où elle a passé, elle y a semé et « les racines qu'elle a jetées sont si profondes qu'elles nourrissent encore de leur suc des arbres puissants dont les fruits n'ont pas perdu tout-à-fait leur saveur originelle ».

Celles de nos qualités qui devaient faire de nous des colonisateurs ? Autant qu'on puisse soumettre à l'analyse cette entité émouvante, l'âme d'un peuple : un besoin de connaître, de fonder, un naturel sociable qui fait rechercher le contact et l'union, la douceur, la souplesse, le goût du vrai et du juste, la mesure ennemie de la brutalité, du lucre et du mensonge, l'esprit de synthèse qui nous fit devenir à la fois ou tour à tour : soldats, administrateurs, diplomates, artistes, ingénieurs, n'omettant jamais de différencier l'essentiel de l'accessoire et de considérer les limites et les proportions.

On nous croyait un peuple casanier, goûtant la joie bourgeoise de vivre à l'ombre du clocher natal, au milieu de quelques arpents cultivés et l'on nous vit transplantés, un jour, sur de vastes chantiers en plein travail ; pourtant

il n'était que de se souvenir : à une époque ou bien des nations n'étaient pas encore formées, la nôtre possédait un domaine qui, de l'Orient à l'Occident, englobait une grande partie du monde exploré et si elle le perdit c'est que trop de tâches sollicitaient ses énergies continentales. La volonté forte des constructeurs n'a pu se montrer efficace que parce qu'elle s'harmonisait aux aspirations — parfois ignorées d'eux-mêmes — des hommes de leur temps, en les clarifiant et les exaltant ; si la disproportion est si grande parfois entre les efforts et les résultats, il n'en faut accuser que la faiblesse de notre humaine condition et la contradiction qu'elle porte en elle ; si, néanmoins, de grandes choses ont été réalisées, il faut y reconnaître une vocation héréditaire plus qu'un dessein soutenu et cela doit tempérer notre orgueil. D'ailleurs, nous ne faisons pas de tout cela un sujet de gloriole en face d'autres nations dont nous reconnaissons aussi tous les mérites. Nous ne sommes pas atteints de la mégalomanie de la race et nous ne pensons pas que jamais un peuple ait été désigné par un décret de fer pour s'imposer aux autres.

Le but est de faire de la vie ; pour cela mettre les forces fécondes à même de donner à plein. Si c'est la variété individuelle qui est le principe de toute énergie créatrice, respecter les originalités locales est une nécessité.

Cette politique n'est pas une nouveauté mais une tradition. Quand un roi de France réunit une province à la Couronne, il lui laisse ses costumes et ses privilèges, cette somme de particularités qu'elle doit à son histoire.

Il l'humanise, la défend contre le dehors et contre elle même par le truchement des autorités traditionnelles, et donne à la persuasion le maximum de chances.

Bonnes ou mauvaises, l'indigène tient à ses habitudes et à ses institutions; les nôtres lui semblent odieuses, si nous prétendons les lui imposer. Il importe de l'y acheminer à force de patience, en le faisant évoluer dans le sens de sa tradition. C'est une machine au maniement délicat et l'on tremble de penser que c'est par milliers de vies et par millions de francs que se paie une erreur. Le présent doit compter avec le passé car nos lois n'ont pas la vertu magique de franciser les rivages où elles abordent. Admirent-ils seulement notre civilisation? Cela n'est guère sûr: il faut comprendre un peu pour admirer beaucoup. Ils ne s'étonnent pas du miracle du sorcier puisque c'est un sorcier et que rien ne lui est impossible. « C'est manière de blanc » dira-t-il pour tout expliquer.

La dignité, un commandement ferme et juste nous gagne son cœur que notre générosité attire. La neutralité dans ses affaires est bienveillante; des flatteries excessives ne nous vaudraient que son mépris. C'est la collaboration que nous leur offrons et c'est un présent que la France est la première à tenir dans ses mains tendues. Elle est symbolique la soumission de Rabezavana, à Madagascar, devant le Commandant Lyautey « il mit pied à terre, ses hommes jetèrent leurs fusils en un tas et tous se prosternèrent, tandis que leur chef, à mes pieds, malgré mes instances pour le relever, me récitait un discours de soumission qu'on me traduisait à mesure. Pour terminer il tira de son doigt une bague, cabochon de corail monté en or, en me disant: Ceci est mon anneau de commandement; je ne commande plus. Prends-le pour que tous voient que désormais c'est toi qui commandes. Je le passai à mon doigt; et ce fût le signal d'une grande acclamation. Je n'avais garanti à Rabezavana que la vie sauve. Il s'attendait pour le moins à la

déportation et, dans sa lassitude, c'est tout ce qu'il osait espérer; j'ai pris un grand parti: c'est de le laisser libre, de le réintégrer dans son ancien commandement et de lui confier la restauration de cette région, où tous le connaissent et le respectent, et l'oeuvre de réconciliation. Je le lui ai annoncé. Il se tâte pour voir s'il ne rêve pas ».

Partout où nous avons planté notre drapeau, c'est la résurrection; le retour à la vie nourricière des terres laissées en friche depuis l'origine des temps, la montée des populations qui viennent se mettre à son ombre parce que, dans ses plis, elle voit la paix, la protection, le bien-être.

Les officiers changent vite le revolver ou le fusil contre la hache ou la truelle tandis que, vaincus d'hier, associés d'aujourd'hui, transforment en bêche les fers de leurs sagaies. Ils créent, ils remuent des idées, des projets: fermes, écoles, pépinières, ateliers, chantiers; tout sort de terre et bouillonne.

La joie de nos conquérants. Écoutons-la « Ah? se coucher le soir après avoir dépouillé le courrier qui annonce dans la même journée qu'on vient de progresser d'un jour de marche, qu'une reconnaissance a atteint l'objectif fixé, que deux villages se sont repeuplés, qu'il y a six kilomètres de route de plus achevés, que six mille francs d'impôts imprévus sont rentrés, qu'un essai de pommes de terre à réussi, qu'un négociant nouveau s'est installé, qu'un marché s'est rouvert, quel bon sommeil sur tout cela ». (Lyautey).

Là voilà, la grandeur et la beauté des campagnes coloniales — ne disons pas conquêtes car ce ne sont pas les populations que nous combattons mais leurs ennemis ou leurs tyrans et que c'est la gratitude et non la rancune que nous recueillons.

Au lendemain même du combat, elles sont créatrices de vie, elles fécondent la terre, y suscitent les récoltes et les cités, ouvrant, à des régions inertes, de merveilleuses promesses.

Avant nous, des corps sans artères; avec nous des routes, des voies ferrées, des ports, des milliers d'hectares cultivés, arrachés à la brousse ou au marécage, des barrages, des irrigations, l'exploitation du sous-sol, un courant d'échanges, la grande industrie, une oeuvre sociale complète. La victoire de l'Esprit, une victoire à la Française.

Les balles ne sifflent plus et ceux qui se battaient contre nous sont venus en France, laissant leur Paradis retrouvé, pour en tirer avec nous à l'heure du danger, tandis que femmes et enfants travaillaient là-bas à nos approvisionnements.

Si nous nous en allions, leurs sociétés retomberaient dans la poussière et l'anarchie; avec nous demeurent l'ordre et la prospérité: n'est-ce la raison même des mandats que la société des Nations nous confia par les traités?

Que se manifeste çà et là une crise morale, une crise de croissance plutôt, pourquoi le nierions-nous?

Mais cet âge critique de la colonisation, qu'un Leroy-Beaulieu prophétisait, amoindrit-il le patriotisme que nous avons forgé sur les ruines d'un particularisme casanier dont les limites n'allaient pas toujours jusqu'à l'enceinte, en pisé, du village?

La colonisation est une création continue: il faudra poursuivre la lutte contre les épidémies qui déciment certaines populations, harmoniser les produits concurrents ou complémentaires avec les nôtres, les faire entrer dans le circuit des échanges internationaux, orienter les cultures, augmenter leur qualité, intéresser le pays à ses débouchés,

ne pas oublier que sa prospérité est liée à la nôtre et que nos intérêts sont communs ; les confrontations qu'ont permis notamment de récents « Etats-Généraux de la France d'Outre-Mer » assureront une continuité de vues, sous une ferme unité de direction. L'année 1937, avec le traité franco-Syrien, la suppression des capitulations en Egypte, les troubles de Tunisie et du Maroc, la situation en extrême Orient, requiert toute notre attention.

Sachons choisir nos chefs et laissons les travailler dans la confiance. Ils feront peut-être des erreurs mais, à l'usage, ils les corrigeront ; si les hasards de la politique les font se succéder, ils les laisseront subsister et ils y ajouteront les leurs.

* * *

Le français des colonies n'est pas un être diminué mais tout au contraire un français majoré. Au sortir de la métropole, rongée de divisions intestines, il a retrouvé l'école d'énergie où se refait la race. La supériorité de son existence ? Elle engendre une conception des choses plus large et plus tolérante, elle bouscule les routines, pour faire place aux formules réalistes. Par lui, la sève est revenue de la périphérie au centre et y a ramené la floraison.

Dans les campagnes lointaines s'est forgé l'outil de la victoire, avec les bataillons de là-bas aguerris, coutumiers des risques et des responsabilités et leurs chefs que les combats de la grande guerre mirent au premier rang.

Dans les initiatives d'outre-mer, ils ont pris des habitudes de pensée et des audaces de conception, ces hommes que nous voyons mêlés aux grandes initiatives du pays dans tous ses domaines.

Notre politique extérieure et notre politique intérieure liées ont été, depuis cinquante ans, fonction des colonies.

Nous avons retrempé notre vigueur dans leur amitié et nous leur devons dans la mauvaise comme dans la bonne fortune, de garder le sens et la fierté de nos destinées.

Au surplus, le contact a créé une race nouvelle ; Rencontre, observation, pénétration, trois étapes qui aboutirent au miracle d'un métamorphisme colonial. Qui aurait été assez fou pour oser le concevoir ? Un prophète ? Même pas, car interdit au seuil de cette cité nouvelle, il aurait douté de lui-même.

Pour des yeux peu clairvoyants, l'apport le plus apparent est d'ordre économique ; des produits nouveaux sont rentrés dans notre économie : féculents, oléagineux, céréales, fruits ; ou l'ont élargie : textiles, bois, minéraux. Ils ont donné aux échanges un renouvellement et l'extension à notre esprit d'entreprise, un rajeunissement. Prudents à l'extrême, nous avons tenté l'aventure et elle nous fut favorable. Si nous avons arraché des terres à la misère et à la barbarie, en les faisant entrer dans le vaste courant du monde moderne, elles nous l'ont rendu à tel point que nous ne savons aujourd'hui où sont les réels bénéficiaires.

Science et pénétration ne tardèrent pas à se montrer inséparables.

N'ignorions-nous pas à peu près tout du sol et des hommes ? Des vieilles questions, restées sans réponse, excitaient la curiosité des savants. Voilà que les sciences naturelles et pratiques sont entraînées dans le tourbillon avec des méthodes propres, sollicitées de toutes parts par les besoins journaliers au cours de campagnes qui auront,

comme les autres, leurs héros et leurs martyrs. Les sciences de l'homme ont trouvé leur couronnement dans la fréquentation intime des populations diversifiées à l'infini (aussi bien la géographie humaine, l'ethnographie, la sociologie que la linguistique, l'histoire des religions) depuis les plus primitives qui permettent, à travers l'espace de remonter le temps, ou les phénomènes peuvent observer à l'état pur, jusqu'aux plus civilisées où les réactions du milieu ont modelé d'autres visages. Pour la science se lève une moisson d'expérience et d'épreuves qui recule les limites de l'inconnu : un prodige d'élargissement.

Nos écrivains ont tiré de ce contact, sur des thèmes éternels, des modes nouveaux ; ils se font les interprètes des concepts et des sentiments qui paraissent sans commune mesure avec les nôtres, quand ils ne les ont point fait entrer dans la sensibilité d'une époque, tel un Bernardin de St. Pierre.

Ils ont voyagé et ont rapproché leurs observations. Romanciers et dramaturges ont placé dans le champ de leur vision oints d'huile de palme ou parés de colliers de fleurs, des êtres nouveaux, doués de vertus et de charmes, dans leur diversité mentale, germe encore plus qu'alluvions : idées et images. L'influence sur les arts n'est pas moindre et l'on pourrait dresser sans peine des inventaires probants.

Les échanges mutuels sont indénombrables ; il faudrait pour les signaler passer de la gastronomie au sport, de la danse aux modes : on reste stupéfait de la présence des colonies dans toutes nos habitudes et plus simple serait-il de se demander où elles n'ont pas pénétré. Il n'est jusqu'au domaine religieux où la connaissance de l'Islam et du Bouddhisme n'aient offert un refuge inattendu à l'inquiétude contemporaine.

* * *

J'ouvre ici une parenthèse au sujet d'une question d'actualité ; les revendications coloniales.

Il importe en effet de dissiper une équivoque due aux circonstances dans lesquelles le problème s'est présenté. C'est à propos de l'affaire d'Ethiopie et à l'occasion des sanctions contre l'Italie que la question de la redistribution des matières premières a été posée devant la S. D. N. Il s'agissait d'une conquête coloniale, dont la légitimité était discutée. Aussi une confusion s'est-elle établie entre un problème d'ordre général, et le cas particulier à l'occasion duquel il se trouvait posé, et c'est de là qu'est née cette idée que le problème des matières premières était principalement un problème colonial.

Les hommes d'Etat allemands ont usé de cette confusion et l'ont accentuée, en présentant comme indissolublement liées, des revendications coloniales de prestige et les besoins incontestables en matières premières qui ont toujours été le fait de l'Allemagne.

Or, le simple bon sens et la consultation d'une statistique élémentaire de la production des matières premières dans le monde permettent de se rendre compte que la proportion des grandes matières premières produites dans les territoires coloniaux est fort mince et qu'en conséquence le problème des matières premières intéresse tous les territoires, ceux des puissances souveraines et des métropoles aussi bien et même plus que ceux des colonies.

Ainsi la répartition des matières premières dans le monde est un problème. Les revendications coloniales allemandes en sont un autre. Il convient de ne pas laisser s'établir entre eux de confusion.

Quant à la redistribution des colonies et mandats elle ne résiste pas à un examen attentif.

Tout d'abord, elle fait trop bon marché de l'honneur national des peuples: le temps n'est plus où les grands du monde taillaient impunément dans la carte du monde. D'ailleurs, au cours des six derniers mois, nombre de personnages officiels anglais ont manifesté très fermement leur volonté absolue de ne pas laisser toucher à l'Empire et les représentants des Dominions gestionnaires de mandats ont exprimé une volonté analogue.

Mais surtout, il est évident qu'une telle opération ne constituerait en rien une solution du problème des matières premières qui ne sont produites que pour une très faible part dans la zone tropicale africaine où pourraient se faire les principales redistributions. Cette zone ne peut satisfaire leurs besoins ni en houille ou pétrole, ni en fer, ni en coton, ni en laine. D'autre part, la mise en valeur d'une colonie est une opération financière coûteuse, exigeant de gros investissements de capitaux à long terme. Or, les pays au profit desquels cette redistribution se ferait sont précisément ceux qui manquent le plus de capitaux.

Enfin, ouvrir la porte aux revendications allemandes, c'est admettre toutes les revendications ultérieures que pourraient formuler d'autres pays européens, tels que la Tchécoslovaquie, la Roumanie, la Pologne, la Suisse. De telles réclamations se heurteraient inévitablement de la part des autres Etats à des décisions inébranlables de s'y opposer par n'importe quel moyen, y compris la guerre.

Réclamer des colonies qu'on n'a pas eu la peine de fonder, c'est un rôle qui reste à la portée de tout batteur d'estrades internationales. Mais inventer le rêve d'une exploration et le réaliser est une fière besogne qui requiert

les générosités du cœur et les énergies de la volonté, l'immolation de héros sans nombres.

Après avoir esquissé l'oeuvre d'une nation qui ne fut impériale que pour répondre à sa vocation, comment la pensée ne s'élèverait-elle pas vers ses soldats et ses colons, connus ou ignorés qui ont laissé leurs corps sur les pistes dans les brousses perfides au milieu des sables qui brûlent, des forêts qui tuent, frappés par la fièvre, le poison, le fer.

Ils ont fécondé l'humus, racheté la sylve ; et l'aventure n'est si merveilleuse que parce qu'ils ont tout donné pour vaincre les forces hostiles. Ils furent dignes de leurs chefs, Les Cartier, les Dupleix, les Mariette, les Joffre, les Galieni, les Lyautey, et tant d'autres à qui la Sibylle africaine de Sienne semble avoir indiqué le destin, de son index prophétique : « Colaphos accipiens tacebit : dabit in verbera innocens dorsium ». Se taire, recevoir des soufflets, c'est là le sort qui leur fût souvent réservé.

En fût-il autrement pour les politiques lucides véritables francs-tireurs, désintéressés jusqu'à l'holocauste, les Delcassé, les Cambon, les Hanotaux ?

Epargnâ-t-on davantage les missionnaires répandus sur les deux continents et comprit-on qu'apprendre à des noirs ou à des jaunes à réciter leurs prières dans notre langue, c'était travailler pour la patrie ?

Tous ceux là sont grands : ils ont dédaigné les plaisirs médiocres et les vies faciles, ils ont choisi celle qui permit à notre drapeau de flotter plus haut et plus loin, celle qui fait du pain, de la vie, de la gloire. Dans le creux de leurs mains calleuses, comme jadis les rois faisaient du globe surmonté de la croix, c'est la mappemonde qu'ils ont tenue.

Gardiens de notre culture, fondateurs, héritiers de la paix antique, justificateurs, ils ont connu, dans le recueil-

ment des peuples enfants, des créations premières; ils ont gardé la pûreté de leur âme. Vêtus de lin ou ceints d'une armure, auréolés de rayons ou casqués de fer, on n'a pas encore dénombré les héros germés dans les solitudes, hommes au coeur simple, au regard ferme, libérateurs de toutes les entraves, et, créateurs d'une âme commune, ils sont eux les vrais libérés.

Fils et petit-fils de l'aventure par une haute inspiration ancestrale ils ont ouvert leurs bras étendus vers l'espace et leurs yeux vers la lumière.

La France des cinq parties du monde, fille de la paix romaine, peut reprendre à son compte l'orgueilleuse affirmation: *Cuncti gens una sumus*: soixante millions d'hommes qu'elle fait entrer dans la vie moderne aidant et dirigeant leur croissance, attentive, le doigt sur les pulsations, en Afrique, à Madagascar, en Indo-Chine, en Syrie, aux Antilles, à la Guyane, en Océanie.

Elle en ressent elle-même un rajeunissement imprévu. La vieille maison de famille semblait parfois ébranlée et trop étroite pour les générations qui venaient. La rebâtirait-on de fond en comble ou bien l'approprierait-on aux besoins nouveaux? C'est ce dernier parti le plus sage et le plus consolant que notre politique a choisi, en étayant avec des constructions et des annexes, le foyer sacré que nos pères ont habité et aimé.

Si l'on doutait de sa fidélité, que l'on évoque l'indignation qui répondit à la suggestion, timidement faite il n'y a guère, par quelques créanciers intéressés, de céder certaines colonies pour restaurer nos finances et payer nos dettes de guerre. C'était mal connaître l'histoire et le coeur d'un peuple qui n'a vécu que pour l'affranchissement des siens et des autres.

Nous n'acceptons là-dessus aucun préjugé de race, de classe ou de couleur. Le sang français, qu'il soit versé par un noir, par un jaune ou par un blanc, est toujours rouge sur les champs de bataille où il s'agit de servir la France. Nous ne connaissons qu'une race, la race humaine, qu'une supériorité, celle du mérite.

Saint Louis, les noms de Saint Denys et de Sainte Geneviève aux lèvres, expire à Carthage y appelant Bonaparte, en attendant Jules Ferry. Voilà la vraie continuité et le grand dessein.

L'histoire continue; la vie c'est la lutte et non la victoire; le génie d'une race ne s'arrête jamais, sous peine de déchoir.

Le peut-on nier lorsqu'il n'est que de constater sous toutes les latitudes, avec toutes les races, organisées ou anarchiques, une réussite complète?

Nous avons abordé le monde alors que, sur ses cartes les « *terrae incognitae* » y foisonnaient, figurées par des géants ou des animaux fantastiques; ce sont les éléments des conquêtes spirituelles et matérielles que nous avons inscrits à la place des signes de l'ignorance et de la barbarie.

Elle reste à écrire, *la Légende dorée* de la France d'outre-mer, mais chemin faisant, qui n'en a recueilli des épis perdus? Relevons-en deux, pris parmi beaucoup, qui témoignent à travers l'histoire, de la qualité de la moisson et de l'attachement des français de couleur.

En 1711 des navires malouins s'arrêtent à Madagascar — que nous avons évacué — pour se ravitailler. On discute sur la capacité des mesures de blé fournies par les indigènes; le palabre se prolonge. Le chef est appelé et fait taire la dispute: « Je vous donne pour rien ce blé,

s'écrie-t-il, à condition que vous disiez à votre roi que je l'ai fait à sa considération ».

Plaidant notre cause auprès de l'empereur d'Annam, le vice-roi de Basse-Cochinchine disait en 1832 « Comment! Nous persécuterions ces maîtres européens *dont nous avons encore le riz aux dents?* » C'est la phrase qui jaillirait, en toute vérité, sur les lèvres de tant de peuples disséminés à la surface du globe.

Estime-t-on vains dix siècles de luttes, de peines et d'efforts qui méritent ces simples mots? La France, elle, y trouve sa récompense et elle lui suffit.

HENRI-LOUIS DUBLY

MANUAL DE HERÁLDICA PORTUGUESA (1)

F

Facho — Haste metálica rematada por um cesto ou grade, onde se prende a substância inflamável. Representa-se em pala. As chamas podem ser da mesma cor do facho. Caso contrário o facho é *acendido* da cor que se indicar.

(*Bernal*)

Falcão — Ave de rapina. Emprega-se também como elemento falante. Representa-se, de perfil, normalmente com as asas levantadas.

(*Falcão*)

Faixa — V. *Cap. II*.

(*Chermont*)

Faixado — V. *Cap. II*.

(*Arca*)

Faxeta — V. *Cap. II*.

(*Almança*)

Fendido — V. *Cap. II*.

Ferrada — É a peça móvel, cujas ferragens ou ornatos metálicos são de cor diferente.

(*Ferrão*)

Figurado — O *besante* ou a *arruela* carregada de outra peça que não seja cruz.

(*Utra*)

(1) Cont. do n.º 1, vol. 93, pág. 93.

Figuras — V. *Cap. II.*

Filete — V. *Cap. II.*

Firmadas — As peças que tocam um ou mais bordos do escudo.

(*Beja, Costa*)

Fivelas — São geralmente redondas. Representam-se, voltando a ponta do fusilhão para o flanco direito, se outra posição não fôr apontada.

(*Calvo*)

Flamas — (ou chamas) — Representam-se por uma forma convencional, quando isoladas, que é semelhante ao cálice do cravo, arredondada por baixo e fendida em três superiormente. As suas côres são *vermelho* e *ouro*, ou sós ou misturadas.

(*Batalha*)

Flamejante — O mesmo que ondeante.

Flancos — V. *Cap. II.*

Flanqueado — V. *Cap. II.*

(*Bocanegra, Imperiali*)

Flecha — Arma medieval ou gentilica. Representa-se ordinariamente em pala, com a ponta para cima, e quando na posição contrária, diz-se *invertida*. Quando as côres do *ferro* e das *penas*, fôrem diferentes da da haste, deverá indicar-se. V. *Quebrada*.

(*Mendanha*)

Flor-de-lis — A mais nobre flor heráldica. Representa-se com 6 pétalas, sendo três para cima e três para baixo. Pode ser utilizada só metade, isto é, pode ser *partida*, e tanto se emprega a metade da direita, como a da esquerda. Pode também ser *cortada*, e nesse caso diz-se de *pé cortado*. Pode ainda ser *cerceada da fôlha do meio*, isto é, não a ter. E, por último, pode

ter dois botões, entre a fôlha do meio e as laterais: é o chamado *lis florentino*.

(*Atouguia, Espinola, Loronha, Moreli, Esteves,*
de João Lourenço de Bubalde)

Florão — É um ornato de fantasia, representado por uma fôlha de acanto trilobada.

Flordelizada — V. *Florenciada*.

Florenciada — É a peça que é rematada por flôres-de-lis de *pé cortado*. Quando essa peça é ornada, em dois bordos opostos, por flôres-de-lis de *pé cortado*, dispostas alternadamente, diz-se que é *florenciada contra-florenciada*.

(*Pereira, Pantoja*)

Flôres — As que se encontram no brasonário de Portugal são: *cardo* (*Cardoso*), o *cravo* (*Belem*), o *lírio* (*Clamouse*), o *lis* (*Nápoles*), o *trevo* (*Travassos*) e a *rosa* (*Carniche*).

Quando teem pé e folhas de outra côr, é necessário fazer-lhes referências. Quando são só os pés, dizem-se *sustidas*.

Florida — É *florida* de tal côr a planta que tem flôres de côr diversa da haste e das fôlhas.

(*Ribeiro*)

Floronada — É a peça, que é rematada ou ornada por florões. Pode ser *floronada* e *contra floronada*. (V. *florenciada*).

Folhado — O fruto ou a flor que tem fôlhas de côr diferente diz-se *folhado* de tal côr.

(*Espanha*)

Fôlhas — As fôlhas de árvores figuram-se normalmente em pala, com os pés para a ponta do escudo. Se teem os pés para o *chefe*, dizem-se invertidas. Podem ter as

nervuras de outra côr, e nesse caso dizem-se *nervadas* de tal côr. As fôlhas que entram na heráldica nacional, são: *figueira* (Figueiredo); *golfão*, também chamadas *panelas* (Arrais); *hera* (Botafogo); *videira* (Vidal); *trevo*, que se representa com o pé voltado para a direita (Chermont); e *palmeira* (Braancamp).

Fonte — A fonte heráldica é representada por uma grande taça redonda, ao meio da qual se levanta uma coluna que sustenta outra taça menor, em cujo centro existe um jacto de água que se divide em duas curvas, ao cair na mesma taça: uma para a direita e outra para a esquerda. Dos lados da taça superior, saem dois jorros de água, que são recebidos pela taça inferior.

(*Fontana*)

Forrada — Diz-se da peça que mostre parte da sua superfície interior de côr diferente da exterior.

(*Abarca*)

Forrado — Diz-se do *paquife* — V. *Cap. II*.

Fota e futado — V. *Cabeças humanas*.

Foucinha — Representa-se na sua forma usual, e em pala.

(*Abelho*)

Franchado — V. *Cap. II*.

Franco-cantão — V. *Cap. II*.

Franco-quartel — V. *Cap. II*.

Franjada — Diz-se da peça ou figura que tem os bordos franjados, por vezes de outra côr.

(*Bandeira*)

Fresta e frestado — V. *Castelo*.

Frutada — É a árvore que tem frutos de côr diferente.

Faz excepção o *carvalho*, que se diz *lendado*, e não frutado de suas *bolotas* ou *landes*.

(*Oliveira*)

Frutada — A peça rematada com frutos.

(*Bulhões*)

Frutos — Quando empregados como peças móveis, isto é, isolados das árvores, brasonam-se como outra qualquer *figura*. Tem de se especificar, ao brasonar, se tem ou não *pé* e *fôlhas*, e qual a sua côr. Normalmente, o *pé* fica voltado para o *chefe*.

Os frutos, quando pendentes de um ramo, dizem-se *vestidos*. No *Brasonário de Portugal*, encontram-se apenas isolados os seguintes: *cachos de uvas*, *bolotas*, *peras*, *pinhas* e *romãs*.

« *Fugida, em* » — V. *Cap. VII*.

(*Andrades*)

Furada — V. *Cap. II*.

(*Almeida*)

Furioso — Diz-se do touro, quando tem as patas dianteiras no ar.

(*Souto, de Leão*)

Fusela e fuselado — V. *Cap. II*.

(*Baena*)

Fusil — V. *Cadeia*.

Fusta — Pequeno barco de remos, e com mastro, usado na Índia.

(*César*)

G

Galho — Chavelho do veado.

Galo — Pode ter *crista* e *barbas* de outra côr. Se tem o bico aberto é *cantante*. *Ardido*, se levanta a pata direita.

(*Sanches*)

Gato — É sempre visto de frente.

(*Gatacho*)

Gavela — V. *Espiga*.

(*Trigueiros*)

Gavião — Ave de rapina, usada na caça de altanaria.

V. *Aves*.

(*Gavião*)

Girão é *gironado* — V. *Cap. II*.

(*Girão*)

Golfinho -- Representa-se de perfil, o corpo arqueado em semi-círculo, com a bôca e a cauda voltadas para a direita. Nesta posição diz-se *vivo*.

(*Rodovalho*)

Gomil — Jarro antigo para água, de formato variável.

(*Gomide*)

Gotado — Pequenos móveis heráldicos, que affectam superiormente a forma hemisférica.

(*Simões*)

Gradeado — V. *Castelo*.

Gralho — Ave usada como elemento falante. Representa-se a três-quartos, com a cabeça de perfil, as asas levemente abertas.

(*Gralho*)

Granada — Projétil de artilharia, de forma esférica, e que se representam, com chamas de vermelho e oiro, na parte superior. É a razão porque se dizem *inflamadas*.

(*Cardaillac*)

Grifo — Figura fantástica; representa-se de perfil e é constituída por corpo de águia anteriormente, e de leão posteriormente. Asas abertas, com as pontas voltadas para o chefe.

(*Reboredo*)

Grimpada — É a tórre coberta, rematada por um cata-vento ou por outra peça que se indique.

(Morais)

Grou — Representa-se de perfil, com a pata direita levantada, segurando nela uma pedra chamada *vigilância*, cuja côr se indica ao brasonar, se fôr diferente da sua.

(Canto)

Guante — V. *Manopla*.

Guarnecido — É o elmo, que tem ornatos de ouro, no *gorjal* e na *viseira*. V. *Espada*.

Guião — Bandeira terminada em duas pontas e flutuando para a direita do escudo.

(Côrte-Real)

H

Hacha-de-armas — É o machado de guerra. Tem uma fôlha larga, com o gume em arco-de-círculo, oposta a uma choupa aguçada e um tanto curvada para baixo. Superiormente terminava em lança; Se o cabo é diferente do ferro, diz-se que a hacha-de-armas é *encabada* de tal ou tal côr.

(Guarda)

Hasteada — Dá-se esta designação à alabarda, à lança e outras armas compridas que teem a haste diferente do ferro. A bandeira que tem o pano de diferente côr da haste, também se diz *hasteada*.

(Figueiredo, de João Figueiredo; Garro, de Pedro Esteves)

Hidra — Figura fantástica, representada de perfil, com corpo e sete cabeças de serpente, seis das quais estão em atitude de ataque, e a última pendente.

(Godinho, do Alentejo)

I

Ilha — Representa-se de forma irregular e arbitraria.

(Colombo)

Iluminado — V. *Castelo*.

(Espargosa, Saldanha)

« *Inclusa* » — V. *Cap. VII*.

(Carvalho)

Inflamada — V. *Granada*.

Invertida — V. *Cap. VII*.

J

Jaquelado — V. *Enxaquetado*.

Jarra — Vaso, com ou sem asas, de pé torneado. Ao seu rebôrdo superior dá-se o nome de *bocal*. Quando tiver asas, terá de se mencionar a circunstância. V. *Albarrada*.

(Sodré)

Javali — Representa-se de perfil, e passante. V. *Defendido*.

(Taques)

L

Lábaro — Estandarte de duas pontas, prêso a uma travessa que se suspende horizontalmente de uma haste.

(Badajoz)

Ladeada — V. *Cap. VII*.

Lagarto — Representa-se estendido e rastejante, posto em pala.

(Louzada)

Lagoa — Representa-se de forma circular, aguada de prata e azul.

(*Laguna*)

Lambel — V. *Cap. II*.

(*Magrisso*)

Lampassado — Diz-se da *águia*, *leão*, *leopardo*, *lobo* e *urso*, quando têm a língua de outra côr. Dos outros animais, diz-se *linguados*.

Lança — É a arma própria da cavalaria. Pode ser *enristada*, se o braço que a sustenta, a empunha horizontalmente. V. *Hasteada* e *Quebrada*.

(*Louredo*)

Lanço de muralha — É uma parede de fortaleza, ameiada, lavrada da mesma côr, apoiada a um e outro extremo, numa tôrre ou torreão.

(*Salgado*)

Landado — V. *Frutado*.

Lande — V. *Frutos*.

Lavrado — V. *Castelo*.

Leão — Representa-se normalmente *rampante*, isto é, firmado nas patas trazeiras, tendo as dianteiras levantadas na direcção do ângulo direito do *chefe*. Qualquer outra posição deve ser indicada, pois são excepçionais.

O leão é sempre visto de perfil.

(*Silva, Pó*)

Lebre — Representa-se, normalmente, *corrente*.

(*Leboredo*)

Lebreu — É o cão próprio para a caça das lebres, o galgo. Normalmente representa-se *corrente*. A sua *coleira* nunca tem *fivela*. V. *Levantado*.

(*Cordovil, Castilho, de João Castilho*)

Leopardo — Representa-se geralmente passante e sempre com a cabeça de frente e com a mão direita levantada.

(Coutinho, Galhardo)

Leque — V. *Pavão*.

Letras — As letras são usadas na heráldica portuguesa, quer como móveis do escudo, quer com diferenças. No primeiro caso, encontramos o *M*, *S* e *I*.

(Bahamonde, Seabra e Jacome)

Levantado — Diz-se do *urso*, do *cão* e do *galgo* que têm as mãos levantadas.

(Guterres, Correlhão)

Linguado — De qualquer animal que tem a língua de outra côr. V. *Lampassado*.

(Doutel)

Linha — Travessa do lambel. V. *Cap II*.

Lirio — Brasona-se como as demais flores. Representa-se em pala.

(Ribeiro)

Lisonja e lisonjado — V. *Cap. II*.

(Rodrigues, de Paio Rodrigues)

Lôbo — Geralmente *passante*, e sempre de *perfil*. É mister indicar sempre a sua atitude, quando não seja a atrás indicada. V. *Lampassado* e *Cevado*.

(Lôbo)

Lourel — Diadema feito com dois ramos de loureiro, encurvados, de forma que se cruzam em *ponta* e em *chefe*.

(Landerset)

Lunel — V. *Terno* e *Quaderna*.

Luseiro — É uma estrêla de dez raios.

(Dias)

M

Maça-de-armas — Arma antiga, constituída por uma haste, rematada por uma esfera eriçada de pontas. Representa-se em pala.

(*Maça*)

Maçaneta — Nome genérico de tôdas as peças de forma esférica, que rematam as extremidades de outra peça mais importante. Quando a *maçaneta* não tiver a forma esférica, é mister não esquecer essa circunstância.

Maçanetada — É a peça rematada com *maçanetas*. V. *Maçaneta*. Por extensão emprega-se por *landada*.

(*Bulhões*)

Machado — Arma de guerra. Representa-se em *pala*, com o ferro voltado para a direita. Pode ser *encabado* de outra côr. V. *encabado*.

(*Machado*)

Malhado — É o animal que tem manchas ou malhas de outra côr.

(*Coelho*)

Malhete — Martelo ou maço de ferro ou de madeira, composto por uma peça superior, em forma de barrilete, e de um cabo arredondado, que engrossa na extremidade livre.

(*Bracamonte*)

Manilha — V. *Anel*.

Manopla — Luva que fazia parte da armadura, com canhão alto e coberto com chapas metálicas.

(*Guante*)

Mantel — V. *Cap. II*.

Mantelado — V. *Cap. II*.

Mãos — Representam-se ordinariamente em *pala*, *espal-madas* e *erguidas*. O usual é a *direita*.

(*Barata*)

Mãos-dadas — São duas mãos direitas que se apertam. Podem brasonar-se em *pala*, *banda*, *faixa*, etc. Quando em faixa tomam o nome de *fé*. Deve designar-se a côr das mangas quando é diferente das mãos.

(*Camelo*, de Lopo Rodrigues)

Mar — É a representação da água no *contra-chefe*. Geralmente o mar é de prata aguado de azul, ou vice-versa, e sempre *movente* do bordo inferior do escudo. Pode ser *encapelado* ou *revoltado*, quando *bate* alguma peça ou figura. V. *Pé de água*.

(*Ortigosa*)

Mata — É uma série de arbustos, alinhados em faixa e tocando-se uns aos outros. É *florida*, se apresenta, por entre a ramaria, flores de côres várias.

(*Mata*: de Luiz Gomes)

Meio-mouro — É a figura humana, vestida à mourisca, com seu turbante. Representa-se *sainte* ou de meio corpo, e sempre de frente. Não tendo braços deverá declarar-se.

(*Araújo*, de Álvaro Pires)

Meio-vôo — É uma posição das aves, intermédia entre *estendida* e *abatida*.

(*Brandão*, de João Sanches)

Membrado — V. *Sancado*.

Memória — V. *Anel*.

Merleta — Ave heráldica, sem pés, nem bico, e que se representa de perfil.

(*Brown*)

Mó — É a pedra do moinho. Representa-se com uma das faces aparentes, e um pouco a três quartos, de forma a ver-se, do lado esquerdo, um pouco da superfície cilíndrica. Ao centro tem um buraco quadrado.

(*Lameira*)

Moleta — É a roseta, ou pua, da espora, utensílio do cavaleiro. Representa-se como uma estrêla de seis raios, com um orifício circular ao centro.

(*Saltar*)

Montante — V. *Cap. VII*.

Monte — É a representação de uma elevação de terra. Geralmente é movente do bordo inferior do escudo. Representa-se, muitas vezes, por uma única elevação, outras, por uma série de *cômoros*, cujo número deve ser indicado, e num conjunto que semelhe a forma de pirâmide.

(*Cerniche*)

Mosqueta — V. *Cap. II*.

« *Movente* » — V. *Cap VII*.

Mundo — Representa-se por um globo de azul, que se supõe rodeado por um círculo máximo de oiro, horizontalmente disposto, no qual vêm terminar as extremidades de um semi-círculo máximo que, partindo do centro aparente da figura, se dirige para o ponto oculto que lhe é diametralmente oposto passando pela parte superior do globo, onde assenta uma cruz.

A parte visível destes arcos, tem a disposição de uma *faxa-pala* em *chefe*.

O mundo pode ser *arqueado*, e *cruzado*, quando a cor dos arcos, e a da cruz, são diferentes da sua.

(*Fialho*).

Muro — V. *Lanço de muralha*.

N

Nadante — É a atitude normal dos peixes, ou do cisne, quando sôbre a água.

(Lago, Cisne)

Nascente — Toma este nome o animal, de que só aparece a parte anterior do corpo, como se estivesse o desenho cortado.

(Amaral, de Pero Rodrigues)

Nebulada — V. Cap. II.

(Everard)

Nervadas — V. Fôlha.

Nimbada — E' a figura divina dotada de *nimbo*.

Nimbo — É o arco luminoso que contorna a cabeça das figuras divinas.

(Badajoz)

Nodoso — Diz-se do tronco que é provido de nós, que ainda apresentam vestígios de lhe terem sido tirados os ramos.

(Bairros)

Novelo — Entra como elemento falante.

(Novais)

Número — « Sem número » « Em número ». V. Semeado ; e Cap. VII.

O

Olhos — Representam-se sempre de frente.

(Ávila)

Onça — Representa-se sempre com a cabeça de frente.

(Casco)

Ondada — V. Cap. II.

Ondeante — V. *Serpente*.

Orla, orlada e orleta — V. Cap. II.

P

Pá — Usa-se como elemento falante.

(*Paainha*)

Pala e palado — V. Cap. II.

Palma — Assim se chama à fôlha da palmeira.

(*Braancamp.*)

Paquife — V. Cap. II.

Parado — Diz-se do animal, firmado nas suas quatro pernas, em atitude de não andar.

(*Delgado*)

Partições — V. Cap. II.

Partido — V. Cap. II.

Passado — O mesmo que *trespassado*.

« *Passado em aspa ou em cruz* » — V. Cap. VII.

Passante — Atitude normal de alguns quadrúpedes.

(*Córdova*)

Pâtea — V. *Cruz*.

Pavão — A posição normal do pavão é de frente, com a cauda, o *leque*, aberta. De perfil, e com o *leque* fechado, é excepção que deve notar-se.

(*Pais, Rodrigues, de Paio Rodrigues*)

Pé — É por onde se ligam as fôlhas, as flores ou os frutos à planta.

Quando o não têm, ou é de outra côr, deverá indicar-se.

Pé-de-água — É o contra-chefe ondado de prata e azul, ou só de uma destas côres, ou aguada de outra. Também se lhe chama *mar*.

(Fajardo)

Pé-de-escudo — V. *Ponta*.

Pé de milho — Entra como elemento falante. Representa-se em fala.

(Milhaço)

Peças heráldicas. — V. *Cap. II*.

Peixes — Representam-se ordinariamente, na heráldica portuguesa, em faixa. Qualquer outra posição deve ser indicada.

V. *Cap. II*.

Pelicano — Representa-se no seu ninho, com as asas meio levantadas, alimentando os filhos, em número de três, com o seu próprio sangue. Quando o sangue é de côr diferente da do corpo, diz-se *ferido* de tal côr.

(Gomes)

Péles — V. *Cap. II*.

Pendão — Estandarte comprido em forma triangular. Se é bipartido ou dividido ainda em mais pontas, deverá especificar-se essa circunstância. O pendão mourisco é arredondado.

(Santiago, Pacheco, de Duarte Pacheco)

Pendentes — V. *Cap. II* — Partes do *lambel*.

Penhasco — É sinónimo de rochedo.

Perfilada — V. *Cap. II*.

Perna armada — É uma perna humana, estando coberta, bem como o pé, das peças da armadura respectiva.

(Couros)

Picada — O mesmo que salpicada.

Pinha — V. *Fruto*.

Planície — V. Cap. II.

Plantas — V. Cap. II.

Plantada — É a árvore ou planta que é *sustida* por um *terrado* de outra côr.

(*Manso*, de Castela)

Pleno — V. Cap. II.

Pluma — Pena de avestruz. Representa-se de frente, com a parte superior dobrada, igualmente para a frente.

(*Miranda*)

Pomba — Representa-se de perfil.

Ponta V. Cap. II.

Ponte — Representa-se sempre firmada nos dois flancos do escudo, por meio de dois pilares. O número dos pilares intermédios defende do número dos arcos, que geralmente é de três. Figura-se de cantaria aparelhada, com guardas no taboleiro, e aparentando flecha. A espessura dos arcos fica aparente do lado direito. Pode ser rematada ou defendida por torres, e também constituída por dois panos, que formam ângulo, tendo os panos da direita dois arcos.

(*Prego*, da Galiza, *Guadiana*, *Ponte*)

Pontos — V. Cap. II.

Pontos equipolados — V. Cap. II.

Porta — V. Castelo.

Portugal-antigo — As armas antigas de Portugal, sem a bordadura dos castelos.

« *Postas em...* » — V. Cap VII.

Potêntea — V. Cruz.

Preando — Diz-se da ave de rapina que leva nas garras a presa ou *prêa*.

(*Veloso*)

Prelusido — o mesmo que florido.

Privilégio — V. *Cap VII*.

Punhal — Representa-se em *pala*.

V. *Espada*.

(*Cacho*)

Q

Quaderno — *Crescente*.

Quadricula — V. *Cap II*.

Quadrifólio — Flor imaginária, de quatro pétalas arredondadas, dispostas em cruz.

(*Cavalcanti*)

Quadro — V. *Cap. II*.

Quartel — V. *Cap. II*.

Quebra — V. *Cap. II*.

Quebrada — Diz-se da *espada*, *lança*, da *flecha*, a que falta a metade oposta por onde se empunham.

(*Barahona, Oliva*)

Quinas — Nome vulgar porque são conhecidos os *escudetes* das armas de *Portugal*.

Quina — (De) — Posto de ângulo para o observador.

(*Canto*)

Quinquefólio — Tem às vezes o nome de *flôr de nespereira*.

São cinco pétalas terminando em ponta. Ao centro têm uma abertura redonda.

R

Raio — Representa-se por uma linha em *sig-zag*, movente de algum dos bordos do escudo, ou do traço de alguma das partições, em direcção da ponta do escudo. Terminam em ponta de flecha.

(*Gil, de Martim Gil*)

Raios — O mesmo que *pontas*. V. *Estrela*.

Raizes — V. *Arvore*.

Ramos — Representam-se em *pala* ou em *aspa*.

(*Reboredo*, de Diogo de Reboredo)

Rampante — V. *Leão*.

Realçada — O mesmo que perfilada.

Recatada — Diz-se da ave que tem a cabeça debaixo da asa.

(*Garcêz*, de João Garcêz)

Recruzetada — V. *Cruz*.

Recurvada — V. *Cruz*.

Redoma — O mesmo que *copo*, ou *cálice*.

Reixa — Grade que defendia o forte de uma fortificação.

(*Reixa*)

Rematado — V. *Cap. VII*.

Repassado — V. *Cap. VII*.

Requifados — V. *Cap. II*.

Retorcida — É a forma da cauda da *serpe* e do *dragão*.

(*Camões*, *Regras*)

Retraídos — V. *Cap. II*.

(*Queiroga*)

Reünidos em ponta — V. *Cap. VII*.

Rio ou Ribeira — É a faixa com a sua largura normal e no lugar próprio. Aguada de prata e azul, ou vice-versa.

(*Mergulhão*)

Rochedo — Representa-se sempre muito alcantilado.

O mesmo que *penhasco*.

(*Ortigosa*)

Roda — É a roda de carro romano, e com 8 raios. Fóra d'este número terá que ser indicado.

(*Belem*)

Roda de navalhas de Santa Catarina — É uma *roda*, com o aro guarnecido de navalhas abertas, tantas quantas os raios, pois seriam fixadas nêles.

(Costa, de Alpedrinha)

Rodela — Pequeno escudo usado pela infantaria no século xvii. Era circular, de superfície convexa, reforçada por uma virola e três arcos cruzados, que a dividiam em seis sectores iguais. Ao centro tinham uma *pua*, *ferrão* ou *choupa* que era a sua principal característica.

Representam-se de perfil, com a choupa voltada para a direita. As côres da *choupa*, dos *arcos* e da *virola*, podem ser diferentes entre si e da rodela; por isso ela pode ser, *choupada*, *arqueada* e *ferrada*, de tal e tal côr.

(Ferraz, de Lourenço Ferraz)

Roquete — V. *Cap. II*.

« *Roquete* » (Em) — V. *Cap. VII*.

Rosa — V. *Flores*.

Rosa-heráldica — Tem cinco pétalas, uma das quais voltada para o chefe, e cinco pontas nos intervalos das pétalas. Ao centro tem um *botão*.

Pode empregar-se metade da rosa, *partida*, mas juntando-a à outra peça igualmente partida. V. *Abotoado*.

(Loronha)

Roseta — É o mesmo que *moleta*.

S

Sagitário — É um centauro atirando com o arco.

(Arco)

Sainte — São os animais de que somente se vê a parte anterior, e que parece sairem de uma peça do escudo.

(Coelho, Justiniano)

Saleiro — Aparece como elemento falante. Representa-se como uma pequena *taça*.

(*Salgado*)

Salpicadas — São as peças que apresentam pequenos pontos de uma segunda côr, sôbre a sua própria.

Saltante — V. *Cabra*.

« *Salvo* » — V. *Cap. VII*.

Sancada — Diz-se da ave que tem pés e pernas de outra côr.

(*Maia*)

Sapato — Antigo calçado militar.

(*Zapata*)

« *Sautor* » (*Em*) — V. *Caps. II* e *Cap. VII*.

Sêca — É a árvore desprovida de *fôlhas*.

(*Voz*)

Segura — Machadinha do ofício de tanoeiro. Entra como elemento falante.

(*Segurado*)

Selvagem — Figura só nos *tenentes*.

V. *Cap. II*.

Semeado — V. *Cap. II* e *Cap. VII*.

Sinistrado — O mesmo que ladeado à esquerda, ou tendo à esquerda.

Sentado — V. *Cão*.

Serpe — Figura fantástica. Representa-se de perfil em *pala*, e voando para a direita. É constituída por *cabeça e corpo de serpente, asas de morcego e cauda retorcida*.

(*Andrade*)

Serpente — É a representação natural da cobra. Figura-se *ondeante* e em *fala*. Também pode ser posta em orla.

(*Hasse, Parada*)

Serpentíferas — V. *Caldeira*.

Silva — Êste arbusto representa-se por duas hastes longas, que geralmente se põem em orla.

(*Silveira*)

Sobre-carregada — Ê a peça *carregada*, que, por sua vez, tem outra peça sôbre alguma das que a carregam.

(*Aranha*)

Sobre-pôsto — V. *Cap II*.

Sobre-pôsto de tudo — *Cap. II*.

Sol — Representa-se, por um circulo em que esboçam feições humanas, do que irradiam desasseis pontos, oito *rectilíneas* e oito *flamejantes*.

(*Arroio*)

Soltas — V. *Cap II*.

Sombra — V. *Encoberta*.

Sombreado — O mesmo que realçado.

Suportando — V. *Sustendo*.

Suporte — V. *Cap II*.

Sustendo — Uma peça está *sustendo* ou *suspendendo* outra, quando esta está colocada acima daquela, tocando-se ambas.

(*Espinola*)

Sustida — Ê a peça que assenta sôbre outra *que está abaixo dela*.

Também se diz *vestida*, a peça, posta em pala, geralmente entre dois animais afrontados, que parecem sustê-la na sua posição vertical.

Sustidos — V. *Flores*.

(*Monterroio, Matos*)

T

Taça — V. *Copo*.

Talhado — V. *Cap. II*.

Tarja — V. *Cap. II*.

Telhado — V. *Tôrre*.

Tenente — V. *Cap. II*.

Terciado — V. *Cap. II*.

Terno — É o conjunto de três peças iguais, reunidas e dispostas de modo que parecem constituir uma só figura.

(*Frois*)

Terrado — V. *Cap. II*.

Timbre — V. *Cap. II*.

Tira — V. *Cap. II*.

Tiro — Antiga designação, geralmente usada arbitrariamente, da *serpe* e do *dragão*.

Tôrre — Representa-se rematando os castelos, e isoladamente. A sua forma ordinária é *redonda*, podendo, no entanto, ser *quadrada*, para o que é necessário especificar. Póde ser ainda *alta* ou *torreada*, se é constituída por dois corpos sobrepostos. Cada um dos corpos tem duas frestas, assim como, na *tôrre* vulgar, existem duas. Se a *tôrre* é rematada por uma *cúpula*, que é *cónica* ou *piramidal*, conforme a *tôrre* é *circular* ou *quadrada*, diz-se *coberta*. Se a *cúpula* é de outra côr, *telhada* de tal ou tal côr.

V. *Castelo*.

(*Câmara, Tôrres*)

Torreada — V. *Tôrre*.

Tortão — V. *Arruela*.

Toucada — V. *Cabeças humanas*.

Travessa — V. *Cap. II*.

Tranca — Pau cilíndrico e ferrado, com uma lingueta ao meio, que se fixa na porta, que se pretende fechar. Quando os ferros e aldraba são de outra côr, diz-se *ferrada* de tal côr.

(*Caminha*)

Travoela — É o trado dos tanoeiros. Representa-se por um anel com três dentes fixos na periferia.

(*Segura*)

Trepante — É a atitude de um animal subindo uma escada ou uma escharpa.

(*Luiz*)

Trifólio — Flôr imaginária de três pétalas. Não tem pé. É usada como diferença.

Trilobada — V. *Cruz*.

Trom — O mesmo que bombarda.

Trompa — V. *Busina*.

Tronco — V. *Árvore*.

« *Tudo de...* » — V. *Cap. VII*.

U

« *Um para o outro* » — V. *Cap. VII* — V. *Entrecambado*.

« *Um sobre o outro* » — V. *Cap. VII*.

Unhas de leão — São elemento falante.

(*Unha*)

Unhado — Diz-se do boi, da vaca e do toiro, que teem as patas de outra côr.

(*Tourinho*)

Unicórnio — Animal fantástico, que se representa com figura de cavalo, com um chifre na testa, barba de bode e unhas fendidas. Se tem o *chifre*, os pés ou os olhos doutra côr, diz-se *cornuto*, *unhado* e *animado* dessa côr. A sua atitude é *saltante*, se tem as patas dianteiras levantadas. Se tem a cabeça baixa, está em *defensa*.

(*Bardi, Teixeira*)

Unidas — São as peças justapostas.

(Biveiro)

Urso — Representa-se ordinariamente *passante*, e sempre de *perfil*. V. *Trepante e Levantado*.

(Pizarro)

V

Vasia — Tôdas as peças que sendo interiormente vasadas, isto é, abertas, deixam ver o campo.

(Pereira)

Veado — Representa-se sempre de *perfil*.

Veirado — V. *Cap. II*.

Veiros — V. *Cap. II*.

Venábulo — Não tem penas na haste, como a flecha. Representa-se sempre em pala.

Vergueta e verguetado — V. *Cap. II*.

(Cernache)

Vestido — V. *Cap. II*.

Vide — Representa-se por uma haste com suas fôlhas e cachos,* cujo número e côr, é mister indicar.

(Bacelar)

Vieira — Representam-se normalmente com a *charneira* para o *chefe* e a parte convexa para fóra.

(Velhos)

Vigilância — É o nome da pedra que o *grou* ou pombo sustenta na pata direita. V. *Grou*.

(Couto)

Vigilante — É o nome das aves pousadas só num pé, e que tem no outro uma *vigilância*. V. *Vigilância*.

Virol — V. *Cap. II*.

Virolada — V. *Busina*.

Vivo — V. *Golfinho*.

Voante — V. *Aves*.

Voltadas — As peças voltadas para a esquerda; bem assim os animais que olham para esse lado.

Vôo abatido — V. *Aves*.

(*Monterroio*)

Vulcão — Representa-se sempre em actividade.

(*Fraga*)

X

Xadresado — V. *Enchaquetado*.

Xára — Planta que se representa com o *caule, folhas e flores*.

(*Xára*)

(*Continua*)

ARMANDO DE MATTOS

O LIVRO «SEGRÊDO DOS SEGREDOS» E O INFANTE D. HENRIQUE

(EM DEFESA)

Êste sub-título não se prende com a pessoa que assina estas linhas, mas com o alto valor patrimonial que ela quis acautelar, para que não venha a suceder, como a muitas outras preciosidades que a ignorância portuguesa permitiu, um dia ir-se encontrá-la em mãos de ávaros estrangeiros.

O título, por igual, recorda o nosso trabalho que o Sr. Prof. Joaquim de Carvalho, gentilmente, procurou esclarecer, no número anterior do *Instituto*, pelo artigo que designou: *O livro «secreto de los secretos de Astrologia» do Infante D. Henrique (Rectificação)*.

Recebido de bom grado o esclarecimento, peço, no entanto, vénia para o analisar.

A impressão geral que dêle se colhe é que o autôr, pelo pêso da autoridade da sua posição, pretende evitar que se faça luz num importante problema literário nacional. É bem certo que as melhores cabeças cedem, por vezes, a impulsos de ordem constitucional.

A exposição do Sr. Prof. Joaquim de Carvalho, moralmente, pode ser dividida em três partes: *rectificação*, que vai até aos asteriscos da pág. 351; *revelação*, daqui aos asteriscos da pág. 356, e *justificação*, o resto.

O que o levou à « (Rectificação) » foi (pág. 346): « Como muita coisa que acontece, a *troca* deixar-me-ia indiferente se o Sr. Armando Sousa Gomes não tivesse concluído pelo convencimento de que eu não colhera « directamente » a notícia, que considera « elemento novo », de Gonçalo Argote de Molina ter possuído um [ou o] manuscrito do *Secreto de los secretos de Astrologia* do Infante D. Henrique. Tal convencimento, pelo encadeamento de raciocínios que o fundamentam e pelas conseqüências que d'ele extraiu, bole com o amor da exactidão; por isso cumpre-me fazer a prova do que afirmei no capítulo da *História de Portugal*. »

Por eu ter dito que *não colhera directamente*, o erudito professor perdeu a serenidade. Onde está a dúvida que muitas afirmações se fazem em História por via indirecta, em virtude da impossibilidade de consultar as fontes? Não vejo o desprimor. Mas se me enganei, a culpa não foi minha. A falta partiu da falta, sendo esta mais grave do que aquela, porque ofende a História: a afirmação não está documentada. E é bem considerada *elemento novo* na vulgarização. O conhecimento particular da documentação não lhe tira a qualidade de inédita; ou ainda constando de impresso de restrita tiragem de venda, e não de oferta, não absolvía de citação.

Eu, como poderia acontecer a qualquer outro, caí na aberta. Faço, contudo, a justiça de a não dizer propositada. Bem haja, pois, por ter provocado a *rectificação*.

A *revelação* faz-se, especialmente, nisto (pág. 351): « Esta sensacionalíssima descoberta proporcionou ao Sr. A. Sousa Gomes tão grande « felicidade », que até lhe custou a « acreditar » que tivesse na sua presença a « preciosíssima raridade literária »; por isso, benemérita e generosa-

mente, resolveu « dá-la ao manifesto, para que ao meu júbilo se junte o de todos os portugueses. »

« Lamento sinceramente que a razão me obrigue a verter sôbre o júbilo do Sr. A. Sousa Gomes, que modestamente anteviu aureolado de esplendor nacional, uma copiosa irrigação de tristezas, pois a sua « conclusão » é absolutamente destituída de qualquer vislumbre de fundamento, como nos vai patentear a respectiva « troca por miúdos. » »

Pois bem: destas palavras se vê, infelizmente, qué o Sr. Prof. Joaquim de Carvalho « anteviu » a *aureola do esplendor nacional*, obtida pela « aureola do esplendor nacional »; esta é, sem dúvida, das duas a melhor, pelo direito de posse, e o pensamento de considerar « aureola do esplendor nacional » o encontro dum livro de valor, que se julgava perdido, não me pertence. O seu a seu dono...

Pela crisálida se vislumbra a figura, dado que o livro tivesse caído em suas mãos e tanto mais que procedera a estudos na biblioteca *Columbina*.

« Copiosa irrigação de tristezas » me causou os ditames do articulista.

Mais adiante o Sr. Prof. Joaquim de Carvalho « brinda-nos » com estas palavras (pág. 354): « Como prova da sua identificação, o Sr. A. Sousa Gomes brinda-nos, pois, com a falta de tempo para o traslado diplomático e com a ausência de um « estudo comparativo, cuidado e minucioso. »

« Foi a ausência dêste « estudo comparativo » que extraviou o Sr. A. Sousa Gomes, pois bastaria o mero cotejo do índice das matérias do seu ms. do « *Segrêdo dos segredos* » com qualquer edição ou tradução dos dois livros da *Grande Moral* para que logo se lhe impuzesse, imperativamente, a impossibilidade de identificar as duas obras. »

É freqüente encontrar, fóra do ameno campo do estudo, pessoas que duvidam da sinceridade dos outros; nêle, porém, não.

Está-se a ver o *Sr. Armando de Sousa Gomes* a intrujar o leitor, trocando a sua incompetência por uma frívola desculpa...

O que se fez, foi critica externa; a interna não me interessava e nem a podia fazer: o nosso tempo estaria ao dispor do ms., o tempo adstrito a êle é que não estava ao nosso dispor.

O « cotejo do índice » é « mero » processo de aprendiz, pelo qual pouco se obtém. O índice de livro é uma súmula arbitrária.

Como, pelos meus sentimentos, não sirvo gato por lebre, tive o cuidado, no *mare magnum* do aristotelismo, de ir verificar qual a obra de Aristóteles que mais se aproximava da que tinha em temporária posse. E tirei a conclusão de que era a *Grande Moral*, não excluindo se *incompleta*, ou se tem um ou mais capítulos de qualquer outro livro do *estagirita*. (Págs. 202-203). Claro, a prova é subjectiva. A prova objectiva do que o Sr. Prof. Joaquim de Carvalho afirma que é, fica reservada dar-no-la em confronto com o índice e texto por mim publicados.

Não sou professor de filosofia e já há algum tempo me desinteressei da filosofia escolar (não confundir com a escolástica), por a achar de ocioso entretenimento, todavia, o Sr. Prof. Joaquim de Carvalho não me deu novidades. Qualquer estudante conhece as modalidades por que o aristotelismo tem passado, bem como os livros mencionados no seu artigo, que constam dos manuais de filosofia.

Concedo, porém, que é possível ter-me equivocado na identificação do ms., apesar de ter feito mais do que o

apaixonado polemista, que se limitou a confrontar títulos e dum jacto diz ser o *Secretum secretorum*. (1)

Há muitos livros, quer nos títulos quer no texto, onde figura a palavra *segrêdo*.

Agora o que deve estar em boa razão é que Aristóteles não escreveu nenhuma obra com o nome « Segrêdo dos segredos » e as que, falsamente, lhe atribuíram são moldadas nas suas matérias e nas suas doutrinas, algumas das quais da *Grande Moral*, onde há passos que me pareceram reflectidos no ms. do Infante D. Henrique.

Deixada a *revelação* do que « anteviu » para com o bico da pena me pretender tocar, segue a *justificação*: « As páginas que acabo de escrever não foram ditadas pela intenção polémica nem brotaram da hostilidade.

« Pessoalmente, o Sr. Armando Sousa Gomes foi colaborador da Imprensa da Universidade, e esta circunstância, apesar de episódica, vincula-me afectivamente; literariamente, o seu artigo de *O Instituto* deu-me a satisfação de ficar sabendo que existia a versão portuguesa de uma obra, cujas ideias importam à história da cultura científica (e talvez política) da nossa Idade-média. Se não fôsse a referência ao meu nome, eu não tocaria no seu trabalho, porque sempre preferi a brandura do que julgo ser a verdade à rispidez da reputação do erro; decidido, porém, a pegar na caneta, cumpria-me mostrar, quanto mais não fôsse por

(1) O Sr. Prof. Joaquim de Carvalho serve-se de George Sarton, in *Introduction to the History of Science*, para me ensinar que na Idade Média designavam pelo nome citado determinado livro; mas vê-se que não reparou que Sarton alude à *Physiognomica* e, julgando tratar-se de outra obra, confundiu com a *Rhetorica ad Alexandrum*. Leia-se, pág. 355: ... « pois foi designado por vezes de *Aristotelis ad Alexandrum regem*, de *Le gouvernement des princes*, e de *Poridad de las poridades*. »

dever profissional, que os caminhos do erro são facilmente transitáveis e que a imaginação, sem a qual não ha actividade scientifica criadora, carece incessantemente de se depurar no crisol da consistência dos factos e da coerência dos raciocínios. »

Como se vê, este capítulo não é de « polémica », é de *controvérsia*...

« Pessoalmente », também, me « vincula afectivamente » o Sr. Prof. Joaquim de Carvalho. Mas o Sr. *Armando Sousa Gomes* é um ingrato: recebe o favor de lhe abrirem as portas da Imprensa da Universidade e depois retribue *desautorizando* o Mestre. *Penitência*...

Aprecie-se a lógica: se não me referisse ao seu nome, havia verdade; como a elle me referi, há erro.

Atingido, ou não, procuro sempre rectificar onde julgo haver erro, e as minhas responsabilidades são diferentes, mas se fôsem as mesmas, não se me imporia o dever profissional somente quando de suposta falta de probidade.

Não bolindo mais na *justificação* da consciência do Mestre, passo à matéria dos factos.

*

Está em causa: se o livro « *Segrêdo dos segredos* », de que dei público conhecimento, é, ou não, o do Infante D. Henrique.

Num dos pratos da balança ponho os *grávidos* conhecimentos do Sr. Prof. Joaquim de Carvalho e no outro coloco os meus *miúdos* raciocínios, e vejamos para que lado ella se inclina.

De concreto, apurou o Sr. Prof. Joaquim de Carvalho que, no catálogo de Fernando Colon, existia a cota já nossa

conhecida: « *Libro en español de mano llamado secreto de los secretos de astrologia cõpuesto por el Infante don enriq̃ de Portugal. — 1 — aqui se comiença vn libro q̃ se llama segredo — d — a dios fazer como su su md [merced] fuere a dios gr̃as . es en 4.º Costo en salamãca tres reales a-21-de abril de 1525* » (1); a onomástica remissiva, tirada por aquela: « *Enrricus a portugalia in secretis secretorũ astrologie hispanice et manuscriptis . 4129* » (2), e a de Molina: « *Secretos de Astrologia por el infante Don Enrique de Portugal* ».

Na época do Infante não era de uso titulo solto nos livros.

A primeira cota reproduz do ms.: « *aqui se comiença vn libro q̃ se llama segredo* » « *a dios fazer como su su md fuere a dios gr̃as* »; o resto é da autoria de Fernando Colon.

« *Libro... llamado* », quer dizer que alguém lhe chamava, mais nada; e esse alguém foi o próprio Fernando Colon, que se permitiu, de sua casa, tirar e pôr o que lhe apeteceu.

Como disse *secreto de los secretos*, deixou isolado *segrêdo*. E se afigurou ao quinhentista que não havia *segredos* que não fossem de alguma cousa, não achando nada melhor que se lhes adequasse do que a astrologia, ciência rodeada de *segrêdo* e recheada de *segredos*.

(1) Há dois erros na versão, pela influência do português: fazer por facer e comiença por comiensã.

(2) Hoje, com a certeza do n.º 4129, sou de opinião que o n.º 4639 é uma falsificação feita por aquele. O algarismo em que melhor se disfarça o 2 é o 3, pelo acréscimo da curva superior; e o 1, que pode ser emendado para 7 ou 9, foi transformado em 6 para alinhar pelo 3. O 4 e 9, difíceis de modificar, mantiveram-nos. A falsificação foi-nos favorável, porque se se tivesse conservado o 4129, poder-se-ia suspeitar dum apócrifo.

O Sr. Prof. Joaquim de Carvalho tem como título de livro, por ex., « *Cancioneiro da Ajuda* » ?

Ora Fernando Colon costumava escrever, nos livros, as mesmas particularidades que aparecem na cota. A de Molina deve ter sido tirada por êle, pois é transcrição de parte da cota columbina: « (*Secreto de los*) *Secretos de Astrologia (côpuesto) por el Infante Don Enrique de Portugal* ».

O critério empregado foi o da simplicidade. Se se tratava de *segredos de astrologia*, para que seria preciso dizer *segrêdo dos segredos*? A adição *de astrologia* induziu em erro Molina e estende-se até nossos dias. E se *côpuesto por* é o mesmo, no caso presente, que *por*, para que transcrever *côpuesto*? A supressão deu-se no supérfluo, nem podia deixar de ser.

O *côpuesto* deve ter nascido de má interpretação de F. Colon das palavras do Infante (pág. 198): « *dai graças àquele que me deu graça de a trasladar e Aristóteles de a compor* ». Entendeu assim: *dai graças* (a Deus) *que me deu graça de a* escrever *e* (a) *Aristóteles* (que me deu graça) *de a compor*.

Tomou *trasladar* pela acção material de escrever ⁽¹⁾. Quanto a *compor*, como as obras na época eram mais ou menos decalcadas de anteriores e se tratava de *segredos*, é de presumir que julgasse que o Infante tivesse *composto* a sua pela de Aristóteles, « *Teoremas astrológicos* ».

Eu já expliquei, no meu anterior artigo, que o facto de se dizer « *Libro en español* », tanto pode significar ser

(1) Do *Dicionário Contemporâneo* de C. Aulete, em *trasladar*: « *Muito desejava... trasladar neste papel alguma das ideias ou confusões que revolve em si o coração* (Vieira) ».

redigido em castelhano como em português. E basta a palavra *segrêdo*, para se optar pelo nosso idioma.

Está-se mesmo a ver o nosso Infante D. Henrique a escrever em castelhano um tratado de astrologia para uso de *nuestros hermanos...*

É do Sr. Prof. Joaquim de Carvalho este período (pág. 351): « Seria um tratado de astronomia, mixto de ciência e *dessas horríveis ingenuidades astrológicas, como tudo leva a crer?* » (O itálico é nosso). *Tudo* o quê? A fantasia de Fernando Colon: *Secretos de astrologia?*

Já houve quem guindasse D. Henrique a famoso matemático e astrónomo, mas diminui-lo tanto, não!

Há um trunfo a corroborar que êle foi simples tradutor e não autor: o silêncio dos cronistas.

Resultante: existe um ms. português que se chama « *Segrêdo dos segredos* », com a assinatura do Infante D. Henrique, mas o Sr. Prof. Joaquim de Carvalho não quer que seja o ms. « *segrêdo* » (*dos segredos*) composto pelo Infante D. Henrique e que pertenceu à biblioteca de Fernando Colon.

A « consistência dos factos » mostram que a « actividade científica criadora carece » da negação limitada à « coerência dos raciocínios ».

Quod erat demonstrandum.

Algés, Fevereiro de 1939.

ARMANDO SOUSA GOMES

BOLETIM DO INSTITUTO

EXTRACTO DAS ACTAS DAS ASSEMBLEIAS GERAIS

Assembleia de 5 de Fevereiro de 1937

.....
O Presidente referiu-se ao êxito que teve a iniciativa do Instituto de comemorar as seculares relações entre a Inglaterra e Portugal e leu a carta recebida de S. Ex.^a o Embaixador de S. M. Britânica na qual manifestava o seu reconhecimento em termos muito amáveis.
.....

Sócios eleitos nesta assembleia

Correspondentes nacionais

Dr. Luiz de Pina, Professor da Universidade do Pôrto.

Correspondentes estrangeiros

Jean Desthieux, Secretário da Academia do Mediterrâneo.

Prof. Dr. Émile Schaub-Koch, Crítico de Arte.
.....

Assembleia de 7 de Junho de 1937

.....
O Vice-Presidente comunica ter enviado em 12 de Maio último o seguinte telegrama ao Embaixador de Inglaterra em Lisboa:

A Sua Excelência o Embaixador de Inglaterra — Lisboa — No fausto dia da coroação de S. S. G. Magestade o Instituto de Coim-

bra tem a honra de apresentar a V. Ex.^a as mais vivas congratulações e os mais ardentes votos dum feliz e próspero reinado. — O Vice-Presidente, *Anselmo Ferraz de Carvalho*.

A este telegrama respondeu S. Ex.^a o Embaixador da seguinte forma:

L'Ambassadeur de Sa Majesté Britannique remercie vivement Monsieur Anselmo Ferraz de Carvalho du télégramme de félicitation qu'il a eu la bonté de lui envoyer à l'occasion du Couronnement de Leurs Majestés le Roi Georges et la Reine Elisabeth.

Je a été très touché de ce nouveau témoignage de la vive sympathie qui unit toujours si heureusement le peuple portugais et leurs amis britanniques.

Ambassade de S. M. Britannique,

Lisbone.

le 13 mai. 1937

Pelo sócio Dr. Pinto Loureiro foi apresentado o volume impresso do índice dos 90 volumes publicados da revista do Instituto de Coimbra, tendo sido por esse facto muito felicitado por tãda a Assembleia; resolveu-se que ficasse consignado na acta um voto de agradecimento àquêle consócio pelo valiosíssimo serviço prestado com a organização do referido índice.

Pelo Presidente foi proposto um voto de pesar pelo falecimento do consócio Dr. João da Silva Correia, Director da Faculdade de Letras de Lisboa, o que a Assembleia aprovou.

Sócios eleitos nesta assembleia

Honorários

Prof. Ernest Esclançon, director do Observatório Astronómico de Paris, membro do Instituto de França.

Prof. Henri Villat, da Universidade de Paris, membro do Instituto de França.

Prof. Charles Camichel, Director do Instituto Electro-técnico da Universidade de Toulouse e membro do Instituto de França.

Correspondentes nacionais

Francisco Cância, publicista.

D. Maria Madalena de Martel Patrício, publicista.

D. António Pedro de São Paio, publicista.

Correspondentes estrangeiros

Sydney Chapman, Prof. do Imperial College of Science and Technologie Kensington. Londres.

Emile Carvallo, antigo Director da Politécnica de Paris.

Venig Mainesz, Prof. da Universidade de Utrecht.

Leo Scaude, Professor da Universidade de Toulouse.

Paul Montel, Professor da Universidade de Paris, membro do Instituto de França.

A. Buhl, Prof. da Universidade de Toulouse.

P. Laurens, antigo aluno da Politécnica de Paris.

Dr. Hebert Moses, publicista e Presidente da Sociedade Brasileira da Imprensa.

Dr. Francisco Morats, Presidente da Universidade de S. Paulo.

Dr. Bessemans, Pro-Reitor da Universidade do Estado de Gand

.....

Assembleia Geral de 14 de Dezembro de 1937

.....

O presidente comunicou à assembleia o falecimento dos Professores da Universidade de Coimbra, Doutores Egas Ferreira Pinto Basto e Luís Wittnich Carrisso, sócios

do Instituto, propondo que se exarasse na acta um voto de profundo sentimento pela perda de tão ilustres professores, o que foi aprovado.

O presidente propôs que fôsse enviado ao Senhor Reitor da Universidade de Coimbra um officio felicitando-o pelo êxito das celebrações do iv centenário da instalação definitiva da Universidade em Coimbra, o que constituiu uma prova do prestígio de que goza a Universidade no País e no estrangeiro. O presidente, em seguida, congratulou-se pela intervenção do Instituto de Coimbra naquelas celebrações. Lembrou em primeiro lugar a sessão solene realizada na Sala dos Capelos no dia 9, abrilhantada pelas notáveis conferências dos nossos consócios, professor Dr. Augusto da Silva Carvalho e professor Dr. Hubert Gillot da Universidade de Strasburgo. Nota com particular satisfação a importância que o Sr. reitor testemunhou por esta manifestação do Instituto de Coimbra.

Por último o Presidente propôs, lembrando o importante concurso trazido ao Instituto de Coimbra pelos professores Dr. Hubert Gillot da Universidade de Strasburgo e Dr. Augusto da Silva Carvalho, que em officio se manifestasse a estes ilustres sócios do Instituto de Coimbra o profundo reconhecimento desta Academia.

Depois do Presidente ter apresentado a comunicação do Dr. Desthieux sobre o Congresso das Amitiés Méditerranéennes, foi resolvido que o Instituto enviasse a sua adesão.

Sócios eleitos nesta assembleia

Honorários

Hubert Gillot, Professor da Universidade de Strasburgo.

Correspondentes nacionais

General João de Almeida.

António de Almeida, médico e Professor da Escola Colonial.

Correspondentes estrangeiros

Hon. Herbert Claiborne Pell, Ministro dos Estados Unidos da América do Norte.

Albert Buisson, Senador e membro da Academia Francesa.

Raymond Warnier, Presidente do Instituto Francês em Portugal.

.....



Assembleia Geral de 21 de Dezembro de 1937

.....

O Presidente anuncia que esta assembleia foi convocada especialmente para serem reformados os estatutos da associação como consta da proposta motivada apresentada nos termos do art. 19.º dos Estatutos vigentes. A reforma agora submetida à discussão é justificada pela necessidade de ajustar melhor a Associação à vida actual, como se verá das modificações que vão ser lidas salientando por exemplo o facto de há já bastantes anos se estarem cobrando Esc. 25\$00 de cota semestral a cada sócio pela necessidade de acompanhar tanto quanto possível a elevação do custo de vida, quanto é certo que o art. 12.º dos Estatutos obriga apenas a 4800 reis, disposição esta que se fôsse observada não permitiria a vida da Associação. De resto tôdas as Sociedades congêneres teem procedido à actualização correspondente das cotas dos seus associados.

Como todos concordassem em que as razões já invo-

casas eram suficientes para justificarem a alteração dos Estatutos, foi dada a palavra ao sócio Dr. Pinto Loureiro.

Este sócio, relator da comissão que fôra encarregada de introduzir as alterações dos Estatutos, leu seguidamente um projecto dos novos Estatutos indicando as alterações propostas. Este projecto com as alterações com que foi aprovado vai transcrito separadamente na acta.

.....

Foram lidas duas cartas dirigidas ao Presidente do Instituto, uma enviada pelo Ministro dos Estados Unidos da América do Norte, S. Excelência o Dr. Herbert Claiborne Pell, agradecendo a sua nomeação para sócio do Instituto e prometendo a sua colaboração, e outra do Prof. Emile Carvallo, antigo director da Escola Politécnica de Paris que, reiterando o seu agradecimento pela nomeação para sócio do Instituto, envia tôdas as suas obras e anuncia a remessa de dois trabalhos « Origem metafísica do cálculo infinitesimal » e « Critica da relatividade ». Foi resolvido agradecer as valiosíssimas ofertas dêste consócio.

.....

Assembleia Geral de 11 de Fevereiro de 1938

.....

O presidente comunica à assembleia o falecimento do sócio Professor Francisco Correia, tecendo o seu elogio, e de Charles Lallemand, Director dos serviços de Nivelamento da França, membro e antigo presidente da Academia das Ciências do Instituto da França, presidente da União Geodésica e Geofísica Internacional, de quem fez também o elogio, recordando a entusiástica admiração com que se dirigiu a Portugal no Congresso da União

Geodésica e Geofísica Internacional realizado em Lisboa em 1933.

O presidente apresentou depois as publicações que o Prof. R. Warnier, director do Instituto Francês em Portugal ofereceu ao Instituto e anunciou que este professor virá realizar uma conferência no mês de Março.

O presidente referindo-se à maneira como foram apreciados os trabalhos do sócio Dr. Álvaro de Caires na sua última viagem ao estrangeiro congratulou-se pelas provas de consideração que lhe foram testemunhadas pelos meios científicos que visitou. Todos os sócios presentes se associaram.

.....

Sócios eleitos nesta assembleia

Correspondentes estrangeiros

Prof. Laignel-Lavastine.

Prof. Marcel Fosseyeux.

Prof. Charles Boyer.

Prof. Nicola Pende.

Paolo Tosel, publicista.

Armand Godoy, publicista.

M.^{me} George Day, publicista.

.....

Assembleia Geral de 14 de Fevereiro de 1938

.....

Esta sessão foi destinada à recepção do ministro dos E. U. da América do Norte, Dr. Herbert Claiborne Pell, que fez uma conferência sobre o tema « La situation du Portugal en face de l'organisation scientifique du Tourisme »,

a qual foi muito aplaudida. Nesta mesma sessão o sócio Dr. Amadeu Ferraz de Carvalho fez uma comunicação sobre o tema « William Prescott nos Açores e os seus parentes açoreanos » em honra de S. Ex.^a o ministro.

Antes de terminar a sessão o presidente congratulou-se pela honra que ao Instituto dava a notável conferência de Sua Excelência o ministro da América demonstrativa dos profundos conhecimentos sobre economia de Sua Excelência e da sua aplicação ao nosso país, e a interessante comunicação do nosso consócio Dr. Amadeu Ferraz de Carvalho.

.....



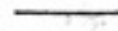
Assembleia Geral de 19 de Março de 1938

.....

Esta sessão foi destinada à recepção do sócio professor Raymond Warnier, que proferiu uma conferência muito aplaudida sobre o tema « Les Slaves du Sud, quelques rapports avec le Portugal ».

O presidente testemunhou ao orador a satisfação que o Instituto teve com a honra que recebia e no fim dirigiu a Sua Excelência calorosas manifestações pelo seu notável trabalho.

.....



Assembleia Geral de 22 de Março de 1938

.....

Por proposta do Presidente, em harmonia com as deliberações tomadas pelo Instituto de intensificação das relações culturais entre a Inglaterra e Portugal, foi resolvido

por unanimidade convidar Sua Excelência o embaixador da Inglaterra em Lisboa, Sir Walford Selby, a visitar o nosso Instituto. Foi também resolvido sobre este assunto a realização de uma sessão solene e que fôsem convidados a falar nela os sócios General Ferreira Martins e o professor Dr. Diogo Pacheco de Amorim.

O Presidente anunciou que a sócia Ex.^{ma} Sr.^a D. Maria Josefina de Vasconcelos Abreu Andersen honraria brevemente o Instituto com uma conferência que teria por tema « A música no Egipto no tempo dos Faraós ».

Sócios eleitos nesta assembleia

Correspondente nacional

Cónego João Cândido de Novais e Sousa, deão da Sé de Braga.

Correspondentes estrangeiros

Prof. Pietro Capparoni.

Prof. Adalberto Pazzini.

Prof. Pedro Calmon, da Academia Brasileira de Letras.

H. Dingle, Professor da Universidade de Londres.

.....

Assembleia Geral de 26 de Abril de 1938

.....

O Presidente comunicou que Sua Excelência o Embaixador da Inglaterra, Sir Walford Selby, visitaria o Instituto de Coimbra no próximo dia 29. Por aclamação foi resolvido eleger Sua Excelência sócio honorário, e dar à sessão que será realizada no dia 29 o maior brilho possível.

.....

Assembleia Geral de 28 de Abril de 1938

.....
Esta sessão foi destinada à recepção da sócia Ex.^{ma} Sr.^a D. Maria Josefina de Vasconcelos Abreu Andersen, que conforme já fôra anunciado realizou uma conferência acompanhada de projecções sôbre o tema « A música no Egipto no tempo dos Faraós », a qual foi muito aplaudida. O presidente, no principio da sessão, testemunhou a Sua Excelência a satisfação do Instituto e referiu-se largamente às suas distintas qualidades e dos seus preclaros antepassados, e no fim da conferência manifestou-lhe o grande aprêço em que tinha o seu notável trabalho, sentimento que de resto seria compartilhado por todos os membros do Instituto.
.....

Assembleia Geral de 29 de Abril de 1938

.....
Esta sessão que teve lugar na Sala dos Capêlos foi destinada à recepção de Sua Ex.^a o embaixador de S. M. Britânica, Sir Walford Selby. A mesa foi ocupada por Sua Ex.^a o embaixador que presidiu a convite do presidente do Instituto, pelo director da Faculdade de Letras professor Dr. Eugénio de Castro, representante de Sua Ex.^a o Reitor da Universidade, ausente, e pelo presidente do Instituto, Dr. F. M. da Costa Lôbo. Usaram da palavra o presidente do Instituto, Sua Ex.^a o embaixador, o General Ferreira Martins sôbre a situação militar em Inglaterra e o professor Dr. Diogo Pacheco de Amorim sôbre a situação económica em Inglaterra.

Esta sessão que foi pública teve numerosa concorrência que aplaudiu com entusiasmo todos os oradores, especialmente o Sr. embaixador.

.....

Assembleia Geral de 30 de Abril de 1938

.....

Nesta sessão realizou uma notável conferência o Sr. Campos de Figueiredo sobre « Manuel da Silva Gaio precursor do renascimento novo-lusista », a qual foi acolhida com grande aplauso. O Presidente dirigiu ao ilustre conferente palavras de grande elogio e congratulou-se com o facto de se ter realizado no Instituto de Coimbra uma conferência de justa homenagem ao distinto homem de Letras que foi o nosso inolvidável consócio Dr. Manuel da Silva Gaio.

.....

ÍNDICE POR AUTORES

	Pág.
BEGEER (CAREL J. A.) — M. Flávio de R. Carvalho et la critique de l'art moderne	284
BLONDEL (GEORGES) — Idéologies contemporaines	389
CARVALHO (ALFREDO DE) — Os portugueses em Bordéus durante o século xvii	30, 114
CARVALHO (JOAQUIM DE) — « O Secreto de los secretos de astrologia » do Infante D. Henrique (rectificação)	345
COSTA LÓBO (GUMERSINDO SARMENTO DA) — A Assembleia Geral da União Astronómica internacional de 1935 e as Comissões de Física solar	293
DAY (GEORGES) — Insuffisance	291
DUBLY (HENRY-LOUIS) — Le Génie colonisateur de la France	433
ESAGUY (JOSÉ DE) — O Livro Grande de Sampayo ou livro dos vedores de Ceuta (1505-1670)	369, 398
GODOY (ARMAND) — José Marti	186
GONÇALVES DA CUNHA (A.) — A teoria do condrioma vegetal.	277
MATOS (ARMANDO DE) — Manual de Heráldica portuguesa.	78, 455
PERESTRELO (JOÃO) — Valores de Portugal — ensaio de nacionalogia portuguesa.	221
PINA (LUIZ DE) — O Psicograma em antropologia criminal.	5
PINTO LOUREIRO (J.) — A antiga terra de Senhorim, moderno concelho de Nelas — da prehistória à idade média	308
SCHAUB-KOCH (ÉMILE) — L'Art portugais du xv. ^e siècle et le retable des navigateurs	69
— Le Sculpteur Teixeira Lopes.	358

SOUSA GOMES (ARMANDO) — O livro « Segrêdo dos segredos » e o Infante D. Henrique	193
— O livro « Segrêdo dos segredos » e o Infante D. Henrique — em defesa—	481
— Subtilezas camoneanas	101
WARNIER (R.) — Les Slaves du Sud — quelques rapports avec le Portugal.	257

ÍNDICE POR ARTIGOS

	Pág.
Antiga (A) terra de Senhorim, moderno concelho de Nelas — da prehistória à idade média, por J. PINTO LOUREIRO	308
Art (L') portugais du xv. ^e siècle et le retable des navigateurs, por EMILE SCHAUB-KOCH	69
Assembleia (A) Geral da União Astronómica internacional de 1935 e as Comissões de Física solar, por GUMERSINDO SAR- MENTO DA COSTA LÔBO	293
Boletim do « Instituto de Coimbra »	490
Estatutos do « Instituto de Coimbra »	94
Flávio de R. Carvalho (M.) et la critique de l'art moderne, por CAREL J. A. BEGEER	284
Génie (Le) colonisateur de la France, por HENRI-LOUIS DUBLY . .	433
Idéologies contemporaines, por GEORGES BLONDEL	389
Insuffisance, por GEORGES DAY	291
José Marti, por ARMAND GODOY	186
Livro (O) « Segrêdo dos segredos » e o Infante D. Henrique, por ARMANDO SOUSA GOMES	193
Livro (O) « Segrêdo dos segredos » e o Infante D. Henrique — em defesa — por ARMANDO SOUSA GOMES	481
Livro (O) Grande de Sampayo ou livro dos vedores de Ceuta (1505-1670), por JOSÉ DE ESAGUY	369, 398
Manual de Heráldica portuguesa, por ARMANDO DE MATOS . . .	78, 455
Portugueses (Os) em Bordéus durante o século xvii, por ALFREDO DE CARVALHO	30, 114

Psicograma (O) em antropologia criminal, por LUIZ DE PINA . . .	5
Sculpteur (Le) Teixeira Lopes, por EMILE SCHAUB-KOCH	358
« Secreto (O) de los secretos de astrologia » do Infante D. Henrique (rectificação), por JOAQUIM DE CARVALHO	345
Slaves (Les) du Sud — quelques rapports avec le Portugal, por R. WARNIER.	257
Subtilezas camoneanas, por ARMANDO SOUSA GOMES.	101
Teoria (A) do condrioma vegetal, por A. GONÇALVES DA CUNHA. . .	277
Valores de Portugal — ensaio de nacionalogia portuguesa, por JOÃO PERESTRELO	221

LIVROS À VENDA

Acham-se à venda na Administração de *O Instituto*, os seguintes:

Os seis livros de Tito Lucrécio Caro, poeta romano, sobre a Natureza das Cousas, vertidos no verso sólto português, por Agostinho de Mendonça Falcão. Coimbra, Imp. da Universidade, 1890... 15\$00

Elogio histórico de A. Herculano, lido na sessão pública do Instituto de Coimbra, pelo Conselheiro Vicente Ferrer Neto Paiva. Coimbra, Imp. da Universidade, 1878 4\$50

Memória histórica e crítica sobre a Revolução que em 1246 tirou a coroa a D. Sancho II, por Miguel Ribeiro de Almeida e Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856..... 4\$00

Apontamentos biográficos sobre o nosso insigne poeta Luiz de Camões, por Miguel Ribeiro de Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1854 3\$00



O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERÁRIA

FUNDADA EM 1852

O Instituto é uma publicação do *Instituto de Coimbra*, academia científica e literária fundada em 1852.

Cada número, com cerca de 100 páginas, publicará artigos de autores nacionais e estrangeiros; 5 números formam um volume com frontispício, índice e capa especial.

O Instituto põe à disposição dos autores que o desejem, 8 exemplares de cada artigo.

Separatas com paginação própria, rosto e capa, serão de conta dos autores.

A revisão das provas dos artigos é de exclusiva responsabilidade dos autores.

PREÇÁRIO

Assinatura tomada directamente à Redacção:

cada série de cinco números.....	25\$00
por intermédio das livrarias.....	35\$00
Número avulso.....	10\$00
Volume avulso.....	35\$00

Só se tomam assinaturas a partir do número 1 de cada volume.

CORRESPONDÊNCIA

Tôda a correspondência deve ser dirigida para a Redacção de *O Instituto*, Arco do Bispo, n.º 1—Coimbra—Portugal.

~~Composto e impresso na~~
~~Tip. da Gráfica de Coimbra~~
TIP. DA GRÁFICA DE COIMBRA

UM VOLUME DE 296 PÁGS.:

Na Administração.....	15\$00
A cobrança.....	17\$00
Nas livrarias.....	20\$00

Índices ideográficos e onomásticos
de O Instituto (Volumes 1 a 90)